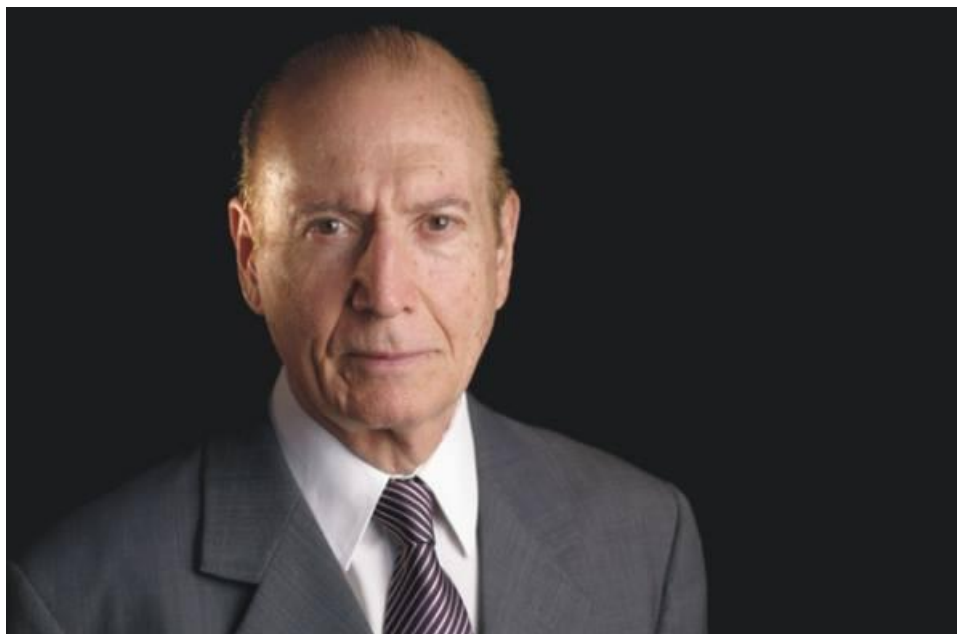


Coletânea de Artigos e Comentários do Prof. Dr. Adriano Benayon – Parte 2



À memória do inesquecível nacionalista Adriano Benayon (1933-2016)

“Vamos sempre manter a chama do desejo de lutar por nossa sociedade.

Não permitir mais que ela continue sendo viciada e explorada.

Vamos ser construtivos nesse sentido.

Não nos deixemos enganar, por mais que a mídia,
os professores e quem mais que seja venham tentando justificar
essas coisas que acontecem aqui e não têm a menor justificativa.”

Adriano Benayon

Canal no YouTube:

<https://www.youtube.com/BibliotecaNacionalista>

Biblioteca Nacionalista (livros gratuitos):

<http://bit.ly/BibliotecaNacionalista8>

Correio eletrônico:

bibliotecanacionalista@bol.com.br

Quem tem medo do FMI?

Data: 04/07/2001 - Autor: Adriano Benayon

1. Quem tem medo do FMI, do Banco Mundial e das demais instâncias da “comunidade financeira internacional”, esse eufemismo usado para designar a oligarquia transnacional? O partido dito dos trabalhadores, PT, certamente tem. Haja vista o recente debate sobre o programa partidário e as entrevistas de, entre outros, Aloísio Mercadante.

2. Em todos os países, as condições sociais e econômicas têm melhorado tanto mais, quanto menos eles acatam as receitas do FMI/Banco Mundial. China e Índia são casos de melhoras substanciais. A própria Rússia, depois de deixar-se triturar pela política econômica da globalização, começa a recuperar algo, distanciando-se dela. Decidiu suspender pagamentos da dívida externa, sem que nada de mau acontecesse. A oligarquia globalizante tem sido desobedecida até mesmo por países menores e não dotados de mísseis nem bombas nucleares, como Malásia, Quênia e Zimbábue.

3. Na América Latina, porém, os povos, embora prontos a reagir, assistem, com desânimo, aos preparativos de seu próprio funeral, como vem ocorrendo na Argentina, muito evidentemente, e também no Brasil. Vê-se claramente o nexo causal entre o crescimento da submissão política ao estrangeiro e a consequente deterioração socioeconômica. Confortável com o sistema de poder governado pela oligarquia estrangeira, o PT apresenta-se, perante ela, comportado, como um postulante a emprego em empresa multinacional, ansioso em mostrar que tudo fará para servir àquele sistema. Para o PT, as dívidas externa e interna são “administráveis”, os contratos têm de ser cumpridos, os impostos em cascata devem ser mantidos, a privatização em si não é de questionar. Em relação a esta, o PT propõe apenas mudanças em critérios, portanto adjetivas.

4. A única recomendação pretensamente contrária à política de FHC/Malan – leia-se do FMI – é atenuar a proibição aos investimentos das empresas estatais, o que, entretanto, não tem qualquer chance de se tornar realidade, enquanto perdure o modelo dependente. Continuando as transferências das transnacionais ao exterior, os sobrepreços nos bens importados e nas despesas das subsidiárias das transnacionais no exterior, e continuando a crescer as dívidas e seus juros, as estatais são cada vez mais chamadas a contribuir para o aumento do superávit nominal do orçamento, mantendo recursos financeiros ociosos. O superávit nominal compensa só em parte o déficit decorrente dos juros e das demais despesas de interesse da oligarquia concentradora. Ora, como esse déficit não cessa de crescer, aquele superávit tem de aumentar, por exigência do FMI. E isso, não para equilibrar o orçamento, mas para que o desequilíbrio causado pelas despesas financeiras não atinja logo o nível da bancarrota total.

5. Para que esta seja adiada – e ela não seria tão grave assim, pois é só financeira – o que se faz sempre é cortar na carne do País: restringir cada vez mais sua capacidade produtiva, transferir cada vez mais patrimônio para empresas da oligarquia concentradora. Os investimentos das estatais sempre geraram produção e patrimônio para o Brasil. A supressão deles não foi decretada por acaso, mas pela lógica do sistema dependente. São, pois, ilusórias as alternativas sugeridas por economistas, da “oposição” ou não, para atenuar aspectos odiosos desse sistema. De fato, aceito o modelo, todas as “alternativas” acarretam mais prejuízos do que benefícios. O exercício, além de estéril, é masoquista. A entropia a que conduz o sistema faz aumentar, além do déficit interno, também o externo (transações correntes com o exterior). Este leva a incentivar a entrada de capital estrangeiro, tanto os empréstimos do FMI, Banco Mundial etc., que impõem as condicionalidades, subordinando totalmente a política econômica, como os investimentos diretos. Estes são alavancas de saídas de

recursos do País. Ou seja, quanto mais capital estrangeiro entrar, mais o País se descapitaliza e mais acentua sua dependência. E assim, *ad infinitum*.

6. Leio agora uma quilométrica entrevista do Sr. Lula ao Jornal do Brasil (24.06.2001). O sistema, é claro, dá espaço irrestrito aos que lhe agradam. O presidente do PT continua "acreditando" em melhorar as condições sociais do País sem tocar nas causas da deterioração dessas condições. Lula afirma desejar o capital estrangeiro. Refere-se uma só vez a multinacionais (transnacionais), e porque foi perguntado. Louva-as, repetindo, como faz há mais de 20 anos, que elas tratam os trabalhadores muito melhor (sic) do que as nacionais. Diz, mas não prova. Omite as demissões em massa das transnacionais e nem sonha em entender que as transferências delas ao exterior fazem, em poucos anos, o país perder mais de 10 vezes o número de empregos por elas aberto. Afirma, como dirigente político, julgar que um país precisa de indústria nacional forte, competitiva. Prefere ignorar que, com as transnacionais aqui dentro, e até subsidiadas, a indústria nacional vem sendo dizimada pelo modelo desejado pelo PT.

Brasil e Argentina

Data: 30/11/2001 - Autor: Adriano Benayon

1. Não se trata de um confronto de futebol. O tema é a enganação em torno da crise econômica e social, num e no outro país. O noticiário já não pode esconder a entrada do caos na economia argentina, submetida a longa agonia. Sobre o Brasil, a mídia mundial e a "brasileira" tentam impingir a versão de que não há mais perigo de explosão da crise. Fazem isso com a mesma leviandade de antes, quando apontavam a débâcle do país vizinho como "causa" das desvalorizações do real frente ao dólar.

2. Neste momento, em relação ao início do ano, o câmbio do real caiu 33%, e não mais 40%, como até o final de outubro. O que mudou para tornar possível essa relativa recuperação? Para melhor, nada. Apenas convencionou-se, entre os banqueiros mundiais, dar a Argentina como caso perdido, prosseguindo com a farsa, muito dispendiosa para nós brasileiros, de fazer de conta que o Brasil pode continuar servindo a dívida externa com os juros de antes. Além disso, continuar pagando juros não menos extorsivos sobre a monumental dívida interna.

3. Como as demais variáveis financeiras, a taxa de câmbio é muito manipulada. A desvalorização do real foi galopante, dando margem a algum recuo. O Banco Central fez vultosos leilões de dívida interna com cláusula cambial e gastou dólares das reservas para satisfazer a procura por essa moeda, inclusive a destinada a hedge, i.e, proteção para compensar posições devedoras em dólar. Como isso não bastasse, foram dadas garantias, por medidas governamentais, de proteção cambial. Apesar de tudo isso, é duvidoso, a prazo médio, que consigam recuperar mais valor do real.

4. Se algo mudou na economia brasileira, foi para pior, minada que está pelo modelo dependente, controlado por empresas e bancos transnacionais. A dívida mobiliária federal, sem os títulos do Tesouro na carteira do Banco Central, chegou a R\$ 629 bilhões no final de setembro. O percentual de títulos indexados ao dólar subiu de 22%, no final de 2000, para 36,4 % em setembro último. A dívida pública líquida, a dos dados oficiais, atingiu R\$ 671,9 bilhões, o equivalente a 54,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Não há, ainda, dados para outubro, mês em que a situação se agravou ainda mais.

5. A mesma coisa nas contas externas. Ao contrário das ladainhas midiáticas, os próprios dados oficiais mostram grave deterioração. O ingresso de "investimentos" diretos estrangeiros (IDEs) é ruim para a economia, pois é a base para as transferências que a esvaziam e determinaram a ruína. Mas, na óptica

imediatista dos gestores do modelo submisso, esses "investimentos" são avidamente desejados para fechar as contas do balanço de pagamentos.

6. Ora, de janeiro a setembro, os IDEs decresceram de US\$ 18,9 bilhões em 2000 para US\$ 14,4 bilhões em 2001. Eles agora são inferiores ao déficit de transações correntes com o exterior. Este aumentou de US\$ 15,6 bilhões em 2000 para US\$ 17,4 bilhões em 2001. Só nessas duas contas há, portanto, deterioração de US\$ 6,3 bilhões, em três trimestres. O descenso econômico e as brutais desvalorizações na taxa cambial deveriam, em teoria, evitar o crescimento do déficit externo, mas isso não ocorre, tal a lógica perversa do modelo. Mesmo importando menos, paga-se mais. Mesmo exportando mais, o saldo de divisas não melhora. A transformação do déficit na balança comercial em pequeno superávit não tem peso bastante para atenuar a escalada do déficit de "serviços" (juros e outras contas usadas para a transferência dos recursos do país ao exterior).

7. O povo está cada vez mais escorchado pelas elevações das tarifas de energia, telefone e demais, além de cada vez mais tributado. A produção estagna, o desemprego e a inflação crescem. O IGP-M, índice de preços de mercado, atingiu 9% de janeiro a outubro, apontando para, no mínimo, 12% no ano. Patrimônios inestimáveis foram e são doados por gorjetas. Impera a mentira. Medidas de exceção integram cada vez mais o arsenal da política colonial. De novo, eleições de bico de pena, como antes de 1930. Fraude antes, durante e depois das eleições, até com deposição de governadores, enquanto corruptos notórios permanecem nos cargos.

8. Diante de perspectivas sombrias, tocar um tango argentino, como ironizou Manoel Bandeira, é resposta passiva. Em vez de ir Cuesta Abajo, aproveitemos estar de mãos dadas com a Argentina, para exercer, ambos, a independência e retomar o progresso, tolhido nos últimos decênios.

Juros versus inflação ou a ignorância cultivada

Data: 14/12/2002 - Autor: Adriano Benayon

1. Os grupos que comandam as finanças privadas e públicas, a mídia e a academia têm disseminado a mais completa ignorância a respeito das questões econômicas. Conseguiram que se acredite na elevação dos juros como meio de conter a inflação. Omitem que essa elevação: a) aumenta os custos de produção, o que, sim, causa maior inflação; b) inibe investimentos produtivos, o que faz cair a oferta de bens e serviços, outro fator de inflação. Diminuir a quantidade de bens e serviços procurada é alternativa a ser descartada no Brasil, pois o consumo é baixo, e há urgência em resgatar para a vida 100 milhões de brasileiros privados dos bens a ela necessários.

2. Numa economia em que os oligopólios controlam o grosso da produção, as altas taxas de juros tornam mais estreito o exíguo espaço das médias e pequenas firmas. Fazem crescer o controle dos oligopólios sobre a produção, pois estes não dependem de crédito. Os juros elevados fomentam, portanto, a inflação, proveniente que é da administração dos preços pelas empresas oligopolistas e monopolistas, que limitam, para isso, a quantidade de bens e serviços produzida.

3. Se o que precede já não demonstrasse o absurdo de elevar a taxa de juros, avalie-se o tamanho dele, em face da dimensão da dívida pública interna. Os juros desta já absorvem 70% das receitas tributárias, situação insuportável que piora ano a ano e faz encolher os investimentos públicos a nível ridículo. Estes foram o principal motor de desenvolvimento no Brasil, quando houve algum. Aumentar a taxa de juros acelera a indigência do Estado e a dos brasileiros, carentes de bens e de emprego razoavelmente remunerado. O que é imperioso é diminuir drasticamente o serviço da dívida. Fazê-lo crescer é criminoso, qualificativo válido, pois, para a elevação da taxa básica de juros.

4. O pensamento único, caracterizado pela ausência de pensamento, recomenda juros altos também atrair capitais estrangeiros. Para seus propositores, esse seria o meio de equilibrar o balanço de pagamentos. Sem tais investimentos, este seria deficitário, em função do saldo negativo nas transações correntes (saldo das exportações e importações de bens e de serviços, inclusive juros e rendimentos do capital). Acontece que a fonte primordial dos déficits externos é exatamente o controle da produção por parte de oligopólios constituídos por empresas transnacionais, ou seja, pelos investimentos diretos estrangeiros.

5. Como isso se dá? Pela fixação dos preços de importação e de exportação, bem como pela decisão das transnacionais de fazer com que suas subsidiárias no Brasil realizem despesas de todo tipo em favor das matrizes no exterior. Essas despesas podem corresponder a alguma prestação real ou ser de todo fictícias, como em vários tipos de comissões e nas supostas prestações de tecnologia, assistência técnica, uso de marcas, etc. Outra ignorância correlata leva a imaginar que alguma coisa melhora, se a política econômica privilegiar e subsidiar as exportações. Não se faz outra coisa, há mais de 40 anos, e o resultado está à vista de todos: déficits com o exterior, acumulados na dívida externa. Na estrutura existente, pode-se dobrar as exportações, que continua havendo déficit nas transações correntes. Quanto mais divisas entrarem, mais sairão. Entre os sofrimentos causados pela dívida, temos a economia administrada pelo FMI e pelo Banco Mundial, com o efeito de subordiná-la à meta de transferir recursos a título de serviço da dívida (amortizações, juros, comissões e outros encargos).

6. Trata-se do mesmo que fazem as transnacionais, i.e., transferir ao exterior o máximo possível dos ganhos com o mercado brasileiro. Essa é a essência do modelo que economistas do PT imaginam poder orientar para distribuição social da riqueza. Mas, independentemente das ilusões propagadas, não há como, sob a estrutura atual, obter resultado diferente do que se vem tendo até agora.

7. O modelo de transferência dos recursos ao exterior caracteriza-se também pela crescente apropriação por titulares estrangeiros dos patrimônios situados no País. Este se torna, assim, cada vez mais, uma zona de subalternos, em que, antes de ser liquidados, os empresários locais, assim como outros agentes, tratam de transferir recursos ao exterior, sabedores de que a instabilidade é recorrente. A depreciação da moeda pode tardar, mas não falha, como ocorreu após cada um dos tão louvados planos “de estabilidade”, entre os quais o “Cruzado” em 1985, o “Collor” em 1990 e o “Real” em 1994.

8. completar, o aumento da taxa de juros em nada contribui para que os grupos favorecidos com a privatização graciosa deixem de elevar as tarifas dos serviços públicos, como eletricidade, telefone, etc. São preços inflados, sob o olhar benigno das agências supostamente reguladoras. Note-se alguns dos aumentos de preços pós-eleições, como combustíveis e medicamentos. A quem beneficiam? No 1º caso, não à Petrobrás, invadida por seus inimigos. Favorecem as distribuidoras, que nada produzem, mas no caso delas, 70% do mercado é de transnacionais. Recebem maior percentual do preço final do que a Petrobrás, que pesquisa, extrai no País mais de 80% do petróleo bruto, importa o restante e refina tudo. Esse absurdo cresce, pois à empresa ainda (?) estatal nada toca dos recentes aumentos. Os preços dos medicamentos são fixados por transnacionais, que controlam o mercado. Elas importam insumos desnecessariamente e a preço dez vezes maior que o do mercado mundial. O aumento de preços decorre do poder oligopolista e da conivência de pseudogovernos, não da desvalorização cambial, e essa própria provém do controle exercido pelas transnacionais sobre os mercados interno e exterior.

Índices de preços ao gosto dos oligopólios

Data: 13/01/2004 - Autor: Adriano Benayon

1. Os índices de preços ao consumidor supostamente captam uma parte do conjunto dos preços. Entre os índices gerais, os mais utilizados são o IGP-DI (Índice Geral de Preços, disponibilidade interna) da Fundação Getúlio Vargas e o IGP-M da mesma instituição (Índice de Preços de Mercado). O IGP-M, do mesmo modo que o IGP-DI, combina: Índice de Preços por Atacado (IPA), com peso de 60%; Índice de Preços ao Consumidor (IPC), 30%; Índice Nacional de Custo de Construção (INCC), 10%. O IGP-DI e o IGP-M diferem só quanto ao período mensal apurado, que no caso deste último é do dia vinte e um de um mês ao dia vinte do seguinte.

2. De 2000 a 2002, enquanto esses dois índices registraram altas de 52,1% e 53,2% respectivamente, o IPCA apresentou incremento acumulado de somente 28,4%. Qual será a razão de tão grande discrepância? Um ponto de partida para entendê-la é ser o IGP-M aplicado na correção das tarifas de energia elétrica e de outros preços administrados, i.e., de serviços públicos privatizados, e também nos contratos de aluguéis. Já o IPCA serviria para atualizar salários e benefícios sociais, se se fizessem reajustes legais nessas prestações.

3. Do início do Plano Real, em julho em 1994, ao final de 2002, o IPCA calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) teve variação acumulada de 137,93%. Em contraste, nos mesmos oito anos e meio, alçaram-se à estratosfera as tarifas e preços administrados, que caberia ao Poder Público manter em nível acessível à população, caso o País contasse com governo próprio. Eis a inflação desses preços naquele período: gás de cozinha: 540,95%; telefonia fixa: 433,4%; energia elétrica: 255,9%, gasolina 259,7%. Os aluguéis aumentaram em 385,54%.

4. A subestimação dos aumentos nos preços ao consumidor resulta de, entre outros fatores: 1) tocar aos alimentos o maior peso no IPCA aos alimentos; 2) nesse cômputo considerarem-se principalmente gêneros básicos de consumo popular, menos suscetíveis de majorações. Por isso, naqueles mesmos 8 anos e meio, o preço dos “alimentos”, segundo o IBGE, subiu 105,84%, bem menos do que os 137,93% IPCA total.

5. Mais fatos inflam o saco das iniquidades: 1) de há muito, a ponderação dos índices não reflete a real distribuição do dispêndio das famílias, mesmo das que se situam abaixo da classe média, erodida pelo modelo econômico ditado por potências estrangeiras; 2) a capacidade de consumo das famílias mais pobres foi reduzida em razão dos abusivos contratos das tarifas privatizadas de serviços públicos, como luz, água, telefone e gás. Esses preços administrados tomavam 15% da renda destas famílias, segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar do IBGE, de 1996, e atualmente devastam cerca de 35% desse orçamento. Ora, no IPCA, esses gastos, que continuam crescendo, respondem por percentual demasiado baixo. Ademais, algumas elevações são excluídas do IPCA, como ocorreu em 2001 com a multa sobre o dispêndio de energia elétrica acima de 250 kwh por mês.

6. Tampouco são devidamente ponderados nesse índice, entre outros, os preços das escolas particulares, dos planos de saúde, dos remédios e produtos de higiene pessoal. Estima-se que estes dois bens tenham tido elevações de preços da ordem média de 60% de dezembro de 2002 ao de 2003. Ora, o peso a eles atribuído não passa de 7% no IPCA. Ainda assim, tivesse sido computada a variação de 60%, esse item sozinho levaria a um incremento do IPCA de 4,2%. Isso sozinho já responderia por metade do total apurado de janeiro a outubro: 8,37%. De fato, em novembro de 2002, o “governo” autorizou reajuste imediato nos remédios de 8,63%. Nova majoração foi concedida no fim de dezembro daquele ano, de cerca de 8% - para vigorar nos primeiros dias de janeiro, totalizando 17,32%. A esses, durante o ano, se seguiram novos reajustes, oficiais ou não.

7. A teoria econômica ensina que, a longo prazo, devem ser pequenas as variações entre os preços de atacado e os pagos pelos consumidores, havendo defasagem apenas a curto a médio prazo, já que os primeiros costumam anteceder os segundos. Como mencionado, os preços ao atacado têm 60% de peso no IGP-DI. Entretanto, nos oito anos de 1995 a 2002, esse índice acusou inflação de 152.2%, e o IPCA a estimou em 100,65%. De janeiro a dezembro de 2003, a diferença a menor do IGP-DI (7,7%) em relação ao IPCA (9,3%) está muito longe de mostrar tendência à igualização. Ademais, só de abril a julho, o primeiro foi inferior ao segundo. Aí estão mais indícios de que o modo de apuração dos índices trai um viés conceptual favorável aos grandes grupos econômicos e prejudicial aos assalariados.

8. A escamoteação de parte da efetiva inflação implica, além disso, que a queda no rendimento real médio das pessoas ocupadas foi ainda maior que a retratada pelos brutais 13% dos dados oficiais na comparação entre novembro de 2002 e novembro de 2003. A insuportável condição a que o modelo econômico submete o Povo brasileiro pode ser aferida, conquanto insuficientemente, pelos números oficiais sobre a participação dos salários na renda nacional. Segundo esses dados, em 1960, 55% da renda correspondiam aos salários, tendo essa participação declinado para 37,2% em 2000. A quanto terá descido em 2003?

9. Eis outra prova do empobrecimento acarretado pelo modelo econômico, que o atual Executivo federal insiste em preservar: em 1980, 40% dos assalariados ganhavam mais de três salários mínimos. Hoje o percentual caiu para a metade: só 20% superam esse modestíssimo patamar.

10. Mesmo que o salário mínimo passe, em maio, de R\$ 240,00 para R\$ 280,00, esses 15% não repõem senão a alta de preços dos últimos 12 meses. Mais: o modelo e a política econômica sendo o que são, os grupos oligopolistas, a pretexto desse reajuste, farão novas majorações de preços, com a usual desenvoltura. Dada a depressão da economia, na qual não estão sendo feitos investimentos produtivos, o efeito será a aceleração do declínio do poder aquisitivo dos assalariados, dos autônomos e dos pequenos e médios empresários, em processo de extinção.

11. Não bastasse o que precede, a pseudorreforma tributária tratou de assegurar o desvio das verbas das contribuições sociais e da CPMF para o caixa do Tesouro, i.e., a fim de estarem disponíveis para o serviço da dívida. Ademais, manteve congeladas as tabelas do imposto de renda de pessoa física, desatualizadas em 100,03% até novembro de 2003, conforme o IGP-DI. Resultado: mais erosão da renda dos consumidores. É pouco? Então, a administração colonial resolveu fazer crescer ainda mais a carga tributária, mais que dobrando a alíquota da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) de 3% para 7,6% sobre o faturamento das empresas. Estas repassarão aos compradores esse aumento, mal compensado pela incompleta eliminação da cumulatividade.

12. Em que redundo isso tudo? Resposta: 1) dar novo impulso à inflação; 2) asfixiar a renda dos consumidores e a demanda por bens e serviços; 3) realimentar a queda dos investimentos produtivos. Esse é o círculo vicioso presidido pelo FMI e pelo Banco Mundial, cuja ditadura no País tem como primeiro auxiliar o presidente do Banco Central. Não admira que a “autonomia” do Banco Central seja o próximo item prioritário das “reformas” ardorosamente defendidas pela *nomenklatura* petista.

A causa do desemprego: o modelo econômico

Data: 09/02/2004 - Autor: Adriano Benayon

Para avaliar o desemprego no Brasil, não há que confiar nas estatísticas divulgadas na mídia. O índice do IBGE só considera desempregados os que procuraram vaga nos 30 dias anteriores à resposta ao

questionário. A pesquisa restringe-se às seis maiores regiões metropolitanas. Quem teve alguma ocupação precária (bico) na semana anterior à pesquisa tampouco conta como desempregado. Já o DIEESE inclui os que procuraram trabalho nos 12 meses anteriores à pesquisa e tiveram somente atividade precária ou não remunerada. Segundo o DIEESE, o desemprego está em 19% na região metropolitana de São Paulo.

Em contraste com esses dados – e o IBGE aponta, a média de 12,3% em 2003, pode-se demonstrar que o índice real de desemprego ultrapassa 25% da População Economicamente Ativa (PEA). Supera, ademais, 30% da PEA, se nela se incluir, como deve ser, grande parte da População em Idade Ativa (PIA) que não figura na PEA. Essas pessoas não entram nesta, porque supostamente não mais estão buscando emprego. O desalento de muitas delas é um dos resultados da política econômica aplicada no Brasil há, pelo menos, 40 anos, e à qual o PT dá continuidade com açodamento crescente. Milhões de brasileiros estão desesperançados. Cansaram de correr atrás de oportunidades que ficaram cada vez mais raras, tornando-se miragens.

1. Quatro provas de 30% ou mais de desemprego

1.1. Aumento da população economicamente ativa menos emprego – 1991-2003

Conforme estudo do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), elaborado para a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), foram abertos 15,5 milhões de empregos, do início de 1991 ao fim de 2001, mas 12,3 milhões foram eliminados. Com isso o saldo foi de 3,2 milhões de empregos. Esse padrão não mudou em 2002 e 2003. Só houve saldo positivo nas ocupações informais e por conta própria. A deterioração está ligada ao declínio da formação bruta de capital fixo, i.e., do investimento produtivo. Por isso, na melhor das hipóteses, a média até 2003 não fica acima da que vai até 2001: 300 mil. Assim, de 1991 a 2003, o acumulado fica em 3,8 milhões.

Por outro lado, o IBGE – PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) aponta que a média anual do crescimento da PEA foi de 2 milhões, de 1998 a 2001. Os dados do IBGE não deixam dúvidas de que a taxa de crescimento da população vem caindo assustadoramente. Assim, de 1991 a 1997, a PEA aumentava a um ritmo maior do que nos anos mais recentes. Ela cresceu 26 milhões, de 1991 a 2003, à média de, pelo menos, 2 milhões por ano. Subtraindo os 3,8 milhões de empregos líquidos criados, resulta um aumento de 22,2 milhões no estoque do desemprego, equivalente a 25,3% da PEA.

1.2. 1981-1990

Para avaliar o aumento do desemprego, anterior ao período analisado na UFRJ, eis alguns dados: o crescimento do PIB e a taxa de investimento fixo em relação ao PIB, de 1974 a 2003.

TABELA 1 - Médias anuais:

PERÍODOS	CRESCIMENTO DO PIB (%)	INVESTIMENTO FIXO/PIB (%)
1974 a 1980	7,0	24,0
1981 a 1990	1,7	17,7
1991 a 2000	2,6	15,0
2001 a 2003	1,0	13,5

Limitemos a análise do desemprego aos dez últimos anos desse período, i.e., 1981 a 1990, no qual a PEA ganhou, pelo menos, cerca de 1,4 milhão de pessoas por ano. A queda abrupta no crescimento do PIB e do investimento nos anos 80 permite inferir que o ritmo de criação de empregos não foi muito maior que a havida nos anos 90. Mesmo admitindo que ela tenha sido o dobro dos 300 mil do período recente, ter-se-ia: 1,4 milhão - 600 mil = 800 mil. Ao ritmo de 800 mil/ano, o desemprego

acrescentaria 8 milhões de pessoas ao seu estoque, i.e., 9,1% da PEA atual. Somando esse percentual aos 25,3% referentes ao incremento do desemprego nos 13 anos mais recentes, resulta um acréscimo de 34,4% da PEA em 23 anos. E dentre os que estão nela há mais de 23 anos, quantos mais estarão desempregados, por terem sido substituídos no emprego ou por jamais o terem obtido?

1.3. Modelo econômico gerador de desemprego

O atual governo subestima, pois, de modo acintoso, o desemprego a que conduziu o modelo econômico, que ele aceita e aplica por inteiro. Esse modelo, determinado não pelas prioridades nacionais, mas pelas dos potentados da oligarquia financeira internacional, já fazia água desde o final dos anos 70, quando se desenhou a crise da dívida externa, a qual passou a crescer em função de créditos tomados somente para rolar dívidas, ao custo de comissões e taxas absurdas.

De fato, os dados da Tabela 1 o condenam inapelavelmente. A política econômica tem levado à queda continuada do investimento produtivo, e a taxa de crescimento do PIB tem sido lastimável desde os anos 80. O contraste é brutal entre 7% de 1974 a 1980 e 1% de 2000 a 2003. No meio dos anos 80 e dos 90, houve efêmeras altas do PIB, após os planos cosméticos, como o Cruzado, nos anos 80, e o Real nos anos 90. Nos anos 90 a política econômica tornou-se ainda mais nociva do que antes, pois nela foi acelerada a desestruturação da economia brasileira. Isso está conduzindo à decadência ainda mais profunda no futuro e faz urgente a reversão total do modelo. Não há outra forma de deter a dissolução do País, esgarçado por desordens, desequilíbrios e injustiças de todo tipo, consequência das “reformas” determinadas por potências estrangeiras.

A destruição estrutural da economia nos anos 90 foi iniciada nos anos 80 juntamente - e não por acaso - com a crise das contas externas. Acelerou-se, desde 1983, em consequência das condicionalidades impostas pelo FMI na reestruturação dos débitos. A crise derivada do modelo foi o instrumento para que ele próprio passasse a imperar de modo absoluto. De há muito, se transferia o controle da produção e dos mercados às empresas transnacionais. A tendência vem sendo levada a extremos e culminou com a total transferência da direção política para as mãos dos executores das diretivas do Banco Mundial e do FMI.

As dezenas de milhões de desempregados e as dezenas de milhões dos ocupados que labutam sem perspectiva de vida decente, não têm como aceitar as ladainhas repetidas pelas equipes econômicas do governo há 25 anos, como se nunca se tivesse mudado de presidente da República e de ministros da Fazenda, Planejamento, presidente do Banco Central, etc.

2. Categorias de “ocupados”

A dimensão do desemprego pode ser também apreciada nos dados da PNAD. Para o ano de 2001, o último disponível, haveria 75,5 milhões de ocupados e 7,8 milhões de desocupados. Somando-os, tem-se a PEA de 83,3 milhões. O desemprego oficial era naquele ano, portanto, de 9,4% da PEA. Mas, entre os “ocupados” figuram segmentos cuja condição não justifica a inclusão nesse conjunto: 4,4 milhões em trabalhos domésticos sem carteira assinada; 5,6 milhões em “ocupações” não remuneradas; 2,9 milhões em consumo próprio; 150 mil em construção própria.

Esses segmentos somam 13,1 milhões. Aí estão 15,7% da PEA, o eleva a taxa de desemprego de 9,4% para 25,1% da PEA. A taxa hoje é ainda maior já que o desemprego oficial subiu para 12,3% na média de 2003.

Restavam entre os ocupados, segundo o IBGE, 62,4 milhões, cuja maioria é constituída por empregados, a saber, 40,9 milhões, dos quais 40% não tinham carteira assinada (em 2003 essa proporção está chegando a 50%). Em segundo lugar vêm os ocupados por conta própria: 16,8 milhões. Juntas, as duas categorias respondem por 93% daqueles 62,4 milhões. As demais são relativamente inexpressivas: 3,2 milhões de empregadores e 1,5 milhão de empregados domésticos com carteira

assinada. Ressalve-se, em relação aos ocupados por conta própria, que grande parte deles, se não a maioria, trabalha de forma precária, como ambulantes e camelôs.

3. PIA, PEA e Desemprego

A PIA (População em Idade Ativa), segundo o critério oficial, monta a 143,3 milhões, abrangendo todos os maiores de 10 anos de idade. A população total do Brasil é 176,9 milhões em 2003. Adotando critério mais restritivo, excluimos do total os que estão na faixa de 10 a 14 anos e os da faixa de 70 anos ou mais. Ainda assim há 118,2 milhões de brasileiros em idade de trabalhar. Há também 1,5 milhão de crianças de 10 a 14 anos, que estão trabalhando. Assim, a PIA, em sentido restrito, fica com 120 milhões, i.e., 32 milhões mais do que a PEA.

Esta deve incluir todos em condições de trabalhar e com intenção de fazê-lo, não sendo concebível que, nas árduas condições de vida do País, 32 milhões de pessoas em idade ativa não desejem obter ganhos de seu trabalho. Em tal situação só se imagina os inabilitados e os gravemente doentes, cerca de 6 milhões (5%). Além desses, os dependentes dos abastados, como donas de casa sem trabalhar fora e filhos em idade ativa que só estudam. Mas a quantidade dessas pessoas não passa de 3 milhões. Na verdade, só 1,4 milhão de pessoas ganha acima de 20 salários mínimos, sobretudo gente de classe média. Multiplicando por 2,2 dependentes, chega-se 3 milhões.

Restam 23 milhões de brasileiros desalentados, que se incorporariam à PEA, se o mercado de trabalho lhes desse alguma oportunidade, por menor que fosse. Só os efeitos destruidores do modelo e da política econômica permitem entender o seu estupendo número. Esses efeitos fazem-se sentir há decênios e têm sido exponenciados ultimamente por Executivos subordinados às regras ditadas por centros de poder estrangeiros. Contando os desalentados a PEA subiria de 88 milhões para 111 milhões, e o número oficial dos desocupados ascenderia de 11 milhões (12,5% da PEA) para 34 milhões (31% da PEA).

O descomunal desemprego decorre da escassa criação de empregos. Esta, por sua vez, da falta crônica e crescente de investimento produtivo. O desastre é tanto mais colossal, quanto se impingiu ao Brasil um brutal controle de natalidade, que vem limitando a entrada de centenas de milhares mais na força de trabalho. Alegam os interventores externos e seus adeptos locais que o controle da natalidade atenuaria o desemprego. Isso não ocorreu. Ao contrário, o modelo genocida eliminou pessoas, mas não eliminou o subdesenvolvimento. Ao contrário, agravou-o.

4. Rendimentos: zero ou muito pouco

O desastre envolve também a esmagadora maioria dos que ainda escapam do desemprego. Conforme o censo do IBGE para 2002, dos 140,4 milhões que constituíam a PIA, 51,4 milhões de brasileiros não tinham rendimento algum, 1,2 milhão nada havia declarado, e 9,4 milhões ganhavam até meio salário mínimo. Esses segmentos somam 62 milhões de pessoas, i.e., 44% da PIA. Acrescentando-se os que percebiam de meio a um salário mínimo (21,2 milhões), o aterrador resultado mostra 83,2 milhões de brasileiros, i.e, 59,3% da PIA, sem meios de subsistência.

Ganhando um salário mínimo, ou mais, só havia, em 2002, 57,2 milhões, ou seja 66,4% da PEA. O dado implica que 33,6% da PEA nada ganham ou têm “remuneração” inferior a 1 salário mínimo. A TABELA 2 mostra as faixas de rendimentos e o número de pessoas em cada uma delas. A fonte é o IBGE, e os dados referem-se a 2002:

TABELA 2:

Total	140.353.001
Até 1/2 salário mínimo	9.351.998
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	21.194.053

Mais de 1 a 2 salários mínimos	24.191.360
Mais de 2 a 3 salários mínimos	11.463.656
Mais de 3 a 5 salários mínimos	9.770.793
Mais de 5 a 10 salários mínimos	7.296.496
Mais de 10 a 20 salários mínimos	3.012.060
Mais de 20 salários mínimos	1.470.661
Sem rendimento	51.414.018
Sem declaração	1.187.906

5. A implosão dos salários

Não faltam, pois, demonstrações cabais de que o modelo econômico, caracterizado pela predominância de grandes empresas transnacionais, vem destruindo as perspectivas de desenvolvimento e até mesmo as condições de o País manter sua independência e sua integridade.

Há mais provas desse diagnóstico, como a trajetória da participação dos salários no produto interno bruto ao longo dos últimos 40 anos. Em 1964, ela era de 62,3%. Ela caiu para 45,4% em 1990, para 37,2% em 2000 e para 36,1% em 2002. Agora, sob o Executivo e Legislativo comandados pelo PT, a participação dos salários tomba para 31,5% do PIB. O declínio é, portanto, contínuo e abissal. Pior: agora o declive é mais agudo: a perda em um só ano (2003) foi de 4,6 pontos percentuais.

6. Causas imediatas do descalabro social

6.1. Investimento federal zero

A brutal queda da participação dos salários na renda nacional não é obra do acaso. Tendo por arautos locais o presidente aposentado do Banco de Boston, à frente do Banco Central, e o ministro da Fazenda, do partido dito dos trabalhadores, foi intensificada a política, generosa para com os bancos, de não só priorizar, mas de maximizar o pagamento de juros da dívida engendrada pelo próprio modelo. Para isso, o atual governo corta ainda mais os gastos federais produtivos e promove os juros reais mais elevados do Mundo, incrivelmente patrocinados pelo próprio país devedor.

Os investimentos da União Federal desceram ao mísero patamar de 0,1% do PIB. Esse valor é sete vezes menor do que o do pior ano do Executivo anterior, e nada menos que 170 vezes menor que o do governo da China.

6.2. Juros de agiotagem e dívida pública crescente

Os juros pagos pela União atingiram, segundo o Banco Central, R\$ 145,2 bilhões em 2003. Para pagá-los o governo federal arrancou um superávit primário inédito (saldo do orçamento sem incluir as despesas de juros): 66,2 bilhões, igual a 4,32% do PIB. Além disso, gastou com os juros mais R\$ 79 bilhões, que é o déficit do Orçamento da União, ou seja, 5,16% do PIB. Os juros públicos correspondem, portanto, a 9,5% do PIB. Eles consumiram a metade das receitas dos impostos e contribuições arrecadados pela União.

Para mais uma comprovação de que o modelo torna inviável a economia brasileira e o próprio Brasil, todo o aperto fiscal e toda a supressão de investimentos não foram suficientes para evitar que a dívida pública crescesse, e muito. A dívida mobiliária interna (títulos federais no mercado) aumentou de R\$ 623,2 bilhões no final de 2002 para R\$ 731,4 bilhões no de 2004. Ou seja: 17,4%. Em suma, além de terem feito o produto real e aumentar o desemprego, foi alimentada a raiz desses males.

Conforme o próprio Banco Central, os bancos estão impondo, em média, às empresas, juros de 30,2% aa., apenas 0,7 ponto percentual abaixo de dezembro de 2002. Essas taxas praticamente não tiveram redução nominal (2,2%), o que as fez aumentar em termos reais, mesmo após as quedas na SELIC. As pequenas e médias empresas pagam mais de 50% aa. Como tolerar o discurso da competitividade e

demais refrões dos noticiários econômicos diariamente impingidos ao Povo? A extorsão nas taxas de juros pagas pelas pessoas físicas não conhece limites e constitui violação grosseira dos direitos humanos. Ainda estão em 66,6% aa. Nos cheques especiais, a média dispensa comentários: 144,6% aa. anuais. É o primeiro lugar mundial em matéria de lesar clientes. Essas taxas diminuíram menos que a aplicada a títulos públicos, a mais alta do Mundo, a SELIC. Sob o falso pretexto de combater a inflação, a atual direção do Banco Central elevou-a brutalmente no 1º semestre de 2003, tendo-a feito chegar, em abril, a 26,5% aa. Isso implicou a absurda taxa real de 16,4% aa. No final de 2003, a taxa nominal diminuiu para 16,5% aa. Mas mantém-se, em termos reais, no nível mais alto do Mundo, acima de 9% aa. Compare-se com 1% aa. nominais nos EUA, uma taxa negativa em termos reais.

6.3. Tributos abusivos para enriquecer bancos

Entre os descabimentos causados pelos juros abusivos, está a sugação dos brasileiros por meio de impostos e contribuições abusivos, que continuam sendo aumentados pelo atual governo. Basta lembrar a elevação da alíquota da COFINS e o congelamento das faixas de rendimentos sujeitas ao imposto de renda, i.e., sem corrigi-las de acordo com a inflação.

Para quê arrancar mais recursos de um Povo já desprovido deles? Só para que o governo proporcione aos banqueiros juros exuberantes. Ademais, a prodigalidade oficial faz com que os bancos não precisem exercer a função que justificaria sua existência: prover crédito à economia. Desfrutando a benesse dos títulos da dívida pública, eles cobram taxas de agiotagem no escasso crédito que prestam à economia produtiva e às pessoas físicas.

A coisa é tanto mais criminosa, que o Tesouro Nacional entrou em 2004 com R\$ 153,3 bilhões em caixa. O grosso disso vem do desvio das contribuições sociais, em valor superior ao da imoral “Desvinculação das Receitas da União”. Como admitir que o Tesouro Nacional contraia mais dívidas, tendo essa enorme sobra de dinheiro em caixa?

Como isso não pôs em questão o regime político supostamente vigente? Como isso não foi amplamente discutido, para que se perceba estar a política econômica controlada por uma ditadura hostil ao Brasil e a seu Povo? De novo: só para arranjar recursos a fim de presentear os banqueiros. Estes remetem dezenas de bilhões de dólares por ano ao exterior, por conta própria e para clientes. Como o conseguem sem que a Lei que o faculte? Graças a regulamentos ilegais do Banco Central.

6.4. Autonomia do Banco Central: legalização da ditadura

Em face dessas realidades, defender a autonomia do Banco Central é pronunciar-se a favor da liquidação do Brasil e tripudiar sobre o sofrimento e da morte de milhões de seus cidadãos. Essa instituição federal prima por devastar a economia brasileira em benefício de muito poucos. O atual comando do Banco Central pretende ser autônomo por Lei, além de discricionário de fato, o que já é. Com que fim? Ele vem sendo pelo menos tão condescendente como o governo anterior para com os concentradores privados do setor financeiro, os grandes bancos comerciais estrangeiros e dois ou três grandes locais a eles associados.

Desemprego e modelo econômico

Data: 12/02/2004 - Autor: Adriano Benayon

1. Os desempregados são, pelo menos, 25% da População Economicamente Ativa (PEA) e passam de 30%, se incluirmos na PEA dezenas de milhões de desalentados, que cansaram de buscar trabalho.
2. Conforme estudo de Instituto da UFRJ, foram abertos 15,5 milhões de empregos, do início de 1991 ao fim de 2001, mas 12,3 milhões foram eliminados. Esse padrão não mudou, de sorte que a média da criação líquida de empregos em 2002 e 2003 não fica acima de 300 mil/ano. Assim, de 1991 a 2003,

o emprego só aumentou em 3,8 milhões. O crescimento da PEA foi de 26 milhões no período. Subtraindo os 3,8 milhões de empregos, fica um aumento de 22,2 milhões no desemprego, equivalente a 25,3% da PEA.

3. De 1981 a 1990, a PEA ganhou 1,4 milhão de pessoas por ano. A queda abrupta no crescimento do PIB e do investimento nos anos 80 permite inferir que o ritmo de criação de empregos não foi muito maior que a dos anos 90. Mesmo admitindo o dobro, i.e. 600 mil/ano, ter-se-ia: 1,4 milhão - 600 mil = 800 mil. Ficaram, portanto, desempregadas mais 8 milhões de pessoas, ou seja, 9,1% da PEA atual. Somando esse percentual aos 25,3% dos últimos 13 anos, chega-se a um acréscimo de 34,4% em 23 anos.

4. Subestima-se, pois, acintosamente, o desemprego a que conduziu o modelo econômico, determinado pela oligarquia mundial. Embora os dados o condenem inapelavelmente, o governo atual adota-o por inteiro.

5. A queda do investimento produtivo e a da taxa de crescimento do PIB têm sido contínuas. O contraste é brutal entre 7% aa. de 1974 a 1980 e 1% aa. de 2000 a 2003. Nos anos 90 a política econômica tornou-se mais nociva que antes, pois acelerou a desestruturação da economia, intensificada desde 1983 com as condições impostas pelo FMI no quadro da dívida externa. Assim, a crise derivada do modelo foi o instrumento para que ele próprio passasse a imperar de modo absoluto. De há muito, transferia-se o controle da produção e dos mercados às empresas transnacionais. Isso culminou com a total transferência da direção política para os executores das diretivas do Banco Mundial e do FMI.

6. A dimensão do desemprego pode ser também vista por meio da População em Idade Ativa. Mesmo reduzindo-a em relação à definição oficial, que nela inclui os maiores de 10 anos, ela supera a PEA em 23 milhões. Esse é, portanto, o número de desalentados que se incorporariam à PEA, se vislumbrassem oportunidade de trabalhar. Contando-os, a PEA subiria a 111 milhões, e os desocupados a 34 milhões (31% da PEA).

7. Ademais, 16% da PEA não têm remuneração ou fazem serviços domésticos sem carteira assinada. Com eles o desemprego oficial subiria a 28,3% da PEA. Há mais: 1) entre os “ocupados”, 20% o são por conta própria, incluindo ambulantes e camelôs; 2) 40% dos empregados não têm carteira assinada.

8. Outra síntese do que significa o modelo é dada pela participação dos salários no produto interno bruto. Em 1964, esta era 62,3%. Caiu para 45,4% em 1990 e 36,1% em 2002. Em 2003, sob o PT, tomba para 31,5% do PIB. O declive torna-se mais íngreme.

9. Os 40 milhões sem atividade e 60 milhões de ocupados sem condições decentes de vida não têm como aceitar as ladainhas das equipes do governo repetidas desde há 25 anos, como se nunca se tivesse mudado de presidente da República e de ministros da Fazenda, presidente do Banco Central, etc. A política econômica tem por único guia o interesse dos bancos, maximizando o pagamento de juros da dívida pública engendrada pelo modelo. Seus arautos locais, o presidente aposentado do Bank of Boston, à frente do Banco Central, e o ministro da Fazenda, do PT, têm por obsessão promover juros reais de agiotagem e cortar gastos federais produtivos. Os investimentos fixos da União desceram a 0,1% do PIB, valor sete vezes menor do que o já ridículo investido no pior ano do Executivo anterior (1997).

10. Os juros federais, em 2003, atingiram R\$ 145,2 bilhões. Para isso o governo arrancou um superávit primário inédito: 66,2 bilhões, i.e., 4,32% do PIB. Além disso, os juros consumiram mais R\$ 79 bilhões

(déficit da União). Todo o aperto fiscal não foi suficiente para evitar o crescimento da dívida pública. Os títulos federais no mercado elevaram-se em 17,4%, de R\$ 623,2 bilhões em 2002 para R\$ 731,4 bilhões em 2004. Os males prosseguem aprofundando suas raízes.

11. As taxas reais de juros dos títulos públicos são as mais altas do Mundo. As cobradas às empresas produtivas tornam vazio o discurso da competitividade e demais refrões dos noticiários econômicos. Os juros extorquidos das pessoas físicas violam os direitos humanos. A já absurda carga tributária está aumentando com a elevação da COFINS e com novas contribuições. Tudo para dar juros exuberantes aos banqueiros. Assim, estes não exercem a função que justificaria sua existência: prover crédito à economia produtiva. Por cúmulo, remetem ao exterior dezenas de bilhões de dólares por ano, por conta própria e para clientes, escorados em regulamentos ilegais fabricados no Banco Central.

12. Os crimes são tal ordem, que o Tesouro Nacional tinha ao entrar em 2004 R\$ 153,3 bilhões em caixa, acumulados com o desvio de contribuições sociais. Como admitir que a União contraia dívidas, tendo em caixa esse colossal dinheiro?

Todo o poder do Banco Central

Data: 15/03/2004 - Autor: Adriano Benayon

1. O tempo trabalha contra o Brasil e vem sendo desperdiçado em querelas inglórias entre o partido do atual governo e o do não menos lastimável Executivo anterior. Enquanto isso, prossegue a pilhagem desenfreada dos recursos do País, com o beneplácito dos que aparentam presidi-lo. Agora, de novo, o ocupante da Presidência da República acaba de defender a política por meio da qual o Banco Central massacra a economia nacional, além de vedar críticas de ministros a essa política.

2. Paralelamente, a mídia deu ênfase a acusações exumadas para atingir o Chefe da Casa Civil. O processo foi detonado por ter ele: 1) descartado o envio ao Congresso, este ano, do projeto de autonomia do Banco Central; 2) falado em favor de taxas de juros menos altas que as atuais.

3. Até então, J. Dirceu pouco havia dito sobre essa área, que não lhe seria afeta. Na prática, ela não pertence nem ao Presidente da República: é da alçada exclusiva do executivo do Banco de Boston que dirige o Banco Central por mandato dos bancos mundiais. Decidindo discricionariamente sobre a política econômica, ele assume funções do Executivo Federal. Assim, o sistema constitucional está subvertido, sob ditadura emanada de um golpe de Estado.

4. Em ano de eleições municipais, o Ministro-Chefe da Casa Civil terá sentido a necessidade de mudar algo para estancar o aumento do descrédito do Executivo federal. De fato, cresce a percepção popular de que a vida está mais difícil do que nunca. Mas, sendo as cartas dadas pelas finanças concentradas, a atitude do virtual Primeiro-Ministro quase lhe custou o cargo.

5. A área econômico-financeira não é apenas uma área. As consequências do que nela se faz se estendem a todos os aspectos da vida do País. Recordando: os encargos (juros e correções) da dívida pública foram recorde em 2002: R\$ 295,5 bilhões. Em artigos do ano passado, demonstrei ser esse o número real, enquanto o Banco Central apontava menos da metade disso: R\$ 113,9 bilhões. Grande parte da despesa em 2002 decorreu de o real se ter desvalorizado em 50%, o que elevou o serviço da dívida externa, além de determinar taxas de mais de 80% aa., auferidas pelos detentores de títulos da dívida pública indexados ao dólar.

6. Em 2003, quando a taxa cambial do real se recuperou em 20%, a conta oficial dos juros caiu para R\$ 145,2 bilhões. A diminuição só não foi maior, porque os títulos indexados foram sendo substituídos pelos atrelados à taxa SELIC, que o Banco Central manteve em níveis muito mais altos que os suportáveis pela economia e pelas condições sociais do País.

7. O pretexto são as “metas de inflação”, como se a estrutura da economia permitisse conter os preços por meio das taxas de juros. Com efeito, mais de 80% dos bens industriais e primários e dos serviços são objeto de oligopólio, o que implica a tendência de reduzir a produção, e não os preços, quando a demanda se retrai. Ademais, os preços administrados dos serviços públicos privatizados decorrem de contratos lesivos ao Brasil, firmados pela administração anterior e respeitados pela atual. Eles reindexam a inflação pregressa, o que implica elevações das tarifas das utilidades públicas superiores à meta de inflação estabelecida no acordo com o FMI.

8. Tentando ocultar que a elevação dos juros é o objetivo, pratica-se arrocho cavalgar sobre a procura de bens e serviços, por meio das altas taxas e de cortes no gasto público. Os estragos que isso causa à produção e aos investimentos são incalculáveis. Os empregos e as empresas produtivas são esmagados, inclusive porque as taxas de juros para elas são um múltiplo da altíssima fixada para os títulos oficiais. A queda da despesa pública não-financeira completa a ruína da economia, pois se combina com impostos acima de 36% do PIB e em alta.

9. O governo federal bateu, em 2003, mais um recorde vergonhoso: investiu 0,4% do PIB. Menos do que a deplorável administração tucana em seu pior ano (1999, 0,7% do PIB). Comparando com 17% na China, são 42,5 vezes menos. Assim, se arranjou um superávit primário inédito em 2003: R\$ 66,2 bilhões, i.e., 4,32% do PIB, mas os R\$ 145,2 bilhões dos juros absorveram mais R\$ 79 bilhões (déficit da União). Com isso, mais dívida pública. Os títulos federais no mercado cresceram de R\$ 623,2 bilhões em 2002 para R\$ 731,4 bilhões em 2003, i.e., 17,4%.

10. Se alguém imagina que o presente estado de coisas possa prosseguir sem transformar a população em robôs ou em delinquentes, que atente para a queda da participação dos salários no PIB. Ela afundou de 62,3% em 1964 para 36,1% em 2002. E em 2003? O declive tornou-se mais íngreme, com a participação caindo 4,6 pontos percentuais em um só ano, para 31,5%.

Plano Real – dez anos de saqueio

Data: julho de 2004 - Autor: Adriano Benayon

1. Ao título acima, poder-se-ia acrescentar “dez anos de mentiras”, o recurso empregado para saquear o patrimônio do País e para manietar seu potencial de desenvolvimento.

2. O primeiro resultado do Plano Real foi iludir a maioria dos brasileiros, dando a impressão de que a alta dos preços seria definitivamente afastada, quando, na realidade, o Plano se limitou a desindexar os salários. Por mais que estes fossem sacrificados ou, antes, triturados, acumularam-se altíssimas taxas de inflação. Comparando os preços atuais (junho de 2004) com a base 100 em junho de 1994, o IPCA (índice de preços ao consumidor, ampliado, do IBGE) chegou a 287,6, e o IGP-DI (índice geral de preços, disponibilidade interna, da FGV) atingiu 339,6. Na média dos dois índices, os preços mais que triplicaram.

3. Segundo os jornalões, o Plano trouxe estabilidade, mas não crescimento. Com a escalada dos índices dos preços e seis crises cambiais de 1995 a 2002, os editoriais da mídia refletem apenas a posição dos submissos à oligarquia estrangeira, satisfeitíssima com o saqueio do País. Não houve estabilidade

alguma. Além de não se extinguir a inflação monetária, foi criada brutal inflação de títulos públicos: a dívida mobiliária interna federal foi multiplicada por 12 (ou por 4, descontada a inflação).

4. Mesmo que a alta dos preços tivesse sido sustada, sua substituição pela inflação de títulos seria prejudicial para o País. Com efeito, a base monetária constitui dívida sobre a qual o Estado não paga juros, ao contrário dos títulos públicos. E que juros! Em 1998, quase 50% aa. Bestial para uma economia da qual se dizia ter sido afastada a inflação!

5. O segundo resultado da fraude que atende pelo nome de Plano Real foi ainda mais trágico que o primeiro: a eleição, em 1994, de um candidato à presidência da República, que assumiu a paternidade do Plano, de modo espúrio, ao ser nomeado para o ministério da Fazenda, após a demissão de seu predecessor, provocada por mal explicado incidente parabólico na TV oficial, i.e, na TV Globo.

6. Essa eleição e a reeleição obtida por meio de corrupção, custaram ao País a perda de patrimônios da ordem de 30 trilhões de reais, em decorrência das privatizações-piratizações, das concessões, da venda de 2/3 das ações da Petrobrás, da desnacionalização graciosa de grandes bancos comerciais e estatais, como o BANESPA, e de inumeráveis outras ações nocivas aos interesses nacionais. Naquele valor não estão contados os danos morais infligidos à autoestima do País e à sua capacidade de reagir à desinformação de que continua sendo vítima.

7. Com o tempo, os danos morais transformam-se em novos danos materiais, pois facilitam a intensificação da pilhagem dos recursos do País. Sequelas desse processo têm sido as reformas institucionais comandadas pelo Banco Mundial e pelo FMI, como a reescritura da ordem econômica da Constituição à inteira satisfação das empresas transnacionais, a desvinculação das receitas da União (DRU), o desmonte de monopólios estatais e da previdência social.

8. Quando o Plano Real foi anunciado, e antes mesmo da divulgação de suas provisões, iniciei uma série de sete artigos, publicados na Tribuna da Imprensa, de 20 de junho a 30 de julho de 1994. Transcrevo excertos do último artigo daquela série (30.07.1994):

“Continuamos perdendo poder de compra, ou seja, cada vez falta mais salário (ou renda), e sobra mais mês. A suposta saída de comprar menos não é solução para fazer baixar preços. Além disso, não se tem feito outra coisa senão comprar menos. Não por escolha, mas por necessidade. Se isso não levasse os oligopólios a ofertar menos, a alta de preços já teria sido atenuada há muito tempo. E não foi.

9. Os planos como o real consolidam os aumentos de preços acelerados que ocorrem antes de sua edição. Os preços dos bens e serviços são puxados para cima pelas grandes empresas, que têm poder de oligopólio sobre o mercado. Essas têm sempre elevado os seus preços relativos, quer dizer, os deles em relação aos de grupos menos poderosos. Estes tentam ir atrás, e assim a alta de preços é generalizada.

10. Pelos métodos que têm sido usados na chamada política econômica, para que tivesse efeito o tão recomendado boicote dos consumidores, seria preciso que estes ficassem sem renda alguma e aí não demandassem coisa alguma. Seria o modelo econômico dos cemitérios: os residentes não demandam bens e serviços terrenos. De resto, um resultado consistente com as políticas econômicas que estão predominando há tempo.

11. A desatenção a esses fatos é promovida pelos "formadores de opinião". Praticantes dos sofismas e alimentadores das ilusões, eles passam a ideia de que se vive em economia de mercado. Eis aí uma distorção do conceito, pois economia de mercado seria aquela em que este regesse as relações

econômicas, os preços, etc., sem ser governado por qualquer dos participantes. O que está aí da economia de mercado é só a exterioridade.

12. Nessa deformação sofista joga-se fora o elemento central da economia de mercado, um sistema em que há equilíbrio de forças. Nele os preços não podem ser fixados por decisão unilateral de uma empresa ou de uma pessoa (ou de um pequeno número delas). Ou seja: à medida que a concorrência vai se tornando cada vez mais imperfeita, ao ponto de praticamente não existir, não há economia de mercado. Há apenas capitalismo. E, em nosso caso, só o pior lado dele, pois o capital é controlado do exterior.”

13. A estabilidade só pode decorrer da desconcentração do poder econômico, a qual, como os principais investimentos para o desenvolvimento, tem de ser assegurada sob o comando do Estado. No Brasil os oligopólios elevam os preços, fazem que haja pouco investimento público e privado, e transferem para o exterior mais da metade do que poderia ser poupado para investir ou gasto em consumo no Brasil. Ora, investimento e consumo são os propulsores da produção e da renda.

14. Essa situação é inerente aos países subordinados ao modelo dirigido pelo exterior (teleguiados), nos quais o setor produtivo está nas mãos de empresas transnacionais. É abissal o contraste entre esses países e os autôcentrados, nos quais predomina o capital nacional. No primeiro caso, estão os empobrecidos Brasil e a Argentina, apesar de seus fabulosos recursos naturais e humanos. No polo oposto, países com exíguo território e escassos recursos naturais, como Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Japão, Coreia do Sul e Taiwan.

15. Só a diferença qualitativa entre os modelos econômicos explica o íngreme declínio dos primeiros e porque os segundos, apesar de seu modesto potencial, estão no grupo de elevado produto por habitante (os mais “pobres” dentre eles o têm acima de 15 mil euros). O do Brasil não chega a 2.500 euros e, pior, metade do PIB fica nas mãos de empresas controladas do exterior.

16. Em 1994 não se havia ainda feito o grosso das “privatizações” - muitas em proveito de estatais estrangeiras. Estas e as privadas, igualmente predatórias, passaram a controlar o grosso da geração e distribuição de eletricidade, as telecomunicações e concessões de serviços públicos. Ademais de receber as ex-estatais de graça, ganharam carta branca para locupletar-se às expensas do País, mediante tarifas abusivas e sua indexação. Surgiu assim grande propulsor da alta de preços.

17. Do início do Plano Real ao presente, o peso nos orçamentos familiares das tarifas de serviços públicos e preços administrados passou de 10% para 17%, segundo o IBGE. Estudo da Global Invest mostra que, em 1995, os trabalhadores gastavam 8,9% de sua renda com tarifas públicas. Hoje são 23,1%. No município de São Paulo, de agosto de 1994 a maio de 2004, os preços administrados subiram 258,8%, i.e., bem mais que o IPCA (151,3%) e que o próprio IGP-DI (217,7%), usado como indexador.

18. Desde agosto de 94, os serviços de telefonia subiram 715,1%, i.e. 4,7 vezes a inflação medida pelo IPCA. O gás de botijão teve aumento de 525,9%. Transportes: trem, 259,1%; ônibus, 239,9%; táxis, 211,8%. Correios, 376%; eletricidade, 212,6%; água e esgoto, 261,7%.

19. As causas principais da alta de preços são: 1) o controle dos mercados pelo poder econômico concentrado em poucas empresas, em geral estrangeiras; 2) a indexação das tarifas de serviços públicos privatizados e a permissividade das agências pseudo-reguladoras; 3) a inibição da produção resultante de: a) abolição dos investimentos na infraestrutura; b) compressão da renda disponível dos brasileiros (se a procura estagna ou declina, para quê investir na produção?).

20. Essa compressão decorre, por um lado, do declínio da massa salarial (função do desemprego e da queda real do salário médio), e, de outro, da insuportável da carga tributária, a qual, para a classe média, está próxima a 60% da renda bruta. As transnacionais e bancos gozam de vantagens fiscais, e as transferências ao exterior eliminam seu imposto de renda. A média da carga tributária federal cresceu de 16% para 24% do PIB Enquanto isso, os investimentos do “governo” federal (janeiro a maio de 2004), baixaram a quase zero: 0,06% do PIB, valor mais de dez vezes inferior aos 0,7% do PIB no pior ano de seu inqualificável predecessor.

21. Conclusão: o Plano Real, adotado pelo governo petista, não estabilizou sequer a miséria, pois esta cresce impulsionada por tudo o que resumimos acima. A própria inflação está retornando aos dois dígitos. No 1º semestre de 2004, o IGP-DI ficou em 6,9%, o que, anualizado, perfaz 14,3%. Ao mesmo tempo, sofremos as taxas de juros reais mais elevadas do Mundo e o mais estúpido dos arrochos fiscais, que impede os gastos governamentais produtivos. Essa é a receita do FMI, imposta pelo sátrapa do Banco do Boston designado para comandar a economia brasileira. Uma receita para fazer definhar o paciente.

De fato, prossegue intocada a pretensa “âncora” dos juros, praticada desde o começo do Plano Real, para as “metas inflacionárias”. A defesa dos juros de agiotagem não é feita só por banqueiros, que nela têm interesse direto, por seus porta-vozes do “mercado financeiro”, pela mídia e pelos acadêmicos amestrados. É a política oficial do “governo” do PT, partido antitrabalhadores.

Já o disse e torno a repetir: as altas taxas de juros destinam-se exclusivamente ao saqueio do País pelos bancos e outros concentradores. Elas não somente não atenuam a inflação, mas a atizam, pois:

- 1) Os preços dos bens e serviços sobem diretamente em função da elevação do custo do capital, para giro ou para investimento.
- 2) Os produtores são dissuadidos de investir por causa desse custo e da queda na procura, decorrente do alto custo do crédito para seus clientes. A resultante redução da oferta é fator de inflação.
- 3) A queda nos preços derivada da diminuição da procura é muito inferior à elevação de preços proveniente dos fatores expostos acima, uma vez que: a) dado o achatamento, por 25 anos, da renda disponível de, no mínimo, 98% dos brasileiros, a procura deles não tem mais espaço para ser comprimida, o que acentua sua tendência a ser inelástica em relação ao preço; b) a estrutura de mercado oligopolista faz que a oferta seja reduzida quando há diminuições na procura, anulando o efeito que estas pudessem ter.

Como a dos juros, as “âncoras” fiscal e cambial o que fazem é afundar o navio. O corte dos gastos públicos produtivos faz cair a oferta de bens e serviços. A tentativa, abandonada desde a aguda crise cambial de 1999, de aparentar estabilidade escorando a taxa do real por meio de juros elevados (em 1998, à estratosfera), dilapidou as reservas em dólares e não garantiu estabilidade alguma. Muito pelo contrário.

Contradições da 6ª licitação do petróleo

Data: 18/08/2004 - Autor: Adriano Benayon

Contradições na decisão do MINISTRO NELSON JOBIM de conceder mandado de segurança para manter a 6ª licitação do petróleo descoberto pela Petrobrás. Por Adriano Benayon, 18 de agosto de 2004

Primeira – periculum in mora (perigo na demora) e desconhecimento da existência de Ministro do próprio Tribunal

O MINISTRO NELSON JOBIM diz, em sua decisão, ser pacífica a orientação do Tribunal “de que não se configura o periculum in mora, para os fins de concessão de cautelar, se a lei objeto da impugnação estiver em vigor há muito tempo.” Foi com isso que ele tentou fundamentar que a Lei nº 9.868/99 não admite decisão monocrática fora do período de recesso.

A ADIN do Governador do Paraná, Roberto Requião, ataca disposições de uma lei, contrárias à Lei Magna e que visam a permitir a alienação graciosa de patrimônio público de centenas de bilhões de dólares. A ação de inconstitucionalidade dirige-se contra lei ou ato atentatório à Constituição, e esta não estabelece limites ao direito à tutela, a qualquer tempo.

Se não houve, desde 1997, uma ação que pusesse cobro aos danos causados ao País pela Lei 9.478/97, nunca é tarde para isso, mesmo porque a Lei não foi revogada. O tempo por si mesmo não suprime os vícios e, muito menos, o desacordo entre normas inconstitucionais e a Constituição. O argumento de que uma lei, simplesmente por estar em vigor há alguns anos, não pode ensejar a figura do periculum in mora caracteriza um burocratismo execrável.

Sendo onze os ministros, e havendo-se um deles pronunciado pelo periculum in mora, como considerar pacífica a orientação preferida pelo MINISTRO NELSON JOBIM, se, em sentido contrário a ela, manifestou-se o Relator Carlos Britto? Entende, então, o MINISTRO NELSON JOBIM que o Ministro-Relator, Carlos Ayres Britto, não existe, ou que seu voto não tem valor?

Segunda – decisões monocráticas e recesso: dois pesos e duas medidas

O MINISTRO NELSON JOBIM argumenta que o Ministro-Relator não poderia conceder a medida cautelar em decisão monocrática, porquanto a Lei 9.868/99 determina que tal tipo decisão só pode ser exarada em período de recesso, não havendo o periculum in mora.

Entretanto, o próprio MINISTRO NELSON JOBIM decidiu sobre o mandado de segurança, impetrado pelo presidente da República, sem designar qualquer relator, alegando “a impossibilidade de proceder [à] sua distribuição em tempo hábil”. Não estando o Supremo Tribunal em recesso, como lembrou o MINISTRO NELSON JOBIM, não haveria qualquer dificuldade - e, muito menos, “impossibilidade”, termo usado pelo MINISTRO NELSON JOBIM - em fazer chegar o feito às mãos de um Ministro, em um dos Gabinetes da Casa que preside.

Ora, o MINISTRO NELSON JOBIM inquinou a decisão do Ministro-Relator, por não estar o Tribunal em recesso. Contraditoriamente, não estando o Tribunal em recesso, ele mesmo concedeu a segurança pedida pelo Executivo Federal. Tomou, por conseguinte, uma decisão não menos monocrática que a do Ministro-Relator da ADIN - e, ademais, antirregimental, por não proceder à distribuição do feito - com o pífio argumento de sua impossibilidade. Estariam em greve os contínuos da Excelsa Corte e, na falta deles, não haveria uma diligente assessora que se dispusesse a entregar em mão o processo?

Terceira – desrespeito a precedentes e decisão não fundamentada

O Ministro Nelson Jobim não tomou conhecimento do precedente de ter havido ADIN, na qual o relator, o Ministro Pertence, decidiu monocraticamente, ad referendum do Tribunal (ADIN 2.849), fora de período de recesso.

Esse precedente é posterior à Lei nº 9.868/99, que o atual presidente do STF invocou para excluir a legalidade da decisão do Ministro-Relator Carlos Britto, a qual suspendeu a eficácia de alguns

dispositivos da Lei 9.478/97, em medida cautelar deferindo parcialmente a ADIN interposta pelo Governador do Paraná.

Conforme reconhece o próprio MINISTRO NELSON JOBIM, a decisão do Ministro Pertence foi prolatada após àquela lei, e não há notícia de que ela tenha sido apreciada pelo Plenário, o que implica ter sido mantida. Isso significa que o MINISTRO NELSON JOBIM está afrontando um precedente recente do Supremo Tribunal Federal, sem sequer discuti-lo. Ele infringe, assim, o inciso IX do art. 93 da Constituição Federal, que exige a fundamentação das decisões judiciais. Além disso, desrespeita seus Pares, cujos argumentos, tanto os do precedente, como os da recente decisão do Ministro Carlos Britto, nem mesmo comentou.

Quarta – Descabimento do mandado de segurança

Para justificar o acatamento do mandado de segurança requerido pelo presidente da República, o presidente do STF alegou que não havia recurso contra a decisão do Ministro-Relator. Essa alegação do MINISTRO NELSON JOBIM não se sustenta, porque: 1) a decisão do Ministro-Relator foi tomada ad referendum do Pleno do Tribunal e, por isso mesmo, ele a encaminhou a esse Colegiado. 2) Se por uma falha inexplicável, o Ministro-Relator não a tivesse remetido ao Pleno, o presidente da República poderia interpor recurso de agravo. 3) Este seria apreciado pelo próprio Pleno do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do mesmo processo, isto é, o da ADIN do Governador do Paraná. 4) É lógico que, como este processo está seguindo seu devido curso no STF, não há cabimento algum em abrir outro processo, no caso o mandado de segurança, sob o infundado pretexto de não haver recurso contra a decisão do Ministro-Relator.

Resumidamente, como fundamento para a concessão da segurança solicitada pelo presidente da República, o Sr. Nelson Jobim sustentou não haver recurso contra a decisão prolatada pelo Ministro-Relator, não obstante esta decisão ter de ser necessariamente apreciada pelo Pleno do Tribunal e ter sido, de resto, encaminhada pelo Ministro-Relator ao referendo daquele Colegiado. Mais: se o Relator não o tivesse feito, caberia o recurso do agravo.

Getúlio Vargas e a luta pela independência do país

Data: 21/12/2004 – Autor: Adriano Benayon

1. Nos anos 50, apesar do retrocesso na política econômica verificado após a primeira deposição de Vargas em 1945, o Brasil ainda progredia, graças ao excelente potencial do País e ao fato de ainda não ser intensa a transferência de recursos ao exterior. Esta se intensificou desde 1954, à medida que os investimentos diretos estrangeiros se foram apossando do essencial da indústria e, depois, dos demais setores da economia.

2. O projeto de Vargas para seu mandato iniciado em 1951 e abortado em 1954, foi completar os passos fundamentais, dados na direção do progresso e da independência do Brasil, de 1930 a 1945. Estes são alguns deles:

- 1) O País assegurou o controle da União sobre o subsolo e as águas.
- 2) Recuperou a propriedade de grandes jazidas minerais, como o fabuloso patrimônio da Companhia Vale do Rio Doce.
- 3) Instalou a primeira siderurgia integrada, a Cia. Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda;

- 4) Fundou a Fábrica Nacional de Motores.
- 5) Instituiu a previdência social e a legislação trabalhista, com garantias aos empregados, horário de trabalho, salário mínimo e aposentadoria.
- 6) Criou o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), passando a admitir os servidores do Estado por meio de concurso, e não pelo apadrinhamento, e a formar e aperfeiçoar os funcionários.
- 7) Fundou o Instituto de Resseguros do Brasil e criou reserva de mercado nos seguros.
- 8) Promoveu a nacionalização da grande maioria dos bancos comerciais (até 1932 a maior parte dos depósitos e o mercado de câmbio estavam em mãos de bancos estrangeiros).
- 9) Liquidou, em 1943, a dívida pública externa, ao resgatar títulos no mercado secundário de Nova York, com reservas acumuladas por exportações, durante a Segunda Guerra Mundial.
- 10) Fez prosseguir a industrialização, por meio do capital privado nacional, apoiado por crédito e por investimentos públicos.
- 11) Promulgou uma lei antitruste.

3. Certamente houve mais que esses onze feitos libertadores. Mas só um ou dois deles seria o suficiente para fazer com que as potências imperiais anglo-americanas atuassem, sem cessar, aberta e secretamente, para derrubar Vargas em outubro de 1945 e, de novo, em agosto de 1954.

4. O Presidente tinha plena consciência de que a dependência financeira torna inviável a autodeterminação. Por isso era céptico em relação a projetos e programas financiados por empréstimos externos. Percebera também a desproporção entre as remessas de lucros dos investimentos diretos estrangeiros e a efetiva entrada de recursos no País a esse título. Sabia também, com clareza, o que esperar das potências imperiais. Nas suas palavras, em entrevista à Folha da Noite, de julho de 1950, citadas por Mauro Santayana, em artigo recente:

5. “Quero, ao morrer, deixar um nome digno e respeitado. Não me interessa levar para o túmulo uma renegada memória. Procurarei, por isso mesmo, desmanchar alguns erros de minha administração e empenhar-me-ei, a fundo, a fazer um governo eminentemente nacionalista. O Brasil ainda não conquistou a sua independência econômica e farei tudo para consegui-la. Cuidarei de valorizar o café, de resolver o problema da eletricidade e, sobretudo, de atacar a exploração das forças internacionais. Elas poderão, ainda, arrancar-nos alguma coisa, mas com muita dificuldade. Por isso mesmo, serei combatido sem tréguas. Eles, os grupos internacionais, não me atacam de frente, porque não se arriscam a ferir os sentimentos de honra e civismo de nosso povo. Usarão outra tática, mais eficaz. Unir-se-ão com os descontentes daqui de dentro, os eternos inimigos do povo humilde, os que não desejam a valorização dos assalariados, nem as leis trabalhistas, menos ainda a legislação sobre os lucros extraordinários. Subvencionarão brasileiros inescrupulosos, seduzirão ingênuos inocentes. E, em nome de um falso idealismo e de uma falsa moralização, dizendo atacar sórdido ambiente corrupto que eles mesmos, de longa data, vêm criando, procurarão, atingindo minha pessoa e o meu governo, evitar a libertação nacional. Terei de lutar, se não me matarem”.

6. Apesar de seu poder financeiro e de quase toda a imprensa denegrindo o “ditador”, a oligarquia anglo-americana não conseguiu impedir a eleição de Vargas. Então, comandou a conspiração concluída em agosto de 1954. Vargas havia criado o BNDES e a Petrobrás, esta em 3 de outubro de 1953, ao sancionar a lei do monopólio estatal do petróleo. Estavam em curso providências para criar a Eletrobrás. Ademais, meses antes da conclusão do golpe, o Presidente assinou decreto que limitava a 10% do capital, por ano, a remessa de lucros para o exterior (5 de janeiro de 1954).

7. No 50º aniversário do golpe de Estado, muito se tem escrito sobre ele. Mas os comentários são, em geral, superficiais. A tônica, em uníssono, é que o presidente foi deposto por uma crise político-militar, que se seguiu ao atentado da rua Tonelero. Não se fala da conspiração comandada do exterior para recolocar o Brasil como satélite das potências imperiais. Essa conspiração teve diversos lances, como, em 1953, a mobilização de coronéis, e de outros segmentos da classe média, para se insurgirem contra o reajuste do salário mínimo em 100%, o qual apenas corrigia e, ainda assim, não de todo, o desgaste de seu valor real pela inflação.

8. O atentado da rua Tonelero foi apenas um dos últimos movimentos do xeque-mate. Nele foi ferido Carlos Lacerda, e, morto o Major Rubens Vaz, da Aeronáutica, o qual, fora de suas obrigações militares, prestava segurança ao político e jornalista. Lacerda não só criticava o presidente de modo sistemático e virulento, como o caluniava e à sua família. Nada mais interessante, pois, para os objetivos da oligarquia estrangeira que um atentado contra o ruidoso detrator de Vargas, culpando-se gente próxima a este pelo ato criminoso.

9. Atentemos para alguns detalhes do crime. 1) A arma que teria ferido um dos pés de Carlos Lacerda era um revólver calibre 38. 2) A distância entre o atirador que o portava e os possíveis alvos era de poucos metros. 3) Um pistoleiro profissional, como o recrutado, não teria como errar seu alvo verdadeiro, a saber, o próprio Major Vaz. 4) Se uma bala daquela arma tivesse realmente atingido o jornalista, o pé da pretensa vítima teria sido esfaqueado e não teria sido engessado, nem a “vítima” ter-se-ia recuperado em pouco tempo. 5) O prontuário desapareceu dos registros do hospital. 6) Na proteção a Lacerda revezavam-se oficiais da Aeronáutica, e, no dia do atentado, a escala foi mudada, para que Gustavo Borges, solteiro, fosse substituído por Rubens Vaz, cuja morte suscitaria maior comoção na opinião pública, por ser ele casado e pai de filhos pequenos. 7) O inquérito ficou sob a direção de oficiais da Aeronáutica hostis ao Presidente, os quais formaram rebelião incorretamente consentida pelo governo, instalando a notória “república do Galeão”. 8) Os implicados foram interrogados sob coação e possível administração de droga. 9) Gregório, chefe da guarda pessoal do Presidente, indiciado como mandante, foi assassinado antes do término da pena cominada, com o que deixou de apresentar qualquer versão que não a prestada sob constrangimento. 10) Entre os marginais atuantes no atentado estavam informantes da polícia política (DOPS), dirigida pelo delegado Cecil Bohrer, adepto do nazismo, cooptado, como muitos outros dessa afiliação, por serviços secretos estadunidenses e por companhia transnacional de petróleo.

10. A literatura costuma omitir isso tudo. Em seu livro “Getúlio Vargas – A Revolução Inacabada”, Bloch Editores 1988, o filho do presidente, Luthero Vargas, anota elementos factuais relevantes, além de incluir depoimentos substanciais de observadores militares e civis próximos aos eventos. Afora esse, apenas o de Carlos Heitor Cony (“Quem Matou Vargas? - 1954 Uma Tragédia Brasileira”, Bloch Editores 1974) faz aflorar dúvidas quanto aos lugares comuns aceitos, quase sempre, sem questionamento, pela imprensa e pela mídia, e por historiadores, biógrafos e professores universitários.

11. De 1900 a 1958, período em que a entrada de investimentos estrangeiros no País foi insignificante, o produto interno bruto (PIB) cresceu 5% ao ano em média, tendo chegado a US\$ 19 bilhões, o que equivale, em valor de 2004, a US\$ 152 bilhões. Se se tivesse, então, implantado o modelo autônomo de desenvolvimento, aplicando em investimentos a poupança nacional, sem deixar vazá-la para o exterior, teria sido fácil fazer crescer o produto a 10% aa., taxa conseguida, durante vários decênios, por países que nem de longe contam com recursos naturais comparáveis aos do Brasil, tais como Japão, Coreia do Sul, Taiwan e China. Isso faria chegar o PIB a US\$ 11,1 trilhões, quantia igual ao PIB dos EUA. Melhor, a US\$ 16,7 trilhões, computando 50% de elevação do PIB oficial resultantes de alterações no método de cálculo. Esta cifra seria, de longe, a mais alta do Mundo.

12. Mesmo que apenas se tivesse mantido, nos últimos 45 anos, o ritmo (5% aa.) da 1ª metade do Século XX, o PIB alcançaria US\$ 1,37 trilhão. Antes, com aquela correção, seria de 2 trilhões, ou seja, quatro vezes maior do que o PIB atual. Levando-se em conta o crescimento da população, a triplicação do uso do território, em função das exportações agrícolas, bem como o crescimento fantástico da exploração de recursos minerais, o pífio PIB atual deve ser visto como a radiografia de um País cujos recursos lhe são extraídos de forma desbragada.

13. Quem consentiu nisso, quem até contribuiu para que isso acontecesse? A quase totalidade dos presidentes após G. Vargas, o último a tentar efetivamente defender o País. Eles foram coniventes. Uns, buscando atenuar um pouco a sangria, temerosos, porém, de ser derrubados. Outros, ativamente oferecendo as riquezas do País a troco de nada para este, e certamente em troca de algo para si próprios.

14. J. Kubitschek costuma ser louvado em prosa e verso, e mesmo observadores, em geral argutos, iludem-se com as elevadas taxas de crescimento do PIB em seu quinquênio. Essas taxas decorrem, em grande parte, do estoque de capital social e privado formado nos 20 a 40 anos anteriores, e só significam progresso, se, a cada ano, se estiver melhorando aquele estoque e, portanto, assegurando a continuidade de taxas altas. Para isso, o que importa é não só a quantidade, mas a qualidade da infraestrutura e dos demais investimentos produtivos. Importa muito, também, que esses fiquem sob controle nacional. Do contrário, a transferência de renda para o exterior faz, no futuro, encolher o investimento e o consumo e, assim, causar baixo crescimento e até o declínio da economia.

15. Kubitschek, ao contrário de Vargas, era adepto dos investimentos diretos estrangeiros, pois, presidente-eleito, antes da posse, visitou vários países centrais, fazendo propaganda das vantagens que o País oferecia aos investidores estrangeiros. Deu incentivos e subsídios desmedidos, para que montadoras transnacionais de veículos ganhassem a reserva do mercado brasileiro. Inviabilizou, assim, a médio prazo, as indústrias automotivas de capital nacional, ou misto, que já iniciavam sua produção, e, fez liquidar, a longo prazo, as indústrias nacionais de autopeças. Estas detinham quase 100% do mercado e hoje, um quarto dele. Também a indústria naval de capital estrangeiro foi favorecida pelos grupos executivos criados por JK.

16. Além disso, este adotou como principal bandeira de política externa a “Operação Pan-americana”, uma aposta, totalmente irrealista, de que investimentos públicos e privados norte-americanos dessem vigoroso impulso ao desenvolvimento do Brasil e de outros países do continente. Ora, por um lado, os que dominam a política dos EUA não têm qualquer interesse nisso – e levaram a “Operação” em banho-maria – e, por outro, se tivessem atendido as expectativas de Augusto F. Schmidt e de JK, não teriam ajudado a América Latina a desenvolver-se. Os países que o conseguiram foram exatamente os menos “beneficiados” pela ajuda estrangeira. No Plano Marshall, o Reino Unido e a França receberam 60% do total dos financiamentos. A Itália e a Alemanha Ocidental, 30%, e tiveram crescimento econômico bem superior ao daqueles países.

Colônia até quando?

Data: 21/12/2004 - Autor: Adriano Benayon

1. Desde 1990, os “governos” têm se comportado de modo infinitamente mais lesivo aos seus “representados” do que os chefes indígenas seduzidos por espelhinhos e miçangas. Sem um sistema nacional de governo, o Brasil estará fadado ao desaparecimento. Ser cidadão de um país que sabe se defender não é uma questão de orgulho vão. Fazer parte de um país independente e soberano é a

única maneira de ter acesso a verdadeira educação, emprego, vida e remuneração decentes. Ademais, por meio da televisão, o sistema colonial dissemina antivalores para banir a espiritualidade das consciências.

2. As privatizações e o sistema de concessões de serviços públicos saquearam o País. Os agentes do poder estrangeiro queimaram os ativos do País e geraram uma dívida pública acima de 1 trilhão de reais. O valor dos patrimônios alienados é incalculável, por ser impossível projetar, séculos à frente, os preços dos recursos naturais e dos ativos intangíveis decorrentes do controle de bens e atividades estratégicos.

3. Embora continue sob controle nacional (na medida em que o próprio “governo” o esteja), a Petrobrás teve 2/3 de suas ações vendidas. Isso acaba de ser recordado por um dos prepostos do ex-Chefe do Executivo (1994-2002) que fez alienar, por nada, as riquezas nacionais. Esse preposto permanece na presidência da Agência Nacional do Petróleo (ANP) por força de mandato assegurado pela legislação antinacional das agências “reguladoras”. Ele está oferecendo aos executivos das transnacionais do petróleo áreas de exploração nas quais a Petrobrás descobriu reservas de óleo de alta qualidade. Tais agências atuam segundo preconceitos privatistas (ou ainda menos defensáveis), favorecendo em tudo o capital privado estrangeiro e concentrador.

4. As reservas de petróleo e gás natural no subsolo brasileiro (sobretudo sob a plataforma continental) somam, pelo menos, 20 bilhões de barris — dos quais 14 bilhões provados há mais de ano. Os restantes 6 bilhões, antes ocultados, foram agregados pela nova administração da Petrobrás. Mas grande parte disso foi incluída na lesiva licitação aberta pela ANP, já sob o presente Executivo, tão subserviente à oligarquia mundial como seu antecessor. Em qualquer país dotado de autogoverno, essas reservas ficariam sob controle da estatal que as desenvolveu.

5. Ao preço atual de US\$ 40,00 por barril, 20 bilhões significam US\$ 800 bilhões. Ao preço previsto para 2010, de US\$ 100,00, sobem para US\$ 2 trilhões. Com a tecnologia acumulada na Petrobrás, há potencial para elevar as reservas, inclusive das que se estão desenvolvendo sob águas com profundidade de 4 mil a 5 mil metros. Acrescentem-se as refinarias, com capacidade para 1,8 milhões de barris diários, os oleodutos e demais elementos da infraestrutura, a frota de transporte marítimo, a distribuidora BR e os ativos da Braspetro no exterior.

Diante dessa cifra, torna-se ridícula a da dívida pública, da ordem de R\$1 trilhão

6. Quanto, pois, se torrou ao “vender” 2/3 da Petrobrás? Uma aproximação: 2/3 de US\$ 6 trilhões são US\$ 4 trilhões. E quando a Vale foi alienada em 1997? Outros US\$ 4 trilhões, sobretudo se os minérios exportados não o fossem de graça, como vêm sendo. Mais as hidrelétricas, as telecomunicações, as siderúrgicas gigantes, a petroquímica, ferrovias, portos, os grandes bancos estatais (à frente dos quais o Banespa) entregues aos bancos estrangeiros; bem como os privados locais, livres de passivos fiscais, previdenciários, trabalhistas nem dívidas financeiras, com o dispêndio de dezenas de bilhões de reais através do PROES e do PROER. Não há exagero em estimar um total de US\$ 10 trilhões, ou 31 trilhões de reais.

7. Diante dessa cifra torna-se ridícula a da dívida pública, da ordem de R\$ 1 trilhão, criada sem necessidade, só para dar ganho aos bancos e a outros concentradores financeiros. Os tributos federais aumentaram de 16,7% do PIB em 1992 para 24,9% do PIB em 2003, fazendo com que, mesmo com a União pagando juros absurdos, o Tesouro Nacional mantenha mais de R\$ 140 bilhões depositados no Bacen. Se esse dinheiro fosse utilizado no resgate de títulos públicos, a conta de juros despencaria, não só pela redução do principal, mas também em função da queda na taxa. Criminoso: a lei de

desestatização foi “justificada” fraudulentamente sob a alegação de que faria diminuir a dívida pública.

8. Resumo:

- 1 – Entrega de riquezas quantificáveis em dezenas de trilhões de dólares;
- 2 – Crescimento desnecessário da dívida pública, mesmo abstraindo o que teria rendido ao país ter mantido o controle e a propriedade das estatais;
- 3 – Tributação abusiva contra os residentes;
- 4 – Continuidade da colossal transferência feita pelas transnacionais, por meio de despesas no exterior em favor das matrizes e através da fixação de preços ínfimos nas exportações e astronômicos na importação (só isso representa mais de R\$ 500 bilhões/ano em renda nacional perdida e em tributos que deixam de ser pagos); e
- 5 – Preços risíveis da exportação: minério de ferro exportado a U\$ 15 a tonelada (três vezes menos que em 1965), quartzo a U\$ 0,20 (1/4 dos US\$ 0,85 de 1996 em valor atualizado), sem falar no contrabando.

Política de subdesenvolvimento

Data: maio de 2005 - Autor: Adriano Benayon

1. A imprensa noticiou no início de abril: "O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou o Produto Interno Bruto (PIB) em 2004, que atingiu R\$ 1,769 trilhão, 5,2% maior que o do ano anterior. O Produto Interno Bruto (PIB) representa o total de riquezas produzido num determinado período num país."
2. Parece bom, não? Não. Em primeiro lugar, há que calcular corretamente o valor real do PIB. O IBGE aplicou deflator de 8,5% para a variação dos preços 2003/2004. Entretanto, deveria ter usado o índice geral de preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas. Como o IBGE só divulga os resultados trimestrais do PIB, mas não, os mensais, corrigi os valores do PIB de cada trimestre em relação ao respectivo trimestre de 2003, utilizando a média trimestral dos índices mensais do IGP-DI.
3. Em preços correntes, os valores foram R\$ 1,77 trilhão em 2004, e R\$ 1,56 trilhão em 2003 (alta nominal de 13,7%). Feita a correção pelo método exposto, o crescimento real não foram os 5,2% dos dados oficiais, mas, sim, 3,3%. Disso se infere o deflator de 10,4%, de resto, menor que a variação do IGP-DI entre dezembro de 2003 e dezembro de 2004, i.e., 12,14%. Excluindo-se as exportações, o "crescimento" real do PIB fica ainda mais acanhado: 1,4%.
4. Outra coisa: em 2003, houve queda brutal, de sorte que a mirrada elevação de 2004 ainda deixou o PIB 2,4% inferior ao de 2002. Sem exportações, 4,9% menor. Para uma ideia de como a economia brasileira está sendo manietada pela política econômica, a Argentina teve, nesses dois anos, crescimento acumulado de 17,9%.
5. Ademais, o PIB não é sinônimo de "total de riquezas produzido". Além da produção de bens e serviços, ele inclui os impostos incidentes sobre ambos. Conta também os juros, o que não é razoável. De fato, o grosso da renda dos juros excede o valor resultante de taxas compatíveis com a contribuição do capital para a produção, acrescida da correção monetária. A conclusão é que, se os impostos e os juros têm subido, o produto real cresceu ainda menos do que dizem os números oficiais.

6. Se é verdade que a economia brasileira foi estabilizada, por que o Tesouro Nacional tem que pagar as taxas reais de juros mais altas do Mundo? E por que o Banco Central não para de elevá-las? Com o novo aumento em 20 de abril, elas já são o dobro das da Turquia, segunda colocada, e quase três vezes as da África do Sul, terceira. Ora, no Mundo há cerca de 200 países!

7. Essa política faz crescer as despesas públicas improdutivas e torna mais pobres as empresas produtivas e as pessoas físicas, as quais são dessangradas por taxas de juros anuais de três dígitos.

8. A classe média, que já encolheu para 31% da população (a média alta, para apenas 3,4%), vem sendo desgastada por taxas anuais de juros dez vezes, e até mais, maiores que as toleráveis sem causar danos à economia do País.

9. Tenho mostrado muitas razões pelas quais altas taxas de juros fomentam a inflação, em lugar de contê-la, ao contrário do que diz o Banco Central e a "equipe econômica". Aduzo mais uma: os juros excedentes da razoável remuneração do capital geram renda em favor de seus receptores sem correspondente acréscimo na oferta de bens e serviços.

10. É pertinente também considerar quem fica com a renda. No Brasil cerca de 50% do PIB toca às transnacionais e outras grandes empresas, inclusive bancos. Já a participação dos assalariados caiu para menos de 30% em 2004, tendo-se acelerado a queda sob o governo petista. Já os lucros dos grandes bancos tiveram incremento real de 14,5% aa. (2002 a 2004), superando o enorme crescimento médio anual de 11,7%, de 1994 a 2002.

11. O PT aplica, com ainda maior ardor, a política econômica "collorizada" e "tucana", a qual restringe os investimentos e o emprego. Ela faz com que as empresas produtivas e, em geral, os trabalhadores tenham escassas possibilidades de ganhar dinheiro. Mais: o que conseguem ganhar lhes é retirado por meio dos impostos, dos juros e de outros mecanismos que acentuam a concentração.

Política econômica e corrupção

Data: setembro de 2005 - Autor: Adriano Benayon

1. Falar de economia brasileira é descrever a luta desigual entre os brasileiros, que se esforçam por produzir, e as políticas, implacáveis em arrastá-los para a miséria. A política econômica mais absurda do Mundo tem sido adotada pelo Executivo e aprovada no Poder Legislativo, enquanto arruína o tecido social do País de forma manifesta. Se houvesse respeito pela verdade e pela lógica, todos veriam aí uma contradição flagrante. Não estaria aí uma pista para o fato de grande parte dos votos de aprovação a essa política ser obtida por meio de estipêndios mensais e outras modalidades de suborno?

2. Juros

O Banco Central determina juros absurdamente altos, para exclusivo benefício dos concentradores financeiros, e a capitalização de parte desses juros elevou o estoque da dívida pública e seu serviço a níveis insuportáveis. As "autoridades monetárias" asseguram mercado para os capitais especulativos, não só lançando títulos de dívida, mas oferecendo as taxas de juros mais altas do Mundo. Assim, tais "autoridades" convidam capitais estrangeiros a auferir ganhos com que nem sonham em outras partes do Mundo. A taxa SELIC beira 20% aa. Com 15% aa. em termos reais, ela é um múltiplo indecoroso das taxas de títulos públicos dos outros países.

3. Apreciação cambial

O dano causado por esses juros não se limita ao efeito direto no “serviço da dívida pública”. Um efeito colateral, também muito grave, é a apreciação da taxa de câmbio do real, tal como nos primeiros anos de outra fraude denominada plano real. Nos últimos dez meses, a moeda nacional apreciou-se em nada menos que 35%, em função dos juros exorbitantes e dos saldos positivos no balanço de transações correntes com o exterior. Essa valorização do real implica sentença de morte para dezenas de milhares de empresas que dependem de preços competitivos para produzir e exportar, e o desaparecimento de milhões de empregos.

4. Propagação da miséria

Os saldos externos, por sua vez, decorrem da repressão à demanda interna, causada pelas próprias taxas de juros proibitivas para o investimento e para a produção. A essas taxas está ligado o crescimento da carga tributária, bem como o aperto fiscal, i.e., o corte de gastos que não sejam “serviço da dívida”. Em outros termos, as políticas monetária e fiscal são os agentes patológicos transmissores da penúria que obriga os produtores a se voltar para as exportações. Tão radical é a política de expansão da miséria que, mesmo com a taxa de câmbio supervalorizada, a falta de demanda interna viabiliza o incremento das vendas externas e limita o crescimento das importações.

5. Economia periférica de exportação

Mas as exportações que crescem muito são as intensivas de recursos naturais, à custa da dilapidação destes: há a perda dos recursos não renováveis, como os minérios, e o desgaste dos solos, o desperdício e a poluição dos recursos hídricos, em função do negócio agropecuário. Isso sem falar no desfrute de mão de obra mal paga e pouco qualificada. Para ilustrar como esse modelo inviabiliza o desenvolvimento econômico e tecnológico, compare-se as patentes brasileiras e as da Coreia do Sul registradas no escritório dos EUA, o mais ativo do mundo. Enquanto as nossas patentes aumentaram de 53, em 1980, para 130, em 2003, as sul-coreanas saltaram de 33 para 3.944. O Brasil tinha, em 2003, 34 mil doutores em atividade. Isso é muito pouco para um país com as nossas dimensões e que pretende desenvolver-se. Ao mesmo tempo, como aqui se adotou o modelo dependente, trata-se de um desperdício. Com efeito, a demanda por tecnologia é ínfima, em consequência de a indústria estar sob controle de empresas transnacionais, e estas empregarem tecnologias desenvolvidas na matriz. Por cúmulo, fazem-nos gastar bilhões de dólares em royalties por um uso dessas tecnologias que só aproveita às próprias transnacionais. A exploração desbragada dos recursos naturais explica o paradoxo de haver saldos de comércio exterior, mesmo com a continuação da tradicional prática de importar caro e exportar barato, a clássica “transfer pricing”, ou seja, os preços de transferência praticados principalmente pelas empresas transnacionais.

6. Paraíso da agiotagem

Combinada com os juros, a valorização do real proporcionou aos especuladores que aplicam em títulos públicos um retorno superior a 50%, sem paralelo no Planeta. Essa marca só não é recorde de todos os tempos, porque aqui mesmo no Brasil houve taxas de retorno mais altas, especialmente durante o tucanato. As equipes econômicas do Tesouro e do Banco Central asseguraram, em 2002, rendimentos de mais de 80% aa. aos banqueiros e especuladores, quando os títulos indexados em dólar chegaram a constituir 40% do total da dívida interna, e o real sofreu desvalorização acima de 50%.

7. Controle de capitais e de câmbio

Os economistas orgânicos ou fisiológicos consideram tudo isso natural, mas, ao contrário do que proclama o pensamento movido a dinheiro, não é possível haver desenvolvimento econômico nem social, enquanto o País, colonizadamente, se render aos ditames da globalização e mantiver livre o

fluxo internacional de capitais e o câmbio flutuante. Sem controle de capitais e cambial, não há como sobreviverem as empresas nacionais nem os empregos dos brasileiros.

8. Radicalização colonial

Tenho más notícias para quem imagina ver alguma chance de preservação do País sob o atual sistema político. Por meio desta expressão, não me refiro apenas ao atual governo, mas a todo o sistema, que inclui as forças econômicas por trás dele e todo o conjunto dos partidos grandes e médios (em tamanho), sejam eles de oposição ao governo ou dele aliados, sem falar nos que nunca saíram da situação. Que está acontecendo? O mesmo de sempre, só que se aprofundando. O controle da economia está cada vez mais concentrado sob comando estrangeiro. Desse modo, os bancos e empresas transnacionais pouco precisam gastar em propinas para prosseguir com a predação sobre a economia nacional e levá-la a extremos inconcebíveis. Basta-lhes pressionar os “eleitos” e demais detentores de poder político local, brandindo ameaças econômicas, políticas e financeiras, bem como permitir que esses detentores se locupletem com os recursos dos contribuintes. Isso, como está evidenciado, se faz arrumando as licitações em favor de empresas que sobrefaturam fornecimentos e serviços, as quais repassam aos administradores públicos uma parcela da diferença entre os preços e os custos. Tais administradores transferem uma parte dessa parcela a parlamentares.

9. Fraudes nas licitações, mensalões, etc.

Por que se desencadeou a atual onda de escândalos e investigações, se estava tudo funcionando às mil maravilhas para, entre outros donos do sistema, os beneficiários dos R\$ 260 bilhões de juros extorquidos por ano no País, a saber, juros em excesso aos que resultariam de taxas toleráveis? Há indicações de reações nos EUA diante do fato de uns poucos setores da atual administração no Brasil procurarem resistir aos draconianos abusos do escritório de patentes dos EUA, em matéria de propriedade industrial. Há, ademais, posições de política externa mal vistas pelos radical-imperialistas em Washington. Nos oito fatídicos anos da administração de FH, praticamente não houve bolsões de resistência, e foi grandemente acelerada a destruição das estruturas do Poder Nacional brasileiro. Isso quer dizer que um retorno à monolítica linha tucana de submissão colonial constitui uma perspectiva agradável para a política imperial. Ademais, o presente governo se mostra, em geral, inepto e desastrado, o que oferece oportunidade de enfraquecê-lo e, assim, desmontar as últimas resistências localizadas. Nada disso significa, porém, que o PT mereça ser defendido. Porém, não menos danoso que continuar sob o reinado petista é beneficiar seus principais competidores e até mesmo seus aliados, agora mais aquinhoados na administração, graças à implosão do PT. Dessa implosão os propulsores da arremetida antipetista só estão querendo poupar o ocupante do Palácio do Planalto, que percebem ser mais maleável que o vice-presidente às imposições do sistema.

10. A meta colonial: destruir o País

Parece clara, acima de tudo, a diretriz da política imperial de pôr o Brasil definitivamente na condição de colonizado. Diante do estupendo potencial de nosso País, isso faz muito sentido para potências empenhadas em acentuar sua hegemonia. Para a execução dessa diretriz não há instrumentos melhores do que os ministérios da área econômica e o Banco Central, atuando do modo que têm feito até aqui, sem falar no assalto à Petrobrás e na ruinosa política oficial nas áreas da energia e do meio-ambiente. Como a aplicação de tais instrumentos tem dado resultados ótimos para a meta de destruir e de desagregar o País, os controladores do sistema de poder julgam que essa aplicação deve ser intensificada. É nesse quadro que, enquanto um tsunami ou *tsulama* devasta tantos dirigentes do PT, alguns deles são glorificados pela mídia e pelos que a movem. Exatamente o ministro

da fazenda e a atual chefe da Casa Civil, substituta do indigitado José Dirceu, credenciada por ser fiel continuadora na área da energia do desastre produzido pelo PSDB.

11. O conto do déficit zero para baixar juros

Entra nesse contexto, a nova suposta panaceia dos que buscam saídas dentro de um modelo político-econômico que não comporta qualquer alternativa para o Brasil que não a sua destruição. É a estória do déficit orçamentário zero, na versão Delfim Neto, meta que só poderá acelerar o descalabro, sendo buscada sem antes reduzir-se substancialmente o serviço da dívida pública (juros e amortizações). De resto, mesmo que se cortasse pela metade o kafkiano serviço dessa mais que questionável dívida, a política de déficit zero ainda seria deletéria para a economia do País. Ela o é para qualquer Estado cujos dirigentes assumam a função de promover o desenvolvimento econômico e social.

Liquidação da dívida com o FMI

Data: 05/01/2006 - Autor: Adriano Benayon

A área econômica do governo anunciou, como êxito notável, a liquidação da dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de US\$ 15,5 bilhões, tirados das reservas, as quais, segundo o Banco Central, totalizavam US\$ 67,9 bilhões antes daquela operação. O Sr. Lula da Silva, sempre adicto à propaganda, declarou: "O Brasil não é mais colônia de ninguém, pagamos nossas dívidas em dia, não obedecemos mais a grupos de fora. Agora (...) pagamos e não recebemos ordens de lugar algum." Confessou, pois, receber ordens de grupos de fora e obedecê-las. Incriminou também os seus predecessores, e com razão, no caso da maioria deles. Na hipótese mais branda, há aí crime de responsabilidade, porque se descumpre o princípio básico da Constituição, a soberania nacional. O presidente Néstor Kirchner não deixou de tomar medidas em defesa dos interesses nacionais pelo fato de a Argentina ter empréstimos junto ao FMI. Seu governo, inclusive, renegociou a dívida externa, conseguindo redução média de 65,4% sobre o valor de face dos títulos, maiores prazos de vencimento e juros mais baixos. A Argentina permaneceu, durante três anos e meio, em moratória, o que lhe possibilitou uma renegociação para valer. Essa foi concluída em junho de 2005. O serviço anual da dívida externa, de US\$ 10 bilhões em 2001, cairá para US\$ 3,2 bilhões, e o governo argentino também acaba de quitar o débito com o FMI, de US\$ 9,5 bilhões. Os juros assim economizados são maiores que os obtidos mantendo-se o dinheiro nas reservas. Mas há mais opções. No caso do Brasil, não se tendo feito a reestruturação que impunha o interesse nacional, resgatar títulos no mercado seria preferível a quitar a dívida com o FMI, pois eles têm taxas de juros mais altas. O término das condicionalidades, que seria a vantagem de se livrar do FMI, é inócuo para quem não exerce a soberania nacional, algo fora das cogitações da atual direção do Banco Central e o Ministério da Fazenda, como sempre, disposta a executar a política econômica desenhada pelos concentradores financeiros em favor de si próprios. Prosseguirão tributando só para pagar juros absurdos. O Brasil é sangrado pelo serviço da dívida interna, por meio da taxa de juros real mais alta do mundo, bem mais do que pelo da dívida externa. O Tesouro gasta, com aquela, em 2005, juros de R\$ 160 bilhões. Os da dívida pública externa não chegam a um décimo dessa quantia. Outra vanglória da presente administração é ter posto o Risco Brasil no seu nível histórico mais baixo. Sendo assim, é viável lançar títulos no exterior, em dólares, a um custo muito inferior ao da Selic, fixada pelo próprio Banco Central nos títulos da dívida interna. De outra parte, o acúmulo de reservas em dólares causa prejuízos vultosos ao Tesouro Nacional. Se ele tivesse aplicado em ouro, desde 2003, teria obtido ganhos de capital bastantes para liquidar a dívida de US\$ 15,5 bilhões com FMI. Ademais de os recursos acumulados no exterior não estarem sendo usados corretamente, eles são uma fração do que seriam

sem as perdas nas relações de troca e as transferências abusivas. Os superávits comerciais provêm: 1) do estrangulamento da demanda no país, o que reduz as importações, mesmo com o seu superfaturamento; 2) da exportação, a preços vis, de quantidades pletóricas e crescentes de bens intensivos de recursos naturais, com danos estratégicos e ambientais graves. É muito sacrifício sem proveito para o país. Mas não, para os beneficiários da situação colonial, que não fazem sacrifício algum. Resultado: o Brasil, apesar de seu potencial de aumento do PIB muito superior aos 10% ao ano da China, vegeta, há três anos, com a taxa média de 2% ao ano, praticamente zero acima do incremento demográfico. Para a quase totalidade dos brasileiros, a situação é ainda mais trágica do que essa mísera taxa sugere. A variação de seus rendimentos é negativa, dado que no PIB são contados os lucros líquidos (oficiais) dos bancos e das grandes transnacionais. O dos bancos foi 18% ao ano, de 2002 a 2004, e 50% em 2005 (até setembro). O das 300 maiores empresas, nas quais se contam também bancos, foi 41% ao ano (2002 a 2004), faltando os dados de 2005.

O extermínio das empresas nacionais – a Varig é mais uma imolada

Data: setembro de 2006 - Autor: Adriano Benayon

1. A Varig é mais uma das centenas de milhares de empresas brasileiras que deixa de ser brasileira ou deixa de existir, nos últimos 50 anos. Como quase sempre, em mais um negócio forçado por “governos” que fazem questão de dar os patrimônios do País a grupos estrangeiros. A quantia do leilão foi R\$ 52,8 milhões, e a adquirente, uma certa VarigLog, única a apresentar proposta, leva a Varig sem dívidas nem obrigações trabalhistas. O preço cobre somente linha de crédito estendida pela VarigLog à Varig.
2. A Deloitte, firma de auditoria norte-americana, tem sido a administradora judicial da Varig, e a tal VarigLog é controlada por um fundo norte-americano, sob cujo controle nasce outra Varig, com apenas dois mil funcionários. Mais de 9 mil enfrentarão o desemprego.
3. A "antiga" Varig fica com só 50 empregados e herdará as dívidas, estimadas em R\$ 7,9 bilhões. Segundo o advogado dos Trabalhadores do Grupo Varig (TGV), não se sabe quem vai arcar com os custos das demissões, estimados em R\$ 176 milhões. Permanece também em discussão a partilha, entre os credores, dos valores que a Varig pode receber nas ações contra o governo federal e governos estaduais, referentes ao congelamento de tarifas (R\$ 4,7 bilhões) e a créditos de ICMS (R\$ 1,2 bilhão).
4. Ora, é evidente que, se o "Poder Público" deve à Varig quantias da ordem dos bilhões de reais, nada lhe custava socorrer essa empresa nacional de setor estratégico, condicionando o aporte a decisões da Assembleia-Geral da companhia, suscetíveis de corrigir as falhas administrativas determinantes de alguma parte de suas dificuldades.
5. Há indícios, há tempos, da participação de companhias dos EUA no capital das que estão atuando nas rotas internas do País, nas quais as tarifas vêm sendo aumentadas. Além disso, as empresas "nacionais" perdem espaço nas linhas internacionais.

Uma experiência pessoal

6. A quem se surpreende com a incúria e irresponsabilidade do governo federal, recordo que, desde 1954, quase não se faz outra coisa. A macabra história começa com a instituição imediata, após agosto de 1954, de vantagens e subsídios em favor de investimentos diretos estrangeiros em nosso País.

7. Eu mesmo vivi uma experiência dessa realidade, quando fui chefe do Setor Econômico da Embaixada do Brasil no México, durante a crise da dívida externa. O México havia declarado moratória em agosto de 1982. Indústrias brasileiras haviam exportado para o México, como a Nardini, de São Paulo, do setor de máquinas-ferramentas. Elas sofriam enorme aperto financeiro, por ter exportado grande parte de sua produção, e as prestações contratuais não estavam sendo pagas, por falta de dólares. As dificuldades agravavam-se à medida que o tempo passava.

8. Numa reunião da Embaixada, propus ao chefe da Missão que se deixasse de tratar do assunto, em terceiro escalão, na Secretaria de Comércio, onde um diplomata de nossa Embaixada ouvia sempre a mesma conversa. Observei que o assunto era financeiro e que deveríamos falar com o presidente do Banco Central do México, propondo-lhe a reaplicação do Convênio de Créditos Recíprocos, de 1968, no âmbito da Aladi [1].

9. Por esse Acordo, os bancos de comércio exterior de cada país podiam pagar seus exportadores nas moedas nacionais respectivas, sendo os saldos positivos ou negativos compensados a cada quadrimestre, bem como saldadas ou financiadas as diferenças verificadas. A aplicação do Acordo acabaria com a crise das empresas brasileiras, evitaria que elas continuassem a demitir empregados e afastaria a iminência da situação falimentar.

10. O embaixador concordou, e foi marcado encontro com o presidente do Banco de México. Este acedeu e, para ter certeza que o Banco Central do Brasil também aplicaria o Acordo, propôs que o entendimento fosse formalizado: a Embaixada do Brasil passaria Nota Diplomática ao Ministério das Relações Exteriores do México, e este a responderia. Com isso, reiniciar-se-ia a aplicação do Acordo, desativado há muitos anos.

11. Retornamos à embaixada, certos de que havíamos lavrado um tento e contribuído, em favor dos interesses nacionais, para que empresas brasileiras continuassem a produzir e a gerar empregos. Enviamos telegrama ao Itamaraty, solicitando autorização para passar a Nota Diplomática.

12. Esperamos em vão, por semanas, uma resposta. Fomos, depois, informados de que o Banco Central (Bacen) manifestara informalmente seu desagrado com a nossa iniciativa, alegando que o assunto era do Bacen. Este sequer realizava as reuniões periódicas previstas com o Banco Central do México.

13. Estava claro que o Bacen era tão obediente às diretivas do FMI, como era indiferente ao destino das empresas e dos trabalhadores brasileiros. Ou participava conscientemente da política da destruição das empresas de capital nacional?

14. Ainda hoje, mesmo para transferir modestas quantias a qualquer beneficiário nos países vizinhos temos de fazer duas operações de câmbio em cada transação: não dispensam a intermediação do dólar.

Meta: exterminar empresas

15. A História. Eleito para o quinquênio 1956-1960, graças aos votos do getulismo, o sr. Kubitschek, traindo-os, viajou, antes de tomar posse, para atrair investimentos estrangeiros. No governo, ofereceu colossais subsídios para, ademais, entregar de bandeja o mercado nacional, para, entre outras, a indústria automotora sediada no exterior.

16. O pretenso desenvolvimento redundou, na verdade, em desequilíbrios no comércio exterior e em inflação crescente. Isso facilitou o trabalho do Sr. Jânio Quadros de eleger-se fazendo oposição. Com

a estrutura de produção e mercados, cada vez mais oligopolista e mais controlada por capitais estrangeiros, a crise social não cessou de progredir.

Para isso contribuíram também:

1) renúncia de Jânio no mesmo ano;

2) posse condicionada e contestada de João Goulart;

3) governo deste sob: a) instabilidade institucional (parlamentarismo e depois a retomada do presidencialismo); b) polarização esquerda/ direita, fomentada pelos círculos oligárquicos do exterior, em seu trabalho de longo prazo, hoje bem adiantado, de inviabilizar o Brasil como Nação.

17. Em 1964 nova intervenção militar, impulsionada por: a) institutos ideológicos bem financiados; b) a mídia, sempre movida a pecúnia; c) agentes provocadores radicalizando reivindicações até certo ponto apoiadas por Goulart; d) lideranças militares trabalhadas por suas contrapartes norte-americanas. Estas não refletiam as inclinações do Exército, como se viu nos governos de Costa e Silva, de Médici e, em parte, no de Geisel.

18. Mas, no primeiro dos governos militares realizou-se, a etapa inicial da programada solução final (extermínio) das empresas de capital nacional. A pretexto da taxa de inflação do 1º trimestre de 1964, transcorrido em plena agitação social, política e militar, o governo instalado em abril foi orientado pelos EUA a nomear ministro do planejamento o notório Roberto Campos, com poderes totais sobre a política econômica, coadjuvado por Otávio G. de Bulhões, no ministério da Fazenda.

19. Que fizeram os administradores da política de extermínio das empresas de capital nacional? O mesmo que se tornou crônico nos últimos 25 anos, a saber:

1) reduzir os investimentos públicos, o que acarreta queda proporcional dos investimentos privados: ambas reduções comprimem a demanda e, em consequência, caem as vendas das empresas em regime de concorrência, i.e., as de capital nacional;

2) restringir as emissões monetárias e a criação de crédito, bem como elevar as taxas de juros. A correção monetária foi instituída no Brasil por Campos/Bulhões.

20. Com sua dimensão mundial incomparavelmente maior que as nacionais, as transnacionais (multinacionais) não precisam tomar empréstimos no Brasil, porque dispõem de capital sobrando e têm acesso a crédito no exterior a baixo custo.

21. Não precisam sequer pôr dinheiro algum para tornar-se donas de ativos produtivos no Brasil. O governo federal e muitos dos estaduais e dos municipais lhes proveem subsídios, isenções e créditos fiscais. Ademais, as transnacionais trazem para o Brasil bens de capital e tecnologia pagos no exterior, mercê de vários anos de vendas em mercados estrangeiros. Por exemplo, as máquinas e equipamentos são substituídos hoje a cada 4 anos, por exemplo, na indústria automobilística. Assim, o que ingressa no Brasil é sucata no país de origem, a custo zero para a transnacional.

22. Já o empresário nacional tem que importar os bens de capital ou desenvolvê-los aqui, e investir nas tecnologias. Isso exige dinheiro e crédito, pois decorrem muitos anos entre os investimentos e a produção. Aí está como os empresários nacionais são constrangidos a fechar suas portas ou a vender suas firmas em condições desfavoráveis. Eles são confrontados com: a) vendas reduzidas (mercado em retração), o que esgota seus recursos de capital para seguir operando; b) condições de crédito proibitivas, turbinados por taxas de juros astronômicas; c) a carga dos impostos.

23. A crescente predominância do capital estrangeiro nas empresas produtivas do País levou o País à crise da dívida externa. No final dos anos 70, os créditos obtidos no exterior já eram destinados à rolagem da dívida e, não mais, à infraestrutura siderúrgica e hidroelétrica, como na 1ª metade do decênio.

24. A dívida externa cresceu em razão de as transnacionais subfaturarem as exportações e superfaturarem as importações, além de pagarem despesas em favor das matrizes, tais como: juros (lucros disfarçados); royalties por uso de marcas; assistência técnica; suposta transferência de tecnologia; comissões, etc. Transferem, assim, para o exterior os ganhos de sua subsidiária no Brasil e, com o mesmo golpe, ficam sem imposto de renda nem CSSL [2] a pagar.

25. O quadro agravou-se com a abrupta e arbitrária elevação da taxa de juros nos EUA, em agosto de 1979, o que tornou ainda mais gravosas as reestruturações de dívidas, nas quais se pagavam comissões extorsivas. Daí os apertos fiscal e monetário, cujo resultado foi a míngua dos investimentos, a partir de 1980, fazendo deteriorar continuamente as condições sociais e econômicas.

26. Desde então, a miséria não parou de avolumar-se. Ainda mais, a partir de 1983 com a aceitação das condições dos bancos na "reestruturação" da dívida, em que, ademais, Delfin Neto, os agraciou com a estatização da dívida privada. De mal a pior, deu-se em 1988 o estelionato que introduziu clandestinamente na Constituição o dispositivo que privilegia o "serviço da dívida" no orçamento federal.

Privatizações: as maiores negociatas

27. A política econômica do Brasil (?) tornou-se o instrumento implacável da destruição das empresas nacionais. Não admira, pois, a desestruturação econômica e política, a qual possibilitou, nos anos 90, as maiores negociatas de toda a história da Humanidade: as privatizações. Patrimônios incalculáveis das estatais foram passados, grátis, a grupos econômicos estrangeiros.

28. Estes receberam os fantásticos acervos das estatais por muito menos que os preços mínimos dos leilões, subavaliados por empresas de consultoria dos EUA. O que ultrapassou o preço mínimo foi devolvido por meio de créditos fiscais.

29. O valor mínimo era, em geral, inferior ao dinheiro em caixa e aos recebíveis a curto prazo. Eram aceitas moedas podres, i.e., títulos de validade questionada, que os grupos financeiros compravam no mercado a menos de 1/10 do valor de face. No leilão valiam 100% do valor de face. Bancos oficiais, como o BNDES, propiciavam crédito a juros favorecidos, em favor das transnacionais. As empresas eram entregues sem encargos financeiros ou trabalhistas, para o que a União Federal torrou centenas de bilhões de reais. Para quê? Para entregar os fabulosos patrimônios das estatais, ademais de presenteá-las com inimagináveis benefícios e subsídios.

30. Acabou? Ainda não. Os fundos de pensão das estatais entraram com a maior parte do ínfimo capital empregado nas aquisições, mas sem ficar com o controle das empresas. Esses fundos são o lócus de manipulações para toda sorte de negociatas, sob gestores da confiança do partido único, que ora se denomina PS DB, ora PT, ou seus aliados.

31. Há mais. Há os planos de "estabilização", como o "Collor" e outros que o seguiram. Há a abertura comercial indiscriminada e o câmbio flutuante, joguete da especulação financeira.

[1] O Dr. Benayon refere-se à Associação Latino-Americana de Integração - Aladi, instituída pelo Tratado de Montevideu, em 12 de agosto de 1980, reunindo doze países, para fortalecer o processo

de integração econômica, "de forma gradual e progressiva" de um mercado comum latino-americano, iniciado em 1960 pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio - Alalc.

[2] Imposto, embora venha com o nome de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSSL), instituída pela Lei nº 7.689/1988. Aplicam-se à CSSL as mesmas normas de apuração e de pagamento estabelecidas para o imposto de renda das pessoas jurídicas, mantidas a base de cálculo e as alíquotas previstas na legislação em vigor (Lei nº 8.981, de 1995, art. 57).

Brasil na rota do caos

Data: 29/10/2006 - Autor: Adriano Benayon

1. Estamos em mais uma etapa do processo de imersão no caos e de dissolução da sociedade nacional. As eleições de 2006 não oferecem senão mais uma falsa escolha: você erra escolhendo qualquer dos candidatos. Repete-se a ausência de opções reais dos pleitos de 1989, 1994, 1998 e 2002, sempre em situação cada vez pior que a anterior.

2. A Constituição da "Nova República" nasceu sob a égide da dívida externa, armadilha montada durante os governos militares. Estes investiram na infraestrutura, fomentaram a Petrobrás, o sistema elétrico em desenvolvimento, estabeleceram o programa siderúrgico, o sistema de telecomunicações, entre as importantes realizações no âmbito estatal. Não foi isso que resultou na dívida externa, mas sim, terem deixado a Fazenda e o Banco Central em mãos de gente ligada aos centros do poder mundial.

3. O que gerou o desequilíbrio das contas externas foram as transferências de recursos, efetuadas por transnacionais, e a dependência tecnológica, acentuada pelo predomínio dos investimentos diretos estrangeiros. Tudo em consequência de as transnacionais se terem assenhoreado da produção e dos mercados no setor privado, com subsídios públicos, a partir do golpe de 1954 e de JK (1956-1960). A submissão ideológica correspondente ao modelo econômico fez aceitar absurdas taxas bancárias e de juros, especialmente a partir de 1979. Três anos mais tarde, o endividamento externo ficou totalmente fora de controle.

4. A Constituição de 1988 (CF) surgiu com os vícios determinados pela estrutura de poder econômico dissociada dos interesses nacionais. Ainda assim, os agentes do processo de destruição social não tiveram coragem de impedir fosse incluída no Texto Magno a limitação da taxa de juros reais em 12% aa., nem de propor ou sequer discutir o dispositivo referente ao Orçamento da União, que favorece os pagamentos do "serviço da dívida".

5. Entretanto, já reinava no Brasil o império financeiro mundial, pois: 1) a limitação da taxa de juros tornou-se letra morta, tendo sido suprimida da CF em 2003; 2) o dispositivo privilegiador do "serviço da dívida" entrou no Texto da CF de 1988 por meio de estelionato, conforme documentado em trabalho acessível em: <http://paginas.terra.com.br/educacao/adrianobenayon/>.

6. As eleições, em todos os níveis, têm sido presididas pela total disparidade de recursos e de espaço na mídia entre, de um lado, os candidatos coniventes com o sistema de poder que transforma o Brasil em zona desregrada de saqueio e, de outro lado, os que expressam desconformidade em relação a tal sistema. A combinação do dinheiro grosso com o controle absoluto sobre as redes de TV faz com que os submissos ao sistema de poder constituam mais de 90% dos "escolhidos" nas eleições proporcionais. Nas presidenciais são 100%, e algo próximo a isso nas demais eleições majoritárias.

7. Chegou a haver ocasião (1989), em que esteve perto de ser eleito candidato à presidência não vinculado ao sistema concentrador. Pode-se discutir se Leonel Brizola, se eleito, teria condições efetivas de resistir à constante ocupação de espaço na política econômica por parte desse sistema. Mas só o fato de isso ser cogitado foi suficiente para eliminá-lo, por meio de fraude na contagem dos votos do 1º Turno, o que levou Lula ao 2º Turno, versus Collor.

8. Na Eleição de 1994, o Dr. Enéas obteve excelente votação, ficando em 3º lugar, à frente de nomes prestigiosos, apesar de espremido pelo exíguo tempo do horário gratuito de TV, único meio de expressão de que dispõe, dado não receber doações de grupos econômicos. A reação foram mudanças na legislação, as quais lhe tornaram o caminho ainda mais penoso.

9. Agora, em 2006, é de tal ordem o marco antidemocrático, que os escândalos veiculados pela mídia não tiveram por efeito sancionar os políticos envolvidos, mas sim acentuar a ojeriza indiscriminada e desinformada dos eleitores à política de modo geral. As repercussões do mensalão e dos sanguessugas causaram queda substancial de audiência no horário de propaganda gratuita, o que agravou ainda mais a desvantagem quase que absoluta dos candidatos não-protégidos pelas benesses do dinheiro farto. Ademais, a grande corrupção, a de atacado, é omitida pela mídia. Seus beneficiários - potentados, no polo ativo, e políticos, no polo passivo - são, ao contrário, tratados como líderes e figuras ilibadas.

10. Aquela ojeriza fez com que, por exemplo, em São Paulo, segundo as pesquisas, 70% dos eleitores não tivessem candidato a deputado federal até as vésperas da Eleição. Suscitou também intensa campanha pelo voto nulo. Estranhamente, no resultado oficial, a soma de votos nulos e brancos nessa eleição foi de minguados 15%.

11. Que quer dizer isso? Mais um indício para pôr sob suspeita a urna eletrônica sem voto impresso, isto é, sem qualquer possibilidade de verificação das manipulações do software, passíveis de acontecer em mais de uma etapa do processo. Os esclarecimentos dos professores de segurança da informação são elementos indispensáveis para a formação de nossa consciência política. Vejam no site: www.votoseguro.org.

Onde está o partido do Brasil?

Data: 16/12/2006 - Autor: Adriano Benayon

1. O que cresce são as transferências de recursos para o exterior, a deterioração da política, o arrasamento cultural e a manipulação ideológica. Ou seja: ao mesmo tempo em se agigantam os males socioeconômicos, vai minguando o entendimento de suas causas. Ora, diagnóstico errado significa campo para a doença agravar-se. Sintomático desse quadro é o “affaire” Ustra.

2. Criou-se uma indústria de indenizações milionárias em favor de pessoas que combateram os governos militares, e agora, configura-se a tendência a considerar inconstitucional a Lei da Anistia, para pôr no banco dos réus os acusados de autorizar e de praticar torturas, como se está fazendo na Argentina. A reação a isso na grande maioria das Forças Armadas é fortalecer-lhes o espírito corporativo, de há muito nutrido por convicções como:

1) o movimento de 1964 teria salvo o Brasil do comunismo;

2) correntes de esquerda pegaram em armas, e a repressão fez parte de uma guerra;

3) os governos militares demonstraram competência muito superior aos dos da Nova República, comparando-se as taxas de crescimento do PIB.

4. De outra feita poder-se-ia discutir o que há de certo e de errado nessas ideias. No imediato, temos de nos preocupar com o fato de se estar radicalizando a questão “direita versus esquerda”. A quem interessa aprofundar os dissensos entre brasileiros, senão aos grupos hegemônicos mundiais que intensificam o saqueio das riquezas do País?

5. Em 1964, o resultado foi pôr a política econômica a serviço da consolidação do poder das transnacionais sobre o mercado brasileiro. Sob o comando de Roberto Campos, indicado a Castelo Branco pela oligarquia anglo-americana, foram inviabilizadas muitas das melhores empresas nacionais. Nova dizimação ocorreu de 1979 a 1983, sob Simonsen e Delfin Neto, com a crise da dívida administrada segundo os ditames dos “credores”.

6. Mas, apesar de a Fazenda, o Banco Central etc. nunca terem saído das mãos da oligarquia financeira mundial, os governos militares foram, na média, à exceção de 1964 a 1966, menos deletérios que os da Nova República, todos subordinados ao “serviço da dívida”, de resto privilegiado na Constituição, em 1988, por meio de estelionato, ou seja, de uma inserção contrabandeada para dentro do Texto.

7. Que quer dizer tudo isso? Que, depois de ter suscitado a mudança do regime e de ter transformado as estruturas, passando o controle dos meios de produção e do mercado às transnacionais, o sistema de poder oligárquico estrangeiro pôde ampliar, ainda mais profunda e rapidamente, sua máquina de sugação de recursos, a partir da reorganização política dos anos 80. Em outras palavras, o domínio exercido por esse sistema tornou-se maior sob a pseudodemocracia do que sob o regime militar.

8. De fato, as eleições dependem de recursos financeiros, mais concentrados que nunca, e dos meios de comunicação, tendo o cúmulo do poder totalitário sido atingido com a urna eletrônica e a supressão do voto impresso. Muitos oficiais das FFAA equivocam-se ao pensar que o descalabro produzido de 1985 ao presente:

1) começou nesse ponto;

2) decorreu do sistema democrático (que não existe);

3) foi causado por políticos de esquerda.

9. Nem Sarney nem Collor, nem FHC ou Lula são de esquerda. Estes dois confirmam a definição de Karl Mannheim, de que ideologia é tese a serviço de interesses. Pertencem ao partido contrário à independência nacional - e que a considera impossível - de que falava Barbosa Lima Sobrinho. Não obstante, intelectuais ligados a serviços secretos estrangeiros, - bem como a maioria da oficialidade, que lhes dá crédito - dizem que Lula atua em função de uma estratégia gramscista, cujo objetivo seria implantar um regime socialista.

10. Isso não deve ser descartado, mas o mais provável é que o núcleo de poder petista tenha transformado o objetivo de locupletar-se em um fim em si mesmo. De resto, falta-lhes estofo para enfrentar os magnatas. Como quer que seja, o que está acontecendo é pior que um governo socialista, pois leva à liquidação da nacionalidade.

11. Esse processo, acelerado nos últimos 21 anos, tem de ser sustado, já que o País está sendo não apenas espoliado, mas descaracterizado, com a deliberada deformação cultural e de valores, a cargo do marketing transnacional, que está criando um povo de escravos.

Lucros remetidos ao exterior

Data: 24/01/2007 - Autor: Adriano Benayon

1. No final de 2006, dia 25, a Folha SP publicou matéria com o chamativo título “Remessa de lucro triplica no governo Lula”. Há que esclarecer as coisas.

2. A remessa oficial de lucros para o exterior continua crescendo muito sob Lula, como crescera sob a tucanagem, certamente agradada pela ideia enganosa, transmitida por aquele jornal, de um salto enorme na comparação entre 2006 e 2002. Conforme a Tabela 07, Capítulo V, do Boletim do Banco Central, publicado pouco antes da reportagem da Folha, a remessa líquida de rendas (deduzidas as transferidas para o Brasil) totalizou US\$ 26,0 bilhões em 2005 e US\$ 18,3 bilhões em 2002. Isso implica crescimento de 42%. Portanto, não houve sequer duplicação. Não há como comparar com 2006, porque só há dados para 10 meses, de janeiro a outubro. Em relação ao mesmo período de 2005, a elevação é pequena: 3,6%.

3. Os lucros remetidos por investimentos diretos estrangeiros (uma parte do total das rendas) ascenderam a US\$ 10,3 bilhões em 2005, havendo dobrado em relação aos US\$ 5 bilhões de 2002, mas não triplicado. Atenção: em 1998 eles chegaram a US\$ 8,6 bilhões, cifra inferior à de 2005 em só 20%.

4. Uma parte da explicação está no efeito da taxa de câmbio, agora favorável às remessas ao exterior, como ocorreu em 1998, quando não só o real estava valorizado, mas também já se prenunciava sua débâcle, manifestada plenamente em 1999. Sob os petistas, o real revalorizou-se, o que facilita as grandes transferências oficiais, em contraste com 2002, quando o real chegou a cair a R\$ 3,60 por dólar.

5. A outra rubrica principal do item “rendas” são as remessas dos lucros dos investimentos em carteira, i.e., das participações acionárias. Essa rubrica registra aumento de US\$ 8,4 bilhões em 2002 para US\$ 11,8 bilhões em 2005. O incremento ficará, pois, no máximo, em torno de 40%, uma vez que houve redução nos 10 primeiros meses de 2006.

6. São cifras impressionantes, mas o quadro piora sensivelmente se elas forem postas em contexto. Para começar, os lucros dos concentradores econômicos e financeiros estão em crescimento acelerado, enquanto o PIB por habitante está estagnado, há anos.

7. Esse passo de caranguejo acontece apesar do expressivo crescimento das exportações, proveniente da expansão da demanda mundial por bens intensivos de recursos naturais, como produtos siderúrgicos, minérios e agronegócio. Por que? Primeiro, porque as exportações são controladas por grupos concentradores - inclusive *tradings* - cujos lucros, em grande parte, vão para o exterior, pouco sendo investido na produção para uso local, mesmo porque pouquíssimo toca aos salários, e, assim, míngua a demanda interna.

8. Esses fatores decorrem em parte das famigeradas políticas monetária e fiscal, as quais com eles interagem, tornando-os ainda mais depressivos. Elas privilegiam o serviço da dívida pública, formada pela capitalização dos próprios juros, em função das absurdas taxas impostas pela corrupção associada ao poder concentrado, forçando a prevalência dos juros abusivos em toda a economia. Os beneficiários são grandes empresas, quase todas transnacionais, inclusive bancos. Daí o crescimento dos lucros em taxa muito superior à da economia como um todo. Lógico que alguém está perdendo: 99,9% dos brasileiros e, em especial, os menos de 15% que constituem a classe média, com rendimentos em queda e impostos em alta.

9. Não é demais lembrar que as remessas oficiais de lucros são apenas a ponta do iceberg. O iceberg é o total de mais de uma dezena de modalidades de transferências praticadas pelas transnacionais e descritas no meu livro, “Globalização versus Desenvolvimento”. Essas são feitas por meio dos preços de exportação e de importação - que ninguém controla, muito menos as “autoridades”, dissuadidas até pela OMC - e através de despesas a título de “serviços”, em favor das matrizes e de empresas próprias ou coligadas no exterior.

10. Apesar dos imensos prejuízos que causa ao País, o capital estrangeiro tem tido total favorecimento do governo, pois sempre foi subsidiado e goza de tratamento fiscal privilegiado, situação acentuada com as isenções propiciadas pelo governo Lula do IR e da CPMF nas remessas ao exterior.

11. Em suma, para os residentes no País, chumbo grosso. Para os não-residentes, todas as benesses. Parte dos ganhos do “capital estrangeiro” pertence à minoria de brasileiros que mandou centenas de bilhões de dólares para o exterior, graças a permissividade do Banco Central, desde a regulamentação das contas CC-5, no “governo” de FHC.

Porque o Brasil caiu e os asiáticos subiram

Data: fevereiro de 2007 - Autor: Adriano Benayon

I. Transnacionais e política econômica

Por que o Brasil foi ultrapassado, na maior parte das atividades econômicas que incorporam valor agregado, por países como Coréia do Sul, Taiwan, China e Índia, que, nos anos 50 e 60 do Século XX, estavam em penosas condições econômicas e sociais? Brasil, Argentina e México tinham diversificação econômica apreciável e rendas por habitante muitíssimo superiores às deles.

Há uma única causa direta: as políticas econômicas distintas. Os asiáticos apoiam, por todos os meios, o crescimento das empresas de capital nacional (estatais ou privadas), enquanto que, no Brasil, apesar de, até os anos 70, se terem criado poderosas empresas estatais, os governos não só permitem, mas subsidiam a ocupação e a dominação de seu mercado por empresas transnacionais (ETNs). Com isso, dirigentes dessas empresas tornaram-se a classe dominante no Brasil, a qual concentra os recursos e determina o resultado das eleições e a orientação dos “eleitos”.

II. Consciência e cultura

Por que o imperialismo não logrou o mesmo resultado nos países asiáticos? A causa principal é o grau, mais baixo no Brasil do que naqueles países, de consciência nacional nas camadas dirigentes, nos estamentos capazes de influir politicamente e no próprio povo. A abertura a tudo que vem da Europa Ocidental e dos EUA fez tomar o caminho da submissão à oligarquia mundial.

É prioridade dessa oligarquia a predação dos fantásticos recursos naturais do Brasil, facilitada pela baixa densidade demográfica. Ao contrário, as sociedades asiáticas eram densas, demográfica, cultural e economicamente, antes da brutal ocupação colonial militar. Tudo isso forjou nelas o sentimento de resistência. Ademais, por ter diminutos mercados de consumo, Taiwan e Coréia tiveram a sorte de não atrair investimentos diretos estrangeiros.

Não me venham com as habituais explicações, como salários baixos. Isso só funciona - e temporariamente - em países paupérrimos e de escassos recursos naturais. Com a acumulação de capital e de tecnologia, os salários cresceram muito em Taiwan e na Coréia. Em 1975, a hora trabalhada na indústria na Coréia custava 5% da remuneração nos EUA, ou 10%, corrigida pela

paridade do poder de compra. Em 2004, esses percentuais se elevaram para 50% e 70%. No México, este corrigido caiu de 30% em 1975 para 15% em 2004.

II. 1. Imigração

No Brasil, quase desabitado até o final do Século XIX, os imigrantes deram grande contribuição ao desenvolvimento agrário e industrial, principalmente em São Paulo. Como exponho no livro “Globalização versus Desenvolvimento”, a imigração é um dos mais importantes determinantes do progresso. Demonstro também serem inversos e perversos os efeitos da produção, no País, controlada de fora dele, pelas matrizes das empresas “multinacionais” ou transnacionais, tendência que ganhou corpo na 2ª metade do Século XX.

II.2. Ilusões sobre o capital estrangeiro

Com o enfraquecimento cultural e a desinformação, poucos no Brasil percebem as implicações econômicas e políticas dos investimentos diretos estrangeiros (IDEs). Ignora-se que eles se transformam em base para a transferência de recursos para o exterior, descapitalizando o País “receptor”. Crê-se que incorporam tecnologia ao País, quando apenas a usam, evitando, de todos os modos, transferi-la.

Muitas vezes nem há investimento algum do “IDE”, pois este tem sido feito com: a) equipamento sucata do país de origem, registrado aqui como se fosse ingresso de capital em moeda; b) tecnologia paga e amortizada com as vendas da transnacional em mercados no exterior; c) incentivos e subsídios fiscais; d) subsídios creditícios; e) doações de terrenos e obras de infraestrutura; f) empréstimos do BNDES; g) recursos da comercialização de partes importadas montadas no País; h) reinvestimento dos ganhos locais, registrado como se fosse ingresso de capital do exterior; i) ingressos posteriores provenientes de recursos formados com as transferências fraudulentas ao exterior, por meio de mecanismos descritos em meu livro, a começar por exportações subfaturadas e importações subfaturadas.

Além disso, nas privatizações, empresas locais são adquiridas com: a) pagamento em títulos de dívidas desvalorizados; b) créditos fiscais; c) eliminação, custeada pela União, de dívidas fiscais e trabalhistas; d) empréstimos oficiais subsidiados; e) redução do preço a fração ínfima do valor da empresa, nas avaliações irreais; f) aporte majoritário de capital por fundos de pensões de estatais, sem controlarem a empresa.

Sendo a opinião da mídia, das universidades e de outros centros de formação de opinião grandemente determinada pelo sistema de poder mundial, essas realidades são pouco estudadas e ainda menos difundidas. Assim se pode entender porque a produção transnacional é considerada, por muitos, positiva e necessária, embora cause prejuízos de centenas de bilhões de dólares por ano ao Brasil.

II.3. Cultura invadida antes de se formar

Por ter a população brasileira ganho dimensão só no Século XX e descendendo de imigrantes a maioria das classes média e alta, não houve tempo de se consolidar a cultura própria, que já se esboçava nos anos 1920. Antes mesmo da 2ª Guerra Mundial, o País foi levado a permitir bases norte-americanas no Nordeste e a enviar à Itália força militar no âmbito de uma divisão norte-americana.

A “Política da Boa Vizinhança” ensejou o quase-monopólio do cinema de Hollywood nas salas brasileiras e a penetração de arranjos e ritmos que foram desfigurando a música nacional. Oficiais da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que, em 1945 e 1954, tiveram papel importante nos golpes

contra o Presidente Vargas, foram, na campanha na Itália, envolvidos pela “amizade” de oficiais de ligação dos EUA.

Os brasileiros, abertos e amantes das viagens ao exterior, têm forte atração por países europeus e pelos EUA, em função da intensa publicidade e marketing voltados para o consumismo, outro fator da erradicação dos valores e da cultura. No início dos anos 70 começou a decadência do ensino, com o acordo MEC/USAID, a agência de “ajuda” externa dos EUA. Desde os anos 60, sob as TVs e as telecomunicações, os padrões morais e culturais deterioraram-se a passos largos. Indústrias sinérgicas como rock, contracultura e drogas, além de sexo promíscuo, HIV etc., foram programadas para despolitizar e desestruturar as nações. Ao contrário de regimes fortes na Ásia, no Brasil não se barrou a devastação cultural, sem falar na ainda maior permissividade após a pseudodemocratização.

II.4. Visão da camada dirigente

A riqueza natural (sol, água, solos e subsolo) permite à camada dirigente desfrutar de condições de vida mais opulentas, sob certos aspectos, que as das elites dos países “desenvolvidos”. A aristocracia paulista exportadora de café, como a do Nordeste açucareiro, ficou muito rica, como a que hoje se ceva com o agronegócio (mas a parte do leão dos ganhos toca às tradings transnacionais). Como a aristocracia do Sul dos EUA, são satélites dos centros financeiros e comerciais dos países centrais e em nada se interessam, a não ser contra, pelas indústrias de capital nacional.

Essa é a linha da “revolução” de 1932 e a do jornal “O Estado de São Paulo”, acompanhado pelos outros diários e revistas principais, bem como pelas TVs, seja porque têm conexões semelhantes, seja porque receberam aportes de capital do exterior (não obstante ter sido isso, até há pouco, proibido pela Constituição). Ademais, dependem da publicidade, cuja quase totalidade provém dos bancos e das transnacionais, donas dos mercados no País.

Apesar de terem formado núcleos de resistência, os industriais brasileiros perderam influência e foram dizimados, acossados pelo poder do Estado a serviço de transnacionais, já de si poderosas em âmbito mundial. Uma vez admitidas tais empresas, e com vantagens e subsídios de todo tipo, não há como sobreviverem empresas nacionais, nem há possibilidade de se desenvolver tecnologia própria e nem sequer de absorver tecnologia no País.

Contribuiu também para o predomínio da visão alienada da realidade nacional, a doutrinação sofrida por militares e por quadros civis, através de cursos e missões no exterior, bem como vagas e bolsas em universidades do exterior para graduandos e pós-graduandos. Mais ainda, o poder econômico e político das ETNs conduz a que manifestar críticas a respeito delas custe caro a quem quer que pretenda fazer carreira nelas e no serviço público.

III. Fatores históricos na Ásia

A Índia contemporânea nasceu de lutas pela independência do país que sofreu a maior desestruturação de uma economia, antes próspera, e a maior pilhagem de que se tem notícia na História Mundial. A liderança de Ghandi e de Neru mantém-se viva na memória nacional.

China: 1840: Guerra do Ópio, pela qual a Inglaterra forçou a China a admitir essa droga, logo utilizada pelos capitalistas britânicos para substituir o ouro como pagamento pelas manufaturas chinesas. Por cima, os ingleses apossaram-se de Hong Kong e cobraram pesada indenização (sic) de guerra. Ocupação de províncias por potências europeias e guerras decorrentes. 1894-1895: invasão japonesa e perda da Manchúria e Taiwan. Anos 1920: conflito entre nacionalistas e comunistas. 1934 ao fim da 2ª Guerra Mundial: ocupação japonesa. 1949: guerra civil e vitória comunista.

Taiwan: 1ª metade do Século XX, colônia do Japão. Transposição dos nacionalistas chineses, em sequência à sua derrota no Continente.

Coréia. Durante séculos, resistência a invasões, até ter sido transformada em protetorado em 1905 e anexada pelo Japão em 1910. Após a 2ª Guerra Mundial, divisão do País. De 1950 a 1953, Guerra da Coréia, com 3,5 milhões de mortos.

Com tal experiência, é natural que esses países deem mais atenção aos interesses nacionais que a ideologias, e que seus dirigentes não se tenham deixado envolver pelo discurso “democrático”, porta aberta ao controle de quem distribui mais pecúnia, especialmente se a economia for aberta ao capital estrangeiro. Tampouco usaram o anticomunismo como viseira que faz fechar os olhos à predação imperial capitalista.

Se a China foi comunista, Taiwan e Coréia do Sul tiveram regimes fechados de direita e anticomunistas. Seguiram à risca o modelo japonês, o qual, copiara o norte-americano e o alemão: 1) nada de livre-comércio durante a fase de desenvolvimento; 2) capital só nacional. A China começou a construir sua infraestrutura e tornou-se potência militar e nuclear sob Mao-Tse-Tung. A abertura às transnacionais, a partir de Deng, foi circunscrita a zonas determinadas e ainda não levou à queda dos investimentos públicos, o grande motor da economia.

IV. Golpes e pseudodemocracia no Brasil

Potentados estrangeiros deram passos decisivos para controlar a economia brasileira por meio de movimentos militares, em 1945, 1954 e 1964, movidos por propaganda “democrática” com a colaboração de jornais e emissoras de rádio e, mais tarde, da televisão, mediante corrupção. Investiram, ademais, na penetração cultural e ideológica.

Mesmo sob Getúlio Vargas, único presidente dos últimos 80 anos dotado de visão razoável da realidade nacional, faltaram ao Brasil anticorpos para deter aquela penetração. Criticado como ditador, entre 1937 e 1945, Vargas manobrava, com dificuldade, em meio ao poder de chefes militares como Góes Monteiro e Dutra, simpáticos ao Eixo fascista (depois, filo-norte-americanos), e à presença econômica e ideológica anglo-americana.

Eleito pelo povo em 1950, Vargas foi novamente derrubado em 1954. Não era nem ditador nem aliado aos comunistas, que lhe faziam oposição. Os serviços secretos anglo-americanos forjaram uma conspiração, o crime de Tonelero, imputado à guarda pessoal do presidente. Pretexto diferente do de 1945, mas o mesmo o motivo: escancarar a porta para a ocupação econômica do País.

Enquanto Vargas, e depois sua memória, tinham êxito eleitoral, o sistema de poder mundial recorreu a golpes de Estado. Nos anos 80, orientou a pseudodemocratização, recrutando inclusive ex-esquerdistas para servir ao projeto de dominação.

Ao contrário dos brasileiros, guiados em 1964 pelo anticomunismo, os militares de Taiwan e da Coréia do Sul perceberam não ser o comunismo o único perigo, embora ele estivesse às suas portas. Mas houve e há nacionalistas nas FFAA brasileiras. Em 1968, majoritários em unidades-chave do Exército no Rio, perderam oportunidade de se impor.

Urna eletrônica e autodeterminação

Data: 18/02/2007 - Autor: Adriano Benayon

1. O portal do Voto Seguro <http://www.votoseguro.org> apresenta copiosas e irrefutáveis demonstrações de que não há como confiar na urna eletrônica (U-E), tal como adotada no Brasil. Ou seja: sem impressão de voto que permita a verificação de se este foi ou não contado para o candidato escolhido pelo eleitor. Com frequência quase diária, especialistas independentes trazem informações que dissipam quaisquer dúvidas que pudessem restar sobre a inconfiabilidade dessa U-E.

2. Entre as mais recentes estão as irregularidades nas eleições para governador de Alagoas em 2006 e a abolição na Flórida desse sistema de votação sem comprovante, com o que, agora, só 14 dos 50 Estados norte-americanos ainda o mantêm. Relatório independente (de auditores externos) demonstrou serem insuficientes as explicações do relatório da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as causas da perda de integridade dos dados de controle nas eleições de Alagoas.

3. O relatório independente apresentou exemplo de arquivo de controle (log) misturado com o arquivo de resultado, comprovando que também os procedimentos de apuração foram atingidos pelo mau funcionamento das U-E's. Apontou que 35% das U-E's tinham arquivos de controle corrompidos ou com perda de integridade, percentual que pode crescer após estudos complementares. Ademais, os arquivos de controle registravam 20 mil votos a menos que o total oficial. A reação da STI do TSE foi impedir o acesso dos auditores externos aos arquivos de votos digitais.

4. Diz o Prof. Walter Del Picchia, da Escola Politécnica da USP: "O Fórum do Voto-E foi o primeiro a denunciar - há anos, está documentado - que o tipo de U-E sem possibilidade de conferência, usada no Brasil, é fraudável, e as fraudes são de difícil detecção. Agora, até o governador da Flórida/EUA descobriu isso e proibiu urnas desse tipo. Quando é que os sábios do TSE, incluindo seu presidente, vão perceber a contradição de suas afirmativas de '100% segura', se não permitem testes com a urna? Foi a partir de testes técnicos (lá é permitido, pois não existe um TSE com tantos poderes) que os estadunidenses perceberam como esse tipo de urna é insegura."

5. Essas escandalosas realidades não chegam ao conhecimento do grande público. A mídia repete a propaganda, sem comprovação, do TSE, segundo a qual as U-E's brasileiras seriam seguras. Nas raras vezes em que noticia algo que ponha em xeque essa afirmação, o faz de modo distorcido. Poucos são os não-técnicos que se têm dedicado a compreender e a expor o assunto.

6. Entre esses: o advogado Paulo Gustavo Sampaio Andrade, criador do *jus navegandi*, o maior portal jurídico do Brasil, e um dos fundadores do fórum do voto-eletrônico; e o jornalista Oswaldo Maneschy. Também, o desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Dr. Ilton Carlos Dellandréa, que foi Juiz Eleitoral em cidades desse Estado, aponta falhas da U-E aos leitores de seu blog e de seus artigos, publicados em jornais e revistas estaduais.

7. Ele estranhou ter a revista Veja iniciado da seguinte maneira sua matéria de 24 de janeiro último sobre as "falhas" da urna eletrônica em Alagoas: "Não passa pela cabeça de ninguém questionar a lisura do sistema". A matéria, com o título "TSE apura se houve crime em falha de urnas eletrônicas", aborda o laudo do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que conclui terem as urnas de Alagoas apresentado resultados suspeitos.

8. Não é acaso nem o comportamento da mídia nem o fato de aqueles destacados brasileiros não costumarem ser entrevistados por redes nacionais de televisão e nem sequer por jornais de âmbito nacional. Não o são nem mesmo os principais técnicos, como o engenheiro Amílcar Brunazo e os professores Pedro Rezende e Walter Del Picchia. Isso vale para quem quer que aponte as deficiências das U-E's brasileiras e mostre as portas que elas abrem para a fraude.

9. O acesso à TV aberta e a outros grandes meios de difusão só existe para quem não incomoda o sistema de poder. A U-E é, portanto, só um caso especial do gênero "temas desagradáveis ou perigosos para o império das oligarquias financeiras mundiais".

10. A U-E brasileira assegura, em última instância, o controle do processo eleitoral que aquelas oligarquias já detinham por meio de seu poder financeiro e de sua ascendência sobre a mídia e outros centros de formação de opinião. Basta, para ilustrar essa realidade, o resultado das cinco eleições para presidente da República, desde 1989. Tudo isso visa a consolidar e a aprofundar o domínio, por parte daqueles centros de poder, sobre as riquezas do País e sobre o trabalho de seus habitantes.

11. As eleições são, cada vez mais, determinadas pelo emprego massivo de dinheiro. A grana tem que ser grossa. Não é com qualquer milhão de reais que se disputa um mandato. Quem não for figura assídua nos meios de comunicação, nem com muito mais do que isso. A isso acresce a arma absoluta da fraude eletrônica. O modo sumário como o Congresso suprimiu o voto impresso denota o poder absoluto daquelas oligarquias.

12. Por conseguinte, não se conseguirá coisa alguma enquanto não retornar aos cidadãos o poder constituinte originário, que está nas mãos de um sistema totalitário de poder. Nem em relação à U-E, nem a qualquer questão vital para o País, como: a instituição de estruturas econômicas capazes de assegurar o uso do potencial do País em benefício de seus residentes; a produção de energias renováveis e favoráveis ao meio-ambiente; a restauração da soberania nacional na Amazônia; idem, no Banco Central.

13. Em suma, o de que se trata é a autodeterminação. Enquanto ela não for estabelecida, os valorosos colaboradores do portal do Voto Seguro vão continuar apontando coisas escabrosas, sem que haja chance de se adotar um processo decente de votação. Como todos os que têm objetivos louváveis, seja em que campo for, eles precisam entender que, para poder sonhar em alcançá-los, têm de, como primeira prioridade, concentrar-se na questão-chave, a da estrutura de poder.

14. A simples adoção do voto impresso nem sequer arranharia o totalitarismo. Além da questão decisiva do dinheiro, ele conta com a despolitização da população, dividida em segmentos, como:

- 1) Os que ficam com nojo absoluto da política: não desejam votar em quem quer que seja.
- 2) Os enganados pelos adeptos, sinceros ou não, da transparência e da anticorrupção, os quais votam em candidatos não apontados como corruptos, amiúde piores que os apontados como tais.
- 3) Os que vendem seu voto e os das pessoas sobre as quais têm ou julgam ter influência.
- 4) Os que votam por simpatia, seja por tratar-se de alguém que veem com frequência na TV ou ouvem em rádios, seja por ser pastor de uma igreja, seja porque o bispo recomendou etc.
- 5) Os que votam por ideologia (esquerda/direita, etc.).
- 6) Os deslumbrados com a 'festa cívica' promovida pelos governantes e votam em qualquer um: querem votar, não interessa em quem.
- 7) Os que votam por ter ganhado terrenos ou benefícios sociais.

15. O elemento comum às sete categorias é ser manipuladas pela desinformação e desconhecer as consequências de seus votos sobre a política econômica e social, por exemplo. Ademais, a apatia e o conformismo crescem com o processo de despersonalização, de destruição cultural e de valores adequados a uma sociedade livre.

16. Quem aceita ruídos brutais em decibéis inacreditáveis - antítese da música, constituída por ritmo, melodia e harmonia - aceita qualquer coisa. Qual será o grau de consciência política de quem se autoflagela com piercings e se marca com tatuagens, sem falar em quem se droga? E o de quem assiste a programas de TV de baixíssimo nível? Em tudo isso o sistema de poder vem investindo pesadamente, há mais de século.

Transnacionais apossam-se da biomassa

Data: 16/03/2007 - Autor: Adriano Benayon

1. O que está em andamento é a tomada pelo capital estrangeiro da produção de álcool (etanol) e de outros derivados das plantas. Em suma, da energia da biomassa. Esta já é uma das principais fontes do presente, e não apenas a predominante em futuro próximo. Os que a controlarem terão assegurado posição estratégica privilegiada no poder mundial, reforçada pelos fabulosos ganhos econômicos que dela fluirão.

2. Graças à sua excepcional dotação de território aproveitável, de água e sol, o Brasil tem o potencial de ser o maior produtor mundial dessa energia. Mas, dado o modelo econômico subordinado que se implanta no Brasil há mais de 50 anos, o País caminha para a pior das servidões, pois sua fabulosa dotação de recursos naturais está sendo explorada por transnacionais das potências hegemônicas, prontas para dominar a biomassa, como já dominam a comercialização do agronegócio.

3. Nada mais fácil para as corporações mundiais que abocanhar a biomassa, uma riqueza muito mais fantástica que o ouro das Minas Gerais no Século XVIII. Isso porque o Brasil é um país aberto ao capital estrangeiro, ao qual pertence a produção industrial e os demais setores da economia. Pior, obtém tudo isso com o nosso dinheiro, que o “governo” submisso lhe transfere como subsídios, ademais dos ganhos que o mercado brasileiro lhe proporciona, remetidos ao exterior por meio de mais de uma dezena de mecanismos.

4. O modelo político e econômico subordinado já conduziu o Brasil ao desemprego de 30 milhões de brasileiros, a vergonhosas condições de saúde e de educação, à proliferação do crime organizado, ao definhamento da classe média, à queda contínua dos salários reais, ao sucateamento da infraestrutura e das Forças Armadas.

5. O País está escancarado para que transnacionais se apoderem do que será o mais estratégico e maior setor da economia mundial. Que restará ao Brasil senão revogar o decreto da Princesa Isabel de 1888, da Abolição da escravidão?

6. Para ser profeta basta entender o presente e as lições do passado. Há casos históricos de reinstauração do regime de servidão por se terem países especializado na produção de matérias-primas destinadas ao comércio mundial. Por exemplo, a Polônia do Século XVIII, uma grande potência no XVII, transformada em exportadora de cereais sob a direção dos comerciantes e banqueiros de Amsterdam.

7. Que foi feito no Brasil para facilitar a apropriação da biomassa pelos concentradores mundiais? Alijar os pequenos produtores, por meio de regulamentação instituída por imposição do Banco Mundial, o que fez centralizar a produção em grandes usinas. Assim, a cana-de-açúcar é transportada a grandes distâncias (em caminhões movidos a óleo diesel de petróleo), e o mesmo ocorre com o álcool.

8. Pior ainda, através de outras ações e omissões da política econômica, acabou-se com conquistas do PRÓ-ALCOOL, como a produção de motores para álcool. Hoje, com o “bicombustível” são desperdiçados quase 40% da potência do etanol, cuja octanagem supera por essa margem a da gasolina.

9. Quase nada se fez para desenvolver o etanol a partir da celulose da madeira e de outras fibras vegetais, o que tem potencial econômico pelo menos tão bom quanto o da cana de açúcar e mais vantagens ecológicas. A palha da cana vem sendo queimada, causando danos ambientais, em vez de ser usada como fibra para a produção de álcool ou para, junto com outros resíduos vegetais, alimentar termelétricas.

10. Mais grave ainda é o boicote aos óleos vegetais, cujo custo de produção pode ser menor que o do álcool e oferece desempenho duas vezes maior. Para se ter uma ideia, o Brasil poderia facilmente estar produzindo 40.000 vezes mais óleos vegetais do que o faz. Isso porque: 1) A Alemanha os produz 100 vezes mais que o Brasil; 2) a produtividade por hectare do dendê no Brasil é 17 vezes maior que a da canola (colza) cultivada na Alemanha; 3) o território brasileiro é 24 vezes maior que o alemão. Resumindo: $100 \times 17 \times 24 = 40.800$.

11. Na Alemanha vende-se um kit para que os motores construídos para diesel de petróleo recebam o óleo vegetal apenas filtrado. O rendimento é o dobro do etanol ou do biodiesel. O biodiesel vem a ser uma rendição ao poder de transnacionais da indústria automotora. Envolve retirar a glicerina, a qual, nos motores para óleos vegetais, contribui para a extraordinária potência energética do combustível.

12. Há tecnologia para fabricar esses motores, dos engenheiros Elsbett, na Alemanha, não usada por pressão do maior banco desse país. Os Elsbett fabricam o kit, também produzido no Paraná pelo Eng. Fendel.

13. A única e enorme dificuldade para que se façam as coisas certas está no governo sem autodeterminação, complacente com os interesses das irmãs do petróleo. A Agência Nacional do Petróleo impede a distribuição do óleo vegetal e limita a comercialização do biodiesel à ridícula percentagem de 2% para a mistura com o óleo diesel.

Recados do império

Data: 25/03/2007 - Autor: Adriano Benayon

1. Está sendo difundido artigo do sr. Stephan Kanitz, segundo quem a visita de Bush ao Brasil teve o objetivo de alertar contra manobras do presidente da Venezuela. Kanitz é muito apreciado por admiradores incondicionais do poder imperial e por denegridores do nosso povo.

2. Kanitz começa: “A vinda do Bush não tem nada a ver com o Brasil, muito menos com o etanol. Os Estados Unidos não querem estreitar os laços comerciais com o Brasil. Tentaram a ALCA, mas nós recusamos.” Deve-se observar que o Brasil já se abriu demais, especialmente desde que o primeiro dos malfadados Fernandos reduziu as tarifas de importação sem contrapartidas.

3. No final de 1994, no apagar das luzes de Itamar, o Senado aprovou, sem nada examinar, os acordos que ratificaram as concessões no GATT e a entrada do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC). Isso implicou renunciar à autonomia em política econômica. O País obriga-se a:

- 1) Não controlar preços e quantidades do comércio exterior, já que, pelo Estatuto da OMC, os governos devem acatar a declaração das partes na valoração aduaneira, o que estimula a transferência fraudulenta de recursos financeiros para o exterior, o superfaturamento de importações e o subfaturamento de exportações;
- 2) Adotar as regras de propriedade industrial da OMC, ampliadas pela Lei 9.279, de 1996, feita e modificada ao gosto de transnacionais, como as da indústria farmacêutica;
- 3) Adotar as regras da OMC em matéria de serviços, conceito abusivamente estendido para investimentos.
4. Uma das raras coisas elogiáveis do atual Executivo federal é ter evitado a adesão à ALCA. Esta aceleraria o que já é desastroso para o País: sua repriminização. A estrutura econômica brasileira está, no Século 21, em vias de retornar à do Século 19, em condições mais desfavoráveis.
5. A extração graciosa de recursos naturais eleva-se a potências estratosféricas, e a indústria nacional - que florescia na 1ª metade do Século 20 - estiola sob a política econômica. Ela cede os últimos espaços às transnacionais na produção local e através das importações.
6. Diz Kanitz: "O Brasil representa um acréscimo de somente 4% de potencial de venda para uma empresa americana. O mercado americano teria representado um acréscimo de 2000% para uma empresa brasileira." Esse é um velho argumento dos propagandistas da globalização para incitar incautos a maravilhar-se com pretensas vantagens para os pequenos (economicamente) em comerciar com os grandes.
7. A armadilha reside, em 1º lugar, nas reais possibilidades de acesso dos pequenos ao mercado dos grandes, barrado até em nichos nos quais são competitivos. 2º e mais importante: os pequenos perdem competitividade nos mercados vultosos e rendosos, à medida que se afastam do desenvolvimento econômico e social. E dele se afastam em função do controle exercido pelas transnacionais sobre a produção local, acentuado pelas políticas da globalização, um esquema desenhado para reservar o máximo de bons mercados às grandes transnacionais.
8. Em 3º lugar, o falso e velho pretexto de que países como o Brasil dispõem de capital insuficiente nos amarra à especialização em bens de baixo valor agregado: minérios em bruto ou apenas processados; bens agrários comercializados por tradings transnacionais que determinam o preço e as condições em âmbito mundial.
9. Por exemplo, exporta-se quartzo por centavos, depois importado por milhares de dólares sob a forma de chips em produtos da informática. Exportam-se frutos tropicais depois importados como produtos farmacêuticos patenteados, por centenas de vezes o preço do princípio ativo no estado natural.
10. A globalização nega a liberdade de comércio aos não-concentradores. "Livre-comércio" traduz-se, na linguagem da verdade, por mão livre para grupos mundiais abusarem do poder em oligopólios e cartéis. Significa também submissão dos pequenos à regulamentação ditada pelos predadores. A do Estado só é admitida quando estes são favorecidos.
11. Para se ter uma amostra da ALCA basta ver a deterioração das condições econômicas e sociais no México, expressa na construção de extenso muro da vergonha ao longo da fronteira com os EUA, para conter a avalanche dos assolados pelo desemprego e pela penúria, mesmo empregados.

12. Mensageiro, Kanitz dá o recado: “Bush vem ao Brasil para avisar dos perigos do Hugo Chávez. Vai lembrar que enquanto Chávez minava a ALCA, fechava acordos para vender 80% de sua produção de petróleo para os Estados Unidos. O inimigo atual do Chávez não é os Estados Unidos, é o Brasil.”

13. Que pretendem os estrategistas imperiais? Determinar o rumo do País, brandindo espantalhos. Enquanto grupos transnacionais intensificam o colossal saqueio do Brasil, os brasileiros são induzidos a ver no sr. Chávez uma ameaça comunista ou algo assim. Na medida em ele esteja ligado a interesses anglo-americanos, a ameaça não é autônoma. O que já passou muito da ameaça é a ocupação efetiva do País pelo Império.

Orçamento Federal

Data: 22/04/2007 - Autor: Adriano Benayon

Ditadura dos juros

1. O orçamento só pode ser um instrumento de pilhagem, estando o País programado para desestruturar-se, para não ter progresso socioeconômico e, em suma, para servir de pasto às corporações financeiras mundiais.

2. A administração financeira, a cargo do governo federal, é diretamente dirigida por indivíduos de confiança do Banco Mundial e do FMI, instituições obedientes às diretrizes dos Tesouros dos EUA e do Reino Unido, instâncias subordinadas aos bancos centrais dessas potências imperiais (controlados por banqueiros privados).

3. Em 1988, foi contrabandeado para dentro do texto da Constituição, o dispositivo que favorece, no Orçamento, o “serviço da dívida”. [1] A inserção fraudulenta, feita após a aprovação da Constituição em 1º Turno, entrou no § 3º do art. 166, para excetuar o serviço da dívida da norma do inciso II:

4. “As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso: I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre: a) dotações para pessoal e seus encargos; b) serviço da dívida; c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e o DF”.

5. A despesa com o serviço da dívida, composta sobre tudo por juros, atingiu, desde então, mais de 2 trilhões de reais, em valores atuais. Oficialmente o COPOM (Conselho de Política Monetária) - na realidade o Banco Central, governado de fora do País - estabelece as taxas de juros para a dívida mobiliária interna, inteiramente ao gosto dos concentradores financeiros. O objetivo é maximizar ganhos, que, por cúmulo, os bancos obtêm aplicando dinheiro de outrem.

6. As demais taxas no País, incluindo as pagas por empresas produtivas e pessoas físicas, são um múltiplo daquelas, o que faz com que no Brasil sejam despendidos em juros mais de R\$ 500 bilhões de reais por ano.

7. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, dita “Lei de Responsabilidade Fiscal” (LRF), imposta ao complacente governo pelo Fundo Monetário Internacional, é, na realidade, a lei de subordinação do Orçamento à ditadura dos juros extorsivos. Para a despesa com o “serviço da dívida”, não há limitações nem na Constituição nem na LRF. Há apenas limites para o endividamento.

8. O sentido da LRF resume-se em assegurar que o setor público contenha as despesas não-financeiras, a fim de gerar crescentes saldos na parte do Orçamento da qual se retira o cômputo dos juros. Mesmo assim, esses saldos, os “superávits primários”, são insuficientes para cobrir a despesa com os juros da União, da ordem de R\$ 200 bilhões anuais, bem escondidos no emaranhado das contas públicas. No orçamento, como um todo, há déficit, pois os juros sugam mais verbas além das que geram o superávit primário. Eles abocanham quase 10% do PIB, vindo mais de 5% do PIB do superávit primário.

Seguridade e previdência social

9. Também entra no Orçamento a previdência social. O propalado déficit da previdência não passa de marketing para fazer aceitar as reformas efetuadas e as que estão em gestação, destinadas a assegurar ganhos para os grupos financeiros mundiais e seus associados locais. Uns e outros querem gerir mais fundos alimentados pelas contribuições.

10. Em 2006, as despesas da previdência alcançaram R\$ 165,6 bilhões. A receita estimada das contribuições sociais foi de R\$ 150 bilhões: CPMF (contribuição provisória (sic) sobre movimentação financeira), COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido).

11. As contribuições dos empregados e empregadores (públicos e privados) alcançaram R\$ 100 bilhões, quantia que, somada às contribuições sociais, totaliza R\$ 250 bilhões. Isso supera as despesas em R\$ 84,4 bilhões.

12. Com o desvio de 20% das contribuições sociais para pagar juros da dívida do Tesouro, as receitas da previdência são reduzidas em R\$ 30 bilhões, o que diminui seu superávit para R\$ 54,4 bilhões.

13. Estudos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência (ANFIP), com base em dados da Receita Federal apontaram saldos positivos da Seguridade Social de R\$ 26,66 bilhões (2000), R\$ 31,46 bilhões (2001), R\$ 32,96 bilhões (2002), R\$ 31,73 bilhões (2003) e R\$ 42,53 bilhões (2004).

14. Suspeita-se, com razão, que estejam sendo desviados mais que os 20% autorizados por emenda à Constituição (EC). A emenda proveio de proposta de FHC, renovada por Lula, na reforma tributária de 2003. Além disso, outra EC, perpetrada pelos mesmos, isenta da CPMF numerosas transações, como as de derivativos e outras praticadas na lavagem de dinheiro.

15. Além disso, fosse outra a política econômica, os salários seriam dezenas de vezes superiores ao que são, e as contribuições à previdência seriam correspondentemente maiores. Ademais, o modelo acarreta mais fatores de perda de arrecadação, como o enorme desemprego e a proliferação da economia informal. Leva, ainda, a vultosa sonegação e atrasos nas contribuições, depois negociados a perder de vista.

Pessoal e custeio

16. As restrições às despesas com pessoal são rígidas e minuciosas, ocupando extensos dispositivos da LRF. Seu artigo 19 assim reza:

17. “Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinquenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).”

19. A intenção de podar gastos com os servidores públicos está presente na Constituição de 1988, cujo artigo 169 diz: “A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.”

20. As despesas de pessoal e encargos, em 2006, somaram R\$ 105 bilhões. Correspondem a 30% da receita corrente líquida (RCL), percentual muito inferior ao limite permitido pela Lei de “Responsabilidade Fiscal”. R\$ 105 bilhões é só a metade do que se dilapida nos juros da dívida pública, mas é dinheiro demais para o que produz a máquina governamental.

21. Os cargos em comissão e os de carreiras especiais têm, em parte, escapado à furiosa avareza instituída, a qual atinge, em pleno, a grande maioria dos funcionários efetivos. Na situação caótica do País, não são criados, ou não são preenchidos, cargos necessários para prestar serviços adequados. O Brasil é dos países com menor número de servidores públicos em relação à população. Mas emprega muitíssima gente mal qualificada, além de os qualificados, na maioria, colaborarem com o saqueio do País.

22. Tendo ele sido ocupado por interesses forâneos, nas carreiras de Estado e dos escalões médios para cima, o comprometimento com os interesses nacionais significa prejuízo para a carreira do funcionário. Reina, pois, a desmotivação ou a conivência ou, ainda pior, a colaboração ativa. De outra parte, empregar gente no serviço público tornou-se moeda política valiosa, já que o modelo econômico controlado pelas empresas transnacionais gerou desemprego de 30 milhões.

23. Na camisa-de-força em que a dominação estrangeira pôs o orçamento público, sobra muito pouco para o custeio e quase nada para investimentos nas infraestruturas econômica e social. As receitas quase se esgotam com as despesas insuportáveis dos juros da dívida pública acrescidas dos gastos com pessoal e encargos, os da previdência social e as transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Investimentos: mesquinhez e baixa qualidade

24. Em 2006, as despesas de custeio e capital da União foram de R\$ 91,2 bilhões, excluídas as despesas do FAT, os subsídios e os benefícios sociais aos trabalhadores rurais. Esses três itens somaram R\$ 36,5 bilhões. Os investimentos da União, modesta parcela das despesas de “custeio e capital”, não passaram de R\$ 19,6 bilhões, i.e., 5,7% da RCL, 3,7% da receita corrente, e insignificantes 0,9% do PIB.

25. Mais grave que a franciscana quantia dos investimentos é ser ela mal empregada, com destinações injustificadas e licitações superfaturadas. Em 2006, a principal foi a operação tapa-buracos em rodovias, em geral construídas com materiais inadequados, mal conservadas, além de nelas se cobrarem pedágios absurdos, privatizadas que foram sem a menor atenção ao interesse público e ao dos usuários.[2]

26. Falando disso, nada se faz em matéria de hidrovias e de ferrovias, as modalidades requeridas para o transporte econômico a distâncias médias e longas. A Alemanha, que, desde o Século XIX, desenvolve e explora as suas ferrovias em benefício da economia nacional, continua expandindo-as e melhorando-as no Século XXI, mesmo sendo o território alemão 24 vezes menor que o do Brasil.

27. Com a aprovação da Lei das Parcerias Público-Privadas (PPPs), a qualidade dos investimentos, que já era lastimável, se está deteriorando ainda mais, como ilustra o desmoronamento da 4ª linha do Metrô de São Paulo e a queda de ponte no Norte do Estado do Rio de Janeiro.

28. Essa lei faz parte das imposições do governo mundial para carrear recursos públicos do Brasil para as mãos de grupos privados transnacionais, favorecidos pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

29. O sentido das PPPs é fazer que o Estado aplique os dinheiros públicos em iniciativas geridas pelo “setor privado” e fiscalizadas por este próprio. Ao Estado cabe somente entrar com o dinheiro e garantir lucros aos grupos privados. Estes poderão obtê-los em dobro, ocultando seus ganhos e alegando lucro zero, e até prejuízo. E, em função disso, requerer ao governo o pagamento do lucro contratualmente garantido.

Os “Poderes” do Estado

30. Os poderes de Estado estão sob controle do poder mundial, ao qual se submetem cada vez mais as oligarquias locais e os políticos a ela ligados, hoje com influência bem menor que a de funcionários diretamente ligados às instâncias estrangeiras de poder mencionadas no início deste artigo.

31. O Executivo é lócus principal desse sistema de poder teleguiado. As eleições para a presidência da República têm sido um jogo de cartas marcadas, em que todos os candidatos com chance de aparecer na mídia são igualmente aceitáveis para o referido sistema.

32. A Constituição em vigor confere ao Executivo a prerrogativa exclusiva de propor as leis referentes à Administração pública, inclusive as orçamentárias. Ao Legislativo resta aprovar a proposta, cabendo aos parlamentares apresentar emendas individuais, cujo total global não podia, em 2006, ultrapassar R\$ 3,5 bilhões, ou seja, 1% da receita corrente líquida, ou 1,5% da despesa total do Tesouro Nacional (em cuja cifra oficial está omitida uma boa parte dos juros da dívida pública).

33. Os R\$ 3,5 bilhões das emendas de parlamentares implicam média de R\$ 5,8 milhões por parlamentar, de certo irregularmente distribuída conforme a influência de cada um. As emendas são negociadas na base da reciprocidade e de outras contrapartidas.

34. Depois dessa barganha, aprovadas as emendas, os parlamentares passam a depender da boa vontade de escalões do Executivo para a liberação dos recursos, já que boa parte das despesas são contingenciadas e podem terminar não sendo realizadas.

35. Isso decorre de a Lei do Orçamento apenas autorizar despesas, sem obrigar à sua realização. As obrigatórias o são em função de outras leis ou da Constituição, como as transferências para Estados e Municípios.

36. As emendas dos parlamentares constituem um dos principais trunfos para obter votos, contar com apoio de prefeitos, etc. Isso torna ainda maior a dependência dos membros do Congresso em relação ao Executivo. Está aí mais um exemplo de ser letra morta a independência entre os poderes de Estado prescrita pela Constituição. Sem falar no fato de que nenhum deles se costuma mostrar soberano diante dos concentradores financeiros, industriais e comerciais, comandados por grupos mundiais sediados no exterior.

[1] Ver o artigo “O dispositivo clandestino e o serviço da dívida”, de Adriano Benayon, publicado em A Nova Democracia nº 15 – dezembro de 2003.

[2] Em São Paulo, onde os pedágios são proibitivos para a maioria da população, ficou encarregada da fiscalização uma empresa controlada pelo filho do governador que as fez privatizar.

Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek

Data: 26/04/2007 - Autor: Adriano Benayon

Na realidade, as políticas de JK levaram à destruição da obra iniciada no Governo Vargas. Os países que se desenvolveram, o fizeram fortalecendo as empresas nacionais. Há, no Brasil, grande carência de economistas que tenham pesquisado a fundo as práticas das empresas transnacionais. Não só as restritivas à concorrência, mas também, e principalmente, os mecanismos usados por essas empresas para transferir lucros ao exterior, oficialmente, e sobre tudo disfarçadamente, por meio da fixação dos preços na importação e na exportação (*transfer pricing*) e fazendo despesas superfaturadas e até por serviços fictícios, em favor de suas matrizes. Quem se quiser aprofundar nesse assunto, de imensas consequências, não terá dificuldade em encontrar ferramentas metodológicas na literatura estrangeira. A omissão - também de ícones da "esquerda", como Celso Furtado - facilita a propagação do mentiroso lugar-comum segundo o qual os investimentos diretos estrangeiros trazem benefícios ao país hospedeiro. Na veia que se pretende crítica ao liberalismo, o professor Luiz Gonzaga Beluzzo escreveu artigo (em 3/4/2007), acerca de enquete da Folha de S.Paulo, sobre a escolha, por ilustres e ilustrados, de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Machado de Assis como os três brasileiros mais importantes de todos os tempos. Beluzzo alude à ação de Vargas para libertar a economia brasileira das estruturas coloniais: "Deposto em 1945, o ditador Vargas foi reconduzido à Presidência pela vontade popular nas eleições de 1950. Getúlio, depois do hiato liberal de Eurico Gaspar Dutra, retomou o projeto desenvolvimentista. Lançou em 1951 o Plano de Eletrificação, criou o BNDE em 1952, a Petrobrás em 1953." "Havia, ademais, a convicção de que avanço da industrialização só poderia ocorrer com a modernização dos setores já existentes e constituição dos departamentos industriais que produzem equipamentos, componentes, insumos "universais" e bens duráveis. Juscelino ganhou as batalhas que Getúlio concebeu." Há vários reparos. Primeiro, a presidência de Dutra não foi liberal, a não ser no comércio exterior e por menos de um ano, no qual se dilapidaram as divisas acumuladas pelo "ditador" Vargas (só dão esse epíteto a quem defende a Nação). Tal foi a perda de divisas em 1946/47, que tiveram de ser instituídas licenças de importação e controle de câmbio. Entre outras coisas, Dutra comprou dos britânicos ferrovias de 1850, cuja concessão estava prestes a caducar, tal como, anos mais tarde, Geisel pagou US\$ 400 milhões pela Light, privatizada de graça por FHC, depois de a União ter investido muito mais nela. Na realidade, as políticas de JK levaram à destruição da obra de Vargas. Primeiro, mantendo os regulamentos favorecedores do capital estrangeiro em detrimento das empresas nacionais, instituídos poucos dias após a derrubada de Vargas, em 1954, por meio de uma conspiração conduzida pelos serviços secretos das potências hegemônicas. Além disso, JK criou mais subsídios e incentivos em favor das transnacionais, que se apropriaram dos mercados nacional e externo, através da produção local. O Brasil foi sendo transformado em plataforma de transferência de recursos naturais e financeiros para o exterior. É isso que está na raiz da realidade atual: a de um país com 30 milhões de desempregados reais e 90% de sua população na pobreza. Ademais das transferências que hoje superam 50% do PIB, entrou em cena, a partir do fim dos anos 70, a sangria do serviço da dívida. Esta se originou dos desequilíbrios nas transações com o exterior, decorrentes do modelo dependente, pois os investimentos públicos e privados, mesmo os nacionais, vinculavam-se a importações de bens de capital e de suposta tecnologia, sem falar no crescente controle da economia por empresas transnacionais. Retomando Beluzzo: "O "desenvolvimentismo", projeto de um capitalismo nacional, cumpriu o seu destino através do Plano de Metas. Muito ao contrário do que pregam os caipiras-cosmopolitas - aquela malta que circula pelo mundo, sem entender nada do que acontece - o projeto juscelinista integrou a economia brasileira ao vigoroso movimento de internacionalização produtiva impulsionado, no pós-guerra, pelo investimento direto da grande empresa capitalista. Por isso, os ultranacionalistas achavam que

Juscelino perdeu as batalhas que Getúlio teria imaginado ganhar." Não são ultranacionalistas que dizem isso. É qualquer um que estude seriamente a realidade. Se for para colocar rótulos ideológicos, eu diria que há: 1) os abertamente entreguistas, que defendem a alienação do controle nacional sobre áreas estratégicas, como ter tecnologia industrial própria, marcas próprias, etc. e sobretudo a gestão, o controle das atividades produtivas; são os que, contra as provas dos fatos, proclamam ou subentendem que os brasileiros não têm capacidade para se autogerir; 2) os que se poderiam denominar acomodatórios; esses defendem a mesma coisa, revestindo-a de eufemismos, como o acima grifado ("integração da economia brasileira ao movimento de internacionalização produtiva"). Outra expressão enganosa associada pelo professor Beluzzo à política de JK é "desenvolvimentismo, projeto de capitalismo nacional". Ora, o que há de nacional na discriminação prejudicial às empresas nacionais? Como descrevo no livro *Globalização versus Desenvolvimento*, os países que se desenvolveram, o fizeram usando todos os meios para fortalecer as empresas nacionais, e não, as de capital estrangeiro. De novo, Beluzzo: "O Plano de Metas concebeu um bloco integrado de investimentos na infraestrutura, no setor de bens de capital e de bens de consumo duráveis. As inovações institucionais consubstanciadas nos grupos executivos conferiram plasticidade ao aparelho econômico do Estado. Juscelino tomou posse em 1956 e atravessou o mandato sob as ameaças do golpismo antinacional. Frustrado pelo suicídio de Getúlio em 1954, o movimento oligárquico-americano conseguiu submeter o país na quartelada de 1964." Os grupos executivos foram o instrumento criado por JK para coordenar a concessão dos subsídios às indústrias estrangeiras, com destaque para a automotora e a naval. Isso inviabilizou no nascedouro as montadoras locais que já produziam automóveis e caminhões, apoiadas em autopeças produzidas por empresas de capital nacional, capazes de fornecer já então cerca de 70% dos componentes dos veículos. Para concluir o serviço de eliminar o empresariado nacional de peso, Castello Branco, em 1964, chamou, para czar da economia, Roberto Campos, indicado por seus mentores norte-americanos. A política econômica de Campos era talhada para destruir empresas nacionais: 1) políticas fiscal e monetária restritivas, acarretando a retração do consumo; as nacionais são menos capitalizadas e sem a base mundial de recursos, para suportar longos períodos recessivos; 2) crédito proibitivo, com altas taxas de juros reais e a instituição da correção monetária; as transnacionais têm acesso a crédito externo barato, além de se capitalizarem no próprio mercado brasileiro, tais as vantagens com que contam, como usar aqui capital e tecnologia já amortizados em numerosos mercados no exterior de grande porte. Essa mesma política é repetida a cada vez que o modelo dependente causa uma nova crise. É a fórmula para o genocídio das empresas de capital nacional, repetida por Simonsen e Delfim, sob governos militares, e por n outros indivíduos na Nova República, nascida sob a égide da mentira e do serviço da dívida, decorrente do modelo econômico que também se pode definir com a frase de Beluzzo: "Integração no movimento mundial de internacionalização produtiva". Não é de esquecer que Castello Branco obteve sua eleição indireta à Presidência em parte graças aos votos comandados por JK no Senado. Mais Beluzzo: "Os resultados do período desenvolvimentista, ainda que desiguais, não foram ruins. Comparada a qualquer outro período do capitalismo, anterior ou posterior à era desenvolvimentista e keynesiana, apresentou desempenho muito superior em termos de taxas de crescimento do PIB, de criação de empregos, de aumentos dos salários reais e de ampliação dos direitos sociais e econômicos." Muita gente incensa o "progressista" Keynes, serviçal do que há de mais oligárquico no mundo. Parecem ignorar que a intervenção estatal não existe só em favor do Bem Comum, com melhora da prosperidade para todas as classes. A intervenção está cada vez mais presente, mas só para favorecer os concentradores. Os liberais e monetaristas choram de barriga cheia, e ainda mais cheia, porque as políticas em voga conseguem ser ainda piores que as deles. Quanto às taxas elevadas de crescimento durante alguns anos, elas nada implicam em termos de desenvolvimento verdadeiro. Houve taxas altas sob JK, e de Costa e Silva a Geisel. Nesses períodos, erroneamente descritos como de milagres econômicos, houve significativos investimentos públicos (ainda não se havia concluído a

falência do país), mas agravaram-se sérios problemas estruturais associados à dependência tecnológica, financeira e até cultural. Isso desembocou, a partir de 1979, na interminável crise do modelo, que não só persiste, mas se agrava sem cessar. De resto, promete mais, pois, além de tudo, o modelo se radicaliza desde os anos 90, marcados pelas privatizações e demais esbórnias antinacionais.

A origem do crime

Data: 26/08/2007 - Autor: Adriano Benayon

1. Costuma-se ignorar a relação entre a estrutura econômica e a violência. Assim, tratam a segurança pública com o mesmo primarismo aplicado às demais questões. A criminalidade cresce, enquanto o sistema de poder, controlado do exterior, esconde a fonte dela. Os concentradores não abrem mão de espoliar o País, e a repressão não evita a intensificação da insegurança.

2. Luís Nassif reportou levantamentos da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo que mostraram elevada correlação (acima de 0,8) entre a queda da renda e o incremento do número de crimes violentos, de 2001 a 2003.

3. Ele salientou ser essa apenas a parte visível da correlação. A mais tenebrosa seria o avanço do crime organizado: “Quando começou o grande nó no modelo econômico, com a política de juros de 1995, seguida do aumento brutal da carga tributária (para pagar juros), milhares de pequenas e médias empresas deixaram de recolher impostos. O primeiro passo foi a inadimplência. Ao deixar de pagar impostos, mas continuando na formalidade, esses empresários foram alvo de fiscalização intensa. Passaram a se abastecer de mercadorias ilegais, desde cargas roubadas a produtos falsificados. Os empresários que se mantiveram na legalidade se viram sem condições de competir.

4. De forma simplista, Nassif dizia haver uma só razão disso: a abertura cambial com câmbio apreciado. Há fatores mais importantes: o controle monopolista das transnacionais, as transferências ao exterior, os impostos e os juros absurdos. De resto, o declínio econômico vinha de antes, embora se tenha acelerado na fatídica Era FHC. Ademais dos conflitos nas periferias dos grandes centros urbanos, há os do campo. Avança célere a violência com a expansão da cana-de-açúcar para atender o mercado mundial de energia sob o controle tradings estrangeiras.

5. Eis o que informa Amaury Ribeiro Jr.: “A febre da cana-de-açúcar está transformando municípios do Triângulo Mineiro em abrigos de bandidos e miseráveis. Impulsionados por interesses do governo dos EUA no etanol brasileiro, usineiros alagoanos e paulistas passaram a disputar, palmo a palmo, cada pedaço de terra da região. Em menos de quatro anos, 300 mil hectares de cana-de-açúcar foram plantados em antigas áreas de pastagens e de agricultura. Assaltos a mão armada, assassinatos em série, tráfico de drogas e comércio de crianças e adolescentes passaram a fazer parte da rotina. Atraídos por intermediários, mais de 20 mil boias frias do Nordeste deslocam-se ao Triângulo Mineiro e ao Alto Paranaíba. Entre eles se infiltram traficantes, assaltantes, proxenetas e aliciadores de menores.”

6. Se outro fosse o modelo econômico, o Nordeste não exportaria mão-de-obra nessas condições. Como apontam peritos competentes, a natureza oferece, no semiárido, recursos naturais inestimáveis, e a escassez de água não seria real, se não fosse manipulada por concentradores.

7. Conforme demonstrei no artigo sobre a biomassa – e isto vale também para os recursos do Nordeste – aquela e estes podem ser a base de grandiosa prosperidade para dezenas de milhões de brasileiros,

desde que o Estado organize a estrutura produtiva e comercial de modo a suscitar o acesso aos mercados de numerosos produtores, cooperativas e empresas.

8. São facilmente suportáveis os custos em que deveriam incorrer a União e as unidades federativas locais no necessário apoio técnico e financeiro a essa democratização econômica e social, viabilizando empresas descentralizadas e voltadas para mercados regionais. É, na verdade, abissal a diferença qualitativa entre esses investimentos e os realizados sob a estrutura concentradora, visando a exportar a produção e a transferir para o exterior a virtual totalidade de seus ganhos e os de sua comercialização, sob controle de capitais estrangeiros que gradualmente engolem até mesmo as empresas de capital nacional a eles associados.

9. Veja-se a seguir benefícios daquela opção, em contraste com esta.

1) a produtividade é grandemente favorecida por estarem os produtores sujeitos a real concorrência, ao contrário da “concorrência imperfeita”, na qual os oligopólios e cartéis alijam concorrentes, controlam as preferências dos consumidores e os espoliam, cobrando os preços máximos tolerados.

2) Os consumidores ganham renda real ao receber a maior parte dos benefícios da elevação da produtividade, via preços mais baixos.

3) Há espaço para o desenvolvimento de novas tecnologias, ao invés do que se dá com as transnacionais dominando o mercado, pois estas usam a tecnologia, já amortizada no exterior, de suas matrizes, as quais se aproveitam do monopólio tecnológico para auferir preços abusivos nos insumos importados por suas subsidiárias no País.

4) Geram-se empregos em número crescente a cada ano, em função de serem os ganhos investidos, em parte substancial, para elevar a produção e/ou a produtividade. Já sob o modelo concentrador, controlado pelas transnacionais, o grosso dos ganhos vai para o exterior, de tal sorte que a criação de um emprego, ao se instalarem no País, implica a perda de dez e mais empregos, ao longo de alguns anos após esse evento.

10. O sistema de poder mundial faz eleger os principais mandatários políticos no País e intensifica o modelo concentrador, por meio das políticas fiscal (impostos e aplicação das receitas no Orçamento público), monetária (moeda, crédito e juros), comercial e cambial. Todas favorecem os concentradores financeiros, industriais e comerciais, em detrimento dos assalariados, autônomos e profissionais liberais, bem como das empresas de capital nacional.

11. Essa política não é liberal nem neoliberal. É muito pior que isso, pois ela intervém na economia, contra a sociedade e a favor das transnacionais e de outros grupos que desviam para o exterior os fabulosos recursos naturais do País e o valor agregado em sua transformação.

12. Em apoio ao mega crime continuado, o sistema de poder serve-se da mídia – por ele controlada – para esconder os problemas reais. Como observou o jornalista J. Carlos de Assis: “Há dois níveis de manipulação da opinião pública pelos meios de comunicação. O primeiro consiste em omitir os problemas. O segundo, em admitir que eles existem, mas têm solução mágica. É nesse nível que se encaixa a ‘reportagem’ do ‘Fantástico’ sobre o desemprego entre os jovens.” (Assis, José Carlos de Assis: Solução mágica para o desemprego dos jovens, in Monitor Mercantil, artigo publicado em 16.05.2007).

13. Assis considera, com razão, um insulto à inteligência e ao sentimento dos desempregados apresentar o desemprego como resultado da má preparação dos jovens. A mensagem subliminar é implicar que os jovens obterão emprego, se se qualificarem.

14. Na realidade, ao contrário, o desemprego atinge de forma tão dura os não-qualificados, como os altamente qualificados. Além disso, boa parte destes sai das estatísticas do desemprego, emigrando, para ser, na maioria dos casos, explorada no exterior em ocupações inferiores a seu grau de preparo.

15. Não se trata só do êxodo de pesquisadores e profissionais de escol, mas também de apreciável massa de quadros médios e superiores. Em ambos casos, o que o Brasil investe em educação e formação aproveita a economias de outros países, na maioria, “desenvolvidos”.

16. Os que permanecem no Brasil e se mantêm ativos no mercado de trabalho são submetidos a condições insuportáveis e a salários insuficientes. Mesmo que desenvolvam tecnologia, não encontram mercado para ela, que tem de ser abandonada ou apropriada por empresas transnacionais estrangeiras.

17. Mais de 10% da força de trabalho está desempregada, e o subemprego atinge 25 a 30%. Na faixa de 15 a 24 anos de idade, 27% não estudam nem trabalham. Nesse “mercado de trabalho”, assalariados, autônomos e profissionais, de todos os níveis de qualificação, sofrem permanente ameaça de desemprego.

18. Pesa, ademais, sobre essas pessoas e as empresas nacionais a carga dos tributos, discriminatória, enquanto que as transnacionais, as exportações e as importações são subsidiadas, em desfavor das empresas nacionais e do mercado interno, onde os bens e serviços são fortemente onerados.

19. Arcando com os efeitos combinados da inadequada remuneração, dos elevados preços dos bens e serviços, dos juros e dos impostos, a quase totalidade da população vive sob estresse e não tem como poupar para se precaver da eventual perda de seus rendimentos.

20. O controle oligopolista do mercado limita as oportunidades de emprego e inibe a demanda por bens e serviços, cujos preços administra. Os juros e impostos provêm do modelo dependente, causador da dívida pública. As taxas de juros mais altas do Mundo não têm relação com os fundamentos econômicos, nem sequer com o “mercado”.

21. Impostas pela política econômica comandada por grupos financeiros, via Banco Central, essas taxas fazem com que: 1) o poder público gaste em juros metade das receitas tributárias; 2) assalariados, autônomos, produtores rurais e empresas pequenas e médias de capital nacional queimem em despesas de juros a renda que lhes possa restar sob a estrutura econômica descrita e após o pagamento dos tributos.

22. A essas inqualificáveis agruras juntam-se os danos decorrentes da criminalidade, estimulada por uma ordem social em que está implícito um teor de injustiça de magnitude absurda. É notável que a delinquência não seja maior, pois, na maior parte do tempo e dos casos, a oferta das indústrias de brinquedos e do entretenimento, entre outras, induzem ao esmagamento da cultura e à substituição dos valores éticos pela falta de caráter.

23. Programas interativos humilhantes, com telefonemas que custam caro aos telespectadores, novelas que promovem a falta de decência, tudo isso é difundido por TVs. As mesmas que, nos noticiários e comentários políticos, afetam pretensa moralidade. Esta fustiga seletivamente políticos cujos deslizos são levantados por revistas de opinião ligadas ao poder mundial.

24. Em suma, a mídia põe o foco sobre a corrupção de varejo, como a ligada a licitações na administração pública, enquanto oculta a mega corrupção: a que está na base das perversidades socioeconômicas resumidas acima, ademais de outras, como as privatizações graciosas de estatais dotadas de incomensuráveis recursos e ativos, os leilões de áreas de petróleo etc.

25. A exposição da corrupção de varejo serve para abaixar a autoestima dos brasileiros, principalmente minando-lhes a confiança em fazer parte de uma nação digna e viável. Isso contribui para aceitar que o Brasil seja dirigido do exterior, por estrangeiros, ignorando os desinformados os malefícios para o País, em todos os aspectos, dessa dominação.

26. A queda da autoestima nacional é impulsionada pela crença em que os eleitos para os cargos públicos representem as características da sociedade. Tal crença é infundada, porquanto, sob a atual estrutura econômica e as condições políticas criadas por esta, somente emergem ao primeiro plano da política os associados à supremacia das transnacionais, ou, no mínimo, os tolerantes em relação a ela.

27. Nessa estrutura, os políticos, quase sempre, dependem de recursos dos grupos concentradores e/ou de dinheiro desviado de verbas públicas. Via de regra, não são expostos os pertencentes ao primeiro conjunto, e, dentre os formadores do segundo, são apontados como corruptos só os que não participam do primeiro.

28. O que a mídia e muitos formadores de opinião chamam de mercado não passa de um cartel de grandes bancos, cujo poder determina as taxas de juros, sem qualquer relação com a oferta e com a demanda por crédito para atividades produtivas.

Não ao desmembramento do Brasil

Data: 26/09/2007 - Autor: Adriano Benayon

1. Tem tido repercussão – embora a mídia não toque no assunto - matéria publicada pelo Movimento de Solidariedade Ibero-Americana (MSIA), em 19 do corrente, sobre preparativos do ministro da Defesa para expulsar brasileiros não-índios da região da Raposa Serra do Sol, em Roraima, situada junto às fronteiras com a Guiana e a Venezuela.

2. A ação da Polícia Federal seria para este mês, com a participação de 500 agentes federais, prevendo-se resistência armada da população local. Trata-se de operação de natureza militar inexequível sem a participação das Forças Armadas.

3. Ora, não pode estar de acordo com tal violência quem quer que respeite seu País, como é o caso do general Maynard Santa Rosa. Ele declarou que o Exército não recomenda a invasão. Foi, por isso, demitido do cargo de secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa. Em 04 de setembro, O Globo publicara declarações do General de que as Forças Armadas resistem em dar apoio à Polícia Federal para a retirada dos brasileiros. Também foi demitido de importante cargo no Ministério da Defesa o general Rômulo Bini Pereira. Além disso, na ABIN foram afastados o Diretor-Geral, Marcos Buzanelli, e o gerente em Roraima, Cel. Gélvio Fregapani, todos por serem contrários à intervenção na Raposa do Sol.

4. A matéria do MSIA alude à inquietação que se aprofunda nas Forças Armadas brasileiras, sendo iminente grave crise institucional se a presidência da República insistir em atribuir-lhes a desonrosa missão. É o caso de evocar a petição do Marechal Deodoro à Princesa Isabel de que liberasse o Exército da inglória tarefa de capitão do mato na perseguição a escravos foragidos.

5. Hoje querem envolver as Forças Armadas em ação de guerra contra brasileiros que defendem o direito de ficar nas terras em que vivem e trabalham legalmente há dezenas de anos. É difícil conceber afronta mais grave ao povo brasileiro e deslustre maior para as Forças Armadas.

6. Os índios da Serra do Sol são aculturados, muitos têm cartão de identidade e título de eleitor. Alto percentual, e majoritário entre os macuxis, a principal etnia, é contrário à separação do território. Esta é imposta por entidades estrangeiras a serviço dos donos do poder mundial, ávidos por monopolizar a fabulosa riqueza mineral do subsolo da área. É de notar, que, em abril de 2005, a retirada da população “não-índia” por agentes federais foi obstada por índios. Expulsar moradores de suas terras, porque não são índios, constitui crime de tipo nazista. É agir em conformidade com o princípio racista. É violência combinada com discriminação racial, além de odiosa, inacreditável em razão da grande mestiçagem.

7. Que pretendem fazer? Como vão definir quem é índio? Fazendo exames de DNA? Ou julgando não-índios os que se consideram brasileiros?

8. Aí está. Querem que o Exército faça derramar muito sangue para separar do território nacional mais uma região estratégica. Ora, isso é crime tipificado no Código Penal Militar. Diz o art. 142 do CPM: “Tentar: III – internacionalizar, por qualquer meio, região ou parte do território nacional. Pena – reclusão, de quinze a trinta anos, para os cabeças; de dez a vinte anos para os demais agentes.” Os envolvidos na preparação do genocídio e os desinformados alegam que não há cessão de território e que a Constituição prevê reservas indígenas. Mas só não vê a ação de potências hegemônicas na região quem não se quer informar. Há farta documentação sobre as atividades de ONGs e de outras entidades que desviam para o exterior preciosos recursos minerais em várias partes da Amazônia. Fazem-no antes mesmo de se acabar oficialmente com a jurisdição brasileira sobre os territórios saqueados.

9. Uma das razões de não se evitar a pilhagem é a míngua de recursos do Orçamento para as FFAA. Mais de 2 trilhões de reais, em valor atualizado, desde 1988, foram gastos com o serviço da dívida pública formada pela capitalização de juros absurdamente altos. Ver:

<http://paginas.terra.com.br/educacao/adrianobenayon/>

10. Para quê, senão para assegurar em definitivo a continuidade da pirataria, demarcar, em faixa contínua, mais uma reserva “indígena”, exatamente sobre subsolo dos mais ricos do Planeta, numa área cujo tamanho está em gritante desproporção com a diminuta população indígena?

11. A Raposa do Sol tem 1.747.000 hectares, ou seja, 17,5 mil km² quadrados, e 18.700 índios: um por km². No pretense território ianomâmi, destinaram-se a 8 mil índios, em Roraima e no Amazonas, 9,4 milhões de hectares (94 mil km²), formando, com a área contígua da Venezuela, um território de 180 mil km². Cometeram também o crime cominado pelo Código Penal Militar os responsáveis pela portaria, no governo Collor, que criou a reserva “ianomâmi.”

12. Como informou Sebastião Nery (Tribuna da Imprensa 24.06.2006), há um “governo ianomâmi no exílio, presidido por um norte-americano de Massachusetts, com Parlamento de 18 membros, sob a presidência de um alemão; do tal governo, faz parte um índio, dito brasileiro, chamado Iacota”. E: “O saudoso embaixador Geraldo Nascimento e Silva ‘localizou em Londres um escritório que coletava recursos em nome dos ianomâmis, recém-emancipados (sic), para promover a causa indígena’ ”.

13. Agora, em 12 de setembro de 2007, a Assembleia-Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, adotada em 26.06.2006 pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU.

14. A Declaração diz, no art. 3º, que “os povos indígenas tem direito à autodeterminação e, assim, a determinar o seu status político”. Isso implica que podem escolher fazer parte do Estado que quiserem e/ou declarar sua independência formal, outro modo de anexação de fato por potências hegemônicas. Que outras áreas “indígenas” já tenham sido criadas, não desonera os responsáveis pela demarcação

da Raposa do Sol. Ao contrário, o crime é ainda mais grave. Por duas razões. A primeira é que a repetição consolida o abandono da soberania nacional, princípio basilar da Constituição.

15. A segunda razão é que a entrega não ocorrerá sem o emprego das Forças Armadas do País contra seus próprios nacionais. Pergunta-se: é legítimo cumprir ordem contrária às bases da existência nacional, como a soberania, a integridade do território e a dignidade das Forças Armadas?

Por que anular a “privatização” do Vale?

Data: 14/10/2007 - Autor: Adriano Benayon

1. Anular a “privatização” da Vale do Rio Doce (CVRD) não é apenas indispensável à segurança nacional. Exige-o a honra do País, pois estão cientes da vergonha que é essa alienação todos que a examinaram sem vendas nos olhos postas por egoísmo, ignorância ou submissão ideológica.

2. A negociata causou lesões impressionantes ao patrimônio nacional e ao Direito. Mas políticos repetem desculpas desinformadas ou desonestas deste tipo: 1) houve leilão, e o maior lance ganhou; 2) o contrato tem de ser respeitado; 3) o questionamento afasta investimentos estrangeiros.

3. Na “ordem” financeira mundial há hierarquia, e o leilão foi de cartas marcadas. Levaria a CVRD quem “atraísse” os fundos de pensão das estatais, através do Executivo federal e da corrupção. José Pio Borges foi do BNDES para o Nations Bank e depois Bank of America, que chegou a ter 20% da VALEPAR.

4. Conforme aponta Magno Mello, um dos escândalos marcantes da história da PREVI foi o investimento na privatização Vale Rio Doce, “quando a PREVI era gerida por uma diretoria meio petista e meio tucana.” [1]

5. Os fundos de pensão (39,3%) e o INVESVALE dos funcionários da CRVD (4,5%) entraram com 44% na VALEPAR, a controladora da CVRD comandada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que Steinbruch “ganhara” de FHC, sendo empregador do filho deste. A CSN pôs 25%: 10% vindos do exterior [2] e 15% emprestados pelo BRADESCO.

6. Do consórcio fizeram parte, além da CSN: Opportunity (Citibank) com 17%; Nations Bank, então 4º maior banco dos EUA, com 9%. Outro consórcio (Votorantim e Anglo-American) desistiu.

7. Não foram pagos pelo controle da VALE sequer os R\$ 3,338 bilhões do lance ganhador: a) a União aceitou, pelo valor de face, títulos comprados no mercado por menos de 10% desse valor; b) o lance mínimo era R\$ 2,765 bilhões, e o ágio de 20% (R\$ 573 milhões), compensável por créditos fiscais; c) o BNDES financiou parte da operação com juros preferenciais e adquiriu 2,1% do capital votante.

8. A União mantinha 34,3% do capital da CVRD, mas o objetivo era alienar o controle de qualquer jeito. Em 2001, por ordem de FHC, o Tesouro torrou, na bolsa de Nova York, 31,17% de suas ações ordinárias com direito a voto e a eleger dois membros do conselho de administração. O patrimônio arrebatado ao País vale 3 trilhões de reais (1.000 vezes a quantia do leilão) ou grandes múltiplos disso, considerando as reservas de metais preciosos e estratégicos, muitos deles exploráveis por mais de 400 anos, pois é impossível projetar o preço dessas riquezas sequer para um mês. Que dizer de 5.000 meses?

9. Os recursos reais tendem a valorizar-se, como mostram: 1) sua crescente escassez relativa e a alta de preços nos últimos anos; 2) a hiperinflação de ativos financeiros em dólares e euros, a qual está

detonando o colapso das moedas. Enquanto os recursos reais são finitos e essenciais à vida, as moedas são inflacionadas sem limites, por meio eletrônico, ao sabor do abuso de poder de concentradores financeiros e bancos centrais.

10. Diz Comparato: “Ao abandonar em 1997 o controle da Companhia VALE do Rio Doce ao capital privado por um preço quase 30 vezes abaixo do valor patrimonial da empresa e sem apresentar nenhuma justificativa de interesse público, o governo federal cometeu uma grossa ilegalidade e um clamoroso desmando político. [3]

11. A relação de “quase 30 vezes”, reflete o patrimônio, em 2005, na contabilidade da empresa, mas não, a realidade econômica, que aponta para 10.000 vezes ou mais. Ainda, Comparato: “Em direito privado, são anuláveis por lesão os contratos em que uma das partes, sob premente necessidade ou por inexperiência, obriga-se a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta (Código Civil, art. 157). A hipótese pode até configurar o crime de usura real, quando essa desproporção de valores dá a um dos contratantes lucro patrimonial “que exceda o quinto do valor corrente ou justo da prestação feita ou prometida” (lei nº 1.521, de 1951, art. 4º, b). A lei penal acrescenta que são coautores do crime “os procuradores, mandatários ou mediadores”.

12. A desproporcionalidade da prestação é colossal. Se não estava presente a necessidade nem a inexperiência, resulta claro que os motivos foram torpes e implicam, com mais forte razão, a anulação do negócio. Ademais, a parte lesada, o povo brasileiro, foi traída pelos mandatários, que firmaram o contrato e o tramaram, até mesmo ocultando dados no edital.[4] Mais que anulável, o contrato é nulo de pleno direito. Estabelece o Código Civil, no Art. 166: “É nulo o negócio jurídico quando ...III - o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.”

13. O que poderia ser mais ilícito que infringir a Constituição Federal e lesar o patrimônio público, de forma deslavada? A CF, no art. 23, I, estabelece que é da competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios “conservar o patrimônio público”. A lei de licitações, 8.666/1993, subordina a alienação de bens da administração pública à existência de interesse público devidamente justificado” (art. 17). Também torna o leilão inconstitucional não ter sido autorizada pelo Congresso a exploração de recursos minerais na faixa de fronteira (§ 2º do Art. 20 da CF). O mesmo quanto ao controle sobre áreas maiores que 2.500 hectares (inciso XVII do Art. 49 da Constituição).

14. Que investimentos são os que Lula teme perder? São do tipo dos que assumiram por menos de R\$ 1 bilhão o controle da VALE, detentora das mais ricas reservas minerais do Mundo e que lucra R\$ 15 bilhões por ano,[5] mesmo exportando, a preço vil, matéria-prima bruta ou com baixa agregação de valor.

15. Atos lesivos foram cometidos antes de 1997, como os contratos de longo prazo para exportar, a preços ínfimos, minério de ferro a siderúrgicas japonesas e outras. Assim, para desfazer as privatizações fraudulentas é necessário afastar a concentração financeira, sem o que não se desprivatiza o próprio Estado.

16. É tarefa intrincada identificar a origem do capital controlador da CVRD. “A empresa que aportou capital nessa privatização foi a CSN Corp., filial da CSN no Panamá, montada com capital do Nations Bank. A CSN Corp. entrou na história como laranja do Nations Bank”, afirma Magno Mello. Segundo ele, outra parcela do grupo privado foi formada pelo fundo de pensão Opportunity, sediado nas ilhas Cayman, que faliu. Outra foi constituída pelo fundo Sweet River (40% de capital do Nations Bank). Outros 40% vieram do megainvestidor George Soros. ‘Esse era o capital nacional que Aloizio Mercadante estava defendendo.’ [6]

17. O BRADESCO estava impedido, pela lei de licitações, de participar do consórcio por ser um dos avaliadores, mas financiou R\$ 500 milhões para a CSN, além de possuir 17,9% do capital dessa ex-estatal.[7] À época já era estreita a relação da transnacional japonesa MITSUI com o BRADESCO.

18. Hoje a BRADESPAR, sua subsidiária, figura como controladora da VALEPAR, com 17,4%, através da Elétron, que adquiriu. Uma subsidiária da MITSUI nos EUA seria o principal acionista estrangeiro, com 15%. Os fundos de pensão (LITEL- e LITELA-Participações) têm quase 60% das ações da VALEPAR, mas, incrivelmente, não a dirigem.

19. À VALEPAR pertencem 53,3% das ações ordinárias, com direito a voto, da CVRD, e 32,5% do capital total. Deste 43,2% é de investidores estrangeiros, e apenas 18,9% de brasileiros. A BNDES-Participações tem 4,2 %, pois o BNDES comprou da INVESTVALE, em novembro de 2003, por R\$ 1,5 bilhão, 8,5% das ações da VALEPAR.

20. Em 2003 houve o descruzamento das ações da CSN e do BRADESCO, mas permaneceu a ilegal presença deste na VALEPAR. Ele foi financiado pelo BNDES em R\$ 859 milhões (US\$ 243 milhões), com que criou a BRADESPAR e comprou parte das ações do Sweet River da mineradora anglo-australiana BHP Billinton, sócia da CVRD na VALESUL (alumínio).

21. A PREVI adquiriu a outra parte por US\$ 297 milhões. Ademais de não se saber a quem mais, afora a MITSUI, o BRADESCO está associado, 28,6 % das ações ordinárias da CVRD são de estrangeiros, e 39,1% não têm donos identificados (ADRs - *American depositary receipts* na Bolsa de Nova York e na BOVESPA). Das ações preferenciais 60,8 % são de estrangeiros.

[1] Mello, Magno: *A Face Oculta da Reforma da Previdência*, Brasília 2003.

[2] A CSN, da têxtil Vicunha, não tinha crédito próprio. Agiu como laranja.

[3] Comparato, Fábio Konder: “Um atentado contra o patrimônio nacional”, artigo publicado na Folha de São Paulo, em 02.09.2007.

[4] Entre outras, houve a omissão de 9,7 bilhões de toneladas de minério de ferro, diferença entre o reportado pela CVRD à Securities Exchange Commission (EUA) e o constante do edital da privatização. Há processo penal contra FHC e outros réus.

[5] De 1998 ao 1º semestre de 2007 os lucros da VALE somaram R\$ 50,5 bilhões.

[6] Mello, Magno, op.cit.

[7] Além de ter obtido informações privilegiadas, o BRADESCO, às vésperas do leilão, financiou debêntures de empresas que controlavam a Elétron (VALEtron e a Belapart, ligadas ao Opportunity e ao Sweet River).

A bolha financeira mundial

Data: 25/01/2008 - Autor: Adriano Benayon

1. Vem à tona, desde julho de 2007, grande quantidade de títulos financeiros destituídos de valor. Isso é só uma parte da montanha que está implodindo. Foram emitidos por bancos e fundos na euforia mentirosa da globalização e da desregulamentação. Finalidade: lucros ilimitados sem esforço algum, a não ser dos chips dos supercomputadores que movimentam as centenas de trilhões de dólares e de euros virtuais criadas pelo sistema financeiro.

2. Nunca sou tão ridícula como agora esta nota, em destaque no portal do Tesouro dos EUA: “Os EUA têm o mercado de capitais mais forte do Mundo, e essa posição é conseguida através de trabalho duro e estratégias inteligentes.”

3. A especulação é antiga como o Mundo, mas não se deve pensar na finança só sob esse prisma: ela é necessária para prover moeda e finança a fim de desenvolver a economia real. Questão fundamental é esta: quem controla a emissão dos meios de pagamento à vista e a dos títulos de crédito, pois os detentores desse poder mandam na sociedade. A eles se subordinam os presidentes e os primeiros-ministros das potências hegemônicas e os de seus associados menores e satélites. Mais ainda, os pseudogovernantes dos países explorados pelo comércio e pelos investimentos diretos estrangeiros.

4. Os bancos centrais têm sido regidos pela oligarquia financeira, a raposa que controla galinheiros como o Banco da Inglaterra, há séculos, e o Federal Reserve (FED), desde sua criação em 1913, após a qual disse Louis McFadden, membro do Congresso dos EUA, depois assassinado: "Um superestado controlado pelos grandes banqueiros internacionais, agindo em conjunto para escravizar o mundo para o seu prazer. O banco central usurpou o governo. "

4. O FED, feudo do cartel de bancos privados, é quem emite a moeda dos EUA, a principal do sistema mundial. Não, o Tesouro. Kennedy autorizou-o a emitir papel-moeda, mas o decreto foi revogado por Lyndon Johnson, poucos dias após o assassinato de Kennedy.

5. Está, pois, claro quem emite e controla a moeda e o crédito, e para favorecimento de quem. Os bancos, ademais das receitas com títulos públicos e privados, auferem juros dos empréstimos. O lançamento de títulos de empresas é outra fonte de ganhos. Esses títulos são objeto de opções e swaps etc. Deles saem derivativos e títulos colateralizados. Até índices de preços de ações e taxas de câmbio são securitizados. Além disso, há as taxas e comissões. Para investir, os bancos usam recursos do banco central a custo inferior aos juros que auferem; emprestam múltiplos dos depósitos à vista livres do depósito compulsório; aplicam investimentos de empresas e de outros.

6. Ávidos de lucros e poder, criam montanhas de ativos financeiros mais altas que o Everest. Para esse fim e tendo ascendência sobre os políticos, desmontaram os controles instituídos nos anos 30 em face dos terríveis males econômicos e sociais gerados pela bolha de 1929. Formaram outra a partir dos anos 80. Grana é o combustível da ideologia (neo)liberal e da globalização. Não há ninguém limitando suas decisões: essa é a origem do presente colapso financeiro mundial. [1]

7. Nos últimos vinte anos os ativos financeiros cresceram exponencialmente, em gritante desproporção com a inflação moderada dos ativos monetários. Os títulos de crédito, inclusive derivativos, ultrapassam 500 trilhões de dólares. Grande parte são *junk bonds* (títulos podres). [2]

8. A existência de tanto dinheiro seria impossível mesmo no plano simbólico do papel-moeda, dos certificados de títulos e dos lançamentos em livros. As transações financeiras e cambiais diárias, de trilhões de dólares, realizam-se através de supercomputadores. Inclusive para lavar dinheiro dos tráficos ilícitos: quanto mais operações, mais difícil retrair a origem dos fundos.

9. Sem contar os derivativos, que atingiram somas inconcebíveis, acima de US\$ 500 trilhões, os ativos financeiros chegaram a US\$ 167 trilhões: 14 vezes a cifra de 1980. Em contraste com essa mega inflação a economia real estagnou, por causa do baixo investimento na infraestrutura e nas estruturas produtivas. Financiaram-se, antes, fusões e aquisições.

10. Daí ter declinado o emprego e os rendimentos da classe média, e surgido dificuldades para o pagamento de débitos em cima dos quais se criou a montanha dos derivados. O consumo foi

estimulado pelo crédito, apesar de a maioria ter perdido renda real com a transferência em favor do segmento de 1% que, sozinho, detém 40% dela.

11. A inadimplência de devedores hipotecários detonou o colapso financeiro, mas este alcança empréstimos de empresas, cartões de crédito e muito mais. O sistema financeiro abusou da conversão de dívidas em títulos (securitização) e classificou débitos *sub-prime* como AAA.

12. A implosão tornou-se evidente desde o 1º semestre de 2007, quando grandes corretoras como Merrill Lynch e Lehman Brothers suspenderam a venda de colaterais, só conseguindo ofertas de 20 centavos por dólar de valor nominal. Em julho de 2007, bancos europeus registraram prejuízos com contratos baseados em hipotecas *sub-prime*. O IKB, da Alemanha, foi salvo com um empréstimo de emergência de US\$ 11 bilhões, e houve corrida bancária ao britânico Northern Rock.

13. O colapso acarreta modificação estrutural no fluxo internacional de capitais. Até agosto de 2007, investidores fora dos EUA compravam mais do que vendiam títulos norte-americanos. Naquele mês o fluxo tornou-se negativo. Apesar de terem voltado as compras líquidas, a média de agosto a novembro (US\$ 52,1 bilhões) foi menos que metade da média de janeiro a julho (US\$ 113,1 bilhões). Os estrangeiros buscam livrar-se dos títulos de longo prazo.

14. A partir de outubro, parte substancial dos ingressos de divisas nos EUA provém do socorro por fundos soberanos da Ásia e do Oriente Médio, que adquirem títulos conversíveis em ações de bancos dos EUA. Em novembro, ações ordinárias do Citigroup foram compradas pelo fundo soberano de Abu Dhabi por US\$ 7,5 bilhões.

16. O Citigroup, maior banco dos EUA, teve de vender, em 15.01.2008, ações preferenciais por US\$ 14,5 bilhões ao Temasek, fundo nacional de Cingapura. Captou também da Autoridade de Investimentos do Kuwait. São US\$ 26 bilhões desde o início do colapso. Merrill Lynch recebeu, em janeiro de 2008, US\$ 6,6 bilhões da Companhia de Investimentos da Coreia, da Autoridade de Investimentos do Kuwait e de outros, além de US\$ 6,2 bilhões em dezembro.

17. O suíço UBS deu baixa, no 3º trimestre de 2007, em 3,4 bilhões de dólares de títulos ligados aos mercados *sub-prime* dos EUA. No 4º trimestre, mais US\$10 bilhões. Então levantou US\$ 17,6 bilhões: participação de 9% do governo de Cingapura no capital do banco e mais recursos de investidor não divulgado do Oriente Médio. Chegam a US\$ 100 bilhões de dólares as recentes injeções em bancos estadunidenses e europeus, por fundos nacionais e investidores de Abu-Dabi , Kuwait, Dubai , Arábia Saudita, China, Cingapura e Coreia.

18. Também ganham vulto as operações de resgate por parte dos bancos centrais para evitar que os bancos ponham à venda ativos podres, o que aceleraria a débâcle. O FED tem soltado centenas de bilhões de dólares. Em 18.12.2007 o Banco Central Europeu, o FED e o Banco da Inglaterra socorreram bancos do continente europeu e ingleses com US\$ 548 bilhões. Isso atíça a inflação, mas não logra sanear os bancos.

19. Observadores calculam que mais de US\$ 1 trilhão de ativos já ficaram sem valor nos últimos meses. A bolha pode alcançar US\$ 20 trilhões, segundo o Serviço de Notícias da Executive Intelligence Review. [3]

20. Tudo isso é escondido dos olhos do grande público. A oligarquia responsável pelo colapso pretende fazê-lo pagar por este. Até há pouco, os economistas dos bancos esbanjavam loas à expansão econômica. Agora, muitos persistem na enganação, e uns poucos dizem que “a situação mudou”, em vez de reconhecer que erraram. Foi mais sincero o executivo-chefe da Fannie Mae, importante

instituição hipotecária dos EUA: “o pior da crise ainda está por vir, pois o mercado não chegará ao fundo antes do final de 2008.”

Conclusão

Os efeitos irão além da recessão em curso nos EUA. Virá a depressão, e já está difícil ocultar a natureza fraudulenta do sistema mundial de poder. Por ficar atrelada a este, a sociedade brasileira foi sacrificada demais e tolhida em seu desenvolvimento. O Brasil progrediu nos anos 30 e 40, ao cair o comércio internacional por causa da depressão nos países hegemônicos. Está na hora de o País organizar-se, controlar os capitais e desconcentrar a estrutura econômica.

[1] A regulamentação que continha, em parte, as jogadas abusivas do mercado financeiro, já vinha sendo driblada, por meio do mercado de eurodólares, a partir dos anos 60, com extenso uso dos paraísos fiscais, a maioria deles situada em áreas ultramarinas controladas pela Inglaterra.

[2] Esses títulos pagam juros altos, e muita gente descuida de ver em que se baseiam.

[3] EIRNS, informe de 17 de outubro de 2007.

Energia versus alimentos

Data: 24/02/2008 - Autor: Adriano Benayon

1. Promove-se injusta condenação ao uso do etanol e dos óleos vegetais para substituir os poluidores combustíveis fósseis. Os detratores enganam-se, porque os males apontados não provêm do etanol, mas de ser ele produzido no esquema comercial e financeiro concentrador do agronegócio, controlado por tradings norte-americanas, europeias, chinesas e japonesas.

2. O ex-deputado suíço Jean Ziegler, relator da ONU sobre o direito à alimentação, acusou o Brasil de aumentar a fome no mundo investindo no etanol de cana-de-açúcar (Folha de S. Paulo, 02-12-2007). Argumenta que ela ocupa terras tomadas às culturas alimentares.

3. Não é a biomassa para energia que agrava a fome, mas o modelo econômico concentrador. Tanto é assim, que a fome aumentou durante os últimos 30 anos, mesmo com incremento da produção de alimentos. Muito deixou de ser consumido, porque falta poder aquisitivo a bilhões de pessoas. A causa é a concentração de capital, e só a exclusão social emperra o potencial de multiplicar a produção. Descentralizada, em pequenas propriedades, a biomassa para energia não compete contra os alimentos. Ao contrário, favorece-os. Ela produz combustíveis líquidos melhor que as plantações da monocultura e combina-se com culturas alimentares e com a pecuária. Assim, eleva a oferta de comida e economiza terras para lavouras e reflorestamento.

4. Reúne, pois, benefícios econômicos, 1 sociais (ocupação de mão-de-obra), de segurança energética e ambientais. Entretanto, o sistema de poder, boicota a produção descentralizada de biomassa. Ele é o mesmo que obtém ganhos fantásticos com o domínio do petróleo, do gás e do carvão, nas matrizes energéticas. Por isso demonizam a biomassa, a única alternativa viável a esses minerais, cujos preços, em ascensão, tendem a hipertrofiar os ganhos já monumentais das transnacionais que controlam o grosso de seu comércio.

5. A biomassa vem sendo pouco e mal usada, e consome-se o etanol em motores inapropriados. Com o mesmo fim de não adaptar os motores, preterem-se os óleos vegetais (OVs só filtrados) em favor do biodiesel (OVs transesterificados). São, ademais, cultivadas matérias-primas erradas ou de modo

inadequado. As recomendáveis para o etanol, seriam cana-de-açúcar, mandioca e batatas doces. Para os óleos vegetais, dendê, tungue, pinhão-manso, babaçu, macaúba etc.

6. A “defesa do meio-ambiente” serve de instrumento de intervenção das potências hegemônicas para ocupar, por exemplo, a Amazônia. Mais uma vez, na Conferência das Nações Unidas, de Bali, sobre as Mudanças Climáticas, nada de objetivo foi resolvido para reduzir as emissões de CO₂ e de gases e metais poluentes. Ao Império convém acusar os países saqueados de serem responsáveis por essas emissões. Ele pratica de forma exponenciada a política do lobo da clássica fábula em que este acusa o cordeiro, e omite que:

1) o crescimento das plantas sequestra e aproveita o CO₂ da atmosfera, diferentemente das florestas já formadas;

2) os oceanos repõem oxigênio na atmosfera, e esses são poluídos pelos vazamentos de óleo negro.

7. O resultado dessa embromação, em vez de decisões pró-Humanidade, é:

1) aumentar o fluxo de dinheiro para os concentradores e a queima de combustíveis fósseis, não compensada pelo sequestro de carbono, além de lançar na atmosfera substâncias tóxicas e cancerígenas;

2) “justificar”, em nome do efeito-estufa, a intervenção em países com grandes florestas para intensificar a pilhagem de seus recursos naturais.

8. A biomassa é mais econômica que o petróleo, mas óbices políticos dificultam a produção em pequenas unidades. A estrutura concentrada faz prevalecer a monocultura, com irreparáveis danos sociais e ambientais, embora menos graves que os causados pelos combustíveis fósseis. Só existe, por conseguinte, uma solução que atende à carência energética e contribui para aumentar a oferta de alimentos: a transformação profunda do modelo político e econômico, indispensável para que o Brasil deixe de ser zona de saqueio, desgovernada por comando externo.

9. Há que multiplicar as iniciativas com tecnologias eficientes em pequenas propriedades e cooperativas, bem como as unidades industriais descentralizadas de etanol e de óleos vegetais. Urge também que a regulação facilite o acesso dos combustíveis da biomassa às distribuidoras e o fornecimento aos consumidores sem intermediários.

10. As culturas para energia devem ser associadas às alimentares e à pecuária intensiva, utilizando os subprodutos das matérias-primas e fabricando outros, como o adubo orgânico, resultantes da combinação de insumos.

11. Os bosques de oleaginosas asseguram excelentes rendimentos de óleo por hectare. Combinada com a biomassa, a criação de animais tem produtividade muitas vezes superior, em qualidade e em quantidade, à das pastagens extensivas.

12. Além de levar ao desemprego zero, a biomassa resgataria grande parte dos 165 milhões de hectares ocupados no Brasil por pastagens e o grosso dos 21 milhões de hectares da soja (40% da área total de lavouras), cujo principal produto, o farelo, se destina à exportação de forragem.

13. Portanto, mais de 80% das terras no Brasil servem à produção de carne ou de forragens, e cada unidade de terra usada para criar gado alimenta 20 vezes menos pessoas que a mesma porção de terra ocupada por lavouras. Por que as almas piedosas, preocupadas com a fome no Mundo, não se tocam diante desses colossais desperdícios?

14. Reprova-se o uso de terras para atender o padrão de consumo mundial em que os automóveis têm prioridade, e os veículos rodoviários, proporção importante dos transportes. Mas, enquanto isso, os veículos são abastecidos por petróleo.

15. De resto, a inflação puxada pela alta desmesurada do preço do petróleo não poupará os preços dos alimentos. Já a biomassa garantiria enorme redução nos custos da energia e dos alimentos. Ziegler atribui a miséria e o latifúndio ao açúcar, e agora ao etanol.³ Ora, atribuir as misérias do País a um produto é inverter a causalidade, bem a gosto das potências hegemônicas. Qualquer produto cultivado ou fabricado num país autodeterminado, com estruturas produtivas livres da concentração, não acarretará aqueles flagelos.

16. Fernand Braudel e André Gunder Frank mostraram que latifúndio, fome e subdesenvolvimento provêm do livre-comércio comandado pelos centros financeiros mundiais, conducente à monocultura nos países periféricos. Há, de fato, a volta do Brasil ao período colonial, mas a culpa não é de produto algum. São as multinacionais que determinam as relações de produção no Brasil, pois controlam o espaço econômico, subsidiadas desde 1954. Com isso, o Brasil retornou à condição de economia exportadora de recursos naturais.

17. Diz Ziegler: “Aprendi que o agribusiness, é imensamente poderoso no mundo de hoje: Monsanto, Syngenta, Cargill. Em 2006, as 500 maiores empresas multinacionais privadas controlavam 52% do PIB mundial. É um poder imenso, e exercem pressão gigantesca no Brasil, sobretudo as americanas.” Mas Ziegler pensa que a globalização tenha desencadeado grande aumento de produtividade. Na realidade, ela se aproveitou da capacidade produtiva criada antes dela e acabou por estancá-la. Além de saquear países, como o Brasil, os donos da globalização estão levando o Mundo ao colapso financeiro. Deste virá a depressão econômica, após a implosão de ativos financeiros criados pelos banqueiros concentradores.

18. Os países abertos à globalização são os mais sugados. Os que têm altas taxas de crescimento, como China, Índia e Irã, são os mais afastados do padrão de comércio e investimentos dos países hegemônicos. Rússia, Argentina e Venezuela, tendo-se desvinculado um tanto daqueles tentáculos, passaram a ter bons incrementos do PIB, ao contrário do Brasil, que prossegue no processo de desnacionalização e privatização intensificado de 1990 a 2002.

19. O Brasil estagnou desde 1980, levado pelas transnacionais à crise da dívida. Sofre os efeitos devastadores da alienação do patrimônio público e do sucateamento das infraestruturas econômica e social. Agora, só mudança institucional profunda pode sustar a degradação.

Fragilidade externa do Brasil e o cultivo da dívida interna

Data: 17/03/2008 - Autor: Adriano Benayon

1. O Banco Central (BACEN) divulgou que as reservas do País em moedas estrangeiras superaram a dívida externa, tornando-o, assim, credor líquido. Esse triunfalismo carece de fundamento, como se tem mostrado.

2. Além de aduzir mais elementos à análise, demonstro neste artigo a impossibilidade de haver boas notícias para o País, enquanto ele estiver sob o modelo de concentração financeira e a atual política econômica.

3. Depois, o BACEN publicou estes dados: reservas internacionais, US\$ 187,5 bilhões; haveres de bancos comerciais, US\$ 12,9 bilhões, créditos brasileiros no exterior, US\$ 2,8 bilhões. Diante dos US\$ 196,2 bilhões da dívida externa, os ativos líquidos no exterior seriam US\$ 7 bilhões. Como notaram Paulo B. Nogueira Jr. e outros, nesses números não estão incluídos os empréstimos inter companhias (US\$ 48,6 bilhões em janeiro), devidos às matrizes por subsidiárias de transnacionais. Com o objetivo de não pagar o imposto de renda, esses fundos são contabilizados como empréstimos, embora se trate de capital próprio.

4. O passivo externo bruto está em torno de US\$ 700 bilhões de reais.[1] Aí se inclui o estoque de investimentos diretos estrangeiros (IDE), bem como os investimentos estrangeiros em carteira e a dívida em mãos de estrangeiros registrada. Com a dedução dos ativos de brasileiros no exterior, o passivo externo líquido fica em cerca de US\$ 400 bilhões.

5. Outro ponto importante, a invalidar o discurso de que a dívida externa foi superada, é sua mal disfarçada substituição por dívida interna. Bem mais que a metade das reservas em dólares do BACEN provieram de residentes no exterior, e elas podem minguar de repente, ao ser transferido o capital mais juros de aplicações na dívida interna. Os títulos dessa dívida registrados na Comissão de Valores Mobiliários como adquiridos por não-residentes equivalem a mais de US\$ 42 bilhões em janeiro, e o total real é certamente maior.

6. Os aplicadores tomam crédito barato em moeda estrangeira e a passam ao Banco Central do Brasil em troca de reais, com os quais compram títulos da dívida interna brasileira. Nesse processo, eles se vêm apropriando não apenas do diferencial das taxas de juros, em torno de 10% aa., mas também de ganhos de capital superiores a 20%, só nos últimos 12 meses, em função da apreciação do real.[2]

7. O círculo é retroalimentado, pois o real se valoriza com o ingresso dos capitais especulativos. Como é que alguém tem coragem de contar piadas de português no Brasil, com este modelo e esta política econômica?

8. Sendo o presidente e diretores do BACEN egressos de bancos privados, o público seria levado a supor que eles entendem de ganhar dinheiro. Se entendem, trabalham deliberadamente contra o País.

9. Quando a tendência, nos últimos anos de FHC, era a desvalorização do real, vendiam-se títulos da dívida pública indexados ao dólar, dotados de juros reais exorbitantes. Os ganhos passaram de 80% aa. Invertida a tendência do câmbio, passou-se à atual modalidade de saqueio.[3]

10. Os prejuízos vão para a sociedade, que paga impostos para a União despendar mais de R\$ 160 bilhões por ano nos excessivos juros da dívida interna. Esta cresceu 65% em termos reais, de dezembro de 2002 a dezembro de 2007 (10,5% aa.), depois de ter aumentado 368% de 1994 a 2002 (21,3% aa.). Essa escalada decorreu da capitalização dos juros.

11. Não é só da assim cultivada dívida interna que se cevam manipuladores financeiros do exterior. De janeiro a setembro de 2007, estrangeiros ganharam US\$ 151,3 bilhões com aplicações em ativos financeiros, inclusive ações na BOVESPA e ADRs na bolsa de Nova York.[4]

12. Além disso, o País acumula perdas cambiais por manter reservas em dólar, moeda cuja fraqueza é, de há muito, evidente. O dólar já se desvalorizou mais de 100% em relação ao ouro e 30% ao euro, nos três últimos anos.

13. O BACEN mantém reservas em dólar e faz operações de swap, alegadamente para sustentar o valor dessa moeda no Brasil. Teve, no exercício de 2007, prejuízo de R\$ 47,5 bilhões, a ser coberto

pelo Tesouro Nacional e, portanto, pelo contribuinte. A mídia reclama dos programas sociais, que inclusive geram demanda e produção na economia, e omite-se quando se trata de criticar a gestão do BACEN.

[1] A última posição divulgada pelo BACEN refere-se a março de 2007, com US\$ 673,7 bilhões. Os ativos de brasileiros somavam US\$ 264,6 bilhões.

[2] O Brasil paga 12% aa. na dívida interna e recebe 2,3% pelas reservas aplicadas em dólar, em que sofre ademais enorme prejuízo cambial.

[3] Não é improvável o retorno daqueles tempos, embora com indexação diferente, já que 1) o Brasil já não obtém superávits na transações correntes com o exterior; 2) o déficit de serviços aumentou, em 2007, para US\$ 40,6 bilhões, e o superávit da balança comercial está em queda; 3) o colapso financeiro mundial modificará os movimentos de capitais; 4) a depressão nos EUA afetará negativamente a procura mundial, inclusive por matérias-primas. Na lógica perversa do modelo econômico, as transnacionais fizeram, em 2007, remessas oficiais de lucros de US\$ 21,24 bilhões (só a ponta de iceberg), e a importação de maquinas e equipamentos, certamente superfaturada, cresceu cerca de 40% 2007.

[4] ADRs são os “American Depositary Receipts”, título usado nas negociações de ações, também de empresas brasileiras, nos EUA.

Comentário ao Gen. Vilhena

Data: 27/04/2008 - Autor: Adriano Benayon

Comentário de Adriano Benayon, economista e professor da UnB, doutor da Universidade de Hamburgo, Alemanha:

Prezado Gen. Vilhena,

Grato pela transmissão. Já tinha tido acesso a estas importantes notícias.

Penso que é chegada a hora de sensibilizar os brasileiros diante da perda de território nacional em andamento. Os brasileiros precisam ser desenganados de seus preconceitos: os de esquerda, influenciados por ideias internacionalistas e pela desconfiança em relação aos militares nacionais; os de direita deslumbrados com as potências hegemônicas, acreditando na mídia a serviço das oligarquias dessas potências e que o capital concentrador das transnacionais e dos centros financeiros mundiais não representa problema algum.

As restrições de uns em relação a outros têm sido profundas e, em parte, “justificáveis”, porque uns e outros foram manipulados pelo jogo ideológico promovido por aquelas potências.

O Império sempre fomentou a exacerbação das diferenças de pontos de vista e de interesses balizados pelas ideologias de esquerda e de direita, a fim de se implantar profundamente no poder, nas instituições e nas mentes de países como o Brasil, dotados de recursos naturais e de potencial de desenvolvimento, e, assim, apropriar-se do grosso do patrimônio nacional.

Abraços,

Adriano Benayon

Eleições na PREVI

Data: 29/04/2008 - Autor: Adriano Benayon

Mensagem do prof. Dr. Adriano Benayon para os eleitores

Dirijo esta mensagem a todos os meus correspondentes de internet. Para os ligados ao Banco do Brasil ou à PREVI e também para os demais, pois estes podem ter parentes, amigos e conhecidos que o sejam. preste a realizar-se eleições para a direção da PREVI, a caixa de pensões dos funcionários do Banco do Brasil. Elas interessam diretamente aos funcionários em atividade e aos aposentados dessa instituição. Mas também a todos os brasileiros conscientes dos interesses do País. Isso porque, dirigentes da Previ e de outros fundos de pensão foram manipulados e cooptados para que esses fundos servissem de instrumento para a efetivação das maiores negociatas da História do Brasil e da História Mundial. Há que se impedir a continuidade disso, e há que se corrigir, pelo menos em parte, o grave estrago já perpetrado contra o País. As condições de trabalho dos funcionários do Banco do Brasil têm-se deteriorado ao longo dos últimos decênios. Isso faz parte da política econômica e social que tem predominado e que visa a evitar que o Brasil realize seu grande potencial de desenvolvimento. Tratam de desorganizar as instituições e de desestimular por completo seus quadros funcionais. Eu cheguei a trabalhar no Banco do Brasil, por quase seis anos, ainda nos anos 50, tendo durante os dois últimos anos em que estava no Banco, feito o Curso de Preparação de Diplomatas no Itamaraty, depois de aprovado no exame de entrada. Quando me desliguei do Banco do Brasil para assumir na carreira de diplomata, vivi a seguinte experiência: a remuneração de diplomata, no Brasil, até completar um ano de exercício, era muito inferior à que eu estava, até então, recebendo como funcionário do Banco. Atualmente um iniciante no Banco ganha cerca de 800 reais. Considero que há que começar a reverter o processo de subdesenvolvimento a que a política teleguiada do exterior vem condenando o nosso País. Transcrevo a seguir algumas das informações, por mim editadas e em parte resumidas, provenientes de membros da Chapa 2, na qual vejo estarem vários patriotas, de inegável integridade.

Abraços,

Adriano Benayon

Opinião de um patriota

Data: 02/05/2008 - Autor: Adriano Benayon

Aí está: os vieses ideológicos impedindo de ver os fatos, e estes, há mais de 100 anos, mostram o jogo das potências hegemônicas para conquistar, por meio da montagem de reservas indígenas, os territórios mais ricos em minérios estratégicos e preciosos do País e do Planeta. Dallari deveria saber que a soberania e a integridade do País estão acima da Constituição. Esta, de resto, tem dispositivos favoráveis e desfavoráveis ao País. Em geral, as autoridades constituídas (nos Três Poderes) só aplicam os contrários ao País e descumprem os que poderiam servir à sociedade brasileira. Menos mal seria se cidadãos brasileiros descumprissem a CF quando ela vai contra o País, mas nem esse é o caso. Quem desrespeitou a Constituição foi o Executivo Federal ao demarcar áreas nas regiões de fronteiras, em função de que ali se está impedindo o acesso de brasileiros, inclusive das Forças Armadas brasileiras, ao arripio do art. 20, § 2º da Constituição. Ainda recentemente foi citado em artigo do Prof. Marcos Coimbra, o parecer do jurista Clóvis Ramalhete, quando da absurda portaria que determinou a

demarcação da reserva atribuída à pretensa e inexistente etnia ianomâmi mais de 90 km. quadrados de território amazônico. Transcrevo a citação:

"O Cebres encaminhou em 1992 ao eminente Jurista Clóvis Ramalhete a citada portaria para apreciação de sua constitucionalidade. Em 23/3/92, o ministro Ramalhete, um dos maiores especialistas na Ciência Jurídica de todos os tempos, em especial no que tange a assuntos constitucionais, pronunciou em seu lapidar parecer o seguinte:

'A portaria 580/91, do sr. ministro da Justiça, é imprestável, por ser inconstitucional. Por isso não servirá para os posteriores trabalhos de demarcação da gleba pretendida, dado que a portaria não preservou, como devia, a faixa de fronteira de 150 quilômetros, que a Constituição estabelece e destina à defesa do território nacional`."

Destacamos algumas de suas assertivas: "Contém manifesta inconstitucionalidade a portaria 580/91, quando não preservou faixa de fronteira de 150 quilômetros, paralela ao limite internacional do Brasil com a Venezuela, assim tendo lesado o § 2º do art. 20 da Constituição Federal. Também no nº II do art. 20, da Constituição, fica fortalecido o entendimento do § 2º do mesmo art. 20, como devendo ser literal: II - As terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras..."

E ainda: "O ministro da Justiça não tem poder discricionário sobre estas terras, de uso e ocupação sujeitas a regime legal próprio. E índios não servem à indispensável defesa das fronteiras." Em seu § 3º - A Faixa de Fronteira no Direito Brasileiro: "É instituição veneranda,..., desde o Império, ponto de partida da consolidação do patrimônio nacional de terras e que primeiro instituiu a Faixa de Fronteiras."

No seu § 4º - O Fim no Direito e a Faixa de Fronteira: "O fim está expresso na norma, e é a defesa do território nacional."

Tanto mais grave a lesão ao Direito quando se sabe que, além das fronteiras do Brasil, vive uma comunidade de índios, também ianomâmis. "Como se vê, em lugar de defender a fronteira, a portaria apagou-a, riscou-a do mapa, naquela região, tornada área contínua ianomâmi, do Brasil até Venezuela adentro. A lesão ao fim do Direito em causa é manifesta."

No § 5º - A Eficácia Imediata da Norma Constitucional: "Não se pense que o § 2º da CF seja regra não autoexecutável, pois que lhe falta a lei que a complete. ... Já se encontram reguladas pela Lei 6.634, de 25.V.79. Dado o fato da recepção dela pela regra da Constituição, esta Lei permanece em vigência; pois harmoniza-se com a regra constitucional do § 2º do art. 20, e a ela completa." E mais: "No entanto, a Portaria 580/91 dispôs discricionariamente sobre ocupação da faixa de fronteira e contrariou a Lei 6.634/79, que dispõe: art. 8º: A alienação e a concessão de terras públicas na Faixa de Fronteira não poderão exceder de 3.000 hectares..."

Adriano Benayon

Opinião sobre a polêmica da Raposa/Serra do Sol

Data: 05/05/2008 - Autor: Adriano Benayon

É verdade que, como o País não tem governo próprio, e isso há muito tempo, os brasileiros, inclusive os índios, não são tratados com o devido respeito, nem encontram condições de evoluir para uma vida melhor.

Por que não temos governo próprio? Porque a economia brasileira foi aberta, desde meados do Século XX, e com subsídios, para ser controlada pelo capital estrangeiro. Eleições são determinadas pelo dinheiro e pela mídia (deixemos de lado a fraude feita com as urnas eletrônicas sem controle algum, coisa mais recente).

O poder mundial concentrado pela finança, principalmente anglo-americana, além de ter programado o subdesenvolvimento brasileiro, utiliza, de modo distorcido em função de seus interesses, todas as causas justas, como a social, a do meio-ambiente, a dos direitos das minorias e dos indígenas etc., para aprofundar seu domínio imperial, enquanto realiza o saque dos recursos naturais e financeiros para o exterior.

As reservas indígenas demarcadas no Extremo Norte do Brasil correspondem às áreas mais ricas do subsolo em todo o Mundo, e foram segregadas de fato do território brasileiro por pressão das potências hegemônicas, por n meios que não tenho tempo de resumir aqui. Especificamente por seus oligarcas mais notórios, como a família real britânica, além de n outros potentados e de seus empregados, ou seja, presidentes, primeiros-ministros, líderes de opinião etc.

Chegaram a ponto de inventar etnias inexistentes, como a dos ianomâmis, que começaram a ser artificialmente montadas nos anos 70. Apesar disso, entreguistas, como Jarbas Passarinho e muitos outros, alegaram estar tais índios ali desde tempos imemoriais. Alegam também que o Mundo criticava o Brasil e bobagens do gênero. Mas admitem que houve a pressão. Ora, quem faz pressão, senão a oligarquia do poder mundial e seus agentes? O que chamam de Mundo é a mídia e os círculos, nos países hegemônicos e em suas periferias, que repercutem e propagam as linhas ditadas pela oligarquia.

Reservas indígenas e soberania nacional

Data: 18/05/2008 - Autor: Adriano Benayon

1. O Sr. Jarbas Passarinho publicou artigo no Correio Braziliense de 6 de maio último, em que afirma: "Há duas diferenças fundamentais nos dois casos [ianomâmis e Raposa Serra do Sol]. A demarcação da Terra Indígena Yanomâmi [sic] decorreu do cumprimento de sentença do juiz da 7ª Vara Federal de Brasília. A origem foi medida cautelar impetrada pelo Ministério Público contra os decretos do presidente Sarney anulando o estabelecido no governo Figueiredo, que demarcava a terra indígena em linha contínua, com 90 milhões de hectares. A segunda diferença recai no fato de que a demarcação, em linha contínua, da Raposa Serra do Sol é decisão autônoma do governo Lula."
2. Deixemos de lado a infração contra a lógica (falar em 2ª diferença, quando só está enunciando uma). Passarinho volta a alegar justificações para o ato que praticou como ministro da Justiça, no governo de Collor, assinando a Portaria nº 580 de 15 de novembro de 1991, a qual determinou a demarcação em faixa contínua do imenso território atribuído à inexistente e inventada tribo ianomâmi.
3. Ora, a sentença judicial era de 1ª instância. Se o ministro da Justiça tivesse recomendado recorrer contra ela, o governo poderia tê-lo feito. Se o ministro não fosse atendido, poderia ter pedido demissão do cargo, caso fosse contrário ao mérito da sentença, de desastrosas consequências.
4. Mas Passarinho sempre foi favorável à cessão da "reserva ianomâmi" e a defende até hoje, conforme se lê em vários de seus artigos, com outros argumentos além da alegação "jurídica" formalista acima contestada.

5. Diz, no final de artigo publicado no mesmo jornal, em 25 de março deste ano: "O Brasil deixou de ser atacado como genocida, e a terra ianomâmi pertence à União."

6. Quer dizer que para ceder às pressões de potências estrangeiras desejosas de usurpar nossos territórios basta que elas desencadeiem campanhas difamatórias de mídia e declarações de seus mandatários, ex-mandatários e outras pessoas influentes a serviço delas?

7. Passarinho e muitos outros mencionaram as pressões internacionais, mas elas não justificam a portaria por meio da qual foram cedidos mais de 91.000 quilômetros quadrados de território pátrio dotado do mais rico subsolo do Planeta, em favor de índios inventados, que nunca existiram na região.

8. Quanto ao argumento de que as terras continuam pertencendo à União, como reza a Constituição, isso é verdade apenas de direito, e há risco iminente de que deixe de sê-lo. Está deixando de ser de fato há muito tempo, como atestam numerosas testemunhas e autoridades militares, impedidas de transitar na dita reserva indígena.

9. Para que a perda de nossos territórios se torne também de direito é suficiente que as potências cobiçosas mandem os índios que controlam por meio de entidades "religiosas", ONGS, verbas etc., proclamar-se cidadãos de países independentes.

10. As portarias de demarcação das "reservas indígenas" constituem, portanto, etapa crucial do processo de desintegração do território nacional, cujo desfecho previsível é a independência pró-forma de países inventados, apoiada pela intervenção de super armadas potências estrangeiras, em caso de resistência brasileira.

11. Para intervirem, com o pretexto de agirem conforme o direito internacional, quando escolherem o momento, essas potências já obtiveram na Assembleia-Geral da ONU a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, a qual atribui aos índios a "autodeterminação", de forma inequívoca. Passo lastimável nessa direção foi o voto do Brasil em favor da dita Declaração.

12. Portanto, a perda de territórios brasileiros estará praticamente consumada, se o Congresso aprovar essa Declaração, o que a incorporaria ao texto da Constituição. Esta, desde a Emenda nº 45/2004, determina, no artigo 5º, parágrafo 3º, que "os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais".

13. É de perguntar como o Brasil irá defender aquelas porções do território nacional, de estupendo valor? Enquanto, por exemplo, os EUA têm gasto bélico previsto acima de 1,1 trilhão de dólares para o exercício fiscal 2008, as Forças Armadas do Brasil estão privadas de equipamento e material para defender nossas fronteiras, mesmo que não fosse, como seria o caso, diante de potências super armadas e aliadas da OTAN.

14. Isso decorre de decênios a fio sob modelo econômico dependente e do crescente controle do capital estrangeiro sobre a economia do País, acarretando transferências de recursos naturais e monetários para o exterior, além de exorbitante serviço das dívidas derivadas dos desequilíbrios financeiros causados por essas transferências. O controle estrangeiro da economia foi subsidiado por medidas governamentais, e a política econômica tem sido instrumento de asfixia dos investimentos e do progresso do País.

15. Está claro que a prioridade de Passarinho e de Collor, e, antes deles, a de Figueiredo, foi atender solicitações estrangeiras, ao estabelecer a reserva dita ianomâmi, de gigantesca dimensão e de fabulosa dotação de recursos naturais. A mesma docilidade para com potências estrangeiras foi

mostrada por Lula da Silva, ao assinar, em 15 de abril, o decreto de homologação da Terra Indígena (TI) Raposa-Serra do Sol, com a extensão de 1,75 milhão de hectares. As violências contra os brasileiros que honestamente produzem na área, agravam ainda mais a responsabilidade do Executivo atual.

16. Para justificar o descaso pelos interesses nacionais, Passarinho alegou estarem os tais ianomâmis na região desde tempos imemoriais, louvando-se, ao que indicou, em opiniões de antropólogos franceses, desprovidos de conhecimento da Amazônia.

17. Não existem índios ianomâmis, e os que estão na "reserva" foram para ali trazidos por ONGs controladas e financiadas por entidades estrangeiras, com a ajuda da FUNAI, a partir dos anos 1970. Eles provêm de tribos distintas e inconciliáveis.

18. Tudo isso está provado e documentado no livro "A Farsa Ianomâmi" de autoria do Cel. Carlos Alberto Lima Menna Barreto, bem como em trabalhos do Cel. Gélío Fregapani e em artigo recente (abril de 2008) do Almirante Gama e Silva, com o título "Ianomâmi! Quem?"

19. Gama e Silva baseia-se nos minuciosos trabalhos de demarcação de fronteiras realizados pelo Almirante Braz Dias de Aguiar, "Chefe da Comissão Demarcadora de Limites – Primeira Divisão", ligada à Divisão de Fronteiras do Ministério das Relações Exteriores. Dias de Aguiar prestou serviços durante 30 anos na Amazônia, por ele demarcada por inteiro. Seus relatórios estão nos arquivos do Itamaraty e registram todas as tribos indígenas da região. Não há neles qualquer indício de existência de índios ianomâmis.

20. Vale atentar para artigo de 12 do corrente, de Nilder Costa, do Movimento de Solidariedade Ibero-americana, em que se refere a recente encontro realizado em Londres:

Seria conveniente, ao menos, que os governadores e parlamentares que participaram do encontro em Londres refletissem sobre as atuações do príncipe Charles em assuntos da Amazônia. Em abril de 1991, por exemplo, o príncipe Charles empreendeu uma visita ao Brasil quando promoveu seminário de dois dias a bordo do iate real Britannia, ancorado sintomaticamente no rio Amazonas. Participaram David Triper, ministro de Meio Ambiente da Inglaterra, William Reilly, diretor da Agência de Proteção Ambiental dos EUA, Carlo Ripa di Meana, coordenador do Meio Ambiente da Comunidade Européia e Robert Horton, presidente da British Petroleum. Tanto Collor de Mello quanto Lutzenberger estiveram entre os presentes. Meses depois, Collor de Mello criou a gigantesca reserva ianomâmi, etnia inventada por antropólogos da Survival International, braço 'humano' do WWF (World Wildlife Fund).

21. Por curiosa coincidência, sempre que esquenta o imbróglio em torno da reserva indígena Raposa-Serra do Sol, como agora, Charles está por perto. No início de 2000, quando a sociedade roraimense levantou-se pela primeira vez contra a criação da reserva, o príncipe visitava a vizinha Guiana onde participou pessoalmente da inauguração da reserva ambiental de Iwokrama. A reserva, com 400 mil hectares, situa-se na região do rio Rupunini, que já foi território brasileiro. Seis meses antes, o secretário do Ministério de Relações Exteriores do Reino Unido, Paul Taylor, e o secretário da embaixada britânica no Brasil, John Pearson, estiveram em Roraima para "conhecer de perto a realidade indígena" do Estado. Recorde-se ainda que, no ano passado, o governo da Guiana resolveu autotransformar-se em 'protetorado verde' sob a administração britânica, tendo Iwokrama como modelo.

22. Mediante tais fatos incontestáveis, seria no mínimo prudente que autoridades brasileiras, principalmente os governadores dos Estados da Amazônia, refletissem bem antes de participar da anunciada 'segunda rodada' da iniciativa do príncipe Charles. Só não enxerga quem não quiser ver que essa nova ofensiva do establishment britânico em terras amazônicas, visando diretamente ao

fortalecimento de 'nações indígenas', se constitui em uma ameaça direta à soberania brasileira na região.

23. Em meio a toda a arenga diversionista de Passarinho, há, no artigo de 6 do corrente, uma afirmação correta, a de que os "ianomâmis" (índios, mas não ianomâmis, que não existem) são primitivos, enquanto os índios da Raposa Serra do Sol são aculturados. Essa é uma das razões por que, neste caso, ele se manifesta contrário à demarcação da reserva em linha contínua.

24. Erra, porém, em insistir que, ao contrário dessa, a reserva ianomâmi não lesa os interesses nacionais. Esta é ainda mais lesiva ao País, na proporção de sua dimensão 5,5 vezes maior que a daquela.

25. A meu ver, ter sido ministro cinco vezes em diferentes governos não chega a ser uma recomendação. Isso porque a característica comum à maioria dos governos que temos tido no Brasil é dobrar-se ao poder mundial. Ademais, noto que, em geral, voltar como ministro, mesmo que seja uma ou duas vezes, parece acontecer, em geral, com pessoas que contam com a simpatia de poderes exteriores.

26. Recolho, ainda, esta observação do eminente Gen. Durval Andrade Nery:

O responsável pelo processo de criação da área ianomâmi assim procedeu por considerar os brasileiros agentes da cobiça portuguesa sobre terras que não pertenciam ao Brasil por força do Tratado de Tordesilhas. Então ele não reconhece a Amazônia como território brasileiro. Inacreditável.

27. Nas palavras do próprio Passarinho: "Convenci-me de que circunscrever os índios em "ilhas" violava o espaço de sua perambulação, de suas cerimônias fúnebres ou matrimoniais. Servindo-me do estudo gloto-cronológico, foi fácil verificar que os ianomâmis habitam aquelas terras imemorialmente". "Alerta-se contra a cobiça dos estrangeiros, no período do colonialismo. Pois fomos nós, portugueses e brasileiros, que cobiçamos". "Toda essa fase da História, então, identificou-nos como agentes da cobiça portuguesa, sobre terras que não lhe cabiam, por força do Tratado de Tordesilhas". (trecho da conferência "Amazônia – um projeto nacional").

Opinião sobre o que ocorre na Raposa/Serra do Sol

Data: 26/05/2008 - Autor: Adriano Benayon

Observações sempre inteligentes e bem informadas, de autoria do Cel. Gélcio Fregapani. São avaliações muito realistas e que devem despertar toda a atenção de brasileiros que tem amor ao País ou mesmo interesse por seu destino. Permito-me fazer um breve comentário, à guisa do que, a meu ver, deveria ser um adendo a essas observações: é bom não confiar demais na possibilidade de decisões favoráveis para nós, no STF (Raposa Serra do Sol) e no Senado (aprovação ou não da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, da AG da ONU).

Além disso, mesmo que elas nos sejam favoráveis, isso não será suficiente para conter a pressão imperial para usurpar territórios de especial interesse, como o da chamada Reserva ianomâmi. A violência armada das potências hegemônicas que sempre, ao longo de toda a História, caracterizou o quadro internacional, está agora bem próxima de nós, como, entre outros, com razão aponta o Cel. Fregapani.

A conclusão, a meu ver evidente, é que, para ter destino decente, o País terá de se fortalecer em todos os sentidos. E isso não é possível sem estrutura econômica muito diferente da que se formou nos últimos 50 anos, controlada do exterior, o que pressupõe outras instituições políticas.

Investment grade ou o Brasil atrás das grades?

Data: 02/06/2008 - Autor: Adriano Benayon

1. Os adeptos da dependência ao norte não cabem em si de alegria com o upgrade dado ao Brasil por uma das principais agências internacionais de avaliação de crédito, a Standard & Poors, para "investment grade", ou seja, baixo risco de inadimplência.
2. Antes de discutir se a posição financeira do Brasil realmente melhorou, ou se está piorando, convém liberar-se da poluição cerebral dominante entre os associados e os satélites do capital estrangeiro. Ela os faz deslumbrar-se diante de avaliações e conselhos provindos de instituições financeiras, bancos, empresas e governos do "Primeiro Mundo".
3. Para começar, qual é credibilidade das agências de crédito? Deveria ser nenhuma ou abaixo de zero. Que elas sejam reconhecidas e certificadas pelo governo dos EUA em nada altera os fatos: foram essas agências que atribuíram a mais alta nota (AAA) a títulos derivados das hipotecas do mercado imobiliário dos EUA, em valor nominal de dezenas de trilhões de dólares, os quais estão na raiz do colapso financeiro mundial e não passam hoje de *junk bonds* (lixo financeiro).
4. A Standard & Poors e a Moody's conferiram a classificação AAA até para as "Monolines", companhias de seguro que garantiriam aqueles títulos e estão completamente falidas.
5. Em suma - tal como o Federal Reserve e outros bancos centrais, e como governos do "Primeiro Mundo" -, as agências de crédito destinam-se a servir os grandes bancos e fundos de investimento que comandam a finança mundial, beneficiários também das absurdas taxas de juros praticadas no Brasil. Esses trazem cada vez mais capitais de curto prazo para cá, ao mesmo tempo em que extraem daqui cada vez mais rendas de juros, apreciação de câmbio, ganhos de capital com derivativos e outras manobras no mercado financeiro "brasileiro".
6. São os mesmos infladores da bolha cujo espocar está abalando os mercados estadunidense e europeu. Vai haver um momento em que, reduzida a entrada no Brasil da quantidade incrível e crescente de capitais estrangeiros de curto prazo, as saídas dos ganhos e o retorno de parte dos capitais causarão déficits no movimento de capitais do balanço de pagamentos brasileiro.
7. O financiamento desses déficits implicará a retomada do crescimento em flecha da dívida externa. De resto, esta não teve redução nem mesmo de 2003 a 2007, quando houve grandes saldos comerciais e saldos positivos nas transações correntes com o exterior. De fato, contados os empréstimos intercompanhias (das matrizes às subsidiárias das transnacionais), a dívida externa total fechou 2002 com US\$ 227,5 bilhões e 2007 com US\$ 237,1 bilhões.
8. As tão trombeteadas reservas atingiram US\$ 180,3 bilhões, mas são reféns de aplicações em títulos da dívida pública interna e em títulos privados no Brasil. A dívida mobiliária interna federal está em R\$ 1,4 trilhão, equivalentes a US\$ 800 bilhões.
9. Mesmo de 2003 a 2007, o superávit acumulado nas transações correntes não passou de US\$ 46,4 bilhões, e teria sido de apenas US\$ 28,3 bilhões, excluídas as transferências unilaterais (remessas de trabalhadores, com superávit de US\$ 18,1 bilhões). A balança comercial teve saldo de US\$ 190,2

bilhões. Portanto, o déficit acumulado de serviços e de rendas (juros e lucros oficialmente remetidos) foi de US\$ 161,9 bilhões.

10. Desde meados de 2007, sumiram os saldos comerciais significativos. O balanço de transações correntes apresenta déficit acima de US\$ 9 bilhões nos últimos 12 meses, com impressionante aceleração em 2008. Basta comparar o déficit de US\$ 10,8 bilhões no 1º trimestre deste ano com o minguinte superávit do 1º trimestre de 2007. Nesse ritmo o déficit de transações correntes pode passar de US\$ 50 bilhões no ano.

11. A conta de serviços e rendas acusou déficit recorde de US\$ 5,8 bilhões em março de 2008, e o componente de destaque são as remessas de lucros e dividendos, que atingiram US\$ 4,3 bilhões nesse mês e US\$ 8,6 bilhões no trimestre. A escalada é vertiginosa: média anual de 1999 a 2005, US\$ 4,7 bilhões; 2006: US\$ 13,9 bilhões; e 2007: US\$ 17,9 bilhões.

12. Diante desse cenário, o Banco Central e os que ditam sua política anunciam mais elevações da taxa de juros, o que tende a manter o valor do real, mas só enquanto a atração dos capitais estrangeiros não for superada pela avalanche das saídas. O resultado certo será sustar o crescimento da produção, mais desemprego e mais matança de empresas nacionais. Tudo conforme o script do subdesenvolvimento programado para o Brasil.

Perdas com o serviço da dívida

Data: 02/06/2008 - Autor: Adriano Benayon

1. Poucos têm noção, sequer aproximada, da perda econômica e social sofrida pelo Brasil em decorrência do serviço da dívida pública. Em 1988 foi introduzido ilegalmente na Constituição Federal dispositivo que excetua o serviço da dívida das restrições estabelecidas no § 3º do artigo 166 às emendas ao Orçamento. Detalhes e provas podem ser vistos no trabalho “Anatomia de uma Fraude à Constituição”, em páginas da internet, como:

<http://paginas/terra.com.br/educacao/adrianobenayon>.

2. Conforme dados oficiais, da Secretaria do Tesouro Nacional, despesas da União por grupo, de 1988 a 2007, a União despendeu no serviço das dívidas interna e externa R\$ 4,5 trilhões, em valor atualizado a preços de 2007, a título de juros, encargos e amortizações, não contadas as referentes a rolagem de dívidas. A dívida externa total (não apenas a pública) vem do financiamento dos déficits de transações correntes com o exterior, os quais, por sua vez, derivam da estrutura industrial e econômica dependente. Esta já condenara o Brasil a um pesadíssimo serviço da dívida ao longo do Império e da República Velha (até 1930). A partir de 1954 criaram-se novamente condições para a deterioração estrutural, ao serem a indústria e a economia do País crescentemente controladas por empresas transnacionais por meio dos investimentos diretos estrangeiros. Além de perpetuar o subdesenvolvimento e de realimentar a dependência financeira e a tecnológica, essa estrutura acarreta vultosas transferências de recursos para o exterior. A remessa oficial de lucros, somente a ponta do iceberg, vem batendo recordes sucessivos e atingiu US\$ 8,6 bilhões num só trimestre, o 1º de 2008.

3. O grosso das transferências procede da fixação dos preços de exportações e importações (*transfer-pricing*) e das despesas por serviços pagos às matrizes das transnacionais. As subsidiárias transferem: juros; pagamentos por serviços, em geral superfaturados, quando não fictícios, a diversos títulos,

como assistência técnica, uso de marcas, tecnologia, comissões de comercialização e de agentes, fretes, seguros etc.

4. Os déficits externos foram agravados, nos anos 70, por dois choques nos preços do petróleo, em 1973/74 e 1979, comandados pelo cartel anglo-americano das finanças e do petróleo. O público encontra-se desinformado, por exemplo, de que a City de Londres tem influência muito maior do que a OPEP no preço do petróleo, sem falar em que países de peso na OPEP agem em consonância com a finança anglo-americana, junto à qual aplicam seus haveres. Quando dos falsos milagres econômicos (1955-1960 e 1968-1977), parte significativa da dívida pública proveio do financiamento de programas de infraestrutura, mas sob desnecessária dependência financeira e tecnológica, gerando gastos excessivos em pacotes fechados. De fato, os valores dos empréstimos excederam em muito o valor real das aquisições no exterior de equipamentos, insumos e serviços. Além disso, a escolha desses bens e serviços não era, em geral, a adequada. O Banco Mundial (BM), o BID e as agências e bancos oficiais dos países exportadores favoreciam os fornecimentos de cartéis formados por transnacionais, que determinavam as especificações das licitações internacionais.

5. De 1977/1978 ao desenlace em 1982, e mesmo depois deste, o endividamento externo foi, em proporção crescente, destinado a rolar dívidas anteriores, hipertrofiadas pela capitalização de juros, margens (spreads) e encargos, cada vez exorbitantes, ademais de taxas de reestruturação, tarifas comissões bancárias e de agentes etc. Desse esgotamento proveio a elevação exponencial da dívida interna, na qual a capitalização de juros responde por cerca de 90% do montante atual. A decisão do Federal Reserve dos EUA, elevando os juros nos EUA para acima de 20% aa., em agosto de 1979, intensificou a agonia com o desequilíbrio externo, tendo as “autoridades” brasileiras, a grande dano do País, demorado demais a admitir a impossibilidade de adimplência. Só o fizeram em 1982, após o México e a Argentina a terem declarado.

6. De fato, prosseguiram “renegociando” dívidas que venciam e não havia como pagar. Isso elevou em muito o serviço da dívida, onerada por taxas de risco (spreads) e comissões cada vez mais altas, além de obrigarem a Petrobrás, a Vale do Rio Doce e outras estatais (ainda o eram) a tomar empréstimos no exterior de que não necessitavam, a fim de fechar o balanço de pagamentos do País. Apesar de os investimentos públicos em infraestrutura minguarem, a dívida externa registrada mais que dobrou de 1977 a 1982, de US\$ 32 bilhões para US\$ 70 bilhões. De 1982 a 1987, na “década perdida”, a mesma dívida cresceu mais 53%, atingindo US\$ 107,5 bilhões. De 1987 a 1991, caiu para US\$ 93 bilhões, devido ao quantum brutal das amortizações após a promulgação da Constituição de 1988.

7. Esses fatos são suficientes para questionar o grosso da dívida pública, de resto acrescida em 1983 por dívidas privadas assumidas pela União por imposição dos bancos estrangeiros. A dívida interna ascendeu a R\$ 1,4 trilhão em 2007, e a externa (em parte privada) subiu para US\$ 237,5 bilhões. A pública externa, estimada US\$ 100 bilhões equivale hoje a R\$ 170 bilhões.

8. O IPEA levantou dados de 1947 a 2002 sobre a dívida externa registrada, cujo montante em 1978 era US\$ 43,5 bilhões. Ela ascendeu em 2002 a US\$ 195,6 bilhões, crescendo, portanto, em US\$ 152,1 bilhões. Nesses 24 anos o Brasil pagou juros e amortizações no total de US\$ 156,4 bilhões a mais que a cifra de desembolsos dos créditos. Concluir-se-ia que a perda sofrida foi US\$ 308,5 bilhões só nesse período. Mas foi muitíssimo maior.

9. Em 1º lugar, há que atualizar essa quantia para dólares de 2007: cerca de US\$ 2,2 trilhões. Em 2º lugar, a esmagadora maioria dos créditos refere-se a gastos em rolagem, i.e., despesas financeiras decorrentes da capitalização de juros, encargos, taxas e comissões. Em 3º lugar, há os ganhos cessantes: os que deixaram de resultar do investimento dos recursos perdidos com o serviço indevido

da dívida, o que leva a cifras muito mais astronômicas que as supra indicadas. Em artigos subsequentes vou quantificá-las, bem como demonstrar a correlação entre, de um lado, o crescimento dos investimentos diretos estrangeiros e, de outro, a elevação dos montantes da dívida e de seu serviço.

10. A economia do País está estagnada, a não ser para: 1) bancos e aplicadores no mercado financeiro local, em grande parte estrangeiros; além disso, os maiores volumes e valores de ações de empresas em operação no País são transacionados em bolsas do exterior; 2) grandes empresas, como as da siderurgia e do agronegócio, exportadoras de mercadorias intensivas de recursos naturais.

11. A infraestrutura, mal planejada e mal realizada, vira sucata, e agravam-se as mazelas sociais e ambientais. Sem material, e prejudicadas em seu treinamento, as Forças Armadas perdem condições de defender o próprio território, que começa a ser segregado do País em seu extremo norte.

12. Em suma: 1) o modelo e a política econômica levam o País à primarização e ao subdesenvolvimento; 2) para isso tem contribuído grandemente a prioridade absoluta de servir a dívida pública, em condições absurdas, no interesse dos “credores”. A característica essencial do modelo é a estrutura econômica sob controle de empresas transnacionais (ETNs) e as empresas de capital nacional, ao fim destruídas, ou absorvidas pelas ETNs, sob dependência tecnológica e financeira. Nesse quadro, as crises externas são inevitáveis, e expansões econômicas não têm como se sustentar.

13. Tal é a vitalidade do Brasil, mesmo manietado por enorme sucção de seus recursos, que, para assegurar-lhe o subdesenvolvimento, o sistema mundial de poder faz aplicar aqui, decênios a fio, as taxas de juros mais altas do Mundo. Elas chegaram aos píncaros do absurdo em 1998, quando a SELIC alcançou a inacreditável marca de 50% aa.

14. Tenho mostrado que: 1) não se sustenta o pretexto de que altas taxas de juros deteriam a inflação: elas mais a causam do que a afastam; 2) sua elevação inibe os investimentos produtivos e, assim, acaba por deprimir a economia. Ademais, os repetidores das falsas justificações não explicam porque as taxas nos títulos públicos têm sido 4 vezes mais altas no Brasil do que em países cuja dívida pública líquida é maior que a brasileira.

Dando nome aos bois...

Data: 20/06/2008 - Autor: Adriano Benayon

Há um erro grave, a meu ver, na argumentação. Não somos nós, conjunto de indivíduos, que estamos destruindo o equilíbrio de nosso fabuloso planeta. São os oligarcas do petróleo, da indústria química e outras que governam o mundo em função de seus interesses de acumulação de poder, sem qualquer outra consideração a não ser faturar sem limites. Apontar a destruição sem identificar os responsáveis por suas fontes redunda em conversa fiada para boi dormir, pois, desse modo, não há nem sequer como começar o difícil caminho de reverter o maligno processo. O grosso da propaganda ecologista é demagógica, dirigida e financiada pelos próprios mega poluidores, como sempre para desviar a atenção das causas reais do problema e, ainda, servir a outros objetivos deles, como tolher o desenvolvimento da infraestrutura em países periféricos, dos quais eles só querem extrair ganhos e obter graciosamente os recursos naturais. Falando em pesticidas, os da indústria química são terríveis, produzidos pelas mesmas empresas envolvidas na guerra química, tais como: Dow Chemical, a patroa do sr. Golbery do Couto e Silva, organizador da pseudodemocracia no Brasil; Du Pont, Monsanto, BASF, Bayer etc. Não esquecer, ademais, o papel dos horrorosos fertilizantes químicos, que esterilizam a terra a médio e longo prazo: eles foram impingidos pela Fundação Rockefeller por meio de um de seus

instrumentos, o Banco Mundial, comandante da “revolução agrícola”. Não esquecer, também, que uma das maiores causas do sumiço das abelhas são os transgênicos, cujos maiores expoentes são a Monsanto dos EUA e a Syngenta, da Suíça, cartéis mundiais com o controle do mercado.

Adriano Benayon

A “tese” de Passarinho para cessão de territórios

Data: 14/07/2008 - Autor: Adriano Benayon

1. Em artigos frequentes, o sr. Jarbas Passarinho insiste em defender a destinação de quase 100 mil quilômetros quadrados do território nacional para a reserva ianomâmi, por meio da portaria nº 580, de 15.11.1991. Na internet ele qualificou os críticos de "despeitados que se supõem patriotas e não passam de néscios" e reclamou do tempo gasto em dar lições a "ignorantes de Direito". Disse ter cumprido "decisão judicial irrecorrível": "Só recorre quem é parte. O ministro da Justiça não era parte. Caberia recorrer ao Sarney, pois foi o ato dele que foi revogado (sic). Não recorreu, e a mim só caberia cumprir a sentença".

2. Crasso desconhecimento jurídico! É incrível confundir atos de governo com atos da alçada particular de pessoas que exercem mandatos. Esse é o resultado de pretender lecionar Direito sem nunca ter sido aluno.

3. Na ação cuja sentença, de 24.09.1990, invalidava ato de 1989 do presidente Sarney, a parte não era Sarney, pessoa física, mas sim a União federal. Estava Collor no governo, ao qual cabia defender os interesses da União.

4. O recurso era obrigatório. Se não foi impetrado, isso decorreu da intenção de atender a pressões de potências hegemônicas. Passarinho assumiu o ministério em 13.10.1990. Se fosse contra a demarcação em linha contínua recomendaria à AGU recurso contra a sentença. Se o prazo tivesse expirado, poderia:

1) não aceitar o ministério;

2) solicitar que a União federal promovesse ação rescisória, dado o prejuízo irreparável;

3) baixar portaria semelhante à emitida pelo governo Sarney, o que obrigaria os interessados na reserva gigante a iniciar nova ação.

5. Em artigo de março de 2001, em "O Estado de S. Paulo", "O ministro e a terra yanomami", afirmou o ex-ministro: "... procuradores da República (...) entraram com medida cautelar, em outubro de 1989, perante o juiz da 7ª Vara Federal. Pediam a interdição dos 9 milhões de hectares, estabelecidos no governo João Figueiredo, e reduzidos a 2,5 milhões pelo seu insigne e honrado sucessor. (...) O magistrado concedeu liminar determinando a interdição da área e a imediata retirada dos garimpeiros. A Funai pediu o cumprimento da decisão judicial (...). Interditei a área. Um mês depois, os mesmos procuradores entraram com ação para que a área fosse declarada - como o foi pelo mesmo juiz - posse ianomâmi".

5. "Verificando a inexistência de regras legais para demarcar terras indígenas, obtive do presidente Collor a edição do Decreto nº 22, de 4 de fevereiro de 1991. A Funai constituiu grupo técnico encarregado de dar parecer. Fê-lo em 22 de julho de 1991, opinando pela demarcação da área de 9 milhões de hectares em linha contínua".

Independência para sobreviver

Data: 24/07/2008 - Autor: Adriano Benayon

1. Conquistar a independência nacional é requisito indispensável para sustar o saqueio exercido por grupos estrangeiros, agora mais dramático com a perspectiva da secessão de territórios ditos indígenas, começando no Extremo Norte do País. Isso começa a sensibilizar lideranças civis e militares.
2. O Brasil sofre também a incontrolada aquisição de terras por empresas estrangeiras, como na monocultura de cana-de-açúcar, a fim de produzir e exportar etanol. Além disso, sob o pretexto hipócrita da preservação ambiental, estrangeiros adquirem terras na Amazônia, calculando poder comprá-la inteira por US\$ 50 bilhões, uma bagatela diante dos recursos transferidos do Brasil, da ordem de 2 trilhões de reais/ano. Vide meu artigo "Saqueio e Perda de Direitos", publicado em A Nova Democracia, nº 37, outubro de 2007.
3. A absurda alienação de imensas extensões de terras viabiliza-se por meio da supressão na Constituição da distinção entre empresas de capital nacional e de capital estrangeiro, bastando a estas registrar-se no País. Essa supressão foi um dos muitos atos de lesa-pátria cometidos na presidência de FHC, com a aprovação do Congresso.
4. Ainda na área fundiária, o atual presidente obteve do Congresso a Lei de Florestas (nº 11.284, de 02.03.2006), para que a União licite concessões em 5,5 milhões de quilômetros quadrados na Amazônia, por prazos de 40 anos, renováveis por mais 40. Qualquer empresa nacional ou estrangeira poderá extrair madeira, apropriar-se da biodiversidade, patentear recursos e explorar o subsolo.
5. A apropriação direta do solo nacional por estrangeiros resulta da relação de forças decorrente da cessão, intensificada a partir de meados dos anos 50, de espaços estratégicos menos visíveis, como o controle das empresas em atividade no País, aprofundando as dependências: tecnológica, financeira, cultural e, por fim, a política.
6. Controlando todos esses aspectos da vida e do poder no País, não foi difícil às oligarquias estrangeiras obter subsídios que potenciam o saqueio. A política econômica "brasileira" programa o subdesenvolvimento, ao cumular o capital estrangeiro de benesses, além de lhe oferecer a livre exploração do mercado interno e do mercado exterior. De posse do poder, os grupos estrangeiros realizam as transferências que acentuam o empobrecimento do País, cuja fraqueza estratégica, política e militar é assim agravada.
7. Competentes analistas alertam-nos sobre a reconstituição da 4ª Frota Naval norte-americana para agir em mares da América Latina e do Caribe. Associam a coincidência dessa medida com a descoberta de petróleo na camada de pré-sal sob mares do Brasil, não descartando a intencionalidade da coincidência. Ao mesmo tempo, o ministro da Marinha lembra a penúria e o atraso tecnológico do equipamento de sua Força, constatação, de resto, válida para as demais Forças.
8. Exemplo contundente é o arrastar, por decênios, do projeto de construir submarinos nucleares. Essa iniciativa da Marinha, que desenvolveu excelente tecnologia própria, parece nunca chegar à conclusão, porque suas verbas são reduzidas e contingenciadas. Não é preciso ser perito em assuntos bélicos para saber que os submarinos convencionais não mais asseguram qualquer defesa naval. Só os nucleares põem-se a salvo de mísseis, graças à sua incomparável velocidade e às profundidades a que podem descer.

9. Sem defesa para seu imenso e riquíssimo litoral, à mercê de predadores hegemônicos, o País está na iminência, ademais, de perder territórios que lhe estão sendo subtraídos por meio de reservas indígenas, como a "ianomâmi", de 96 mil km quadrados, em áreas que recobrem as maiores reservas de minerais estratégicos e preciosos, ademais de estupenda biodiversidade. É em função dessas riquezas, existentes também na Raposa Serra do Sol, em Roraima, que o Executivo federal quer demarcar em faixa contínua, além de expulsar os "não-índios", obedecendo aos conceitos racistas inculcados principalmente pelas atuais potências hegemônicas, com extenso histórico de genocídio nos cinco continentes.

10. Instalados a partir de 1990 por eleições diretas controladas pelo dinheiro concentrado, os "governos" têm colaborado para ceder esses territórios, que as potências hegemônicas esperam dominar diretamente mediante a independência formal deles em relação ao Brasil, desenhada com a aprovação de Resoluções da OIT, da Comissão de Direitos Humanos e da própria Assembleia-Geral da ONU, em 2007. Mas a debilidade do País, a qual enseja tudo isso, começou a acentuar-se em 1954, com o início da política subsídios aos investimentos diretos estrangeiros.

11. Não é só em relação à defesa nacional que o Brasil vive à míngua. A infraestrutura está sucata, ademais de inadequada e erguida em função do modelo econômico e social imposto de fora de País. O serviço (juros e amortizações, sem contar a rolagem) das dívidas interna e externa da União ultrapassou R\$ 250 bilhões em 2007, e os investimentos federais não passaram de R\$ 10 bilhões.

12. O salário real médio caiu em quase 50% nos últimos 10 anos, e as carências sociais crescem. Exportam-se a preços subfaturados, e com incentivos fiscais em vez de impostos, os fabulosos recursos naturais do Brasil, postos a serviço de empresas transnacionais.

13. As remessas oficiais de lucros e dividendos para o exterior somaram US\$ 12,4 bilhões, de janeiro a abril de 2008, mais que o dobro dos US\$ 5,2 bilhões em igual período de 2007. Essas remessas são fração diminuta das transferências, cuja parte do leão provém da fixação dos preços de exportações e das importações e das despesas por serviços superfaturados e até fictícios pagas às matrizes das transnacionais.

14. Esse saqueio, de centenas de bilhões de reais por ano, é financiado pelo BNDES a juros favorecidos e subsidiado pela política fiscal dos governos federal e estaduais. Investimentos diretos estrangeiros na produção, como os das indústrias automotoras, são, amiúde, inferiores ao valor dos subsídios governamentais que elas recebem.

15. Não admira que, sob a dominação política e cultural das oligarquias estrangeiras, Juscelino Kubitschek seja cultuado como herói, pois acabou com a promissora indústria nacional, atraindo as montadoras transnacionais, líderes na predação econômica do País, não precisando, até hoje, para investir um centavo de capital próprio para desviar, em benefício das matrizes, centenas de bilhões de reais por ano.

16. Essas montadoras anunciaram planos de "investir" US\$ 15 bilhões nestes três anos. O BNDES vem financiando 50%, i.e., R\$ 13 bilhões, ao atual câmbio supervalorizado. Governos estaduais tampouco cessam de doar dinheiro grosso para que transnacionais controlem a economia. O governador de São Paulo, José Serra acaba de assinar decreto que libera R\$ 6,8 bilhões em créditos acumulados de ICMS para montadoras. Criou Programa de Incentivo (ProVeículo), que desonera do ICMS na aquisição de bens de capital. A isso se somam novos benefícios federais, adicionais aos da famigerada Lei Kandir, a qual, além isentar a exportação de tributos, assegura crédito de ICMS correspondente.

17. Notícia de 04.01.2008 (Estado de São Paulo): "BNDES libera R\$ 7,3 bilhões para Vale investir no Brasil, nos próximos 5 anos." Segundo L. Coutinho, presidente do banco, trata-se da "maior linha já disponibilizada pelo BNDES para uma empresa só". A Vale está também negociando com outros bancos estatais contratos de financiamento semelhantes aos assinados com o BNDES.

18. A operação aprovada pelo BNDES prevê 80% dos créditos vinculados à variação do dólar e 20% referenciados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), atualmente em 6,25% a.a. Ou seja: condições de mãe para filho, inclusive porque o dólar é moeda com declínio inexorável. Em vez de promover o equilíbrio produtivo, a geração de empregos, a tecnologia nacional e a diversificação, o BNDES usa colossais recursos públicos para acentuar a concentração, as distorções do modelo econômico e a transferência para o exterior dos recursos gerados no mercado brasileiro.

19. Estes são outros beneficiários da ajuda do BNDES: ALCOA, transnacional norte-americana, do cartel mundial do alumínio, R\$ 650 milhões. Grupo Gerdau, R\$ 900 milhões. Usiminas, idem. Klabin, R\$ 827 milhões. Grupo Ultra, R\$ 728 milhões. Braskem, R\$ 600 milhões. Copesul R\$ 338 milhões.

20. Em resumo, os governos "brasileiros" mostram notável continuidade, certamente inspirada do exterior, apesar de se acusarem mutuamente por corrupções rasteiras. Uns e outros observam silêncio sepulcral diante da mega corrupção.

21. PSDB/DEM etc., entregaram, em 1997, por nada, a grupos privados pouco transparentes o controle da estatal Vale do Rio Doce, de valor incomensurável, em relação ao qual é ocioso discutir a quantas dezenas ou centenas de trilhões de dólares corresponde. 2) PT, PMDB etc., mantêm e ampliam subsídios fiscais e outros. Além disso, agraciam com financiamentos recordistas do BNDES os investimentos da mesma empresa-gigante doada por seus antecessores e "rivais".

22. Entre os cartéis internacionais financiados pelo BNDES e apoiados por subsídios federais e estaduais está o dos fertilizantes químicos. Além de desastrosos para as terras e para a saúde pública, esses insumos têm tido seus preços aumentados continuamente, sendo um dos principais motores da alta dos preços dos alimentos.

23. O mercado é oligopolizado na produção e na distribuição, e os lucros oficiais (pequena fração dos reais) foram, em 15 anos, R\$ 2,6 bilhões. A Ultrafertil foi privatizada, em favor da transnacional Bunge, por US\$ 207 milhões. Na realidade, muito menos para quem conhece as formas de "pagamento" admitidas na Lei de Desestatização, de 1990, aprovada a toque de caixa pelo Congresso, a mando de Collor por encomenda do Consenso de Washington.

24. Os absurdos do sistema colonial implantado no Brasil abrangem todos os setores estratégicos, como geração e distribuição de eletricidade, condenados, desde as privatizações, ao subinvestimento e à oneração dos usuários, exceto indústrias eletrointensivas, como as multinacionais do alumínio.

25. Não se pode fechar este painel sem falar na quebra, não declarada, do monopólio estatal do petróleo, nem da alienação de 68% do capital da Petrobrás. Nem dos leilões de petróleo, a beneficiar transnacionais na aquisição de jazidas detectadas pela Petrobrás, para exportarem sem qualquer controle e pagando os royalties mais baixos do mundo.

26. A Petrobrás realiza, de 2007 a 2011, investimentos de quase US\$ 20 bilhões em gás natural, e alguns bilhões em termelétricas, poluentes e antieconômicas em comparação com as que poderia ter, se não boicotasse a produção de óleos vegetais. Nestes, dilapida recursos em iniciativas com matérias-primas inadequadas, em vez de apoiar pequenos e médios produtores no cultivo de dendê, mais de 15 vezes mais produtivo de óleo por hectare que a soja.

Juros altos e a falsa desculpa

Data: 26/07/2008 - Autor: Adriano Benayon

1. Na última 4ª feira foi, mais uma vez, elevada a taxa básica de juros (Selic), aplicada em títulos públicos, agora para 13% aa. Os pontos percentuais das demais taxas de juros equivalem a múltiplos da Selic que podem ser até mais de 6, como ocorre com alguns empréstimos a pessoas físicas a 9% ao mês, ou seja, mais de 180% aa.
2. No mesmo dia fui entrevistado, em Brasília, por uma emissora de televisão, a Rede TV, horas antes da decisão pelo novo aumento. Em certa altura, a repórter referiu-se à tradicional desculpa do Banco Central e da maioria dos formadores de opinião, segundo a qual o aumento da taxa seria necessário, por causa da inflação em alta.
3. Respondi que o aumento das taxas de juros tem mais efeito para fazer subir os preços do que para diminuí-los. Para começar, os juros são um componente dos custos de produção. Assim, juros mais altos resultam em custos mais altos e preços também mais altos.
4. Somente a curto prazo, o aumento de juros poderia conter um pouco a inflação, ao desencorajar os consumidores de comprar a crédito, o que faria diminuir a quantidade procurada de bens e serviços. Mas nem isso é certo, uma vez que os preços são, em geral, determinados em mercados de escassa concorrência, por ser a economia muito oligopolizada e cartelizada.
5. Os juros no Brasil têm sido sempre absurdamente onerosos, e há anos o País detém o triste título de ter as taxas de juros mais altas do Mundo. Elas inibem os investimentos. Consequentemente, a produção, e, portanto, a oferta. Com esta em declínio, a tendência dos preços é subir. Os investimentos são desestimulados não só porque o capital para investir fica mais caro, mas também porque os produtos veem possibilidades menores no mercado em face da repressão ao consumo sinalizada pelo aumento dos juros. Ninguém investe para produzir e depois não vender.
6. Ademais, os descomunais juros do mercado financeiro brasileiro atraem capitais estrangeiros especulativos, que se cevam na dívida mobiliária interna e em títulos privados e seus derivados, para transferir anualmente centenas de bilhões de reais para o exterior.
7. Enquanto prevalecem os ingressos sobre as saídas de capital, o real acumula valorização mais que excessiva. Assim, as empresas brasileiras ficam em ainda piores condições de competir nos mercados externos. Ademais, como elas não têm acesso a dinheiro a juros módicos praticados no exterior, são ainda mais inviabilizadas, até no mercado interno, dominado por subsidiárias de empresas transnacionais.
8. Estas, ademais de desfrutarem de subsídios governamentais, podem captar no exterior o pouco capital de que necessitam. Dessas repercussões no câmbio e na estrutura dos mercados, nem falei na entrevista, porque não havia tempo para alongar-se.
9. Em suma, são imensos e duradouros os malefícios à economia da política de juros altos, pois, além de causarem inflação, colocam a produção em nível cada vez mais baixo. Na continuação, os resultados são desastrosos: 1) renda real em queda; 2) elevação dos preços de bens e serviços; 3) desemprego em aumento.

10. À pergunta de por que, então, as taxas de juros vêm sendo elevadas, aponte que isso decorre de prevalecerem na política as decisões dos grupos mais poderosos. A sociedade difusa, o grosso da população, obviamente não faz parte desses grupos.

11. Procurei transmitir essas noções de forma clara, mas escolhendo as palavras com muito cuidado, para evitar que a natural contundência que o assunto requer não assustasse os responsáveis pelo noticiário da tal TV.

12. Ele é transmitido a partir das 21 horas. Cerca de 50 minutos de sua duração foram gastos em assuntos como treinamento de policiais, explorando o pavor dos telespectadores com a segurança, e "fatos diversos", como o menino que mordeu o cachorro, o chimpanzé que se agitava no teto de um prédio e coisas do gênero.

13. Quando o programa entrou na taxa de juros, o apresentador leu a notícia em alguns segundos e, por tempo ainda mais breve, apareceu a repórter dizendo que alguns especialistas discordam. Daí surgiu a minha imagem num trecho de menos de 10 segundos, pinçado do contexto em que eu mencionava o desestímulo aos investimentos decorrentes da alta dos juros. Não creio que os telespectadores tenham podido captar alguma informação nesse flash relâmpago.

14. Já conhecia a censura da grande mídia a qualquer contestação às mistificações da política econômica, encobridoras de incomensuráveis prejuízos à sociedade. Aceitei dar a entrevista só para experimentar mais uma TV. Esta, pelo visto, embora relativamente obscura, não abre qualquer brecha à informação. Ou seja, concessionárias dos "serviços de comunicação" infringem as condições legais que regem suas concessões.

Verdades sobre as reservas indígenas

Data: 26/07/2008 - Autor: Adriano Benayon

1. O que interessa em relação a essas reservas indígenas? Tentando resumir, há grande quantidade de informações mostrando-nos a persistente e insolente (ademais de movida a grana e a mídia) pressão da família real britânica e de outros redutos da oligarquia financeira mundial para conseguir essas demarcações em faixa contínua.

2. O assunto nada tem a ver com direitos de indígenas, pretexto de interferências na própria Constituição, cujo texto abriu brechas para o abuso de conquistadores estrangeiros (invocando proteção aos indígenas em território brasileiro). Ademais, a própria Constituição é desrespeitada, não só na abusiva interpretação extensiva do dispositivo referente aos índios, mas também em relação ao uso das terras na faixa de fronteira. Na prática esse uso, em vez de ser nacional como quer a Constituição, fica exclusivo de quem controla (por meio da cooptação, grana etc.) pretensos líderes indígenas.

3. As áreas que estão sendo isoladas do território nacional com as demarcações em faixa contínua incluem a gigantesca reserva dita ianomâmi e a da Raposa Serra do Sol, contígua àquela. Nessas áreas estão as serras da fronteira Norte do País, nas quais há imensos recursos minerais de valor incalculável, tanto preciosos (ouro, diamantes etc.) como estratégicos, tais como nióbio, tântalo, berílio, terras raras, titânio e zircônio.

4. Juntas, estas duas reservas, a dita ianomâmi e a da Raposa, somam mais de 110 mil quilômetros quadrados. Para assegurar seu domínio sobre elas, mesmo na hipótese longínqua de o Brasil vir a

dotar-se de autodeterminação, as potências hegemônicas anglo-americanas, coadjuvadas por associadas europeias, financiam e mobilizam, há decênios, ONGs, missionários, geólogos, igrejas e entidades de todo tipo, cooptam órgãos públicos, etnólogos, antropólogos e tudo mais. Essas potências são lideradas pela oligarquia britânica, cuja família real tem estado à frente das iniciativas e pressões para arrancar demarcações absurdas de “governantes” brasileiros.

5. Para que? Para garantir o controle permanente de seus cartéis sobre as riquezas cujas minas já controlam no Brasil, na África do Sul, no Congo, no Canadá, na Austrália etc. A questão lhes é ainda mais prioritária e urgente, porque a oligarquia abusou do conto de vigário monetário e financeiro, estando o colapso do sistema financeiro mundial mais que manifestado, há mais de um ano, e em continuada aceleração.

6. Nessas condições, está em vias de sofrer a correção devida, ou seja, abissal desvalorização, a finança fraudulentamente criada na quase infinitude que só o processamento eletrônico de dados viabiliza. O aviltamento das moedas, principalmente do dólar, tem feito intensificar a corrida pela riqueza real constituída por terras e minérios.

7. Muitos nos têm lembrado de que há poucas ONGs interessadas na miséria de dois terços da população brasileira, ou seja mais de 120 milhões de pessoas. Essas organizações e os conselhos de igrejas preferem concentrar-se em regiões de população rarefeita, dotadas de inimagináveis reservas minerais. Outra coisa: os arrozeiros que querem retirar à força do município de Pacaraima são brasileiros que garantem o suprimento do produto em Roraima e ainda de parte dele nos Estados vizinhos. Não são multinacionais nem estão ligados ao agronegócio controlado pelas tradings norte-americanas.

8. Aí os "defensores" dos índios preferem ignorar que muitos indígenas, inclusive lideranças, preferem fazer parte da comunidade local e nacional, livre da segregação racial que está sendo imposta nas reservas. A separação de enormes terras a pretexto de preservar culturas indígenas não tem justificativa, pois as tribos da região (e algumas nem são de lá) podem existir sem ocupar mega latifúndios.

9. Estes estão sendo criados no Brasil, inventados em bases racistas importadas dos anglo-americanos, para servir os interesses da oligarquia mundial, depois de eles terem praticado genocídio em relação aos índios e depois de terem inventado esse esquema de reservas. Só que lá o território das reservas não está nem nas zonas super ricas em minérios, nem ocupa centenas de milhões de hectares como as que estão obrigando governos entreguistas a instituir no Brasil.

A alta de preços dos alimentos

Data: 21/08/2008 - Autor: Adriano Benayon

Preços dos alimentos no Brasil

1. A alta dos preços dos alimentos é mais um elemento da opressão aos consumidores de média e baixa renda, de há muito sobressaltados e assaltados por: tarifas dos serviços privatizados no corruptíssimo processo das privatizações (eletricidade, telefone, pedágios etc.); impostos diretos e indiretos; taxas de juros extorsivas.

2. O mais notável é a sistemática ocultação, pelos meios de comunicação, das causas reais desse aumento e da alta de preços em geral. De resto, ocultam-se os demais instrumentos empregados para sugar as energias das pessoas e extinguir a vitalidade da economia real.

3. No Brasil, o IBGE registrou, em junho, 2,11% de alta nos alimentos, mais que os 1,95% verificados no mês anterior. Considerado seu peso no índice, a inflação do preço dos alimentos contribuiu com 63,5% da elevação total do IPCA. A aceleração mostra-se clara, pois, no 1º semestre, os alimentos acumulam alta de 8,64%, já próxima à de 10,79% em todo o ano de 2007.

4. Pior ainda, os aumentos mais fortes incidiram sobre itens básicos, como carnes (6,91% só em junho). O arroz já acumula alta de 38,21% de janeiro a junho de 2008, e o feijão carioca 15,55%.

5. Com efeito, a agricultura sofre no Brasil processo de concentração, como já ocorreu em maior intensidade na indústria e nos serviços, com o agronegócio ocupando parcela crescente das terras em uso. Isso se espelha em absurdos como a cultura da soja ocupando 43% do total das terras de lavouras no país e a pecuária extensiva, três vezes mais que esse total.

6. O principal produto da soja é o farelo para exportação destinada a rações para animais no exterior, com base no agronegócio, subordinado a um cartel de tradings estrangeiras. Por seu turno, a pecuária extensiva tem por objetivo dominante exportar carne para propiciar lucros aos importadores e distribuidores, além de viabilizar a presença de bifes nas mesas das classes de renda média alta e alta em países-sedes das empresas transnacionais.

7. A cultura da cana-de-açúcar, apontada como culpada, poderia, ao contrário, ser parte da solução, fosse outro o modelo econômico. Essa cultura usa 12% das terras de lavouras, sendo somente 6% para produzir etanol. Ela não prejudicaria a produção de alimentos, se não fosse, na maior parte, cultivada em monoculturas, como acontece sob o agronegócio, em expansão com a demanda local e mundial de etanol.

8. Ao contrário, a cana-de-açúcar e outras matérias-primas apropriadas para a indústria do álcool podem ser combinadas, em propriedades pequenas e médias, com lavouras de alimentos e com a criação de animais, tudo isso interagindo para elevar não só o percentual do etanol na matriz energética, mas também a produção de alimentos. De resto, o país ainda tem 850 milhões de hectares, sendo 350 milhões de hectares reconhecidos pelo IBGE como agricultáveis, dos quais apenas 50 milhões são utilizados em lavouras.

A campanha contra os biocombustíveis

9. A moda mundial tem sido atribuir a inflação do preço dos gêneros alimentares à expansão do cultivo de plantas para fins energéticos, como os grãos cultivados na Europa e o milho nos EUA. Esses são ineficientes para servir de base à produção de etanol. Isso é usado pelos detratores da energia da biomassa para fazer crer aos menos avisados que a agroenergia usa terras em demasia, desviando-as da produção de alimentos.

10. Os aumentos dos preços destes têm as seguintes causas principais: 1) a retração da oferta, por falta de fomento, por parte da política econômica, à produção agrícola por pequenos e médios produtores; 2) o efeito do aumento dos preços dos combustíveis e dos fertilizantes, ambos sob controle da oligarquia financeira mundial; 3) do lado da procura, o modelo econômico concentrador e privilegiador das exportações e do transporte individual em veículos automotivos, pautado pela indústria do petróleo (gasolina; óleo diesel e asfalto) e pela indústria automotiva.

11. Como se deveria saber, o Banco Mundial impôs, há decênios, sob a influência da Fundação Rockefeller, a `revolução agrícola`, alastrando pelo mundo o uso de fertilizantes e pesticidas químicos, para grande prejuízo da saúde dos consumidores e da preservação da qualidade dos solos.

12. Ora, a produção em grande número de unidades rurais de etanol e de óleos vegetais, para serem usados em motores adequados a esses combustíveis, traria ganhos imensos ao país, em termos de elevação da renda, com boa distribuição, e livraria as grandes cidades dos horríveis gases tóxicos emitidos pelos carburantes de origem fóssil. Além disso, suscitaria dezenas de milhões de empregos. A biomassa é também a fonte mais econômica e mais favorável ao ambiente para as termelétricas.

13. Mais ainda: 1) proporcionaria enorme crescimento da oferta de alimentos (e assim seu barateamento), por meio de lavouras e de pecuária associadas àquelas unidades agroenergéticas; 2) economizaria terra, dada a elevada produtividade dessas produções interativas; 3) regeneraria os solos, graças aos adubos orgânicos resultantes da combinação de subprodutos.

Taxas de juros

14. Em 23.07.2008 foi, mais uma vez, elevada a taxa básica de juros (SELIC), aplicada em títulos públicos, agora para 13% aa. Os pontos percentuais das demais taxas de juros equivalem a múltiplos da SELIC que podem ser até mais de 6, como ocorre com alguns empréstimos a pessoas físicas a 9% ao mês, ou seja, mais de 180% aa.

15. Como costuma acontecer, a mídia noticia a alteração da SELIC, sempre acompanhada da desculpa do Banco Central e da maioria dos formadores de opinião, segundo a qual o aumento da taxa seria necessário, por causa da inflação em alta.

16. Na realidade, o aumento das taxas de juros tem mais efeito para fazer subir os preços do que para diminuí-los. Para começar, os juros são um componente dos custos de produção. Assim, juros mais altos resultam em custos maiores e preços também mais elevados.

17. Somente a curto prazo, o aumento de juros poderia conter um pouco a inflação, ao desencorajar os consumidores de comprar a crédito, o que faria diminuir a quantidade procurada de bens e serviços. Mas nem isso é certo, uma vez que os preços são, em geral, determinados em mercados de escassa concorrência, por ser a economia muito oligopolizada e cartelizada.

18. Os juros no Brasil têm sido sempre absurdamente onerosos, e, há anos, o país detém o triste título de ter as taxas de juros mais altas do mundo. Elas inibem os investimentos. Consequentemente, a produção, e, portanto, a oferta de bens e serviços. Com esta em declínio, a tendência dos preços é subir. Os investimentos são desestimulados não só porque o capital para investir fica mais caro, mas também porque os produtores veem possibilidades menores no mercado em face da repressão ao consumo sinalizada pelo aumento dos juros. Ninguém investe para produzir e depois não vender.

19. Ademais, os descomunais juros do mercado financeiro brasileiro atraem capitais estrangeiros especulativos, que se cevam na dívida mobiliária interna e em títulos privados e seus derivados, para transferir anualmente centenas de bilhões de reais para o exterior.

20. Enquanto prevalecem os ingressos sobre as saídas de capital, o real acumula valorização mais que excessiva. Assim, as empresas brasileiras ficam em ainda piores condições de competir nos mercados externos. Ademais, como elas não têm acesso a dinheiro a juros módicos praticados no exterior, são ainda mais inviabilizadas, até no mercado interno, dominado por subsidiárias de empresas transnacionais. Estas, ademais de desfrutarem de incríveis subsídios governamentais nos níveis federal, estadual e municipal, podem captar no exterior o pouco capital de que necessitam.

21. Em suma, são imensos e duradouros os malefícios à economia da política de juros altos, pois, além de causarem inflação, colocam a produção em nível cada vez mais baixo. Na continuação, os resultados são desastrosos: 1) renda real em queda; 2) elevação dos preços de bens e serviços; 3) desemprego em aumento.

22. Diante disso, aflora a inevitável pergunta: por que, então, as taxas de juros vêm sendo elevadas? A resposta é óbvia: prevalecem na política as decisões dos grupos mais poderosos, e a sociedade difusa, o grosso da população, não faz parte desses grupos.

23. A mídia - inclusive todas as redes nacionais de TV e mesmo a virtual totalidade das TVs de menor porte - não abre espaço para a contestação às mistificações da política econômica, encobridoras de inmensuráveis prejuízos à sociedade.

Cortina de fumaça na Raposa do Sol

Data: 09/09/2008 - Autor: Adriano Benayon

1. O Jornal Folha de São Paulo assinala, em editorial de 30 de agosto último, que o Itamaraty contrariou a Constituição ao assinar (em 2007) a Declaração da Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre os “direitos dos povos indígenas”.

2. O editor resume a incompatibilidade entre Declaração da AG da ONU e o direito de países soberanos a conservar a integridade de seu território, dizendo muito bem: “O acervo constitucional brasileiro não abriga o conceito de “povos” nem de “nações” indígenas. A lei fundamental admite apenas uma nação, um território e uma população, a brasileira.”

3. A severa crítica é fundada, pois a Declaração prevê a “autodeterminação” de povos indígenas, ensejando que tribos indígenas troquem a tutela disfarçada pela tutela declarada das potências hegemônicas. De fato, os agentes destas, há decênios, infiltram-se nas extensas áreas amazônicas ricas em minerais e em biodiversidade, nas quais vêm obtendo demarcações abusivas de “reservas indígenas” em faixas contínuas.

4. Com efeito, aponta o editor: “Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia ... perceberam a esparrela e não assinaram a declaração da ONU.” Mostra, ainda, outro ponto insustentável: o documento da ONU restringe ações militares em terras indígenas. “As áreas ocupadas por índios no Brasil são propriedade da União e, para fins de defesa nacional, estão sujeitas à presença permanente das Forças Armadas.” E: “Na [zona de] fronteira, definida como a faixa de 150 km até a divisa com outros países, a presença militar é mandatória [obrigatória].”

5. Entretanto, depois de expor tudo isso, o editorial, faz conclusão oposta aos interesses nacionais: “O decreto presidencial, contestado no Supremo Tribunal Federal, que homologou a terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, manteve-se na linha prescrita pela lei fundamental.”

6. Diz, ainda, a Folha: “... o Itamaraty resolveu dar sua contribuição para uma celeuma gratuita a respeito do assunto. Assinar documentos internacionais que contrariam a Constituição do país é erro diplomático elementar.”

7. Ora, a celeuma só é gratuita para ingênuos. O jornal aparenta imparcialidade, mas defende o decreto pernicioso. Parece ter como objetivo apenas fustigar o governo, coisa que não fazia em outros tempos, quando este estava sob direção ainda mais subserviente para com a oligarquia mundial.

8. O decreto traz ameaça maior à integridade do território nacional do que a declaração da ONU, contra cuja aprovação, pendente no Senado, o Jornal, de resto, não faz advertência clara. Se aceito pelo STF, o decreto assegura, no terreno, a exclusão dos brasileiros de todas as raças e oriundos de todas as miscigenações, sob o primado do princípio racista, determinando a expulsão dos “não-índios” e a da maioria dos índios, a qual não quer ser excluída da comunidade brasileira.

9. O decreto é inconstitucional não só por ferir os direitos dos brasileiros de toda e qualquer origem radicados na área, mas também por se basear em política racista de limpeza étnica. Leva, de fato, a segregar do território nacional as áreas demarcadas. Ora, a situação no terreno é determinante, pois o direito não costuma prevalecer sem a capacidade, especialmente militar, de o fazer respeitar.

10. Por isso, o estribilho recitado pelos defensores da entrega de territórios nacionais refere-se à Declaração da AG da ONU, retirando o foco do julgamento no STF sobre a validade do decreto de demarcação. Isso porque o essencial, no momento, para as potências hegemônicas é garantir que saiam das áreas demarcadas os brasileiros não vinculados a seu serviço direto ou por ONGs e entidades religiosas interpostas.

11. Com ou sem o voto do Brasil aderindo à Declaração, as potências hegemônicas já obtiveram tantas capitulações de governos do Brasil e já o fizeram enfraquecer tanto, que, para as desencadearem o processo de “independência” de pretensas nações indígenas, só falta a demarcação em faixa contínua. Elas o farão, mesmo desaprovadas por países menos afinados com o Império anglo-norte-americano, como a Rússia e a China. Em função da dificuldade geoestratégica, estas provavelmente se absteriam de intervir, embora percebam seus interesses prejudicados.

12. Em suma, a defesa da Amazônia não é viável sem mudança institucional profunda no Brasil. Só um sistema político não-governado pelo dinheiro concentrado, que domina as “disputas” eleitorais, pode realizar a indispensável autodeterminação nacional, que exige criar estruturas econômicas, políticas e culturais completamente distintas das presentes.

13. Sem reconquistar o controle da economia e das finanças onde elas se encontram (São Paulo, Rio de Janeiro etc.), não haverá como manter a Amazônia brasileira. O poder militar, indispensável para isso, só tem possibilidade de ser construído com a reconquista daquele controle.

Reservas indígenas e racismo

Data: 10/09/2008 - Autor: Adriano Benayon

1. Não deverá prevalecer – e é isso que a integridade da Nação exige – o voto do ministro relator no julgamento, em curso, sobre a demarcação da reserva da Raposa Serra do Sol. Além de não fulminar a insensata demarcação em faixa contínua, aquele voto faria expulsar todos os “não-índios” da extensa área de mais de 17 mil quilômetros.

2. Há ali mais de 450 famílias “não-indígenas”. Que se pretende fazer com elas, se não uma operação de limpeza étnica, no pior estilo que as potências hegemônicas vêm realizando nos Bálcãs? Ademais, impõe-se a pergunta: que quer dizer “não-índio”? Será uma questão de etnia? Nesse caso, admitir a distinção atenta contra a Constituição.

Art. 3º: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Art. 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade.” “Inciso XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais; Inciso XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.”

4. O voto do ministro relator faz de conta que esses dispositivos pétreos da Constituição não existem e também que a Lei Afonso Arinos foi revogada. O artigo 5º da CF trata dos direitos e liberdades fundamentais. Ora, o assentamento de famílias ditas não-índias na área da Serra é evidentemente anterior ao absurdo decreto de 15.04.2005, que confirmou a ilegal portaria de 13.04.2005 do Ministério da Justiça. De resto, o assentamento seria lícito, mesmo que fosse posterior ao decreto.

5. Ademais de odioso, determinar a erradicação de famílias que vivem e produzem em território pátrio, significa estarem as autoridades que assim procedem sendo vítimas da perniciosa lavagem cerebral portadora do racismo inculcado pelas potências hegemônicas, ávidas de tornar absoluto o controle que já exercem sobre populações ditas indígenas, por intermédio de ONGs, Conselhos de Igrejas e outras entidades.

6. Um indivíduo pode ser de origem genética 100% “indígena” e não desejar viver segregado pela fronteira da demarcação. Ainda que não fossem maioria os “índios” que querem viver e produzir como brasileiros integrados à comunidade nacional, seus direitos humanos têm de ser respeitados, inclusive o de escolher seu modo de vida. Ironicamente, os defensores da reserva segregada dizem defender direitos dos indígenas.

7. É inaceitável aplicar o critério étnico para amputar do território nacional áreas enormes e riquíssimas em minérios estratégicos e preciosos. Toda a lógica das demarcações em faixa contínua converge com o que dispõe a Declaração dos Direitos Indígenas, aprovada pela Assembleia-Geral da ONU, sobre a autodeterminação de comunidades indígenas, obviamente a ser regida por potências estrangeiras.

8. É preciso acabar de vez com o vírus do racismo, importado em meio à dominação econômica e cultural das potências hegemônicas, vírus que proliferou dentro das mentes locais globalizadas no pior dos sentidos: o de introjetar os valores imperiais como sujeito passivo destes.

9. Desde as revoluções norte-americana e francesa, da 2ª metade do Século XVIII, pertencer a uma nação deixou de ser estar vinculado à soberania de “direito divino” dos monarcas. Passou a decorrer de um ato de vontade por parte de quem se constitui cidadão de uma comunidade nacional. Como assinalou Ernest Renan, não é a raça, nem a língua, nem a origem cultural, que determina a nacionalidade, mas, sim, o desejo de formar uma sociedade sob valores respeitados em comum.

10. Esse é o direito. Se o Brasil quiser que o direito seja respeitado, tem de fortalecer-se, começando pela autonomia em matéria econômica, sem o que não estará em condições de defender seus territórios, nem quaisquer outros direitos. Não há na economia, em si mesma, coisa alguma que o impeça. A decisão para construir estruturas de mercado e tecnológicas próprias é a mesma que está na manifestação de vontade de ser uma Nação. Essa manifestação tem de ser permanente, diária. Não é apenas recordar um evento histórico, como o de 7 de setembro de 1822.

Comentário sobre a crise de 2008

Data: 21/09/2008 - Autor: Adriano Benayon

Sabemos da natureza do colapso financeiro presente: é decorrência das bandalheiras de participantes importantes do mercado financeiro, os quais têm conexões políticas (obviamente em função da grana e das benesses que distribuem entre políticos) suficientes para usar o Tesouro e a moeda criada à vontade pelo FED (no caso dos EUA) para cobrir os rombos. Sempre foi assim. Ideologia liberal, monetarista, conservadora, keynesiana, tudo isso é parolagem melieira para induzir bovinos a entrar nos braços de Morfeu. Em linguagem mais popular: conversa mole para boi dormir.

Os oligarcas acabam com a regulamentação do Estado na hora de criar títulos infinitamente para se locupletarem ainda mais, e recorrem à intervenção estatal para amenizar os estragos da ressaca financeira. Keynes é considerado progressista pela maioria das pessoas, o que é uma farsa, pois a intervenção estatal por ele recomendada é a dos investimentos na guerra. Como mostrou Lauro Campos, Keynes é um seguidor de Malthus, um guia dos conservadores.

Nos próprios anos 30, a oligarquia anglo-norte-americana começou a tomar medidas para tirar a economia da depressão, que perdurou até mais ou menos 1943. Como? Favorecendo a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e arranjando a 2ª Guerra Mundial. Só as despesas desta e a mobilização de 14 milhões de homens nas FFAA puseram cobro àquela depressão, iniciada com o crack de 1929.

Em suma, isso – e mais o que o correspondente da Tribuna da Imprensa nos EUA menciona sobre McCain e Phil Gramm, etc. – é a democracia” norte-americana, britânica, francesa, alemã, etc. etc. Outra coisa. Não se iluda o leitor, imaginando que Barack Obama fará coisas diferentes das que McCain está programado para fazer.

Como se vê, a corrupção dos políticos é característica essencial das pseudodemocracias badaladas como se democracias fossem, de onde emanam, entre mil outros pretextos para intervir no Brasil e em outros países, conversas a respeito de sistema democrático, direitos humanos e defesa dos direitos dos indígenas.

A corrupção do sistema político pelo dinheiro concentrado pouco difere da praticada no Brasil, onde a desmoralização está completa. A única diferença é que aqueles países estão no centro ou associados a ele (subimperialistas), e o Brasil, como periferia riquíssima em recursos naturais, é objeto de saqueio exponencial.

A nova crise do Real

Data: 24/09/2008 - Autor: Adriano Benayon

1. Para um futuro não muito distante gesta-se outra crise do Real e mais um desgaste insuportável para a economia brasileira, semelhante ao de 1998, quando a taxa dos títulos públicos chegou a 50% aa., sem que isso tenha evitado a galopante desvalorização do Real iniciada em 1999.

2. A recorrente vulnerabilidade das contas externas é consequência inelutável do modelo comandado por bancos e empresas transnacionais. Enquanto perdure o atual regime (não me refiro apenas ao presente "governo"), não há qualquer chance de serem levadas em conta sugestões de política econômica capazes de sequer reduzir a amplitude e a profundidade do desastre, mesmo porque não há como tratar do problema, mantida a atual estrutura dos mercados.

3. Eis como começa a Nota para a Imprensa sobre o Setor Externo, divulgada pelo Banco Central (BACEN) em 28.07.2008: "O balanço de pagamentos registrou superávit de US\$ 2,6 bilhões em junho de 2008. As transações correntes apresentaram déficit de US\$ 2,6 bilhões acumulando, nos últimos

doze meses, déficit de US\$ 18,1 bilhões, ... A conta capital e financeira foi superavitária em US\$ 6 bilhões. (Grifos meus).

4. A Nota é pouco esclarecedora. Traz dados a respeito de componentes do balanço de pagamentos quase que só para o mês de junho, sem mostrar o resultado do 1º semestre. Há apenas uma referência, logo no início, ao acumulado nas transações correntes, nos últimos 12 meses. A Nota parece orientada para minimizar a percepção do que mais interessa: a nítida e rápida deterioração das contas externas do Brasil.

5. Para recordar, o balanço de pagamentos compõe-se de dois grandes conjuntos: as transações correntes e a conta de capital. As transações correntes englobam, além das transferências unilaterais (principalmente remessas de trabalhadores brasileiros provenientes do exterior), os balanços: 1) comercial (mercadorias); 2) de "serviços"; 3) de rendas. Fazem parte deste as remessas de lucros e dividendos, e os juros. O balanço comercial teve, nos últimos anos, grandes saldos positivos, mas estes vêm se reduzindo muito. Já os serviços e as rendas resultam tradicionalmente em déficits, que vêm crescendo.

6. A Nota do BACEN omite que as transações correntes mostraram déficit de US\$ 17,4 bilhões, em apenas seis meses (de janeiro a junho de 2008), quantia quase igual a desse déficit nos últimos 12 meses. Ela é 25 vezes maior que a verificada de julho a dezembro de 2007. É inegável, pois, que a situação das contas externas do País se agravou aceleradamente mesmo durante a conjuntura externa ainda favorável para as commodities, que ainda prevalecia no 1º semestre de 2008.

7. O BACEN "esqueceu", ademais, de utilizar outro dado de suas estatísticas, a saber, que os lucros enviados pelas multinacionais às matrizes somaram US\$ 19 bilhões neste mesmo 1º semestre. Essa estarrecedora cifra é o dobro da do mesmo período em 2007 (US\$ 9,8 bilhões).

8. Apesar de superarem sozinhas o déficit total das transações correntes (US\$ 17,4 bilhões), as remessas de lucros não são o único determinante desse déficit. Há também: 1) o superfaturamento de importações e o subfaturamento de exportações, que fazem o superávit comercial ser muito menor do que seria de outro modo; 2) as despesas a título de juros e de "serviços", em favor das matrizes das transnacionais.

9. Com o crescente déficit nas transações correntes, o balanço de pagamentos vai sendo, por enquanto, "equilibrado" por meio do ingresso líquido de capitais: os de curto prazo, aplicados em diversos ativos do mercado financeiro, aproveitando as obscenas taxas de juros "brasileiras"; e os "investimentos" estrangeiros diretos (IEDs), que totalizaram US\$ 16,7 bilhões no 1º semestre de 2008 (US\$ 20,9 bilhões no 1º de 2007). Quanto ao balanço de pagamentos o 1º de 2008 terminou com superávit de US\$ 19,2 bilhões, menos de 1/3 do saldo do 1º semestre de 2007 (US\$ 61,6 bilhões), com grande participação dos capitais de curto prazo.

10. A situação constrangedora das contas externas brasileiras não está somente nessas cifras, mas sobre tudo nestes deploráveis aspectos qualitativos:

1) o Brasil envia recursos financeiros líquidos ao exterior nas transações correntes, não obstante exportar colossais recursos naturais e, abusando destes bens industrializados de baixo valor agregado;

2) tenta "equilibrar" o déficit das transações correntes com a conta de capital, subsidiando o ingresso de capitais estrangeiros, que implicam crescentes remessas de ganhos especulativos, e subsidiando a intensificação do controle dos meios de produção por parte de empresas transnacionais, a plataforma de lançamento ao exterior, por exemplo, dos US\$ 19 bilhões de lucros às suas matrizes, no 1º semestre de 2008.

11. As cifras descrevem a explosão das remessas (ver tabela), que não passam de fração pequena dos lucros reais, transferidos ao exterior por outras contas do balanço comercial e do de serviços. Anotam-se também os ingressos de IEDs.

12. Vê-se, pois que os novos ingressos de IEDs mal equilibram as remessas de lucros, as quais crescem em velocidade bem maior. E o pior é que esses ingressos são a base para remessas de lucros ainda mais fantásticas no futuro. É evidente que quanto maior for o controle das atividades produtivas pelo capital estrangeiro, mais este disporá de meios de produção para realizar lucros e enviá-los para o exterior, inclusive lucros que não se apresentam como tais na contabilidade das transnacionais, livre para escriturar preços convenientes a fim de, além disso, evitar o pagamento do IRPJ e da CSLL.

13. No livro *Globalização versus Desenvolvimento* mostro que todos os países hoje ditos desenvolvidos criaram estruturas para isso por meio da participação direta do Estado na economia produtiva, além de todo um conjunto de políticas destinadas a viabilizar o setor privado nacional.

14. Exatamente o contrário do que o Brasil foi induzido a fazer: subsidiar grandes transnacionais, ajudando-as a apoderar-se dos mercados e a aprofundar seu comando sobre a política econômica do País. Isso decorreu da intervenção política, cultural e militar estrangeira, especialmente a partir do golpe de 1954 que derrubou o presidente Vargas.

Remessas de lucros		Ingressos IEDs
2003	US\$ 5,7 bilhões	US\$ 10,1 bilhões
2004	US\$ 7,3 bilhões	US\$ 18,1 bilhões
2005	US\$ 12,7 bilhões	US\$ 15,1 bilhões
2006	US\$ 16,4 bilhões	US\$ 18,8 bilhões
2007	US\$ 22,4 bilhões	US\$ 34,6 bilhões
2008	US\$ 19 bilhões, em 6 meses	

Falácias sobre as classes de renda

Data: 28/09/2008 - Autor: Adriano Benayon

1. Com a costumeira superficialidade, a mídia transmitiu resultados pinçados de estudos do IPEA e da FGV (Fundação Getúlio Vargas) sobre mudanças nas classes sociais brasileiras nas seis regiões metropolitanas do país. O levantamento do IPEA, que se baseia em dados do IBGE, considera rendimento apenas a renda proveniente da remuneração do trabalho, o que exclui os ganhos com investimentos.

2. Foi destacado, citando estudo da FGV, que, de 2003 a 2008, se reduziu de 35% para 24,1% o número de pessoas pobres — com renda igual ou inferior a meio salário mínimo. Parece claro o efeito dos programas assistenciais, como o Bolsa Família, pois receber meio salário mínimo está longe de significar inserção na economia produtiva.

3. Alardeou-se, ainda, uma suposta diminuição da pobreza, abrangendo também os da faixa de um salário mínimo. Conforme esses dados, de 42,82% em abril de 2002, o percentual de "miseráveis" e "remediados" (classes D e E), desceu para 32,59% em abril de 2008.

4. Ora, houve mais pontos percentuais (10,9) na redução do número de indivíduos com "renda" inferior a meio salário mínimo do que os pontos de queda (10,2) no conjunto de famílias que inclui também a classe D. Em suma, é uma falácia dizer que houve redução da pobreza.

5. No outro extremo ter-se-ia elevado de 0,8% para 1% o número das pessoas que recebem renda mensal igual ou superior a 40 salários mínimos (R\$ 16,6 mil), indicando ser inexpressivo o crescimento do número de indivíduos na classe de maior renda.

6. Ao contrário, terá sido digna de nota a elevação do percentual dessa classe na renda total, em função dos ganhos crescentes dos rendimentos do capital, em decorrência dos juros altíssimos e dos lucros em ascensão para os bancos e para as grandes empresas. Na realidade, prossegue a tendência à concentração de renda iniciada nos anos 60, a qual fez cair à metade a participação dos salários na renda total, dos 60% de então para 30% de hoje.

7. Deixando de lado a pobreza só estatisticamente encolhida por meio da classificação enganosa das faixas de renda e considerando a pobreza verdadeira, os próprios dados oficiais mostram um quadro sombrio. Assim, as famílias ditas mais ricas, ou seja, com renda mensal superior a R\$ 4.591 (R\$ 918 por indivíduo, quantia equivalente a apenas 2,2 salários mínimos), passaram a representar 15,5% em 2008, subindo 2,5 pontos percentuais desde 2002.

8. Em retrospectiva de prazo mais longo, em vez de elevação do percentual, houve considerável queda na participação numérica desses supostos mais ricos. Somadas as classes denominadas média (média mesmo, rendimento familiar de R\$ 2.500 a R\$ 5.000, em reais de 2004) e a média alta (acima de R\$ 5.000), o percentual caiu de 13,5% para 11,1%, de 1981 para 2002.

9. Mais grave, essas percentagens ocultam a brutal erosão do rendimento médio de todas as classes de renda, o qual decresceu em mais de 40% em termos reais de 1997 a 2004, situação pouco alterada em função da recuperação desprezível verificada após 2004.

10. Difundiu-se também ter a classe média, segundo o estudo da FGV, crescido para mais da metade da população das regiões metropolitanas (51,89%), partindo de abril de 2002, quando seriam 44,19%. A FGV define a classe média como famílias com renda entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591 (R\$ 214 a R\$ 923 durante o mês por pessoa, respectivamente 0,5 a 2,2 salários mínimos). Sim, não é brincadeira: a partir de meio salário mínimo a pesquisa da FGV já enquadra a renda per capita familiar na categoria de classe média.

11. Evidentemente vem sendo pintada uma paisagem rósea ou idílica, com base no abusivo pressuposto de tais patamares de renda corresponderem à "classe média". Até poderia ser se: 1) a percentagem de miseráveis e indigentes não fosse quase igual à da discutível classe média; 2) a percentagem da camada mais alta não fosse tão pequena.

12. A tornar as classificações e as estatísticas ainda mais enganosas, há também a depressão dos rendimentos obtidos pela quase totalidade dos residentes no país, em função do saqueio das riquezas nacionais que já cheguei a quantificar em artigo anterior na casa dos R\$ 2 trilhões por ano.

13. Houve apenas ligeira melhoria para os que percebem o salário mínimo, graças aos aumentos reais deste nos anos mais recentes. Isso, entretanto, não deve escamotear de nosso entendimento o fato de continuarem escandalosos os números e as condições extremas da pobreza, nem que prossegue a deterioração do padrão de vida da "classe média", grande parte da qual vive realmente a pobreza.

14. O próprio presidente do IPEA. Márcio Pochmann reconhece: "... O ganho de produtividade acumulado na economia não está sendo repassado para os salários. Ao não repassar esses ganhos, os

produtores terminam formando um segmento mais privilegiado da população". Esse comentário teria sido ainda mais certo, se Pochmann tivesse dito: empresas transnacionais e bancos, em vez de produtores.

15. A pesquisa do IPEA assinala, com efeito, que os ganhos na produtividade não são repassados aos salários: dados da indústria brasileira indicam que o crescimento dos ganhos desta foi de 22,6% entre 2001 e 2008, enquanto a folha de pagamento por trabalhador se elevou em só 10,5%.

16. Ainda Pochmann: "O setor da indústria tem um sindicato muito forte. Se neste setor o ganho de produtividade não está sendo repassado para o salário, em outros setores a diferença deve ser bem maior".

A ocupação da Amazônia

Data: 20/12/2008 - Autor: Adriano Benayon

Objetivos do Brasil

A Amazônia brasileira vem sendo objeto de crescente ocupação por entidades estrangeiras. De há muito, políticos, militares e quadros vinculados ao sistema mundial de poder contestam a plena soberania do Brasil sobre a região. Ora, a soberania, ou é plena, ou não existe.

Para citar alguns: Al Gore, vice-presidente dos Estados Unidos, 1989; François Mitterrand, presidente da França, 1989; John Major, primeiro-ministro da Inglaterra, 1992; Mikhail Gorbachev, presidente da URSS, 1992; General Patrick Huges, chefe do órgão central de informações das Forças Armadas dos Estados Unidos, 1998; Pascal Lamy, da Comissão da União Europeia, 2005, atual diretor-geral da OMC.

Há poucas ONGs em atividade para atenuar as ingentes dificuldades em que vivem dois terços da população do Nordeste e do Centro-Sul, mais de 100 milhões de pessoas. Entretanto, centenas de milhares de organizações estrangeiras agem na Amazônia, onde a densidade demográfica é mínima, não há fome, nem problema em obter água, comida e abrigo.

Não move este trabalho antipatia pelas nacionalidades cujas oligarquias, movidas por ilimitada cobiça, fazem do Brasil um país conquistado, não de hoje e não só na Amazônia. Interessa-nos o destino dele e, em consequência, ter presentes os objetivos que se deve buscar em relação à Amazônia: primeiro, conservá-la integralmente como território nacional e com pleno exercício da soberania sobre ela; segundo, utilizá-la em benefício da sociedade brasileira e da humanidade.

Esses objetivos são compatíveis e, mais que isso, complementares. Mas, para ter o Brasil futuro na Amazônia, terá de encontrá-lo em todo o território nacional. A perspectiva de perder, aos poucos, a Amazônia só se tornou possível, porque, desde há mais de 50 anos, o País foi perdendo o comando de sua própria economia.

A premissa básica é a autodeterminação do País. Dela deriva o conceito de sociedade aberta aos que a ela se desejem incorporar e, ao mesmo tempo, consciente de que não lhe convém guiar-se por conselhos, nem por imposições, do exterior.

Vulnerabilidades

Não há como realizar a autodeterminação sem se liberar de três vulnerabilidades, advindas de ideologias, e não, de realidades objetivas: a dívida pública; o ambientalismo; as reservas indígenas.

Esses temas são objeto de intensa manipulação, com o fito de condicionar a opinião e o governo brasileiros a ceder aos desígnios de grupos financeiros e grandes potências de dominar a biodiversidade e os recursos minerais e energéticos da Amazônia.

Antes de examinar cada vulnerabilidade per se, consideremos as interações entre as três. 1) a penúria financeira imposta ao setor público assegura que a Amazônia não seja ocupada senão esparsamente por brasileiros; 2) o ambientalismo predominante – financiado por grandes poluidores mundiais – inculca a ideia de deixar intocada a região, coibindo aproveitamentos infraestruturas ou econômicos por brasileiros; 3) imensas reservas indígenas segregam do território efetivamente nacional zonas estratégicas por sua riqueza mineral, agrupando-se nelas tribos arregimentadas por fundações e entidades religiosas internacionais estendidas por membros da oligarquia financeira mundial.

Em suma, as três vulnerabilidades decorrem de um móvel comum: afastar os brasileiros da região. Além disso, a 2ª e a 3ª envolvem pôr sob o controle de fundações, ONGs e entidades a serviço da geopolítica imperial, imensas terras designadas para alegadamente preservar o meio-ambiente e a identidade de etnias indígenas.

Dívida pública. Penúria de recursos

Por que a dívida pública e seu serviço, i.e., juros e amortizações? Porque esse serviço tem sido o principal fator impeditivo de se realizarem no País investimentos suscetíveis de valorizar os excepcionais recursos naturais do País em proveito da economia nacional, em lugar de serem exportados sob forma primária ou com baixo grau de transformação industrial e incorporação de tecnologia local, com isenções e benefícios fiscais.

De fato, a penúria derivada da política econômica condicionada pela primazia do serviço da dívida tem implicado a indisponibilidade de finança para alimentar iniciativas de interesse nacional em qualquer parte do País. Tem também servido de desculpa para descartar ou inviabilizar projetos de ocupação racional da Amazônia, como o Projeto Calha Norte, apesar de estes não requererem senão recursos extremamente modestos.

A dívida pública - a dívida externa e, a partir dos anos 80, também a interna - tem sido usada como instrumento para determinar as políticas econômicas. Assim, as condicionalidades impostas por meio de acordos com o Fundo Monetário Internacional, das normas aplicadas nos contratos com o Banco Mundial e com o BID, bem como dos acordos com governos estrangeiros, inclusive no âmbito do Clube de Paris, sem falar nos acordos de renegociação de créditos junto a bancos do exterior.

A promulgação, por instância do FMI, da lei dita de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, consolidou a prioridade absoluta às despesas financeiras no Orçamento da União e dos demais entes federativos, além de enquadrar Estados e Municípios recalcitrantes na política da miséria administrada.

Sangria através dos juros

Essa linha de abdicação ao desenvolvimento, cumprindo critérios estabelecidos por banqueiros estrangeiros, havia sido contrabandeada para dentro da Constituição de 1988, através da inserção, por meio de fraude, do dispositivo que excetuou o “serviço da dívida” de restrições a que estão sujeitas outras despesas orçamentárias. (I)

Combinada com a desarrazoada política de juros elevados a pretexto de conter a inflação, essa norma constitucional espúria acarreta efeitos depressivos sobre a economia brasileira, de cujo impacto se

pode formar ideia considerando os dispêndios desde então realizados pela União a título do serviço das dívidas interna e externa.

Dados oficiais mostram ter a União Federal despendido, de 1988 a 2007, R\$ 4,5 trilhões (valor atualizado a preços de 2007) por juros, encargos e amortizações, não contadas as referentes a rolagem de dívidas. (II)

Comparando-se as cifras de 1986 com a média anual de 1989/1990 constata-se o enorme o salto das despesas com o serviço da dívida após a Constituição. Elas se elevaram, a preços de 2005, de R\$ 50,5 bilhões para R\$ 564,1 bilhões, ou seja, mais que decuplicaram.

Dados elaborados pelo IPEA referentes à dívida externa registrada, inclusive do setor privado, mostram ter ela ascendido de US\$ 43,5 bilhões em 1978 a US\$ 195,6 bilhões em 2002, aumentando, pois, US\$ 152,1 bilhões. Nesses 24 anos o Brasil pagou US\$ 156,4 bilhões a mais por juros e amortizações que a cifra dos desembolsos de créditos. O desgaste soma, assim, só nesse período, US\$ 308,5 bilhões, quantia que atualizada em dólares de 2007, corresponde a US\$ 2,2 trilhões.

A quase totalidade do endividamento corresponde a juros capitalizados, taxas e comissões nas rolagens e reestruturações de dívidas, sem praticamente novos financiamentos à infraestrutura ou à produção. Cabe considerar ademais daquela cifra astronômica os ganhos cessantes, i.e., os que deixaram de ocorrer em razão de não ter havido o investimento dos recursos perdidos com o serviço injustificado da dívida.

Origem da dívida

A dívida externa proveio do financiamento dos déficits de transações correntes com o exterior, os quais, por sua vez, decorre da estrutura industrial e econômica dependente. Esta já condenara o Brasil a pesadíssimo serviço da dívida ao longo do Império e da República Velha (até 1930). A partir de setembro de 1954 criaram-se novamente condições para a deterioração estrutural, ao se subsidiar, de modo cada vez mais intenso os investimentos diretos estrangeiros.

O modelo assim construído sob dependência financeira e tecnológica acarretou sucessivas crises de balanço de pagamentos, em função das transferências de recursos para o exterior. Em 2008, a remessa oficial de lucros, somente a ponta do iceberg, deverá ascender, segundo o Banco Central, a US\$ 33 bilhões. Essas remessas somaram US\$ 27,5 bilhões de janeiro a setembro, mais que as do ano de 2007 todo (US\$ 22,4 bilhões).

O grosso das transferências procede da fixação dos preços de exportações e importações (*transfer-pricing*) e de despesas por serviços pagos às matrizes das transnacionais. As subsidiárias transferem juros, pagamentos por serviços superfaturados e até fictícios, a diversos títulos, como assistência técnica, uso de marcas, tecnologia, comissões de comercialização e de agentes, fretes, seguros etc.

Os déficits externos foram agravados, nos anos 70, por dois choques nos preços do petróleo, em 1973/74 e 1979, comandados pelo cartel anglo-americano das finanças e do petróleo. (III)

Quando dos pretensos milagres econômicos (1955-1960 e 1968-1977), a dívida pública cresceu, em parte, em função do financiamento de infraestrutura e insumos básicos em pacotes fechados, sob desnecessária dependência financeira e tecnológica, gerando importações inadequadas e excessivamente caras de bens de capital e insumos. (IV)

Desde 1977/1978 o endividamento externo destinou-se a rolar dívidas anteriores. Do esgotamento da capacidade de endividar-se no exterior surgiu a dívida interna, em elevação exponencial a partir de 1980. Do montante atual desta, R\$ 1,3 trilhão, cerca de 90% procedem da capitalização de juros, não

obstante terem as despesas de juros e amortizações ultrapassado um trilhão de reais de 2000 ao presente.

A decisão do Federal Reserve dos EUA, de elevar os juros nos EUA para acima de 20% aa., em agosto de 1979, agudizou a crise externa brasileira. Apesar de os investimentos públicos minguarem, a dívida externa registrada mais que dobrou de 1977 a 1982, de US\$ 32 bilhões para US\$ 70 bilhões. De 1982 a 1987, na “década perdida”, essa dívida cresceu mais 53%, atingindo US\$ 107,5 bilhões.

De 1987 a 1991, caiu para US\$ 93 bilhões, devido ao quantum brutal das amortizações após a promulgação da Constituição de 1988, ademais de ter a União assumido dívidas privadas por imposição dos bancos estrangeiros. O resultado de tudo isso foi o brutal declínio, depois dos anos 1980, da taxa de investimentos fixos em relação ao PIB no Brasil.

PERÍODOS CRESCIMENTO DO PIB

Os investimentos públicos, e notadamente os do governo federal, tornaram-se insignificantes. Em 2007 estes totalizaram R\$ 10 bilhões, o que equivale a 4,2% do gasto no serviço da dívida (R\$ 240 bilhões).

Alavanca para pressões

As lições da História são claras ao mostrar que somente países enfraquecidos econômica e militarmente sofrem intervenções políticas ou armadas. No Brasil o modelo econômico e os consequentes vieses políticos inviabilizaram investimentos destinados a ocupar espaços amazônicos.

Os propugnadores da intervenção nos negócios de países sem poder de dissuasão invocam, em apoio a suas metas geopolíticas, causas simpáticas à opinião pública, tais como proteção ao meio-ambiente, direitos dos indígenas, democracia, direitos humanos, autodeterminação, igualdade racial, defesa de minorias etc. Omitem, como é claro, os desígnios de controlar imensas terras dotadas de água, insolação, biodiversidade, madeiras, minerais preciosos e estratégicos.

O favorecimento, a partir do golpe de 1964, ao capital externo culminou em ter este controlado a economia do País, cuja política econômica se subordinou ainda mais a interesses estrangeiros após a inadimplência na dívida externa em 1982 e as subsequentes reestruturações ditadas pelos bancos credores. A consequência foi a deterioração socioeconômica, tendo “remédios” do gênero das privatizações agravado ainda mais os males.

Data justamente de 1983 a declaração da então primeira-ministra britânica: “Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas, que vendam suas riquezas, seus territórios.”.

Esteve subjacente nas “renegociações da dívida” o pressuposto aceito por governantes brasileiros de não admitir ruptura com a “comunidade financeira internacional”, como se essa expressão fosse mais que um eufemismo denotativo da oligarquia do poder mundial. Recusar alguma imposição dessa oligarquia é considerado sacrilégio contra a globalização, ideologia totalitária intensamente fomentada pela mídia e por outros meios formadores de opinião, inclusive acadêmicos.

Os subsídios em favor de transnacionais da indústria, acoplados à restrição ao crédito, elevados juros e encolhimento de mercado - pesando sobre o capital nacional – acentuaram o controle dos oligopólios comandados do exterior sobre o mercado interno e o comércio exterior.

Precisamente isso havia resultado nas crises de balanço de pagamentos que culminaram com o desenlace da dívida externa, e este, por sua vez, facilitou manipular a dívida para retirar dos brasileiros

o pouco que lhes restava de poder decisório sobre a economia nacional. A radicalização desse processo foi feita por meio das privatizações. (V)

Vendas de terras

As condições econômicas e sociais deterioraram-se em função do colossal serviço das dívidas, da concentração econômica e da prática de taxas de juros abusivamente elevadas. A indústria sofreu grau extremo de desnacionalização. A indústria da defesa, em expansão nos anos 70, foi forçada a regredir. A EMBRAER e outras estatais foram desnacionalizadas.

Elas foram alienadas, sem que os adquirentes ou seus prepostos (laranjas) despendessem senão somas irrisórias, ademais compensadas por subsídios e benesses fiscais exuberantemente prodigalizadas. Perdeu assim o País o controle sobre empresas estratégicas, dotadas de imensos patrimônios e de apreciável tecnologia, como as dos sistemas elétrico, siderúrgico (aços planos e especiais) e de telecomunicações. A Vale do Rio Doce deveria ser decisiva para o desenvolvimento da Amazônia, mas, sob direção voltada para o lucro acionário, segue como instrumento de extração e exportação desenfreada de recursos minerais.

A desnacionalização foi exponenciada ao terem sido alijadas do mercado centenas de pequenas e médias empresas fornecedoras de produtos, insumos e serviços às estatais. Isso porque os cartéis passaram a fazer as encomendas, sem concorrência, a firmas coligadas do exterior.

Alienaram-se, ademais, o BANESPA e o BANERJ, dois dos maiores bancos estaduais do mundo, sem falar na desnacionalização de grandes bancos privados, para o que União gastou mais de R\$ 100 bilhões. Em parte desnacionalizou-se também o petróleo, pela Lei nº 9.478/1997, a qual facilita às transnacionais se apropriarem de jazidas descobertas pela Petrobrás, de resto, em parte, também desnacionalizada. (VI)

A economia marcha em direção à especialização em bens intensivos de recursos naturais (primarização), voltada para as exportações, o que acentua a síndrome colonial, por exemplo, com o agronegócio, controlado por tradings estrangeiras. O grosso dos investimentos fixos vem da Petrobrás e de ex-estatais, como as siderúrgicas e da colossal Vale Rio do Doce, em boa parte, dependentes da demanda mundial.

Tendo-se intensificado a desnacionalização dos espaços pluridimensionais da indústria e dos serviços e do espaço imaterial do poder, centrado na finança, não foi difícil aos concentradores estrangeiros penetrar no espaço bidimensional das terras, inclusive na Amazônia.

A razia que já devastava pequenas e médias empresas, autônomos e assalariados, ganhou impulso com as “reformas” empurradas goela abaixo do Congresso a instâncias de instituições como o Diálogo Interamericano, o FMI e o Banco Mundial. Notadamente, em 1995, com a “reforma” do Capítulo Econômico da Constituição. Suprimiu-se a distinção dos arts. 170, IX, e 171, entre empresa de capital nacional e de capital estrangeiro, passando a definir-se como nacional qualquer empresa registrada no País.

Considera-se, assim, inaplicável a pessoas jurídicas estrangeiras a Lei nº 5.709 de 1971. Segundo parecer do advogado-geral da União, não subsiste a necessidade, prevista na citada Lei, de autorização para empresas estrangeiras com sede no Brasil comprarem imóveis rurais.

Em 19.03.2006, The Sunday Times, de Londres, publicou reportagem do jornalista Maurice Chittenden, intitulada "É minha floresta, agora. Sem mais exploração de madeira", reproduzida em O Estado de S. Paulo de 21.03.2006: "Ricos criam o colonialismo verde". A matéria informa da compra

por milionários britânicos de extensas terras em países do Terceiro Mundo, para "impedir que as árvores sejam cortadas".

Avaliava o repórter ser essa uma abordagem nova do movimento conservacionista internacional, que tradicionalmente usa agências públicas e privadas e ONGs para levar governos de países em desenvolvimento a reservar terras públicas a parques nacionais e reservas naturais. Na verdade, aquela abordagem complementa a mais antiga.

Em 1º de outubro de 2006, o então ministro do Meio Ambiente britânico, David Miliband, discursando na 2ª Reunião Ministerial do Diálogo de Gleneagles sobre Mudanças Climáticas, em Monterrey, referiu-se, conforme o Daily Telegraph, de 01.10.2006, a um plano, considerado pelo gabinete do primeiro-ministro Tony Blair, para promover a "privatização completa da Amazônia".

Pretexto: formar vasta área "protegida", a ser confiada à administração de uma comissão internacional, a fim de evitar emissões de gases de efeito estufa provocadas pelo desmatamento da floresta equatorial. A fala de Miliband repercutiu na imprensa brasileira, tendo depois o governo britânico negado ter tais planos. (VII) Como mostro adiante, o pretexto, de tão falto de sentido, lembra os usados pelo lobo, na fábula, ao anunciar a intenção de devorar o cordeiro.

Pouco depois da manifestação do ministro britânico, a mídia noticiou declaração de Johan Eliasch, segundo a qual US\$ 50 bilhões seriam suficientes para comprar toda a Amazônia. Trata-se de milionário sueco, executivo-chefe da empresa de equipamentos esportivos Head e copresidente da ONG Cool Earth, uma das mais atuantes na Amazônia. Ele teria, em 2005, adquirido 160 mil hectares de florestas na Região Norte do Brasil, por R\$ 30 milhões, e sugerido a milionários e a companhias de seguros fazer investimentos semelhantes.

Ligado a altos círculos do Establishment político do Reino Unido, Eliasch é vice-tesoureiro do Partido Conservador e assessor de William Hague, o "chanceler-sombra", além de dirigente do Centre for Social Justice, um dos principais *think-tanks* conservadores britânicos.

Se considerarmos o preço pago por Eliasch, cerca de US\$ 93,75 por hectare, seria viável comprar 400 milhões de hectares, i.e., quase metade do território nacional, por US\$ 37,5 bilhões. Essa quantia não chega sequer a 0,4% dos ativos financeiros em vias de ser apagados dos discos rígidos do sistema (US\$ 100 trilhões), e 0,06% do estoque de derivativos ali contabilizados (mais de US\$ 600 trilhões).

Os *insiders*, de há muito, sabem da hiperinflação que se está formando, e vêm, em consequência, empregando frações desprezíveis das astronômicas cifras que manejam para comprar muitas das melhores terras do mundo, no Pampa argentino e no centro-sul do Brasil.

A riqueza da Amazônia é incomensurável e deveria enquadrar-se no conceito jurídico de bem fora-do-comércio. Entretanto, em conformidade com as "leis do mercado" e com a Constituição, mutilada pela supressão de seu Capítulo da Ordem Econômica, grandes extensões amazônicas podem ser adquiridas por estrangeiros, por quantias ridículas em moedas em vias de derretimento.

Matéria do jornalista Vasconcelo Quadros, no JB de 28.09.2007, informa não ter o governo controle sobre quem são os estrangeiros proprietários, nem quantos milhões de hectares de terras lhes pertencem. Há notícias de que eles estão investindo pesado na compra de terras no Oeste da Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará e São Paulo. Eis excertos da notícia:

"Faltam dados precisos ao cadastro do INCRA, porque os estrangeiros não são obrigados a identificar sua nacionalidade. Entre os capitalistas internacionais atuantes na compra de terras estão empresas ligadas à Fundação Soros, Microsoft, Google, as suecas Precius Woods e Stora Enso e até seitas

religiosas, como a Igreja Unificada, do reverendo Monn Sun Myung, já dona de extensas áreas em Mato Grosso do Sul. Moon estaria adquirindo mais terras no Centro-Oeste e Amazônia. Também chamam atenção os grandes investimentos em terras e gado de Daniel Dantas, do Opportunity, cujo estoque teria alcançado mais de 100 mil hectares na região de Marabá, no Sul do Pará.”

“O presidente do INCRA, Rolf Hackbart, teria proposto estabelecer limites por questão de soberania nacional, não de xenofobia. Teria lembrado a intensificação da compra de terras por grupos estrangeiros em função do plantio, em grande escala, da cana de açúcar, mas também do apelo ecológico propagado por ONGs internacionais, a pretexto de proteger a região. Uma delas, hospedada no site Cool Earth, vem, há tempos, disponibilizando áreas pela internet. Outras divulgam ofertas pela internet ou publicam anúncios em jornais brasileiros.”

“O registro do INCRA é modesto diante da realidade e da explosão do mercado. Até julho de 2007, 31.194 imóveis estavam em nome de pessoas físicas estrangeiras e outros 2.039 em nome de empresas. Segundo Hackbart, o número de proprietários deve ser bem maior, em decorrência da falta de definição de empresa estrangeira e do limite que ela deve ter na aquisição de terras nacionais.”
“Basta abrir um escritório ou estar associado a um brasileiro, que pode comprar o que quiser de terras. É isso que precisamos consertar...”

MEIO-AMBIENTE

Desmatamento

A compra de terras não é o único meio de os concentradores financeiros mundiais se apropriarem da Amazônia e, assim, explorar a flora, a fauna e os recursos minerais da região. A isso se agregam as concessões de florestas possibilitadas pela Lei nº 11.284, de 02.03.2006. Há mais tempo vem-se estendendo e aprofundando a presença estrangeira unidades de preservação, as quais já ocupam cerca de meio milhão de quilômetros quadrados do território nacional. Antes de tratar desses temas, convém desfazer equívocos sobre a questão ecológica.

1º, especialistas põem em dúvida a realidade do aquecimento global. Esclarecem que as alterações no clima são determinadas por fatores independentes de ações humanas. Durante a Conferência sobre Mudanças Climáticas em Bali, 2007, cem destacados cientistas de 19 países divulgaram carta ao secretário-geral da ONU e aos Chefes de Estado, na qual afirmam que deveriam ser abandonadas as “fúteis tentativas de combater as mudanças climáticas.” Essa mensagem, desagradável para os lobbies ambientalistas, não despertou o interesse da mídia.

2º, conforme o Dr. William Gray, professor emérito da Universidade do Colorado, autoridade mundial em ciclones tropicais e autor de precisas previsões sobre furacões, o ciclo natural de variação da temperatura do mar, associada à quantidade de sal nas águas, é o responsável pelo aquecimento. Ele qualificou de ridícula a teoria que ajudou Al Gore a ganhar o Prêmio Nobel da Paz: “ela é produto de gente que não sabe como a atmosfera funciona.” Aduziu: “estão fazendo lavagem cerebral na juventude.” E: “Incomoda-me que meus colegas cientistas não levantem suas vozes contra algo que sabem estar errado, mas também sabem que não conseguiriam financiamentos para pesquisas se dissessem o que pensam ...” Faltou dizer que Gore é um político ligado, de longa data, à indústria do petróleo anglo-americana.

3º, o eminente professor Luiz Carlos Molion, de São Paulo, sustenta que a temperatura do Planeta não está subindo e que a ação do homem, com a emissão crescente de gás carbônico (CO₂) e outros poluentes, não tem relação com as variações térmicas. (IX)

4º, isso não quer dizer não serem nocivas à saúde as emissões de CO₂ e de outros gases altamente tóxicos. O grosso delas decorre das indústrias do carvão e do petróleo e seus derivados, das indústrias químicas e metalúrgicas. Os plásticos, derivados do petróleo, causam gravíssima poluição nos oceanos, e os fertilizantes químicos e petroquímicos levam à esterilização dos solos. As sementes transgênicas constituem a maior ameaça direta à vida no Planeta.

5º, fica claro, portanto, que o pretense desmatamento da Amazônia nada tem que ver com qualquer dessas terríveis fontes de deterioração do Planeta. Ademais, é falsa a ideia de que a floresta amazônica intacta contribua para o equilíbrio ecológico. Este depende dos oceanos, que, de resto, estão sendo contaminados por aquelas indústrias poluidoras, as mesmas que financiam fundações e ONGs ambientalistas.

6º, além de o desmatamento não ter relação com os flagelos apontados, são as plantas em crescimento que sequestram o óxido de carbono da atmosfera, por meio da fotossíntese. Ora, para que as plantas cresçam, há que abater árvores, muitas naturalmente substituídas por seus filhotes. O importante para realizar a captação do carbono é o plantio de novas árvores e o consequente crescimento de suas folhas.

Energia renovável e ambiente

O cultivo de plantas para produzir energia renovável, principalmente o dendê, na Amazônia, combinaria as vantagens ecológicas do sequestro de carbono com a substituição dos derivados de petróleo e carvão, causadores de emissões de gases venenosos. As duas coisas resultam em melhora, de enormes proporções, para o meio-ambiente.

No quadro de pequenas e médias unidades produtivas, em cooperativas, com lavouras alimentares entremeadas com as árvores ou em áreas próprias, e utilizando subprodutos das plantas energéticas como alimento para animais e adubo, garantir-se-ia o assentamento, em de milhões de brasileiros na região em condições de prosperidade.

O dendê dá 6.000 litros de óleo por hectare/ano, i.e., quinze vezes mais que a soja. Seu cultivo faria economizar grande parte das terras do País ocupadas na pecuária extensiva (mais de três vezes o total das lavouras) e faria reduzir a área plantada com soja, que usa 43% das terras empregadas na agricultura.

Em síntese, a proposta ensejaria: a) substanciais benefícios econômicos, sociais e ambientais; b) transformar a Amazônia na principal região do Mundo em energia renovável; c) elevar a produção agropecuária do País; d) reflorestar áreas usadas na pecuária extensiva e na produção de soja.

Para produzir óleo em quantidade suficiente para substituir todo o atual consumo do País de óleo diesel, bastariam 7,5 milhões de hectares, num total de 10 milhões de ha., levando em conta as produções agropecuárias associadas. Tornar-se-ia disponível para reflorestamento área bem maior, resultando, portanto, redução líquida na ocupação de terras graças à liberação de áreas de soja e de pecuária extensiva.

Lei de Florestas. Concessões

A Lei nº 11.284, de 02.03.2006, considerada por observadores a 'lei de privatização' da Amazônia, permite licitar concessões por 40 anos, prorrogáveis por outro tanto, para a exploração de florestas públicas num espaço de 40% do território brasileiro.

A Lei não estabelece limite de extensão das áreas a serem concedidas, nem restringe a habilitação de estrangeiros. Essa restrição seria, de resto, inconstitucional até que se restabeleça na CF a distinção entre empresas de capital estrangeiro e de capital nacional.

Quem pagar mais terá direito a explorar a floresta de acordo com o plano de manejo anualmente aprovado, não havendo dúvida de que o Banco Mundial velará para que grandes grupos internacionais sejam bem atendidos nos editais referentes às áreas oferecidas.

Na realidade, está-se discriminando contra a sociedade nacional, uma vez que são totalmente díspares as condições de acesso aos mercados e às concorrências públicas das transnacionais e de produtores brasileiros médios e pequenos. Essa é a experiência verificada na indústria, no comércio e nos serviços, inclusive financeiros, e em curso no agronegócio.

As empresas mundiais praticamente não precisam investir senão quantias ínfimas de seus recursos para apropriar-se, de modo cada vez mais exclusivo, dos meios de produção existentes no Brasil. Além de seu poder financeiro e de lhes serem propiciadas as regalias de dominar o mercado interno e o comércio exterior do País, elas são beneficiadas com desmedidos subsídios pelos poderes públicos nos três níveis da Federação.

Nesse quadro, os mercados de alguma importância ficam dominados por transnacionais, seja sós, seja junto com pequeno e declinante número de empresas nacionais de grande porte. Em todo o Mundo, as pequenas e médias empresas são o suporte essencial das economias que mostram dinamismo e sustentam o equilíbrio social. Ora, no Brasil esse segmento vem encolhendo e sendo relegado a atividades de menor produtividade.

Claro que na atividade florestal, além de poder fornecer garantias para obter as concessões, as firmas mundiais gozarão das vantagens dadas à exportação e importação de bens e serviços e às movimentações financeiras relacionadas com a mineração, o agronegócio etc.

Sob o modelo pró-concentração econômica, que agora se estende às florestas, não há, portanto, como dinamizar a economia brasileira e realizar seu desenvolvimento com as necessárias interações entre produtores e consumidores e entre os níveis da produção: primário, industrial, tecnológico, de serviços e financeiro.

Se grandes grupos mundiais já determinam o curso das políticas públicas do Brasil antes de se terem implantado em grande escala em atividades de exploração florestal, que situação se pode imaginar para após 80 anos de posse sobre as áreas a lhes ser outorgadas?

O artigo 11 da Lei 11.284 determina que o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) considerará: III - a exclusão das unidades de conservação de proteção integral, das reservas de desenvolvimento sustentável, das reservas extrativistas, das reservas de fauna e das áreas de relevante interesse ecológico; IV - a exclusão das terras indígenas, das áreas ocupadas por comunidades locais e das áreas de interesse para a criação de unidades de conservação de proteção integral.

Em suma, praticamente todas as terras vão sendo postas fora do alcance da sociedade brasileira, condenada assim a viver sem terras, embora seja a do país com o maior território no Mundo de terras aproveitáveis.

A Lei das Florestas prevê, no art. 67, a autonomia de um órgão gestor, a saber, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), financiado por taxas pagas pelos concessionários da floresta.

Aponta Adherbal Meira Mattos, professor titular de direito internacional da Universidade Federal do Pará, que a Lei 11.284, de 2006, a de Florestas, fere os artigos 49 (competência do Congresso Nacional)

e 91 (competência do Conselho de Defesa Nacional) da Constituição Federal, além da Lei nº 6938/81 (SISNAMA) e da Lei nº 9985/00 (SNUC). Aduz que a gestão ali contemplada pode caber a representantes de organismos não nomeados, através de convênios com terceiros ignorados.

Acrescenta Meira Mattos que os critérios para as licitações tendem a afastar empresas nacionais e regionais, o que concentrará a comercialização de produtos florestais nas mãos de grandes corporações financeiras internacionais, virtualmente privatizando as florestas e as próprias funções do Estado.

O Instituto dos Advogados Brasileiros repudiou, por unanimidade, o projeto daquela Lei, nos seguintes termos: “Projeto de Lei que pretende a criação de Órgão para Gestão dos Recursos Florestais Públicos mediante cessão de uso e direitos. Direito de exploração comercial por terceiros através de licitação. Flagrante inconstitucionalidade. Transferência de função exclusiva do Congresso Nacional e do Conselho de Defesa Nacional a Órgão do Poder Executivo atípico, dotado de autonomia administrativa e financeira que não se sujeitaria a qualquer controle da sociedade. Riscos evidentes à Soberania Nacional em zonas isoladas do território nacional onde o ingresso de órgãos fiscalizadores dependeria de autorização prévia do órgão cuja criação se propõe. Afronta aos princípios participativos do SISNAMA, limitações inconstitucionais à fiscalização de condições de trabalho, afronta aos incisos XVI e XVII do Artigo 49, inciso III do Artigo 91 além de tantos outros princípios constitucionais e infraconstitucionais. Projeto que merece pronta rejeição”.

Unidades de conservação

Em visita à Inglaterra, o então presidente F. Cardoso teria, conforme noticiado, prometido ao príncipe Philip destinar 10% do território brasileiro a unidades de conservação ambiental. A oligarquia inglesa é líder na concentração de riquezas naturais nos cinco continentes, e a família real britânica tem estado à frente de iniciativas e pressões para fazer governantes brasileiros cederem áreas da Amazônia.

Em 1999, em seminário de ONGs ambientalistas em Macapá (AP), foram previstos 50 milhões de hectares de florestas da Amazônia a ser “conservados”. Em março de 2000, o GEF (Global Environment Facility), fundo gerido pelo Banco Mundial, aprovou a primeira fase de projeto conservacionista, com duração programada para quatro anos e a alocação de 18 milhões de hectares a novas unidades de conservação na Amazônia Legal, bem como a instituição de fundo para financiar o custeio das “novas áreas protegidas”.

Em agosto de 2002, foi assinado o decreto que criou o maior parque de florestas tropicais do mundo, o Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque, com 3,9 milhões de hectares, no Amapá, abrangendo a faixa de fronteira com a Guiana Francesa.

O Brasil foi assim oficialmente engajado ao projeto do Banco Mundial e do World Wildlife Fund (WWF), gestado desde 1998, patrocinado pela Alliance for Forest Conservation and Sustainable Use, uma parceria entre o Banco Mundial e o WWF, instituição ligada à família real britânica.

Surgiu então o projeto “Amazonian Regional Protected Areas” (ARPA), com o objetivo de manter conservados mais de 40% da Amazônia, ao custo estimado de 395 milhões de dólares em dez anos. O ARPA visa implantar e consolidar, nesse prazo, as 14 reservas ambientais já criadas, 10 em fase de implantação e outras a ser criadas.

Os dólares captados para o projeto ARPA pelo Banco Mundial, pelo WWF e pelo KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau), o Banco de Reconstrução, da Alemanha, têm contrapartida do governo federal do Brasil, também em dólares, a ser congelados no ARPA. O governo deixa o País à míngua de

investimentos da União, sacrifica o próprio custeio, e inexplicavelmente obriga-se a co-financiar projetos segregacionistas que tornam indisponíveis aos brasileiros imensas porções do território nacional. (X)

O ARPA, junto com a Mata Atlântica, é objeto do “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre cooperação financeira para a execução de projetos na área de preservação das florestas tropicais”, promulgado pelo Decreto nº 5.160 de 28.07.2004.

Esse acordo estabelece que a Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ) desempenhará as funções de consultora independente em relação à aplicação dos recursos providos pelo KfW.(XI)

O ARPA recebe dinheiros de numerosas Fundações. Entre elas, a Gordon and Betty Moore Foundation, sediada em São Francisco, California, que lhe fez, em 2002, duas doações totalizando US\$ 18 milhões, e mais uma, de US\$ 7,168.00 em 2007. As doações da Fundação Moore a projetos na Amazônia brasileira somam US\$ 96,6 milhões, de 2002 a agosto de 2008. As unidades de conservação patrocinadas por essa Fundação no Estado do Amazonas chegam a 4 milhões de hectares.

O WWF é, de longe, o maior donatário da Fundação Moore. Outros, com somas vultosas, são a Fundação Djalma Batista, do Amazonas, o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia e o Instituto Internacional de Educação do Brasil. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica recebeu doação de US\$ 2,136 milhões, para elaboração de estratégias. Há, ainda, doação de US\$ 251,5 mil à Universidade Federal do Acre – projeto Bioma, que, embora pequena, é sugestiva quanto à influência da pecúnia forânea numa universidade de diminuto Estado brasileiro. (XII)

A conexão entre as potências hegemônicas e “autoridades” brasileiras faz-se por meio de n fundações, ONGs etc. Essa dependência de recursos externos contamina órgãos oficiais. Segundo informe do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), já em 2000, 51% do orçamento Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal eram provenientes de “doações” internacionais, cerca de R\$ 520 milhões

Reservas indígenas

Tal como as áreas de preservação, as reservas indígenas seguem em grande expansão. Somente a reserva dita ianomâmi, demarcada em faixa contínua, por decreto de 1991, mede 94 mil km², para só 4.000 a 5.000 índios, de quatro grupos étnicos para ali importados, por vezes, hostis entre si. A demarcação foi a culminação de vergonhosas capitulações a pressões das potências.

A área da reserva Serra Raposa do Sol mede 17 mil km². Somada à ianomâmi são 111 mil km² (11,1 milhões de hectares), e há mais reservas colossais por toda a Amazônia, como a do rio Javari, com mais de 8 milhões de hectares para 3.600 índios.

No total, as reservas indígenas já ocupam quase 1,1 milhão de quilômetros quadrados, i.e., 110 milhões de hectares, cerca de 13 % do território nacional, para abrigar pouco mais de 400 mil indígenas. Toda a Região Sudeste, a mais populosa do País, com mais de 75 milhões de habitantes, não chega a 928 mil quilômetros quadrados.

Em abril de 2005, a portaria 534/05 do Ministério da Justiça, contra pareceres da Justiça Federal e da Estadual, do Senado, da Câmara de Deputados e da ABIN, mandou demarcar, em faixa contínua, a reserva Raposa Serra do Sol, pendente de decisão no STF. Ali há menos de 20.000 índios, contando mestiços e aculturados. O CIR [Conselho Indigenista de Roraima, vinculado ao CIMI, (XIII) representa

20% dos índios, entre os quais há aldeias inteiras trazidas da Guiana pelo falso padre Giorgio Dal Bene em conluio com funcionário da FUNAI. (XIV)

A característica comum com a área ianomâmi é a dotação inusitadamente rica em ouro e diamantes e em minerais estratégicos para a indústria e o poder bélico, como nióbio, tântalo, berílio, terras raras, titânio e zircônio. (XV)

A integridade da Nação exige que sejam anuladas as demarcações em faixa contínua. Além disso, a prevalência dessas demarcações pisotearia os direitos dos “não-índios”, que estão sendo alvos de operação de limpeza étnica, do tipo que as potências hegemônicas têm promovido nos Bálcãs. Há na Raposa Serra do Sol mais de 450 famílias “não-indígenas”, de há muito ali assentadas. Expulsá-las é atuar conforme antigo conceito racista, um vírus em proliferação nas mentes locais globalizadas, ao introjetar valores imperiais como sujeito passivo destes.

As potências hegemônicas, ávidas de tornar absoluto seu controle sobre populações ditas indígenas, por meio de fundações, ONGs, conselhos de igrejas e outras entidades, insistem em erradicar todos os que se possam integrar à sociedade brasileira, qualificando-os de não-índios.

Que quer dizer “não-índio”? Se for uma questão de etnia, admitir a distinção atenta contra a Constituição, cujo art. 3º proscree esse tipo de discriminação: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Lembre-se também o art. 5º, que garante o direito à igualdade de tratamento e define, em seu inciso XLII, a prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão. Um indivíduo pode ser geneticamente 100% “indígena” e não desejar viver segregado pela fronteira da demarcação. Na Raposa, a maioria dos não-enquadrados pelas entidades estrangeiras prefere fazer parte da comunidade local e nacional. Eles têm o direito de escolher seu modo de vida, e seus direitos não estão sendo respeitados.

Desde as revoluções norte-americana e francesa, da 2ª metade do Século XVIII, pertencer a uma nação não é estar vinculado à soberania de “direito divino” dos monarcas. Passou a decorrer de um ato de vontade por parte de quem se constitui cidadão de uma sociedade. Como assinalou Ernest Renan, não é a raça, nem a língua, nem a origem cultural, que determina a nacionalidade, mas, sim, o desejo de viver em comunidade sob valores coletivamente respeitados.

Os direitos dos silvícolas que assim querem permanecer podem ser assegurados sem a atribuição a eles de mega latifúndios. Não há isso nos EUA. Além de as reservas serem lá de dimensões modestas, os territórios não são ricos em minérios. Ademais, os “pregadores” dos direitos dos indígenas, têm histórico nacional tachado pela dizimação de tribos locais.

É inaceitável o critério étnico para amputar do território pátrio enormes áreas, riquíssimas em minérios estratégicos e preciosos. As demarcações em faixa contínua convergem com a Declaração dos Direitos Indígenas, aprovada pela Assembleia-Geral da ONU, sobre a autodeterminação de comunidades indígenas, para propiciar que tribos troquem a tutela disfarçada pela tutela declarada das potências hegemônicas.

A declaração é incompatível com o direito de países soberanos a conservar a integridade de seu território. Editorial da Folha de São Paulo, de 30.08.2008 assinala: “O acervo constitucional brasileiro não abriga o conceito de “povos” nem de “nações” indígenas. A lei fundamental admite apenas uma nação, um território e uma população, a brasileira.”

Aponta o editor: “Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia ... perceberam a esparrela e não assinaram a declaração da ONU.” Mostra, ainda, outro ponto insustentável do documento da ONU: restringir ações militares em terras indígenas. “As áreas ocupadas por índios no Brasil são propriedade da União e, para fins de defesa nacional, estão sujeitas à presença permanente das Forças Armadas.” E: “Na [zona de] fronteira, definida como a faixa de 150 km até a divisa com outros países, a presença militar é obrigatória.”

Isso é disposto no art. 20, § 2º da CF. Na prática, o controle das Forças Armadas está sendo usurpado pelos que comandam líderes indígenas, por meio de cooptação e corrupção.

Incoerentemente, o editor da Folha entende ser constitucional o decreto presidencial que homologou a terra indígena Raposa/Serra do Sol. Se condena a adesão do Brasil à Declaração, deveria repudiar também o decreto, provavelmente ainda mais danoso.

Com efeito, caso mantido pelo STF, o decreto assegura, no terreno, a exclusão dos brasileiros de todas as raças e oriundos de todas as miscigenações, acarretando a expulsão dos “não-índios” e a dos índios que não querem ser excluídos da comunidade brasileira. Recorde-se que a Polícia Federal fora mobilizada para essa expulsão, agora sub judice.

A situação no terreno é determinante, pois o direito não costuma prevalecer sem a capacidade, inclusive militar, de o fazer respeitar. O essencial, no momento, para as potências hegemônicas é garantir que saiam das áreas demarcadas os brasileiros não engajados a seu serviço direto ou por ONGs e entidades religiosas interpostas.

Com ou sem o voto do Brasil a favor da Declaração, as potências hegemônicas já obtiveram tantas capitulações de governos do País e já o fizeram enfraquecer tanto, que, para desencadear o processo de “independência” de pretensas nações indígenas, só falta a demarcação em faixa contínua.

Essas potências levaram o governo a criar o PPTAL, na FUNAI/Ministério da Justiça – Projeto Integrado de Proteção das Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal. Conforme assinalou Rui Nogueira, a própria FUNAI divulgou, em cartaz, os gestores, controladores e financiadores do projeto para toda a Amazônia legal, i.e., metade do território nacional: KfW (Banco de Reconstrução, da Alemanha), Banco Mundial, Ministério Federal de Educação e Pesquisa da Alemanha, PNUD e GTZ. (XVI)

A GTZ, a empresa de cooperação técnica da Alemanha, vinculada ao Ministério da Cooperação desse país é quem determina a demarcação de reservas indígenas. (XVII)

CONCLUSÃO

Data de longe e intensifica-se a reserva, na Amazônia, de espaços subtraídos ao território acessível aos brasileiros. Os métodos usados para isso são convergentes: 1) a livre aquisição de terras por estrangeiros; 2) as concessões da Lei de Florestas; 3) as unidades de conservação, sob orientação e cooperação técnica e financeira de entidades estrangeiras; 4) o estabelecimento de reservas indígenas, sob os mesmos princípios.

Tornou-se comum, na direção de agências e outros órgãos reguladores, a nomeação de pessoas ligadas aos grupos privados interessados. O Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA, FUNAI e outros órgãos têm introjetado ideologias que absolutizam o meio-ambiente e os direitos indígenas, menosprezando os demais interesses da sociedade brasileira.

Ademais da intensa propaganda, da cooptação de formadores de opinião e do viés da mídia, o establishment oligárquico mundial aplica verbas em fundações, ONGs e entidades ambientalistas e indigenistas. Logrou, desse modo, inculcar na mente de muitos brasileiros a ideia de que não temos

competência para gerir e preservar a Amazônia, formando, em âmbito mundial, a concepção da Amazônia como “patrimônio da humanidade”, além da imagem dos países “desenvolvidos” como padrões de civilização.

Ilustrativo disso foi o comentário colaboracionista, à Folha de São Paulo (04.10.2006) por Tasso Azevedo, diretor do Serviço Florestal Brasileiro, sobre a insolente sugestão do ministro britânico Miliband, referida no item 4: “Os interessados em ajudar a proteger as florestas da região poderiam contribuir para o fundo do Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Até agora, apenas empresários brasileiros colaboraram com essa iniciativa. Recursos estrangeiros também seriam muito bem-vindos”.

A realidade é distorcida, ainda, pela mentalidade de desprezo para com nossa sociedade, um componente do complexo coletivo de inferioridade, exacerbado pela ideia de que o País é pobre, quando só o é na medida em que dirigentes seguem iludidos pelo canto de sireia do capital estrangeiro e manietando o desenvolvimento por meio da política econômica.

O exposto ao longo deste trabalho denota ser impulsionada por interesses oligárquicos situados nas potências hegemônicas a tendência à ocupação da Amazônia sem brasileiros, a não ser como contratados ou massa de manobra delas ou de instituições prepostas.

Isso não é de admirar, uma vez que os brasileiros, em todo o País, vêm sendo excluídos, pelo modelo e pela política econômica, de direitos constitucionais, como o direito ao trabalho, decentemente remunerado, à saúde e à educação e o de propriedade.

Só há um meio de livrar o Povo brasileiro de ficar banido de espaços capazes de assegurar-lhe sobrevivência digna. É reorganizar a sociedade e o Estado, de forma a viabilizar políticas como as realizadas por Lincoln nos EUA há 143 anos; no âmbito de esquemas como o delineado sobre energia renovável em 4.2, prover milhões de brasileiros da posse de glebas, na média de 40 hectares, sendo 2,5 hectares por produtor.

Os assentados habilitar-se-iam à propriedade após 15 anos de produção em alta e solo melhorado. Apoiados por investimentos públicos em hidrovias, ferrovias, transporte local, extensão rural e financiamento, 40 milhões de brasileiros estariam empregados em 100 milhões de hectares, 27% dos 370 milhões julgados aptos à agricultura pelo IBGE, sem tocar nos outros 480 milhões.

Resultariam, 120 milhões de empregos, contando os indiretos, o dobro do atual número de desempregados e subocupados.

A defesa da Amazônia não é viável sem mudança institucional profunda. Só um sistema político não governado pelo dinheiro concentrado pode realizar a indispensável autodeterminação nacional, que exige criar estruturas econômicas, políticas e culturais distintas das presentes.

Sem retomar o controle da economia e das finanças onde elas se encontram (São Paulo, Rio de Janeiro etc.), não haverá como manter a Amazônia brasileira. Ademais, o poder militar, indispensável para isso, só tem possibilidade de ser construído com a reconquista desse controle.

O colapso financeiro global

Data: 06/01/2009 - Autor: Adriano Benayon

1. Os concentradores financeiros “privados”, reais governantes das “democracias” e de suas dependências imperiais, usam o dinheiro como arma absoluta do poder. Maquiavel, o grande mestre da política, já verificara no Século XVI que o ouro e as armas são os meios de conquistar e exercer a autoridade política. Eles interagem: armas podem ser adquiridas com o ouro, que pode ser obtido através das armas.
2. A moeda só tem valor como dinheiro se a autoridade o determinar. Na época do sábio florentino, os príncipes dotados de poder, asseguravam-no mediante a cunhagem de peças de ouro e de outros metais, as quais constituíam a moeda de curso legal.
3. Mas havia também, nas grandes praças financeiras da Europa, e entre si, intensa circulação de letras de câmbio. As bolsas negociavam ações de companhias, e alguns bancos emitiam notas. A família comerciante dos Medici, de Florença, após virar banqueira, em pouco tempo tornou-se dinastia real, mostrando como a finança conduz ao poder supremo.
4. Financistas prudentes advertiam que os títulos não deveriam corresponder a mais que 3 ou 4 vezes a quantidade da moeda, mas a relação chegou a passar de 15 vezes, em algumas épocas, na Holanda e na Inglaterra.
5. A especulação é tão velha como o Mundo, mas não se deve pensar na finança apenas sob esse prisma: esta é necessária para complementar a moeda circulante, cuja escassez e pouca mobilidade emperram o comércio e os investimentos produtivos. Há que prover moeda e finança para o desenvolvimento da economia real.
6. Questão fundamental é esta: quem controla a emissão de numerário (meios de pagamento à vista) e a dos títulos de crédito. Os detentores desse poder têm nele a fonte de seu poder sobre a sociedade.
7. A eles se subordinam os presidentes e os primeiros-ministros das potências hegemônicas e os de seus associados menores e satélites. Assim, os Estados não estão sendo governados para o bem da sociedade. Ainda mais submissos são os pseudogovernantes dos países periferizados e explorados por meio do livre comércio, dos investimentos diretos estrangeiros e das demais instituições da globalização imperialista.
8. Os bancos centrais têm sido regidos pela oligarquia financeira, a raposa que controla galinheiros como o Banco da Inglaterra, há séculos, e o Federal Reserve (FED), nos EUA, desde sua criação em 1913.
9. Como disse, após a criação do FED, Louis McFadden, membro do Congresso dos EUA, depois assassinado: "Um sistema bancário mundial vem sendo preparado. Um superestado controlado pelos grandes banqueiros internacionais, agindo em conjunto para escravizar o mundo para o seu prazer. O banco central usurpou o governo."
10. Nos EUA quem emite e controla a moeda é o FED, feudo de um cartel de bancos privados. Não é o Tesouro. Kennedy autorizou-o a emitir papel-moeda, mas o decreto foi revogado por Lyndon Johnson, poucos dias após assumir a presidência em seguida ao assassinato de Kennedy. O Tesouro só emite títulos pagando juros.
11. Está, pois, claro quem emite e controla a moeda e o crédito e para favorecimento de quem. Os bancos, ademais das receitas com títulos públicos, auferem juros por meio de empréstimos a empresas e a pessoas físicas. O lançamento no mercado de títulos de empresas é outra fonte de ganhos. Esses títulos são objeto de vários tipos transações, como opções e swaps, e servem para criar

derivativos e títulos colateralizados. Até índices de preços de ações e taxas de câmbio são securitizados.

12. Além de receber taxas e comissões, os bancos buscam mais lucro investindo. Primeiro, com recursos do banco central a custo inferior aos juros auferidos pelos bancos. Segundo, emprestando múltiplos dos depósitos à vista livres do depósito compulsório no banco central. Terceiro, com as aplicações das empresas e de outros investidores.

13. Com tanto dinheiro, inclusive da coletividade, à sua disposição, os bancos, junto com os fundos, querem fazer render essa pecúnia. Ávidos de lucros e poder, criam montanhas de ativos financeiros maiores que o Everest.

14. Para esse fim e usando sua ascendência sobre os políticos, desmontaram os controles instituídos nos anos 30 em face dos terríveis problemas gerados pela especulação culminada em 1929. Foram formando outra bolha a partir dos anos 80. Grana é o combustível da ideologia (neo)liberal e da globalização comandada pela oligarquia. Não há ninguém limitando suas decisões: essa é a origem do colapso financeiro mundial.

15. Nos últimos vinte anos e, com mais velocidade, nos últimos dez, os ativos financeiros cresceram exponencialmente, em gritante desproporção com a inflação moderada dos ativos monetários. O estoque de títulos de crédito, inclusive derivativos, ultrapassa 500 trilhões de dólares, com grande parte de *junk bonds* (títulos podres).

16. Essa quantidade é tão fantástica, que sua existência material seria impossível mesmo no plano simbólico, como a do papel-moeda, a dos certificados de títulos e a dos lançamentos em livros. Portanto, o atual dinheiro é virtual.

17. A enxurrada de transações financeiras e cambiais diárias envolvendo centenas de trilhões de dólares só se realiza através de supercomputadores. Grande parte para lavar dinheiro dos tráficos ilícitos: quanto mais movimentações, mais difícil retragar a origem dos fundos.

18. David Roche, presidente da corretora Independent Strategy, de Londres, calculou que os ativos financeiros cresceram de 150% do PIB, em 1980, para 400%, em 2005, nos sete países do G-7. Mas não considerou os ativos desses países nos refúgios fiscais (offshore).

19. Segundo relatório do McKinsey Global Institute, os ativos financeiros no Mundo ultrapassavam 118 trilhões de dólares, no final de 2004. Mais que o dobro de 1993, e 10 vezes o total de 1980. Conforme a fonte, esses ativos correspondiam a três vezes o PIB mundial (em 1980 apenas o igualavam). A proliferação é, na realidade, muito maior, pois esses dados não incluem os derivativos, então estimados pelo BIS,5 em 278 trilhões de dólares. No 1º semestre de 2007, os ativos financeiros mundiais atingiram US\$ 167 trilhões, aumentando 42% em relação a 2004, sem contar os derivativos.

20. A mega inflação dos títulos financeiros foi acompanhada de estagnação na economia real, causada pelo baixo investimento na infraestrutura e nas estruturas produtivas. Daí terem declinado os rendimentos e o emprego da classe média, desencadeando dificuldades para o pagamento de créditos em cima dos quais se criou a montanha dos derivados. A economia norte-americana foi estimulada por consumo a crédito, apesar de a maioria ter perdido renda real com a transferência em favor do segmento de 1% que, sozinho, detém 40% dela.

21. A inadimplência de devedores hipotecários detonou o colapso financeiro, mas a abrangência deste é muito maior, alcançando inclusive cartões de crédito e empréstimos de empresas. O sistema

financeiro abusou da conversão de dívidas em títulos (securitização), classificando débitos sub-prime como AAA. Para 1 dólar em hipotecas, havia 3 em títulos.

22. A implosão tornou-se evidente quando Merrill Lynch e Lehman Brothers suspenderam a venda de colaterais que arrestaram dos falidos fundos hedge do Bear Stearns, por só conseguirem ofertas de 20 centavos por dólar de valor nominal.

23. Em julho de 2007, alastrou-se a quebra das hipotecas *sub-prime*. O IKB, da Alemanha foi salvo da falência por um consórcio de bancos desse país, com empréstimo de emergência de US\$ 11 bilhões. Houve também a corrida bancária ao britânico Northern Rock.

24. O colapso já acarreta modificação estrutural no fluxo internacional de capitais. Até agosto de 2007, investidores fora dos EUA compravam mais do que vendiam títulos do governo e de corporações privadas dos EUA. Naquele mês o fluxo tornou-se negativo. Apesar de ter havido recuperação, especialmente em outubro, a média de agosto a novembro (US\$ 52,1 bilhões) foi menos que metade da média de janeiro a julho (US\$ 113,1).

25. Nos títulos de longo prazo, as vendas líquidas por estrangeiros foram US\$ 86,6 bilhões, em agosto; de janeiro a julho ainda houve compras líquidas de US\$ 461,5 bilhões. Só se manteve a procura por notas do Tesouro de curto prazo (até 180 dias).

26. Importante: a partir de outubro, parte substancial dos ingressos de divisas nos EUA provém do socorro por fundos soberanos da Ásia e do Oriente Médio, que adquirem títulos conversíveis em ações de bancos dos EUA. Em novembro, ações ordinárias do Citigroup foram compradas pelo fundo soberano de Abu Dhabi, no valor de US\$ 7,5 bilhões.

27. O Citigroup, maior banco dos EUA, registrou, em 15.01.2008, o maior prejuízo de sua história e vendeu ações preferenciais por US\$ 14,5 bilhões ao Temasek, fundo nacional de Cingapura. Captou também da Autoridade de Investimentos do Kuwait. Ao todo, US\$ 26 bilhões desde o início do colapso. A Merrill Lynch recebeu, em janeiro de 2008, US\$ 6,6 bilhões da Companhia de Investimentos da Coreia, da Autoridade de Investimentos do Kuwait e de outros, além de US\$ 6,2 bilhões obtidos em dezembro.

28. O gigante suíço UBS teve prejuízo no 3º trimestre de 2007, decorrente da baixa (*write-down*) de 3,4 bilhões de dólares em títulos ligados aos mercados *sub-prime* dos EUA. No 4º trimestre, baixa de mais \$10 bilhões. Então levantou US\$ 17,6 bilhões: participação de 9% do governo de Cingapura no capital do banco e recursos de investidor não divulgado do Oriente Médio.

29. Estimam-se em US\$ 100 bilhões de dólares as recentes injeções de dinheiro em bancos estadunidenses e europeus, por fundos nacionais e investidores de Abu-Dabi, Kuwait, Dubai, Arábia Saudita, China, Cingapura e Coreia do Sul.

30. Também ganham vulto cada vez maior as operações de resgate por parte dos bancos centrais para que os bancos não ponham à venda os ativos podres, o que faria despencar seu valor de mercado. O FED despejou, várias vezes, dezenas de bilhões de dólares em bancos dos EUA nos últimos meses de 2007. No dia 18.12.2007 o Banco Central Europeu, o FED e o Banco da Inglaterra socorreram bancos do continente europeu e ingleses com US\$ 548 bilhões. Estão atijando a inflação, sem lograr sanear os bancos.

31. Observadores calculam que mais de US\$ 1 trilhão de ativos já ficaram sem valor nos últimos meses. A bolha pode atingir US\$ 20 trilhões, segundo o Serviço de Notícias da Executive Intelligence Review.

32. Tudo isso é escondido dos olhos do grande público. A oligarquia responsável pelo colapso pretende fazê-lo pagar por este. Ilustração tragicômica é esta nota, em destaque no portal do Tesouro dos EUA:

“Os EUA têm o mercado de capitais mais forte do Mundo, e essa posição é conseguida através de trabalho duro e estratégias inteligentes.”

33. O economista-chefe do banco de investimentos Goldman & Sachs teve de admitir: "Muita coisa mudou desde meados de julho, quando dissemos que a economia global continua a desfrutar de uma das mais fortemente sustentadas expansões na história moderna". Daniel Mudd, executivo-chefe da Fannie Mae, importante instituição hipotecária dos EUA, declarou: “o pior da crise ainda está por vir, pois o mercado não chegará ao fundo antes do final de 2008.”

Conclusão

34. Os efeitos irão além da recessão em curso nos EUA. Virá a depressão, e já está difícil ocultar a natureza fraudulenta do sistema mundial de poder. Por ficar atrelada a este, a sociedade brasileira foi sacrificada demais e tolhida em seu desenvolvimento. O Brasil progrediu nos anos 30 e 40, ao cair o comércio internacional por causa da depressão nos países hegemônicos. Está na hora de o País organizar-se, controlar os capitais e desconcentrar a estrutura econômica.

Sair da depressão

Data: 10/02/2009 - Autor: Adriano Benayon

1. As emissões do FED, o banco central privado e independente dos EUA, vêm crescendo com incrível aceleração. Só nos últimos seis meses, as novas emissões chegaram a US\$ 8 trilhões. Entretanto, qualquer economista dotado de alguma competência, e não condicionado pelas palavras de ordem do sistema, está vendo que mesmo emissões dessa grandeza fantástica são, de longe, insuficientes para deter o colapso financeiro nos EUA. A situação não é diferente no Reino Unido, nos países do euro e na Suíça.

2. Nos EUA passam de US\$ 165 trilhões os derivativos dos quatro bancos com maior exposição. Em todo o Mundo, segundo o Banco de Liquidações Internacionais (BIS na sigla em inglês), o estoque, em valor nominal, dos derivativos é da ordem de US\$ 600 trilhões. Ninguém conhece o valor real, ou de mercado, desse Himalaia de lançamentos eletrônicos, mas quem acompanha a sequência do colapso financeiro e examina suas causas, sabe que ele é pequena fração do valor nominal deles.

3. Sabe também que essa fração decresce à medida que a depressão da economia real entra em cena. Com esta, perdem cada vez mais valor os ativos finais sobre os quais os manipuladores do mercado fizeram assentar (?) a montanha de títulos derivados.

4. En passant, a oligarquia financeira mundial, cuja liderança tem no inglês sua língua materna (Reino Unido e EUA), não permite que os âncoras de televisão e demais comunicadores das redes jornalísticas usem palavras descritivas da realidade. O colapso do sistema financeiro e o das moedas mundiais de reserva - como dólar, euro, libra “esterlina” e franco suíço – deve ser mais que claro para todos, pelo menos desde 2007.

5. Isso podia ser percebido, há muito mais tempo, por quem acompanhasse a expansão dos ativos financeiros nos últimos anos e o crescimento explosivo dos derivativos. Mas os comunicadores só falam em crise, como se se tratasse de algo passageiro.

6. Depressão é outra palavra banida. É evidente, desde 2008, a derrocada econômica e social, início da depressão, que será provavelmente mais longa e profunda que a de 1930 a 1943. Mas os papagaios

do sistema continuam falando só em recessão e dizendo que ela poderá terminar este ano ou no próximo.

7. Para dar exemplo gritante, o principal banco exposto em derivativos nos EUA, o J.P. Morgan/Chase, os tem em valor nominal de 87,7 trilhões. Seus ativos financeiros somam US\$ 1,77 trilhão (quase 50 vezes menos que o valor nominal dos derivativos), e a base de capital é 400 vezes menor.

8. Como assinalou Andrew Hughes, em artigo de 27 de janeiro, dados como esse são oficiais e disponíveis nas estatísticas do Controlador da Moeda dos EUA. Entretanto, como o analista previu, eles não estão sendo discutidos no debate do Congresso dos EUA ao votar novos socorros com dinheiro público em favor dos bancos enrascados com os derivativos.

9. O que o FED e o Tesouro dos EUA fazem é jogar mais gasolina na fogueira da futura hiperinflação, a qual só ainda não está presente por haver a demanda por consumo e por investimento despencado em decorrência da depressão em marcha. Esta, por sua vez, advém do colapso do crédito em face dos rombos nos balanços dos bancos, por causa de derivativos apoiados, como castelos de cartas, em ativos cada vez mais frágeis.

10. O dólar vinha caindo até o colapso ter levado investidores não-norte-americanos a se voltar de novo para os títulos do Tesouro americano. A sobrevida do dólar provém do fato de os europeus se terem metido ainda mais fundo nos derivativos. Mas, em função da hiperinflação em dólares e do endividamento astronômico do Tesouro dos EUA, não vai demorar a ir para o espaço a ideia de que seus títulos possam ser porto seguro.

11. Isso não significa, como creem alguns observadores, o fim do poder da oligarquia anglo-norte-americana, cujas dinastias comandam os governos dos EUA e do Reino Unido, sem falar nos dos quase-satélites europeus e outros, além dos das periferias. Essa oligarquia comanda as mentes, Mundo afora, através das universidades e controla o poder militar através daquelas potências e de suas associadas subalternas.

12. De qualquer modo, para evitar afundar-se no caos financeiro e na depressão, o único caminho para o Brasil seria desatrelar-se, o mais possível, da “comunidade internacional”, um enorme eufemismo para mascarar relações imperiais que fazem perpetuar o subdesenvolvimento do País em condições sociais, culturais e políticas crescentemente lastimáveis.

A maior depressão da história

Data: 03/03/2009 - Autor: Adriano Benayon

1. O sistema mundial de poder determina até as palavras que os âncoras de televisão e os repórteres das redes jornalísticas têm de usar. É manifesto desde, pelo menos 2007, o colapso do sistema financeiro e o das moedas mundiais de reserva, como o dólar, o euro, a libra e o franco suíço. Diante disso os comunicadores só falam em crise, como se se tratasse de algo passageiro.

2. Depressão é outra palavra banida. Está claríssimo, desde 2008, o ritmo crescente da derrocada econômica e social, que significa o início da depressão, que será provavelmente mais longa e profunda que a que durou de 1930 a 1943. Os papagaios do sistema continuam falando só em recessão e dizendo que ela poderá terminar este ano ou no próximo.

3. Esses colapsos e a depressão, que faz multiplicar os sofrimentos dos povos, decorrem das manipulações praticadas por concentradores financeiros. Estes forjaram ganhos em proveito próprio

sem qualquer relação com atividades produtivas, acumulando mais finança para incrementar o poder de que dispõem e de que abusam.

4. Em dois artigos, intitulados “Liberalismo, produtor de depressões”, publicados em junho de 2002 (Tribuna da Imprensa 16.06.2002), recordei a origem delas: a concentração da economia e a consequente queda nos investimentos produtivos e em infraestrutura. A oligarquia apossa-se do controle efetivo sobre o Estado, que se torna seu dócil instrumento.

5. Utiliza ela, ademais, o controle sobre os centros de formação ideológica e de opinião para disseminar a crença nas virtudes do mercado como ordenador da vida econômica. Não é que este não teria virtudes, se fosse competitivo e livre. Acontece, porém, que a estória de mercados livres só existe na cabeça dos otários doutrinados. O que chamam de mercado é dominado e manipulado por pequeno número de agentes oligárquicos.

6. Com os mercados à sua mercê, montam máquinas de ganhar montanhas de dinheiro sem gerar em troca qualquer coisa útil. Criam e concentram quantidades inimagináveis de ativos financeiros, enquanto perdem poder aquisitivo as pessoas engajadas em atividades produtivas, como assalariados e autônomos.

7. Isso é apenas o aperitivo da colossal desapropriação de ativos, que, fatalmente, ocorre quando estouram as bolhas especulativas. Logo depois o prejuízo vai aumentar quando das reformas monetárias que irão causar prejuízos na ordem de pelo menos 90% do valor dos atuais dólares, euros etc.

8. Essa é a sequência terrível da destruição da economia popular, com enorme desgaste das classes médias. A depressão da economia real se reveza com a desordem financeira.

9. A questão central é o controle do Estado, ligada ao controle da opinião. A desmoralização total do sistema não é percebida pela maioria dos “cidadãos” das pseudodemocracias, como é nos EUA e nas demais “democracias” capitalistas (contradição de termos).

10. Reitero: as sociedades só poderão prosperar, e suas culturas só poderão propiciar progresso material e espiritual, se prevalecer a economia de mercado combinada com o controle do Estado sobre os serviços públicos, inclusive bancos, a serviço da sociedade. Indispensável também que a economia de mercado seja preservada por leis capazes de impedir a concentração capitalista.

11. É a prevalência dos concentradores e a submissão das sociedades que explica os berrantes absurdos da resposta dos governos ao colapso financeiro: 1) capitalizar com dinheiro público os bancos engolfados nos ativos tóxicos gerados por ganância e por incompetência; 2) adquirir esses ativos a preço muito mais elevado que o valor de mercado. Em suma, os governos estão fazendo transferir renda da sociedade em favor dos concentradores, na ordem de dezenas de trilhões de dólares, euros etc.

12. Isso acarreta a emissão de quantidades jamais vistas dessas moedas. O Dr. Krassimir Petrov, em artigo publicado pelo Global Research, comparou indicadores recentes com os dos anos 20 do Século XX, ou seja, quando a esbórnica desses anos desembocou na Grande Depressão. As verificações de Petrov levaram-no a concluir que a iniciada em 2008/2009 deverá superar aquela em gravidade e duração.

13. Como Petrov assinala, quanto mais crédito numa economia, maior é a alavancagem. Ora, o percentual do crédito nos EUA em relação ao PIB ultrapassou em muito os de antes da Grande

Depressão, os quais, nos anos 30, chegaram a 250%. Em 1982 era ainda de 130%, tendo subido em flecha para 350% em 2008.

14. Pior que isso é a “securitização” de dívidas. Os derivativos têm estado na ordem de US\$ 600 trilhões, segundo estatísticas do BIS. A cifra pode ser US\$ 1 quatrilhão. Grande parte dessas quantias jamais vistas é de títulos mal sustentados ou sem lastro algum.

15. À medida que os títulos podres chegam ao vencimento, resultam perdas nos balanços de bancos e fundos. Então, os bancos centrais e os Tesouros das pseudodemocracias emitem quantidades fantásticas de moeda, para socorrer os concentradores.

16. Apesar desse estupendo potencial inflacionário, a alta de preços ainda não se manifestou nos países epicentros do colapso. Por enquanto, manifesta-se a deflação em alguns deles, em função da queda da demanda por bens e serviços, por causa do desemprego galopante e da parada do crédito.

17. Mas a hiperinflação é questão de tempo. Ela está pronta para entrar em cena quando os bancos, abarrotados de dinheiro público, forem forçados a fazer empréstimos à economia produtiva e para a infraestrutura, e quando forem realizados programas sociais de socorro às dezenas de milhões de desempregados e outros atingidos pela depressão.

18. A total irracionalidade do sistema, ou antes, sua racionalidade a serviço do mal, mostra-se com a dilapidação dos recursos financeiros da sociedade para cevar acionistas de bancos que deveriam ter sido desapropriados, e também com os pacotes bilionários de ajuda aos oligopólios da indústria automobilística.

19. De fato, com o estoque existente de veículos automotores, as cidades já estão pior que entulhadas, e as estradas, pior que saturadas desses veículos. Houvesse racionalidade em prol da sociedade, entender-se-ia que essa indústria produz desutilidade, e não, utilidade.

20. Ou seja, como se não bastasse o número brutal de desempregados, tenta-se, a custos enormes, manter empregos em indústrias cuja produção causa mais problemas que vantagens para a sociedade.

21. No Brasil o escândalo atinge o paroxismo. As montadoras, há decênios, transferem ao estrangeiro, por meio dos preços de importação e exportação e através de contas de serviços, múltiplos das elevadas e crescentes remessas oficiais de lucros, isentas de impostos.

22. Além de não ter investido no Brasil senão equipamento e tecnologia amortizados no exterior, portanto, a custo real zero, recebendo ainda perdulários subsídios governamentais, contam, ainda, com empréstimos do BNDES e de outros bancos oficiais.

Amazônia - saques e perdas de direitos

Data: 14/03/2009 - Autor: Adriano Benayon

Amazônia e minérios

1. Civis e militares conhecedores da Amazônia preocupam-se com o fato de estar ela indefesa diante da ocupação da região por entidades e agentes a serviço de potências estrangeiras. Isso é demonstrado por, entre outros, o general Andrade Nery, no estudo "Soberania Ameaçada". Talvez um eufemismo, pois a soberania nacional está esfrangalhada. Somente unindo-se para restaurá-la, os brasileiros têm chance de deixar de ser triturados pelo sistema mundial de poder.

2. A Amazônia é a região que sofre o maior saqueio mineral. Não se controlam as próprias exportações documentadas. Diz João A. Medeiros, Professor do Instituto de Química da UFRJ:

3. “É preciso controlar as exportações, fiscalizar com laboratórios nos portos e aeroportos internacionais e valorizar nossos produtos! Há que industrializar as matérias primas, agregando valor. Um basta à exportação de minérios brutos ... Investigação sobre a columbita-tantalita, berilo, torianita, metais preciosos e pedras preciosas!... “Quem distingue um diamante bruto de outros cristais transparentes, senão garimpeiro ou ourives?”

4. Computando o descaminho, o subfaturamento, a inexistência de controle da quantidade e da identidade das mercadorias, bem como o fato de que a transformação industrial faz multiplicar por até 80 o valor da matéria-prima, não há exagero em estimar entre R\$ 500 bilhões e R\$ 1 trilhão, por ano, o saqueio dos minérios. Sem falar no subsídio no preço da energia elétrica para grandes mineradoras, nem nos benefícios fiscais à exportação.

Capital estrangeiro e autodeterminação

5. O que precisa ser entendido é a estreita relação entre a ocupação da Amazônia e a apropriação do País pelo capital estrangeiro, através dos “investimentos diretos”. Ela começou com a indústria e estendeu-se a todos os setores da economia. Antes de ocupar a Amazônia e de impedir o acesso de brasileiros a áreas “indígenas e de preservação ambiental”, os concentradores mundiais dominaram o espaço econômico e político em São Paulo, Rio, Minas, Brasília etc.

6. Tendo os potentados que controlam as transnacionais se tornado a classe dominante no País, a perda da autodeterminação seguiu-se como consequência. Ademais, os déficits externos e a dívida foram originados pelas transferências para o exterior dos ganhos das transnacionais nos mercados interno e externo. O grosso dessas transferências é feito, de maneira disfarçada, através do subfaturamento de exportações e superfaturamento de importações, e através de despesas, até fictícias, a título de serviços.

Dívida e extorsão

7. A dívida foi potenciada por taxas de juros abusivas, comissões e outras extorsões, criando-se, adrede, a vulnerabilidade, para acelerar a perda da soberania. Instrumento para isso foi a fraude por meio da qual foi inserido na Constituição de 1988 o dispositivo que privilegia as despesas do “serviço da dívida” (juros e amortizações), engordada desde 1980 pelas taxas de juros mais elevadas do Planeta.

8. Assim, o serviço da dívida juntou-se às transferências das transnacionais para causar a não-acumulação no País dos recursos nele gerados. Dessa combinação resultou a queda dos investimentos desde os anos 80.

9. Essa é a explicação – que ignoram os distraídos pela mídia e por outras diversões – da baixa renda e do alto desemprego numa nação que têm condições de superar o nível de desenvolvimento dos países “ricos”, desde que por eles seja deixado em paz.

10. Como o Banco Central do Brasil (!) determina as taxas de juros mais altas do Mundo, os capitais especulativos fazem a festa, ajudados também pela isenção de imposto de renda e da CPMF, obtendo lucros incriveis com títulos públicos e arbitragem cambial.

11. Tal é a atração para capitais especulativos que as reservas do BACEN se elevaram agora para US\$ 160 bilhões. Mais prejuízo para o Brasil, pois o dólar é uma moeda acossada pelos enormes déficits e dívida externa dos EUA, além do colapso imobiliário nesse país.

Sem capital nem tecnologia: subdesenvolvimento

12. Ademais da penúria de recursos para investimentos públicos, é estarrecedor o desperdício no que se gasta. Perdem-se 90%, ou mais, dos dispêndios em ciência e pesquisa, uma vez que não há onde gerar inovações tecnológicas. Pois as empresas brasileiras têm sido massacradas pela pressão das transnacionais e da política econômica, que subsidia as estrangeiras e submete as nacionais a juros e a impostos extorsivos. Que soberania existe onde os nacionais não têm como desenvolver tecnologia? Isso só se faz com empresas próprias e em concorrência, duas condições eliminadas pela transnacionalização.

13. Esta, além dos danos já apontados, leva à primarização da economia. Enquanto crescem o agronegócio e a mineração, declina em percentual do PIB a produção de maior valor agregado. Pior: esta se realiza em transnacionais, sob dependência tecnológica das matrizes. Tecnologia desenvolvida por brasileiros é abandonada ou apropriada pelas transnacionais.

14. Essas são características de países em vias de subdesenvolvimento, fenômeno muito repetido na história mundial: quanto maior a inserção no comércio exterior (hoje, globalização) subordinada aos centros financeiros mundiais, maior é o subdesenvolvimento, como mostrou André Gunder Frank.

Mercado e soberania

15. Em suma, a entrega do mercado implica a entrega da soberania. A ascendência de empresas e bancos transnacionais sobre as decisões governamentais tornou-se cada vez mais escandalosa. Seu poder estende-se à mídia, às universidades e a outros formadores de opinião. As eleições dependem em, no mínimo, 80% de dinheiro e 20% de mídia. Que sobra?

16. Os danos não se medem apenas pelas colossais cifras do saqueio. Eles derivam de cada medida governamental, de cada lei aprovada. Por exemplo, a liberação de sementes transgênicas, suscetível de causar desastres ecológicos, extorquir os brasileiros por meio do monopólio, e acarretar fome generalizada com o fim das abelhas e da polinização.

Contas do saqueio

17. Estimativa de perdas anuais: 1) descaminho e perdas na exportação de minérios (R\$ 800 bilhões); 2) transferências das transnacionais para o exterior, excluídas as compreendidas no item 1, (R\$ 400 bilhões) ; 3) sua capitalização real interna (R\$ 100 bilhões); 4) fugas de capital (R\$ 100 bilhões); 4) “serviço da dívida” pública (R\$ 200 bilhões) ; 5) lucros cessantes com a entrega graciosa das estatais (R\$ 150 bilhões) e a desnacionalização de bancos e empresas privadas (R\$ 150 bilhões). Total: R\$ 1,9 trilhão por ano.

18. Acrescentando R\$ 300 bilhões por ano dos juros, pagos e capitalizados, que pesam sobre pessoas físicas e jurídicas privadas, a sangria sobe para R\$ 2,2 trilhões por ano. Essa quantia corresponde a: 5 vezes o total de investimentos anuais no País; 6 vezes a receita corrente líquida da União; 100 vezes os investimentos da União.

19. E ainda há desinformados que creem na lenda perversa, segundo a qual temos necessidade de capital estrangeiro, o agente sugador por excelência.

20. As privatizações e a desnacionalização de empresas e bancos privados: 1) custaram centenas de bilhões de reais ao Tesouro Nacional, como aconteceu com o dinheiro derramado no PROES e no PROES, programas para doar bancos; 2) não lhe renderam um centavo líquido; 3) fizeram-lhe perder lucros de R\$ 150 bilhões por ano; 4) acarretaram a perda para o País de patrimônio incomensurável, em relação ao qual falar em muitas dezenas de trilhões de dólares proporciona uma ideia

extremamente limitada em seu horizonte temporal. Além disso, os valores monetários terão de ser revistos em breve, diante da débâcle das moedas internacionais hiperinflacionadas.

21. Deve ser notado que os derivativos em dólares e em euros, somados, passam de 300 trilhões de dólares. Esse valor nominal é 7 vezes o PIB mundial, que foi US\$ 48,2 trilhões em 2006.

22. Não há nem como contar esses títulos senão por meio dos impulsos eletrônicos da informática, de resto, sujeitos a manipulação. Grande parte dos derivativos refere-se a índices de taxas de juros ou de câmbio, sem qualquer base real. Outra parte substancial está vinculada direta ou indiretamente a contratos hipotecários ou a títulos emitidos para financiar fusões e aquisições alavancadas.

23. Urge, portanto, entender e ter presente que as principais moedas internacionais valem muito menos do que se pensa, e que o contrário se dá em relação a patrimônios reais fabulosos, como o da Vale do Rio Doce. Essa, como outras estatais, foi fraudulentamente “privatizada”, na maior negociata da história mundial.

O que se desenha

24. O fato de se vir tolerando abusos de inimaginável magnitude, como os acima apontados, deixa claro que, sem mobilização e organização da resistência, serão implantadas novas violações aos direitos dos brasileiros.

25. Essas se anunciam: na legislação trabalhista; nos tributos; na previdência; no aumento das extorsões financeiras previsível com a aquisição da SERASA por um grupo britânico; na espionagem das pessoas; na repressão judiciária e policial; e no mais que seja requerido pelos concentradores do poder mundial.

Colapso mundial

Data: 14/03/2009 - Autor: Adriano Benayon

1. Não se trata apenas do colapso financeiro mundial. Este se aprofunda e já acarreta estagnação e inflação nos EUA e na Europa. Em artigo do início deste ano, escrevi: "Vem à tona, desde julho de 2007, grande quantidade de títulos financeiros destituídos de valor. Isso é só parte da montanha que está implodindo. Foram emitidos por bancos e fundos na euforia mentirosa da globalização e da desregulamentação. Finalidade: lucros ilimitados sem esforço algum, criados nos supercomputadores que movimentam as centenas de trilhões de dólares e de euros virtuais".

2. Disse mais: "Os derivativos ultrapassam 500 trilhões de dólares..." E: "... os ativos financeiros chegaram a US\$ 167 trilhões: 14 vezes a cifra de 1980. Em contraste com essa mega inflação a economia real estagnou."

3. Dados do Banco de Compensações Internacionais (BIS) e do controlador da moeda dos EUA indicam que o valor nominal dos derivativos (futuros, swaps, opções, inclusive títulos de balcão - *over-the-counter*) ascendeu a US\$ 516 trilhões em junho de 2007, US\$ 220 trilhões mais que em junho de 2004.

4. As crises são sucessivas, cada vez mais amplas e profundas. O colapso de que elas são parte tem potencial para superar o dos anos 1930. Bancos dos EUA e da Europa estão sendo socorridos pelas autoridades monetárias, e isso leva a denunciar, com razão, a fraude dominante nos últimos 25 anos, que atende por nomes como globalização, neoliberalismo, livre mercado etc.

5. Até membros do establishment afirmaram ter morrido o sonho do capitalismo de livre mercado, quando o Bear Stearns, de Nova York, foi resgatado em março de 2008. Desde então a dimensão dos surtos cresceu exponencialmente. As operações de salvamento, só em setembro, nos EUA, montam a US\$ 300 bilhões. Entre elas, as das hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac, com ativos problemáticos de 5,3 trilhões, e a seguradora AIG. Até agora, mais de US\$ 1 trilhão.

6. O Congresso dos EUA acaba de aprovar lei que dá poder ao secretário do Tesouro para comprar ativos, no montante de US\$ 700 bilhões. Ela socializa prejuízos decorrentes da ganância e da irresponsabilidade de banqueiros bilionários, sem lhes tirar um centavo dos desmedidos ganhos obtidos com as jogadas depois malsinadas. Aí está uma lição para os que pensam existir democracia nos EUA.

7. O próprio especulador George Soros lembra que o governo deveria entrar no capital dos bancos em vez de adquirir títulos duvidosos. O investidor Warren Buffett aplicou US\$ 5 bilhões em ações preferenciais, com 10% de dividendos anuais, da Goldman Sachs, um dos dois bancos de investimentos de Nova York que não quebrou, graças ao apoio do FED.

8. Buffet comprou também ações ordinárias por mais US\$ 5 bilhões, a US\$ 115 a unidade. O pico foi US\$ 251, e cotação recente, US\$ 138.

9. O secretário do Tesouro, Henry Paulson, é ex-sócio diretor da Goldman Sachs. Segundo W. Engdahl (Global Research, 30.09.2008), se o governo não tivesse adquirido 80% das ações da AIG, a Goldman Sachs perderia US\$ 20 bilhões, e Paulson, US\$ 700 milhões em opções acionárias. Ela é a grande doadora das campanhas de Obama e McCain. Ambos recomendaram a seus partidos sustentar o projeto da lei.

10. Os US\$ 700 bilhões que esta confia a Paulson serão certamente usados com a mesma seletividade de antes, salvando alguns bancos e deixando outros quebrar, como o Lehman Brothers, com perdas de US\$ 600 bilhões. A Merrill Lynch foi absorvida pelo Bank of America. De qualquer forma, as perdas prováveis, só do setor imobiliário dos EUA, montam, por ora, a mais de 7 trilhões, 10 vezes o montante previsto na lei.

11. O tamanho total dos rombos é infinitamente superior à capacidade de os Tesouros e bancos centrais os cobrirem sem gerar hiperinflação como a de 1923 na Alemanha, antes de absorverem 1/5 dos títulos problemáticos.

12. A oligarquia financeira consegue, porém, impedir que as sociedades se deem conta do que lhes espera. Nisso ela é coadjuvada não só pela mídia, mas até por economistas e outros renomados críticos do capitalismo que se regozijam com o sonhado fim desse sistema, irrealizável enquanto ele controlar o Estado.

13. Imaginam que a intervenção estatal abra caminho a políticas econômicas menos danosas à sociedade. Assinam a desmoralização das ideologias neoliberal e monetarista, mas se iludem com a keynesiana, que preconiza guerras de grande porte para sair da depressão. Parecem ignorar que todas essas ideologias estão na caixa de ferramentas da oligarquia, para serem utilizadas conforme a ocasião.

14. Desconsideram a questão fundamental: quem controla o Estado. Omitem que as desgraças tendem a crescer, com ele atuante ou não, enquanto não se institucionalizar a supremacia da economia de mercado sobre o capitalismo concentrador. Este comandará o Estado, se perdurar a ordem jurídica que não impede o acúmulo ilimitado de propriedade por uma só empresa e por um só indivíduo.

A situação das reservas Raposa e Serra do Sol

Data: 20/03/2009 - Autor: Adriano Benayon

1. No estado atual das coisas, caracterizado pela livre penetração do capital e dos interesses estrangeiros em todas as áreas da vida nacional, dominando inclusive a quase totalidade das empresas produtivas e da finança, tendem a ficar letra morta as ressalvas parcialmente acolhidas pelo Tribunal, as quais, em tese, restringiriam a abdicação de soberania sobre mais esse imenso território em faixa contínua.

2. Por exemplo, que significa falar de livre atuação das Forças Armadas se elas vêm sendo destituídas de poder, em consequência da eliminação das empresas nacionais produtoras de armamentos e da supressão, ano a ano, no orçamento federal, de verbas capazes de assegurar um mínimo de efetividade em confronto com as superequipadas forças de intervenção estrangeiras presentes nas chamadas Guianas?

3. Depois de espremida toda a retórica jurídica, o que resulta é o reconhecimento pelo STF da ideologia das potências hegemônicas, segundo a qual os indígenas constituem nações. Também da ideologia por imposição da qual são atribuídas a tribos díspares áreas imensas, a serem subtraídas de facto e, eventualmente, de jure, do território nacional.

Resumo: os três ditos poderes da República desrespeitam os princípios basilares da Constituição. Com efeito, diz o Art. 1º da CF:

“A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania.”

4. De uma vez, só em um artigo, são pisoteados três princípios fundamentais: 1) a união com os estados e municípios, pois se está reduzindo a quase nada o Estado de Roraima, e se o está inviabilizando; 2) a soberania, pois esta não admite a cessão de território nacional, sem falar que se trata de território dotado dos minerais estratégicos mais valiosos que se possa imaginar; 3) a cidadania, pois estão sendo cassados os direitos de cidadania dos brasileiros a serem expulsos de seus assentamentos e atividades produtivas, inclusive dos de origem indígena, muitos dos quais, se não a maioria, não desejam a seja o território extirpado do País.

5. Também o Art. 3º: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

6. Mais uma quantidade de princípios constitucionais espezinados:

1) justiça e solidariedade, expulsando gente das terras que cultivava, há muito tempo, de forma legal;

2) desenvolvimento nacional, abandonando subsolo riquíssimo em materiais absolutamente indispensáveis ao desenvolvimento industrial;

3) redução de desigualdades sociais e regionais, exterminando empregos produtivos e inviabilizando a economia de uma região;

4) condenação da discriminação por raça ou origem, negando direitos dos ditos não-índios, dentre os quais há inclusive numerosos índios que, integrados à comunidade nacional, não querem sair do território, nem que este seja abandonado pelos não-índios a que estão associados até por laços familiares.

7. Os três poderes da República estão fazendo da Constituição, como dizia Hitler, nada mais que um pedaço de papel, que se pode rasgar à vontade. A Constituição de 1988, de resto, já foi promulgada com grandes negações da soberania nacional, como a de priorizar o serviço indevido da dívida pública, por meio de um dispositivo introduzido sem apreciação e fraudulentamente. Além de muita outra coisa. Depois, foi grandemente deteriorada, principalmente nos anos 90, em favor de interesses financeiros e estrangeiros, inclusive com a supressão do Capítulo referente à Ordem Econômica.

8. Mas ainda não foram expungidos, eliminados, do texto constitucional os princípios fundamentais, agora mais uma vez ignorados pelo STF. De qualquer forma, ainda que tivessem sido formalmente revogados na Constituição, eles estariam de pé, pois são supraconstitucionais. Estão acima da Constituição escrita.

9. Em suma, os ditos três poderes da República estão na ilegalidade. Não há instituições políticas nem jurídicas no País. Há um vazio institucional que ou é ocupado pela sociedade brasileira, ou não o sendo, implica estar esta renunciando ao supremo direito de se organizar juridicamente constituindo-se em nação e Estado.

A ressaca da globalização

Data: março/abril de 2009 - Autor: Adriano Benayon

1. Se não quisermos sofrer males ainda maiores que os que vêm assolando nosso País, temos de saltar fora da globalização com urgência. Ela é como um trem em acelerado em direção ao abismo. Mesmo que pular do trem cause algum incômodo, mais vale não nos deixarmos espatifar.

2. Outra metáfora, válida para todo o Planeta, é comparar a globalização à intoxicação por bebida alcoólica ou por droga entorpecente. Seus terríveis efeitos surgem antes mesmo de cessar a ingestão dos tóxicos.

3. O tema central do livro Globalização versus Desenvolvimento, cuja 1ª edição foi publicada há onze anos (1998), é a demonstração de ser o desenvolvimento incompatível com a abertura indiscriminada da economia e com o controle dela por capitais estrangeiros.

4. Essa situação leva a ter política econômica comandada do exterior. Isso transformou a estrutura da economia, tornando mais primário o padrão de produção. Fez, por exemplo, as exportações dependerem cada vez mais de recursos naturais. Em suma, o País regride tecnologicamente, e aumentam as transferências para o exterior.

5. Venho apontando que, nos EUA e na Europa, entre outros lugares, o colapso financeiro está rapidamente degenerando também em colapso econômico e social. Nos EUA, por exemplo, as

demissões estão ocorrendo ao ritmo de 1 milhão por mês. No Brasil foram 600.000 em dezembro e mais de 100.000 em janeiro.

6. Há tempos, exponho ser enganoso o discurso que afirma estar o Brasil preparado para enfrentar a “crise” mundial. No artigo Contas externas vulneráveis, publicado em A Nova Democracia, nº 42, abril de 2008, tratei da vulnerabilidade estrutural da economia brasileira, quase que totalmente desnacionalizada, a inviabilizar as decisões de política econômica necessárias ao desenvolvimento.

7. Em trabalhos subsequentes deixei claro que as reservas externas do Banco Central — da ordem de US\$ 200 bilhões hoje, pois já foram maiores — podem pulverizar-se em função de simples mudança de conjuntura.

8. No artigo O paraíso da especulação, publicado no nº 43, maio de 2008, expus o engodo que foi a elevação da cotação do Brasil pelas agências internacionais de risco de crédito. Elas próprias não merecem crédito algum, haja vista terem dado cotação máxima a títulos tóxicos, inclusive os baseados em hipotecas nos EUA, que perderam depois todo seu valor de mercado.

9. Em A nova crise do real, escrito em agosto e publicado em A Nova Democracia, nº 46, setembro de 2008, disse estar em gestação, para futuro pouco distante, nova crise cambial. De então até agora, o real já caiu 38% em relação ao dólar.

10. O pior é que os efeitos no Brasil do colapso mundial ainda estão começando a se manifestar. Alguns sinais claros já estão presentes, como o da taxa de câmbio e muitos outros. Entre eles, o fato de a inadimplência das empresas ter crescido nada menos que 149% na comparação de janeiro de 2009 com janeiro de 2008.

11. Ademais, grandes empresas no Brasil endividaram-se grandemente no exterior em anos recentes, inclusive as transnacionais junto a suas matrizes. Com a desvalorização do real, cresce o serviço dessas dívidas. Os balanços das empresas deterioram-se por causa do câmbio, ao mesmo tempo em que cai o valor em dólares das exportações — e não apenas em função da taxa cambial — pois há brutal redução da procura externa pelos produtos exportados do Brasil.

12. É de notar a queda, superior a 60%, de março a dezembro de 2008, do preço das commodities (metais e bens agrícolas) no mercado mundial. O grosso das exportações brasileiras se compõe desses recursos naturais com nenhum ou pequeno grau de transformação industrial.

13. Esses bens ainda tiveram saldo positivo em 2008 de US\$ 55,1 bilhões, viabilizando que a balança comercial do País tivesse o superávit de US\$ 47,9 bilhões, apesar de déficit de US\$ 7,2 bilhões por parte da indústria de transformação.

14. Mas houve significativa deterioração do Balanço de Pagamentos em 2008, o qual prenuncia maior afundamento em 2009, uma vez que se está acentuando o colapso nos países com que o Brasil tem relações econômicas.

15. Em 2008 já se registrou a maior saída líquida de divisas do País — excluindo a balança comercial — desde 1982. O último recorde foi em 2005, com US\$ 32,5 bilhões. Em 2008 saíram US\$ 48,9 bilhões, os quais foram insuficientemente compensados pelos US\$ 47,9 bilhões do saldo comercial. Com isso, o Balanço de Pagamentos (BP) fechou com déficit de US\$ 1 bilhão, o primeiro desde 2002, o ano da última crise cambial.

16. Excluindo as transferências unilaterais [1], para ficar só com o resultado das capitais e de serviços, as saídas líquidas destas contas atingiram US\$ 53,6 bilhões, não obstante ter o Brasil mantido as taxas de juros mais altas do Mundo. Em princípio, altas taxas de juros atrairiam capitais para o País.

17. É visível também a diminuição do saldo comercial, não só pelo declínio, mês a mês, em 2008, mas também pelos resultados dos dois primeiros meses de 2009, quando somou apenas US\$ 1,2 bilhão.

18. As transações correntes, que englobam tudo, menos o movimento de capitais, registraram, em 2008, déficit de US\$ 28,7 bilhões. Até 2007 havia superávit, mas já minguando então para US\$ 1,7 bilhão. Isso implica que o déficit do BP em 2008 só não foi muito maior que US\$ 1,2 bilhão, porque o movimento de capitais registrou apreciável ingresso líquido, em grande parte de investimentos diretos.

19. Além de ser problemático que isso se mantenha, não haverá, de qualquer modo, como fechar o BP sem recurso a grande aumento da dívida externa brasileira. Mas esta já cresceu muito em 2008, e os bancos do exterior vêm negando crédito. Estão, na maioria, falidos e sobrevivem mediante a vergonhosa injeção de trilhões de dólares por parte dos governos e dos bancos centrais de seus países.

20. Seriam necessários mais dados para perceber que se aproxima gravíssima crise das contas externas no Brasil?

21. Fica para o próximo artigo atualizar a situação mundial e avaliar em profundidade a colossal negociata que, em geral, está sendo o auxílio dos governos aos bancos e outras instituições financeiras causadoras do colapso econômico. Este, a continuar o tipo de tratamento que lhe vem sendo dado, promete ser o mais profundo de todos os tempos.

[1] Principalmente remessas de trabalhadores no exterior, conta que teve saldo positivo da ordem de US\$ 4,7 bilhões.

G-20 e saqueio global

Data: 09/05/2009 - Autor: Adriano Benayon

1. G-20, G-7 e FMI... O saqueio mundial prossegue na depressão, como antes dela. A recente reunião do G-20 confirma que os povos do mundo - e menos ainda os de países como o Brasil - nada têm a esperar de positivo de qualquer sistema financeiro adotado sob a supremacia da finança britânica e norte-americana, a qual dirige o G-7. Japão, Alemanha, França, Itália e Canadá não passam de linha auxiliar do Reino Unido e dos EUA.

2. Do G-20 fazem parte, além dos sete, mais doze países e a União Europeia. São a Rússia, a China e a Índia e mais nove com menor peso político: África do Sul, Arábia Saudita, Austrália, Argentina, Brasil, Coréia do Sul, Indonésia, México e Turquia.

3. Em nada serve a esses países participar de reuniões do G-20. Primeiro, elas só têm servido para coonestar as jogadas de poder da oligarquia. Segundo, e muito pior, essas jogadas custam caro demais a países como o Brasil, cujas economias são devastadas por meio das regras estabelecidas pela “comunidade financeira internacional”. De resto, regras que a oligarquia não cumpre: são só para os outros.

4. Depois de ter causado o maior colapso das finanças mundiais da História, cujos efeitos ainda começam, os concentradores financeiros oferecem “remédios” que somente poderão causar danos ainda mais destrutivos à economia mundial.

5. Entre esses “remédios” está reforçar os poderes do Fundo Monetário Internacional. Os países do G-20 vão fazer contribuições a essa fatídica instituição, no total de um trilhão de dólares (a maior parte em dólares e o restante em ienes, euros e libras-esterlinas).

6. Isso sai de graça para os países que emitem essas moedas, não se podendo dizer o mesmo em relação àqueles cujas moedas não fazem parte da cesta que lastreia os direitos especiais de saque do FMI.

7. A ideia dos concentradores é livrar seus bancos dos prejuízos decorrentes de especulações em vários países onde a globalização financeira campeou solta. Entre esses: Islândia, devastada por bancos britânicos e alemães; as repúblicas do mar Báltico (Letônia, Lituânia, Estônia), colonizadas por bancos suecos e outros; Ucrânia, Hungria e outros do Leste Europeu, encalacrados com bancos suíços e austríacos.

8. Na primeira leva de vítimas do colapso, já sob gestão do FMI, estão: Paquistão, Islândia, Letônia, Hungria, Ucrânia, Bielorrússia, Sérvia, Bósnia e Romênia. O México está recorrendo, mais uma vez, àquela instituição, procônsul dos bancos credores de débitos mal fundados, para extorquir as energias e os recursos dos “socorridos”.

9. O mais notável é que os EUA e o Reino Unido não sofrem a intervenção do FMI, apesar de serem, de longe, os mais endividados do mundo. Simplesmente, não a aceitam, porque controlam o Fundo e sabem dos estragos irreparáveis que ele costuma causar.

10. Juntas, as dívidas externas dos EUA e o Reino Unido representam 44% do total mundial, com US\$ 13,7 trilhões e US\$ 10,7 trilhões (dados de 10/2008). A Irlanda, apontada como modelo das “maravilhas” da globalização, tem o maior percentual de dívida externa em relação ao PIB, 961%, seguida da Suíça, modelo de sistema bancário “confiável”, com 442%.

Nova moeda mundial

11. Há uma dialética curiosa entre a criação de nova moeda mundial e a busca de saída para a inevitável desvalorização do dólar, emitido em quantidades astronômicas pelo Federal Reserve dos EUA.

12. A discussão é apresentada em termos da oposição entre, de um lado, Rússia e China, e de outro, os EUA, que resistem a ser desmamados da senhoriação, de que desfrutam, há mais de 40 anos, emitindo à vontade, sem qualquer restrição, dólares aceitos por todos.

13. Rússia e China propõem a substituição do dólar como moeda mundial de reserva, tendo o Banco Central da China sugerido os direitos especiais de saque do FMI (DES), reformulados com a entrada em sua cesta, de outras moedas, como o yuan chinês.

14. A China tem economia híbrida, grande parte aut centrada, em que prepondera a participação do poder público, e outra globalizada. A primeira garantiu o continuado crescimento da economia, um pouco ajudada pela segunda durante a fase, anterior a 2008, em que a globalização ainda não havia implodido.

15. Agora a globalização cobra sua letal fatura. Essa inclui não só a depressão do segmento globalizado da economia, mas também o prejuízo decorrente da inutilidade dos dólares acumulados por meio de saldos comerciais externos.

16. A mão-de-obra e recursos reais chineses foram, durante anos, usados para exportar. A China e outros países que amealharam dólares tornam-se, por isso, cúmplices dos EUA na tentativa, sem chance de êxito, de salvar o valor do dólar.

17. Daí a proposta do Banco Central chinês para dar vida aos DES, que dormitam há 65 anos como unidade de conta nos livros do FMI, uma espécie de dólar disfarçado, com algum contrapeso em euros, libras esterlinas e ienes.

18. A oligarquia financeira anglo-americana é a primeira a saber que o dólar, como outras moedas da cesta, não tem salvação. Nas páginas da revista *Foreign Affairs* e de outros veículos oficiosos dessa oligarquia, seus sicários continuam a embrulhar em papel vistoso o presente envenenado que é a globalização, afirmando despudoradamente que sem ela o desenvolvimento não mais seria possível.

19. Fazem campanha por uma moeda mundial, meio poderoso para assegurar a tirania global absoluta em proveito da oligarquia. Antes advogavam que o dólar e o euro substituíssem as moedas nacionais. Claro que ambos continuariam sendo emitidos pelos EUA e pela União Europeia, danando-se, pois, os que descartassem suas moedas nacionais.

20. Por exemplo, Benn Steil, em artigo na *Foreign Affairs*, *The End of National Currency*, vol. 86, maio/junho de 2007, pp. 83-96: “a fim de globalizar-se com segurança, os países devem abandonar o nacionalismo (sic) e abolir moedas indesejadas, a fonte de muito da instabilidade atual.”

21. O vigarista fala de instabilidade, quando deveria dizer colapso, e confunde tudo, pois este foi gerado pelos mesmos concentradores que promovem a moeda global.

22. Não há necessidade de moeda mundial, seja ela, como o dólar, emitida por um país privilegiado, seja por uma organização internacional. Na realidade, ela é um instrumento para tornar absoluto o poder global oligárquico.

23. Cada país deve transacionar com outros em sua própria moeda, por meio de créditos recíprocos e acertos periódicos dos saldos com metais preciosos. Tudo em bases estáveis, se sua moeda e crédito forem usados para fomentar a produção de bens e serviços, o que não gera inflação, e não, para criar ganhos financeiros como fim em si mesmo.

Brasil, financiador do FMI e do déficit dos EUA

24. O Brasil deveria registrar no G-20 posição dissidente quanto à subscrição de novos recursos para o FMI. Entretanto, o pseudogoverno expressou seu assentimento e manifesta que o Brasil colocará mais dólares no FMI, jactando-se de se tornar credor dessa instituição.

25. A calamitosa política do Banco Central levou, ademais, o Brasil à posição de 3º maior aplicador mundial em títulos do Tesouro dos EUA, acumulando US\$ 133,5 bilhões até janeiro deste ano. Mais que isso só China (US\$ 739,6 bilhões), Japão (US\$ 634,6 bilhões) e dois conjuntos de países, (exportadores de petróleo e paraísos fiscais da América Central e Caribe).

26. Assim, o Brasil não só financia parte do déficit dos EUA, mas incorre em brutal prejuízo, ao juntar títulos em moeda destinada a espatifar-se. A de um país que não se mostra disposto a honrar-lhe o valor e que não está sujeito a pressões de credores, dado seu poder militar.

27. Muita gente impressionou-se com os afagos que Lula recebeu de Obama e de outros representantes da oligarquia mundial. Os adeptos acreditam que ele tenha marcado pontos importantes para o conceito do Brasil. Os adversários entendem que se tratava de galhofa. Uns e outros se desviam do foco que a questão deve ter.

28. Ora, Lula constantemente ganha elogios de banqueiros estrangeiros e de governantes a eles subordinados, como seu nefando predecessor se acostumou às honrarias e agrados da City de Londres e da monarquia britânica. Não pode ser de outro modo, enquanto o Brasil continuar com pseudogovernos obedientes à ditadura financeira mundial.

Salvação dos bancos: ruína aos contribuintes

29. Obama dos EUA, o premier britânico, Gordon Brown, o presidente da França, Sarkozy, e outros do G-7 fazem parte do mesmo time, o dos banqueiros.

30. Isso explica estarem autorizando seus bancos centrais a emitir trilhões para finalidades absurdas: 1) capitalizar bancos, sem que o Estado passe a controlá-los nem exija contrapartidas dos acionistas aos aportes de capital, apesar de os apuros bancários decorrerem da especulação desenfreada que os fez enriquecer; 2) adquirir títulos de valor duvidoso e baixo, por preço muito acima do de mercado, hoje 30 centavos por dólar de valor nominal, nos títulos melhor classificados (AAA).

31. Mais notável é: 1) todos os pseudogovernantes e banqueiros não cessaram, nos últimos 30 anos, de louvar as virtudes do mercado, especialmente a da auto regulação; 2) agora descartam o mercado, quando se trata de determinar os preços da aquisição dos títulos tóxicos por parte do governo.

32. Nos EUA, que se vangloriam de sua “democracia”, o Congresso aprova planos pouco claros sobre o uso do dinheiro público. Em última análise é o contribuinte quem paga a conta, seja por meio de receita fiscal, seja das emissões desmedidas, as quais resultarão em alta dos preços e queda na produção.

33. Assim, o “Public-Private Investment Program – PPIP” – (parece o PPP das parcerias público-privadas, do Brasil), promovido pelo Secretário do Tesouro dos EUA, Geithner, consiste em subsidiar investidores privados a comprar títulos tóxicos, emprestando-lhes o dinheiro e assumindo o prejuízo em caso de perda. Ou seja, o Tesouro paga, se, a médio prazo, como é provável, os títulos tiverem valor de mercado inferior ao preço da aquisição subsidiada.

34. Sem conhecer a exata composição da carteira dos títulos, a Federal Deposit Insurance Corporation, FDIC, vai bancar 84% do PPIP. A FDIC é a entidade pública garantidora dos depósitos bancários. O capital dela é US\$ 30 bilhões, e o PPIP está prevê aquisições no montante de US\$ 500 bilhões. Bastam 6% de prejuízo para fazer naufragar a FDIC. Fica a pergunta: onde o Tesouro irá buscar recursos para cobrir o que passar disso.

35. Críticos, como Keller, em artigo publicado em abril no Global Research, estranham terem os contadores do FDIC sido levados a aceitar a ficção de que os títulos serão adquiridos a preço justo, porque serão objeto de leilões. Jeffrey Sachs aponta que os investidores são incentivados a pagar preços mais altos que o valor dos títulos e a participar dos leilões em conjunto, de forma combinada (collude). Paul Krugman assinala que o PPIP é forma disfarçada de subsidiar compras de maus ativos.

36. Estão, além disso, em curso nos EUA as emissões do Federal Reserve (FED) para socorrer bancos e para financiar o déficit do orçamento federal, (sub)estimado em US\$ 1,75 trilhões. Paul Craig Roberts (artigo de 21.03.2009, em Counterpunch) vê duas maneiras para isso: 1) no caso de nova queda no mercado de ações, a “fuga para a qualidade” levaria investidores a comprar títulos do Tesouro; 2) imprimir dinheiro.

37. John Williams (shadowstats.com) pensa que a dívida será monetizada: o FED comprará a maior parte dos novos títulos do Tesouro e abrirá depósitos à vista em nome deste. Resultado: inflação e taxas de juros altas.

38. Não fosse o poder da oligarquia sobre a mídia, teria tido grande impacto o relatório ao Congresso da Comissão presidida pela Prof.^a Elisabeth Warren sobre o plano do Secretário do Tesouro. Resumindo, M. Whitney (Global Research 11.04.2009) mostra que Geithner e Bernanke, do FED, driblaram a oposição a mais resgates de bancos e arrumaram, além dos US\$ 700 bilhões do TARP (Troubled Assets Relief Plan), mais 3,3 trilhões por debaixo do pano, através de empréstimos e alavancagem para títulos sobre hipotecas insuscetíveis de recuperar seu valor antigo.

39. Os preços das casas nos EUA continuam caindo e com mais velocidade. O FMI estima em US\$ 4 trilhões o montante nominal dos derivativos ligados a hipotecas nas carteiras dos bancos. E há mais títulos tóxicos de outros tipos. O Tesouro assumirá as obrigações do FED com as “facilidades para empréstimos”.

40. Assim, o contribuinte será responsável por trilhões em quantidade desconhecida, gastos em investimentos murchos.

Para que moeda mundial?

Data: 21/05/2009 - Autor: Adriano Benayon

1. Não há como sair do colapso econômico e financeiro por meio de reuniões internacionais conduzidas pelas potências dominantes, cujos governos são completamente manipulados pelos oligarcas financeiros, os quais, para começo de conversa, foram quem produziu o colapso.

2. Como não poderia ser diferente, as decisões recentemente adotadas pelo G-20 são prejudiciais aos povos do Mundo. Essas decisões são as seguintes:

1) fornecer ao FMI dinheiro a ser criado pelos bancos centrais e governos de uns poucos países sem custo para os bancos centrais nem para o Tesouro deles (os outros países, cujas moedas não façam parte da cesta do FMI terão que tirar divisas de suas reservas internacionais);

2) reconstituir o poder e as atividades do FMI a fim de devastar ainda mais as economias já saqueadas pela globalização;

3) tentar instituir uma moeda mundial artificial e mal fundamentada (os direitos especiais de saque DES), para substituir o dólar doente, uma moeda hiperinflacionada e condenada a desaparecer, e tentar manter vivo esse fantasma, junto com outras moedas condenadas, como o euro e a libra.

3. De novo, as potências com direito a emitir as moedas da cesta dos DES continuariam lucrando com o privilégio da senhoriagem. A maioria dos países continuaria a sofrer perdas decorrentes desse privilégio.

4. Resumindo, essas medidas não passam de tentativa de resgatar um sistema que destrói o Mundo. Países como a Rússia, Argentina, Brasil e muitos outros não têm interesse em participar de tais esforços da “comunidade internacional”, algo que não existe (é um disfarce do puro imperialismo).

5. Não há necessidade de moeda internacional alguma. Cada país que tenha política monetária e de crédito saudável pode ter moeda estável e usá-la no comércio internacional. Isso pode ser realizado no comércio bilateral e no multilateral, por meio de acordos no espírito do Convênio de Créditos Recíprocos, assinado em 1968, em Lima, Peru, por membros da então Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC. Esse convênio foi raramente utilizado, porquanto o FMI e a oligarquia anglo-americana são, quase sempre, os suseranos dos bancos centrais latino-americanos.

6. Nesse esquema, o exportador de cada país é pago na moeda nacional de seu país. Os saldos são acertados a cada quatro meses e podem ser financiados a longo prazo pelos bancos centrais credores. Também podem ser compensados em base multilateral. Por exemplo, o país A tendo saldo positivo com o país B, que é credor do país C, este pode pagar ao A, em vez de ao B. As liquidações não devem ser feitas em dólares como se previa no Convênio, mas, em vez disso, em ouro, prata ou outro meio de pagamento objeto de acordo entre as Partes.

Mudança radical ou caos total

Data: 29/05/2009 - Autor: Adriano Benayon

1. Pior que mais do mesmo. O que vem acontecendo nos campos econômico, político e social? Mais do mesmo? Não exatamente. O que está em andamento na economia mundial e na brasileira também, que lhe está subordinada, envolve, sim, a repetição de novos e brutais engodos, mas isso não quer dizer que continue tudo igual.
2. Do modo em que estão sendo encaminhadas as políticas econômicas, a situação das sociedades nacionais tende a piorar, a ponto de determinar rupturas, não necessariamente orientadas no sentido de reverter o processo da destruição social.
3. Com efeito, as manipulações e fraudes financeiras adicionais, atualmente em marcha, terão efeitos ainda mais perversos que as precedentes, uma vez que as novas fazem deteriorar-se condições sociais já desestruturadas.
4. O que se pretende aqui salientar é o seguinte. O colapso financeiro continua a se aprofundar, e a oligarquia que o gerou, não foi apeada do poder real, aquele que impera sobre os supostos governantes, meros títeres dos concentradores financeiros.
5. Como estes últimos prosseguem no comando, mal velado, da política, da economia e de tudo mais, o que estão fazendo agora, decorrido mais de ano da entrada da economia mundial em profundo colapso, é tentar camuflá-lo.
6. No processo, obtêm lucros adicionais, como está ocorrendo com as bolsas de valores, em recuperação armada, que não deverá durar muito, trazendo perdas substanciais aos embarcados mais recentes.
7. Enquanto isso se avoluma o escandaloso socorro que a oligarquia determina aos ditos governos prestar a bancos e seguradoras afundados pelas apostas irresponsáveis nos derivativos.
8. Até o presente, só nos EUA, essa farra escandalosa já custou de 13 (treze) trilhões de dólares, em compras de títulos tóxicos, aportes de capital aos bancos, empréstimos e garantias. Para isso, bancos centrais e governos emitem moeda e títulos, pondo mais lenha na fogueira da próxima hiperinflação.
9. Por enquanto, como aconteceu com a Alemanha, durante a República de Weimar, antes de 1923, é a deflação que aparece, dada a depressão da economia, até que a hiperinflação entre em cena.
10. Como tenho assinalado, embora sejam inimagináveis as quantias gastas no socorro aos apostadores, que se cevaram em ganhos irreais com derivativos e outros títulos fajutos, essas quantias não passam de pequena fração das apostas totais em títulos mal fundados.
11. Ou seja, o equivalente a mais de US\$ 20 trilhões atirados em cima do colapso por governos europeus e dos EUA é quase irrelevante diante de possivelmente mais de uma centena de trilhões de

dólares, dado que a existência nominal de derivativos chegou a passar dos US\$ 600 trilhões (muitos denominados também em euros) e que percentual não desprezível disso está condenado a ruir.

12. Pior ainda, os concentradores financeiros continuam a iludir a grande maioria dos agentes econômicos, fazendo-os, como acima lembrado, embarcar em novas bolhas especulativas. Ou seja: cria-se intermitentemente a ilusão de que a “crise” está arrefecendo. Isso é feito por meio de emissões governamentais absurdamente inflacionárias, porque muito pouco delas serve para dinamizar a economia real, pois se destinam a cobrir rombos financeiros.

13. Por todas essas razões, não há saída para o colapso do sistema financeiro mundial, e a solução de interesse das sociedades é deixá-lo desmoronar, para que seja outro sistema instituído, claro que em bases distintas, i.e., livres da concentração oligárquica e dinástica que tem controlado o poder.

14. O que não deve passar despercebido é que, não havendo essa substituição sistêmica, e com urgência, os danos à Humanidade se irão tornando insuportáveis e irreversíveis. Em suma, ou se modificam radicalmente as relações de poder, ou se caminha para assistir ao fim da expectativa, um dia formulada, de vir a existir civilização e condições para a sobrevivência da espécie humana como tal.

15. Nesse caso estaria definitivamente confirmada a constatação do cientista alemão Max Planck ao ver as destruições das duas Grandes Guerras Mundiais do Século XX: “A tentativa da Natureza de criar um ser racional parece ter fracassado.

Mais sobre a crise das moedas e o FMI

16. A inflação das tradicionais moedas de reserva, como o euro, a libra esterlina, o franco suíço e o dólar, está causando um caos incontrolável no assim chamado sistema financeiro internacional. A notória impossibilidade de o dólar manter-se como moeda de reserva está também tendo resposta perversa por parte da oligarquia financeira, que dirige as tratativas governamentais no G-7 e demais foros.

17. De qualquer forma, para muitos da minoria na qual os concentradores não implantam antolhos, já é evidente que o dólar está sendo gradualmente afastado da espúria função como moeda mundial de reserva. Assim, escreve W. Joseph Stroupe, (Boletim de inteligência Global Events Magazine), no portal Asia Times Online (7/05/2009):

18. “A menos que você tenha estado escondido numa caverna em algum lugar, sabe que os grandes financiadores do Tesouro dos EUA, como a China e parceiros do Leste da Ásia, azedaram o futuro do dólar além do curto a médio prazos. Eles perderam inteiramente a confiança na capacidade de os EUA colocarem realmente em ordem as suas casas monetária, financeira e econômica, antes que as repercussões da sua política míope se manifestem com força total. Estão preparando soluções que levarão mais dois ou três anos para ser plenamente implementadas, mas que afastarão o dólar para as franjas da política monetária e financeira internacional.”

19. Em artigo escrito em abril e publicado em A Nova Democracia, nº 52, de maio deste ano, referi-me a diversas maneiras perversas de os causadores do colapso o aproveitarem para aumentar seu próprio poder. Uma é fazer dos direitos especiais de saque emitidos pelo FMI a nova moeda mundial.

20. Outra é impingir de novo o FMI para reger a economia de países afetados pela devastação globalizante. Acentuei também o aparente paradoxo de os dois países mais endividados do Mundo, os EUA e o Reino Unido, ficarem livres da destrutiva intervenção da notória instituição “internacional”.

21. Ora, quem deseje sobreviver se deve manter longe do FMI e rejeitar qualquer moeda mundial que seja. Esse é o caminho que o Brasil tem de fazer, desatrelando-se das reservas em títulos dos EUA e outros em dólares, nacionalizando sua economia e governando-a sob desconcentração.

22. Os que creem nosso País menos atingido pelo colapso mundial não perdem por esperar. Desde já estão aí, nos últimos seis meses, quedas substanciais na produção, nas exportações e no emprego.

Programa de emprego dos EUA

Data: 13/06/2009 - Autor: Adriano Benayon

1. Barack Obama anunciou programa para gerar “mais de 600 mil empregos”, sendo 135 mil na educação. Seriam investidos US\$ 787 bilhões por agências federais em obras de parques nacionais, aeroportos, estradas, escolas e centros médicos para veteranos.

2. Parece impressionante, mas há que avaliar o plano nos contextos da depressão econômica, eufemisticamente chamada de recessão, e do caos financeiro. Este é alimentado: 1) pelos derivativos e outros títulos podres, que não param de surgir; 2) pelas desbragadas emissões monetárias; 3) pela dívida federal que ascende a US\$ 15,5 trilhões este ano.

3. A depressão tende a ser mais profunda que a dos anos 30, a menos que: 1) se reedite nos EUA algo parecido com a 2ª Guerra Mundial, quando se mobilizaram 14 milhões de homens; ou, 2) a menos que se realize a desconcentração do sistema financeiro e da indústria e que o Estado use seu direito de criar moeda para financiar nova infraestrutura e estruturas tecnológica e industrial para produzir bens e serviços capazes de atender ao bem-estar da sociedade em seu conjunto.

4. A primeira possibilidade é a tradicional e perversa. A segunda implica erguer estruturas que, diferentemente das atuais, não sejam moldadas de acordo com os desígnios das oligarquias financeiras, notadamente as anglo-americanas.

5. Isso não faz parte dos planos dos czares da economia de Obama, todos ex-executivos de bancos e de empresas financeiras com culpas no colapso financeiro e favorecidas de forma inacreditável pelo governo dos EUA. É o caso do Secretário do Tesouro (T. Geithner) e do Presidente do Conselho Econômico da Casa Branca (L. Summers), sem falar nos diretores do Federal Reserve, banco central controlado por banqueiros privados.

6. Em suma, a administração de Obama é mais uma que diz estar enfrentando o colapso, enquanto despeja trilhões de dólares em benefício dos que o causaram.

7. Compare-se a cifra do pacote de empregos com a já despendida nos socorros a bancos submersos em títulos e créditos irrecuperáveis. Não é que US\$ 787 bilhões sejam pouca coisa. Entretanto, não passam de 5,6% dos US\$ 14 trilhões já despejados para socorrer a irresponsabilidade financeira, quantia equivalente ao PIB dos EUA.

8. Além de fortalecer a concentração financeira em detrimento da produção e do bem-estar do povo, essas despesas são as principais responsáveis pelo déficit público recorde, de US\$ 2 trilhões, e por astronômicas emissões de títulos do Tesouro e de moeda. Isso somente ainda não gerou a hiperinflação devido à depressão econômica.

9. Então, não há como sair desta em desencadear aquela. Pior, com a atual estrutura da economia, a simples atenuação da depressão poderá acender o pavio da inflação. Com a dívida federal de US\$ 15,5

trilhões, a qual cresceu US\$ 3 trilhões de 2008 para 2009, e mais o acima resumido, o dólar não tem qualquer condição objetiva de se sustentar como moeda internacional de reserva.

10. Ele é mantido em vida artificial mediante a agora indecisa colaboração de países como a China, que desejam livrar-se dos títulos norte-americanos, mas ainda não o fizeram, devido ao receio de precipitar a queda livre da moeda estadunidense.

11. Já se perderam 6 milhões de empregos desde dezembro de 2007, e o pacote dificilmente será suficiente para reduzir sequer ligeiramente a elevada taxa de desemprego, a qual, em maio último, atingiu 9,4%, a maior desde agosto de 1983.

12. Isso porque o investimento privado bruto (US\$ 2,1 trilhões em 2008) continua caindo. Além disso, estão em declínio as despesas dos Estados, condados e cidades, as quais, em conjunto, foram 45,6% da despesa pública total em 2008. Cada vez mais endividados, os governos locais não têm como evitar a queda nos gastos suscetíveis de criar empregos.

13. Ademais, nenhum dos projetos federais de criação de empregos contempla investimentos suscetíveis de alterar, sequer ligeiramente, as estruturas produtivas atuais, nem promover a recuperação do peso relativo das pequenas e médias indústrias, indispensável para a geração de empregos produtivos.

14. Entretanto, os US\$ 787 bilhões do pacote são mais que bastantes para tornar mais alarmante o déficit público, que, mesmo sem eles, já tende para mais de US\$ 2 trilhões. Acarretam mais emissões de títulos e de moeda, e estas já são excessivas, em função da prioridade de manter de pé os bancos concentradores envolvidos em montanhas cada vez maiores de títulos tóxicos.

Para onde fomos

Data: 01/07/2009 - Autor: Adriano Benayon

1. Para decidir para onde vamos, há que entender onde estamos, e isso nos impõe sair com urgência do caminho atual, tomando outro, livre de engodos financeiros e midiáticos.

2. Há mais de dois anos, venho descrevendo o colapso financeiro e a tendência à depressão econômica e social em âmbito mundial. Não estava sendo pessimista.

3. Os acontecimentos mais recentes são ainda mais escandalosos, não só pelos efeitos dos desmandos anteriores dos concentradores financeiros - sempre protegidos pelos “governos” – mas, adicionalmente em decorrência de novos cambalachos. A origem está na realidade política. Se esta não mudar, haverá desdobramentos cada vez mais destrutivos.

Finanças

4. Segue aumentando a taxa de rendimento dos títulos de longo prazo do Tesouro norte-americano. Que significa isso? Que crescem as dúvidas sobre a capacidade de ele honrar esses títulos, a não ser com o FED emitindo moeda em quantidades hiper inflacionárias e, assim, acabando com o valor do dólar e, assim, com o dos próprios títulos. Nos dois últimos meses, o dólar já se desvalorizou em relação a outras moedas dignas de pouco crédito, como o euro, em 13%.

5. Alguns investidores oficiais asiáticos teriam declarado que não deixariam de comprar títulos do Tesouro dos EUA se fosse abaixada sua cotação pelas agências de risco de crédito. Nem assim houve recuperação do dólar por mais de um dia.

6. A própria elevação dos juros desses títulos decorreu da redução do interesse por parte dos investidores. Ademais, houve vazamentos de “notícias” à imprensa por parte de funcionários do Federal Reserve - FED, segundo os quais esse órgão não estaria mais visando a metas para a taxa de juros de longo prazo.

7. Isso quer dizer que o FED está sem condições de determinar essas metas, uma vez que a dívida pública dos EUA, de US\$ 11,4 trilhões, já é alta demais e que as emissões de moeda também já ultrapassaram, há muito, os limites da razoabilidade.

8. A questão é financiar US\$ 2 trilhões do déficit federal dos EUA do ano corrente, ou até mais, pois a depressão econômica reduz as receitas públicas, e as despesas crescem em proporções imprevisíveis, em função dos socorros a bancos e a empresas. A propósito, os preços dos imóveis nos EUA continuam caindo.

9. A situação não é diferente em outros países do “Primeiro Mundo”, como o Reino Unido, onde o Banco da Inglaterra oferece a taxa de juros mais baixa, desde que foi criado em 1694. O colapso alastra-se a numerosos outros países, sem falar no Leste Europeu, arrasado após ter passado das mãos da burocracia dita comunista para os braços de máfias ligadas aos centros financeiros mundiais, notadamente Londres.

Brasil

10. Quanto ao Brasil, valeria a pena que Lula não ficasse encantado com as cantadas de Obama e resgatasse o que ainda pode ser salvo das reservas aplicadas em títulos do Tesouro dos EUA e em outros denominados em dólar e em outras ex-moedas-fortes. Provavelmente isso só será feito quando houver sistema de governo no Brasil em condições de atender o interesse nacional.

11. O País está em recessão há oito meses. A queda na produção foi brusca na indústria e logo se estendeu a outros setores. Nas seis regiões metropolitanas cobertas pelo IBGE, o número de desempregados atingiu, em março, 2 milhões, o mais alto em 18 meses, e a taxa de desemprego oficial chegou a 9%, a mais alta desde setembro de 2007. A queda do emprego industrial em um ano já ultrapassa 5%.

Depressão

12. A depressão avança Mundo afora. Um de seus traços é a vertiginosa queda do emprego. A taxa oficial de desemprego nos EUA subiu de 5% para 8,9% em doze meses, até abril de 2009. Nesse período, o número dos desempregados aumentou 6 milhões, chegando a 13,7 milhões de pessoas. Cresceu, pois, 78%.

13. Na França e na Alemanha o desemprego em 12 meses subiu “só” 24% e 25%, sendo as atuais taxas 8,9% e 6,4% respectivamente. No Reino Unido, aumentou 34%, taxa atual 7,1%. Nesses países, o nível de renda, a tecnologia industrial e os serviços mais qualificados possibilitam desemprego menos alto. Na Espanha, base subimperialista dos britânicos, ele aumentou 100%, e a taxa atingiu 18,1%.

14. Na Alemanha, cuja indústria de máquinas ferramentas é das mais competitivas do mundo, as encomendas caíram, em um ano, 58%.

Maternalismo – Bancos e GM

15. Os sistemas de comunicação e de “educação” costumam acoimar de paternalismo as medidas com que alguns Estados protegiam a sociedade, através de benefícios trabalhistas e previdenciários, cobertura de despesas médicas etc.

16. Essas políticas sociais dinamizam a produção de bens e serviços e suscitam o desenvolvimento econômico e tecnológico. Por isso mesmo contrariam os objetivos de governo mundial da oligarquia financeira, que as fez demolir, desde os anos 80, através da desregulamentação, das privatizações e demais aplicações da ideologia neoliberal.

17. Disso resultaram a concentração, a desindustrialização, a proliferação dos ativos financeiros, o cassino dos mercados manipulados, tudo desembocando no colapso econômico em curso.

18. Que sucede em escala crescente desde que grandes empresas e bancos ficaram em perigo? A criação do maternalismo: o Estado, controlado pela oligarquia financeira, cuida dos concentradores com mais desvelo que uma mãe, de seus filhos.

19. Está na hora de os sociólogos e “cientistas” políticos da USP e de outras universidades jogarem na merecida cesta do lixo os escritos em que menoscabam o paternalismo. Deveriam investigar o presente maternalismo.

20. Por exemplo, que faz Obama, tido por opositor do reacionário Bush? Diante do déficit orçamentário causado pelos indecentes aportes de trilhões de dólares do Estado em favor de grandes bancos e empresas, pretende cortar despesas dos programas sociais MEDICARE E MEDICAID, perfazendo US\$ 300 bilhões em dez anos.

21. Como foi a intervenção do Estado para promover a concordata da General Motors? Conforme George Palast (Global Research 02 de junho de 2009): 1) estão sendo eliminados 40 mil dos 60 mil empregos sindicalizados que restavam na GM; 2) uns poucos credores privilegiados, liderados pelo JP Morgan Chase Bank e pelo Citibank, vão receber 100% dos seus créditos (US\$ 6 bilhões), enquanto acionistas estão perdendo tudo, e outros credores, quase tudo; 3) o dinheiro em caixa do seguro de saúde dos trabalhadores aposentados será abocanhado para pagar credores e substituído por ações da companhia em estado falimentar (17% a 25% do total das ações).

22. O autor do plano é Steven Rattner, o Czar de Obama para a indústria automotora. Rattner decidiu o enquadramento da companhia na lei de falências. Seu esquema foge às regras legais, conforme as quais os trabalhadores perdem algum salário contratual, os acionistas ficam com nada ou quase, e os credores obtêm parte do que sobra.

23. JP Morgan e Citibank já sugaram cerca de US\$ 350 bilhões de ajuda por parte do Tesouro e do FED. Não coincidentemente, o Citibank pagou mais de US\$ 100 milhões ao executivo Robert Rubin, ex-Secretário do Tesouro e homem-chave na obtenção do apoio dos bancos à campanha de Obama.

Salve-se quem puder

Data: 10/08/2009 - Autor: Adriano Benayon

1. De há muito temos advertido: manter a quase totalidade das reservas em títulos norte-americanos custará muito caro ao Brasil, sem falar na China e na Rússia, que acumularam ainda maior quantidade desses títulos.

2. Para o Brasil seria mais fácil liquidá-los enquanto não perdessem a maior parte do valor nominal. De fato, sendo, no caso, menor o volume que o daqueles países, as primeiras vendas não desencadeariam desvalorização tão grande dos títulos.

3. Há dificuldade crescente de o Tesouro dos EUA conseguir compradores para a maior parte dos títulos que precisa emitir a fim de: 1) cobrir o crescente serviço da dívida federal; 2) continuar investindo no poderio militar imperial; 3) adquirir trilhões de dólares de títulos podres, como os derivativos, limpando os balanços de bancos que deveriam falir; 4) comprar ações desses bancos e de empresas industriais, sem, incrivelmente, assumir o controle.

4. A dívida federal chegou a US 11,5 trilhões em 30 de junho, tendo-se elevado em US\$ 2 trilhões nos últimos 12 meses. O déficit federal dos EUA aproxima-se de US\$ 2 trilhões, e diante das perspectivas de insolvência e de inflação, tem subido a taxa de juros, especialmente nos títulos de médio e longo prazo, o que, por sua vez, eleva o déficit.

5. Assim, parte crescente dos rombos tem sido “fechada” com emissões de moeda pelo FED, o banco central dos EUA, de propriedade de grandes bancos privados, os causadores do colapso financeiro, com que, de resto, lucraram ao criar os títulos podres.

6. Forma-se a hiperinflação, que só não se manifestou ainda nos preços de bens e serviços devido ao declínio da procura por causa da depressão.

7. O déficit cresce também com a queda da arrecadação fiscal, devido ao declínio da atividade econômica e do emprego. Com 467 mil demissões em junho de 2009, acumulam-se quase 7 milhões de novos desempregados desde dezembro de 2007, sem incluir o setor agrícola. A taxa de desemprego chegou a 9,5%, tendo quase dobrado desde junho de 2007.

8. Tal como numa República bananeira, ou pior, o Secretário do Tesouro, Geithner, apela aos bancos socorridos com dinheiro público, para que ajudem o governo a cobrir o déficit, adquirindo seus títulos. Espera que o presidente faça alguns telefonemas neste sentido: “comprem nossos títulos, ou a música vai parar”.

9. Ou seja: para dar dinheiro a bancos privados (cerca de US 12 trilhões até o presente), o Tesouro dos EUA emite títulos públicos, pagando juros, e pede aos bancos que, com o dinheiro, comprem esses títulos, sobre os quais eles ganharão juros. Claro que a maior parte daquele dinheiro foi arranjado com a emissão de moeda, privilégio pertencente ao FED, junto com os ganhos dele decorrentes.

10. É algo semelhante ao que se faz, há muito tempo, no Brasil, sendo as únicas diferenças: 1) o nível absurdamente alto das taxas de juros no Brasil; 2) não ser aqui o Banco Central privado, embora esteja igualmente a serviço dos bancos. Nos EUA o FED é privado, desde dezembro de 1913.

Desenlace próximo

11. Ao contrário do que propalam os economistas “bem comportados” e a grande mídia, os apuros dos bancos, principalmente nos EUA e na Europa, tendem a ressurgir de modo ainda mais intenso do que nos dois primeiros anos do colapso financeiro. Assim, o FED emitirá moeda em quantidades ainda mais espantosas do que já tem feito, para cobrir os novos rombos.

12. A propósito, os grandes bancos - que mandam no governo - têm usado o dinheiro que escandalosamente receberam dele, para fomentar novas bolhas, especulando em ações e na securitização, i.e., na criação de títulos, em que são empacotadas dívidas de empréstimos, inclusive referentes a novas hipotecas, e de cartões de crédito.

13. Tudo isso leva à mesma conclusão: não haverá, dentro de pouco tempo, mais como conter o afundamento do dólar, que vinha sendo evitado com a ajuda de grandes detentores estrangeiros de títulos estadunidenses.

Golpe mundial

14. Esse é o pano de fundo, oculto nos grandes meios de comunicação, das manobras da oligarquia anglo-americana para estabelecer a moeda internacional única. Isso significa consolidar e tornar mais absoluto o governo mundial, que já vem sendo exercido de fato por aquela oligarquia em grande número de países de todos os continentes.

15. Por incrível que pareça, a oligarquia aumenta sua concentração de poder não só nas conjunturas de produção em alta, mas também – e mais ainda – nas crises. As dinastias do poder real têm historicamente suscitado os colapsos financeiros e as depressões, para intensificar a concentração e para fortalecer-se institucionalmente.

16. Com crise aguda em 1907, os senadores e representantes ligados à oligarquia obtiveram no Congresso dos EUA a criação de Comissão Monetária Nacional supostamente para disciplinar o sistema financeiro.

17. A partir daí o grupo de grandes banqueiros norte-americanos e britânicos fez aprovar, de modo turvo, pelo Congresso, na calada das vésperas do Natal, a criação do Federal Reserve Bureau (o FED), imediatamente sancionada em lei, de 23 de dezembro de 1913, pelo presidente Woodrow Wilson, entrosado com a conspiração.

18. Esse foi o golpe inconstitucional que fez usurpar do governo dos EUA o poder de controlar a moeda e o crédito, em favor de um cartel de banqueiros privados. Foi precedido de intensa campanha, com a “justificativa” de que era necessário controlar o sistema financeiro em face dos abusos ocorridos em várias depressões desde 1873.

19. E o que está acontecendo agora nos EUA? O presidente Obama propõe plano para conceder ao FED, que é privado e não presta contas a ninguém, poderes totais de fiscalização e controle sobre os bancos e sobre toda a economia norte-americana.

20. As regras propostas garantem ao FED autoridade para regulamentar qualquer companhia cuja atividade lhe pareça ameaçar a economia e os mercados. O analista Harry Schultz traduz: “qualquer empresa que ‘ameace’ os interesses monopolistas dos banqueiros.”

21. Assinalam P. Joseph e S. Watson: “A reforma de regulamentação de Obama não passa de luz verde para que o cartel de bancos privados assuma por completo o controle dos EUA, usurpando os poderes das instituições de regulamentação existentes, as quais estão sendo recriminadas em face da crise financeira, a fim transferir esses poderes para o todo poderoso FED.”

22. “O governo deseja entregar tudo a uma corporação privada monolítica, a um bando de banqueiros que engoliram dinheiro dos contribuintes em quantia quase igual ao PIB e que estão dando uma banana à pergunta de para onde foi esse dinheiro.”

Às vésperas do desenlace

Data: 10/08/2009 - Autor: Adriano Benayon

1. As bolsas de valores vivem nova euforia, coisa normal em seu usual comportamento ciclotímico. Para ter ideia dessa esquizofrenia vejam-se as ações de empresas.

2. Nos EUA, o índice Dow Jones, média das ações das 30 empresas mais importantes da indústria (blue chips), estava em 12.000 pontos, em meados de 2008, mesmo com o colapso financeiro já presente.

Em abril de 2009, tinha caído para 6.500 pontos, perdendo 46% do valor em menos de um ano. Em agosto de 2009, o índice registra significativa recuperação, atingindo 9.300 pontos, tendo-se elevado em 43%. Reduziu, portanto, a perda, em relação a meados de 2008, para somente 22,5%.

3. As ações cotadas na bolsa brasileira, BOVESPA, desvalorizaram-se em 45,5% entre agosto e novembro de 2008, ou seja, percentual semelhante ao do Dow-Jones, mas com velocidade muito maior, já que o período da comparação é menor. A recuperação é ainda mais espetacular que a de Wall Street, porquanto, de novembro de 2008 para cá, a valorização foi de 87%, e o índice atual ultrapassa o de agosto do ano passado.

4. Os mais iludidos pela mídia pensam que a alta das ações das empresas correlaciona-se com a melhora da economia. Isso tem sido desmentido pelos fatos. As bolsas de valores, e sobretudo as ações, têm sido tradicionalmente os mercados para os quais os concentradores financeiros direcionam os investidores menos avisados. São, na realidade, cassinos manipulados pelos grandes operadores. Nos EUA há canal de TV exclusivo para investimentos, e o mercado com maior cobertura é o de ações. O mesmo, ocorre nos canais das grandes redes nacionais de televisão, como no Brasil.

5. Nos EUA e em outros mercados mundiais, a alta das ações, do petróleo e das mercadorias (commodities) decorre do que resumo a seguir.

6. Os grandes bancos deveriam estar falidos, em função das especulações malsucedidas com derivativos e demais títulos tóxicos (com os quais haviam obtido lucros enormes em cima do nada). Foram socorridos com trilhões de dólares do contribuinte, por meio do Tesouro dos EUA e do Federal Reserve. Esse banco central, como observou Mike Whitney, é o braço de política dos grandes bancos e distribuidoras de valores.

7. Ora, os concentradores estão aplicando boa parte do dinheiro recebido do Estado nas bolsas de valores e nas de mercadorias, prosseguindo em sua especialidade: ganhar dinheiro com a manipulação dos mercados financeiros, sem se interessar pela economia real. Por que fazem isso?

Novas bolhas

8. Explicam competentes analistas estadunidenses, em geral ignorados pela grande mídia desse país e dos demais: os bancos têm rombos potenciais gigantescos, em função das bolhas anteriores, como a imobiliária (residencial) e a dos cartões de crédito, além de novas bolhas, como a dos títulos tóxicos montados em cima de empréstimos referentes a imóveis comerciais. Só essa, em vias de estourar, é estimada em US\$ 3 trilhões.

9. Pretendem, através de ganhos com manobras especulativas em ações, mercadorias, taxas de câmbio etc., compensar as perdas futuras e certas, provenientes de mais estouros de bolhas: antigas e novas. Mas estão criando, bolhas ainda maiores ao tentar salvar-se da ressaca dos títulos tóxicos já riscados no balanço de seus ativos, sem falar nos esperados para breve.

10. Nos EUA dois bancos apenas lideram os movimentos do mercado financeiro, o JP Morgan e o Goldman Sachs, este, no momento, o de maior influência sobre o governo. Depois de ter sido socorrido com os programas federais, o Goldman vem comandando, entre os outros, a alta do preço do petróleo, com o que obteve boa parte de seu elevado lucro no último trimestre. Usa, ademais, computadores supervelozes para fazer transações em minúscula fração de segundo, antes que os demais possam reagir.

11. A Gavin Marshall chama de mãe de todas as bolhas o salvamento dos bancos, por parte do governo. De fato, a grande elevação nos preços das ações e das mercadorias está acontecendo junto

com a economia mundial deprimida. Ademais nada se está fazendo de sério para reverter a depressão, que, assim, tende a se acentuar. Estão presentes, portanto, todos os ingredientes para aprofundar-se, em breve, o colapso financeiro.

12. Há uma diferença importante em relação às sucessivas crises anteriores: na próxima e mais aguda crise, já não haverá como evitar o colapso sistêmico por meio das operações de salvamento com recursos públicos, emissão de moeda e de títulos governamentais.

13. Os US\$ 13 a 14 trilhões, já metidos naquelas operações, são mais que suficientes para tornar incontrolláveis os agregados monetários da economia dos EUA, tornar os títulos norte-americanos ainda menos atraentes do que já eram, e afundar o dólar. Entretanto, os cálculos de gente séria apontam para, até o fim deste ano, novos rombos da ordem de US\$ 20 a 25 trilhões.

14. Neil Barofsky, inspetor geral do programa de alívio dos ativos tóxicos (TARP) estima que as várias agências do governo dos EUA já estão expostas a risco de US\$ 23,7 trilhões, por causa dos esquemas para salvar os grandes bancos.

Resultados da globalização

15. Outra coisa: entre as muitas gracinhas que a globalização suscitou, para grande satisfação do demônio, está o fato de os bancos e fundos de investimento de cada país participarem das jogadas financeiras em mercados de outros países ou regiões.

16. Os prejuízos potenciais dos bancos europeus, a aparecer dentro de meses, podem atingir o equivalente a US\$ 25 trilhões. Somados aos que se desenham nos EUA, os rombos em perspectiva aproximam-se de US\$ 50 trilhões.

17. Por conseguinte, pode-se ter certeza de que a próxima crise será generalizada. Além disso, deverá ser sistêmica, por serem as quantias envolvidas insuscetíveis de ser cobertas pelos pacotes de ajuda de governos e entidades multilaterais, como a União Europeia, e de instâncias internacionais, como o FMI.

18. Sem que a oligarquia financeira renuncie a seu poder totalitário sobre nações e governos, falta, dentro das políticas econômicas, saída para escapar ao colapso financeiro sistêmico e à depressão mais profunda da História. Parece, pois, claro que dita oligarquia suscitará, internamente, mudanças institucionais na direção do fascismo e, externamente, recorrerá a guerras de grande porte.

Brasil

19. Não há como, sem se desatrelar dos vínculos com os centros hegemônicos, livrar-se dos efeitos grandemente danosos do colapso mundial, entre outros: desvalorização das reservas; fuga de capitais; queda no valor das exportações; consequente crise nas contas externas; queda dos investimentos produtivos, já diminutos, das transnacionais, que dominam a estrutura produtiva. Perspectiva de progresso: somente fazendo reverter as políticas da globalização, a começar pelas privatizações.

Momento decisivo

Data: 26/09/2009 - Autor: Adriano Benayon

1. Há bastante tempo trato do colapso mundial e de suas sequelas. Insisto nesse tema, porque se está diante de algo cuja dimensão implica um salto de qualidade, para baixo, na história do homem.

2. A tendência é instalar-se longo período de trevas, como na Europa no final da Idade Média, ou ainda pior: o império totalitário, que se quer implantar em definitivo, controlando os recursos tecnológicos e tudo mais. É, portanto, importante que se despertem consciências para evitar a supressão da humanidade, em andamento por conta desse desígnio da oligarquia concentradora.
3. Continuam em expansão imensas bolhas especulativas nos mercados financeiros mundiais, aumentadas por meio de mais emissões de moeda e de títulos que as dinastias oligárquicas forçam os governos a fazer.
4. Nada disso foi revertido. Bem ao contrário. Entretanto, políticos e grande parte da mídia, na Alemanha e na França comemoram o “próximo fim” da crise e a recuperação da economia, porque as estatísticas indicam ligeira elevação no PIB desses dois países, de abril a junho, além da alta das bolsas de valores.
5. A causa dessa alta, que infla mais as bolhas, é que parte dos trilhões de euros despejados nos bancos são aplicados nessas bolsas e nas de mercadorias, como mostrei em artigo deste mês, “Às vésperas do desenlace”.
6. Leia-se Ulrich Rippert, na Global Research, em 23.08.2009: “Comparada com um ano atrás, a economia alemã apresenta declínio de 7%. Dentro de poucos meses, o esquema alemão de ‘dinheiro para sucatas’ vai expirar, acelerando a queda da indústria automobilística e de autopeças. As consequências para as indústrias siderúrgica, química e de máquinas ferramentas alemãs já se fizeram sentir.”
7. Mesmo na França e na Alemanha, onde - ao contrário do Reino Unido, da Espanha, da Itália e da maioria dos demais na Europa - o Estado ainda não se considera falido, as dívidas públicas crescem vertiginosamente. Há, pois, sérias dúvidas sobre a capacidade financeira e política dos governos de conceder novos pacotes trilionários para cobrir os rombos das antigas bolhas, não de todo rebentadas, e os das mais recentes.
8. É o que acontece em maior dimensão nos EUA, onde o Tesouro federal e os dos Estados têm dívidas incontáveis.
9. Cito Bob Chapman (Global Research, 13.08.2009): “A bolha do FED em favor de Wall Street, vai precisar de, pelo menos, US\$ 2 trilhões mais em 2010, apenas para que a economia não soçobre.”
10. Há liquidações em massa por fazer nos bancos e indenizações de seguros. O que o Tesouro dos EUA e o FED terão de meter nisso ultrapassa, em muito, os US\$ 23,4 trilhões já despejados, usando dinheiro dos contribuintes e emitindo moeda e títulos públicos.
11. Aduz Chapman que o FED está em processo de monetizar US\$ 2 trilhões em títulos do Tesouro e das agências públicas da área imobiliária, bem como obrigações em colateral, detidas por emprestadores. Diz mais: “É segredo o que o FED está pagando por esses papéis quase sem valor.”
12. Enquanto isso, órgãos da imprensa mundial transbordam de otimismo: O semanário Die Zeit, de Hamburgo: “Finalmente, a Recuperação!” O New York Times: “Banqueiros de Investimentos estabelecem tendência de alta.” E o Wall Street Journal: “Mais progresso no mundo dos negócios”
13. Rippert observa que essas manchetes lembram as de 1931, quando as bolsas haviam recuperado parte do perdido em 1929, embora, em 1931, a depressão estivesse em marcha. Como tenho afirmado, ela só terminou nos EUA em 1943, enquanto a maior parte do Mundo era devastada com a 2ª Guerra Mundial.

14. O emprego nos EUA galopa para o fundo, já se tendo acumulado mais de 9 milhões de novos desempregados nos últimos 30 meses. Na Europa a taxa de desemprego também cresceu e aumentará mais, com a dispensa dos que estão em horário reduzido.

BRASIL

15. Há poucos indicadores positivos e sempre, é claro, dentro dos absurdos estruturais que fazem vegetar na miséria ou em condições inadequadas a maioria da população, em afronta a seu belo potencial e aos maravilhosos recursos naturais.

16. Em dois anos, de 2007 a 2009, a taxa oficial de desemprego dobrou para quase 15%. O salário médio caiu mais de 20% desde 2005. De janeiro a julho de 2009, em comparação com 2008, as inadimplências de empresas cresceram 30%, e houve queda de 24% no valor das exportações e de 30% no das importações.

17. Como tenho dito, o Brasil não está imune à depressão mundial, que se aprofunda. Em 1º lugar, as empresas grandes e medias estão nas mãos de transnacionais sediadas no exterior, à exceção de poucas estatais, como a Petrobrás, e alguns conglomerados privados, ainda assim com participação estrangeira.

18. Em 2º lugar, nas exportações os bens intensivos de recursos naturais têm participação cada vez maior, já da ordem de 70%, no total. Isso denota a estrutura semicolonial do País, uma vez que no comércio mundial a participação desses bens é da ordem de 10%.

19. As commodities tiveram alta em 2009, em função da especulação com o dinheiro que sobra nos países importadores, cujos detentores não investem produtivamente, em face da depressão. Com o prosseguimento desta e a acumulação de estoques, especialmente na China, a demanda pelas commodities vai cair muito.

20. A China, que se tornou o principal importador do Brasil, também está às portas de crise, decorrente da especulação, tendo os lucros das empresas caído 30%, enquanto o índice da bolsa de Changai se elevou em 80%. Ademais, forma-se naquele país colapso imobiliário de grande intensidade.

21. Há, ainda, enormes perdas à vista com o iminente afundamento do dólar. Para China, Japão e outros, o montante dos títulos em dólar é catastrófico. No Brasil, eles formam a quase totalidade das reservas. Ora, sem contar o impacto proveniente da queda econômica naqueles países, isso é suficiente para tornar insustentável a posição das contas externas.

22. Mesmo antes de isso ocorrer, a economia brasileira vem sendo, há muito tempo, enfraquecida por se ter tornado a zona livre de saqueio que descrevi em numerosos artigos anteriores.

23. A estreiteza do campo de visão, por ideologia e pela mesquinhez da ótica partidária, faz que a maioria da opinião se divida em dois grupos: 1) os que imaginam estar tudo bem, acreditando que Lula faz o melhor possível, dadas as pressões do poder econômico (estrangeiro); 2) os que creem que as coisas estão péssimas, em face de crise ética, fomentada pela mídia e por políticos “atucanados”, cujo próprio rabo fingem não enxergar. Pretendem fazer esquecer os profundos estragos estruturais infligidos ao País nos oito anos do deletério reinado de 1995 a 2002.

24. Uns e outros ignoram o baixo potencial de progresso e de criação de empregos sob a atual estrutura econômica, que o próprio BNDES torna ainda mais concentrada, financiando principalmente empresas transnacionais, além de poucas estatais e conglomerados privados, como mostrou M.A. Campanella, em artigo disponível em www.horadopovo.com.br.

25. Vai ser precisa perspectiva bem diferente para que o Brasil se salve do naufrágio global.

Hora de acordar, Brasil

Data: 11/10/2009 - Autor: Adriano Benayon

1. Faz tempo que advertimos: manter-se atado ao “sistema financeiro internacional” custará caro a todos os povos, e tanto mais caro quanto maior, em cada país, seu entrosamento com esse “sistema” e quanto mais tempo isso dure.
2. No artigo *Derivatives Collapse and the China Gold and Silver Markets* - publicado por Global Research, 10.09.2009 – Bob Chapman mostra que o império anglo-norte-americano amarrou dentro de estreita armadilha os países detentores de créditos em dólares, exercendo sobre eles pressão político-militar e/ou enganando e cooptando seus dirigentes políticos.
3. Entre outros, chineses, japoneses, alemães e árabes. A China, um dos poucos países com poder para retaliar e exigir compensações, foi induzida a não só acumular dólares em quantidade estarrecedora, mas também a fazer apostas erradas nos mercados financeiros, adquirindo títulos - com a obrigação de, no futuro, entregar ouro e prata - derivados de contratos detidos por bancos estrangeiros.
4. Dada a tendência, cada vez mais clara, à valorização dos metais preciosos, os logrados que ficaram com esses derivativos sofrerão enormes prejuízos, pois, para entregar esses metais, terão de comprá-los a preços mais elevados. Esses contratos, chamados *forward*, são, na maioria, negociados fora das Bolsas e exigem o cumprimento da obrigação ao final do prazo estabelecido.
5. Como outros, os chineses demoraram a perceber a dimensão da enrascada em que caíram ao comprar títulos denominados em dólares. Eles vêm, nos últimos meses, procurando vendê-los e comprar ouro e metais preciosos. Além disso, o governo da China está aconselhando seus cidadãos a fazer o mesmo. Ademais, proibiu as exportações de prata.
6. Ainda mais preocupante para os concentradores anglo-americanos, controladores das finanças mundiais: diante da escalada nos preços dos metais preciosos, o governo chinês fez saber que cogita renegar contratos *forward*, por força dos quais teria de entregar quantidades volumosas de ouro e prata.
7. Um dos objetivos dos anglo-americanos ao induzir os chineses e outros a adquirir esses derivativos foi obrigar os detentores de títulos dos EUA a não despejá-los no mercado, pois, se assim o fizerem, farão elevar o preço dos metais preciosos, sofrendo, em consequência, vultosos prejuízos.
8. Em setembro, o ouro voltou a ultrapassar US\$ 1.000,00 por onça, apesar das jogadas e pressões dos concentradores financeiros anglo-americanos, coadjuvados por seus satélites europeus, para manter baixo o preço. Nesse contexto, os bancos centrais têm-se desfeito, nos últimos anos, de suas reservas em ouro, o que beneficia adicionalmente os oligarcas, que o têm podido adquirir a preço baixo.
9. É interessante notar que esses oligarcas, sobretudo os britânicos, são os maiores detentores do ouro existente no mundo, tanto em cofres de bancos, como em minas de todos os continentes.
10. Podem-se esperar, portanto, grandes embates no jogo de poder mundial no último trimestre do ano, quando deve ficar desmoralizada a farsa de que a “crise” está terminando.

11. Novas bolhas vão espocar, como as mencionadas em meus artigos recentes. Só nos EUA, até agora, o Estado gastou com elas US\$ 23 trilhões. As emissões monetárias para cobrir os novos rombos certamente farão intensificar a descrença dos fundos soberanos chineses e de outros países em preservar o valor de suas vultosas carteiras de títulos norte-americanos.

Depressão, desemprego e guerra

12. Com a confirmação, em breve, de que o colapso financeiro mundial e a depressão se aprofundarão, o cenário de confrontação se tornará mais explícito, levando a conflitos armados e/ou a soluções de compromisso entre países dotados de poder real, ou seja, militar - inclusive nuclear -, industrial e tecnológico.

13. O desemprego, em proporções jamais vistas, acarretará lutas sociais às quais os governos títeres da oligarquia reagirão por meio de repressão e, em parte, de investimentos econômicos e sociais.

14. Estes, porém, são inviáveis se forem mantidas as atuais moedas e não se cancelar os títulos tóxicos e liquidar os bancos que os detêm. Isso porque a dimensão dos déficits públicos é incontrolável, mesmo sem grandes iniciativas sociais. Mais que isso, elevar, em favor destas, as emissões de moeda, que já são estratosféricas, desencadeará a hiperinflação. A saída clássica, para as poderosas dinastias, é a guerra de grandes proporções.

15. De qualquer forma, o povo norte-americano é participativo, e os protestos e manifestações já contam com dezenas de milhões de pessoas, embora os grupos estejam, em geral, desorientados e ideologicamente divididos.

16. O desemprego, altíssimo e crescente, também na Europa, aumentou em mais de 10 milhões nos EUA, nestes dois anos, incluindo os que decidem parar de buscar trabalho, e a cifra segue crescendo a ritmo mensal entre 600.000 e 1 milhão.

17. A taxa oficial, grandemente manipulada, de quase 10%, mais que dobrou desde 2007. O desemprego que inclui os trabalhadores a título precário e os de tempo reduzido, está perto de 21% da força de trabalho.

18. A Flórida tornou-se o 19º estado a recorrer a crédito para pagar benefícios sociais. Na Califórnia, onde estão sem emprego 40% das pessoas em idade de trabalhar, o governo, em estado falimentar, cortará, este mês, 140.000 beneficiários.

Brasil

19. Tenho repetido que os efeitos no Brasil já são graves e que não passa de paliativo a tentativa de elevar os gastos sociais e os investimentos, via BNDES, inclusive elevando, para isso, a dívida pública.

20. O jogo de poder mundial, sempre pesado, vai sê-lo ainda mais, e para o Brasil é preferível que se prolongue o conflito entre países com poder real a que eles se entendam.

21. Para países destituídos de poder, a chance de mudar de rumo depende da desordem no sistema imperial, infinitamente melhor que a ordem mundial pretendida pela oligarquia. São condições favoráveis à organização da sociedade brasileira para se dotar de instituições capazes de a levar a evoluir: 1) o impacto da depressão; 2) o choque causado pela transformação em caos do sistema financeiro internacional; 3) a confrontação entre as potências.

22. Urge, em suma, para o Brasil, encontrar o rumo da independência, saindo da subserviência em que afunda desde 1954, com o Estado financiando e subsidiando as transnacionais. Elas se tornaram

a classe dominante no País, têm tido acesso gratuito às suas fabulosas riquezas naturais e feito esmagar as atividades industriais e tecnológicas dos brasileiros.

País ocupado

Data: 15/11/2009 - Autor: Adriano Benayon

1. O Financial Times, em 19.10.2009, disse que o Brasil é a potência do Século XXI a ser observada. Dois dias depois, comentando o IOF de 2% sobre o ingresso de capitais estrangeiros, o mesmo jornal sustenta que isso decorre do “êxito” do Brasil. O aspecto mais enganoso dessas avaliações é a suposição de o capital estrangeiro ser benéfico para o País.
2. A imprensa ligada ao establishment oligárquico não para de exaltar o desempenho do Brasil. Não é novidade elogiarem, sempre que bancos e transnacionais recebam todas as facilidades e subsídios para se apropriar das riquezas do País. Ademais, estão de olho no petróleo do pré-sal.
3. A indústria brasileira começou a ser liquidada, em 1954, por meio do golpe udenista-militar que, pela segunda e definitiva vez, afastou o presidente Getúlio Vargas. Dias depois do golpe foram criadas vantagens absurdas em favor do capital estrangeiro. JK não só as manteve como as ampliou. Eleito, antes da posse, foi ao exterior para atrair ‘investimentos’ estrangeiros.
4. De 1964 a 1966, medidas brutais foram adotadas para acelerar a liquidação de indústrias de capital nacional. No início dos anos 70 Delfim Neto concedeu mais subsídios desmedidos às transnacionais, especialmente para a exportação.
5. Os resultados, em menos de 20 anos (1954-1974), foram documentados em relatórios como o de Newfarmer e Mueller para a Comissão de Assuntos Estrangeiros do Senado dos EUA, 1975: intensa concentração da oferta nos setores industriais nas mãos de três a quatro empresas; predomínio das multinacionais.
6. Sem quase nada investir as transnacionais ocuparam os espaços durante os falsos milagres econômicos (1956-1960 e 1969-1974). Ficou tudo por conta do Estado. A prodigalidade deste levou o País a pesado endividamento. Os programas hidrelétrico e siderúrgico e obras da infraestrutura foram feitos sob dependência tecnológica e financeira, com importação de máquinas e equipamentos sobreavaliados, onerados por “serviços” e tecnologia não-absorvida, em pacotes fechados.
7. Aos “milagres” seguiam-se ressacas, agravadas por políticas fiscal, monetária e de crédito restritivas, a pretexto de combater a inflação, às expensas dos assalariados e das empresas de capital nacional. Isso as inviabilizou, fazendo-as fechar ou ser compradas pelas estrangeiras, a preços risíveis.
8. Ao final do segundo “milagre” (1975) o Brasil caminhava para o desenlace, em 1982, da dívida externa, que crescia impulsionada pelos mecanismos da agiotagem, mesmo com a queda nos investimentos produtivos.
9. Veio o colapso das contas externas, as moratórias e os acordos extorsivos ditados pelo cartel dos bancos “credores” com total conivência do “governo” do Brasil, que se omitiu diante da proposta argentina de criar um clube de devedores com o Brasil e o México.
10. Isso propiciou as intervenções do FMI para estancar os investimentos públicos, que haviam sustentado o crescimento. Foi arrasado o que restava da capacidade de sobreviver das médias e grandes empresas de capital nacional. O resultado, mais tarde, foi que a participação das

transnacionais sobre o faturamento total de dezoito cadeias industriais atingisse 36% em 1996 e saltasse para 52% em 2000.

11. Após dominar a indústria, as transnacionais apropriaram-se das estatais com as privatizações. A União Federal praticamente nada recebeu por elas e gastou centenas de bilhões de reais para entregá-las. Cartéis estrangeiros apossaram-se dos serviços públicos, como energia, água, saneamento, telecomunicações, cujas tarifas se elevaram muito acima da inflação.

12. Houve, ainda, as escandalosas doações de bancos, inclusive o maior banco estadual do Mundo, o BANESPA, ao Santander, espanhol, teleguiado por Londres. Outro expoente do imperialismo britânico, o HSBC, ficou com o Bamerindus. O holandês AMRO, com o Banco Real. Hoje, dos sete maiores bancos privados cinco são estrangeiros, e o Banco Central - na prática, acima do governo – proporcionou-lhes os juros mais altos do mundo e lucros jamais vistos.

13. As estatísticas subestimam o grau de controle da economia brasileira pelas transnacionais. Consideram como tais só as empresas com maioria oficial de capital estrangeiro, tomando por nacionais as participações dos laranjas ou testas-de-ferro, além de ignorar a propriedade das ações ao portador.

14. Exemplos são as portentosas PETROBRÁS e Vale do Rio Doce. Na primeira, o controle não é de estrangeiros, mas a participação destes no capital tornou-se elevadíssima. Mais ações são negociadas em Nova York que na BOVESPA, devido à deletéria lei 9.478, de 1997, uma das desastrosas medidas ditadas do exterior durante os oito anos de FHC.

15. Na VALE tudo é obscuro. Os fundos de pensão são os maiores acionistas. O controle oficial seria do BRADESCO, em parte nacional, mas a participação estrangeira tem conotações estratégicas que transcendem os meros percentuais da contabilidade acionária.

16. Em grande número de empresas, mesmo abstraindo os laranjas e as ações ao portador, participações abaixo de 50%, e bem menos, são suficientes para que a transnacional tenha o poder decisório. A propriedade da tecnologia é um dos fatores para isso.

17. A partir da fatídica presidência de FHC, o BNDES deixou de financiar estatais e passou a beneficiar empresas estrangeiras, inclusive nas negociatas das privatizações. Atualmente elas são as maiores tomadoras do crédito desse estupendo banco.

18. As transnacionais vêm, nos últimos quinze anos, ocupando de maneira intensa os poucos setores em que não tinham presença dominante, como informática, agronegócio, comércio varejista, turismo e hotelaria.

19. É com base em estatísticas subestimadoras do controle estrangeiro que, por exemplo, Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, disse, em entrevista de 23.03.2009, que o capital estrangeiro controla 25% do PIB brasileiro e mais de 40% da produção industrial e das exportações.

20. Aduz que essa proporção é 60% na indústria de bens de capital e na automotora, uma subestimação grosseira, pois praticamente 100% desta pertencem às transnacionais, tendo a política econômica e decisões do governo feito fechar as fábricas nacionais. Nas autopeças, o percentual das brasileiras caiu para menos de 20%. Antes de 1990, era superior a 50%.

21. Gonçalves reconhece que o Brasil ficou com reduzida capacidade de resistir à crise global, afirmando: “A atuação das empresas depende das matrizes, que se aproveitam do resultado das melhores filiais. As cadeiras produtivas das montadoras dependem do mercado internacional em 19,5%. Como é uma cadeia produtiva muito significativa, pega desde a pecuária na produção de couro,

para os bancos dos automóveis, até química, plástico, borracha, metalurgia, siderurgia e eletroeletrônica.”

22. “Essa cadeia produtiva tem como eixo estruturante as montadoras, e quando há problema lá fora, há um rearranjo nos fluxos financeiros via remessa de lucros e dividendos, repatriação de capital, pagamento de patentes, empréstimos intercompanhias, uso da tesouraria para cobrir buracos externos ...”

23. Carlos Lopes, do Hora do Povo, observa: “As telecomunicações, a distribuição de energia elétrica, a distribuição de gás, as Tvs a cabo (através de ‘laranjas’) são casos notórios. Mas não são apenas esses setores ...” “O leitor já ouviu falar nas empresas norte-americanas General Growth Properties (GGP), CB Richard Ellis, no Becker Group ou na canadense Ivanhoe Cambridge? São empresas que possuem provavelmente a maior parte - dos shopping-centers instalados no nosso país.”

24. “Nem vamos falar dos supermercados - onde o americano Wall-Mart, o francês Carrefour e o meio-francês Pão de Açúcar monopolizam o comércio...”

25. “Recentemente as 145 lojas da Rede Quero Quero, que vende material para construção civil e mais quase tudo que se possa imaginar no Sul do país, passaram para a propriedade do fundo norte-americano Advent. O grupo francês Louis Dreyfus é um dos maiores produtores de açúcar e álcool - depois de adquirir as usinas do grupo pernambucano Tavares de Melo.”

26. Ao contrário do que imagina Lopes, os investimentos estrangeiros de antes não eram melhores que esses, apesar de serem originais e produtivos. Por isso mesmo não devem ficar sob controle tecnológico e financeiro estrangeiro. Além disso, o Brasil pagou fortunas por equipamento sucataado pelas matrizes das transnacionais, que o registravam a valores altíssimos como investimento direto estrangeiro, tomavam conta do mercado e passavam a importar insumos a preços superfaturados e a arranjar n formas de transferir dinheiro para o exterior a título de serviços, superfaturados e até fictícios.

27. No próximo artigo quantificarei as remessas de lucros das transnacionais, tanto as oficiais - que têm crescido enormemente - como as mascaradas, realizadas a quinze títulos diferentes em contas do comércio exterior, de rendas e de serviços, que enumero no capítulo 7, “Empresas transnacionais e transferência de recursos” do livro “Globalização versus Desenvolvimento”.

Brasil, país saqueado

Data: 10/12/2009 - Autor: Adriano Benayo

1. Em recente artigo, “Brasil, País Ocupado”, historiei a tomada do espaço econômico brasileiro por transnacionais, sediadas na maioria em países hegemônicos (EUA e Reino Unido) e em seus associados menores (Alemanha, Japão, França etc.).

2. Para fazer aceitar como natural e vantajosa a entrada de investimentos estrangeiros, os donos do poder mundial comandam, há mais de século, intensiva lavagem cerebral realizada por prestigiosas universidades e centros de estudos, que sustentam financeiramente, afora a grande mídia.

3. Bem analisada e compreendida, a realidade deveria desiludir os crentes nessa propaganda enganosa, exceto os bloqueados emocionalmente e os que fazem meio de vida da louvação às transnacionais.

4. Isso demanda avaliar as remessas ao exterior de rendimentos do capital estrangeiro. Ademais do item "rendas" no Balanço de Pagamentos do Banco Central, há as despesas superfaturadas e as fictícias, contabilizadas no item "serviços", além do superfaturamento de importações e o subfaturamento de exportações de bens. Recorde-se que as empresas transnacionais controlam, no mínimo, 60% do comércio exterior do País.

"Rendas"

5. O item "rendas" inclui: 1) os lucros dos investimentos diretos (IDEs) das empresas transnacionais; 2) os lucros de transnacionais e de pessoas físicas e jurídicas estrangeiras provenientes de ações e participações em outras empresas, ou seja, dos investimentos em carteira (ICs); 3) os juros dos empréstimos intercompanhias (de matrizes das transnacionais para as subsidiárias); 4) os juros dos empréstimos em geral.

6. O total bruto das remessas oficiais a título de rendas atingiu US\$ 52,9 bilhões em 2008. Deduzidas as rendas de investimentos brasileiros no exterior, o líquido foi US\$ 40,6 bilhões. Essa quantia é o dobro da de 2004 e mais de quatro vezes maior que a verificada em 1990. O líquido acumulado de 1995 a 2008 soma US\$ 292,2 bilhões.

"Lucros e dividendos"

7. Considerando somente os lucros e dividendos, também houve novo recorde em 2008: US\$ 35,4 bilhões (bruto) e US\$ 33,9 bilhões (líquido). Essas transferências quadruplicaram-se em apenas quatro anos, de 2004 para 2008, em ritmo, portanto, mais acelerado que o conjunto das rendas.

8. No auge dos ingressos, 1999-2003, a entrada líquida de IDEs totalizou R\$ 89,4 bilhões. No quinquênio seguinte, 2004-2008, as remessas oficiais (só essas) de seus lucros somaram US\$ 73,2 bilhões, ou seja, 82% daqueles ingressos.

9. Ora, ao longo de 2004-2008 os novos ingressos líquidos, embora ainda altos, caíram para US\$ 63,2 bilhões quantia bem inferior aos US\$ 73,2 bilhões das transferências oficiais de lucros no mesmo período. Ao lado da queda nas entradas, vê-se grande e célere aumento nas saídas de recursos com as transferências, mesmo sem contar as disfarçadas em outras contas.

Investimentos diretos

10. Os apologistas do capital estrangeiro costumam exaltar os investimentos diretos das transnacionais por virem para setores produtivos da economia. Já enfatizei que justamente por isso deveriam ser evitados, pois inviabilizam o desenvolvimento de empresas de capital nacional onde é mais estratégico que estas existam, não só para haja acumulação local de capital, mas também para que se produza mais e com apropriação local de tecnologia.

11. Além disso, nem sequer é verdade que os IDEs sejam predominantemente investimentos estáveis assentados no País. Esta afirmação comprova-se pelo fato de os US\$ 63,2 bilhões do ingresso líquido de IDEs em 2004-2008 resultarem do ingresso bruto de US\$ 250 bilhões e da saída de US\$ 186,8 bilhões. Ou seja, as repatriações de capital para o exterior equivaleram a 75% dos ingressos no País. Atenção: isso é algo distinto das transferências de lucros, oficiais e disfarçadas.

12. A origem dos IDEs, mostrada nas estatísticas do Banco Central também ilustra a volatilidade do segmento do capital estrangeiro que dizem ser estável e permanente. Nada menos que 22,1% dos que ingressaram em 2007 e 27,7% dos vindos em 2008 provêm de 36 paraísos fiscais, como Luxemburgo, Ilhas Cayman, Bermudas, Ilhas Virgens Britânicas e Bahamas.

13. Ademais, os EUA, o Reino Unido e a Suíça também podem ser considerados refúgios fiscais. Nos EUA, o Estado de Delaware oferece mais isenções e maior sigilo que muitas das notórias bases offshore (de além-mar), e Londres e Zurique sempre foram os grandes redutos dos eurodólares. Se adicionarmos esses três países àqueles 36, estarão abrangidos 46% dos IDES que entraram no Brasil em 2007 e 2008.

Serviços e mercadorias

14. Os principais itens do balanço de serviços são: transportes, seguros, turismo, leasing (arrendamento de equipamentos), assistência técnica e marcas e patentes. No período 2004-2008 o líquido negativo do Brasil nessas contas somou US\$ 52,6 bilhões, com despesas de US\$ 155,1 e receitas de US\$ 103 bilhões.

15. Não há como estimar com precisão quanto desses US\$ 155,1 bilhões corresponde a serviços superfaturados e até fictícios. Entretanto, os dados disponíveis, há decênios, em âmbito mundial, sobre o comportamento das empresas transnacionais indicam que esses procedimentos são meios usuais de transferir lucros isentos de taxa para contas das matrizes nos países onde elas têm sede e em refúgios fiscais.

16. O abuso desses expedientes contábeis é tanto maior quanto mais aberto e receptivo ao capital estrangeiro seja o país hospedeiro, e o Brasil foi-se tornando um caso extremo dessa tolerância a partir de 1954.

17. Mesmo antes da irresponsável adesão do País à Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, já era por demais frouxo o controle governamental sobre a veracidade do declarado pelas empresas nos documentos do comércio. Após a adesão ao totalitário estatuto da OMC tornou-se ilegal estabelecer ou aplicar qualquer controle.

18. O Estatuto da OMC é uma gazua abrangente para abrir tudo em matéria de economia, desde o comércio de mercadorias e serviços, inclusive nas concorrências públicas, até investimentos estrangeiros e para propiciar aos monopolistas dos países hegemônicos o controle absoluto das tecnologias. Foi aprovado pelo Senado em poucos dias, sem exame algum, às vésperas do Natal de 1994, época funesta assinalada pela então recente “eleição” de FHC à presidência. A aprovação deu-se em vergonhosa sessão do Senado, que, entre outras irregularidades, não tinha quórum para deliberar.

19. Na balança comercial - onde se computam as transações com mercadorias, - são ainda mais expressivas que nos serviços as quantias objeto de superfaturamento das importações e de subfaturamento das exportações.

20. Com efeito, de 2004 a 2008 as exportações totalizaram US\$ 711,6 bilhões, e as importações, 228,2 bilhões. A corrente de comércio alcançou, portanto, US\$ 940 bilhões. Adicionando-se essa quantia aos US\$ 155,1 bilhões referentes às despesas de serviços no mesmo período, o total passível de manipulações contábeis atinge 1,2 trilhão de dólares.

21. As exportações de produtos básicos, i.e., sem qualquer processamento ou transformação industrial, em 1993, constituíram 24,3% do total das exportações. Em 2008 esse percentual elevou-se para 36,9%. Isso ilustra como o Brasil anda para trás sob o modelo comandado pelas transnacionais, ao contrário do que diz a cantilena segundo a qual estaria a caminho de se tornar potência mundial.

Resumo

22. Se estimarmos em 40% desse valor a remessa disfarçada de lucros das transnacionais, estaremos diante de US\$ 480 bilhões durante os cinco anos observados. Ora, nesse período, os investimentos diretos estrangeiros transferiram, oficialmente, lucros de 73,2 bilhões. Assim, os lucros reais transferidos ao exterior podem ter sido superiores a US\$ 550 bilhões.

23. De outra parte, os ingressos líquidos de investimentos diretos mais os reinvestimentos têm assegurado às transnacionais o controle da quase totalidade dos ativos produtivos de maior porte existentes no País. Incrivelmente, bancos públicos, como o BNDES, colaboram para ainda maior domínio estrangeiro, financiando as transnacionais em condições favoráveis, como se fosse para desenvolver nossa economia.

Destruição da cultura

Data: 19/12/2009 - Autor: Adriano Benayon

1. A oligarquia que domina as finanças mundiais e as demais indústrias de grande peso, não cessa de agir para concentrar mais poder, visando a tornar absoluto seu império sobre o Planeta.

2. Além da concentração econômica favorecida pelos governos, mercê do crescente uso do dinheiro e da mídia em eleições, essa oligarquia, com sedes principais em Londres e Nova York, serve-se, há mais de um século, da comunicação social, da indústria do entretenimento e da publicidade, para solapar os fundamentos da natureza humana.

3. Por que e para que isso? Eliminar esses fundamentos implica inviabilizar qualquer resistência ao projeto de governo mundial. Com efeito, a humanidade só poderá afastar os males crescentes que vem sofrendo, se o homem preservar a consciência de sua dignidade e o entendimento de que esses males não resultam da ordem natural das coisas, mas de ações deliberadas dos que se arrogam o comando do Mundo.

4. Em suma, eles tratam de apassivar os seres humanos, a ponto de estes perderem essa condição. Torná-los nada mais que consumidores teleguiados, quando não destituídos de emprego, saúde e prematuramente excluídos da vida, para servir sempre o poder totalitário, ora como súditos do mercado, nas altas e nas depressões econômicas, ora nas guerras.

6. Os monopolizadores do poder real não se mostram. Põem sob o foco das atenções, como se poder tivessem, “governantes” que não passam de títeres. Os regimes democráticos disso só têm aparências.

7. Para fazer que os povos tolerem condições insuportáveis, um dos métodos principais é destruir suas culturas. Isso se tornou possível a partir do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, e foi sendo realizado cada vez mais intensamente, à medida que a tecnologia desenvolveu novos meios.

8. Na primeira metade do século XX, surgiram o rádio e o cinema. Ambos foram utilizados na propaganda e na difusão de informação e de desinformação. Também como veículos da indústria do entretenimento, com novelas e música no rádio.

9. Chegaram a veicular manifestações de verdadeira cultura popular e erudita. Mas essas foram perdendo espaço, ao intensificar-se a exploração comercial e o aviltamento dos gostos. Com a indústria fonográfica, por exemplo, no Brasil, o samba e outras formas musicais foram modificados, para pior, por dissonâncias e ritmos em voga nos EUA.

10. Durante a segunda guerra mundial e até algum tempo após seu término (1939-1947) predominou de modo absoluto o cinema norte-americano, tendo Hollywood funcionado como atraente e poderosa máquina de moldagem dos gostos, das modas e das opiniões. Ao lado de bons filmes, grande volume de produções acostumou as massas à mediocridade musical, ao consumismo e à banalização da violência. Britânicos e norte-americanos apareciam como heróis. Espanhóis, mexicanos e franceses como figuras ridículas.

11. As rádios sofreram a invasão de produções fonográficas dos EUA, com alguma música autêntica desse país e a da Broadway. O grosso, porém, constituído de ritmos desagradáveis e ruidosos, associados a melodias cada vez mais pobres, o que há de pior nos EUA. Essa americanização, conducente à degradação, era incentivada por propinas aos disc-jockeys, patrocinadas pela USIS, a agência governamental de difusão dos EUA.

12. O efeito devastador já era grande, mas nada de comparável ao verificado especialmente a partir dos anos 50, quando começaram os festivais de rock e o recrudescimento das bandas cujo êxito comercial acompanha a selvageria dos ruídos e do comportamento cênico.

13. Passados alguns decênios de tais importações generalizou-se a deformação do senso artístico, o que leva hoje as pessoas a chamarem de música o que nada tem de musical: ritmos destruidores do equilíbrio energético das pessoas, ausência de melodia e de harmonia.

14. Não coincidentemente, outra fonte da contracultura é a Inglaterra, sede tradicional do império anglo-americano. Também a Holanda, antiga associada do poder britânico, foi centro propagador dos modos porcos e do niilismo dos *hippies*, *beatniks* etc.

15. Ou seja, para anular seus servidores, o sistema age de dois modos. Primeiro, promove distorções irreparáveis na estrutura econômica e social, e faz que os povos delas se esqueçam por meio de desgraças ainda maiores: guerras crescentemente devastadoras, à medida que as armas incorporam os avanços tecnológicos.

16. Segundo, aproveitando-se do desespero que tudo isso provoca, faz surgir e difundir modos de pensar niilistas e negadores da realidade. Assim, a máquina de comunicação social estimula a fuga, o falso refúgio nos vícios, a busca deliberada da auto degradação.

17. Isso se combina com o uso de drogas e a promoção, da promiscuidade sexual, das tatuagens e dos piercings a fim de acabar com a capacidade de distinguir entre o que preserva a vida - e as características do ser humano – e o que as destrói.

18. Voltando à música, um dos efeitos da segunda guerra mundial foi a virtual extinção das composições musicais populares e semieruditas em vários países europeus. Isso deu com a ocupação militar norte-americana, seguida da penetração econômica e política, também manipulada por Londres. Acabou assim, entre outras, a maravilhosa criatividade melódica que caracterizou a península itálica, ao longo de mais de dois milênios.

19. Sabe-se, desde Platão, que a música é elemento essencial da educação, pois esta não existe sem a componente da elevação espiritual. Os promotores do governo mundial totalitário percebem que seu objetivo só é possível, se anularem o discernimento das pessoas. Sabem também, com Aristóteles, que o hábito é uma segunda natureza. Por isso, não há modo mais eficiente de escravizar que fazer acreditar que qualquer coisa é a mesma coisa.

O caos prossegue

Data: 31/12/2009 - Autor: Adriano Benayon

1. O ano de 2009 termina sem ter acabado o caos nem a manipulação dos mercados financeiros. Ao contrário, ambos continuam aumentando.
2. A lógica aponta, há muito tempo, para o colapso final do sistema imperial do dólar - cada vez menos sistema, e cada vez mais caos. Entretanto, os controladores das finanças mundiais forçam a sobrevivência desse intolerável pseudo-sistema, causando estragos cada vez maiores.
3. Eles se valem para isso do imenso poder de corrupção acumulado mediante os ganhos inimagináveis das manipulações financeiras, por meio das quais são criados - do nada, nos discos rígidos dos computadores dos bancos centrais, dos Tesouros e dos grandes bancos e instituições financeiras - dezenas e até centenas de trilhões de dólares, exclusivamente para servir ao poder dos concentradores.
4. Respingam para a economia real frações desprezíveis da avalanche de moeda e de títulos inventados nos bits da informática, fazendo definhar a estrutura produtiva e deteriorar-se as condições de vida dos habitantes do planeta.
5. Nesse império do absurdo, a lógica é espezinhada junto com as pessoas. O poder financeiro, mais concentrado que nunca, se tornou absolutista, pois os atuais detentores do poder dispõem de meios tecnológicos de comunicação e de moldagem das mentes, que lhes permitem exercer totalitarismo muito maior que os monarcas dos Séculos XVI e XVII e as ditaduras do Século XX.

Transgênicos

6. Este é um caso exemplar da destrutividade reinante também na economia real, dita produtiva. Nela cresce o espaço dos produtos nocivos à saúde e à vida humanas, em prejuízo dos que lhes são favoráveis. Um dos exemplos mais candentes dessa escalada para liquidar a humanidade são os cereais e outros alimentos transgênicos.
7. No Brasil, apenas um governador, o do Paraná, tenta evitar essa calamidade, enquanto a grande maioria dos demais e o governo federal a promovem.
8. A Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), criada em 2005, beneficia as transnacionais da biotecnologia com aprovações consecutivas, e sem exceção, dos pedidos de liberação de variedades transgênicas no Brasil. Entre 2005 e o final de 2009, a CTNBio terá liberado o plantio comercial de duas variedades de soja, dez de milho e seis de algodão.
9. A EMBRAPA é a empresa estatal de pesquisa agropecuária. Depois de ter realizado excelentes desenvolvimentos, ela ficou controlada de fato pelas transnacionais, as quais, além disso, absorveram as firmas privadas de capital nacional do setor.
10. As sementes transgênicas são controladas, em âmbito mundial, por transnacionais: Monsanto, Cargill, Bunge, Syngenta, Bayer, BASF e Dow AgroSciences.
11. A CTNBio é composta por doutores pesquisadores da EMBRAPA - que ali tem cinco conselheiros - e de universidades, como USP, UFPE, UFRJ, UFMG, UNICAMP, UNB, UFV, UFRGS, UFES, PUC-RS, UFAL, UNIFESP E UEL. Também da ESALQ/USP (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) de Piracicaba.
12. O x da questão é que a maioria absoluta dos conselheiros da CTNBio participa de projetos de pesquisa em associação com uma ou mais das transnacionais mencionadas. Isso explica porque essa

Comissão aprovou, em maio deste ano, o milho transgênico da Bayer, altamente danoso. Isso se deu contra o parecer do Ministério da Agricultura e da EMBRAPA, sem que, entretanto, o governo, em defesa da segurança alimentar e da saúde pública, vetasse esse plantio.

13. Alguns dos efeitos destrutivos dos transgênicos são expostos por Ruy Nogueira no artigo “O sumiço das abelhas”, publicado em A Nova Democracia, junho de 2007 e por Marcos Arruda, em agosto de 2007, em “Brasil livre de transgênicos”.

14. Nos EUA, onde também já houve enormes danos à agricultura por causa dos transgênicos, alerta-se a respeito da extinção das abelhas e, conseqüentemente, da polinização, indispensável à reprodução das plantas.

15. Mesmo que não causasse esse terrível dano, capaz de acabar com várias espécies, inclusive a humana, o plantio dos transgênicos coloca os países que o admitem, inteiramente à mercê das transnacionais que dominam o mercado das sementes transgênicas e outras híbridas.

16. De fato, ficam os agricultores sem meios de obter sementes senão comprando-as do cartel mundial das transnacionais. Estas detêm total poder de impor preços e de chantagear, com a negação do fornecimento, os que não se curvem ao Império.

17. Não bastasse isso tudo, a dependência dos transgênicos obriga, ainda, a empregar herbicidas químicos específicos para esses plantios, como o glifossato da Monsanto, altamente danosos ao ambiente e à qualidade da terra, ademais de serem armas adicionais de extorsão, por meio do monopólio do fornecimento.

O modelo

18. De perversidade semelhante à vista no exemplo acima, há, sem dúvida, mais casos em outras indústrias, os quais ilustram como os interesses nacionais e os de cada um dos brasileiros são massacrados pelo abuso de poder de grupos concentradores sediados no exterior, decorrente do modelo econômico formado no Brasil desde 1954.

19. Em artigos, inclusive os dois mais recentes publicados em A Nova Democracia, “País Ocupado”, em novembro, e “País saqueado”, em dezembro, mostro que o Brasil, em consequência desse modelo, deixa de desenvolver o magnífico potencial que lhe deveriam assegurar seus maravilhosos recursos naturais.

20. A principal característica do dito modelo é oferecer todo tipo de vantagens e de subsídios para as empresas transnacionais se apossarem dos mercados de bens e de serviços no País. Ora, quem controla os mercados, controla o que se vai produzir para eles, a tecnologia de produção e a que preço os produtos vão ser vendidos.

21. Quem manda nisso tudo, concentra os meios financeiros para controlar também os meios de comunicação, o ensino nas universidades e nas escolas, as campanhas eleitorais, a escolha dos supostos governantes e tudo mais.

Artilharia contra a cultura

22. A liquidação das empresas industriais brasileiras de capital nacional, ao se consolidar o modelo que privilegia as transnacionais, inviabiliza a defesa nacional, mantendo o País inerte diante da ameaça permanente de intervenções militares. Mas outro importante meio, empregado pelo Império, para manter o Brasil dominado é a sistemática destruição de sua cultura, processo que ganhou

intensidade desde a Segunda Guerra Mundial, em que o Brasil foi envolvido no início dos anos 1940, manipulado pelas potências anglo-americanas.

23. Isso se faz por meio da penetração de produtos fonográficos, cinematográficos, televisivos etc. destituídos de beleza e de arte, e plenos de agressão à sensibilidade auditiva e visual das pessoas, ademais de destruírem valores saudáveis. Com o empurrar incessante desses produtos durante o “entretenimento” e também nos intervalos de publicidade, conseguiram fazer habituar-se a eles dezenas de milhões de brasileiros, transformados, assim, em sujeitos passivos, capazes de tolerar qualquer tipo de violência e de desrespeito.

24. Além disso, o deslumbramento com o “primeiro mundo”, a adoção de seus valores utilitaristas e a adoração à riqueza material, faz que a pseudo elite absorva em suas mentes a propaganda enganosa dos detentores do poder mundial quanto às pretensas vantagens do livre-comércio e da abertura da economia ao capital estrangeiro: em suma, da globalização. Assimilam-se também mentiras sobre as questões de poder internacionais, os motivos das guerras, das intervenções etc.

Guerra para emitir moeda internacional

25. Quem acredita nessas histórias e lorotas, acredita também que o Brasil não sofreu com o colapso dos mercados financeiros mundiais, imagina que a “crise” global acabou e que não há perigo algum para nós em que o Brasil continue atrelado ao pseudo-sistema monetário do dólar e a mercados manipulados ao bel-prazer dos concentradores financeiros.

26. Não é apenas a pseudo elite e o grosso de sua classe política do Brasil, telecomandada do exterior, que se deixam iludir. Muita gente nos próprios países hegemônicos e em países a eles associados também é enganada por notícias distorcidas e interpretações enviesadas.

27. Ao lado da pressão dos hegemônicos baseada no poder militar, isso permite entender como têm sido possíveis algumas fases de recuperação do valor do dólar, interrompendo seu longo declínio.

28. É o que ocorreu na semana de 7 a 12 de dezembro. O dólar, que se havia se desvalorizado em 50%, desde o início do ano, em relação ao ouro, recuperou cerca de 10% nessa semana. A manipulação pró-dólar originou-se da divulgação do desemprego nos EUA, em novembro, por ter este aumentado bem menos que nos meses anteriores. Embora a taxa oficial se mantenha em 10% (era 4,9% há dois anos), magnificou-se o aspecto positivo daquele dado, se é que contém algo positivo.

29. Ou seja: com a irracionalidade telecomandada, um dado sem importância pode, ainda que temporariamente sobrepujar nos mercados os fatos realmente relevantes.

30. Que fatos são esses? Nada mudou na realidade: o dólar está hiperinflacionado e não há como sustentar seu valor, quer haja retomada da atividade econômica, o que é irrealista, quer prossiga a depressão, o que é provável.

31. Os dados relevantes estão na colossal oferta potencial de dólares nos mercados: 1) moeda em poder do público nos EUA mais saldos das contas correntes e *travellers checks* (M1): US\$ 8 trilhões; 2) o M1 + depósitos de poupança, depósitos a prazo abaixo de cem mil dólares e contas para aposentadoria (M2): US\$ 10 trilhões; 3) o M2 + depósitos a prazo acima de cem mil dólares, depósitos em eurodólares, saldos em agências de bancos dos EUA no exterior, saldos em fundos de mercados financeiros (M3): quase US\$ 15 trilhões.

32. As reservas em dólares em bancos centrais (fora o FED) são estimadas em US\$ 6 trilhões. Há, também, dezenas de trilhões de dólares em contas de bancos e de fundos em todo o mundo, inclusive paraísos fiscais e cerca de US\$ 300 trilhões de derivativos. A dívida federal em mãos do público chegou

a US\$ 7,6 trilhões em 12.11.2009, e a federal total, a US\$ 12 trilhões. A dívida total (federal, estadual, local e a privada), já atingira US\$ 57 trilhões em maio deste ano.

33. Desde 2008 o colapso financeiro levou a emissões de US\$ 23 trilhões (de moeda pelo FED e de títulos e garantias pelo Tesouro dos EUA). Agora, não falta muito para estourarem novas bolhas, como a dos mercados de ações e de matérias-primas industriais, e recrudescerem as bolhas mais antigas como a dos imóveis, juntando-se os comerciais aos residenciais, e surgirem mais títulos tóxicos nos derivativos e *credit default swaps*.

34. Para cobrir isso tudo serão necessárias novas e imensas emissões de dólares, e, neste fim de ano, perdura o quadro que caracterizou 2009: os bancos guardam o dinheiro emitido para eles pelo FED, para tapar novos rombos. Afora isso, usam parte dele investindo nas bolhas.

35. Esse potencial de oferta, de que citei alguns indicadores, implica que ninguém mais deveria aceitar dólares nas transações internacionais. Com efeito, quem recebeu essa moeda e formou reservas com ela já teve prejuízos de grande monta, mesmo antes de o potencial de oferta do dólar ter crescido com a velocidade incrível dos últimos dois anos.

36. A guerra de pressões e de manipulações, movida pelos concentradores anglo-americanos contraria as leis da economia, já que eles forçam contra o interesse dos envolvidos, a existência de procura por uma moeda contaminada por sua própria proliferação.

37. Apesar de terem abusado indecorosamente do privilégio, gerando os acima indicados volumes de dólares, esses concentradores não se conformam em perdê-lo. Querem continuar emitindo a seu bel prazer quantidades ilimitadas de moeda capaz de comprar riquezas reais de todo tipo, governos e até “consciências” em qualquer lugar do mundo.

38. A guerra apontada é continuação da que foi movida contra o Iraque, quando este não quis mais dólares em troca de seu petróleo. Está na “lógica” também do cerco ao Irã. E também é guerra de extermínio, pois prolonga e agrava o caos monetário, priva as atividades produtivas de financiamento e, em consequência, faz enraizar-se ainda mais a depressão, com desemprego abrangente, duradouro e crescente.

Entraves para o desenvolvimento do Brasil

Data: 16/02/2010 - Autor: Adriano Benayon

1. No Brasil até se nega que houve crise durante o colapso financeiro global de 2008-2009. Nos EUA e na Europa, onde o colapso foi mais agudo, os falsos discursos (oficial e da grande mídia) dizem que a situação está voltando a ficar sob controle e que não haverá recaída em 2010.

2. O índice médio da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) que caíra para 37.550 pontos no final de 2008, atingiu 70.000 pontos em 19.01.2009. Valorização, portanto, de 86% em pouco mais de um ano. Tudo isso com a economia produtiva em nível bem abaixo do de 2008.

3. Outro indicador da especulação, que conta com as bênçãos da política econômica governamental, é o prosseguimento, em 2009, da valorização do real em relação ao dólar: 32%, de dezembro de 2008 a setembro de 2009, quando a cotação chegou ao nível atual.

4. A força do real não decorre de melhora nas contas externas. As transações correntes com o exterior (balanços comercial, de serviços, de rendas e transferências unilaterais) acumulam mais de US\$ 40 bilhões de saldo negativo, na soma de 2008 e dos três primeiros trimestres de 2009.

5. De fato, a apreciação do real provém da entrada de capitais para se cevar com as elevadíssimas taxas de juros no Brasil, que trazem graves danos, que o Banco Central faz questão de infligir ao País. Para quem ainda não prestou atenção nisto, o BACEN, teleguiado por banqueiros estrangeiros, tem poder acima do que toca ao governo federal.

6. A entrada líquida daqueles capitais, atraídos pelas taxas de juros, está possibilitando o precário equilíbrio do Balanço de Pagamentos, ao compensar o déficit do balanço de transações correntes. Disso decorre exagerada e artificial alta da cotação internacional do real, bem como estas consequências:

1) Os especuladores financeiros fazem o já tradicional *carry-trade*: tomam crédito em dólares, a taxas próximas de zero, convertem-nos em reais, e auferem duplos rendimentos astronômicos, devido aos juros e à valorização de ações, e, ainda, à apreciação do real;

2) As empresas produtivas têm prejudicada sua posição competitiva nas exportações, a qual só se mantém em mercadorias (commodities) em que é absoluta ou muito grande a vantagem comparativa advinda da dotação de recursos naturais, como ocorre no agronegócio e em minérios;

3) Ao mesmo tempo, as importações são incentivadas pela taxa de câmbio, havendo, assim, grande redução dos saldos comerciais em relação aos de 2007 e antes; daí a passagem de superávits para saldos negativos no balanço de transações correntes com o exterior;

4) O Brasil acumula reservas em dólares, depositadas em bancos no exterior, as quais rendem juros ridiculamente baixos, em contraste com as elevadas taxas pagas pelo Tesouro Nacional nos títulos da dívida interna;

5) Eleva-se o montante da moeda (reais) emitida, a qual é, em grande parte, esterilizada, isto é, deixa de ser utilizada para qualquer finalidade útil ao País e é, em parte, usada pelo Banco Central para adquirir títulos do Tesouro, que neles paga altos juros; a dívida do Tesouro com o Banco Central cresceu para espantosos 532 bilhões de reais, ou seja, quase 20% do PIB;

6) As reservas em dólares (mais de US\$ 230 bilhões) estão fadadas a significar prejuízo nesse enorme montante, com a derrocada do dólar, por enquanto evitada pelos meios mais fraudulentos possíveis, mas destinada a acontecer, dadas as astronômicas emissões dessa moeda para fazer face ao colapso financeiro, ainda longe de se esgotar.

Entraves ao desenvolvimento

7. O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, assim comentou a tênue recuperação do terceiro trimestre de 2009: “É o crescimento saudável (...) prefiro algo modesto e de melhor qualidade a um crescimento acelerado e desequilibrado.” Coutinho claudica ao preconizar crescimento limitado, “que permita controlar a inflação e minimizar a subida de juros”. Diz, ainda, “torcer” pela baixa dos juros.

8. Coutinho adere ao enganoso comando do BACEN, para o qual produção elevada implica inflação. Ademais, repete o ridículo em que têm caído os presidentes da República que “torceram” pela queda de juros, em vez de determiná-la.

9. Na realidade, no ano de 2009 não houve crescimento algum, embora o declínio tenha sido atenuado graças ao BNDES, principalmente, e a outros bancos públicos, como Caixa Econômica, Banco do Nordeste (BNB) e Nossa Caixa, e a instituições mistas, como o Banco do Brasil. Em novembro, anunciou-se que o Tesouro fará grande aporte de capital para o BNDES a fim de ser reforçada a atuação deste.

10. Outro fator de melhora na segunda metade do ano foram as despesas de consumo, com base no endividamento, o que coloca mais uma bomba-relógio na economia, pois os juros são muito altos, e isso causará queda no poder de compra dos consumidores.

11. O Professor Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES, assinala, em artigo de 13 do corrente (Valor Econômico), que a taxa de investimento no Brasil subiu para apenas 17,7%, enquanto é de 30% na Índia e 40% na China. Aduzo que no Brasil o governo federal tem investido o equivalente a 1% do PIB, e na China o investimento do Estado se aproxima de 20% do PIB.

12. Na proposta orçamentária para 2009, o governo federal previa R\$ 39,4 bilhões, e isso equivale a só 1,3% do PIB (em geral, a execução fica bem abaixo da proposta). O investimento total das estatais federais não passa de 2,6 % do PIB.

13. A grande limitante do desenvolvimento do País é o modelo caracterizado pela concentração econômica dominada por transnacionais estrangeiras, não só por diminuir o espaço das empresas produtivas nacionais, boa fonte de empregos e de tecnologia, mas por ficar o “poder público” submetido a interesses estrangeiros.

14. As privatizações fizeram cair os investimentos das estatais, sem que eles fossem substituídos por investimentos privados. O Estado investe pouquíssimo em infraestrutura - o que, ademais, prejudica a produtividade das empresas - e na indústria. Tudo isso resultou em taxas de investimento baixas e em retorno produtivo menor.

15. Alguém pensa que as transnacionais vêm ocupar os mercados no Brasil a fim de desenvolver indústrias intensivas de tecnologia avançada? Ora, quem pensa isso não atina para o fato de que, se as transnacionais o fizessem, estariam desalojando suas próprias matrizes dos mercados mundiais e criando aqui os empregos qualificados e bem remunerados que se concentram nos países onde essas matrizes têm suas sedes.

16. Muitos acreditam em balelas, como a de que há falta de capital brasileiro, e que, por isso, os investimentos estrangeiros são úteis ao País. Na verdade, as transnacionais investem mais com recursos locais do que com os delas próprias. São, inclusive, as principais tomadoras de recursos do BNDES.

17. Não há escassez alguma de capital no Brasil. Ao contrário, existe enorme quantidade ociosa no setor público e também copiosa massa de capital privado aplicada apenas financeiramente. Se o País se autogovernasse, tudo isso seria investido produtivamente, e o País teria desenvolvimento melhor e maior que o da China.

18. Mais ainda: há as reservas do governo no exterior, de US\$ 230 bilhões, que equivalem a R\$ 414 bilhões, ou seja, mais de 10 vezes o que o governo investe anualmente.

19. Há também, conforme dados do BACEN, os investimentos de empresas e pessoas físicas brasileiras no exterior, os quais chegaram, em 2008, a US\$ 170,4 bilhões, equivalentes a R\$ 318 bilhões. É, ademais, notório que essa quantia oficialmente declarada é possivelmente menor que a metade do total, no exterior, pertencente a brasileiros.

20. Tampouco esses recursos são investidos no Brasil, porque isso é inviabilizado pelo modelo, já que o mercado aqui é reduzido pela concentração econômica e pelas demais razões acima expostas. Ademais, ele é terreno de caça particular das transnacionais.

Os empréstimos do BNDES

21. Vejamos uma amostragem dos empréstimos realizados pelo BNDES na área industrial, de 1/10/2008 a 30.09/2009. Os dois maiores foram para duas subsidiárias de transnacionais, ambas, até há pouco tempo, de capital majoritariamente nacional:

1) BRF Brasil Foods, para adquirir ações da antiga Perdigão (agronegócio), no montante de R\$ 750 milhões, e outro financiamento para a Perdigão, antes da aquisição, de R\$ 342,7 milhões, totalizando R\$ 1,093 bilhão;

2) AMBEV, a cervejeira adquirida pela Anheuser-Busch InBev, com sede em Leuven, na Bélgica: R\$ 710 milhões.

Outras transnacionais beneficiadas:

3) FIAT – Automóveis: R\$ 410,9 milhões;

4) BRENCO [1][1], energia renovável, dois empréstimos perfazendo R\$ 597,7 milhões;

5) Renault do Brasil: R\$ 319,3 milhões;

6) General Motors: R\$ 194 milhões;

7) Cargill Agrícola (soja): R\$ 164,9 milhões;

8) PDG Realty (imobiliária): R\$ 144 milhões;

9) Carrefour: R\$ 113,7 milhões.

22. A PDG Realty, imobiliária transnacional, foi financiada para adquirir empresas e participações no Brasil.

23. Transnacionais de outros setores também foram aquinhoadas para a mesma finalidade. Por outro lado, o maior montante dos empréstimos destinou-se a grandes usinas produtoras de etanol, setor em que as aquisições por parte de firmas estrangeiras estão ocorrendo em grande vulto e velocidade.

24. Em setores de maior conteúdo tecnológico, veem-se apenas três empresas ainda brasileiras, apesar de terem participação estrangeira: Lupatech, de Caxias do Sul (RS): R\$ 320 milhões; Weg, de Jaraguá (SC): R\$ 266,1 milhões; Tupy, de Joinville (SC): R\$ 195,8 milhões.

25. No 2º trimestre de 2009, a principal beneficiada com os recursos do BNDES foi a ALCOA, gigante norte-americano do cartel mundial do alumínio. Então, a mesma Anheuser-Busch InBev, dona da AmBev, ocupou a segunda posição.

26. Seguiram-se nesse trimestre: uma joint-venture da British Gas com a Shell, que se apossaram da COMGÁS, de São Paulo, durante a farra das privatizações; a mesma General Motors; a IBERDROLA, espanhola, que se apropriou de boa parte das elétricas estatais durante a era FHC; a não menos golpista OHL, que explora pedágios em estradas brasileiras; por fim, a Jetblue, proprietária da Azul.

27. Em suma, o BNDES, contribui para a desnacionalização, a concentração e a primarização da economia. Deveria fazer o que foi almejado por Getúlio Vargas, ao criá-lo, nos anos 50: fomentar o desenvolvimento de empresas estatais brasileiras e das firmas privadas de capital nacional.

28. Desta vez o foco foi o Brasil. É provável que novos acontecimentos relacionados ao colapso financeiro nos EUA e na Europa levem a tratar desse tema no próximo artigo.

Brincando à beira do abismo

Data: março de 2010 - Autor: Adriano Benayon

Farra dos bancos

1. Em março de 2008, publiquei artigo intitulado "Ascensão estratosférica dos lucros dos bancos". Dizia então:

Os lucros de 31 bancos em atividade no Brasil aumentaram, em 2007, para R\$ 34,4 bilhões, com crescimento real de 43,3% em relação a 2006, quando tinham atingido R\$ 25,05 bilhões. O retorno sobre o patrimônio aumentou de 21,2 para 24,3%.

Que temos então? Uma escalada em aceleração desde o início dos oito anos de FHC, período em que a média de crescimento real dos lucros foi 11% aa., ou seja, acumulou 130%. Nos dois primeiros anos de Lula, a média anual subiu para 14% aa. De 2003 a 2007, para 19,8%, acumulando 147% em apenas 5 anos. Computando os dois períodos, 468%, ou seja, os lucros reais multiplicaram-se por quase seis."

2. Agora, dois anos depois, começam a ser divulgados os resultados de 2009. Não saíram ainda todos, mas já se pode avaliar: apenas cinco bancos já somam lucro de R\$ 37,3 bilhões, superando o lucro total dos 31 bancos computados em 2007: Itaú-Unibanco - R\$ 10,5 bilhões; Banco do Brasil - R\$ 10,5 bilhões; Bradesco - R\$ 8 bilhões; Santander - R\$ 5,5 bilhões; Caixa Econômica - R\$ 2,9 bilhões.

3. Entre esses, há dois bancos públicos, o BB e a Caixa, que arcaram com o grosso dos financiamentos à produção agrícola e industrial, à parte os cobertos pelo BNDES, o banco federal de desenvolvimento.

4. Em função disso, o aumento do lucro do Banco do Brasil foi bem menor que o dos bancos privados e estrangeiros, como o Santander. A Caixa Econômica teve diminuído seu lucro em 22%, comparado com o de 2008.

5. Já os privados seguem desfrutando de lucros em célere crescimento. São mais eficientes? Não. A política econômica assegura-lhes lucros, sem que eles desempenhem qualquer função útil à economia, reservando-lhes ganhos sem risco, o contrário da economia de mercado e competitiva.

6. De fato, o Banco Central continua amamentando os bancos com taxas reais de juros acima de 12% aa. nos títulos públicos, que tiveram taxas negativas nos outros países. O ano de 2009 caracterizou-se pela depressão, mesmo no Brasil, onde a produção industrial recuou muito.

7. Os concentradores tripudiam sobre o País. Diante da depressão que afunda o emprego, os salários e a produção, as taxas de juros permanecem astronômicas, sob a benigna (para os banqueiros) proteção do Banco Central e das "autoridades".

8. O fato de os lucros dos cinco maiores bancos terem, em 2009, ultrapassado os obtidos em 2007 pelos 31 principais, significa não somente serem eles cada vez mais favorecidos pelo "governo", mas também que a concentração teve peso importante no resultado.

9. Com efeito, só durante esse curto período, houve, entre outras, duas grandes transações concentradoras: a absorção do Unibanco pelo Itaú e a compra pelo Santander das operações do ABN-AMRO (holandês), que adquirira, há tempos, o Banco Real.

Crise e Santander

10. O Santander, que paga as palestras de FHC aqui e no exterior, foi o beneficiário da escandalosa privatização com a qual a União transferiu a propriedade do Banespa, o maior banco estadual do mundo, àquele braço da oligarquia financeira mundial.

11. Mas quem é o Santander? É um banco com sede oficial na Espanha, originário da região basca, controlado pelo Bank of Scotland e, portanto, associado ao grupo Inter Alpha, dirigido pela família real britânica. A mesma que faz arrancar do território brasileiro as zonas mais ricas em minérios do mundo, situadas em Roraima e outros estados do norte, a pretexto de serem áreas indígenas.

12. Observadores competentes apontam a Espanha como epicentro do colapso da união monetária europeia, previsível para este ano e já desencadeado com a bancarrota da Grécia. Esta tenta conseguir a reestruturação de suas dívidas, a qual, concretizada, conduzirá às da Itália, Espanha, Portugal e Irlanda. O conjunto envolve quantia equivalente a US\$ 2 trilhões, mais que o triplo do custo da quebra do Lehman, em 2008, a qual precipitou o colapso financeiro em Nova York.

13. O Santander é o banco com maiores problemas na Espanha, e os prejuízos dele agravam a crise da City de Londres, onde, proporcionalmente, as intervenções com dinheiro dos contribuintes para salvar bancos que deveriam falir, superam as efetuadas nos EUA.

14. Só na Espanha e só de bancos alemães, os créditos montam a 240 bilhões de euros (US\$ 330 bilhões), i.e., 44% dos empréstimos germânicos na eurozona, que somam 540 bilhões de euros (US\$ 730 bilhões). Na Grécia estão apenas 8% desse total.

15. A Espanha é recordista de desemprego, com oficiais 18,8% já no final de 2009. Sua degradingolada provém, em boa parte, da depressão reinante no continente, a qual acarretou aguda queda nas receitas do turismo.

Absurdo mundial e no Brasil

16. O euro já se desvalorizou 10% em relação ao dólar, desde o recente começo da crise monetária europeia. Tal é a falta de seriedade dos mercados financeiros, que o dólar, embora não valha muito mais que lixo, vem sendo imaginado como refúgio de valor por muitos que se livram do euro. Como piada, isso não seria mau, mas acontece e agrava a tragédia da economia mundial, arrasada pelas jogadas da oligarquia.

17. O Brasil continua, de um lado, a propiciar lucros imensos aos bancos estrangeiros em função das taxas de juros internas incrivelmente altas. De outro, mantém, com prejuízo, reservas de quase US\$ 240 bilhões, aplicando-as a juro zero, com a inflação do dólar a 4% aa. Pior: a desvalorização cambial, sofrida em 2009 é oito vezes maior que isso, e perspectiva futura de queda afigura-se desastrosa.

18. Enquanto isso, não está distante o reflexo sobre o País das encrencas dos bancos estrangeiros em suas bases no exterior. Um dos primeiros da fila é o Santander, o quarto maior banco múltiplo em atividade no Brasil.

Nota sobre a privatização do Banespa

A União entregou-o ao Santander nas condições mais vergonhosas que se possa imaginar, depois de o ter federalizado e de nele gastar mais de 20 bilhões de reais em pretenso "saneamento". As privatizações dos bancos estaduais envolveram empréstimos do Tesouro Nacional aos tesouros estaduais através do Banco Central e do Programa Especial de Reestruturação dos Bancos Estaduais (Proes).

Essas operações até 2000 custaram cerca de US\$ 48 bilhões (6% do PIB da época), e os empréstimos não foram pagos, a não ser na parte convertida em dívida dos estados com a União, ficando, de qualquer forma, o prejuízo para o erário público. Não bastasse isso, o Banespa, além de recursos em caixa, e de fabuloso patrimônio, tinha créditos fiscais a receber de R\$ 2,9 bilhões.

No final de 2000, sob os ridículos pretextos de que "graves lesões às ordens econômica e pública" poderiam resultar da suspensão e de que a avaliação do Banespa estaria correta [1], o ministro Carlos Velloso, então presidente do STF, cassou as liminares que suspendiam a privatização, não obstante grosseiras inconstitucionalidades e irregularidades, inclusive o preço mínimo para o controle absurdamente subestimado.

Esse foi R\$ 1,85 bilhão, equivalente hoje ao lucro em quatro meses. Ademais, os regulamentos das privatizações permitem o pagamento em títulos podres. Houve ágio inusitado de 281%, mas os "compradores" recebem créditos fiscais em quantia equivalente ao ágio.

[1] Os avaliadores foram o Banco Fator, laranja de bancos estrangeiros, e o Consórcio Booz-Allen, empresa de consultoria norte-americana.

Nota sobre a privatização do BANESPA

Data: 21/03/2010 - Autor: Adriano Benayon

1. O Santander é um banco com sede oficial na Espanha, originário da região basca, controlado pelo Bank of Scotland e, portanto, associado ao grupo Inter Alpha, dirigido pela família real britânica. A mesma que faz arrancar do território brasileiro as zonas mais ricas em minérios do mundo, situadas em Roraima e outros estados do norte, a pretexto de serem áreas indígenas.

2. O Santander é o banco com maiores problemas na Espanha, e os prejuízos dele agravam a crise da City de Londres, onde, proporcionalmente, as intervenções com dinheiro dos contribuintes para salvar bancos que deveriam falir, superam as efetuadas nos EUA.

3. O Santander, que paga as palestras de FHC aqui e no exterior, foi o beneficiário da escandalosa privatização com a qual a União transferiu a propriedade do BANESPA, o maior banco estadual do mundo, àquele braço da oligarquia financeira mundial. O mesmo Santander comprou as operações do ABN-AMRO (holandês), que adquirira, há tempos, o Banco Real, no Brasil.

4. Sob FHC, a União entregou o BANESPA ao Santander nas condições mais vergonhosas que se possa imaginar, depois de o ter federalizado e de nele gastar mais de 20 bilhões de reais em pretensão "saneamento". As privatizações dos bancos estaduais envolveram empréstimos do Tesouro Nacional aos tesouros estaduais através do Banco Central e do Programa Especial de Reestruturação dos Bancos Estaduais (PROES).

5. Essas operações até 2000 custaram cerca de US\$ 48 bilhões (6% do PIB da época), e os empréstimos não foram pagos, a não ser na parte convertida em dívida dos estados com a União, ficando, de qualquer forma, o prejuízo para o erário público. Não bastasse isso, o BANESPA, além de recursos em caixa, e de fabuloso patrimônio, tinha créditos fiscais a receber de R\$ 2,9 bilhões. No final de 2000, sob os ridículos pretextos de que "graves lesões às ordens econômica e pública" poderiam resultar da suspensão e de que a avaliação do BANESPA estaria correta, o ministro Carlos Velloso, então presidente do STF, cassou as liminares que suspendiam a privatização, não obstante grosseiras inconstitucionalidades e irregularidades, inclusive o preço mínimo para o controle absurdamente subestimado. Os avaliadores foram o Banco Fator, laranja de bancos estrangeiros, e o Consórcio Booz-Allen, empresa de consultoria norte-americana.

6. O preço foi R\$ 1,85 bilhão, equivalente hoje ao lucro em quatro meses. Ademais, os regulamentos das privatizações permitem o pagamento em títulos podres. Houve ágio inusitado de 281%, mas os "compradores" recebem créditos fiscais em quantia equivalente ao ágio.

A escravização através da dívida pública

Data: 17/04/2010 - Autor: Adriano Benayon

1. Em junho de 2008, nº 43, A Nova Democracia publicou o artigo de minha autoria, “Perdas com o serviço da dívida”. Mostrei então que a União, despendeu de 1988 a 2007, R\$ 4,5 trilhões no serviço das dívidas interna e externa, em valor atualizado a preços de 2007, por juros, encargos e amortizações, não contadas a rolagens. A fonte dos dados, em preços correntes, é a SIAFI, STN (Secretaria do Tesouro Nacional, despesas da União por grupo).

2. Acrescentando a despesa de 2008 e 2009, e atualizando tudo em preços de dezembro de 2009, o gasto acumulado, de 1988 a 2009, com o serviço da dívida ascendeu a R\$ 5,7 trilhões.

3. Note-se a assustadora velocidade de crescimento desse serviço, que já havia sido recorde em 2007 com R\$ 244 bilhões. A elevação foi de 15% de 2007 para 2008 (R\$ 280 bilhões) e de 35% de 2008 para 2009 (R\$ 380 bilhões), em preços correntes.

4. Pergunto: quem teve aumentos anuais nesses percentuais sendo assalariado ou como empresário pequeno ou médio? A propósito, eu havia esquecido de fazer a mesma pergunta no artigo do mês passado, “Brincando à beira do abismo”, A Nova Democracia nº 63, março de 2010, em que descrevi a ininterrupta escalada dos lucros dos bancos em atividade no Brasil, de 1995 a 2010.

Bancos, juros, SELIC

5. Não é difícil explicar a coincidência entre o aumento dos lucros dos bancos e o aumento dos gastos da União com a dívida pública federal. De fato, há um elo entre as duas coisas: as taxas de juros, no Brasil as mais altas do mundo, como é notório.

6. A fim de colaborar com a CPI, cujo corpo técnico procura suscitar a instalação de comissão permanente na Câmara dos Deputados para realizar a auditoria da dívida, o Engenheiro Luiz Cordioli fez exaustivo levantamento das operações de títulos do Tesouro com taxa SELIC, de 1986 a 2009. Suas tabelas apontam conclusões estarrecedoras como esta: a aplicação de uma unidade de moeda em junho de 1986 à taxa SELIC resultaria no fantástico número de 14,45 bilhões. Claro que raros se beneficiaram sempre da SELIC, que superava a taxa de inflação, mesmo quando esta era estratosférica. Muitos, muitíssimos, muitas vezes, foram lesados, como os confiscados pelo Plano Collor e os prejudicados pelos demais planos, a cada troca de moeda.

7. Não que os bancos só obtenham lucros aplicando, em títulos da dívida pública e para ganho próprio, o dinheiro que as pessoas neles depositam. Também auferem muito, sugando diretamente as pessoas físicas e jurídicas que deles precisam para tomar créditos, pois nesse caso as taxas são astronômicas, como, por exemplo, no cheque especial.

Estados e municípios

8. Falando em juros dessa ordem, por incrível que pareça, os Estados e os municípios pagam à União juros extorsivos, ainda mais altos que os propiciados aos aplicadores financeiros bafejados pela generosidade (com o dinheiro alheio) do Banco Central e do COPOM (Comitê de Política Monetária, controlado pelo Banco Central).

9. O contador João Pedro Casarotto expôs, na CPI em curso na Câmara dos Deputados, os diversos ônus que incidem sobre as dívidas dos estados e municípios. Entre esses está a correção monetária por meio do IGP-DI, que tem superado em muito os índices de preços ao consumidor. Vale citar este flash do resultado disso:

“Em valores de dezembro de 2008, os Estados receberam R\$ 184,98 bi, pagaram R\$ 119,49 bi e ainda estão devendo R\$ 320,25 bi. Um formidável subsídio dos Estados para a União de R\$ 254,76 bilhões,

o que se explica por ter o Governo Federal da época tratado o empréstimo como ...reles operação bancária comercial.”

10. A “renegociação” das dívidas dos estados e municípios (1997/1998) é uma das incontáveis bombas destruidoras, de efeito retardado, deixadas no País pela famigerada administração tucana, por ordem do FMI, Banco Mundial et cetera (i.e., bancos estrangeiros ditos credores). Na ocasião, as dívidas estaduais foram assumidas pela União.

As múltiplas sangrias

11. Resumindo a dinâmica da agiotagem, o povo brasileiro é extorquido diretamente pelos juros quando toma empréstimos, usa cheque especial ou qualquer outra forma de crédito, e indiretamente, pagando impostos cuja arrecadação escorre pelo ralo da dívida pública nos três níveis da Federação.

12. Por cúmulo, mesmo com a altíssima carga tributária, equivalente a 35,8% do PIB (era de 23,7% em 1989, tendo aumentado 51%), os brasileiros não contam com serviços públicos dignos desse nome, não só porque os ainda providos, em tese, pelo Estado têm caído em qualidade, mas também porque parte substancial deles foi privatizada.

13. Essa é outra bomba destruidora, montada pela tucanagem e mantida pelos petistas, não menos hipócritas. A privatização resultou em que se adicionem à carga tributária imposta pelo setor público as tarifas abusivas, e sempre em aumento, cobradas pelas empresas transnacionais que se apropriaram das concessões. Essas concessionárias quase nada investem; fazem, em geral, cair ainda mais a qualidade dos serviços; e devastam recursos naturais inestimáveis, como acontece com a água.

14. A água, por demais abundante no Brasil, vem sendo crescentemente fornecida por transnacionais, como Suez, Nestlé e Coca-Cola. Além disso, engarrafada com a adição de químicos e desmineralizada para ser vendida à população, que deveria desfrutar de água natural, saudável, e de graça. Ademais, as transnacionais do setor, que se vêm expandindo por grande número de cidades, fazem esgotar e deteriorar os lençóis freáticos. Para controlar a água, prometem investir em saneamento, e não o fazem.

15. Não bastasse a exação através dos juros do crédito (1), a dos impostos pagos aos governos federal, estadual e municipal (2), a das tarifas dos serviços públicos (3), há ainda a dos preços de oligopólio dos bens e serviços pagos às empresas ditas produtivas, das quais as principais estão, hoje, quase todas, sob controle estrangeiro (4).

16. Um dos exemplos mais acintosos desse deboche são os preços dos automóveis: o consumidor brasileiro paga pelo mesmo carro - fabricado no Brasil - o dobro do preço dele no exterior, por exemplo, na Argentina e no México. Essa diferença de 100% corresponde, quase toda, a lucros dos oligopólios, aumentados pelas inúmeras isenções e vantagens à exportação dadas pelo “governo”, sem falar nos subsídios à produção, inclusive taxas de juros favoráveis por conta do BNDES.

O Brasil e o colapso mundial

Data: 05/06/2010 - Autor: Adriano Benayon

1. A mídia amestrada, das grandes redes de televisão e cadeias jornalísticas, não passa de eco ou porta-voz das ilusões com que a oligarquia financeira mundial e seus agentes no país anestesiam os brasileiros, enquanto intensificam a brutal pilhagem que nos suga secularmente.

2. Estas são as duas principais ilusões, ultimamente difundidas: 1) a "crise" financeira mundial está sob controle, e os EUA estão saindo da "recessão"; 2) o Brasil livrou-se da "crise" mundial, e o único problema aqui seria frear a procura por bens e serviços, pois o PIB estaria crescendo muito.

O colapso em âmbito mundial

3. Sobe o número de descrentes quanto à primeira ilusão, embora quase só se fale da Grécia, sob intervenção dos "credores". Também, um pouco, da Espanha, por estar seu governo "socialista" cortando despesas, sacrificando empregos, salários e benefícios sociais, apesar de lá já haver a maior taxa de desemprego da Europa, acima de 20%.

4. Também a desvalorização do euro ilustra o estado periclitante das economias europeias, fazendo notar que o colapso financeiro mundial está entrando em nova fase aguda. Por outro lado, o afundamento da moeda europeia mascara a vulnerabilidade e a decadência do dólar e da libra esterlina, as moedas dos dois maiores centros financeiros do Mundo.

5. De fato, o afundamento do euro resultou, em grande parte, das avaliações negativas em relação a Grécia, Portugal, Espanha, Irlanda e Itália por parte das agências internacionais de risco de crédito, Standard & Poor 's, Fitch e Moody 's, controladas pela oligarquia anglo-americana. Essas agências classificaram como bons os títulos impagáveis que causaram rombos de trilhões de dólares nos balanços dos grandes bancos, detonando o colapso em 2007 e 2008.

6. As dívidas daqueles cinco países totalizam US\$ 2,6 trilhões com seus seis principais credores: França, US\$ 911 bilhões; Alemanha, US\$ 703 bilhões; Inglaterra, US\$ 413 bilhões; Holanda, US\$ 244 bilhões; EUA, US\$ 186 bilhões; Japão, US\$ 122 bilhões. E há mais 16 países credores.

7. Entretanto, os EUA e o Reino Unido, têm as maiores dívidas do mundo, e seus bancos centrais são recordistas em matéria de emitir moeda e adquirir títulos dos respectivos Tesouros. Não obstante, EUA e Grã-Bretanha não recebem notas baixas das agências de risco, nem o FMI é chamado para impor a eles "pacotes de reajuste econômico".

8. A "tranquilidade" em Nova York e Londres resulta da ocultação de bolhas infladas com o capital que o FED e o Banco da Inglaterra injetaram nos bancos e com o dinheiro obtido por estes vendendo ao governo, pelo valor de face, títulos tóxicos que não valem senão pequena fração desse montante.

9. Novamente, como em 2008, estão pendentes derivativos na casa das centenas de trilhões de dólares, sem liquidez ou mesmo solvabilidade, porquanto uma e outra faltam à maior parte dos créditos finais que deveriam lastrear esses derivativos.

10. Tudo isso faz que operadores mais avisados dos mercados financeiros busquem reserva de valor no ouro e em outros metais preciosos. O ouro valorizou-se 17,3% em relação ao euro, só nos últimos 30 dias, e mais de 70% desde o início de 2008. Em relação ao dólar foram 30% de um ano para cá e 86,5% nos últimos cinco anos.

11. A perda de valor das principais moedas de reserva mundiais seria ainda maior, se os manipuladores dos mercados mundiais, que controlam as principais bolsas, como a London Bullion Market Association, não vendessem certificados simulando a existência de ouro de que não dispõem.

12. O mal escondido colapso financeiro aparece quase de corpo inteiro na Europa, e a menos exposta situação dos EUA e do Japão é, no mínimo, tão insustentável quanto a europeia.

13. Em suma, o cenário realista aponta para profunda depressão econômica, uma vez que as recentes explosões da crise estão ocasionando novas quedas nas despesas de investimento produtivo e nos gastos sociais. Agrava-se, pois, o desemprego recorde em que já se encontram os países atingidos.

14. Esses países não são somente os que a indecente mídia anglo-americana chama PIIGS (Portugal, Italy, Ireland, Greece, Spain; PIG = porco), mas também as grandes potências e centros imperiais controladores dos mercados financeiros mundiais: EUA e Inglaterra.

15. Analistas competentes entendem que a depressão ficará por muitos anos, com maior deterioração dos direitos sociais, determinando convulsões, e ainda maiores quedas na produção, que já afundou muito nos últimos três anos. Com isso, declínio das receitas fiscais, fazendo crescer ainda mais os déficits públicos, levando a maior emissão de títulos públicos e monetização das dívidas. Depois, inflação e hiperinflação.

16. Isso significa a ruína completa dos trabalhadores, mesmo os mais qualificados, a dos pequenos empresários e até a dos de médio e grande porte que não fazem parte da oligarquia. De fato, além de perder seus meios de ganhar dinheiro, durante a depressão, verão suas economias pulverizar-se por completo ao manifestar-se a hiperinflação.

17. Moral da estória: Esses cenários de miséria e horror ocorrem em decorrência apenas da lógica do mercado, aquela mesma que foi endeusada pelo totalitarismo da globalização, dos anos 80 do Século XX até o despontar do colapso financeiro em 2007? Ou resultam de planejamento calculado por parte da oligarquia financeira mundial, com o objetivo de tornar absoluta a concentração de poder e econômico e político que ela promoveu, durante todo aquele período, de forma intensa?

18. Como quer que seja, a humanidade está diante do maior desafio que já teve desde seu surgimento, pois, nunca antes, tantos mecanismos de destruição (econômicos, sociais, culturais, políticos, militares e nucleares) estiveram voltados contra ela.

Efeitos do colapso no Brasil

19. Antes de tratar do que vem por aí, cabe ter presente a estrutura econômica implantada no Brasil desde 1954, caracterizada pela transnacionalização subordinada aos centros mundiais.

20. Dessa estrutura dependente e vulnerável advieram elevados déficits nas transações correntes com o exterior causados pelo superfaturamento de importações e pelo subfaturamento de exportações e por fraudes das transnacionais, fazendo transferências a título de "serviços" superfaturados e até fictícios.

21. Daí veio, de 1979 até o final dos anos 80, aguda crise de balanço de pagamentos. A dívida externa foi usada para aprofundar e ampliar a ocupação dos espaços e do poder pelo capital estrangeiro, inviabilizando o desenvolvimento econômico e social do país, assim transformado em zona de exploração de fabulosos recursos naturais e abundante força de trabalho.

22. Cessando os novos créditos internacionais em função da impossibilidade de fazer face a seu serviço, deu-se o crescimento exponencial da dívida interna, a partir de 1980.

23. A dívida externa resultara do financiamento de déficits externos criados em função de fraudes, além de empréstimos e financiamentos para programas de "desenvolvimento", sob dependência tecnológica e financeira do exterior, em condições danosas ao País, com importação de pacotes fechados em favor das transnacionais ganhadoras de concorrências arranjadas pelo Banco Mundial.

24. Ademais, foi ela enormemente incrementada por causa da decisão do FED (banco de reserva dos EUA), em 1979, elevando os juros em dólar, de taxas reais não maiores que 2%, para mais de 20% ao ano. Em 1982, isso redundou na inadimplência forçada. Depois, o "governo brasileiro" estatizou a dívida privada, elevando ainda mais a dívida pública externa. Essa medida foi mais uma ditada pelos bancos estrangeiros "credores", para que estes ficassem seguros de cobrar os injustificados débitos do Brasil, independentemente de falências ou concordatas de devedores privados.

25. De capitulação em capitulação, o governo firmou, em 1983 e 1986, acordos de "reestruturação da dívida", os quais a par de a tornarem cada vez menos administrável, ataram toda a política econômica aos ditames dos agiotas mundiais. Daí a míngua dos investimentos públicos e o declínio das taxas de crescimento da economia.

26. O privilegiamento ao serviço da dívida no Orçamento foi instituído por meio de fraude, tendo entrado na Constituição em 1988, sem jamais ter sido objeto de discussão durante a Assembleia Constituinte.

27. O resultado disso é que, de 1988 a 2009, a União federal despendeu, em valores atualizados de dezembro de 2009, a inimaginável quantia de R\$ 5,7 trilhões, a título do "serviço da dívida", i.e., juros, encargos e amortizações, sem contar a rolagem de dívidas.

28. A dívida interna cresce brutalmente porque o Banco Central fixa as taxas de juros mais altas do Mundo nos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, enquanto países com dívidas mais altas que a do Brasil pagam juros em taxas inferiores à da inflação.

29. Assim, sem que a dívida federal decorra de despesas com finalidade econômica ou social válida, como investimentos produtivos, de infraestrutura ou sociais, seu serviço anual em 2009 ascendeu a R\$ 380 bilhões, quantia mais de 10 vezes maior que o investimento total da União e igual a mais de cinco vezes os gastos com educação.

30. A dívida interna da União atingiu em fevereiro de 2010 o montante de R\$ 2,6 trilhões, sendo R\$ 2 trilhões em poder do "mercado" e R\$ 600 bilhões em títulos no Banco Central.

32. Por outro lado, não existe a propalada extinção da dívida externa. A dívida externa bruta alcançou, em fevereiro de 2010, US\$ 294,8 bilhões, equivalentes a R\$ 533,9 bilhões.

O Brasil diante do colapso

33. Diz-se ser modesta a dívida externa líquida, de US\$ 53,7 bilhões, em razão de haver US\$ 241,1 bilhões nas reservas. Entretanto, há dano iminente para o País, pois o grosso das reservas é formado por capitais especulativos ingressados para cevar-se dos altíssimos juros. Os manipuladores financeiros estrangeiros (e alguns "nacionais") tomam dólares emprestados no exterior a juros em torno de zero, e os convertem em reais em títulos públicos e créditos privados no Brasil. É o "*carry-trade*".

34. Com isso, auferiram em 2009 juros reais de 13%, com a taxa SELIC, propiciada pelo Banco Central, e muito mais nos créditos privados. Ao retornar para o exterior, adicionaram os ganhos da apreciação do real. O dólar é uma moeda podre, emitida, às dezenas de trilhões, pelo FED, controlado por banqueiros privados, para socorrer bancos que deveriam ter falido em razão da derrocada dos derivativos.

35. O colapso mundial já está se aprofundando em nova crise. Com isso, o fluxo do *carry-trade* será na direção do exterior, e as reservas do Brasil serão pulverizadas. A manutenção delas é mais um delito contra o País, pois estão aplicadas a juros baixíssimos, enquanto o Brasil se endivida internamente às taxas de juros mais altas do Planeta.

36. Ademais, o Brasil deixou, desde a crise de 2007/2008, de ter saldos positivos nas transações correntes com o exterior. Pior: no 1º trimestre de 2010, teve déficit recorde, de mais de US\$ 12 bilhões.

37. O que está dando equilíbrio precário ao balanço de pagamentos é o ingresso de capital especulativo estrangeiro, que deverá sair durante a nova etapa do colapso mundial. Com o recrudescimento da depressão, as exportações cairão mais, e a crise estará no Brasil, incluindo a retração da atividade econômica. Nada disso haveria, se outra fosse a estrutura econômica, em vez da existente, vinculada aos centros mundiais.

Poder Mundial

Data: 16/06/2010 - Autor: Adriano Benayon

Nova elevação dos juros básicos

1. No último artigo, assinalai o precário equilíbrio do Balanço de Pagamentos do Brasil, assegurado pelo carry-trade, ou seja, pela entrada de moeda escritural estrangeira tomada por empréstimo no exterior a juros baixíssimos, para ser aplicada no País em títulos públicos e privados, dotados de pródigas taxas de juros.
2. A formação de reservas em moeda estrangeira que decorre desse ingresso de capital especulativo é tanto maior quanto maior seja a diferença entre os juros internos e os do exterior. E que é que acaba de fazer o Banco Central, a serviço dos banqueiros e aplicadores especulativos do Brasil e do exterior?
3. Elevou para 10,25% aa. a taxa básica, SELIC, dos títulos do Tesouro, fazendo crescer o montante dos recursos que os contribuintes brasileiros são forçados a transferir em favor da manipulação financeira, que nada produz de real. Outro resultado disso será continuar o Brasil acumulando mais reservas em dólares, aplicadas a taxas de juros inferiores à taxa de inflação dessa moeda. Para ainda maior prejuízo, esta tende a sofrer agudo colapso em questão de meses.
4. Já desmascaramos, reiteradas vezes, o surrado e falso pretexto segundo o qual a elevação da taxa de juros conteria a inflação, brandido em coro por ministros do governo, diretores do Banco Central, porta-vozes dos bancos, economistas pró-bancos etc.
5. Esse pretexto repousa, além disso, sobre outra falsa suposição, a de que o crescimento do produto bruto acarreta necessariamente maior inflação de preços. Não bastasse isso, fez-se alarde de um crescimento explosivo do PIB, com base só no 1º trimestre de 2010, em comparação com o de 2009, sem levar em conta que, em relação ao 1º trimestre de 2008, a elevação foi de 6,7%. Isso dá taxa média de apenas 3,3% ao ano, ou pouco mais de 1% aa., considerando o PIB por habitante.
6. De fato, o aumento da taxa de juros foi decretado, como sempre, com a finalidade de tornar maiores os ganhos auferidos pelos sanguessugas dos mercados financeiros. Não contém a inflação. Ao contrário a estimula, ao fazer reduzir a oferta de bens e serviços, pois causa queda na produção real, por prejudicar os investimentos produtivos e favorecer os financeiros.
7. Como em todos os países comandados pela oligarquia mundial, tudo se faz às expensas dos que trabalham. Para fingir que se está diminuindo a dívida, reduzindo o déficit público ou combatendo a inflação, o desemprego é o meio favorito do sistema.
8. Em suma, em vez de desatrelar a Nação do comboio desgovernado que é o sistema (caos) financeiro mundial, a política econômica “brasileira” a amarra ainda mais a ele. A propósito, atualizemos as informações referentes à nova etapa do desmoronamento das finanças e de aprofundamento da depressão econômica mundial.

Acúmulo de efeitos das crises

9. Os EUA são exemplo cruel de brutal desemprego, que só tende a se agravar em função dos próximos lances do colapso financeiro. A verdadeira taxa de desemprego (há nada menos que seis taxas oficiais) já se situa, no mínimo, entre 15% e 20%, como aponta o GEAB, importante grupo de analistas franceses.
10. É nesse contexto que estão programados vultosos cortes no orçamento federal dos EUA, ao que se diz, de US\$ trilhão em três anos. Nada indica que esses cortes atinjam seriamente os programas de armas estratégicas. Os Estados, há tempos, estão suprimindo gastos fundamentais nos serviços sociais e com isso agravando o desemprego.
11. O panorama na Europa não é menos desanimador. Sem falar na Grécia ou em Portugal, a Espanha, com mais de 20% de desemprego oficial, obedece às diretivas do FMI de sacrificar os assalariados, e a própria Alemanha, líder econômica do bloco, anunciou pesados cortes.

12. Tanto os governos dos EUA como os da Europa só não acabam com as benesses que prodigalizam em favor dos grandes banqueiros. Nos EUA, por exemplo, os juros cobrados pelo banco central privado (FED) estão baixíssimos, quase em zero.

13. Por que? Para ajudar os devedores imobiliários que continuam perdendo suas casas? – Nada disso. Não se lembram que o próprio FED emprestou trilhões de dólares àqueles bancos para cobrir os rombos causados pelos títulos derivativos tóxicos? Eles continuam tomando empréstimos do FED a juro real negativo para aplicar em títulos do Tesouro que rendem em média 3% aa. Nas hipotecas continuam cobrando juros da ordem de 6% aa., e ainda mais altos no reduzido volume de empréstimos às empresas e às pessoas físicas.

14. Conforme dados do Banco Internacional de Liquidações (Vide BIS Quarterly Review, junho de 2010, p. 16), a dívida pública dos EUA atingiu US\$ 16,1 trilhões em março de 2010, tendo crescido nada menos que 36,5% desde junho de 2007. O PIB cifrava-se em US\$ 14,2 trilhões em 2009, mesmo inflado por métodos estatísticos questionáveis.

15. O curioso é que quase só se comenta a também alarmante dívida pública de países europeus, para onde as agências de risco e outros instrumentos do sistema resolveram deslocar o foco da crise.

16. Isso tudo parece ter por objetivo sustentar, por mais algum tempo, o dólar, viciado por emissões ilimitadas e pela rápida deterioração das contas nacionais dos EUA.

17. O império anglo-americano, cujo principal braço armado é os EUA, está no auge do poder militar, ao mesmo tempo em que sua economia e sua moeda dependem cada vez mais desse poder para manter de pé a imensa fraude que lhes permite sobreviver.

18. Certamente o dólar ganhou alento com as capitulações da Rússia e da China, no Conselho de Segurança da ONU, ao aprovarem a absurda Resolução de pesadas sanções contra o Irã, propugnada pelos outros membros permanentes desse Conselho (EUA, Reino Unido e França).

19. Não se sabe que conluíus levaram aquelas duas potências a entregar à sua própria sorte o Irã, cercado de todos os lados por mísseis estadunidenses, britânicos e israelenses. Ademais, a Resolução prejudica a Rússia, suas indústrias bélicas e de equipamentos, obrigadas a deixar de fornecer suprimentos essenciais à defesa daquela república islâmica.

O desenlace aproxima-se

20. Não encontrando, até o momento, resistência face a seus desmandos, nem internamente nem de outros países, a oligarquia financeira (petroleira etc.) anglo-americana, prossegue fomentando a depressão e o colapso financeiro, que vê como meio de aprofundar seu controle totalitário sobre o planeta.

21. Como quer que seja, a maneira como ela vem empurrando as crises com a barriga tem, entre outros resultados, que o montante de derivativos “over-the-counter”, i.e., os não negociados em bolsas, continue acima de US\$ 600 trilhões: US\$ 615 trilhões, em dezembro de 2009 (BIS Quarterly Review, junho de 2010, p. 25.)

22. Ainda mais impressionante é que o valor de mercado desses derivativos seja de somente US\$ 22 trilhões, i.e. 3,6% daquele montante (Idem, ibidem).

23. Os fatores desencadeadores de nova e aguda crise são múltiplos. Entre muitos outros: 1) o soçobrar das hipotecas nos EUA, no Reino Unido, na Espanha etc.; 2) as dívidas públicas e privadas da Grécia, Irlanda, Espanha, Portugal, sem falar em EUA, Reino Unido, Japão e vários outros; 3) a elevadíssima exposição dos bancos nesses e em outros créditos de difícil adimplemento (por exemplo, as ações da matriz do Santander, apesar dos grandes lucros no Brasil, já caíram 40% este ano).

Onde estão os ambientalistas?

Data: 12/07/2010 - Autor: Adriano Benayon

Que fazem as ONGS ambientalistas diante do vazamento de petróleo no Golfo do México, causado pela British Petrol (BP) – o que já mostra ser o maior desastre ambiental de toda a história?

Simplesmente, nada. Mantém silêncio. Omitem-se por completo.

Por que? Porque são pagas pela oligarquia financeira mundial para ajudar a pôr grandes espaços territoriais, dotados dos mais valiosos minerais estratégicos, sob controle da família real britânica e outros expoentes dessa oligarquia, além de obstaculizar projetos necessários ao desenvolvimento do Brasil.

Entre os grandes acionistas da BP está exatamente a família real britânica, a qual lidera a intervenção no Brasil a pretexto de meio ambiente e de direitos indígenas;

Quem não conhece o espalhafato com que costumam agir, no Brasil e em outros países, as ONGs “ambientalistas”, Greenpeace e WWF (Fundo Mundial para a Natureza)?

Um das principais finalidades dessas ONGs é tirar a atenção do público dos verdadeiros destruidores do meio-ambiente, e os maiores desses destruidores são as companhias de petróleo, notadamente as mega transnacionais anglo-estadunidenses, a saber Exxon-Mobil e Chevron-Texaco (EUA); British Petrol (BP) e Shell (britânicas).

Estas financiam e sustentam aquelas ONGS do “meio-ambiente”. Aí está mais uma das infinitamente numerosas fraudes que pratica a oligarquia mundial.

Observações:

1. “Acredito que a investigação independente mostrará que esta tragédia poderia ter sido evitada”. Essa declaração é do diretor-executivo da Chevron, John Watson.

2. As TVs deram destaque em seus noticiários à reunião de Obama com executivos da BP (16.06.2010) e a uma anunciada ajuda desta, de US\$ 20 bilhões, para vítimas (norte-americanas) da insólita calamidade.

Conclusão:

Especialistas estimam em 18 meses o tempo em que o vazamento terá comprometido boa parte dos oceanos, acabando com o plâncton, responsável por 70% da produção do oxigênio planetário. O que está em risco, portanto, é a sobrevivência da humanidade e de outras espécies. Cabe, portanto, perguntar:

1) A questão se limita a indenizar vítimas norte-americanas diretamente atingidas?

2) Por que o governo dos EUA não tratou nem trata o assunto como questão de Estado, intervindo diretamente nas causas da continuação do desastre e mobilizando os recursos técnicos e materiais de que dispõe para estancar a contaminação dos oceanos, em vez de deixar as coisas (e a propriedade) com a BP?

3) Por que os governos dos demais países ainda não exigiram essas medidas do governo norte-americano, nem fizeram questão de tomar parte nelas, uma vez que a catástrofe produz efeitos em todo o Mundo?

Sair da crise?

Data: 15/08/2010 - Autor: Adriano Benayon

1. No artigo publicado em junho de 2010, “O Brasil e o Colapso Mundial”, apontei que o Brasil deixou, desde a crise de 2007/2008, de ter saldos positivos nas transações correntes com o exterior e que, no 1º trimestre de 2010, o déficit dessa conta atingiu recorde: mais de US\$ 12 bilhões.
2. Agora dispomos dos dados para todo o 1º semestre, período em que esse déficit atingiu US\$ 23,8 bilhões. Só não aumentou mais, porque em maio entraram em cena as exportações ligadas à safra agrícola. Mas em junho o ritmo de crescimento do déficit acelerou-se novamente.
3. A balança comercial teve saldo positivo de 7,9 bilhões. As transferências unilaterais (remessas de trabalhadores brasileiros no exterior), também tiveram superávit de US\$ 1,51 bilhões.
4. Isso significa que o déficit de “rendas e serviços” foi de nada menos que US\$ 33,21 bilhões. Nesta conta predomina o peso das “rendas”, com US\$ 19,4 bilhões, quantia da qual estão deduzidos os rendimentos de capitais brasileiros no exterior.
5. Portanto, o capital estrangeiro prossegue remetendo vultosos lucros ao exterior, não obstante o Brasil vir tendo medíocre crescimento econômico, valendo, ademais, notar que os rendimentos líquidos oficiais das transnacionais não incluem os serviços superfaturados e fictícios, nem o subfaturamento de exportações e o superfaturamento de importações.
6. O próprio comércio de mercadorias, i.e., a balança comercial, confirma estar o Brasil afundando no em subdesenvolvimento. De fato, quando se trata de bens de maior conteúdo tecnológico, em vez de superávit, cresce o déficit, como se dá com os eletroeletrônicos, em que, nos seis primeiros meses de 2010, as exportações foram de US\$ 3,64 bilhões e as importações, US\$ 15,76 bilhões.
7. O balanço de pagamentos está sendo falsamente equilibrado com ingressos líquidos de investimentos estrangeiros, diretos - de longo e curto prazo - além de empréstimos e financiamentos. Trocando em miúdos, enquanto cresce a perda de recursos correntes para o exterior, o capital estrangeiro eleva a base sobre a qual novas perdas serão geradas.
8. Continua, portanto, elevada e ascendente a saída de recursos do Brasil, resultante de ser o mercado brasileiro controlado por empresas transnacionais, subsidiadas por múltiplas benesses proporcionadas pelas leis e regulamentos do País, sob o comando de interesses imperiais forâneos.
9. Aumenta, desse modo, a já excessiva ocupação dos mercados de bens e serviços, via investimento direto estrangeiro, e a exploração dos mercados financeiros por parte do capital estrangeiro de curto prazo.
10. Pode-se estimar uma provável crise externa do Brasil, ainda este ano, já que a depressão mundial está cada vez mais enraizada, e a derrocada financeira se apresenta iminente. A primeira implica queda nas receitas de exportação, e a segunda, saída de capitais para cobrir rombos nos EUA, Europa e Japão.

“Investindo” com o nosso dinheiro

11. Predomina cada vez mais na economia brasileira o capital das empresas e bancos transnacionais. A implantação destas no Brasil foi grandemente favorecida por subsídios governamentais. Além disso, a política econômica prejudicou, pelo menos comparativamente, as firmas de capital nacional.

12. Desse modo, as transnacionais foram estendendo e aprofundando seu controle sobre os mercados, bastando-lhes aproveitar os subsídios e investir os ganhos obtidos no Brasil. Nos últimos decênios vêm, ademais, recebendo vultosos empréstimos do BNDES, o banco federal de desenvolvimento, a juros favorecidos.

13. Assim, para explorar os mercados, em condições de oligopólio, nem precisam, nem nunca precisaram, fazer ingressar no País quantidade significativa de dólares.

Moeda falsa

14. Para as aplicações especulativas, o capital estrangeiro tampouco tem qualquer dificuldade, pois os dólares são emitidos a rodo, não havendo garantia alguma de que os aqui convertidos em reais não passem de falsos ativos monetários criados em computadores de agências de bancos em paraísos fiscais.

15. Além disso, a emissão de dólares nos EUA não guarda relação com alguma coisa de real valor, pois o FED e o Tesouro dos EUA têm despejado nos bancos trilhões de dólares, na casa dos dois dígitos, com a finalidade de cobrir os rombos resultantes das jogadas dos próprios banqueiros.

16. Assim, é muito fácil para os praticantes do “carry-trade” obter os dólares para convertê-los em reais e auferir ganhos aproveitando o absurdo diferencial entre as altas taxas de juros aqui praticadas e as baixas taxas, quando não negativas, prevalecentes no exterior. Além disso, os ganhos da apreciação da taxa de câmbio do real.

Poder mundial

17. A oligarquia financeira anglo-americana concentra o poder econômico e exerce o poder político real, encoberto pela fachada dos “governos constituídos” dos países centrais, de seus associados, satélites e áreas periféricas exploradas.

18. Essa oligarquia sabe quais são as fontes do poder. A primeira delas é a criação de moeda, controlando os bancos, que o fazem por meio do crédito, e dominando os bancos centrais, que emitem moeda diretamente, sejam eles privados, como nos EUA, sejam públicos, como no Brasil.

19. A primeira fonte do poder, a oligarquia quer monopolizada e sem limites. Por isso restringe o uso da segunda fonte: os metais estratégicos e os preciosos, boicotando, por ex., o uso do ouro como reserva de valor.

20. Mas monopoliza esses metais, cujas minas detém em todo o Mundo, e acumula estoques. Impede, ademais, que a emissão de moeda em papel e escritural seja limitada por uma proporção com o ouro ou outro ativo real.

21. Os controladores dos mercados financeiros geram oferta falsa do ouro, manipulam seu preço para baixo e tolhem sua procura, deixando as pessoas sem opção segura de onde pôr as economias, e reféns das moedas emitidas ao bel prazer da oligarquia e fadadas a brutal desvalorização.

22. A terceira fonte do poder é a energia. Não admira que a oligarquia anglo-americana controle a comercialização do petróleo, desde a época das sete irmãs - hoje apenas quatro, duas norte-americanas e duas britânicas. Não admira tampouco que o petróleo e outros combustíveis fósseis continuem sendo as principais matérias energéticas, não obstante os terríveis danos que causam à saúde e ao meio-ambiente.

23. A quarta fonte do poder são as forças armadas. Estas asseguram, por ex., o suprimento de petróleo e que este seja vendido em troca de dólares. Desse modo o poder militar se combina com o da energia e o da moeda.

24. A quinta fonte é a indústria das ilusões, abrangendo os meios de comunicação e universidades de elite, pertencentes a fundações da oligarquia ou por ela estipendiadas. A função dessa indústria é fazer aceitar os absurdos como se fossem naturais e justos, coadjuvadas pelos negócios das drogas e da anticultura, que embotam os espíritos.

Crise e depressão

25. Enquanto isso, aguarda-se nova crise no quadro do colapso econômico mundial, caracterizado, de um lado, pela depressão da economia real com desemprego altíssimo e crescente, e de outro lado, por explosões: a) empréstimos impagáveis; b) dos títulos, inclusive derivativos, com alto valor nominal e quase sem valor de mercado, em parte já empurrados para os governos; c) a dos títulos da dívida pública dos EUA, de países europeus e do Japão; d) os reflexos disso tudo nas economias periféricas, como a brasileira.

26. Tudo isso é problema nosso. É dos povos e de verdadeiras lideranças que os queiram conduzir à libertação. Os concentradores do poder não veem problema algum nas crises que criam. Ao contrário, elas lhes servem para prosseguir concentrando mais poder e retirando de um número cada vez maior de pessoas os meios que as ajudariam a reagir.

Em que deu a globalização?

Data: 13/09/2010 - Autor: Adriano Benayon

O que é a globalização?

1. A globalização é um estágio de maior intensidade da dominação econômica e política mundial, caracterizado pela produção expatriada, ou seja, pelo controle crescente da economia em quase todo o mundo por um grupo cada vez menos numeroso de empresas e bancos transnacionais.

2. A diferença entre o período da globalização, claro a partir de meados dos anos 50 do Século XX, e épocas anteriores da expansão imperial, é que, naquele, a produção e outras atividades empresariais em um país são realizadas sob controle do capital estrangeiro, como acontece agudamente no Brasil.

3. Isso já existia antes, mas não era generalizado e abrangia somente, e em parte, a finança e serviços públicos, como eletricidade, gás e transportes e o planejamento e a construção da respectiva infraestrutura. A globalização foi acelerada com o uso de avanços tecnológicos nos transportes e nas comunicações, inclusive informática.

Quem comanda a dominação imperial

4. Desde antes de 1700, a oligarquia financeira sediada em Londres tem puxado os cordéis dos acontecimentos políticos na maior parte do mundo. Esse império, quase absoluto até em torno de 1915, passou então a ser partilhado por grupos norte-americanos, mas ligados à City de Londres. Esta, ademais, faz parte do grupo de banqueiros que passou, desde 1914, a controlar a então criada Junta de Reserva Federal dos EUA (FED), com profundos e quase absolutos poderes sobre a finança dos EUA.

5. Pode-se, assim, falar da oligarquia anglo-americana como a diretora do poder mundial, a qual organizou as duas guerras mundiais do século XX, obtendo, através delas, êxito em tornar a França, a

Alemanha e o Japão potências subordinadas. Não logrou, de imediato, o objetivo de enfraquecer a Rússia, o que conseguiu, em grande parte, após mais de 40 anos de "Guerra Fria".

6. As nações e Estados denominados EUA e Reino Unido são braços da referida oligarquia, do mesmo modo que outras nações e Estados se vêm tornando, cada vez mais, instrumentos dela. Aqueles dois são os braços armados, principalmente os EUA, cuja hegemonia militar, junto com o controle da mídia e da ideologia, impõe a adesão dos "aliados".

7. Os donos do poder aplicam à risca a permanente lição de Maquiavel (1469-1527): as bases do poder são as armas e o ouro. Na prática, as armas têm garantido mais o ouro, do que o ouro as armas.

8. De qualquer modo, como notei no último artigo, a oligarquia britânica controla os metais preciosos, mas ela e seus associados norte-americanos os economizam, pois, para financiar seu poderio militar, prevalecem-se do poder de criar dinheiro falso, como o dólar. Falso, porque emitido em quantidades inimaginavelmente copiosas, sem relação com a produção real de bens e serviços.

Resultados

9. Depois de as transnacionais sugarem, por meio da globalização, países como o Brasil, situados fora do círculo dos centros imperiais e de seus associados, analistas desses centros passaram a lamentar que a globalização tivesse expatriado para a China e outros países os empregos produtivos que antes existiam dentro daquele círculo.

10. Na realidade, a oligarquia financeira anglo-americana intensificou, de forma brutal, a concentração da renda em suas mãos, nos próprios EUA e no Reino Unido, criando "produtos" financeiros como os derivativos, por meio dos quais acumulou fortunas incalculáveis, ademais de modificar a tributação em favor dos bilionários. Tudo isso deu no colapso financeiro e na depressão, cuja crise mais aguda ocorreu em 2007/2008 e pode ser sucedida por profunda recaída.

11. Nesses dois países-sedes da oligarquia, como em muitos outros, o resultado foi a desindustrialização e o desemprego. Agora, a indústria responde por só 11% do PIB dos EUA. Há não muito tempo, ainda eram 18%. O desemprego oficial está em 9,5%, graças à manipulação da estatística, pois o verdadeiro está em torno de 20%.

12. Nada menos que 40,8 milhões de pessoas dependem dos cupons de alimentação do governo, e o número deverá passar de 43 milhões no próximo ano. A finança de Wall Street e seus servidores no Congresso pretendem cortar esses gastos, diante do brutal déficit orçamentário federal já de US\$ 1,4 trilhão com tendência de muita alta. Não cogitam diminuir as astronômicas despesas militares, nem deixar de privilegiar os bancos causadores do colapso.

13. Um parêntesis: as pessoas postas no governo brasileiro esmeram-se em imitar os centros mundiais em matéria de desindustrialização, favorecendo as importações com políticas de juros, cambial e comercial suicidas. Por outro lado, não cuidam de trazer ganhos financeiros para o Brasil: ao contrário, o sistema financeiro daqui é organizado para que os ganhos fluam para o exterior.

Agressões imperiais em pauta

14. Outro ponto em que diferimos diametralmente das potências hegemônicas é que estas não se desindustrializam na área militar, nos armamentos. Basta dizer que, enquanto o desemprego nos EUA foi quase geral, isso não ocorre no setor de "defesa". As únicas cidades desse país em que os empregos não diminuíram, mas, sim, cresceram, são San Antonio (Texas), Virginia Beach (Virgínia) e a capital Washington, porque as indústrias bélicas se concentram nestas duas, e os empregos federais, como os do FBI e outros serviços secretos, em Washington.

15. A propósito, nos EUA, cerca de 1.271 organizações governamentais e 1.931 empresas privadas trabalham com o "contraterrorismo", segurança interna e inteligência. 854 mil pessoas têm credenciais de segurança ultrassecreta. O orçamento oficial de inteligência dos EUA é de 75 bilhões de dólares, sem incluir esse tipo de gastos no âmbito do Pentágono e dos programas internos de "antiterrorismo".

16. Para se ter ideia do belicismo imperial, os EUA, além de terem acumulado colossal acervo de armas, investem nisso 6,6 vezes mais que o segundo colocado. Os 10 primeiros nessa lista são: Estados Unidos, 661 bilhões; China, 100; França, 63,9; Reino Unido, 58,3; Rússia, 53,3; Japão, 51; Alemanha, 45,6; Arábia Saudita, 41,3; Índia, 36,3; e Itália, 35,8.

17. Depois de se ter aberto, nas zonas de exportação, aos investimentos das transnacionais, e juntado mais de um trilhão de dólares em reservas, recebendo, em troca da produção de seus trabalhadores, moeda hiperinflacionada, a China aplicou os dólares principalmente em títulos do Tesouro norte-americano, destinados a ter seu valor dizimado.

18. Paralelamente ao serviço prestado aos ocidentais por seu setor exportador — e eles ainda reclamam por ter perdido empregos —, a China desenvolveu grande infraestrutura industrial para o mercado interno. Por isso, é considerada ameaça, já que os interesses imperiais não admitem nenhum país em vias de tornar-se independente, um pouco que seja, de sua dominação.

19. Não é outra a razão pela qual as forças armadas dos EUA estão realizando manobras de grande envergadura, com porta-aviões e outras armas de ponta, nas costas da China, próximo ao território desta.

20. A administração de Obama é ainda mais agressiva que as anteriores, pondo na ordem do dia operações de guerra, que incluem o uso de armas nucleares táticas. O Irã é o alvo imediato, junto com a Síria e o Líbano, e também estão programadas pressões e/ou agressões contra a Coreia do Norte e a Rússia, sem falar na China.

21. Por fim, os governantes chineses parecem ter entendido que não faz sentido financiar as operações bélicas dos EUA, comprando títulos do Tesouro americano. Assim, o estoque da China desses títulos em junho de 2010, de US\$ 843 bilhões compara-se com US\$ 915 bilhões em junho de 2009. O total dos títulos do Tesouro dos EUA nas mãos de países estrangeiros subiu de 3,46 trilhões para US\$ 4 trilhões.

Não é teoria. É conspiração mesmo.

Data: 16/10/2010 - Autor: Adriano Benayon

A conspiração é fato de todos os dias, em matéria de política e de poder. Em primeiro lugar, como acontece em quase todas as "democracias" controladas pelo grande capital "internacional", todos os candidatos à presidência no Brasil são a ele vinculados. Como sempre, o que for eleito será obrigado, de bom ou de mau grado, a contemplar os interesses considerados vitais pela oligarquia que comanda aquele capital. Por exemplo: Lula, recém-eleito em 2002, foi determinado, de imediato, a fazer duas nomeações: a de Meirelles para o Banco Central, com os usuais poderes de sátrapa, livre de qualquer interferência do próprio presidente da República; a de Marina da Silva, ministra do Meio-Ambiente (depois saiu, sempre solidária com o poder mundial). A função dessa senhora e dos "verdes", implantados no IBAMA, tal como a dos agentes colocados na FUNAI, é impedir obras de infraestrutura indispensáveis ao desenvolvimento do País para os brasileiros. Os da área do meio-ambiente

executam, junto com as ONGs estrangeiras, a serviço da oligarquia financeira, o isolamento de imensas áreas, subtraídas do território nacional aproveitável, reservando-o para ela, que controla as minas de ouro e de metais estratégicos em várias partes do Brasil, na África, no Canadá e na Austrália etc. Os verdes e essas ONGs são, na verdade, financiados pelos maiores e mais impunes poluidores do Mundo, pois a oligarquia que as controla, também controla, entre outras campeãs da poluição, a indústria do petróleo, cujos vazamentos empestam os espaços mais vitais à sobrevivência da humanidade, a saber, os mares e oceanos. Os indigenistas, tangidos pelos mesmos vaqueiros, encarregam-se de instalar supostas tribos indígenas nos territórios de subsolo mais rico do Planeta, como as serras entre Roraima e a Venezuela, e em outras gigantescas áreas. Os governos da República as têm cedido, dobrando-se às pressões da oligarquia liderada pela família real britânica, a qual agracia FHC com vários mimos e faz o mesmo para Marina da Silva.

A jogada do poder mundial

Então, qual foi a jogada do poder mundial no 1º turno das eleições brasileiras e qual é o prosseguimento dela no 2º turno? Evitar que Dilma ganhasse no primeiro turno. Por que? Embora ressaltado que nenhum dos candidatos afronta aquele poder, Lula e sua ex-ministra principal parecem não contrariar invariavelmente o desenvolvimento do País. Entre outras coisas nesse sentido, mantiveram projetos importantes de infraestrutura, como a hidrelétrica de Belo Monte, e sustentaram a reforma do Código Florestal, conforme o Projeto de Lei do Deputado Aldo Rabelo, com apoio de conservadores e oposição da esquerda entreguista. Assim, a oligarquia mundial resolveu enfraquecer Dilma e, para isso, usou seu descomunal controle sobre a mídia e sobre a opinião da maioria dos que leem alguma coisa. Essa se deixou levar por denúncias de corrupção, lavagem cerebral com baboseiras do tipo ficha-limpa etc. Ora, pode haver corrupção da grande, mas ela não é característica de só um dos bandos em destaque na política do País. Além disso, ela é de pouca monta ao lado da mega corrupção dos que entregam as riquezas do Brasil aos concentradores estrangeiros, e ainda fazem os cofres públicos pagar-lhes centenas de bilhões de reais por isso. Vide privatizações, como as da Vale Rio Doce, do setor elétrico, da telefonia etc. e o abocanhamento pelo cartel anglo-americano da maior parte dos ganhos decorrentes do petróleo descoberto pela Petrobrás. Contando Calabar (Século XVII) e todos os que vieram depois, dois dos maiores entregadores do País são FHC e Serra. Esses têm ficha limpa, como a têm vários outros de menor porte (que os dois) nessa infamante lista. Eles e muitos governadores, senadores etc., eleitos e reeleitos. O surrado e falso moralismo foi uma das tônicas em que a oligarquia mais investiu para evitar a decisão em primeiro turno. Outro ponto também a ilustrar a frase de Shakespeare, na epígrafe, é que apreciável segmento da classe média revive em suas mentes os tradicionais espantalhos do comunismo e da república sindicalista. Caiu nesse conto. Entretanto, isso não foi o bastante. Para obter o êxito alcançado, a oligarquia do poder mundial despejou grana pesada em favor da candidata Marina da Silva, erguendo-a ao patamar de quase 20 milhões de votos (a maior parte de protesto, em face dos outros dois candidatos, prejudicados por serem mais conhecidos que Marina). Esta é a conclusão da jogada: usar o discutível cacife adquirido por essa representante dos interesses imperiais, para que ela negocie seu apoio a um dos candidatos (o que tiver maior chance), em troca de este se comprometer com a agenda do antidesenvolvimento, embrulhada em falaciosa bandeira verde. Meta: aumentar ainda mais a já absurdamente alta parcela do território nacional a que os brasileiros perderam acesso. E ainda posará de estadista, dizendo que seu acordo será em torno de objetivos programáticos.

Por que não votar em Serra

Data: 28/10/2010 - Autor: Adriano Benayon

Creio que estão abusando do direito de iludir os outros aqueles que promovem a candidatura de Serra. Entre os pontos de destaque de seu currículo vou citar só dois, pois ando por demais atarefado e com escasso tempo disponível:

1) articulou a passagem da emenda inserida na Constituição por meio de fraude grosseira rubricada por Nelson Jobim, através do qual se privilegia no Orçamento da União o serviço da dívida, gracinha que já custou ao País desde 1988, cerca de 6 trilhões de reais. Repito: trilhões. Já pensaram no que é um bilhão? Muito bem: 1 trilhão, lembro, são mil bilhões;

2) foi dos executores principais das mais escandalosas privatizações realizadas até hoje no Planeta e que constituem a maior mega corrupção da História do Brasil e também do mundo.

Transcrevo trecho de correspondência minha:

"AB. Sim, considero que as privatizações realizadas, em grande escala, durante os mandatos de FHC representam o maior exemplo mundial, de todos os tempos, em matéria de corrupção, pois, de outro modo, não poderia ter havido o que houve. E o que houve? Estatais federais e bancos e estatais estaduais entregues, não apenas de graça, mas fazendo a União gastar centenas de bilhões de reais. Essas empresas e bancos valiam mais que dezenas de trilhões de dólares. Isso porque seu valor na época já era inestimável, insuscetível de ser medido em moedas criadas à vontade por bancos centrais a serviço de banqueiros golpistas, que levaram ao maior caos financeiro da história e desencadearam a depressão mundial, que deve durar mais e ser mais profunda que a famosa dos anos 30. Hoje, portanto, ficou ainda mais sem sentido tentar avaliar as estatais privatizadas na moeda podre, que é o dólar, completamente inflacionado e destinado a ser trocado por outra moeda de vigaristas. De fato, o dólar não vale mais quase nada, hiperinflacionado que está, e prestes a desabar ainda mais. Basta dizer que a onça de ouro beira US\$ 1,400.00, e se cotava a pouco mais de 200 dólares em 2002. E isso ainda é só o começo. E não foram só as privatizações: há ainda as políticas e as medidas específicas para desnacionalizar as médias e grandes empresas de capital nacional, hoje também quase todas em poder de transnacionais, já que foram adquiridas por estas por frações de seu valor real, mesmo sem contar que esse valor seria muito mais elevado se mais de quatro quintos de sua população não vivessem em condições econômicas lamentáveis. Não duvido de que também haja corrupção entreguista no governo de Lula. Entretanto, o grau de envolvimento deste com esse esquema me parece incomparavelmente menor do que o da gang Tucana. Por que? Porque, se Lula não tomou medidas para reverter o processo que já vinha desde Collor, de entregar tudo, e foi intensificado por FHC, pelo menos o desacelerou grandemente. A realidade é que qualquer presidente no Brasil só chega a isso – e até a candidato – se tiver o beneplácito do sistema de poder da oligarquia financeira anglo-americana. Logo ao ser eleito em 2002, Lula fez duas nomeações de imediato, determinadas por esse sistema: a de Meirelles para o Banco Central e Marina da Silva para o Meio Ambiente. Mas em muitas áreas, inclusive a de defesa, a do desenvolvimento nuclear houve apreciável melhora sob Lula. Na área do petróleo, embora timidamente, Lula é muito menos entreguista do que a gang de FHC. Esta, já encarapitada no bonde de Serra, quer atender as transnacionais do petróleo de forma radical. A política de infraestrutura e o apoio ao agronegócio e aos grandes empreiteiros (esses estão contentes com Lula) pode envolver corrupção, mas é muito menos nociva ao País do que aquela que privilegia exclusivamente empresas de capital estrangeira e trata de enfraquecer grandes grupos nacionais a se venderem às transnacionais. Finalmente, não vejo muito sentido em comparar os patrimônios acumulados no Brasil por corruptos de grande porte. Isso porque, em geral, não contamos com dados sobre o que eles acumularam em contas e em outros ativos no exterior." Pensam que gosto de Dilma? Se a resposta é sim, estão enganados. Apenas vejo o que é menos horrível, pois no atual sistema e na atual estrutura econômica do País todos os candidatos são necessariamente indicados com o beneplácito dos que tratam de fazer o Brasil retornar à mera condição de entregador

de suas riquezas naturais, como mostra a tendência da estrutura de exportações, com percentagem cada vez maior de produtos primários e semimanufaturados. Dilma também é deles, embora menos radical na entrega dos patrimônios nacionais do que Serra. Por isso é que encheram a bola de Marina da Silva, agente da coroa britânica, para haver segundo turno, e é por isso que a grande mídia trabalha por Serra."

Economia desnacionalizada I

Data: novembro de 2010 - Autor: Adriano Benayon

1. De janeiro a setembro deste ano, o déficit de transações correntes com o exterior acumula US\$ 35 bilhões, e seu crescimento prossegue acelerado. Esse montante equivale a três vezes o do mesmo período em 2009.
2. Isso significa que o saldo negativo líquido nas contas de "rendas e serviços" - formadas principalmente pelas rendas do capital estrangeiro (lucros e dividendos, além de juros) - foi de cerca de US\$ 51 bilhões, pois a balança comercial teve saldo positivo de US\$ 14 bilhões, e as transferências unilaterais (remessas de trabalhadores brasileiros), cerca de US\$ 2 bilhões. Resumindo: 51 bi menos 16 bi = 35 bi.
3. Mantido até o fim do ano o atual ritmo, esse déficit nas rendas de capital chegará a US\$ 68 bilhões. Mais provavelmente, US\$ 70 bilhões, já que, em dezembro, as remessas aumentam.
4. O Brasil exporta grandes quantidades, mal pagas, de seus excelentes recursos naturais e, além disso, muito valor de trabalho agregado por sua mão-de-obra nos produtos industrializados. Entretanto, não mais consegue grandes superávits na balança comercial, agora em queda, devido à depressão em mercados importadores.
5. Mesmo com essa retração na demanda, o Brasil ainda exporta demais. Porém, tem que pagar por importações cujo valor unitário é muitíssimo mais alto que o das suas exportações. Em consequência, o saldo comercial é, de longe, insuficiente para equilibrar a conta corrente com o exterior, devido ao crescente e enorme dispêndio com as remessas de ganhos do capital estrangeiro.
6. O que os economistas do sistema apontam como remédio para compensar o déficit nas transações correntes com o exterior é a entrada de mais capital estrangeiro, "equilibrando" assim o balanço de pagamentos. Ou seja: pretendem – ou fingem pretender - afastar a doença, fazendo o paciente ingerir quantidades cada vez maiores das toxinas que o fizeram ficar doente.
7. Ora, o investimento direto estrangeiro instalou-se no País exatamente para transferir riqueza deste para fora, através das "rendas de capital e 'serviços'". E não só por essas contas, mas também manipulando os preços no comércio de mercadorias. A balança comercial teria saldos positivos muito mais altos do que tem, se os preços de exportações e de importações não fossem usados para transferir renda para o estrangeiro.
8. Na realidade, os investimentos diretos estrangeiros são a plataforma e os vetores de lançamento, para o exterior, da riqueza e do produto do trabalho dos brasileiros. O capital estrangeiro acumula-se, cada vez mais, através da capitalização de lucros obtidos no mercado interno e, além disso, seu estoque cresce no País com ingressos em moeda estrangeira, principalmente dólares, facilmente fabricada nos países de origem.

9. Os investimentos diretos estrangeiros são aplicados nas subsidiárias “brasileiras” das transnacionais (também chamadas multinacionais), para: a) aportes de capital nessas subsidiárias; b) fusões com empresas de capital nacional ou com subsidiárias de outras transnacionais; c) aquisição dessas empresas; d) privatizações.

10. Nos casos a), b) e c), as transnacionais prevalecem-se de seu acesso a capital barato (lucros no exterior, lucros no Brasil aqui reinvestidos, empréstimos tomados no exterior a juros hoje em torno de zero e até juros a taxas especiais no Brasil. No caso d), o das privatizações, o qual supera todos em matéria de escândalo, o ingresso de dinheiro externo é só “para inglês ver”. De fato, as transnacionais passam a controlar empresas estatais donas de altíssimos patrimônios e elevada rentabilidade, e, em vez de pagar por elas, recebem incríveis subsídios da União federal brasileira (!!!).

11. As modalidades a), b) e c) permitem às transnacionais desalojar do mercado as empresas de capital nacional, pois, ademais das vantagens de obter capital barato, e o das empresas nacionais tem alto custo, a política econômica governamental (!!!) favorece as transnacionais em detrimento destas. A primeira modalidade abre o caminho para as duas outras: a empresa nacional, em dificuldades, vê-se acuada a aceitar a fusão com a transnacional ou, desde logo, ser adquirida por esta.

12. Deve ser dito que o processo de desnacionalização da economia brasileira é muito antigo e se intensifica desde 1954, a partir da conspiração e do golpe regido por serviços secretos de potências imperiais, que derrubou o presidente Vargas naquele ano.

13. Isso explica as crises recorrentes no Balanço de Pagamentos do País, sempre causadas pela transferência de nossos recursos, via contas de serviços e rendas e manipulação dos preços das mercadorias na balança comercial. Elas surgem em razão do crescimento da dívida externa, resultante do acúmulo de déficits sucessivos.

14. O real ou falso ingresso de capital estrangeiro, em parte sob a forma de empréstimos, equilibra o Balanço de Pagamentos por um tempo. É assim que a dívida se avoluma, dando mais pretextos para a elevação das de juros. Os juros vão se capitalizando e crescendo à dívida. Isso tudo culmina nos pacotes do FMI, Banco Mundial e dos bancos “credores”, em benefício dos quais essas instituições intervêm.

15. Cada crise nas contas externas - como as de 1961, 1964, 1982, 1987, 1991, 1998, 2002 – foi explorada para tornar a economia brasileira ainda mais subordinada às determinações da política imperial, no sentido de elevar a dependência do País em relação ao capital estrangeiro e de sufocar seu desenvolvimento, através de políticas de falsa austeridade, cujo objetivo sempre foi elevar a mortandade das empresas brasileiras, fazendo-as falir ou se entregar ao controle de transnacionais.

16. Até à eclosão de cada crise – e a próxima parece não estar distante – a política econômica inclui: 1) fazer investimentos públicos na infraestrutura; 2) prover recursos financeiros, a juros favorecidos, para investimentos das grandes empresas e especialmente das estrangeiras, através dos bancos públicos.”

17. Quando a crise aparece, passa a ser prioridade o encolhimento do mercado, fazendo baixar o nível de consumo da população (exceto a super rica), arrecadando dinheiro para os pagamentos do serviço da dívida pública, inclusive a externa. Contando só a partir do estelionato inserido na Constituição de 1988, para tal fim, os juros e encargos da dessa dívida acumulam despesa superior a 6 trilhões de reais, até 2010.

18. Em vez de sucumbir desse modo humilhante, inclusive com as vergonhosas privatizações, dever-se-ia ter reestruturado a economia em bases saudáveis, assentadas sobre capitais nacionais, públicos

e privados. Ao contrário do que diz a enganação reinante, não há dificuldade alguma para formar esses capitais no País, sem qualquer recurso à capital estrangeiro. Basta, para isso, ter governo autônomo.

19. As copiosas privatizações, de 1996 a 2000, constituíram o auge da colocação do País de joelhos, fazendo-o entregar - e pagar para entregar - a nata do patrimônio nacional, a pretexto de que os falsos recursos gerados para a União e Estados nos leilões de venda de estatais seriam usados na redução da dívida externa e de seu serviço. Ao contrário, ambos cresceram enormemente, junto com a alienação criminosa do patrimônio público.

20. Apesar de ter sido, de longe, o País mais saqueado do Século XX, - alguns o comparam somente ao caso da Rússia de Yeltsin - o Brasil conseguiu ampliar um tanto seu mercado, graças: 1) à pujança dos recursos naturais; 2) ao imenso território aproveitável, sem paralelo no Mundo; 3) à população em expansão (mesmo reprimida); 4) ao razoável progresso da indústria e da tecnologia nacionais, anterior à ocupação pelo capital estrangeiro.

21. Mas o resultado obtido não passa de pequena fração do correspondente àquele estupendo potencial, que deixa de ser realizado por causa da inimaginável sugação a que o País é submetido.

22. O pior é que se torna cada vez mais volumosa a plataforma, e se tornam mais numerosos os mísseis de lançamento, que transferem os recursos do Brasil para o exterior, assegurando seu endividamento, seu empobrecimento e seu subdesenvolvimento.

23. Para dar um flash do próximo artigo, nos anos 70 do Século XX, a grande maioria dos setores mais importantes da indústria de transformação já estava oligopolizada sob o predomínio das transnacionais. Isso se intensificou nos decênios seguintes, e estendeu-se aos serviços públicos, como eletricidade, saneamento, água, telecomunicações etc., privatizados nos anos 90. Arrebatou-se então, ainda, aos brasileiros o controle do maior banco estadual do mundo.

24. O capital estrangeiro passou, com subsídios de bilhões do governo FHC, a abocanhar também importantes bancos comerciais privados. Controla as consultorias e financiadoras de fusões e aquisições de empresas e outros segmentos do mercado de capitais. Controla, ademais, as maiores redes de supermercados, grande parte da hotelaria, penetra na construção civil e nos empreendimentos imobiliários. Mais notável, apossa-se rapidamente de grande parte das usinas de etanol e plantações do agronegócio, sem falar na mineração em que sua presença dominante, de há muito, não é novidade.

25. Em todos os setores da economia, as transnacionais vêm ampliando e aprofundando seus domínios. Em 2001, 59,6% de seus investimentos foram no setor de serviços, 33% na indústria, e 7,1% em agropecuária e mineração. Em 2008, esses percentuais passaram a 38%, 32% e 30%.

26. Em 2001, o principal da indústria já estava ocupado, mas, ainda assim 33% dos investimentos estrangeiros ainda iam para esse setor, percentual quase mantido em 2008 (32%). Em 2001 a ênfase já estava nos serviços (59,6%): consolidava-se a vertiginosa ocupação dos serviços públicos através da privatização, entrava-se fundo nos bancos etc. Em 2008, o principal foco ainda eram os serviços, mas o setor primário ascendia a 30%.

Ainda o colapso

Data: 17/10/2010 - Autor: Adriano Benayon

1. Não se emendam. Meus artigos devem estar ficando monótonos, mas tenho desculpa razoável. É que o cenário da economia mundial não muda. Desde a grave crise sistêmica, que surgiu em 2007, não se pôs cobro às imensas bandalheiras que a causaram.

2. Quanto mais o problema se agrava, mais a oligarquia repete as jogadas de antes, após se ter livrado das consequências das anteriores com os trilhões de dólares arranjados pelos bancos centrais e pelos Tesouros nacionais em favor dos grandes bancos. A oligarquia volta a obter lucros fantásticos com as novas bolhas, depois de ter sido socorrida durante e após o estouro das bolhas de 2007/2008.

3. Só que o estouro das novas bolhas acarretará caos bem maior que o presente, já caracterizado por estagnação da produção e desemprego jamais visto, especialmente nos EUA e na Europa, e pela perspectiva de colossal colapso financeiro.

4. Quais são as antigas e as novas bolhas? Aquelas dizem respeito aos derivativos relacionados com hipotecas residenciais e com swaps de inadimplência de créditos (*credit default swaps*). As novas incluem mais operações do mesmo tipo, ademais de hipotecas sobre imóveis comerciais, securitizações com cartões de crédito e principalmente as dívidas públicas, grandemente elevadas em função da crise anterior.

5. Ora, esse colapso não deixará de repercutir mundo afora, notadamente em países, como o Brasil, que não orientaram suas economias para evoluir independentemente do que aconteça nos países sede da oligarquia mundial.

6. Um competente analista, Matthias Chang, avalia: “Os bancos globais ‘grandes demais para falir’ estão em situação tão precária que qualquer coisa pode desencadear um colapso nos próximos meses. Eles estão subcapitalizados. O problema cresceu quando os banqueiros centrais (corruptos sem exceção) e as autoridades reguladoras se fizeram de cegos a respeito de como os banqueiros definem o que constitui o ‘capital’, de modo a driblar a exigência de manter correta relação entre o capital próprio e os ativos em que especulam.” (tradução livre de AB).

7. Chang refere-se às decisões do Comitê de Supervisão de Bancos, sediado em Basiléia, Suíça, na reunião denominada Basiléia III, em que foram dobradas as exigências de capital próprio mínimo, dando a impressão (errônea) de que os bancos estão sendo agora realmente controlados.

8. Em conclusão, o problema persistirá enquanto os derivativos continuarem existindo e funcionando na casa de centenas de trilhões de dólares, e enquanto se permitir aos bancos transacioná-los sem contabilizar essas operações em seus balanços.

Duas grandes ilusões

9. A primeira é a falsa recuperação da ‘recessão’, oficialmente datada de dezembro de 2007 a junho de 2009. Ora, a depressão não acabou. Ela continua, entremeada de algumas atenuações parciais, fugazes e duvidosas. Assim, depois de terem sido perdidos nos EUA quase dez milhões de empregos até aquela data, desde então as perdas líquidas de empregos foram acrescidas de mais 329 mil. Só os mercados financeiros tiveram elevações significativas em seus ganhos, como ilustra o índice Dow Jones da Bolsa de Nova York, que subiu 27% no período.

10. A segunda mentira, que aparece como verdade incontestada na grande mídia, é a de que as dívidas decresceram nos EUA e de que se passou a consumir menos para quitar débitos.

11. Nos dois anos que terminaram em junho de 2010, naquele país, houve baixas em débitos hipotecários residenciais na contabilidade dos bancos no montante de US\$ 610 bilhões, mas desses 588 bilhões decorreram de terem sido riscados devido a inadimplências.

12. Na realidade, em 2010, o total dos débitos hipotecários residenciais, naquele país, elevou-se para nível recorde de US\$ 13,5 trilhões, superando o pico de US\$ 13,1 trilhões atingido em 2005. Com a crise, em 2007/2008, havia caído para US\$ 11,7 trilhões. O volume total do crédito está em US\$ 52,1 trilhões, só se tendo reduzido em 1,5% desde o máximo no 1º trimestre de 2009.

13. O mais impressionante é a comparação com os anos 30 do Século XX, quando da “Grande Depressão”. Nessa época, os débitos (créditos) totais atingiram, em 1935, o recorde de 260% do PIB. Agora estão em 360% do PIB. De resto, um PIB em que o grosso corresponde a rendas financeiras.

14. As “*corporations*” (grandes empresas) elevaram seus débitos em US\$ 482 bilhões desde 2007. Com a depressão da economia real e o desemprego de 20% da população ativa, as perspectivas não são nada favoráveis para aquelas empresas cobrirem os juros e reduzirem significativamente os débitos.

15. Mais assustador é o aumento da dívida pública os EUA, que segue crescendo depois de ter chegado a US\$ 16,1 trilhões em março de 2010 (dados do BIS), com elevação de 36,5% desde junho de 2007.

16. Apesar de a insegurança da economia fazer preferir títulos públicos a títulos privados, manifesta-se também resistência aos próprios títulos do Tesouro dos EUA, o que tem feito o FED adquiri-los em montante substancial, não oficialmente divulgado.

Corrida aos metais preciosos

17. De fato, a financeirização da economia e sua exacerbação -culminando com crise de 2007/2008 - e a esbórnia continuando com os banqueiros de costas quentes graças à ajuda governamental, resultaram no crescimento exponencial dos ativos financeiros, das dívidas públicas e das emissões. Ademais, os bancos centrais entupiram-se de títulos tóxicos que adquiriram dos bancos insolventes para salvá-los.

18. Com o FED (Reserva Federal dos EUA) emitindo cada vez mais dólares e com a situação não muito diferente na Europa, as moedas emitidas por bancos centrais não merecem fé, o que faz os mais avisados se voltarem para a tradicional busca ao ouro.

19. Um dos efeitos disso, que ainda está longe de se esgotar, é a subida do preço do ouro em relação ao dólar, ao euro e a outras moedas. Em termos de dólar, a valorização do ouro supera 25% ao ano, nos sete últimos anos. Seu preço tocou, há pouco, novo recorde, com US\$ 1.300,00, por onça troy.

20. Entretanto, diante do grau do caos financeiro, sem limite à vista, as moedas “fiat”, quer dizer, emitidas à vontade, ainda estão muito pouco depreciadas em relação ao seu devido valor.

Brasil: a desnacionalização da economia

Data: 29/12/2010 - Autor: Adriano Benayon

QUADRO GERAL

1. Os investimentos diretos estrangeiros (IDEs) [1] registrados no Brasil de 1947 até 2008 totalizaram U\$ 222,6 bilhões de dólares. Entretanto, as rendas remetidas do Brasil para o exterior, apenas entre 1995 e 2008, somaram US\$ 292,2 bilhões.

2. As rendas incluem a remessa oficial de juros e de lucros, e estes, que corresponderam a mais de 3/5 dessas remessas, são somente a ponta do iceberg das reais transferências de ganhos para o exterior.

De fato, o grosso delas se realiza através das contas de serviços e da fixação de preços superfaturada nas importações e subfaturada nas importações de mercadorias.

3. Com cinismo e/ou com a mesma ignorância de sempre, os enganadores a serviço do saqueio do Brasil continuam recitando a antiga lenda de que os investimentos diretos estrangeiros (IDEs) capitalizam a economia brasileira e geram grandes investimentos na produção.

4. A lenda é falsa. A maior parte dos investimentos diretos estrangeiros não é empregada em nova produção. Eles são usados pelas transnacionais principalmente para assumirem, por meio de aquisições e fusões, o controle de atividades produtivas pré-existentes, quase sempre criadas com capitais de empresas brasileiras.

5. As fusões e aquisições seguem crescendo assustadoramente. Calcula-se que o total delas em 2010 superará o de 2007, quando atingiram R\$ 136,5 bilhões, o equivalente a US\$ 80 bilhões, sendo certamente mais de 80% disso, i.e., US\$ 64 bilhões, por parte de transnacionais.

6. Essa quantia é muito superior à da entrada anual de IDEs. Isso significa que, além de o grosso desses ingressos ter servido para as fusões e aquisições, estas atingem tal volume, que outra parte substancial delas é custeada com lucros obtidos no Brasil, reinvestidos naquelas operações.

7. Prossegue, pois, em ritmo acelerado, a apropriação de capacidade produtiva brasileira por transnacionais estrangeiras, o que eleva ainda mais o percentual, já da ordem de 75%, do capital total das grandes e médias empresas em atividade no Brasil sob controle de subsidiárias, registradas no Brasil, de transnacionais com matrizes sediadas no exterior, ou diretamente por empresas estrangeiras.

8. O percentual ascende a, no mínimo, 90% se considerarmos o número dessas empresas, e não, o somatório do capital estrangeiro, porquanto, no cômputo anterior, não se contam as empresas em que a transnacional adquiriu parte substancial do capital, mas não detém a maioria dele, como, por exemplo, a estatal PETROBRÁS, cuja maior parte dos lucros é auferida por acionistas estrangeiros, e a imensa Vale Rio Doce privatizada.

9. Isso nos recorda a mega fraude das privatizações, o maior assalto havido na História Mundial, praticado, principalmente entre 1996 e 2000, por isso mesmo, o período em que o aumento do grau de desnacionalização da economia brasileira bateu, de longe, todos os recordes.

10. Os dados oficiais dizem que o fluxo de IDEs para as privatizações, entre 1996 e 2000 (US\$ 29,6 bilhões), correspondeu a um quarto (1/4) do total líquido deles (US\$ 112,6 bilhões).

11. Escabroso e ridículo: não entrou nos cofres públicos nem essa mísera fração das dezenas de trilhões de dólares em que teriam de ser avaliadas as estatais privatizadas – se fosse para atribuir-lhes um preço - porquanto a União e os Estados propiciaram às empresas beneficiárias do esquema vantagens e subsídios em montante muito superior àqueles supostos ingressos, além de aceitar moedas (títulos) podres no “pagamento”.

12. Assim foram surrupiados da propriedade brasileira patrimônios no valor de dezenas de trilhões de dólares. Isso considerando o que se podia estimar na época, porque, hoje, na realidade, os dólares estão fadados a não valer coisa alguma. Ademais, não há, nem havia, em 1997, quando da privatização da Vale, como avaliar em moeda alguma, forte ou não, jazidas de metais preciosos e de metais e outros minérios estratégicos exploráveis por centenas de anos.

13. Ao entrar na presidência, em 1991, Collor fez o Congresso aprovar, de imediato, carradas de projetos de lei, todos ao gosto de Washington. Entre esses projetos, o da famigerada “lei de

desestatização”, com a qual se instituiu a entrega das estatais por meio de doações ‘sui generis’, ou seja, de tal natureza que nelas o doador se obriga a, além de dar o patrimônio, pagar, e muito, para fazê-lo. FHC executou a “obra”, num processo em que, e entre outras fraudes, os avaliadores estavam a serviço dos “adquirentes”.

14. Os dólares são emitidos à vontade, e, nos últimos anos, em montantes absurdos, na casa dos trilhões, pelo FEDERAL RESERVE BOARD (FED), o banco central privado e predador a serviço dos grandes bancos norte-americanos, que é para onde vão esses trilhões.

15. Amiúde, os dólares passam pelos paraísos fiscais antes de ingressar no Brasil. Levantamento fidedigno reporta que cerca de 26% (US\$ 9 bilhões) dos IDEs, em 2007, foram dessa proveniência. O percentual é, por certo, maior, porquanto praças financeiras, como Londres e Zurique, funcionam também como paraísos fiscais, ademais do Estado de Delaware, nos EUA, onde os capitais estão a salvo de qualquer fiscalização. [2]

16. Os inflacionados dólares e euros servem para comprar bens e empresas por todo o mundo, inclusive por empresas e aplicadores de terceiros países, como a China, Japão etc.

17. Além das grandes transnacionais, entram no jogo os fundos financeiros, formados por vários aplicadores e destinados a investimentos em carteira no Brasil, i.e., à aquisição de ações.

18. Assim, 140 gestoras captaram, em 2009, US\$ 4,6 bilhões para investimentos no Brasil, mesmo montante de 2008, conforme pesquisa do Centro de Estudos em Private Equity da Fundação Getúlio Vargas, publicada em 15.04.2010 pelo jornal VALOR.

2. BANCOS

19. Havia no Brasil, até 1990, mais de 300 bancos comerciais e múltiplos, quase todos de capital nacional. O número caiu para menos de 100, havendo agora apenas 10 grandes bancos privados, dos quais sete são estrangeiros: Santander, HSBC, Citibank, UBS Pactual, ABN Amro, Deutsche Bank e Safra. As leis foram mudadas para estes poderem atuar em áreas antes vedadas e ter várias agências em uma mesma cidade.

20. Numerosos grandes bancos privados brasileiros sumiram do mapa: Nacional; Econômico; Real e Bamerindus, entre outros. Vale notar que, em geral, seus donos apoiaram a política antibrasileira de FHC, o que não lhes poupou de serem decapitados de seus reinados financeiros.

21. Eles não se deram conta de que o império não admite reinosinhos nas áreas por ele conquistadas. Foi isso que aconteceu também com os Villares e outros grandes industriais paulistas tragados pelas transnacionais, depois de se terem associado a elas e de terem prestado colaboração a governos que subsidiaram a penetração das multinacionais, inclusive na repressão política.

22. Com efeito, o poder mundial faz questão de quebrar o poder dos que se arvoram em elite local, seja como grandes empresários, seja como políticos ou em ambas capacidades, como Maluf e outros. A oligarquia mundial prefere usar agentes burocratas, do tipo de FHC, que não pretende passar de “intelectual” artificialmente fabricado, ou do de Lula, ex-sindicalista, como Palocci e outros tantos.

23. Pesa também, na desnacionalização dos bancos, a venda a estrangeiros de elevada quantidade de ações do semi-estatal Banco do Brasil e dos megabancos privados Itaú e Bradesco.

24. Muito antes da razzia em cima dos bancos comerciais, os bancos estrangeiros já haviam ocupado os bancos de investimento, sob a proteção do decano dos entreguistas, Roberto Campos, czar da

economia no governo de 1964-1966. Além disso, empresas estrangeiras de auditoria e consultoria financeira também dominam, há muito tempo, os respectivos mercados.

25. Nos bancos de investimento e financeiras, acumulam-se sobre a ocupação antiga, novos casos, em que são absorvidos associados locais, como agora a Gávea Investimentos, que opera em fundos de hedge, gestão de patrimônio e compra de participações em empresas, além de administrar ativos de R\$ 10,2 bilhões. Adquiriu, inclusive, há pouco, 14,5% do capital social da Odebrecht Realizações Imobiliárias (OR).

26. O controlador da Gávea é Armínio Fraga, presidente do BACEN na época de FHC. O JP Morgan está comprando 55% dessa financeira para integrá-la à Highbridge, sua subsidiária.

27. O JP Morgan, um dos bancos gigantes de Wall Street, foi um dos socorridos pelo FED com centenas de bilhões de dólares, em 2007/2008, após se terem revelado sem valor seus derivativos mal embasados em hipotecas e outros títulos de crédito.

3. TRANSPORTE AÉREO

28. O setor aeroviário é um dos mais recentes a ser ocupado pelo capital estrangeiro. Como no caso dos bancos, isso foi facilitado pelos “governos brasileiros”, através de modificação de leis e de regulamentos, além de total desinteresse, para não dizer hostilidade, em relação à posição competitiva delas frente a empresas do exterior.

29. O processo de destruição das grandes empresas nacionais do setor iniciou-se com a da PANAIR, por meio de um golpe governamental, aplicado em 1965, sob Castello Branco, um dos presidentes mais pró-EUA de toda a história do País.

30. No decênio iniciado em 2001, deu-se cabo da VARIG, outra grande empresa nacional de transportes aéreos, fundada em 1929. O deputado Paulo Ramos (PDT), que presidiu CPI na AL do Rio de Janeiro, apurou que a venda da VARIG constituiu crime de lesa pátria, montado através de decisões do governo federal, pelo processo de recuperação judicial e pela utilização de «laranjas» na compra.

31. O grupo adquirente, liderado pelo chinês Lap Chan, pagou cerca de US\$ 20 milhões e, oito meses depois, vendeu a empresa por US\$ 320 milhões". Tão grave, ou ainda mais que isso, foi que os “governos brasileiros” prejudicaram a companhia nacional com a política de tarifas. Depois, abandonaram-na à sua sorte, desprovida de suporte de capital e de financiamento, ao contrário do que fazem outros países em favor das companhias locais.

32. Da liquidação da VARIG resultou o apagão aéreo, com a saída de 60 aeronaves do Brasil e a ocupação das rotas voadas pelas concorrentes estrangeiras. De imediato, o país perdeu linhas internacionais e, com elas, aumentou em mais de US\$ 1, 5 bilhão o déficit da balança de serviços, o qual só faz crescer de lá para cá. Além disso, os trabalhadores da VARIG, lesados pelos “adquirentes” ou, antes, liquidantes, e pelo governo, permanecem até hoje sem satisfação a seus direitos.

33. Antes da VARIG, virou pó a VASP, outrora importante companhia aérea do Estado de São Paulo, com grande rede nacional e apreciável atuação também no exterior. Foi, primeiro, privatizada pelo notório devastador do patrimônio público paulista, o então governador Mário Covas, membro da trupe de FHC, Serra e quejandos. Depois, foi gradualmente afundada, como as demais empresas privadas nacionais. Destino semelhante ocorreu com a TRANSBRAVIL, também de razoável porte, igualmente atropelada.

34. Assim, tal como fizeram com outros setores vitais para a segurança nacional, como as telecomunicações, os minérios estratégicos etc., os governos aprofundadores da submissão do País entregaram os transportes aéreos de carga e de passageiros ao controle estrangeiro.

35. O vexame chega a ponto de que, embora eu seja cidadão de um país que, no início dos anos 60, contava com grandes companhias com atuação internacional - a VARIG e a PANAIR, além da VASP - quando viajo a Portugal, tenho de ir com a TAP, empresa de um país atrasado economicamente, de população correspondente a 5% da nossa e território com dimensão igual a 1% do espaço brasileiro.

36. Está, ademais, sendo completado o arrasamento do capital nacional nas linhas aéreas, uma vez que: a GOL se tornou subsidiária de uma norte-americana, SOUTHWEST; a WEBJET está vendida para a RYANAIR; a AZUL pertence a David Neeleman, da JET BLUE; e a TAM passou ao controle da LAN CHILE.

37. Outro “investidor” norte-americano, Alliance Bernstein, elevou sua participação na GOL, adquirindo ações preferenciais desta, no montante de mais de 8,7 milhões, iguais a 6,57%.

38. Como observou o atuário Clóvis Marcolin: “Agora vamos modernizar, ampliar, construir com dinheiros públicos estações operacionais para empresas estrangeiras atuarem, lucrarem, por aqui, subsidiadas, um favorecimento que o Governo brasileiro não se dispôs a fazer para a viação aérea, enquanto era nacional.”

39. Aduz ele que a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil, órgão de regulação de serviços públicos, servirá a empresas estrangeiras. A propósito, pergunta: “Quanto a ANAC teve de participação nesse processo de entrega da aviação civil brasileira ao controle de estrangeiros?”

40. Acaba, ademais, de acontecer a estranhíssima aquisição da TAM (29 mil funcionários e 141 aviões) pela diminuta LAN, do Chile (11 mil funcionários e 70 aviões). Os limites legais, ainda em vigor no Brasil, para a participação estrangeira no setor, estão sendo contornados com a formação da LATAM AIRLINES, na qual o controle pertence à família Cueto, que designará o executivo-chefe, pois tem 70,6% das ações votantes. Apenas 29,4% dessas ações ficam com o presidente da TAM, Maurício Amaro.

41. Paira, ainda, no horizonte, a provável aprovação pelo Congresso da elevação de 20% para 40% da participação estrangeira no setor.

PRÓXIMO ARTIGO

42. Como se vê, qualquer tentativa de descrever a profunda desnacionalização do País envolve copiosos dados e detalhes, que não se devem omitir ao apresentar a questão de maneira concreta. Assim, ainda não é desta vez que se pode concluir a revista setorial da desapropriação dos brasileiros em favor de grandes bancos e empresas transnacionais.

Notas

[1] Os dados aqui veiculados sobre os investimentos diretos estrangeiros (IDEs) incluem os empréstimos inter companhias, feitos pela matriz da multinacional para a subsidiária brasileira, e deles são deduzidas as remessas de capital ao exterior (não as de lucros, juros e outros ganhos).

[2] - O Investimento Estrangeiro Direto no Brasil e o Risco de Lavagem de Dinheiro, Bruno Ribeiro Castro, Delegado de Polícia Federal, Divisão de Repressão a Crimes Financeiros - 2009-08-27.

Desnacionalização da economia brasileira III

Data: 05/01/2011 - Autor: Adriano Benayon

1. Nos artigos I e II”, resumi as origens e os mecanismos da desnacionalização e como ela é feita com recursos gerados localmente: o Brasil paga para que os brasileiros não sejam proprietários dos meios de produção em seu próprio País. Parece que a aspiração máxima da maioria dos quadros dirigentes e dos empresários é serem gerentes a serviço de patrões estrangeiros. Abordamos agora mais alguns setores emblemáticos.

AGRONEGÓCIO

2. Embora antiga, a presença de transnacionais na economia rural e na agroindústria era minoritária, mas isso se vem modificando celeremente sob o intenso entreguismo dos últimos vinte anos.

3. Empresas estrangeiras adquirem, em ritmo crescente, explorações agrícolas e pecuárias. Ocupam, cada vez mais, também indústrias relacionadas com essas atividades, como ilustra a aquisição pela AGCO, da SFIL, fabricante de plantadeiras e de plataformas para colheitadeiras do Rio Grande do Sul. A AGCO, proprietária das marcas Massey Ferguson e Valtra, já tinha fábricas de tratores no País. Até mesmo a área de serviços relacionados vai sendo ocupada, de que é exemplo a compra da FISPAL pela Brazil Trade Show Partners, a qual se tornou a principal organizadora de feiras de alimentos e bebidas.

4. A Precious Woods, suíça, adquiriu 387 mil hectares de terra na Amazônia. O sueco Johan Eliasc, presidente da inglesa Head, comprou 160 mil hectares de floresta na Amazônia. O fundo americano Colpers tem 23 mil hectares em Santa Catarina e no Paraná. A Igreja Unificada, do reverendo Moon, tem 46 propriedades em MS, estando as fazendas em nome da Associação das Famílias pela Paz Mundial.

5. De há muito cresce a aquisição de terras por estrangeiros, não só as próximas aos centros de consumo, mas também as da Amazônia e de outras áreas em que elas são alienadas em operações envolvendo milhões de hectares de uma só vez. Ultimamente tem circulado mais alertas, talvez por causa da entrada de empresas chinesas nessa invasão, algo que certamente desagrade ao império mundial.

6. Não aprofundo aqui a questão das tradings estrangeiras que controlam o comércio das commodities exportadas do Brasil, porque isso, além de antigo, alongaria demais o texto. Destaque-se a soja, cuja predominância mostra claramente ser a estrutura agrária basicamente voltada para os interesses externos.

7. A soja ocupa mais de 40% do total das terras atualmente exploradas no País, destinando-se a exportar principalmente o farelo, ração para animais no exterior, dentro do esquema de desgastar as terras brasileiras a fim de assegurar alimentação barata nos países industrializados. Ainda nesse contexto, o Brasil exporta enormes quantidades de frangos e de suínos para a Europa, Japão, China e Oriente Médio (só frangos neste caso), poluindo de forma massiva os rios de Santa Catarina e de outros Estados. Mais adiante, trato da Sadia e da Perdigão, os principais exportadores, agora também sob controle de uma transnacional.

8. Para que britânicos e outros comam seus bifés (palavra derivada do inglês) ensanguentados, as terras brasileiras são utilizadas do modo menos produtivo possível, a pecuária extensiva, a qual ocupa área igual a cinco vezes a usada na agricultura.

9. A dominância da soja no agronegócio contribui também para que se dê preferência ao óleo dela para uso combustível, em lugar de plantas com rendimentos por hectare, como a copaíba, com rendimento oito vezes melhor, e o dendê doze vezes melhor.

10. Nas cervejas, houve a fusão da companhia de bebidas “belgo-brasileira” InBev, que havia absorvido as tradicionais Brama e Antártica, com a norte-americana Anheuser-Busch, dona da marca Budweiser. Logo depois, em 2009, fundiram-se a Sadia e a Perdigão, já sob controle da transnacional BRF-Brasil Foods.

11. Essas operações foram, em grande parte, financiadas, incrivelmente, pelo BNDES (Banco Nacional [??] de Desenvolvimento Econômico e Social), que emprestou R\$ 710 milhões à cervejeira transnacional e cerca de R\$ 1,1 bilhão à BRF-Brasil, contando os recursos colocados na Perdigão e Sadia em 2008 e 2009.

12. No ramo dos venenos chamados refrigerantes, de há muito se consolidou o virtual monopólio da Coca-Cola, engordado por numerosas aquisições de fabricantes locais. A mesma transnacional controla grande parte da água mineral engarrafada, negócio rendoso e danoso para a saúde pública, pois a vende desmineralizada. Aí pontifica também o polvo Nestlé, sediado na Suíça, destruidor, entre outras coisas, das reservas das águas de São Lourenço, e também dominante, há decênios, mundialmente no nocivo leite de vaca em pó, além de ser um dos cabeças do oligopólio estrangeiro dos iogurtes e outros laticínios.

13. Embora seja difícil de conceber algo ainda mais desastroso, isso existe. São as sementes transgênicas, monopolizadas por transnacionais, como a Monsanto e a Syngenta. Elas contaminam as áreas vizinhas, inviabilizando a reprodução das plantas e até eliminando as abelhas. Com trânsito livre dos governos, inclusive o de Lula, elas têm licença para destruir a agricultura brasileira, acabar com a segurança alimentar e envenenar os brasileiros com o glifosato e outros agrotóxicos.

14. Denotativo das consequências políticas intoleráveis que advêm do domínio das transnacionais na economia, é ter sido o avanço das sementes transgênicas apoiado pelo governo federal e por todos os governos estaduais, à exceção de um, o do Paraná. Que o governador Requião não tenha elegido seu sucessor apenas confirma que o presente sistema político é irrecuperável.

15. Em 2009, formou-se a FIBRIA, resultado da fusão da Aracruz Celulose, ex-estatal privatizada em favor de firmas estrangeiras, com a Votorantim Celulose e Papel. A Citrosuco, do grupo Fischer, e a Citrovita, da Votorantim, também se uniram, tornando-se o maior produtor mundial de suco de laranja. Têm seis fábricas em São Paulo e uma nos EUA, dois terminais portuários no Brasil, seis no exterior e 64 mil hectares de pomares de laranja, com 50% da produção brasileira.

16. Os maiores grupos ainda considerados brasileiros têm-se internacionalizado de tal maneira, e recebido tal quantidade de capitais estrangeiros, que não será surpresa, a exemplo, dos casos acima citados, se passarem a ser controlados por esses capitais. Entre esses, a portentosa ex-estatal Vale Rio Doce, a Odebrecht, Votorantim, Friboi, os quais têm captado dezenas de bilhões de dólares, inclusive de fundos de investimentos estrangeiros.

17. Durante a primeira etapa do colapso financeiro e econômico mundial em andamento, a crise de 2007/2008, as próprias grandes empresas tiveram dificuldades em servir suas dívidas com os bancos, e ficaram sem financiamentos dos mercados de crédito internacionais. Isso as levou buscar recursos provenientes de empresas, fundos e aplicadores estrangeiros.

18. O frigorífico JBS Friboi, maior empresa de carnes do mundo, tem feito diversas aquisições de empresas no exterior, com a ajuda financeira do BNDES, sem, portanto, criar emprego algum no Brasil.

O BNDES, através da BNDESPar, sua empresa de participações, adquiriu dois milhões de debêntures por R\$ 3,4 bilhões, já tendo comprometido R\$ 7,5 bilhões na Friboi, na qual detém participação acionária de 22,36%. Esse extraordinário apoio financeiro é maior do que o engajado na fusão das empresas de telecomunicações Oi/Brasil e Telecom, ambas sob controle estrangeiro.

AÇÚCAR E ETANOL

19. Ramo em que a desnacionalização progride a passos largos é o da produção sucroalcooleira. A velocidade pode ser avaliada através de dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA: na safra de 2007/08 correspondiam a 7% as companhias com capital estrangeiro, e na de 2010/2011, essa participação será de 22%. Além disso, cresceu a concentração: em 2004/05, as cinco maiores empresas enfeixavam 12% da produção; em 2009/10, já representavam 27% do total.

20. Eis o que disse o presidente da UNICA, Marcos Jank, referindo-se à entrada da mega-petroleira britânica Shell no segmento de açúcar e etanol, com a joint-venture formada com a COSAN, em operação que envolveu US\$ 12 bilhões:

“Os acordos para fusões e aquisições entre usinas de cana ocorridos nos últimos meses, especialmente aqueles que envolveram empresas estrangeiras, deixaram o setor sucroalcooleiro do Brasil mais forte para enfrentar momentos de dificuldades como os registrados em 2009.”

21. No artigo anterior, falamos da financeira Gávea, de Armínio Fraga, controlada pelo JP Morgan, a qual detém 14% da COSAN, antes controlada pelo grande empresário sucroalcooleiro, Rubens Ometto.

22. A Santa Elisa Vale foi comprada por uma das maiores tradings transnacionais, a Louis Dreyfus Commodities, a Moema o foi por outra *mega-trading*, a Bunge, e a BRENCO, grande tomadora de recursos do BNDES, pela ETH.

23. A BRENCO era presidida por Henri-Philippe Reichstul, do círculo de FHC e que faz parte do conselho de administração de três companhias estrangeiras: REPSOL, Peugeot Citroën e EIA, do setor de energia. Na diretoria da BRENCO predominam mandatários de transnacionais (Ashmore Energy e Silverpoint Capital), e há um representante de acionistas norte-americanos e outro de brasileiros.

24. É de notar (Vide parágrafo 20 supra) o viés entreguista de Marcos Jank, presidente da entidade representativa das empresas brasileiras sucroalcooleiras. Seria ele empresário desse setor? Não. É um professor-doutor da USP, com graduações no exterior, tido por especialista em negociações internacionais. Curioso, não? Pelo menos, impossível em países nos quais a meta dos donos de empresas não é desfazer-se delas.

25. O grupo francês TEREOS, controlador, com 69% do capital da Açúcar Guarani, quarta maior empresa do setor sucroalcooleiro no Brasil anunciou que o Brasil passaria a ser seu centro financeiro, com a criação da TEREOS International. Traria os ativos da Europa e da região do Oceano Índico – cerca de € 1 bilhão - para incorporar a Guarani, em operação no montante de € 1,7 bilhão. A presente receita anual desta é de R\$ 1,5 bilhão, e sua dívida líquida soma R\$ 1,1 bilhão.

26. Houve, ainda, a compra de participação majoritária na Equipav pela Shree Renuka, da Índia, além do avanço do grupo Bertin nos biocombustíveis, ao entrar na Infinity. A CEB-Clean Energy Brazil comprou usinas em Mato Grosso do Sul (MS) e Goiás.

VAREJO/SUPERMERCADOS

27. No varejo de eletrodomésticos, o Grupo Pão de Açúcar, controlado pelo Cassino, da França, absorveu a Casas Bahia, agregando-a a: Extra; Sendas; Assai Atacadista; TAEQ; Compre Bem; Ponto Frio. É a maior rede do país. As outras são o Carrefour, também francês, e o Wal Mart, norte-americano, em rápida expansão. O ramo de supermercados está altamente concentrado e quase totalmente desnacionalizado.

28. A Sodexo, outro grupo francês, que controla 220 mil estabelecimentos comerciais, administrando restaurantes e cafeterias e fornecendo refeições coletivas, projeta crescimento anual de 20%, e atual também em mineração, navios-sonda e plataformas de exploração de petróleo. No Brasil a receita bruta é estimada em R\$ 900 milhões.

CONSTRUÇÃO, EMPREITEIRAS

29. As empreiteiras, além de se terem aberto a participações acionárias estrangeiras, têm tido apoio irrestrito do BNDES, tendo passado a atuar também na petroquímica, agronegócio, mineração, telecomunicações, produção de etanol, petróleo, saneamento, açúcar, energia elétrica e rodovias. A Andrade Gutierrez é acionária da Telemar, dona da Oi, que comprou a Brasil Telecom, graças a empréstimos do BNDES de R\$ 2,6 bilhões em 2008 e R\$ 4,4 bilhões em 2009. A Andrade Gutierrez tem mais as seguintes empresas: Dominó Holding S.A., Water Port S.A., Corporación Quiport, CCR-Cia. de Concessões Rodoviárias, RME-Rio Minas Energia.

30. Da mesma forma, diversificaram-se a Odebrecht, a Camargo Correa, a Mendes Junior, a Queiroz Galvão. A Odebrecht Realizações Imobiliárias atua no segmento de baixa renda (entre zero e três salários mínimos) e média/alta renda, com projetos imobiliários em quase 10 Estados brasileiros. A Odebrecht, que controla a BRASKEN, outra grande beneficiária do BNDES, diz não ter planos, a curto prazo, de lançar ações na Bolsa de Valores, mas vendeu ações à Gávea", controlada pelo JP Morgan.

31. A Gávea tem outras participações em construtoras e empreiteiras, além de participação de 12,6% do grupo de comunicação RBS e 12% das ações ordinárias da Lojas Americanas.

FARMACÊUTICA

32. Os laboratórios farmacêuticos mundiais faturam mundialmente somas inimagináveis devido ao mercado que lhe é assegurado pelos múltiplos malefícios que os hábitos alimentares, as tensões nervosas e a intoxicação indissociavelmente ligadas ao sistema político e econômico imperial, tudo coadjuvado pela medicina oficial alopática.

33. No Brasil, o setor das doenças, mal chamado de setor de saúde, conta com farmácias a cada esquina nas cidades e em cada vilarejo, interior a dentro. Desde 1945, e de modo intenso desde 1954, os tradicionais laboratórios nacionais foram desnacionalizados sob a pressão da política econômica pró-transnacionais.

34. Do mesmo modo que a indústria automobilística e a de autopeças nacionais, a farmacêutica, foi destruída a partir das políticas entreguistas da UDN e de seus simpatizantes militares, bem do pseudo-desenvolvimentismo de JK. Todas essas indústrias, e até mesmo as de máquinas-ferramentas, equipamentos pesados etc., já se encontram, portanto, de há muito, virtualmente desnacionalizadas.

35. Mesmo assim, o processo ainda prossegue, engolindo sempre algo mais. Há pouco, a farmacêutica norte-americana Pfizer adquiriu 40% do laboratório brasileiro TEUTO por R\$ 400 milhões, visando a ampliar sua presença nos medicamentos genéricos. O negócio inclui a opção de apresentar oferta pelos 60% restantes, no início de 2014. O acordo leva, ainda, a Pfizer a registrar e comercializar produtos da Teuto no Brasil e em outros mercados sob suas marcas próprias.

37. Localizado em Anápolis (GO), o laboratório TEUTO foi fundado em 1947. A Pfizer o absorveu após comprar a King Pharmaceuticals, especialista em analgésicos, e aliar-se com a Biocon, da Índia, em produtos similares à insulina.

TRANSPORTES

O atual governo privatizou a ferrovia Norte-Sul e mais sete trechos de rodovias, entregues às espanholas Acciona e OHL. A Juring Shipyard de Cingapura, subsidiária da norte americana Semb Corp Marine, adquiriu parte do Estaleiro Mauá e passou para o Sinergy Group, que já detinha 65% do estaleiro.

TELECOMUNICAÇÕES

Em sequência à desastrosa privatização do setor por FHC no final dos anos 90, ele foi, cada vez, mais caindo em poder de oligopólios estrangeiros, que fizeram piorar a qualidade dos serviços e encarecer as tarifas. Recentemente, a Telefônica (Espanha) comprou a Vivo, e a Portugal Telecom entrou na Oi, já controlada por bancos estrangeiros e seus agentes, como Daniel Dantas.

A holding Telemar Participações, controladora da Oi, comprou a Brasil Telecom por R\$ 5,863 bilhões. O BNDES injetou cerca de R\$ 4,4 bilhões para “saneamento” da adquirida, após se ter a transação viabilizado por haver o governo patrocinado mudança na Lei de Telecomunicações.

DIVERSOS

Em operação recente, a norte-americana A. Schulman adquiriu a produtora brasileira de compostos plásticos Mash, controlada pela Mash Têxtil, a qual opera desde 2004, em São Paulo, produzindo para os setores automotivo, eletrônicos e agricultura. A A. Schulman fornece compostos plásticos e resinas, utilizados como insumos em várias indústrias.

Outra faceta interessante é a crescente entrada dos asiáticos, principalmente a China, na compra de ativos no Brasil. No primeiro semestre, os asiáticos responderam por 35,8% dos negócios, os europeus 63,6%, e Estados Unidos, apenas 0,6%, ainda sob o efeito da crise de 2008. Entre as aquisições chinesas foi salientada a dos ativos da Plena Transmissora pela State Grid of China.

Comentário do Dr. Adriano Benayon

Data: 05/02/2011 - Autor: Adriano Benayon

A meu ver, numa primeira aproximação para chegar-se ao cerne da questão, o que se recomenda no caso, é uma campanha para chegar até à mobilização popular para extinguir as agências criadas durante os “mandatos” de FHC, notório agente de interesses oligárquicos estrangeiros. A ANP é só uma delas, mas tem poderes incríveis mandando em tudo que se refere a combustíveis. (houve uma falha no teclado e não saíram alguns acentos). A criação das agências fez parte do programa recolonizador ditado por esses interesses, a pretexto de modernização do Estado e baboseiras do gênero, dizendo que havia que instituir órgãos governamentais com autonomia vis à vis do governo (mas não contando com total subordinação àqueles interesses), estabelecer uma burocracia estável de natureza técnica etc. Com efeito, fizeram algo assim, segundo os critérios da oligarquia estrangeira, pondo nas posições chaves das agências elementos de sua confiança, que foram formando suas equipes sob o mesmo critério de comprometimento com a primazia das corporações transnacionais. Não seriam, pois, de esperar desdobramentos diferentes dos que vêm ocorrendo desde a criação das tais agências, como os que a Prof. Guilhermina Coimbra menciona no artigo. Uma ideia a explorar, a

ser incluída na campanha para fechar as agências (em vez de fechar e privatizar estatais produtivas como fizeram Collor e FHC, principalmente). Propor emenda constitucional declarando nulas de pleno direito todas as leis, decretos e regulamentos baixados durante os mandatos presidenciais desses dois indivíduos. Claro que isso não basta, mas já um bom começo, além de ser educativo.

A questão do nióbio

Data: 17/03/2011 - Autor: Adriano Benayon

1. Está em nosso País a quase totalidade das jazidas de nióbio conhecidas, minério essencial para as indústrias aeronáutica e aeroespacial, para a indústria nuclear, inclusive armas e seus mísseis. A atual tecnologia faz o nióbio, graças à sua superioridade, substituir metais como molibdênio, vanádio, níquel, cromo, cobre e titânio, em diversos outros setores industriais.
2. Embora a maioria das pessoas nem saiba o que é nióbio ou para que serve, esse mineral mostra emblematicamente, como o País, extremamente rico em recursos naturais, permanece pobre, além de perder, sem volta, esses recursos, e de estar se desindustrializando, sobretudo nos setores de maior conteúdo tecnológico.
3. A primarização da economia brasileira é fato confirmado até nas estatísticas oficiais. O Brasil está cada vez mais importando produtos de elevado valor agregado e exportando, com pouco ou nenhum valor agregado, seus valiosos recursos naturais.
4. Isso acarreta baixos níveis salariais no País e também a gestação de crises nas contas externas, cujo equilíbrio sempre dependeu de grandes saldos (que agora estão definhando) no balanço das mercadorias, para compensar o déficit crônico nas contas de “serviços” e de “rendas” do Balanço de Pagamento.
5. O que está por acontecer de novo já ocorreu antes, quando a oligarquia financeira mundial atirou o Brasil na crise da dívida externa de 1982/1987. Os prejuízos decorrentes dessa crise foram grandemente acrescidos com o privilegiamento do “serviço da dívida” no Orçamento Federal, instituído por meio de fraude, no texto da Constituição de 1988. Esse “serviço” já acarretou despesa, desde então, de 6 trilhões (sim, trilhões) de reais, com a dívida pública externa e interna, esta derivada daquela.
6. Tudo isso concorreu para agravamento da situação gerada pelo defeito original do modelo: ter, desde 1954, favorecido os investimentos diretos estrangeiros com subsídios e vantagens maiores que os utilizáveis por empresas de capital nacional. Estas foram sendo eliminadas em função da política econômica governamental. As empresas nacionais que restaram tornaram-se caudatárias das transnacionais e de interesses situados no exterior. Vê-se, pois, a conexão entre os grandes vetores de empobrecimento e de primarização da economia nacional.
7. O nióbio é tão indispensável quanto o petróleo para as economias avançadas e provavelmente ainda mais do que ele. Além disso, do lado da oferta, é como se o Brasil pesasse mais do que todos os países da OPEP juntos, pois alguns importantes produtores não fazem parte dela.
8. Cerca de 98% das reservas da Terra estão no Brasil. Delas, pois, depende o consumo mundial do nióbio. A produção cresceu de 25,8 mil tons. em 1997 para 44,5 mil tons., em 2006. Chegou a quase 82 mil tons. em 2007, caindo para 60,7 mil tons., em 2008, com a depressão econômica (dados do Departamento Nacional de Produção Mineral). Estima-se atualmente 70 mil toneladas/ano. Mas a

estatística oficial das exportações brasileiras aponta apenas 515 toneladas do minério bruto, incluindo “nióbio, tântalo ou vanádio e seus concentrados”!

9. Fontes dignas de atenção indicam que o minério de nióbio bruto era comprado no garimpo a 400 reais/quilo, cerca de US\$ 255,00/quilo (à taxa de câmbio atual e atualizada a inflação do dólar).

10. Ora, se o Brasil exportasse o minério de nióbio a esse preço, o valor anual seria US\$ 15,3 bilhões. Se confrontarmos essa cifra com a estatística oficial, ficaremos abismados ao ver que nela consta o total de US\$ 16,3 milhões (0,1% daquele valor), e o peso de 515 toneladas (menos de 1% do consumo mundial). Observadores respeitáveis consideram que o prejuízo pode chegar a US\$ 100 bilhões anuais.

11. Mesmo que o nióbio puro seja cotado a somente US\$ 180 por quilo, como indica o site chemicool.com, ainda assim, o valor nas exportações brasileiras do minério bruto correspondia a apenas 1/10 disso. O nióbio não é comercializado nem cotado através das bolsas de mercadorias, como a London Metal Exchange, mas, sim, por transações intra-companhias.

12. Há, ademais, um item, ligas de ferro-nióbio, em que o total oficial das exportações alcança US\$ 1,6 bilhão, valor mais de 100 vezes superior à da exportação do nióbio e de minérios a ele associados, em bruto. O mais notável é que o nióbio entra com somente 0,1% na composição das ligas de ferro-nióbio. Vê-se, assim, o enorme valor que o nióbio agrega num mero insumo industrial, de valor ínfimo em relação aos produtos finais das indústrias altamente tecnológicas que o usam como matéria-prima.

13. Note-se também que a quantidade oficialmente exportada do ferro-nióbio em 2010 foi 66.947 toneladas. O nióbio entrando com 0,1% implicaria terem saído apenas 67 toneladas de nióbio, fração ínfima da produção mundial quase toda no Brasil e do consumo mundial realizado nas principais potências industriais e militares.

14. As discrepâncias e absurdos são enormes e têm de ser elucidados e corrigidos. Para isso, há que expô-los em grande campanha nacional, que leve a acabar não só com o saque do nióbio, mas também com a extração descontrolada de metais estratégicos e preciosos, sem qualquer proveito para o País, o qual, ainda por cima, fica com as dívidas aumentadas.

15. O desenvolvimento dessa campanha deverá também fazer o povo entender que a roubalheira dos recursos minerais só poderá cessar se forem substituídas as atuais estruturas de poder.

A verdadeira reforma política

Data: 19/03/2011 - Autor: Adriano Benayon

1. A única reforma política de que o Brasil necessita, ou pelo menos o primeiro e indispensável passo para ela, é o País tornar-se independente, autônomo. Isso só poderá ser feito com movimentos de massa e organização para criar novas instituições. Sob as atuais, a única coisa que se costuma obter é conversa fiada. Essa mesma de que vocês falam.

2. O Banco Central obedece, desde há muitos decênios, as ordens dos banqueiros mundiais e de seus subalternos brasileiros. Quando fui Chefe do Setor Econômico da Embaixada do Brasil no México, em 1983, promovi um entendimento com o Banco Central daquele País, para que cada um pagasse seus exportadores em suas respectivas moedas, dispensando assim o dólar, como moeda obrigatória, na liquidação de pagamentos do comércio exterior entre os dois países. Estávamos em 1983.

3. Com isso salvaríamos da falência e, no mínimo, da concordata, de várias empresas brasileiras (paulistas) de máquinas-ferramentas que haviam exportado para o México e que não estavam recebendo as parcelas financiadas, porque o México não tinha mais dólares (declarara moratória em agosto de 1982, por se terem esvaído suas reservas em divisas, na grande crise da dívida pública então presente).
4. Quando pedimos a autorização do Brasil para formalizar o entendimento (que era só recolocar em prática o Acordo de Créditos Recíprocos firmado em 1968, em Lima), que aconteceu?
5. O Banco Central do “Brasil” não concordou, e as empresas brasileiras ficaram a ver navios.
6. Também naquela época, a Argentina insistiu para formar, com o Brasil e o México, um cartel de devedores para a renegociação da dívida externa. O México e o Brasil, com Delfim de czar da economia, roeram a corda.
7. Pergunta. Há quanto tempo o Brasil não é um país independente?
8. Só posso dizer uma coisa: enquanto não o for, não se consegue mais nada. Por enquanto, o que podemos fazer é mobilizar pessoas e grupos sociais, começando por torná-las conscientes da realidade.
9. No Brasil quem resolve a toda hora elevar os juros é o COPOM, constituído por agentes dos próprios banqueiros beneficiários dos juros absurdamente altos. Presidente do Banco Central é para ficar enrolando com a famosa conversa fiada. Presidente da República é para ficar olhando tal como boi ou vaca de presépio.

Abrindo a caixa preta do nióbio

Data: 11/05/2011 - Autor: Adriano Benayon

1. O nióbio, material estratégico inestimável - que sai do Brasil incrivelmente subfaturado e também clandestinamente - é um dos exemplos mais notáveis de como o Brasil está entregando seus recursos naturais às grandes empresas transnacionais estrangeiras, ao mesmo tempo em que seu povo paga juros e impostos absurdamente altos e fica mais pobre. Estão em nosso País 98% das jazidas conhecidas no Planeta desse minério, essencial para as indústrias aeronáutica e aeroespacial, para a indústria nuclear, inclusive armas e seus mísseis e muitas outras indústrias.
2. O nióbio é tão indispensável quanto o petróleo para as economias avançadas. Se o Brasil exercer sua soberania, terá posição no nióbio muito mais forte do que todos os países da OPEP juntos, que não totalizam sequer 50% da produção mundial de petróleo. O consumo global do nióbio tem crescido vertiginosamente: 25,8 mil toneladas em 1997, e cerca de 90 mil toneladas, em 2009, nas estatísticas do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que só registram o declarado pelas empresas. Segundo o DNPM, o Brasil só produz e exporta o óxido de nióbio e ligas de ferro-nióbio.
3. A receita total dessas exportações é de 1,6 bilhão, na base de US\$ 23 por quilo.

ABRINDO A CAIXA PRETA DO NIÓBIO

4. Nós do Instituto Mãos Limpas somos um grupo já com 300 membros e cerca de 700 apoiadores, focado no combate à corrupção. Chegamos à conclusão que a corrupção está profundamente enraizada no próprio sistema político, subordinado a interesses privados concentradores.

5. O povo não entende por que está tão massacrado. A classe média não sabe por que é obrigada a dar mais da metade do que ganha para pagar tributos. Nem por que os preços da eletricidade, do gás, do telefone se elevaram absurdamente, nem por que paga pedágios altíssimos para usar estradas construídas com dinheiro público, na verdade, dinheiro nosso.

6. Os grandes banqueiros mandam no Banco Central. Este faz a União Federal pagar os juros mais altos do mundo nos títulos do Tesouro, que realimentam a dívida pública acumulada pela capitalização dos próprios juros.

7. Os juros são aumentados com a desculpa mentirosa de que isso reduziria a inflação. A verdade é que os preços sobem porque os donos dos mercados são poucos e determinam os preços. Então, a única e falsa saída que o sistema busca é cortar a procura. Mas não é possível reduzi-la muito, principalmente no caso dos serviços públicos privatizados

8. Esse descalabro provém de a economia brasileira se ter desnacionalizado, inclusive porque a política governamental subsidia as empresas multinacionais e prejudica as de capital nacional. Ademais, a crise da dívida serviu de pretexto para as privatizações, as quais agravaram ainda mais os defeitos estruturais da economia.

9. O Brasil está caminhando para nova crise. O que está por acontecer de novo já ocorreu, quando a oligarquia financeira mundial atirou o Brasil na crise da dívida externa de 1982/1987. Na sequência, o “serviço da dívida” foi privilegiado no Orçamento Federal, por meio de um dispositivo inserido fraudulentamente, no texto da Constituição de 1988, sem sequer ter sido discutido.

10. Esse “serviço” já acarretou despesa, desde então, de 6 trilhões (sim, trilhões) de reais, com a dívida pública externa e interna, esta derivada daquela.

11. Ora, a dívida externa cresce com os déficits acumulados nas transações com o exterior. E esses déficits se acumulam, entre outras coisas, porque os fabulosos recursos naturais do Brasil não são valorizados na exportação, nem utilizados pela indústria nacional. Isso está ligado à desindustrialização do País e a ficar ele sem tecnologias próprias.

12. Um dos exemplos mais notáveis disso tudo, se não o maior, é o do nióbio, material estratégico inestimável, que sai do Brasil incrivelmente subfaturado e também clandestinamente.

13. Estão em nosso País 98% das jazidas conhecidas no Planeta desse minério, essencial para as indústrias aeronáutica e aeroespacial, para a indústria nuclear, inclusive armas e seus mísseis e muitas outras indústrias.

14. O nióbio é tão indispensável quanto o petróleo para as economias avançadas. Se o Brasil exercer sua soberania, terá posição no nióbio muito mais forte do que todos os países da OPEP juntos, que não totalizam sequer 50% da produção mundial de petróleo.

15. O consumo global do nióbio tem crescido vertiginosamente: 25,8 mil toneladas em 1997, e cerca de 90 mil toneladas, em 2009, nas estatísticas do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que só registram o declarado pelas empresas.

16. Segundo o DNPM, o Brasil só produz e exporta o óxido de nióbio e ligas de ferro-nióbio. A receita total dessas exportações é de 1,6 bilhão, na base de US\$ 23 por quilo.

17. Considerando que os preços efetivos no exterior variam de US\$ 180 a US\$ 350, tem-se uma ideia de como o País está sendo lesado. Calculando US\$ 255,00 por quilo, na quantidade de 2010, o valor anual teria alcançado US\$ 15.300.000.000 (quinze bilhões e trezentos milhões de dólares).

18. Outro indicador de como o nióbio é precioso está no fato de ele entrar com só 0,1% do peso das ligas de ferro-nióbio e dar a esse insumo industrial qualidade muito superior às chapas de ferro. Isso ressalta também como o nióbio, na realidade, é subfaturado de modo incrível, uma vez que nos US\$ 23 por quilo está incluído também o ferro que compõe a quase totalidade do peso das ligas.

19. Esses absurdos decorrem de as empresas produtoras e exportadoras no Brasil serem ligadas a grupos estrangeiros que são os importadores, realizando os lucros no exterior. Por ter tido sua economia desnacionalizada, o Brasil não fabrica os produtos finais de altíssimo valor agregado baseados no nióbio. Se o fizesse estaria ganhando quantia equivalente a mais de vinte vezes os US\$ 15,3 bilhões mencionados acima.

20. De fato, o País só exporta insumos, e ainda por cima, a preços que nem de longe compensam a extração do minério e a perda de jazidas. Ou seja, o que deveria ser fonte de estupendos ganhos, resulta somente em prejuízos.

21. Justifica-se, portanto, plenamente, grande campanha nacional para esclarecimento dos brasileiros acerca do presente estado de coisas, uma campanha capaz de conduzir à reversão do lastimável quadro de saqueio dos recursos naturais do País.

A oligarquia financeira contra Strauss-Kahn ou Conspiração não é teoria, é prato de todo dia

Data: 21/05/2011 - Autor: Adriano Benayon

1. A arbitrária prisão de Strauss-Kahn, sem que tenha havido reação de monta da opinião pública mundial, é exemplo emblemático da tirania imperial anglo-americana. Há dois fatores principais a explicar a aceitação ou a indiferença diante de fato de tal gravidade: a desinformação e a covardia.

2. Os conduzidos pela mídia metem-se a dar opiniões. Aventam várias pretensas explicações, como: o homem teria enlouquecido; era viciado em sexo; os homens não sabem conter a libido etc.

3. Não pensam nas razões lógicas: 1) Strauss-Kahn foi envolvido em complô, porque incomodava os banqueiros ávidos em sugar, ainda mais, os povos da Europa, esmagados por dívidas suscitadas por esses banqueiros; 2) liderava as pesquisas para a eleição presidencial da França, muito à frente de Sarkozy, instrumento da oligarquia anglo-americana.

4. A muito poucos ocorre que Strauss-Kahn pode estar sendo submetido injustamente a terríveis humilhações, sofrendo danos morais e materiais, tendo sua reputação destruída, sem ter cometido falta alguma. Linchado publicamente, porque desagradou os concentradores mundiais.

5. O que também contribui para que tantos descartem o óbvio e o lógico, em favor de julgamentos apriorísticos? Antipatia em relação aos que alcançaram altas posições, quando apanhados em supostos delitos. Chega a haver a exploração demagógica desse sentimento, por parte do sistema de poder - que vive só de injustiças e hipocritamente faz o povo acreditar que nos EUA figurões são punidos, e que o caso indicaria mais uma virtude do sistema de governo desse país.

6. Entretanto, os membros e servidores mais altos da oligarquia, regamente pagos fizeram mil fraudes nos bancos, nas agências reguladoras, no FED e no Tesouro dos EUA e não foram punidos, mesmo tendo causado a brutal depressão que dura desde 2008. Essa se traduz na duplicação do número de

desempregados, na supressão de benefícios sociais e em mais de dez milhões de pessoas perdendo suas casas para os bancos.

7. A falsa crença na democracia estadunidense - formada através da lavagem cerebral gigantesca por parte dos formadores de opinião - ignora, por completo, a realidade ali implantada, a saber, o estado policial a serviço da oligarquia.

8. Vamos aos fatos. Nenhum de nós é Deus para saber – hoje, ou mesmo daqui a meses – se aconteceu o suposto atentado sexual atribuído ao diretor-geral do FMI. Quem quer que afirme ter isso realmente ocorrido não tem base alguma.

9. Não houve flagrante, o que já basta para demonstrar o absurdo da prisão “preventiva”. Além disso, como apontaram observadores, não é comum uma camareira de um hotel de luxo entrar num apartamento "pensando que estava vazio". Ademais, passaram-se três horas entre o alegado atentado e a comunicação à polícia. Depois de o advogado de Strauss-Kahn ter informado que este deixara o hotel antes do horário alegado, é que a polícia o retificou para uma hora a mais.

10. O jornal London Evening Standard mencionou, em 18.05.2011, que Strauss-Kahn falara, duas semanas antes, com jornalistas do Libération, de Paris, sobre a possibilidade ser montada contra ele uma armação, em que ofereceriam, para acusá-lo, 500 mil a 1 milhão de euros a uma mulher estuprada num estacionamento, por exemplo.

11. Ora, como a pretensa vítima não fez queixa imediata? Por que, se Strauss-Kahn estava no hotel, não foi confrontado com a tal camareira e com eventuais testemunhas?

12. De fato, os EUA tornaram-se um estado policial e, já antes disso, os serviços secretos do País organizaram o assassinato do presidente John Kennedy, em 1963, o de Robert Kennedy, sagrado candidato na Convenção de seu partido (1968), e o do Papa João Paulo I (1978). Procederam, ainda, à implosão das torres gêmeas (2001), quando os aviões com islâmicos foram apenas ingrediente para fomentar o terror no seio da população e “justificar” as agressões ao Afeganistão e ao Iraque.

13. Ao lado do uso campeante de drogas, da prostituição disseminada, por exemplo, em toda Nova York, combinam-se, há muito tempo, nos EUA, resquícios do puritanismo com um feminismo agressivo e fascista, de tal modo que se tornou corriqueiro mulheres simularem atentados sexuais para obter consideráveis vantagens pecuniárias.

14. Um conhecido – insuspeito até por não ser crítico consistente do imperialismo anglo-americano - narrou-me fato, vivido em Nova York, quando trabalhou na ONU. Estava com seu diretor, num prédio, aguardando o elevador, quando este parou no andar, nele estando somente uma mulher e de boa aparência. Meu conhecido moveu-se para o elevador, quando seu chefe o segurou pelo braço. Só depois que o elevador passou novamente, um tanto cheio, os dois o adentraram. Explicou-lhe o diretor: se a mulher resolvesse, ao saírem, atirar-se ao solo e gritar, poderia depois exigir quantia absurdamente alta para retirar queixa de tentativa de estupro.

15. Atribui-se a Strauss-Kahn ser chegado a conquistas, mas se ele, com 62 anos, até hoje nunca fora acusado de tentar estuprar alguém, é inverossímil que agora o tenha feito com uma camareira de hotel, ao que se diz, pouco atraente. Altamente situado e rico, Strauss-Kahn, não deveria encontrar muita dificuldade em ter amantes. Por fim, não é plausível que se expusesse a um incidente do tipo, mormente sabendo que poderosos interesses preparavam algo contra si.

16. Já se podem explicitar os motivos para destituir o chefe do FMI que estava transformando a instituição. Antes, lembre-se que só têm sido envolvidas em tais escândalos personalidades que agiram em favor, seja de seu país, seja de outros povos sugados pela oligarquia.

17. Julien Assange também foi acusado de crime sexual, por duas mulheres, na Europa. Não está preso, mas chegou a ser, na Inglaterra, cérebro do império. Assange não ocupa função pública, nem nacional nem internacional. É o fundador do Wikileaks. O que ele tem em comum com Strauss-Kahn? Ter contrariado a oligarquia financeira.

18. O mesmo que o ex-Procurador-Geral e ex-Governador do Estado de Nova York, Eliot Spitzer. Este se notabilizou por combater efetivamente as falcaturas dos financistas de sua cidade, grande centro da finança mundial, e se afastou após ter sido acusado de estar com prostitutas.

19. Vejam este trecho de artigo de Daniel Tencer, publicado em Global Research, 28.07.2008 (tradução minha):

20. “O FED (Reserva Federal) – o órgão quase autônomo que controla a oferta de moeda dos EUA – é um “esquema tipo Ponzi”, que criou bolhas após bolhas na economia dos EUA e precisa tornar-se responsável por suas ações, diz Eliot Spitzer ...

21. Segundo Ratigan, o FED trocou maus créditos bancários por US\$ 13,9 trilhões em dinheiro, que deu aos bancos em apuros. Spitzer construiu reputação como ‘o xerife de Wall Street’, por ter, quando procurador-geral, perseguido seriamente os crimes empresariais, e depois renunciou ao cargo de governador do Estado por causa de revelações de que pagou prostitutas. Spitzer pareceu concordar com Ratigan em que o resgate daqueles bancos representa o maior roubo e a maior ocultação de crime de todos os tempos.”

22. A desmoralização Spitzer, Assange e agora a de Dominique Strauss-Kahn (DSK) são de grande interesse do sistema de poder tirânico da oligarquia. Desde 1945/46, quando o FMI começou a operar, nenhum de seus diretores foi vítima de escândalo desse tipo. Por que agora DSK o foi? Antes dele todos se tinham mantido dentro da rígida ortodoxia, de o FMI agir inflexivelmente com os países com dívidas infladas por regras e procedimentos fraudulentos.

23. Ao ser preso, de forma humilhante, dentro do avião em que seguiria para Paris, DSK ia a reunião sobre a gravíssima crise dos países europeus mais afetados pelos desmandos financeiros dos grandes bancos, que levaram esses países a elevadíssimas dívidas públicas.

24. Fontes bem informadas junto a serviços de inteligência dos EUA indicaram que os maiores banqueiros da Europa estariam por trás da trama contra DSK, pois este se mostrou contrário a impor privatizações e políticas que arrasariam ainda mais as economias dos países endividados, prejudicando-os com danos ainda maiores ao emprego e à produção.

25. Recomendo aos fluentes em inglês acessar o site “Global Research” e ler o artigo de Paul C. Roberts, de 18.05.2011, “The Strauss-Kahn Frame-up: The American Police State Strides Forward”. Roberts é excelente economista e ocupou alta posição na administração de Ronald Reagan.

26. Roberts cita, nesse artigo, recentes declarações de Joseph Stiglitz, prêmio Nobel, ex-diretor do Banco Mundial e notável crítico dos desmandos que levaram ao colapso financeiro em 2007-2008, bem como declarações do próprio DSK, as quais implicavam sentença de morte para este último, porquanto desnudam a perversidade do sistema financeiro dominante, verdadeira bomba de nêutrons sobre as estruturas produtivas dos países.

27. Concluindo, a brutal e injustificável prisão de Strauss-Kahn constitui marco decisivo na questão de se a oligarquia anglo-americana continuará desfrutando de seu poder tirânico sem objeção efetiva de quem quer que seja. O processo na “Justiça” norte-americana é do gênero renunciado, há mais de cem anos, por Franz Kafka, na obra “Das Prozess”, e uma reedição dos processos da tirania nazista.

28. Os franceses, inclusive de outros partidos que não o de DSK, deveriam insurgir-se contra a absurda detenção do diretor-presidente de uma instituição financeira internacional, o FMI, que tem todo direito a imunidades semelhantes às diplomáticas, e só está nos EUA, por ter essa instituição sede ali.

29. Aliás, todos os países deveriam retirar seus diplomatas e funcionários da ONU em Nova York, por falta de garantias para estes exercerem livremente suas atividades. Os latino-americanos, além disso, teriam de retirar seus diplomatas também da OEA, sediada em Washington, DC.

30. Deveria haver intensa campanha na França, por parte dos verdadeiros socialistas e dos reais amantes da liberdade, para exigir a liberação de Strauss-Kahn e para insistir em que ele seja candidato, capaz que é de derrotar Sarkozy. A exposição do golpe - e de quem lucra se esse golpe policialresco tiver êxito – contribuiria para a vitória eleitoral de DSK.

31. Vejamos se há gente dotada de coragem e de decência ou se vai prevalecer a covardia, somada aos interesses dos rivais e de grupos que não desejam DSK à frente da França.

32. Em tempo: Strauss-Kahn foi liberado, sob pagamento da fiança no valor de US\$ 1,6 milhão, pouco depois de ter renunciado ao cargo de diretor-geral do FMI. Antes, havia sido rejeitado o pedido nesse sentido. Não terá sido a renúncia ao cargo, a condição para poder responder ao processo em liberdade?

Política externa e poder – um histórico de dominação

Data: 28/05/2011 - Autor: Adriano Benayon

1. “Ninguém se engane: habilidade diplomática, discursos e boa conversa não poupam país algum da dominação estrangeira”. Muitos brasileiros têm especial interesse pela política externa. Temos longa tradição diplomática, que remonta aos portugueses. Estes tentavam suprir a falta de poder militar com habilidade nas negociações. Mas só foi possível conseguir resultados em função de algum poder nacional próprio e de divergências ou conflitos entre potências mais poderosas.

2. Há a história de uma diplomacia, em geral, vitoriosa, na época do Império e início da Velha República, liderada pelo Barão do Rio Branco, na fixação dos limites, através de pleitos jurídicos submetidos a arbitragem. Mas isso só prevaleceu em relação a vizinhos cujo poder nacional e militar não superava o do Brasil, e quando não contrariava os interesses da Inglaterra. Ademais, os litígios fronteiriços com o Paraguai só foram resolvidos após a derrota desse país na Guerra da Tríplice Aliança.

3. Na questão com a Guiana Inglesa, os britânicos fizeram que o laudo do Rei da Itália os favorecesse. Assim, o Brasil perdeu a região do Pirara, e os britânicos lograram acesso à Bacia Amazônica. Depois, com Collor e Jarbas Passarinho, arrancaram a demarcação da região atribuída a índios “ianomâmis”.

4. Com ONGS, financiadas pelas potências oligárquicas, dando as cartas, os brasileiros vêm sendo alijados dessas áreas dotadas de colossais jazidas de minerais raros, estratégicos e preciosos. FHC cedeu mais espaços àquelas potências, e estas obtiveram, com Lula, a demarcação da Reserva Raposa do Sol, em Roraima.

5. Portanto, a questão para a qual a estratégia de segurança e defesa nacional deve atentar não são tanto eventuais conflitos regionais, mas, sim, a pressão que as potências hegemônicas extracontinentais exercem sobre o Brasil para controlar os recursos naturais e a economia do País.

6. Isso elas vêm conseguindo de há muito, especialmente desde 1954, apossando-se da indústria e dos demais setores. Além disso, a partir de 1988, ditas potências têm dados passos sucessivos para retirar do Brasil até mesmo a soberania sobre os riquíssimos territórios “indígenas” e de “reservas ambientais”, onde instalam o poder de “agências de cooperação”, de organizações internacionais – que também controlam – e das ONGs.

7. Já não são frequentes, como no Século XIX e na 1ª metade do XX, os conflitos regionais, embora aconteçam, não raro, “guerras por procuração”, em que países vizinhos guerreiam entre si, cada um representando interesses de uma potência mundial.

8. Desde os anos 70 do Século XX, as guerras mais frequentes não deveriam ser assim qualificadas, tratando-se, na realidade, de intervenções militares de potências super armadas contra nações praticamente indefesas, que tenham impedido, reduzido ou dificultado a entrega de seus recursos, notadamente o petróleo, nas condições desejadas por aquelas potências.

9. Exemplos são as intervenções contra o Iraque, em 1990/1991, e a perpetrada contra o Afeganistão, iniciada em 2001, e contra o Iraque, em 2003. Agora, os ataques de EUA, Reino Unido e França sobre a Líbia.

10. É evidente, portanto, que o Brasil está em situação muito difícil, da qual precisa sair, pois é o país que tem em seu território os recursos naturais de todo tipo, os mais valiosos do Planeta, e estes vão para o exterior em quantidades cada vez maiores, enquanto os problemas se avolumam: desindustrialização; desnacionalização; aumento do número de pobres; serviços públicos em constante deterioração; impostos elevados; os juros mais altos do mundo; inflação em alta; câmbio supervalorizado; serviço da dívida em R\$ 400 bilhões por ano; infraestrutura, educação e cultura destroçadas.

11. Como sair dessa situação sem contrariar a oligarquia financeira anglo-americana, que busca o governo mundial? Sendo claro que ela não vai gostar de perder o controle da fonte quase inesgotável de recursos naturais que é o Brasil, a mais urgente das prioridades do País é reindustrializar-se e ganhar crescente domínio sobre as tecnologias utilizadas na produção.

12. Sem isso, não existe defesa nacional, e, sem esta, um país não tem como assegurar seus direitos, nem em casa, nem nas relações internacionais. Spinoza, grande filósofo do Século XVII, está mais atual que nunca: *o direito decorre do poder*.

13. Na guerra das Malvinas, os mísseis Exocet, importados da França tornaram-se inócuos, porque a França cedeu à Inglaterra os códigos dessas armas.

14. Outra lição: estava-se em 1982, e o governo militar argentino havia feito muitas concessões e prestado serviços à política imperial dos EUA na América Central. Acreditava, assim, que os EUA ajudariam ou ficariam neutros na guerra contra a Inglaterra. Nada disso: a oligarquia britânica e a norte-americana são associadas, e seus países, membros da OTAN. Assim, os EUA forneceram informações de satélites e outras a seus parceiros imperiais.

15. Essa lição é corroborada pelo caso do Iraque, que, apoiado potências ocidentais, e mais a Rússia, movera guerra contra o Irã, que durou de 1980 a 1988. Nem assim, o Irã foi derrotado.

16. Depois, o Iraque caiu na cilada anglo-americana, convidado a invadir o Coveite, pretexto para o massacre da guerra do Golfo, em 1990, quando torrentes de mísseis e bombas com pontas de urânio

destruíram os armamentos e cidades iraquianas, imolando centenas de milhares de militares e civis, além de causar letal contaminação nuclear.

17. Depois, Sadam tomou algumas iniciativas positivas para seu país, que desagradaram a oligarquia anglo-americana. Fortemente pressionado, voltou a fazer concessões, abandonando o programa nuclear e abrindo as instalações às inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica. Mas o Iraque sofreu nova e brutal agressão, invadido, em 2003, após novos ataques destruidores.

18. A Líbia tem em comum com o Iraque o fato de possuir estupendas jazidas de petróleo leve. Além disso, o governo de Gadáfi foi um dos raros a investir em infraestrutura produtiva e no bem-estar coletivo a maior parte das receitas de exportação, desde os anos 60, quando esse líder de um país atrasado e tribal derrubou a monarquia vinculada a potências estrangeiras.

19. Entretanto, Gadáfi resolveu melhorar sua imagem no Ocidente e fez concessões a interesses imperiais, além de ter renunciado a desenvolver seu programa nuclear, o que não livrou a Líbia dos brutais ataques armados que lhe estão sendo infligidos.

20. Como no caso do Iraque, isso provavelmente estimulou esses ataques. Moral da oligarquia anglo-americana: *“Você se desarmou? Então, melhor. Assim, nossas forças atacam com mais facilidade.”*

21. Inútil, portanto, se não contraproducente, tentar conciliar-se com o Império. Ninguém se engane: habilidade diplomática, discursos e boa conversa não poupam país algum da dominação estrangeira e de sofrer brutais intervenções armadas, se não tem capacidade militar dissuasória.

22. Entre os golpes militares telecomandados, recorde-se a queda do Presidente Vargas, o último a ter tido êxitos significativos protegendo os interesses nacionais. Em 1952, ele não eliminou na origem as traições de João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores, e do General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

23. Esses negociaram acordo militar com os EUA, lesivo ao País e denunciado pelo governo de Geisel em 1977. Esse acordo fez o Brasil adquirir material militar sucato nos EUA, pagar por ele preços altíssimos e ficar importando peças e sobressalentes. Ademais, retardou o desenvolvimento e a fabricação desse material no Brasil.

24. A negociação foi feita sem conhecimento do Ministro da Guerra, Estillac Leal, que, ao dela saber, se demitiu, não tendo sido sustentado por Vargas. Nesse momento, o presidente começou a cavar sua sepultura, por não ter tomado as medidas que se impunham: desautorizar a assinatura do acordo e demitir os que se comportaram como agentes do Império.

25. Estillac Leal era líder da corrente nacionalista do Exército e fez muita falta a Vargas, pois os serviços secretos estrangeiros já estavam montando a conspiração que levou à sua derrubada em 1954.

Reflexões sobre a China e o futuro do Brasil

Data: 14/08/2011 - Autor: Adriano Benayon

1. A situação após o término da 2ª guerra mundial é melhor descrita, a meu ver, como de confrontação e guerra fria entre, de um lado, as potências hegemônicas EUA e Reino Unido, e a União Soviética (como diria De Gaulle, mais propriamente a Rússia). Os supostos formadores do “bloco capitalista” nunca passaram de satélites daquelas duas potências. De Gaulle tentou mudar esse quadro, foi importante no cenário mundial, mas sua influência não durou muito tempo.

2. Foi tirado do poder, através das infiltrações na França de agentes dos anglo-americanos (inclusive os estudantes de 1968/69). Houve também o movimento dos não-alinhados liderado por Nehru, Tito e Nasser. A China, embora comunista, enquanto durou Mao, nunca se alinhou com a Rússia.

3. O que importa, no caso, é que as oligarquias comandam impérios com centros em suas respectivas bases, como Londres e Nova York. Os satélites, como Alemanha, Japão e outros de menor porte econômico, bem como os semicoloniais da periferia, como os latino-americanos e outros, foram apenas instrumentos na confrontação entre as superpotências de então. Nestes últimos o capitalismo é estrangeiro, ficando o nacional a ele subordinado.

4. Atualmente, creio que há muitos preconceitos ideológicos em relação à China, um país sempre pragmático, como não deixou de ser nem quando foi comunista. Um deles é a de que o êxito decorre de se ter ela tornado capitalista. Não creio que a China tenha “aderido fervorosamente ao capitalismo”, nem muito menos que ela se tenha tornado uma das primeiras potências econômicas e militares do mundo, na base de “sua mão-de-obra semiescrava”.

5. Muito do poder atual da China, além do poder que resta na Rússia, é herança da época comunista, a começar por avanços científicos, educação de alto nível, indústrias de elevado nível tecnológico, como a aeronáutica, submarinos etc., ademais das indispensáveis bombas nucleares e de hidrogênio, e dos mísseis, sem o que quem pretende ser potência está fazendo papel de palhaço. Já disse, alguma vez, que não vem ao caso se o sistema comunista era fechado, repressivo etc.

6. Voltando ao caso específico da China, há mais duas observações:

1) Mesmo permitindo vários empreendimentos de capital dito privado, tanto nacionais como estrangeiros, a China manteve estatais em diversas áreas produtivas, além de o Estado investir em infraestrutura econômica e social uma proporção do PIB vinte vezes maior que a do Brasil, por exemplo.

2) Ainda mais importante que isso, a burocracia governante parece não ter perdido o comando da economia, não obstante a presença de numerosas e grandes empresas transnacionais estarem produzindo e exportando de território chinês.

7. Na definição de capitalismo que me parece correta, esse sistema se caracteriza por não impor barreiras ao capital privado, permitindo que grupos privados concentrem poder econômico em proporção tal, que leve a controlarem politicamente o País (esse controle total do Estado por grupos oligárquicos é o caso dos EUA, Reino Unido e seus satélites).

8. Não é o caso da China em que os investimentos têm de ser autorizados e onde as transnacionais não desfrutam de subsídios nem da facilidade de transferir lucros disfarçados em outras contas do balanço de transações correntes, superfaturar importações, subfaturar exportações etc.

9. Como é que não podemos falar de império mundial, se a Inglaterra o exerce desde 1650, e associada aos EUA, a partir da 1ª Guerra Mundial. Se controlam a ONU e a OTAN, entre outras “organizações internacionais”, se atiram bombas com urânio no Afeganistão, na Iugoslávia, no Iraque, se agora as lançam até contra hospitais de crianças na Líbia e ninguém se opõe? Se isso não é império, o que é? Claro que é um só.

10. É evidente que a China está implantando seus interesses econômicos em vários países asiáticos, africanos, latino-americanos etc., mas não tem poder imperial sobre eles, como tampouco o têm o Japão, a Alemanha, a França, a Noruega, a Suécia. Esses têm muito mais “investimentos” do tipo

colonialista na periferia do que tem a China, mas eles são satélites do capitalismo anglo-americano e dependem do poder militar deste.

11. A oportunidade provável para que algum país, como a Argentina (bem à frente do Brasil em mentalidade independente e política nesse sentido), vir a ganhar maior autonomia só haverá se a China e eventualmente a Rússia vierem a fazer frente ao império anglo-americano quando este, para tirar o foco do caos econômico que instalou, inclusive em nas próprias bases dele, der início a grande conflagração bélica. Além disso, vai depender do surgimento de líderes, os quais terão de ter consciência de que inicialmente terão de jogar com as partes do conflito dos cachorros grandes, para ir crescendo. De fato, estão tão atrasados econômica e tecnologicamente, que precisam de muitos anos de políticas corretas para chegarem a ter alguma significação em âmbito mundial, que não seja a de zonas para a extração de recursos naturais.

12. Do mesmo modo que serão necessárias ao Brasil, por exemplo, políticas de construção econômica e tecnológica, essas políticas implicam e pressupõem concomitante política de renascimento cultural, com ênfase em resgatar e renovar o que foi destruído, inclusive entendendo o processo de devastação ocorrido e percebendo que o renascimento cultural é indispensável para a independência.

13. Falta tempo, espaço e paciência dos leitores para resumir o que foi destruído do patrimônio cultural nos últimos 50 anos. Tentando só fazê-lo com conceitos genéricos: a música popular brasileira; a música clássica, em termos de acesso perdido; a própria música popular estrangeira autêntica, que algo muito diferente do impingido através dos *disc-jockeys* comprados pelo USIS; o estudo da história fora do ponto de vista imperial; a qualidade do ensino e a concepção humanista dele; os valores éticos, individuais e de família, substituídos pela avacalhada dos festivais de rock, drogas, novelas, programas da TV e pela mercantilização de tudo.

14. Bem, não será difícil que muitos dos que lerem estas linhas, completem a lista.

Fim do império?

Data: 04/09/2011 - Autor: Adriano Benayon

1. O colapso financeiro recente, cuja primeira grande crise ocorreu em 2007, vai continuar produzindo incalculáveis danos para a humanidade. De fato, apesar de o colapso ser flagrante, os segmentos sociais revoltados por causa das consequências dele, não lograram organizar-se, nem arrebataram o poder dos que o tem causado.

2. No 2º semestre de 2011 estão presentes novamente os fatores explosivos que fizeram detonar a crise de 2007/2008, como derivativos em montante acima de US\$ 600 trilhões, contando só os negociados diretamente entre as partes, sem incluir, portanto, os transacionados em Bolsas. A isso se soma agora a perspectiva de inadimplência dos Estados Unidos e de países da União Europeia em suas dívidas públicas.

3. Seis grandes bancos de Wall Street estão expostos em US\$ 1,5 trilhão, só nas dívidas da Espanha e da Itália. Outro tanto, ou quase, de créditos a esses dois países está na carteira de bancos alemães e franceses.

4. As economias e as sociedades desses países afundam cada vez mais na depressão, enquanto o FED nos EUA e o Banco Central Europeu emitem moeda e dão créditos de graça aos banqueiros criadores

e detentores de títulos podres privados e públicos, além de comprar esses títulos por muitíssimo mais do que valem.

5. O Escritório de Responsabilização (*Accountability*) do Governo - GAO, vinculado ao Congresso dos EUA, fez auditoria na Reserva Federal (FED) a pedido do senador dissidente Bernie Sanders. O relatório revelou que, de 01/12/2007 a 21.07.2010, o FED concedeu empréstimos secretos a bancos e corporações financeiras, no montante de 16,1 trilhões de dólares, quantia maior que o PIB dos EUA (US\$14,5 trilhões).

6. Esse dinheiro não flui para a economia, vai para a especulação, e a perspectiva é de que a depressão se torne ainda mais trágica, por causa dos cortes nas despesas públicas e dos aumentos de impostos “para reduzir os déficits orçamentários”.

7. Observadores apressados animam-se com o fim do império, ao verem a continuada queda de valor do dólar e ao rebaixamento da cotação dos EUA, por parte de uma agência de risco de crédito.

8. Não avaliam que a oligarquia financeira se tem aproveitado do colapso que gerou, para dar imenso salto qualitativo na concentração, demonstrando, ademais, controle total sobre os governos das “democracias representativas”, as quais nada têm de democráticas.

9. Mesmo nos países centrais, os donos das finanças – e do poder – já haviam, desde os anos 80, feito crescer muitíssimo a concentração de riqueza real e financeira, determinando políticas públicas, como a fiscal, as quais os favoreceram cada vez mais. Após a virada do século, acumularam quantidades imensas de lucros mediante a fraudulenta explosão dos derivativos, um dos fatores que levou ao colapso.

10. Como o grosso desses derivativos não tem sustentação real, o prejuízo decorrente foi maior do que aqueles lucros. Entretanto, foi pago pelos Tesouros e bancos centrais.

11. A consequência disso é que, além de grandes bancos estarem de novo perto da falência por terem reincidido na bandalheira dos derivativos, agora também ficaram em situação de pré-inadimplência os Estados “soberanos”, que salvaram os bancos após a crise de 2007-2008.

12. Os Estados imperiais ainda pagam juros muito baixos em suas dívidas públicas demasiado altas (120% do PIB nos EUA), mas esse não é o caso, da periferia europeia, na qual as taxas vêm subindo e agravando muito as coisas.

13. No Brasil a dívida pública ainda representa percentual tolerável do PIB, mas o “governo” e o BACEN parecem fazer questão de que o Brasil entre no rol dos falidos, pela composição dos juros às taxas absurdamente altas que decretam em prejuízo do País.

14. Voltando à questão nos EUA e Europa, passada a primeira crise do colapso financeiro, graças à incrível e imoral ajuda pública, a oligarquia fez elevar exponencialmente, através da depressão, o grau de concentração. Durante as depressões, o poder relativo dos concentradores cresce muito, com as perdas das empresas menores e dos assalariados, e aqueles se aproveitam para adquirir ativos a preços de liquidação, sem falar nos ganhos com novas especulações financeiras.

15. Com efeito, eles dominam as economias centrais e ainda mais as periféricas, de cujos recursos naturais se apossam celeremente, colocando a humanidade na rota da escravização total, para não dizer do extermínio.

16. Por enquanto, não é o império nem o capitalismo que está acabando. Quem está com a sobrevivência em perigo são as vítimas do capitalismo. Mais importante: às centenas de milhões de

pessoas que já se danaram no processo, outro tanto vai sendo acrescentado ao rol dos destituídos e massacrados.

17. O sistema de concentração financeira e econômica nas mãos de poucos grupos e famílias oligárquicas (essa é a definição de capitalismo) prossegue causando estragos em escala crescente: desemprego, miséria, rebeliões de seu interesse, guerras de grande vulto planejadas pelos diretores do capitalismo, conscientes da desconstrução diabólica que estão realizando, a fim de tornar sua tirania cada vez mais absoluta.

18. Não se pode prever quando isso vai parar. Mas se poderia inferir a única maneira possível de conseguir: retirando das mãos dos donos da concentração e da tirania mundial o poder que eles detêm sobre os governos, os aparatos militares e os serviços secretos que comandam.

19. Embora cada vez mais horrores sociais e econômicos estejam acontecendo e gerando revolta, também cresce a repressão policial e o totalitarismo na desinformação. Esses horrores só acabarão, se as sociedades encontrarem um modo de conquistar o Estado e organizá-lo sob princípios do bem comum, somente viável sem bancos privados com direito a criar dinheiro e se forem quebrados os oligopólios e os cartéis.

O Buraco Negro dos salários arrasados

Data: 19/09/2011 - Autor: Adriano Benayon

O Buraco Negro suga a maior parte da matéria de sua vizinha, mas uma parte usa túneis magnéticos perpendiculares para escapar. O ser humano não pode enxergar um buraco negro, já que a luz não se pode escapar dele, mas podemos ver os efeitos na matéria circunvizinha, em formato de gases e estrelas. Através de imagens do telescópio orbital Hubble, os astrônomos têm localizado durante duas décadas, um número considerável de buracos negros, criados em sua maioria, após o Big Bang.

1. Embora se apregoe que o nível de vida no Brasil tem melhorado, não é isso que decorre das próprias estatísticas oficiais. Conforme os dados do IBGE, o rendimento médio do trabalho principal, efetivamente recebido, foi R\$ 1.271,07 em novembro de 2007. Três anos e meio depois ele alcançou R\$ 1.562,70.

2. Houve melhora? Não, ao contrário: corrigindo-se a inflação, conforme o INPC (Índice Nacional dos Preços ao Consumidor) do IBGE, o valor de novembro de 2007, significa R\$ 1.567,30, ou seja, quantia maior que a de maio de 2011, em face da inflação de 23,33% no período.

3. Como o salário mínimo tem tido elevações anuais por decreto, os dados acima implicam também o achatamento dos salários e a deterioração das condições de barganha dos assalariados no mercado de trabalho. Ora, isso ou desmente as estatísticas segundo as quais houve expressiva elevação da produção, ou significa que os ganhos de produtividade não têm sido repassados aos trabalhadores, fluindo só como lucros para as empresas, especialmente as de grande porte.

4. Aumentando o período de comparação, os rendimentos médios em 2003 eram R\$ 914,74 a preços de então. Aplicando-se o índice de correção, conforme o INPC, de janeiro de 2004 a maio de 2011, ou seja, 48,76%, eles significam R\$ 1.360,80 em valor atualizado. Portanto, teria havido melhora de 15,2% nesse período.

5. Se fizermos, porém, a correção de acordo com o IGP-DI (Índice Geral de Preços, Disponibilidade Interna), calculado pela FGV, ela é de 76,57%, e a quantia de 2003 significará R\$ 1.615,16 em valor atualizado, superior. portanto, aos R\$ 1.562,70, da presente média.
6. É, pois, razoável considerar que os rendimentos do trabalho estão praticamente estagnados desde 2003, ou seja, ao longo dos governos petistas. Isso resultou de: a) piora no começo, atribuível em boa parte à deterioração estrutural causada pelos dois mandatos de FHC; b) recuperação de 2004 a 2007; c) queda depois disso.
7. De qualquer forma, não resta dúvida de que os trabalhadores continuam a ter agravada sua situação, enquanto os dados do PIB crescem sob o modelo concentrador, o qual, ademais subsidia a extração, com destino ao estrangeiro, dos recursos naturais do País.
8. Isso fica ainda mais claro levando em conta dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Domicílios) do IBGE: houve queda de 7,4% do rendimento médio real dos trabalhadores de 2002 para 2003. E esse rendimento não evoluiu positivamente desde 2003.
9. Se se quiser remontar a prazo mais longo, abrangendo a época lamentável da tucanagem (FHC), as estatísticas do IBGE apontam que de 1996 a 2002, o rendimento médio real do trabalho teve queda real de 11,4%.
10. Combinando esses dados com os de 2002 a 2003, resulta perda real de 18,8%, acumulada de 1996 a 2003. Assim, apesar da recuperação 15,2% de 2003 a maio de 2011, ainda resta queda de 6,2% nos últimos quinze anos (1996 a 2011).
11. Na realidade, o percentual de queda terá sido bem maior, porquanto a atualização monetária do IBGE adota índices de preços ao consumidor, que subestimam a verdadeira inflação dos preços.
12. Esse histórico nada favorável denuncia a falsidade da propaganda sistêmica. É em cima dele que estamos no limiar de novo afundamento na depressão mundial e do estouro na bolha de crédito no Brasil, duas realidades que se conjugarão para gerar a próxima crise das contas externas nacionais.
13. Mesmo nestes últimos anos – em que as commodities exportadas pelo Brasil tiveram apreciável valorização e grande aumento na quantidade remetida ao exterior – os assalariados em seu conjunto tiveram perdas em seu poder aquisitivo, enquanto os bancos e grandes empresas, especialmente as transnacionais, obtiveram lucros fabulosos.
14. Que esperar, pois, para os próximos meses e para os anos vindouros, que se devem caracterizar por abalos socioeconômicos nunca antes vistos?
15. Embora seja suficiente o que dissemos sobre os rendimentos do trabalho, vale notar que, também do ponto de vista do emprego, a situação não corresponde ao que diz a grande mídia. Isso pode ser verificado pelo altíssimo número de dispensas, como apontou o jornalista Pedro do Coutto (Tribuna da Imprensa), através dos relatórios anuais da Caixa Econômica Federal, referentes ao FGTS, publicados nos Diários Oficiais de 29.07 e 02.08.2011.
17. Constan desse relatório: 16,5 milhões de demissões sem causa justa no ano de 2008; 17,3 milhões em 2009; e 17,5 milhões em 2010. Esses números, se mais divulgados, apagariam a imagem de dinamismo econômico e de progresso social formada com os releases do Ministério do Trabalho apregoadores da criação de dois milhões de empregos por mês.

18. As 17,5 milhões de demissões que determinaram saques do FGTS em 2010, significam quase 1,5 milhão por mês, o que reduz para meio milhão os dois milhões resultantes da geração de novos empregos.

19. Ademais, as demissões não se limitam às que envolvem o FGTS, uma vez que: 1) alguns tipos de empregos, como os de empregados domésticos não implicam recolhimentos ao FGTS; 2) ocorrem também demissões voluntárias e por justa causa, casos em que não há saques contra esse fundo.

Dez anos do golpe nos EUA – parte 2

Data: 26/09/2011 - Autor: Adriano Benayon

1. Antes de expor para que a oligarquia financeira mandou destruir as Torres Gêmeas (WTC), em Nova York, e avariar o Pentágono, em Washington, concluamos a demonstração de que os autores só podiam ser dos aparelhos de segurança e militar do governo dos EUA.

2. Isso emerge de dezenas de documentos. Em um filme de 49', produzido na Itália, de que participa o prêmio Nobel, Dario Fo, falam peritos, na maioria estadunidenses, em engenharia, física, materiais, aeronáutica e segurança.

3. Um sobrevivente, que trabalhava no 84º andar da Torre Sul, quando do impacto de um avião poucos andares abaixo, conseguiu descer ao térreo, passando pelos andares com fumaça, e diz que tudo parecia normal, até com luzes e sistema de ar.

4. Muitas testemunhas, como o heroico porteiro William Rodriguez, ouviram as explosões da implosão, 55 minutos após o choque do avião. O Prof. Ray Griffin refere pessoas que ouviram “bangs” das explosões e foram atiradas ao solo.

5. Quando do choque, a Torre sacudiu, mas voltou ao lugar. Foi desenhada e edificada para suportar impactos, como confirma o construtor dela, Frank de Martin.

6. Ademais, o filme mostra a Torre Windsor, em Madrid, que, em 2005, ardeu, durante 30 horas, tendo as estruturas metálicas ficado de pé após o incêndio.

7. Tudo isso evidencia o ridículo da versão oficial, o relatório do NIST, segundo o qual as Torres desabaram em função do calor do incêndio causado pelo avião.

8. Não bastasse, o professor emérito de física, Steven Jones, e outros experts esclarecem que só a 1.000 graus de calor se derretem estruturas metálicas, enquanto a queima do combustível de avião não gera sequer 300 graus.

9. Kevin Ryan, ex-diretor do Underwriters Labs, foi demitido por ter provado que as amostras salvas de andar atingido pelo incêndio tinham temperaturas muito baixas, e que o NIST fraudou os parâmetros da análise, dobrando o tempo de exposição ao fogo.

10. O perito em metalurgia Paolo Marin atesta que a Torre caiu “como se não houvesse sequer resistência do ar”: se ela não tivesse sido pulverizada, não poderia desabar na vertical e em 7 segundos. Isso ocorreu devido a explosivos de uso militar, a ponto de não terem sobrado nem pedaços de móveis, computadores e corpos das vítimas.

11. O governo fez retirar os destroços antes de qualquer investigação, e pedacinhos do aço das estruturas derretidas foram exportados à China. Mas, três semanas depois, foi retirado do local

material com thermite, explosivo composto por alumínio, óxido de ferro e enxofre, capaz de causar a fusão de colunas de aço, comprovando a implosão controlada e acionada por rádio, como confirma William Cristison, ex-CIA.

12. Como a Torre foi atingida por um avião, e a manobra é impossível com Boeings 757, não se sabia o que a tocou. O filme mostra um avião da Força Aérea, certamente teleguiado.

13. Em 12.07.2006, o general Albert Stubblebine, ex-Comandante-Geral do Comando de Inteligência e Segurança do Exército dos EUA (INSCOM) definiu o 09.11 como farsa: “o buraco no Pentágono teve 5 metros de largura, e a envergadura de um Boeing tem 38 metros: simplesmente não encaixa!” “Nem sequer restos de motores foram encontrados”.

Para quê

14. Demonstrado como e quem, falta para que. A oligarquia financeira tem um só objetivo: concentrar poder, e a guerra é um dos meios para isso. Assim, inventou a estória do sequestro dos Boeings para inculpar “terroristas islâmicos” e justificar as agressões ao Afeganistão e ao Iraque.

15. Havia planos para controlar o Afeganistão, rota de hidrocarburetos da Ásia Central, e o Iraque, dono de enormes reservas de petróleo, além de estender as intervenções militares a mais países islâmicos.

16. As potências anglo-americanas, a França, a Rússia etc. haviam, anos antes, fornecido ao Iraque todo tipo de armamentos, inclusive armas químicas, para a guerra contra o Irã, que, mesmo assim, não foi vencido.

17. Depois, os anglo-americanos fizeram a intervenção genocida sobre o Iraque, em 1990-91, usando quantidade incrível de bombas com pontas de urânio.

18. Apesar da terrível destruição sofrida, Saddam Hussein não perdeu o controle do Iraque e adotou políticas favoráveis a seu país, inclusive deixando de vender petróleo por dólares.

19. Em seguida ao 11.09.2001, os EUA e seus aliados realizaram agressões imperiais ao Afeganistão e ao Iraque, abusando de mais mentiras, como acusar esse país de ter “armas de destruição de massa” (que as potências imperiais têm em doses inimagináveis). Tal falsidade prevaleceu até contra as verificações de inspetores das Nações Unidas.

20. O golpe das Torres Gêmeas serviu para anular a resistência dentro dos EUA - e reações em outros países - àquelas agressões, que completaram a destruição das instituições, inclusive culturais e milenares do Iraque, além de causar vítimas na casa dos milhões.

21. Rememorados a cada ano com enorme dramatização pela mídia, os “ataques” de 11.09 permitiram, ainda, radicalizar o Estado policial nos EUA e continuam servindo de pretexto para mais intervenções: na Somália, no Iêmen e em outros países. Faz também que desinformados aplaudam o latrogenocídio cometido contra a Líbia.

22. Ao final dos mandatos de Bush, os EUA mantinham tropas especiais em 60 países, como planejado antes de 2001. Com Obama, esse número chega a 75. O desastre na economia é acompanhado por crescente belicismo.

23. A oligarquia não lança guerras para dinamizar a economia - o que aconteceu, provavelmente por acaso - na época da 2ª Guerra Mundial. Ademais, hoje, a guerra emprega muito mais equipamento que gente.

24. O objetivo da oligarquia é implantar sua tirania em âmbito mundial. Para isso tem concentrado poder financeiro em grau inimaginável, o que acarreta a depressão da economia produtiva e acentua as dificuldades e a impotência dos dominados. Calcula que quanto maior essa impotência, mais poderá avançar na escravização da humanidade.

25. Nesse processo, a oligarquia tirânica assenhoreia-se, com exclusividade, também dos recursos reais: minérios preciosos e estratégicos, energia, água e terras agricultáveis.

26. A busca do controle sobre a energia explica a escolha dos “terroristas” islâmicos como objeto da demonização, já que o petróleo abunda sob terras muçulmanas.

27. As monarquias totalitárias inventadas pelos britânicos (Arábia Saudita, Catar, EAU, Bahrein etc.) não são problema para a oligarquia anglo-americana, uma vez que entregam petróleo em troca de dólares e os aplicam principalmente no exterior. Não são sequer países: não têm população assentada em terras, mas só cidades entre o deserto e o mar, urbanizadas com dinheiro do petróleo, técnicos e trabalhadores importados.

28. Nesses lugares a CIA, o M-16 e outros serviços secretos não fomentam, nem financiam nem armam “rebeldes”, cuja proteção “humanitária” serve de pretexto para intervenções, como sucedeu com a Líbia.

29. O Irã é um país de verdade, e por isso os imperiais o consideram do “Eixo do Mal”. Saddam Hussein, no Iraque, e Muamar Gaddafi, na Líbia, investiram internamente recursos do petróleo, além de pretender vendê-lo em moedas que não o dólar.

30. A guerra, no caso, serve aos objetivos de assegurar acesso ao petróleo, em condições coloniais, e de assegurar sobrevida ao dólar, moeda que, de outro modo, já estaria fora de uso como divisa internacional, devido ao caos financeiro e orçamentário dos EUA.

31. Visa também a fomentar a indústria de armamentos e investir nesta como instrumento de poder e gerador de divisas, o único setor com balança comercial positiva, outra ajuda ao dólar em vias de colapso.

32. O Brasil é o país mais bem dotado em minérios preciosos e estratégicos, energia, água e terras agricultáveis. Econômica e politicamente controlado, de modo cada vez mais intenso, desde 1954, seus inestimáveis recursos vão sendo saqueados sob os olhares negligentes ou benignos dos três Poderes da República.

33. Por isso, a intervenção permanente que sofre dos serviços secretos das potências imperiais prescinde, desde 1964, da participação direta de forças militares norte-americanas.

34. Fica o Brasil sem perspectiva de independência real, enquanto não se liberar do subdesenvolvimento programado que lhe é imposto através do domínio de empresas transnacionais sobre sua economia. Está, assim, destituído do controle sobre tecnologias estratégicas, como os chips da eletrônica.

35. Sem indústria nacional, manietada e dizimada desde a instituição de subsídios às transnacionais, desde 1954, o Brasil carece de armamentos essenciais à sua defesa. Apesar de seu tamanho territorial e populacional, está tão sujeito a intervenções militares imperiais, como o Afeganistão ou a Líbia. Se isso não está em pauta é porque não há resistência ao saqueio dos recursos do País.

A crise acaba com o capitalismo?

Data: 02/12/2011 - Autor: Adriano Benayon

1. Ninguém que tenha apreço pelo bem-comum suporta o capitalismo, sistema cuja característica é não estabelecer limite algum à concentração da economia por grupos privados.
2. Eliminá-lo não implica, porém, excluir a propriedade privada dos meios de produção. Esta pode existir em sistema não capitalista, se não estiver cartelizando os mercados e não ocupar setores de grande porte, como a infraestrutura e as indústrias de base, nem atividades estratégicas, como bancos, inteligência e defesa.
3. O que não é realista é falar em acabar com o domínio capitalista, que envolve seu corolário imperialista, sem desmontar as bases de seu poder. Para afastar ressurgimento daquele domínio, a sociedade, através do Estado, tem que manter a vontade de impedir a concentração do capital e dispor dos meios para isso.
4. Do contrário, não se extingue a opressão concentradora e saqueadora, nem o controle total do processo político pela oligarquia, como ocorre nas principais sedes imperais (anglo-americanas), nos satélites europeus e asiáticos, e em áreas de dominação colonial, entre as quais o Brasil.
5. A essa tirania global, a oligarquia dá nomes enganosos, como “nova ordem mundial”, “governança global”. Totalitária, fala em democracia, enquanto manipula e compra eleições, além de organizar golpes de Estado. Faz intervenções genocidas, dizendo defender direitos humanos.
6. O capitalismo tem menos virtudes do que lhe atribuem, inclusive Marx e seguidores. Como exponho em “Globalização versus Desenvolvimento”, o desenvolvimento econômico e tecnológico dos países que o alcançaram, se deveu à direção do Estado, a investimentos deste e à proteção a empresas privadas nacionais, formadoras da economia de mercado.
7. Esta não deve ser confundida com a superestrutura concentradora, i.e., o capitalismo. Este a explora e suga, até destruí-la, ao longo do processo de concentração, que acaba com o desenvolvimento, viável quando e onde a economia de mercado é combinada com a direção do Estado e empresas estatais nos setores em que a concorrência dificilmente pode estar presente.
8. Em suma, os que têm vontade e descortino para trabalhar pelo bem-comum, devem ter consciência que o problema reside na concentração econômica, e que esta tem de ser evitada. Se todos os meios de produção são estatizados também há concentração.
9. Esta, nas mãos do Estado, teve, entretanto, papel positivo, ao habilitar países grandes, populosos e dotados de recursos naturais, como a Rússia e a China, a liberar-se da espoliação pelo capital estrangeiro e a defender-se de agressões imperiais. Depois, desenvolveu indispensáveis capacidades nucleares e balísticas, e o equilíbrio no poder mundial estabelecido pela União Soviética viabilizou a independência de muitos países, entre os quais a Índia, a Argélia, e a própria China.
10. Que a União Soviética tenha sido desmembrada e que a China tenha mudado de curso, não altera o fato crucial de esta e a Rússia serem, hoje, as únicas potências em condições de dissuadir a oligarquia anglo-americana de novas guerras imperiais e genocidas.
11. A crise provocada pelo capitalismo (o que não é o mesmo que crise capitalista), é imensa e cada vez mais profunda, como ilustra o estoque de US\$ 600 trilhões em derivativos, títulos, na maioria, podres. Além disso, gerou dívidas nacionais imensas, como a dos EUA, bem maior em proporção ao PIB, que a da Grécia após a recente redução da dívida desta.

12. A dívida somente dos EUA, Japão, Reino Unido e União Europeia soma US\$ 45 trilhões. Os bancos centrais começam a livrar-se dos títulos do Tesouro dos EUA, e o dólar está desacreditado, por mais que a oligarquia manipule os mercados. Pior, a depressão segue, com crescente desemprego e perda de proteção social, trazendo miséria e sofrimentos indizíveis a centenas de milhões de pessoas.

13. Vários analistas estão escrevendo sobre a crise “do capitalismo”. Sobre esse ponto, as coisas precisam ficar claras. Muitos creem que a crise possa, por si só, implicar o fim do capitalismo, com a ideia subjacente de que, quando a acumulação capitalista se torna extrema, abrem-se as portas para a revolução que o suprimirá.

14. Não se trata de consequência inexorável, mas só de oportunidade, não tão fácil de ser aproveitada, tanto mais que a oligarquia tirânica vale-se, de modo crescente, há mais de um século, de técnicas da psicologia aplicada e de fantásticos meios da tecnologia da (des)informação e da comunicação social, para perverter, desmoralizar e anular a maior parte da humanidade, arrasando, inclusive, culturas nacionais, através desses meios.

15. Assim, por mais desastrosos que sejam os efeitos da concentração econômica e do aviltamento das condições de vida dos povos, estes encontram hoje grandes dificuldades para liberar-se, não só devido à incorporação de tecnologia às armas da repressão e das agressões imperiais, mas também devido ao desgaste psicológico e cultural.

16. Os colapsos financeiros e econômicos criados pelo capitalismo têm sido terríveis para a humanidade, mas não para ele, já que a oligarquia se serve deles para aumentar ainda mais seu poder relativo.

17. Mais: a História, desde o Século XX, mostra que os casos em que o comando político escapou das mãos da oligarquia imperial, se deram em países onde não havia grande concentração capitalista, mas, sim, contextos de guerra e invasões sofridas por esses países. Parece também demonstrado não haver casos em que a estrutura econômica tenha sido substituída na vigência do regime político pré-existente.

18. Voltando à definição do capitalismo, o afastamento dele não implica que o Estado controle todos os meios de produção. Lênin, com a Nova Política Econômica, em 1921, procurou favorecer a economia de mercado, com empresas privadas, sem que o Estado perdesse seu poder político nem o comando da produção (economia).

19. Alguns julgam que a China encetou, após 1977, o caminho do capitalismo, de Estado, ou controlado por grupos privados, formados por quadros políticos. Como quer que seja, obteve notáveis progressos econômicos e tecnológicos, e surgiu como superpotência.

20. Conseguiu-o por não ter chegado à extrema concentração que caracteriza o capitalismo, inclusive mantendo os bancos sob controle estatal, e por ter assegurado que, apesar da abertura a investimentos diretos estrangeiros (IDEs), a economia não passasse ao comando das transnacionais.

21. Estabeleceu e fez cumprir regras estritas para absorver capital e tecnologia. Esse feito, sem precedentes, deveu-se ao sistema político com direção centralizada, a salvo de eleições manipuladas pelo dinheiro.

22. Os outros únicos países que haviam logrado incorporar significativamente tecnologia estrangeira em suas empresas foram Japão, Coreia do Sul e Taiwan, para o que desestimularam os IDEs e assim evitaram entrada expressiva deles em seus mercados, impondo, ao contrário, contratos de transferência de tecnologia.

23. A China conta com empresas nacionais de ponta em todos os setores, enquanto o Brasil quase já não tem marcas nacionais, pois entregou seus mercados às transnacionais, dando-lhes capital, e pagando por tecnologia jamais adquirida. Aqui prevalece o fetiche da falsa democracia, importada das potências imperiais, que promoveram os golpes de 1945, 1954 e 1964, com o apoio da mídia e da “União Democrática Nacional” - UDN, através de militares doutrinados com o “espectro do comunismo”.

24 Após esses golpes, foram instituídos subsídios e retirados óbices ao capital estrangeiro. JK ampliou esses favores. Sob o primeiro governo militar, Roberto Campos fez destroçar o grosso das empresas de capital nacional. Depois, novos subsídios à exportação em benefício das transnacionais (Delfim Netto).

25. Por meio de fraude em seu texto, a Constituição de 1988 favorece pagamentos da dívida pública inflada por juros e taxas. A seguir, mais crimes contra o País, com os desastrosos Collor (leis de desestatização e Lei Kandir) e FHC. Este fez a União gastar centenas de bilhões de reais para entregar, de graça, fabulosos patrimônios do Estado e das estatais ao capital estrangeiro. Nenhum desses fatores de destruição da economia foi removido por Lula nem pelo atual governo.

Escolha a marca do azeite que irá fritá-lo

Data: 11/12/2011 - Autor: Adriano Benayon

1. O “nacionalismo” pautado pela defesa dos interesses de uma nação nada tem de retrógrado. Esse qualificativo caberia ao “nacionalismo” fomentado pela oligarquia (tirania) das potências imperiais, voltado para dominar e sugar até a última gota, pó ou pedra, dos recursos das nações por ela exploradas colonialmente ou na nova versão do colonialismo, resumida na conversa mole de “mundo globalizado”.

2. Esse pseudo-nacionalismo praticamente não se distingue do racismo, e ele, sim, é retrógrado. É aliás muito mais racista e perverso do que nacionalista, pois massacra também povos como o norte-americano e o britânico, em cujas nações está alojada essa oligarquia imperial.

3. “Mundo globalizado” brandido por pseudo-liberais (abaixo explico por que pseudo-liberais) é esse caracterizado por algo muito celerado que o “dá ou desce”. Ou seja: você me entrega tudo; do contrário eu vou lá, inclusive com meus aviões drone, meus mísseis e bombas com ponta de urânio, e destruo tudo, e aí vou levar todo o petróleo e outros bens de vocês, e ainda vou fazer-lhes pagar pela reconstrução do que destruí, dando lucros também às minhas empreiteiras. O nome disso é genocídio.

4. Por que não podem ser considerados sequer liberais os fãs do governo mundial da tirania financeira, que levou o mundo à depressão, e está provocando a terceira guerra mundial? Porque liberalismo é definido como sistema em que o Estado não intervém na economia, ou intervém minimamente.

5. Ora, os que se intitulam liberais, na grande maioria, aplaudem a profunda e abjeta intervenção do Estado na economia, como tem feito o Estado norte-americano, através do Departamento do Tesouro, e através do FED, que é consórcio dos bancos privados geradores do colapso financeiro e da depressão mundial, mas exerce poder o poder político mais absoluto possível, por concessão da União Federal dos Estados Unidos, inclusive o de criar dinheiro do nada (sem falar no dinheiro que os bancos criam através do crédito, também do nada). Agora, o Goldman Sachs está assumindo, na prática, o governo de toda a União Europeia.

6. Consultem os palpiteiros “liberais” os sites dos que entendem dos mercados financeiros, e vejam quanto foi emitido de títulos do Tesouro e moeda pelo FED para salvar os grandes bancos (que nem assim estão salvos) nestes últimos três anos: a conta vai chegar fácil a US\$ 20 trilhões. Só o FED os socorreu com mais de US\$ 16 trilhões. Compraram títulos podres e socorreram os bancos com dinheiro à vontade, a juros muito mais baixos do que esses bancos recebem com os títulos do Tesouro. Haja computadores possantes para gerar tanta grana!

7. Isso no campo econômico. Agora vejamos o campo político. Nos EUA, no Reino Unido, no Brasil (onde a fraude eletrônica é o principal cabo eleitoral) e em todos os lugares que não os considerados inimigos pela OTAN, os partidos políticos são movidos a grana pesada, a doações dos concentradores financeiros e mediante acesso às grandes redes de televisão todas controladas pela oligarquia tirânica. Agora estão criticando as eleições na Rússia. E China, se tivesse aquele sistema, não teria saído da situação de humilhação e empobrecimento que sofreu por mais de um século.

8. Então: quais são as eleições de que os “liberais” gostam? Aquelas em que a liberdade concedida aos povos consiste em votar em um dos partidos totalmente controlados pela oligarquia, que se apropria do Estado e a realiza a corrupção na escala de dois dígitos de trilhões de dólares. As que vocês costumam ver nos jornais daqui do Brasil chegam a qualquer coisa próxima a isso?

9. Eu faria uma parábola em que comparo os partidos a produtos idênticos com marcas diferentes. Em conclusão, a liberdade endeusada pelos pseudo-liberais (que se dizem liberais) é dada aos povos para escolher a marca do azeite com que serão fritos.

Bancos apossam-se da Europa

Data: 14/12/2011 - Autor: Adriano Benayon

1. A oligarquia financeira está empurrando, goela abaixo da União Europeia (UE), um “acordo” que estabelece regras rígidas para que a Europa seja governada (ou desgovernada), de forma absoluta, por bancos, liderados pelo Goldman Sachs, de Nova York.

2. Embora as modificações desse acordo aos Tratados da UE dependam de aprovação legal em cada país membro - processo que poderia durar anos - os manipuladores financeiros assumiram o poder na marra e irão em frente, a menos que o impeça a resistência dos povos, ainda sem organização.

3. Com a experiência da pequena Islândia, em duas consultas ao povo, a última em abril de 2011, os predadores perceberam que qualquer outra, em qualquer país, implica a derrota de suas proposições. Bastou o ex-primeiro-ministro da Grécia falar em referendo para ser demitido.

4. Mesmo antes de 09.12.2011 - quando foi encenada “reunião de cúpula”, e Sarkozy (França) e Angela Merkel (Alemanha) anunciaram o tal “acordo” - o Goldman Sachs (GS) já havia posto três de seus prepostos em posições-chave: Mario Draghi, presidente do Banco Central Europeu; Mario Monti, primeiro-ministro da Itália; Lucas Papademos, primeiro-ministro da Grécia, envolvido em operações do Goldman Sachs com a dívida grega resultantes em sua elevação.

5. Os países da Zona Euro (os 17 membros da UE cuja moeda é o euro) serão obrigados a aceitar o “acordo”. Sarkozy e Merkel dizem que os dirigentes dos outros 15 países foram consultados, mera formalidade. Nove outros Estados participam da União Europeia, mas não adotam o euro: Reino Unido e Dinamarca (isentos), e mais sete que poderiam ainda aderir à Zona.

6. Aqueles porta-vozes apresentaram o pacote envolto neste rótulo: “salvar o euro”; “reforçar e harmonizar” a integração fiscal e orçamentária da Europa. Na realidade, trata-se de destruir a Europa econômica e politicamente, sem garantir a sobrevivência do euro, além de aprofundar a depressão, com o arrasamento das políticas de bem-estar social, instituindo uma espécie de “lei de responsabilidade fiscal”, como a que manietou o Brasil.

7. O “acordo” impõe duras sanções aos países que não o cumpram, ademais de ser fiscalizados pelo Tribunal Europeu de Justiça. Os Chefes de Estado e de governo passam a reunir-se mensalmente durante a crise. Com isso, reduz-se o poder dos burocratas da Comissão Europeia, mas essa mudança nada altera, dado que estes também executam fielmente os desejos da oligarquia anglo-americana.

8. Sarkozy é cópia piorada de Mussolini, pois este pôs os bancos sob controle do Estado – e não o contrário, como se faz agora com a Europa, EUA etc. Submisso às diretivas da oligarquia financeira, o presidente da França declara que os benefícios sociais não são sustentáveis, na hora em que eles são mais necessários que nunca, dado o desemprego grassante.

9. O pacote quer obrigar, punindo os que não o cumpram, que os países da Zona Euro reduzam seus déficits orçamentários para 0,5% do PIB, ou seja, seis vezes menos que o limite de 3%, prescrito no Tratado de Maastricht.

10. Isso significa que Grécia, Itália, Espanha, Portugal e outros terão de cortar ainda mais despesas, depois de já as terem cortado, fazendo, assim, a depressão aprofundar-se. A depressão já causou queda nas receitas fiscais. Combinada a queda das receitas fiscais com o crescimento do serviço da dívida pública, decorrente da alta das taxas de juros, temos, juntos, dois fatores de elevação do déficit orçamentário.

11. Que fazer? Cortar toda despesa que não as da dívida, desmantelando as políticas sociais e deixando de investir na infraestrutura econômica e na social. Isso trará, entre outros danos irreparáveis, o aumento da disparidade entre membros mais e menos desenvolvidos, inviabilizando a permanência destes na Zona Euro, o que implica sua desintegração.

12. A periferia europeia está, pois, ingressando no Terceiro Mundo, caminho aberto também ao restante da Europa, já que acaba de lhe ser prescrita a receita usual do FMI, a qual ajudou a manter o Brasil e outros no subdesenvolvimento.

13. A dupla franco-alemã infla seus egos brincando de diretório europeu, mas Merkel, obedecendo aos bancos alemães, rejeitou a possibilidade de o Banco Central Europeu (BCE) emitir títulos para substituir os dos países devedores. Os bancos querem continuar emprestando aos governos, para faturar os juros.

14. Essa rejeição deve levar ao fim do euro, se este já não está perto do fim mesmo sem ela. Traz consequências danosas para a própria Alemanha e para a França, pois obriga os devedores mais problemáticos a continuar pagando taxas de juros demasiado elevadas nos seus títulos.

15. Isso promove crise ainda maior de suas dívidas, com o que credores - bancos alemães, franceses e norte-americanos - chegarão mais rápido ao colapso. Mostra-se, portanto, quimérica outra pretensão do “acordo”: a de enquadrar os países no limite de 60% do PIB para suas dívidas.

16. Não é para a União Europeia que os países europeus estão perdendo a soberania. É em favor da oligarquia financeira que renunciam formalmente, através de atos irresponsáveis de seus chefes de governo.

17. A perda de soberania não se restringe às regras draconianas citadas, por si sós conducentes à ruína financeira e econômica. Inclui também que os países devedores liquidem – a preço de salvados do incêndio – inalienáveis patrimônios do Estado, como já foi determinado à Grécia e a outros. É a privatização, objeto das mais colossais corrupções vistas na história do Brasil.

18. Os analistas ligados ao sistema de poder atribuem a crise dos países europeus mais pobres a terem estes gastado acima de suas possibilidades, e mesmo economistas mais sérios oferecem explicações para a débâcle europeia que omitem sua causa principal.

19. Essa causa é a depressão econômica mundial, resultante do colapso financeiro armado pela finança oligárquica centrada em Nova York e Londres. Ele eclodiu em 2007, iniciando a depressão que se desenha como a mais profunda e longa da História, se não for interrompida pela terceira guerra mundial, planejada pelo complexo financeiro-militar dos EUA.

20. Martin Feldstein, professor de Harvard, aponta diferenças institucionais e nas políticas monetária e fiscal entre os EUA e a UE. Ele e muitos, como Delfim Neto, atribuem grande importância à taxa de câmbio. Argumentam que os europeus em crise não têm como desvalorizar a moeda para se tornarem mais competitivos, uma vez que adotaram o euro.

21. Robert Solow, prêmio Nobel, salienta que a UE transfere recursos de pequena monta aos membros menos avançados, pois o orçamento unificado da UE equivale a só 1% de seu PIB. Já nos **EUA** o governo federal fez vultosas transferências de recursos aos Estados e para regiões críticas.

22. Ainda assim, Itália, Espanha, Grécia, Portugal suportaram a situação até surgir a depressão mundial. Tendo exportações de menor conteúdo tecnológico que Alemanha, Holanda, França, e dependendo do turismo, foram duramente atingidos até pela queda da produção e do emprego nos países ditos ricos, inclusive extracontinentais, como EUA e Japão.

23. A depressão, por sua vez, adveio das bandalheiras financeiras geradas a partir de Wall Street e bases *off-shore*, sem regulamentação, atuantes no esquema da City de Londres, desembocando no colapso financeiro que eclodiu em 2007 e se direciona para novo estágio, mais destrutivo.

24. Os europeus envolveram-se na onda dos derivativos, quando bancos suíços e alemães adquiriram alguns bancos de investimento de Wall Street. Mesmo assim, os bancos dos EUA estão tão ou mais enalacrados que os europeus nos títulos podres resultantes da abusiva criação dos derivativos.

25. Ademais, Grécia, Espanha, Itália e outros foram enrolados pela engenharia financeira de Wall Street, Goldman Sachs à frente, que lesou investidores, camuflando os riscos, além de proporcionar créditos àqueles países, ao mesmo tempo em que fazia hedge, jogando contra seus devedores, com o resultado de elevar os juros das dívidas.

26. O assaltante está tendo por prêmio ficar com a casa do assaltado. Mas, antes da ocupação dos governos pelos bancos, agora ostensiva, as pretensas democracias ocidentais já não tinham autonomia, mesmo com parlamentos eleitos escolhendo o primeiro-ministro.

27. Como os principais partidos políticos são controlados pela oligarquia financeira – na Europa, nos EUA etc. – e se diferenciam apenas por ideologias pró-forma, acomodáveis a qualquer prática, pode-se dizer que a escolha eleitoral se limita à marca do azeite com o qual os eleitores serão fritados.

28. O “acordo” agora imposto à Europa surge como culminação de uma guerra financeira que completa o trabalho realizado nas duas primeiras Guerras Mundiais. Estas destruíram a Alemanha e a França como grandes potências. O império anglo-americano só não conseguira retirar esse “status” da Rússia, mas o logrou, ao final da Guerra Fria (1989), conquanto a Rússia busque agora recuperá-lo.

29. Para que a Europa não afunde, terá de tomar rumo radicalmente diferente daquele em que foi colocada e no qual segue em aceleração impulsionada pelo “acordo” a ser celebrado, a pretexto de salvar a moeda única.

30. O General De Gaulle, nos anos 60, insurgiu-se contra o privilégio dos EUA, de cobrir seus enormes déficits externos, simplesmente emitindo dólares, e exigiu a conversão para o ouro das reservas da França. Profeticamente advertiu que a entrada da Inglaterra na UE seria uma operação “cavalo de Troia”.

31. Hoje o dólar continua sendo sustentado pela condição de divisa internacional, instituída em 1944 (acordos de Bretton Woods), e mais ainda pelo poder militar. Os EUA forçam, por exemplo, que seja liquidado em dólares o petróleo comercializado entre terceiros países.

32. Percebe-se o móvel de desviar para a Europa o foco da crise econômica e financeira, que deveria estar nos EUA e do Reino Unido. Ele foi posto na Eurolândia, através de jogadas dos bancos de Wall Street com suas subsidiárias baseadas no grande paraíso fiscal que é a City de Londres.

33. Os mercados financeiros parecem teatro do absurdo. Se não, como explicar que os títulos de longo prazo norte-americanos paguem juros de menos de 2% aa., enquanto os da Itália, de dois anos de prazo, subiram para 8% aa.? E como explicar que a cotação do risco de crédito da Alemanha e da França esteja sendo rebaixada, enquanto isso não se dá com os títulos norte-americanos?

34. Deveria ser o contrário, pois: 1) as emissões de dólares em moeda e em títulos públicos são muito maiores que as de euros; 2) a dívida pública dos EUA atinge 120% do PIB (muito mais que os países da Zona Euro), e seria muitíssimo maior sem as enormes compras de títulos do Tesouro dos EUA pelo FED e as emissões desbragadas do FED; 3) o déficit orçamentário dos EUA supera 10% do PIB, enquanto a média europeia é 4%. 4) o déficit nas transações com o exterior dos EUA, em 2010, correspondeu a 3,9% do PIB, enquanto a Alemanha teve superávit de 5,7% do PIB, e os déficits da França e da Itália foram 2% e 3% do PIB.

35. Não bastasse, os grandes bancos americanos têm vultosas carteiras de títulos podres (sobre tudo derivativos), mesmo depois de grande parte deles ter sido comprada pelo FED e por agências do governo dos EUA, em operações caracterizadas por grau incrível de corrupção.

36. Como aponta o Prof. Michael Hudson, um quarto dos imóveis nos EUA vale menos que suas hipotecas. Cidades e Estados estão em insolvência, grandes companhias falindo, fundos de pensão com pagamentos atrasados.

37. A economia britânica também cambaleia, mas os títulos governamentais pagam juros de só 2% aa., enquanto os membros da Zona Euro enfrentam juros acima de 7% aa, porque não têm a opção “pública” de criar dinheiro.

38. O artigo 123 do Tratado de Lisboa proíbe o BCE fazer o que os bancos centrais devem fazer: criar dinheiro para financiar déficits do orçamento público e rolar as dívidas do governo. Tampouco o pode o banco central alemão, por força da Constituição da Alemanha (país ocupado).

39. Conclui Hudson: “se o euro quebrar será porque os governos da UE pagam juros aos banqueiros, em vez de se financiar através de seus próprios bancos centrais.” Dois poderes caracterizam o Estado-Nação: criar dinheiro e governar a política fiscal. O primeiro já não existia para os europeus, e o segundo está sendo cassado com o presente “acordo”.

O Poder Mundial se diverte com sua ingenuidade

Data: 07/01/2012 - Autor: Adriano Benayon

1. Se você não considera que o modelo econômico dominado pelas empresas transnacionais esteja na raiz da maior parte dos males que aparecem na superfície política do Brasil...
2. Se você julga que o poder político, militar e dos serviços secretos dos EUA e do Reino Unido, entre outros, nunca interferiram nos destinos políticos e econômicos de nosso País nem moldaram as suas instituições...
3. Se você pensa que o Brasil não é um país sério, e nunca o será, e que a presente falta de seriedade nada tem a ver com a poluição cultural lançada sobre a população em doses cavalares diariamente pela TV e outros meios à disposição do poder mundial...
4. Se você acredita que são sérios outros países, inclusive os que sediam o poder imperial são sérios, mesmo vendo os dados que eu mostrei sobre como seus bancos centrais e Tesouros favorecem corruptamente os bancos causadores do colapso financeiro e da depressão mundiais, provocando desastres sociais incalculáveis até nesses países centrais...
5. Se você pensa que esses países centrais são sérios, embora seus filhos sejam enviados para a morte e a mutilação a serviço dos banqueiros e da oligarquia concentradora em geral, que manda devastar países e matar aos milhões os povos que sofrem as intervenções militares da OTAN, sob os mais falsos pretextos encobridores da perversidade e da ganância da tirania mundial...
6. Então, tome as dores dos que continuam a deblaterar contra as desgraças e corrupções que aparecem na superfície e ignoram ou fingem ignorar as causas subjacentes a essas desgraças e corrupções. E continue fazendo o jogo do poder mundial, enquanto este se diverte com a ingenuidade de você e de outros.

A privataria tucana no BNDES: o ridículo cheque pago pela Vale do Rio Doce (a hoje gigantesca VALE)

Data: 13/01/2012 - Autor: Adriano Benayon

Comentário de Adriano Benayon, sobre o ridículo cheque pago pela Vale do Rio Doce. “Prezado Maurício David, grato por esta transmissão da cópia do cheque do leilão de privatização da Vale, acompanhada de seu pertinente comentário. O valor do cheque que ali consta é R\$ 3.199.974,00, e a data, 09.05.1997.

Na época escrevi artigos, em que mostrava a empresa valia, não bilhões, mas trilhões de dólares, e isso obviamente antes de conhecermos os fabulosos e crescentes lucros que se mostraram após a privatização.

Transmito em anexo os textos de três artigos. É de notar que nem considerei neles o fato de a Vale não ter acumulado mais capital do que o fabuloso capital que já acumulara, devido às criminosas gestões quando ainda era estatal, notadamente sob Eliezer Batista.

Nessas administrações, a Vale vendeu a preço ridículo, que mal pagava o transporte, minério de ferro em contratos de longo prazo, que favoreceram o Japão. Funcionários testemunharam que, no meio do minério, havia também ouro.

Este adendo, após muitos anos, aos artigos de 1997, não é para dizer que a gestão estatal é ruim em si mesma, inclusive porque o Estado brasileiro, especialmente após a derrubada de Vargas em 1954, estava manietado pela ingerência estrangeira, a mesma que determinou o golpe daquele ano e golpes posteriores. De fato, a partir de 1954, o favorecimento e os subsídios às transnacionais foram, em crescendo, a tônica da política econômica que ainda persiste e faz com que os avanços do Brasil, se os há, não correspondam ao potencial do País. Não havia, pois, razão para privatizar as estatais, muitas das quais geraram fantásticos benefícios ao País, inclusive a Petrobrás, hoje desnacionalizada e quase privatizada.

O caminho adequado não era esse, mas sim, o de ESTATIZAR O ESTADO, QUE DE HÁ MUITO ESTÁ SUBORDINADO A INTERESSES PRIVADOS, QUASE SEMPRE OS DAS CORPORações TRANSNACIONAIS E OS DA OLIGARQUIA FINANCEIRA ANGLO-AMERICANA.

Abraços,

Adriano Benayon

Mudança de modelo econômico e Forças Armadas

Data: 05/02/2012 - Autor: Adriano Benayon

1. “Hipóteses de Agressão” é uma excelente matéria de Paulo Metri, sempre bem informado sobre as realidades que envolvem o petróleo no Brasil e, em especial, a situação da camada do pré-sal. Como aluno de Metri nas questões técnicas referentes a essa problemática, guardei o arquivo e grifei trechos mais notáveis, para futura referência e estudo.
2. Observaria o seguinte em relação à parte final do escrito. Não há como não concordar com a conclamação do autor quanto à necessidade de o Brasil equipar suas Forças Armadas para a defesa dos tão valiosos como ameaçados recursos do pré-sal.
3. Uma das condições *sine qua non* para isso foi muito bem apontada na matéria: a coesão entre as FFAA e os demais segmentos da sociedade brasileira, em torno dos verdadeiros interesses nacionais.
4. Essa condição, claro, é necessária, porém não suficiente. Para que o Brasil tenha condições de erguer forças armadas - bem treinadas e equipadas com material capaz de dissuadir os detentores das incrivelmente destruidoras armas de que dispõem os donos do império anglo-americano – é absolutamente indispensável construir modelo político e econômico muito diverso do que prevalece no País, de há muito.
5. Isso porque forças armadas à altura do desafio acima resumido só são possíveis em países com estrutura industrial basicamente sob controle nacional, seja estatal, seja privado (livre de ingerências do capital estrangeiro).
6. Essa condição é determinante no caso, uma vez que, sem ela, não há como desenvolver sistemas de armas, com tecnologia própria que assegure seu adequado funcionamento quando necessário, pois este depende de indústria eletrônica autônoma, a começar da elaboração dos chips com seus códigos e demais elementos de seu software. Requer também adequada evolução na produção de ligas metálicas e de outros materiais de elevado desempenho.
7. É notável, a respeito, que o Brasil disponha da quase totalidade das reservas mundiais de nióbio, mas produza e exporte somente insumos relativamente simples, como as ligas de ferro-nióbio, e não

utilize esse minério estratégico em produtos com intensidade tecnológica e alto valor agregado. O mesmo acontece com o titânio.

8. No próprio quartzo, matéria-prima essencial dos chips e da eletrônica, o Brasil tem também a maior produção no mundo, fica praticamente só nisso, importando bens finais à base de quartzo por mais de 50 vezes o preço daquela, por peso.

9. Toda a necessária, inclusive para a defesa nacional, construção de parque industrial razoavelmente autônomo depende não só da determinação para planejá-lo nas linhas acima esboçadas, mas também, se se quiser fazê-lo aceleradamente, de que o Estado brasileiro invista pesadamente em empresas estatais e privadas nacionais com concorrência interna, capazes de absorver e desenvolver tecnologia no estado da arte.

10. Isso seria muito ajudado, se o Brasil mudasse totalmente de política econômica, a começar por deixar de gastar grande parte da receita da União com o serviço da dívida, privilegiado na CF através de fraude realizada em 1988, com a adulteração do texto votado em 1º Turno, sem ter sido o dispositivo jamais discutido, fosse em comissões ou no plenário.

11. O exemplo chinês está aí diante de todos, inclusive fabricando mísseis e aviões fantásticos, e ele não veio do acaso. Foi planejado no âmbito de um Estado em que as eleições não são governadas pelo dinheiro das grandes corporações transnacionais nem dos bancos, em grande parte estrangeiros, que gozam da concessão de criar crédito e dinheiro, simplesmente do nada, com lançamentos em seus computadores.

12. O crédito e a moeda não são commodities para ser objeto de ganhos concentradores nem de especulações. Envolvem a prestação do serviço público mais necessário que há para o conjunto da atividade econômica.

13. Em suma, não é realista esperar que o Brasil, hoje praticamente indefeso e em processo de desindustrialização, reverta essa situação sem modificar as políticas que o levaram a essa lamentável situação.

Desenvolvimentismo & Desenvolvimento Econômico e Social

Data: 16/04/2012 - Autor: Adriano Benayon

A natureza enganosa do “desenvolvimentismo”, de que se jactava o leviano JK e que grande número de brasileiros, inclusive a maioria dos economistas, julga ter alguma coisa a ver com o desenvolvimento econômico e social.

Esta é a síntese da questão, que é também a síntese do que procurei expor e documentar em meu livro *Globalização versus Desenvolvimento*:

Não existe país que se tenha desenvolvido, havendo entregado seu mercado a empresas comandadas por capitais estrangeiros.

O Brasil foi programado pelo império anglo-americano para ficar sendo uma área de exploração de recursos naturais, nesse ponto em condição semelhante à maioria dos países africanos, submetidos ao mesmo tipo de intervenção. Além disso, em base de lucros provenientes também da indústria no

mercado local, controlada pelas transnacionais, obviamente remetidos ao exterior, sob as modalidades mais diversas.

Elementos-chave da estratégia para que esse programa tenha sido realizado a pleno contento das potências imperiais e de suas associadas foram: 1) a intervenção política e militar diretamente junto aos governos brasileiros; 2) a intervenção do dinheiro e da corrupção nas eleições e no sistema formalmente democrático; 3) o arrasamento cultural; 4) o fomento da crença, principalmente nos meios acadêmicos, de que a entrada do capital estrangeiro favoreceria o desenvolvimento, complementaria a poupança nacional, e de outras falácias.

Os entreguistas, desde sobre tudo agosto de 1954, culminando com os mega entreguistas Collor e FHC, radicalizaram a aplicação dessa fé bizarra e fatal para o País, uma vez que foram muito além do que já seria um tiro no pé do País, a saber a simples abertura. De fato, não se limitaram a essa, mas trataram de fazer o Estado brasileiro subsidiar os investimentos diretos estrangeiros, de forma inacreditavelmente pletórica, e discriminar contra os empreendimentos do capital nacional.

Gostem ou não do que estou dizendo, aceitem ou não minhas desculpas pelo mau jeito, o Brasil não deixará de ser um país saqueado e enganado pela conversa fiada, enquanto não se fizer reverter de modo cabal a mentalidade acima denunciada.

.....

Essa tese é defendida por Barbosa Lima Sobrinho em seu livro: Japão, o capital se faz em casa.

Tecnologia, Desenvolvimento e Ilusões

Data: 08/05/2012 - Autor: Adriano Benayon

1. No momento em que surgem novos avanços na nanotecnologia e na criação de materiais, como o grafeno, é fundamental compreender a interação da tecnologia com o desenvolvimento econômico e social.
2. Indispensável afastar ilusões, pois não há algo de que se fale tanto e de que se entenda tão pouco como essa interação. Mesmo os que trabalham em inovar com produtos e processos não têm, na maioria, a percepção de como um país se desenvolve através da tecnologia.
3. Na teoria econômica, ela é vista como progresso técnico e elemento externo à função de produção, na qual entram os fatores: recursos naturais, trabalho e capital (conjunto de máquinas, instrumentos e materiais utilizados na produção).
4. Alguns autores assinalam o papel da tecnologia como fator organizativo, que determina a composição e a proporção dos fatores de produção.
5. Os que exercem poder sobre o capital, privado ou público, escolhem a tecnologia a ser adotada. Para isso, baseiam-se, de um lado, no que os técnicos criam e, de outro, nas estratégias de mercado e/ou nos objetivos da política econômica. Os criadores de tecnologias as desenvolvem em função de suas ideias e do que lhes é demandado por parte dos que comandam o capital.
6. Fator invisível, mas concreto, da produção, a tecnologia decorre do trabalho, pois é gente que a produz: engenheiros, técnicos, artesãos (como nos primeiros séculos da industrialização) ou operários.

7. Por outro lado, tendo valor - e muito, do ponto de vista do mercado e em termos monetários - a tecnologia é quase sempre apropriada pelos detentores do capital, podendo a mais-valia ser especialmente elevada.

8. De resto, o ordenamento jurídico da propriedade industrial está no Acordo TRIPS (Trade Related Intellectual Property Rights) da Organização Mundial do Comércio (OMC), aprovado no Brasil, no final de 1994.

9. Esse acordo protege, muito mais que os direitos dos inventores, as corporações transnacionais. É instrumento da oligarquia para aprofundar o apartheid tecnológico, impedindo a absorção de tecnologia por países e empresas de menor desenvolvimento.

10. A lesão ao desenvolvimento tecnológico do País foi reforçada com a Lei de Propriedade Industrial, 9.279/1996, enviesada em favor das empresas transnacionais, que controlam os mercados no Brasil.

11. Essas legislações inserem-se no salto qualitativo do crescimento da concentração do poder sob o império anglo-americano, em seguida ao desmantelamento da União Soviética. Foi assim radicalizada a apropriação da tecnologia pelos concentradores transnacionais do poder econômico.

12 Se, antes de 1990, já prevalecia o comando do capitalismo – por definição, concentrador – sobre os benefícios e os rendimentos monetários advindos da tecnologia, esta passou, desde então, a ser cada vez mais amplamente expropriada do Estado, dos empresários médios e pequenos, bem como dos técnicos e demais trabalhadores.

13. Tal como os demais bens suscetíveis de serem públicos, ou de - embora privados - beneficiarem o conjunto da sociedade, a tecnologia vem sendo objeto da privatização concentradora.

14. E o que isso tem a ver com a desindustrialização do Brasil, com o baixo percentual de empregos de qualidade, com as infraestruturas econômica e social mal construídas e deterioradas? E com o enorme déficit nas transações correntes com o exterior, o qual não arrefece nem com a redução da demanda, como foi em 2011?

15. Ora, o Brasil, após agosto de 1954, foi sendo inviabilizado em termos de desenvolvimento econômico e social, ao ter continuamente subsidiado a ocupação do mercado por empresas transnacionais. Com esse tipo de ocupação, não se desenvolvem tecnologias nacionais, pois raras são as empresas de capital nacional que subsistem no mercado.

16. Aí reside um ponto-chave: tecnologia capaz de alavancar o desenvolvimento só cresce dentro de empresas em competição nos mercados. Entretanto, domina, na opinião comum, a falsa concepção de que o Brasil está atrasado tecnologicamente porque investe pouco em educação, ciência, pesquisa básica e tecnologia.

17. É verdade que investe relativamente pouco. Mas o grave mesmo é que, desse pouco, quase nada resulta em proveito da economia do País. Por que? Porque não há empresas nacionais evoluindo com progressos tecnológicos próprios. Elas simplesmente ficaram sem chance de permanecer no mercado ou de nele entrar, salvo em raros e passageiros nichos, logo apropriados pelos concentradores, principalmente transnacionais.

18. Poderíamos comparar a tecnologia aos nutrientes e adubos de uma planta, que seria a empresa produtiva. Ora, se a planta não é nossa, de pouco nos serve alimentá-la.

19. As transnacionais têm seus centros tecnológicos, em geral nas matrizes, e utilizam nas subsidiárias daqui a tecnologia já paga no exterior durante anos de vendas, o que lhes permite custo real zero no Brasil. Não têm, pois, interesse em investir nem em adquirir alguma aqui desenvolvida.

20. Se alguma lhes interessar, quase nada pagarão por ela, porque, controlando o mercado em sistema de oligopólio, impõem os preços e as condições, na qualidade de únicas compradoras. O que fizeram muito foi adquirir empresas nacionais apertadas pela política econômica, que as oprime em favor das ETNs.

21. Esta é a síntese da questão, como expus e documentei no meu livro “Globalização versus Desenvolvimento: Não existe país que se tenha desenvolvido, havendo entregado seu mercado a empresas comandadas por capitais estrangeiros.

22. Portanto, o conceito de “transferência de tecnologia” no Brasil só tem sentido na direção inversa àquela em que costumam falar dele: de brasileiros para as transnacionais dos países ditos desenvolvidos, ao contrário do que acontece(u) nos países realmente em desenvolvimento.

23. Agradeço ao Prof. Weber de Figueiredo, da UFRJ, por me ter transmitido um exemplo típico da ilusão “desenvolvimentista” fomentada por JK: a eliminação de mais um projeto de indústria nacional, a Romisetta.

24. Figueiredo assim resumiu informações de Fernando Campanholo sobre esse veículo produzido pela Romi, empresa brasileira de Santa Bárbara do Oeste (SP), de 1956 a 1959:

“O governo JK abriu linha de financiamento subsidiado destinado às multinacionais de automóveis que se estavam instalando no Brasil. A nacional Romi também pleiteou o financiamento, deixando os burocratas embaraçados, pois o financiamento fora pensado apenas para as multinacionais. Mas uma solução engenhosa foi encontrada. O governo baixou uma portaria definindo que automóvel é o veículo que tem dois bancos, o dianteiro e o traseiro! E, assim, a brasileira Romi foi jogada para escanteio, ficando fora do financiamento oficial, falindo a sua linha automotiva.”

25. A Romisetta era um carro leve, de um só banco. Mas o importante é começar a produzir para o mercado, o primeiro passo para evoluir em tecnologia. Não importa não ser de primeira linha.

26. O Fusca da VW chegou a mais de 50% do mercado, dominou-o por mais de vinte anos e pouco evoluiu. Fora desenvolvido nos anos 1930, e a VW ganhou o incrível subsídio, dado às multinacionais, em 1954, de registrar como investimento em moeda, o equipamento e tecnologia de produção, então mais do que amortizados. Portanto, custo zero para o capital e a tecnologia. Além disso, com JK, mais subsídios, como o financiamento oficial.

27. Campanholo conclui: “A fabricação de 3.000 unidades no Brasil no período de 1956 até 1961, principalmente comparados às 22.543 Isettas-BMW fabricadas somente em 1956 pela Alemanha, fica como triste lembrança de quanto nós estamos suscetíveis e passivos aos mandos e desmandos do capital estrangeiro. Até hoje.”

28. Resultado: as transnacionais, que ficaram com o mercado brasileiro de graça, continuam recebendo subsídios e remetendo centenas de bilhões de dólares para o exterior, a diversos títulos. Isso significa descapitalizar o País.

29. O Brasil foi programado pelo império anglo-americano para ser uma área de exploração de recursos naturais, em condição semelhante à maioria dos países africanos, submetidos ao mesmo tipo de intervenção. Além disso, em base de lucros provenientes também da indústria, controlada pelas transnacionais.

30. Foram elementos-chave da estratégia para que esse programa tenha sido realizado a pleno conteúdo das potências imperiais e associadas: 1) a intervenção política e militar diretamente junto aos governos brasileiros; 2) a intervenção do dinheiro e da corrupção nas eleições, no sistema formalmente democrático; 3) o genocídio cultural; 4) o fomento da crença em que a entrada do capital estrangeiro favorece o desenvolvimento, complementa a poupança nacional, e em outras falácias.

31. Os entreguistas, culminando com os mega entreguistas Collor e FHC, radicalizaram a aplicação dessa fé bizarra e fatal. Foram muito além da simples abertura ao comércio: fizeram o Estado brasileiro subsidiar os investimentos diretos estrangeiros, de forma inacreditável, e discriminar contra o capital nacional.

32. O Brasil não deixará de ser um país saqueado e enganado pela conversa fiada, enquanto não se reverter, de modo cabal, tudo isso e a mentalidade subjacente.

33. Eis algumas consequências para um país que participa do BRICs e pleiteia assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, só para ser enrolado pela potência dominante:

"Dos 25 navios da Marinha de Guerra do Brasil apenas 14 estão em condições de navegar, e dos seus 23 aviões apenas um tem condições de levantar voo. Enquanto isso, a Rússia, a Índia e a China são potências nucleares, detentoras de tecnologia militar de altíssimo nível..."

"Não produzimos sequer uma calculadora de bolso, pois falta-nos até fábrica de chips – somos meros montadores de aparelhos eletrônicos."

O custo da desnacionalização

Data: 01/08/2012 - Autor: Adriano Benayon

1. Venho mostrando que a desnacionalização está na raiz das travas ao desenvolvimento econômico e social do País, que se traduzem em suplícios diariamente vivenciados pela imensa maioria dos brasileiros.

2. Entre os aspectos da vida em que nossa população é mais sacrificada está o transporte para ir ao trabalho e de lá voltar, em que se perde, em muitos casos, seis horas diárias, ademais de passá-las em extremo desconforto.

3. Isso atinge mais duramente os que dependem totalmente dos meios de transporte públicos, mas não poupa os que têm veículo próprio, emperrados no trânsito urbano e nas estradas deficientes e congestionadas, ou exploradas por concessionárias vorazes na extorsão dos pedágios exorbitantes.

4. Esses prejuízos e os decorrentes dos preços dos veículos mais altos do mundo – que, por vezes, passam do dobro do que pagam os consumidores de outros países para adquirir um veículo – são os mais visíveis, mas não são os únicos nem os maiores.

5. As colossais transferências de recursos financeiros que as subsidiárias das transnacionais efetuam em favor de suas matrizes são a causa principal dos déficits das contas externas e o fator básico do endividamento.

6. Este, por seu turno, deu lugar aos abusos que fizeram exponenciar a dívida pública, através da composição de juros extorsivos e de numerosas e injustificáveis taxas, sem falar na estatização de dívidas privadas.

7. Assim, nos últimos 30 anos o “serviço da dívida” come a parte do leão das receitas públicas, fazendo minguar os investimentos na infraestrutura, na saúde e na educação. Para cúmulo, a insuficiência quantitativa é grandemente agravada pela escolha “errada” em onde investir e como investir.

8. Quanto ao onde, priorizou-se, entre os transportes, o rodoviário. Mas quem induziu ao erro? Há erros tão grosseiros, que não podem ocorrer só por ignorância: alguém exerceu poder para que eles fossem cometidos. Esse é o fulcro da maior – e menos comentada – corrupção existente no País.

9. Os juristas da Roma Antiga recomendavam procurar a quem o crime aproveita. A quem, senão à indústria automotiva e ao cartel do petróleo, cujos interesses, em âmbito mundial, são, em grande parte, os mesmos?

10. Quanto ao como, os investimentos são feitos antes para propiciar ganhos às grandes empresas mundiais que em proveito do País. Omitindo as verdadeiras causas do “custo Brasil”, os que reclamam dos impostos altos, energia e transportes caros não sabem do falam, ou fingem não saber.

11. De fato, não fosse a dívida inflada por obra do modelo dependente, não teríamos, como hoje, de usar quase metade da receita de impostos e contribuições no serviço dessa dívida. Além disso, as alíquotas poderiam ser reduzidas para a metade das atuais, gerando o dobro da receita, se tivessem ficado no País e fossem investidos sensatamente, os recursos apropriados e transferidos ao exterior pelas transnacionais.

12. Quanto à energia o Brasil tem todas as condições naturais para que seja barata, e assim seria se não se importassem, com enormes sobrepreços, as turbinas e outros equipamentos dos cartéis mundiais, sob o esquema da dependência financeira e tecnológica. Depois, a dívida resultante subiu para estratosfera.

13. A energia seria muitíssimo mais barata se se tivesse desenvolvido corretamente a da biomassa, com óleos vegetais substituindo o diesel de petróleo e o álcool combinado com a agropecuária. Mesmo sem isso, seria muito mais módica, se FHC não tivesse favorecido as estrangeiras British Gas, Shell e Enron com os contratos para importar gás da Bolívia, destinado a antieconômicas termelétricas. Seria ainda mais competitiva sem as corruptas privatizações e concessões.

14. O Brasil é superdotado em recursos aquaviários, base da modalidade mais econômica dos transportes: extensíssima costa marítima e abundância de rios navegáveis, ou transformáveis em tal, e interligáveis por canais. Há 70 anos, o Prof. Affonso Várzea elaborou o projeto “Ilha do Brasil”, que incluía a ligação entre as bacias do Prata e do Amazonas. E, até hoje, nada!

15. Se tivesse investido em ferrovias e material rodante, prosseguido com as estatais e estimulado o desenvolvimento de tecnologia, não se teria aprofundado a desvantagem em que o País se encontrava há 56 anos, quando a política passou a exacerbar as falhas da malha ferroviária, ao invés de corrigi-las.

16. Veículos automotores em excesso atravancam as vias urbanas, pois faltam densas linhas de metrô nas metrópoles, enormemente infladas em suas periferias pela migração decorrente da estrutura fundiária e da baixíssima renda das massas, gerada pelo modelo. Nos transportes interurbanos e interestaduais dá-se problema semelhante.

17. Conforme estudo do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), as transnacionais montadoras servem-se da pesquisa tecnológica, feita aqui, para remeterem, como despesa, seu lucro real às matrizes, muitíssimo mais que introduzir inovações em processos produtivos.

18. O IPT observa: "O Brasil tem no mundo o maior número de marcas produzidas internamente, mais até que os Estados Unidos." Aduz O pesquisador do IPT, Mário Sérgio Salerno: "Isso não é bom para o produto, porque cria uma pulverização, e essa indústria depende de escala para ser competitiva".

19. O engenheiro Carlos Ferreira comenta: "4º maior mercado de veículos e 6º maior montador. Nenhuma marca nacional. Entretanto, fartura de subsídios às transnacionais, que aqui produzem veículos de baixa tecnologia, e remessas de bilhões para suas matrizes no exterior. Algumas delas já teriam desaparecido sem este "eldorado dos trópicos".

20. Como aponta Salerno, as montadoras realizam, em geral, testes, e não, pesquisa e desenvolvimento (P&D), já que a parte substantiva dos modelos é projetada nas matrizes. Assim, o País paga elevados royalties em favor delas, que contabilizam, como investimento em P&D, numerosas horas de engenharia aplicadas nos testes.

21. Essa é, portanto, uma das rubricas usadas pelas transnacionais para remeter ganhos ao exterior, obtidos com os elevados preços do mercado brasileiro, acrescidos dos subsídios que o "poder público" brasileiro presenteia as montadoras, ademais das isenções e reduções fiscais.

22. Os insumos importados a preços superfaturados são outro grande conduto de recursos para o exterior, resultando, ao mesmo tempo, no preço final elevadíssimo no mercado brasileiro.

23. Os mais importantes deles são os motores, que não são desenvolvidos no Brasil. Fabricam-se aqui, mas sempre por transnacionais, como ocorre com a maior parte das autopeças, indústria que, até os anos 70, era controlada em cerca de 80% por empresas de capital nacional.

24. Esses são dados da realidade demonstrativos de que, embora tenha crescido quantitativamente, a produção no Brasil decaiu qualitativamente. O atraso é espantoso não só em relação aos países asiáticos – que se industrializaram muito depois do Brasil – mas também em relação aos progressos havidos, enquanto teve governo passavelmente autônomo, i.e., na Era Vargas.

25. A Fábrica Nacional de Motores (FNM), fundada em 1942, produziu motores aeronáuticos, tendo o primeiro avião com motor FNM saído em 1946. Embora a tecnologia fosse norte-americana, Curtiss-Wright, a produção sob controle nacional viabilizaria o desenvolvimento de tecnologia brasileira.

26. Com a deposição de Vargas em 1945, deu-se o primeiro retrocesso, convertendo-se a produção para motores de eletrodomésticos. Em 1949, em cooperação com empresa italiana, a FNM iniciou a fabricação de caminhões, retomada em 1951, em associação com a estatal italiana Alfa-Romeo, com Vargas de volta.

27. Depois, a fábrica de Xerém, RJ, produziu novo modelo do exitoso caminhão FNM e depois o automóvel de passeio Alfa-Romeo JK, mas, em 1968, o governo do novo golpe militar fez alienar a FNM para a empresa italiana, mais tarde privatizada em favor da Fiat.

28. A política econômica do modelo dependente promoveu a crescente apropriação do mercado interno brasileiro pelas transnacionais, inclusive através das barreiras à importação. A partir da abertura radical à globalização, iniciada por Collor, os veículos produzidos no Brasil foram tendo conteúdo decrescente de insumos locais, e cresceram as importações de veículos.

29. O resultado disso espelha-se na balança comercial do 1º quadrimestre de 2012: as exportações de automóveis somaram US\$ 1,2 bilhão, enquanto as importações atingiram US\$ 3,3 bilhões.

30. Segundo o estudo do IPT, Volkswagen, General Motors e Fiat desenvolveriam alguma tecnologia local, em produtos aqui concebidos, como o Fox, da Volks, e a Meriva, da GM.

32. Mas são desenvolvimentos sejam significativos. Pior: em qualquer caso, pode-se ter certeza que eles se tornam propriedade das transnacionais, protegida por patentes.

33. Na realidade é para isto que a Volkswagen ganhará mais um subsídio: o financiamento pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no montante de nada menos que R\$ 342 milhões para “desenvolver” um subcompacto e um sedã, e “modernizar” modelos existentes.

34. Como assinala o economista Paulo Kliass, em artigo publicado em 13.07.2011, “Prioridades do governo, BNDES e indústria do automóvel”, trata-se de modelos já vendidos em outras praças, como o supercompacto “Up”. O crédito, da linha “Proengenharia” do BNDES, serve para gerar valor agregado no exterior.

35. Aduz Kliass: “Os projetos chegam aqui prontos e acabados”. Lembra, ainda, que o BNDES já havia favorecido a Renault, em projeto semelhante, com R\$ 374 milhões para “adaptação de veículos ao clima e às condições de ruas e estradas do País. Uma loucura!”

36. Poder-se-ia concluir que o BNDES – com “N” de “Nacional” – dissipa recursos fazendo de conta que as transnacionais sejam brasileiras, por ocuparem os mercados do País e exercerem poder sobre o “governo”.

37. Leonardo Sakamoto, em 03/07/2012, no seu blog, apud Folha SP informa que as montadoras planejam demitir, apesar do aumento de vendas trazido pela redução de IPI. GM e Volkswagen abriram programas de demissão voluntária, e a GM estuda fechar a linha de montagem em São José dos Campos e extinguir 1.500 vagas, segundo o sindicato de metalúrgicos local.

38. Cita, ademais, matéria do Estado de São Paulo, conforme a qual, desde a crise internacional, o governo brasileiro abriu mão de R\$ 28 bilhões em impostos para a indústria automobilística, e esta enviou, ao exterior, no período, US\$ 14,6 bilhões. Saliento que essa cifra não inclui o grosso da transferência real dos lucros.

39. Sakamoto assinala que, na lógica que as transnacionais impingem ao “governo”, o Estado ajuda as empresas, mas estas não devem sofrer intervenção alguma: “um liberalismo de brincadeira, com o Estado atuante, mas subserviente ao poder econômico, em que o (nosso) dinheiro deve entrar calado ...”

40. Recorda Gabriel Barros, do Instituto Brasileiro de Economia da FVG: “A indústria automotiva do Brasil tem 60 anos e a da Coreia do Sul, 35, e eles são tão mais competitivos, que o consumidor consegue perceber isso simplesmente entrando no carro”. Ele não explica, porém que na Coreia do Sul, a indústria é de capital nacional.

41. Nos âmbitos estadual e municipal, os subsídios não são menos escandalosos que na esfera federal. Ancelmo Gois, em O Globo, de 20.06.2012 informa que Andrea Calabi, secretário de Fazenda de São Paulo ficou “escandalizado” com o incentivo fiscal dado a duas montadoras por Sérgio Cabral, “governador” do Rio de Janeiro:

“O governo fluminense vai financiar 80% do ICMS em 50 anos, com 30 de carência, para Nissan e PSA (Peugeot/Citroen). Juntos, os benefícios chegam a R\$ 10 bilhões. A medida é insana. Outras empresas e setores vão querer as mesmas condições...”

Mensalão: corrupção de varejo

Data: 13/08/2012 - Autor: Adriano Benayon

1. Os principais jornais, revistas e TVs, sempre alinhados com os interesses imperiais, dão grande destaque ao julgamento, no Supremo Tribunal Federal, do mensalão, levado adiante nas instâncias do Estado, porque atinge principalmente José Dirceu, um líder centralizador de poder, e tido por ser de esquerda. Além disso, pode abalar a popularidade de Lula
2. Em todo o mundo, os oligarcas estrangeiros e seus agentes e laranjas locais tratam de minar quaisquer lideranças que aspirem a voos próprios e se tornem, assim, menos dependentes dos dinheiros daqueles.
3. O sistema de poder mundial trata de fazer alternar no Executivo partidos que cumpram suas determinações. No Brasil, conquanto tenha como agentes preferenciais o PSDB e aliados, a oligarquia anglo-americana - para dar espaço a Lula – se valera, em 1989, das fraudes que alijaram Brizola do segundo turno.
4. E ela não fez virar a mesa, quando, em 2002, Lula derrotou o candidato de FHC, desgastadíssimo pelos efeitos sobre a população dos desastres causados pelo governo do PSDB. Lula foi logo anunciando nomeações de agentes da oligarquia, como Meirelles para presidir o Banco Central e Marina Silva, ministra do Meio-Ambiente.
5. Por outro lado, embora o PSDB não seja palatável para a maioria dos eleitores, a oligarquia conta com o tempo decorrido desde 2002 e com a amnésia ministrada pela grande mídia para fazer esquecer a devastação tucana.
6. E, para ajudar nisso, nada melhor que expor a responsabilidade do PT num grande esquema de corrupção, não porque o PT não esteja atendendo os interesses do poder mundial, mas porque os concentradores preferem manter viva sua alternativa mais segura, o PSDB.
7. Ademais, a corrupção está entre os temas que têm suscitado maior preocupação ao povo brasileiro, e não apenas no seio da classe média, tradicionalmente moralista.
8. Alguns blogs independentes ou patrocinados pelo atual governo lembraram que os tucanos cometeram, nos oito anos de FHC, atos de corrupção causadores de danos muito mais profundos para o País, e nisso esses blogs têm razão.
9. Falta, porém, razão aos que negam o mensalão. Mais relevante que isso: deixam de observar que a corrupção do mensalão comprou parlamentares de partidos menores, não para aprovar propostas favoráveis à sociedade brasileira, mas para aprovar emendas constitucionais e leis que deram continuidade à agenda do império, a do Consenso de Washington e do FMI.
10. Isso parece até contraditório, já que, para esse tipo de coisa, o PT poderia ter o apoio da “oposição”, PSDB, DEM, PPS e outros, fieis à agenda entreguista, embora houvesse a possibilidade de se oporem, como fez o PT, no período FHC, sabendo que ela seria adotada de qualquer modo.
11. Mais que isso: o PT julgou necessário garantir maioria estável no Congresso, ameaçada pela flutuação dos votos de grande parte dos parlamentares do PMDB e de outros partidos cujo apoio depende de cargos e vantagens.

12. De qualquer forma, o mensalão não passa de um caso da corrupção de varejo. Mas esse teve grande repercussão, ao contrário do mensalão tucano em Minas Gerais e da ainda mais grave compra de deputados para votarem a favor da emenda constitucional que permitiu a reeleição de FHC.

13. E que dizer dos casos de mega corrupção tucana com as privatizações, evasão de divisas no escândalo do BANESTADO etc.?

14. O que o povo brasileiro precisa saber, para agir em consequência, é que a corrupção no País é sistêmica. Que quer dizer isso? Que ela decorre da estrutura econômica, social e política existente.

15. E o que caracteriza essa estrutura? A concentração da propriedade dos meios de produção em mãos de grupos econômicos, hoje, basicamente estrangeiros ou desnacionalizados.

16. Provém desses grupos a corrupção ativa, os abusos do poder sobre o mercado, as fraudes em prejuízo dos consumidores e outras formas de corrupção. Corrompem não só políticos e agentes públicos, mas gente do setor privado dentro desses próprios grupos e em outras empresas.

17. Tudo isso resulta no empobrecimento da grande maioria dos brasileiros, apesar de o País ser extremamente rico em terras férteis, água, minérios preciosos e estratégicos.

18. Passa, em geral, despercebido que a corrupção no setor público parte, amiúde, do setor privado. Concorre para essa falta de percepção a atitude seletiva da grande mídia, a qual enfatiza a corrupção no âmbito do Estado. Embora aponte também casos com empresários no polo ativo da corrupção, trata de acobertar grandes transnacionais e bancos.

19. O aspecto social da estrutura econômica mostra-se na concentração da renda, com 60% da população sem renda ou ganhando menos de dois salários mínimos. O quadro é tão deplorável, que os “especialistas” da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República definem como de classe média as famílias com renda, por pessoa, entre R\$ 291 e R\$ 1.019 mensais.

20. Do outro lado, são colossais os ganhos das transnacionais e dos bancos, que comandam a economia e a política. As transferências das transnacionais ao exterior descapitalizam o País de forma aguda, inviabilizando que os ganhos do mercado sejam reinvestidos na economia produtiva.

21. Até mesmo os brasileiros ricos, que têm muito menos poder e incluem servidores oficiais e extraoficiais dos concentradores, já detinham, no final de 2010, recursos financeiros em paraísos fiscais no exterior de US\$ 520 bilhões.

22. Claro está que os partidos políticos e os resultados das eleições são controlados pelos grupos concentradores, os quais determinam, ademais, o acesso das pessoas aos meios de comunicação e o que, através destes, se “informa” e desinforma aos cidadãos.

23. É de concluir, pois, que a estrutura política é incompatível com o Estado democrático de direito e decorre da estrutura econômica concentrada e desnacionalizada.

24. As normas democráticas da Constituição permaneceram letra morta, como a que limita os juros reais a 12% aa., enquanto as favoráveis aos concentradores são rigorosamente aplicadas e foram acrescidas das reformas de FHC, instituídas conforme as receitas do Consenso de Washington, FMI e Banco Mundial e mantidas e prorrogadas nos governos petistas.

25. Deveria também ser conhecido de todos que a Constituição de 1988 foi fraudada para privilegiar o “serviço da dívida” no Orçamento Federal e realizar descomunal sangria, que já passa de R\$ 7 trilhões, esvaziando do País os seus recursos.

26. Ninguém, entre os constituintes, reparou na fraude. Será? Se alguém notou, fingiu que não notou. Nem o relator nem o presidente da Assembleia Constituinte, nem seus assessores, nem líder de partido algum.

27. O estelionato foi cometido através de requerimento de fusão de emendas de redação aos atuais artigos 165/167, inserindo no 166 o dispositivo fraudulentamente acrescentado ao texto aprovado no primeiro turno, ao submetê-lo para aprovação em segundo turno.

28. Na página do requerimento em que o texto foi adulterado, está a rubrica de Nelson Jobim, agora nomeado por Sarney, presidente do Senado, para liderar o grupo de “notáveis” que elabora revisão do pacto federativo. Constituição cidadã? Não, demagogia!

29. A concentração e a desnacionalização da economia intensificaram-se desde 1954, e, desde 1988, esse processo acelerou-se. Daí vem a inviabilidade de ser praticado no País qualquer sistema de governo democrático.

30. Está arraigada, nas universidades e nos demais meios de comunicação social a falsa ideia de que pluralismo de partidos, “liberdade” de imprensa e de informação e eleições periódicas são suficientes para caracterizar a democracia.

31. Que essas condições não garantem democracia alguma está sendo mais percebido nos países “desenvolvidos” abalados pelo colapso financeiro e pela depressão (recessão é eufemismo, mal fundamentado através da manipulação de dados estatísticos).

32. Naquelas “democracias”, como no Brasil, os partidos e as eleições são controlados pelos concentradores financeiros “privados”, os grandes bancos e transnacionais, que são de propriedade privada, mas exercem poder público.

33. Isso está na raiz dos colapsos econômicos e não só impediu de moderar a natural tendência à concentração do sistema capitalista, mas a agravou através da legislação e da política econômica.

34. Desde a crise de 2007, os concentradores privados ganharam recursos e vantagens governamentais da ordem de US\$ 30 trilhões, enquanto as condições sociais se agravavam.

35. Portanto, é a oligarquia financeira que origina a corrupção sistêmica e dela se beneficia. Ademais as “formas democráticas” não evitaram sequer que fosse instituído nos EUA o Estado policial, principalmente a partir do golpe de 11 setembro de 2001.

36. Só os menos informados ignoram ter havido, nesse dia, um golpe da oligarquia para facilitar novas guerras e agressões imperiais e eliminar as garantias constitucionais, a pretexto de combater um terrorismo inexistente ou facilmente contível.

37. A “democracia” brasileira é calcada nesses modelos nada exemplares, e a iniquidade social é maior que nos países “desenvolvidos”. E, como se isso tudo não bastasse, há, ainda, a urna eletrônica sem a possibilidade de conferir o voto.

38. Mas como erguer um sistema realmente democrático, com maior espaço para a democracia direta e capaz de assegurar que a democracia representativa não mais seja a farsa que tem sido?

39. Como instituir sistema democrático sem transformação profunda na estrutura econômica e social? Ou será que teríamos de, antes, transformar as instituições políticas subordinadas aos concentradores da estrutura econômica?

42. Que fazer, então, diante do fato de que não há como sequer modificar superficialmente essas instituições enquanto elas estiverem de pé?

Três aniversários

Data: 11/09/2012 - Autor: Adriano Benayon

I - 24 de agosto de 1954

1. Este aniversário é o da deposição do presidente Getúlio Vargas, programada e dirigida pelos serviços secretos estadunidense e britânico.
2. A quadra histórica era decisiva. O Brasil – desde sempre dotado de colossais recursos naturais – havia, a partir de 1930, acelerado o processo de substituição de importações industriais, graças a três fatores principais:
 - a) a falta de divisas, advinda da crise financeira e econômica mundial, com a queda da demanda por café e outros produtos primários;
 - b) a tensão entre potências mundiais de 1933 a 1939, e daí a 1945 a Segunda Guerra Mundial;
 - c) a Revolução de outubro de 1930 e os posteriores eventos políticos no Brasil até à primeira deposição de Getúlio Vargas, em 29.10.1945.
3. Os dois primeiros fatores são as condições de crise e oportunidade. O terceiro é o papel das instituições políticas geradas em resposta à crise, as quais transformaram a estrutura econômica no sentido de reduzir a dependência da exportação de matérias-primas. Além disso, Vargas mandou proceder à auditoria da dívida e liquidou os títulos no mercado secundário, com grande desconto.
4. Ele se manteve na chefia do governo durante aqueles 15 anos, conquanto de novembro de 1937 a 1945 dependesse das Forças Armadas, a fonte de poder instituidora do Estado Novo.
5. Por terem as políticas de Getúlio Vargas desagradado as potências anglo-americanas, era questão de tempo ele ser apeado da presidência, terminada a Guerra Mundial (maio de 1945),
6. Durante a Guerra, Vargas teve de colaborar com essas potências, as quais, não mais precisando dele, teleguiaram a oligarquia local, políticos, mídia e chefes militares para depor o “ditador”, sob o pretexto de que queria ficar no poder.
7. Isso não tinha cabimento, porque Vargas convocara eleições e se dispunha a passar a presidência ao eleito. O golpe de 1945 foi só vingança e tentativa de humilhar o líder trabalhista.
8. Por ocasião do golpe de 1937, os chefes militares, movidos pelo anticomunismo, estavam divididos entre simpatizantes do imperialismo anglo-americano e partidários das potências nazi-fascistas. Assim, Vargas pôde atuar como fiel da balança e no interesse nacional.
9. Os militares nacionalistas não ocupavam posições que lhes habilitassem a imprimir rumos diferentes, em 1937, e menos ainda em 1945, quando os de tendência fascista convergiram com os admiradores das potências anglo-americanas.
10. Eleito em 1945, o Marechal Dutra (1946-1950), mentor do golpe de 1937, reprimiu os comunistas, converteu-se mais que à “democracia”, à abertura irrestrita às políticas do agrado de Washington.

11. Entretanto, Vargas ganhara a simpatia dos trabalhadores, elegeu-se senador por vários Estados, e voltou à presidência em 1951, por grande maioria popular. Criou a Petrobrás e deu passos para a fundação da Eletrobrás. Apoiou os excelentes projetos de sua assessoria econômica e cuidou de deter as abusivas remessas de lucros ao exterior das transnacionais.

12. Se prosseguissem as realizações de Vargas, o Brasil teria chances de se desenvolver, e esse foi o móvel do golpe de agosto de 1954, organizado pelas potências imperiais.

13. Os agentes externos postos por esse golpe na direção da política econômica instituíram enormes subsídios em favor dos investimentos das transnacionais, que operavam em muitos mercados no exterior, cada um de dimensões muito maiores que o brasileiro.

14. Em vez de proteger as indústrias de capital nacional para viabilizar competirem com as transnacionais, aquelas sofreram discriminação, com os imensos subsídios que só podiam ser utilizados pelas corporações estrangeiras.

15. Eleito para o quinquênio 1956-1960, Juscelino manteve esses subsídios e estabeleceu facilidades adicionais para as empresas estrangeiras. Implantadas no País, estas transferem ao exterior, de diversas maneiras, os enormes lucros obtidos no mercado brasileiro, causando déficits no Balanço de Pagamentos.

16. Primeira cena dessa tragicomédia: eleito, antes de tomar posse, JK viajou ao exterior para atrair investimentos estrangeiros, com notórios entreguistas na comitiva. Segunda cena: sai JK, entra Jânio Quadros, e este envia ao exterior missão chefiada por Roberto Campos para rolar dívidas externas vencidas, contratadas durante o governo de JK.

17. Depois do conturbado período entre a renúncia de Jânio e o golpe de 1964, derrubando Goulart, o primeiro governo militar, a pretexto de fazer face à alta da inflação e à crise externa, adotou, sob a direção de Roberto Campos, políticas fiscal, monetária e de crédito restritivas, eliminando grande número de empresas nacionais.

18. As lições econômicas disso tudo são importantes, como também as lições políticas. Entre elas avulta esta: prevalece sobre a Constituição escrita a regra constitucional, não-escrita, de que os governos em regime “democrático” só concluem seus mandatos, se se curvarem às pressões das potências imperiais.

19. Vargas e João Goulart realizaram políticas que visavam a gerar maior autonomia econômica para o País, embora fizessem concessões ao poder imperial.

20. Diferentemente, Dutra cederia aos interesses das potências estrangeiras, e JK deu-lhes plena satisfação no essencial: a abertura aos investimentos estrangeiros, escancarada pela outorga de privilégios que permitiram as transnacionais, a médio prazo, assenhorear-se do mercado brasileiro.

21. Até a proteção tarifária e não-tarifária aos bens duráveis produzidos no Brasil significou uma vantagem a mais às multinacionais, ampliada, quando, em 1969-1970, Delfim Neto estabeleceu vultosos subsídios para a exportação de manufaturados, entre os quais créditos fiscais no valor do imposto de importação dos bens de capital e dos insumos.

22. Os governos militares de 1967 a 1978 tentaram redinamizar a economia sem alterar o modelo dependente, nem garantir espaço às empresas nacionais em face da então já dominante ocupação do mercado pelas transnacionais. O resultado disso nos leva a outro aniversário.

II - agosto/setembro de 1982

23. Em 16.08.1982, o México declarou moratória. Em seguida, o setembro negro, em que os gestores da política econômica brasileira, sob o espectro da inadimplência, imploraram aos banqueiros internacionais refinar as dívidas.

24. A crise de 1982 foi muito maior a de 1961, gerada pelas políticas de 1954 a 1960. A causa essencial de ambas foi a mesma: a ocupação dos mercados pelas transnacionais, intensificada de 1964 a 1982.

25. JK recebeu a dívida externa de US\$ 1,4 bilhão em 1955. Ao sair, deixou US\$ 3,5 bilhões. Em 1964 ela fechou com US\$ 3,1 bilhões, pulando para US\$ 43,5 bilhões, em 1978, e para US\$ 70,2 bilhões em 1982, tendo-se avolumado ainda mais pela elevação das taxas de juros e comissões, em 1979, além da composição desses encargos arbitrários.

26. As altas taxas de crescimento do PIB de 1967 a 1978 foram pagas pelo povo brasileiro, não só com a queda do PIB, de 1980 a 1984, e a estagnação nas duas décadas perdidas (anos 80 e 90). Em 1984, o Brasil transferiu para o exterior 6,24% do PIB e mais 5,54% em 1985.

27. Mas o dano maior - e irreversível sob as presentes instituições - é a deterioração estrutural. Essa prossegue até hoje e se caracteriza pela infraestrutura deficiente e pela produção quase totalmente desnacionalizada, inclusive através das privatizações de 1990 a 2002.

28. Há um processo cumulativo em que a desnacionalização faz crescer a dívida, e esta é usada como pretexto para desnacionalizar mais. Tudo isso faz prever novas e piores crises, em que cresce a desindustrialização.

29. As débâcles, como a de 1982, ilustram a mentalidade servil diante dos “conselhos” e pressões imperiais, pois o Estado brasileiro curvou-se às imposições dos credores, aceitando a integralidade de dívidas questionáveis, depois de tê-las alimentado, subsidiando a ocupação estrangeira da economia e inviabilizando a tecnologia nacional.

30. “O Globo” veicula a desculpa de Delfim Neto, de que o colapso de 1982 decorreu da elevação dos preços do petróleo. Isso não procede: a Argentina não importava petróleo, e o México era grande exportador. O denominador comum das maiores economias latino-americanas é o modelo dependente.

31. Nos anos 70, a Petrobrás já substituíra razoável quantidade de petróleo importado, e as importações eram pequena fração das de Alemanha, Japão, França.

32. O primeiro choque do petróleo deu-se em 1973. Daí a 1982 são nove anos. Tempo suficiente para medidas na estrutura produtiva, com resultados em seis anos, antes, portanto, do segundo choque do petróleo em 1979.

33. Tecnologia não faltava para substituir as importações de petróleo. O Brasil havia adotado, durante a Segunda Guerra Mundial, uma solução que funcionou muito bem: o gasogênio, para mover os veículos, com equipamentos que usavam carvão mineral do Sul, carvão e óleos vegetais. Foi abandonado após a Guerra, mas poderia ter sido retomado em 1973.

34. Geisel apoiou Severo Gomes e Bautista Vidal, no Programa do Alcool. Mas este não prosseguiu na forma planejada, nem se avançou nos Óleos Vegetais, que oferecem ao Brasil grande campo – até hoje inaproveitado – para produzir excelentes óleos e fabricar motores próprios para eles.

35. O dendê, na Amazônia e no Sul da Bahia, pode render mais de 6 mil litros hectare/ano. Para produzir quase tanto como a Arábia Saudita, ou seja, mais de cinco vezes o consumo brasileiro da

época, bastaria plantar dendê em 60 milhões de hectares, ou seja, 12% da Amazônia Legal, associado a culturas alimentares. Em outras regiões a macaúba dá 4 mil litros ha/ano.

36. Essas opções são mil vezes melhores para a ecologia que extrair madeira para exportar, enquanto as ONGs vinculadas ao poder mundial fazem demagogia a respeito do desmatamento da Amazônia.

37. O óxido de carbono só é absorvido pelas plantas quando crescem. A Amazônia, com a floresta estável, não é pulmão do mundo. Esse papel cabe aos oceanos, que as petroleiras mundiais poluem de modo brutal.

38. É fácil e praticado, há muito, na Alemanha, produzir kits para adaptar motores ao uso de óleo vegetal. Melhor seria, mas o sistema de poder nunca o permitiu - produzir motores para esse óleo, o verdadeiro diesel. Biodiesel é um dos golpes do sistema para impedir o desenvolvimento dessas tecnologias, bem como as da química dos óleos vegetais e da alcoolquímica.

39. A deterioração das contas externas no final dos anos 70 serviu de gaxeta para a penetração do Banco Mundial no Programa do Alcool, desvirtuando-o, pois foi desvinculado da produção alimentar e tocado no sistema de plantations e mega usinas, hoje, na maior parte, desnacionalizadas.

40. Moral: se houvesse autonomia política, coragem e discernimento, ter-se-ia aproveitado o choque do petróleo para desenvolver produções agrárias e industriais com tecnologia própria e adequada aos recursos naturais. Resultaria em prosperidade social incalculável com a energia renovável, além de esse padrão de desenvolvimento autônomo estender-se a outros setores.

41. Em suma, o mega entreguismo de Collor e FHC não teria sido possível sem as políticas inauguradas em 1954 e continuadas de 1956 a 1960 e de 1964 até hoje. Por que? Porque essas políticas engendraram a relação de forças econômica e política determinante das desastrosas eleições daqueles dois.

III - Sete de setembro de 1822

Está, pois, claro que o povo brasileiro precisa de real independência e que esta não existe. Não merece crédito o argumento de que há autonomia política, embora falte a econômica, porquanto uma não é possível sem a outra. Não se confunda a independência formal com a real.

A depressão mundial e o Brasil

Data: 24/09/2012 - Adriano Benayon

1. Desta vez, abordemos trágicos aniversários no âmbito mundial, começando por agosto de 1979, quando Paul Volcker foi nomeado presidente do Federal Reserve dos EUA – FED, a instituição privada dos bancos da oligarquia, que exerce o poder, como banco central.

2. Logo em outubro, a taxa de juros (prime rate) nos EUA foi dobrada para acima de 20% aa. Assim, acelerou-se a crise da dívida latino-americana, eclodida em 1982, levando o Brasil, até hoje, a pagar juros e amortizações, em montantes insuportáveis. Ademais, a dívida serviu de pretexto para privatizar de graça inestimáveis patrimônios das estatais e do Estado.

3. A recessão nos EUA fez o rendimento familiar médio de 1981 a 1983 ser o mais baixo dos anos 60 até o presente.

4. Vendo-se desimpedida com a dissolução da União Soviética, a oligarquia anglo-americana - cujas agressões militares não cessam - empreendeu, desde agosto de 1990, com aliados e satélites da OTAN, a devastação do Iraque” a bombas de urânio empobrecido.

5. Para a queda da União Soviética muito contribuiu a Al Qaeda, organização terrorista islâmica patrocinada pelos EUA através do serviço secreto paquistanês (ISI).

6. Em 11 de setembro de 2001, atribuíram à Al Qaeda ter destruído as Torres Gêmeas do World Trade Center - WTC, em Nova York, na realidade implodidas por serviços do governo estadunidense, a fim de, entre outros objetivos, justificar nova sequência de intervenções armadas no Oriente Médio, visando controlar mais petróleo e assegurar a sobrevivência do dólar como divisa internacional.

7. De fato, o inflacionado dólar depende de serem liquidadas nessa moeda as importações de petróleo, a principal mercadoria do comércio mundial. Mas qual é a relação da escalada militar com a depressão que assola EUA, Europa, Japão e outros?

8. O eminente Paul Craig Roberts, no artigo “The Revolution from above” (trad. “Revolução vinda de cima”), de 12.09.2012, mostra que os povos foram reduzidos à servidão e resume: “a maioria dos americanos não pode pagar por guerras de muitos trilhões de dólares durante 11 anos, cobrir trilhões de dólares de apostas de cassino, praticadas em Wall Street, ter seus empregos de classe média exportados pelas transnacionais (*corporations*), e ainda esperar renda mais alta.”

9. A depressão econômica é a única coisa que poderia ter resultado da concentração de renda, fomentada pelos governos, ao permitirem tudo aos banqueiros, financeirizando a economia e facilitando a movimentação dos capitais inclusive para os paraísos fiscais, além de reduzir os impostos das transnacionais e dos super-ricos.

10. Daí outro aniversário (setembro de 2008), o da falência do banco de investimento Lehman Brothers, marco do colapso financeiro em curso.

11. O notável economista Michael Hudson (em entrevista – “Set Up To Fail” - a Karl Fitzgerald, em 17.09.2012) aponta: “O que se tem na Europa e em outros países neoliberais é loucura, encolhimento econômico, emigração, vida mais curta, taxas decrescentes de formação de famílias, taxas crescentes de doenças e de suicídios. Esse é o plano neoliberal de Chicago chamado ‘mercados livres’”.

12. A análise de Hudson ajuda a verificar que, estando a grande maioria dos cidadãos em declínio econômico e endividada, os trilhões de dólares que o FED injeta nos bancos de nada servem para dinamizar a economia, pois a procura dos consumidores é decrescente e falta demanda para investimentos produtivos.

13. Como lembra Hudson, criar crédito implica criar dívidas, e as dívidas são o problema: “Criando ainda mais dívidas não se resolve o problema da deflação decorrente das dívidas, nem a bolha da economia.” Mais: “Os bancos não dão empréstimos para construir fábricas e empregar gente, mas sim a piratas corporativos para comprar empresas, demitir trabalhadores, contratar não-sindicalizados e no exterior, e fazer encolher a economia.”

14. Os banqueiros e seus grandes clientes aplicam os trilhões de capital, recebido do FED a juros quase zero, em títulos do Tesouro dos EUA, ganhando juros, e no exterior, por exemplo, Brasil, a juros de dois dígitos, e na Europa endividada, a taxas crescentes.

15. Eis, nas palavras de Hudson, a atitude dos banqueiros: “Quando os países ficam quebrados pelo encolhimento de suas economias, nós lhe dizemos: ‘privatizem suas propriedades, seu subsolo, os recursos naturais, privatizem seus sistemas telefônicos etc.; vendam-nos tudo, para que criemos

monopólios e peguemos o dinheiro para nós mesmos.’ ...Por isso não queremos que vocês façam o que fazem os países civilizados: criar seu próprio dinheiro e administrar déficits governamentais.”

16. Vê-se, pois, que o desastre promovido, de há muito, no Brasil ganha corpo nos EUA, especialmente em Estados, cidades e condados, bem como na maioria dos países europeus.

17. A maioria dos economistas julga que haverá queda significativa também na China. Entretanto, os dirigentes chineses estão reorientando a economia para o mercado interno e elevarão ainda mais os padrões de vida locais, pondo-se a salvo dos efeitos da crise mundial.

18. Procedem assim, porque não são controlados por banqueiros privados nem pela oligarquia ocidental. Por isso, trabalham na estrutura econômica. Não são crentes das políticas macroeconômicas keynesianas.

19. Essas panaceias do Ocidente são impotentes para debelar a depressão, porque o sistema de poder quer reforçar a tendência estrutural de maior concentração, o mesmo fator que determinou a intratável questão das dívidas.

20. Nos EUA, premidos pela profundidade da depressão, o FED, mais uma vez (setembro de 2012), recorre à expansão monetária. Vai resgatar de títulos do Tesouro e títulos hipotecários, estes no montante de US\$ 40 bilhões por mês (Que mensidão!).

21. Assim, sobem as cotações das ações na Bolsa de Nova York e alimenta-se a procura especulativa por commodities, mas tudo isso está fadado a ruir abruptamente, logo que a depressão não possa ser mais camuflada.

Efeitos para o Brasil

22. O modelo dependente, através do qual as transnacionais se apoderaram da economia, causou deterioração estrutural. De sobra, deixa o país endividado (a dívida interna, em boa parte, está nas mãos de estrangeiros) e no limiar da crise nas contas externas.

23. Essa se aproxima com o esmorecer da procura mundial e da valorização dos minérios, processados ou não, o que eleva o insustentável déficit nas transações correntes com o exterior.

24. A crise no Brasil tende a inverter o fluxo de investimentos estrangeiros, os quais têm equilibrado o balanço de pagamentos, de modo nada salutar. Fator adicional de desequilíbrio é o aumento das taxas de juros das dívidas interna e externa, cujos montantes somam cerca de US\$ 2 trilhões.

25. A atual política de investimentos, através de parcerias público-privadas e de financiamentos do BNDES está criando elefantes brancos, cuja produção, uma vez concretizada, tende a causar prejuízos ao erário público, porquanto encontrará estagnados o mercado interno e a procura externa.

26. Não há, portanto, saída viável para o Brasil sem confrontação com as entidades predadoras conhecidas como “comunidade financeira internacional”, não só envolvendo auditoria da dívida e a supressão da indevida, mas também intervenção estatal na estrutura produtiva para acabar com a concentração em mãos de carteis transnacionais.

27. Esse indispensável curso de ação, embora doloroso nos estágios iniciais, resultaria em ganhos inestimáveis, inclusive porque não haveria maneira de levá-lo adiante sem gerar tecnologia nacional para produzir os bens de capitais e os insumos necessários ao reerguimento da economia.

28. De fato, mesmo excluindo retaliações dos países imperiais, o Brasil estará, de qualquer modo, impossibilitado de importar esses bens, em face do que aponte nos parágrafos 22 a 24.

Desnacionalização e revolução

Data: 29/10/2012 - Adriano Benayon * – 22.10.2012

1. Desde há séculos o Brasil carece de governo autônomo, capaz de promover o progresso econômico e social. A independência proclamada em 1822 não se traduziu em autonomia real, pois o País atravessou o Império e os primeiros anos da República sob tutela financeira e política da Inglaterra, até o final da Primeira Guerra Mundial, e do império anglo-americano desde então.
2. Os lampejos de autonomia duraram pouco, logo apagados por intervenções da oligarquia mundial. Assim, nos anos 1840 com a tarifa Alves Branco, uma tentativa de viabilizar o surgimento de indústrias nacionais. Também, com os empreendimentos abrangentes do Barão de Mauá, dos anos 1850 aos 1880, e com iniciativas limitadas, como a fábrica de linhas de Delmiro Gouveia em Alagoas, 1912-1917.
3. Os avanços na redução da dependência econômica foram contidos ou anulados pela dependência política. E esta decorreu da subordinação da economia agrária e exportadora de bens primários aos interesses comerciais e industriais de potências estrangeiras.
4. Quando Getúlio Vargas, promoveu maior grau de autonomia nacional - de 1934 a 1945 e de 1951 a 1953 - as potências hegemônicas - coadjuvadas pelas “classes conservadoras” locais e pela mídia venal – montaram complôs para desestabilizar e derrubar o governo.
5. Como Vargas antes, João Goulart, em 1962-1963, não se precaveu diante das maquinações imperiais, tarefa difícil em regime “democrático” no qual o poder financeiro determina o processo político.
6. Mesmo sendo escassa a proteção tarifária e a não-tarifária, e operassem no Brasil vários carteis e grandes empresas estrangeiras, surgiram numerosas indústrias de capital nacional substituidoras de importações na segunda metade do Século XIX e na primeira do Século XX.
7. Cito quatro livros que o demonstram: Warren Dean, A Industrialização de São Paulo (1880-1945); Edgard Carone, O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977), ed. Cátedra, Rio 1978; Delso Renault, 1850-1939 O Desenvolvimento da Indústria Brasileira, SESI; Eli Diniz, Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil 1930-1945, ed. Paz e Terra, SP 1978.
8. O próprio Vargas só restringiu investimentos estrangeiros em poucos setores e demorou a notar o volume das remessas de lucros ao exterior, o que está longe de ser único dos prejuízos que eles causam à economia.
9. As potências imperiais realizaram seus objetivos a partir de Café Filho, fantoche dos entreguistas civis e militares (1954). JK, eleito em 1955, pelos votos getulistas, ampliou os benefícios ao capital estrangeiro.
10. Daí não terminou mais a escalada de desnacionalização, não obstante se terem criado estatais na área produtiva –privatizadas de forma vergonhosa a partir de 1990 - tendo o Estado feito também investimentos nas infraestruturas econômica e social.
11. O poder público subsidiou as transnacionais, e esmagou empresas nacionais.
12. Resultado: em 1971 o capital estrangeiro já controlava setores importantes: mercado de capitais 40%; comércio externo 62%; serviços públicos 28%; transportes marítimos 82%; transporte aéreo

externo 77%; seguros 26%; construção 40%; alimentos e bebidas 35%; fumo 93,7%; papel e celulose 33%; farmacêutica 86%; química 48%; siderurgia 17%; máquinas 59%; autopeças 62%; veículos a motor 100%; mineração 20%; alumínio 48%; vidro 90%.

13. Em 1971 o estoque de investimentos diretos estrangeiros (IDEs) não chegava a US\$ 3 bilhões. Em 2011 atingiu US\$ 669,5 bilhões.

14. O montante de 2011 é 40 vezes maior que o de 1971 atualizado para US\$ 16, 6 bilhões. No período, o PIB, em dólares corrigidos, só se multiplicou por 6.

15. Os IDEs referem-se só às empresas com maioria de capital estrangeiro, não aos “investimentos estrangeiros em carteira” (participações no capital de empresas e aplicações em títulos públicos e privados). Esses acumularam US\$ 597 bilhões até 2011. Os empréstimos, US\$ 190 bilhões. A soma dá quase US\$ 1,5 trilhão.

16. É fácil emitir dólares do nada e com eles comprar ativos. Mais: grande parte dos IDEs é reinvestimento de lucros, e quantia muitíssimo maior que a dos ingressos foi remetida ao exterior a título de lucros, dividendos, juros, afora os ganhos camuflados em outras contas do balanço de transações correntes. Disso originou-se a dívida pública, fator de empobrecimento e de dependência.

17. A desnacionalização prossegue galopante. Conforme a “Pesquisa de Fusões e Aquisições” da consultoria KPMG, 247 empresas foram adquiridas por transnacionais de janeiro a setembro de 2012. Em todo 2011 haviam sido 208. De 2004 para cá foram 1.247.

18. Em 2012 destacam-se: tecnologia da informação (33); serviços para empresas (20); empresas de internet (19); supermercados, açúcar e álcool (35); publicidade e editoras (10); alimentos, bebidas e fumo (10); mineração (9); óleo e gás (8); educação (7); shopping centers (7); imobiliário (7).

19. Ainda mais estarecedora que a avassaladora ocupação da economia brasileira é a persistência na mentalidade de que os investimentos estrangeiros beneficiam a economia.

20. Não houve evolução, desde os anos 50 e 60, no entendimento da realidade. Continuam sendo escamoteadas as causas do enorme atraso tecnológico do País e disto tudo: pobreza, insegurança, infraestrutura lastimável, desagregação social, desaparecimento da defesa e cessão de territórios a pretexto de proteção ao ambiente e a indústrias.

21. O impasse da economia brasileira, prestes a desembocar em dificuldades ainda maiores, sob o impacto da depressão nos países centrais, decorre das percepções errôneas, subjacentes às recomendações da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina da ONU) e à política “desenvolvimentista” de JK.

22. Estas foram as falsas premissas, ainda não atiradas ao lixo, como deveriam ter sido há muito tempo: 1) a industrialização como meta em si mesma, independente da composição nacional ou estrangeira e do grau de concentração do capital; 2) o capital estrangeiro tido por necessário para suprir pretensa insuficiência local de recursos.

23. As políticas decorrentes dessas ideias redundaram na desindustrialização e na descapitalização do País. Ignora-se a experiência histórica – sempre confirmada - de nunca ter existido real desenvolvimento em países nos quais predominem os investimentos estrangeiros.

24. Recorde-se que, de 1890 a 1917, ano da débâcle na guerra e da revolução, o volume de investimentos estrangeiros na Rússia foi cerca de três vezes superior ao do capital nacional.

O que está por trás das eleições no Brasil e nos EUA

Data: 30/11/2012 - Autor: Adriano Benayon

EUA: Mais de 90 milhões de eleitores não compareceram às urnas.

Brasil: Tivemos eleições municipais, nas quais as qualidades de um candidato a prefeito e a nulidade ou perversidade de outro podem fazer diferença. Nas eleições à presidência da República, a probabilidade disso é praticamente inexistente, porque a importância da política federal leva o sistema de poder a afastar candidatos propensos a mudar as coisas.

Eleições 2012

EUA

1. Analistas qualificados dos EUA confirmaram o que sabemos: havia pouca diferença entre os dois candidatos à presidência.
2. Mais de 90 milhões de eleitores não compareceram, e parcela importante dos que votaram preferiu Romney, mais radical que Obama, em militarismo e desprezo pelos direitos sociais dos estadunidenses e pelos direitos humanos dos povos massacrados pela política imperial.
3. Ambos estão a serviço da oligarquia financeira, que inclui o complexo industrial militar e as megaempresas de energia (entre outras) concentradoras de ganhos absurdos e destruidoras do meio-ambiente.
4. Como assinala Paul Craig Roberts, Obama e Romney posicionam-se a favor do prosseguimento da política intervencionista dos EUA, notadamente no Oriente Médio, e da confrontação militar contra a Rússia e a China.
5. Nem o “democrata” nem o “republicano” questionam as leis e medidas, instituídas por Bush e pelo próprio Obama, que significaram rasgar a Constituição dos EUA, ao suprimir as garantias do Estado de direito aos alvos da repressão política, estrangeiros e nacionais, inclusive as dezenas de milhões de estadunidenses vítimas da depressão econômica.
6. Essa é a “democracia” do país que emprega a força militar, bem como a corrupção, sob a direção dos serviços secretos, para intervir em todo o mundo a serviço da oligarquia predadora, acusando os países visados de não ter regime democrático e de desrespeitar os direitos humanos ou o meio-ambiente.
7. De modo semelhante, embora mais discreto, agem o Reino Unido, outro líder do sistema imperial, e os coadjuvantes, membros da OTAN. Em todos, os bancos e as corporações transnacionais controlam o Estado.
8. Onze anos de guerras imperiais e políticas econômicas que tudo permitem aos grandes bancos e transferem para eles dezenas de trilhões de dólares, oneraram os EUA com fabulosos déficits orçamentários. Esses – lembra Roberts – resultam em hiperinflação e na perda de posição do dólar como divisa mundial.
9. Esse privilégio é altamente prejudicial para o Mundo, e todos se beneficiariam com o fim dele. Os próprios EUA, privados do parasitismo, passariam a cuidar de sua infraestrutura deteriorada e a investir mais produtivamente, em vez de exercerem pressões militares para coagir os países exportadores de petróleo a vendê-lo por dólares e fazer guerras destruidoras contra os que resistem a essa imposição.

Eleições - Brasil

10. Tivemos eleições municipais, nas quais as qualidades de um candidato a prefeito e a nulidade ou perversidade de outro podem fazer diferença. Nas eleições à presidência da República, a probabilidade disso é praticamente inexistente, porque a importância da política federal leva o sistema de poder a afastar candidatos propensos a mudar as coisas.
11. Dilma é um pouco menos alinhada com o império que os políticos do PSDB. Entretanto, a continuação dela também implica que a situação do Brasil prossiga deteriorando-se.
12. O mesmo não se dá na Argentina, Equador e Venezuela, países nos quais os atuais mandatários têm dado passos na direção da autonomia nacional, enquanto as oposições são totalmente caudatárias do império.
13. O Brasil apresenta um dos maiores descompassos do mundo, entre o potencial e o que realiza, porquanto a política econômica é ditada por transnacionais estrangeiras e bancos. Não, pelos interesses nacionais.
14. O extraordinário potencial do País, notadamente a dotação de recursos naturais, fez com que as potências imperiais atuassem intensamente para inviabilizar o desenvolvimento econômico e social, além de promover a destruição da cultura e da educação.
15. Nos raros períodos em que o Brasil caminhou para o desenvolvimento, as potências imperiais, EUA à frente, desestabilizaram e derrubaram os governos, como os de Getúlio Vargas em 1945 e em 1954.
16. Vargas foi extremamente clarividente nas medidas econômicas e chamou gente competentíssima para assessorá-lo. O prosseguimento de suas políticas teria levado o País ao progresso econômico e social. Além disso, conquistou grande apoio popular.
17. Entretanto, faltou-lhe força de vontade ou de percepção política, ao dar espaço aos agentes de sua desestabilização, promovida pelas potências hegemônicas.
18. Ele se havia composto com os EUA no contexto da Segunda Guerra Mundial. Não havia como não autorizar as bases norte-americanas no Nordeste, que, do contrário, seria invadido, pois o País carecia de poderio militar, sequer de longe, comparável ao das potências.
19. Vargas cometeu o erro desnecessário de enviar tropas para combaterem na Itália, fazendo improvisar a Força Expedicionária, que lutou bravamente, mas subordinada a uma divisão dos EUA.
20. Envolvidos pela interessada “amizade” dos estadunidenses, oficiais brasileiros adotaram a ideologia prevalecente nos EUA. Esses lideraram a facção militar atuante nos golpes de 1945, 1954 e 1964.
21. Acusado de ditador, Vargas tolerou, mais que devia, os abusos, inclusive ilegais, de opositores, ávidos de poder a qualquer custo, como Carlos Lacerda, grandemente difundidos pela mídia comprada por dinheiro externo.
22. Além disso, consciente da influência política e econômica dos interesses estrangeiros, pôs no governo, na tentativa de aplacá-los, gente que, como João Neves da Fontoura, contribuiu para desestabilizar o presidente. Permitiu, ademais, que militares nacionalistas fossem alijados, em vez de neutralizar os partidários dos EUA.

23. As conquistas da Era Vargas começaram a ser destruídas, de 1946 a 1950, com Dutra na presidência. De novo, desde agosto de 1954, teve andamento, não mais interrompido, o favorecimento às empresas transnacionais.

24. A calamitosa gestão de FHC (1995-2002) concluiu o processo de destruição da Era Vargas, com as escandalosas privatizações e a desestruturação do serviço público.

25. Antes, em 1985, Sarney, o primeiro presidente civil desde 1964, encontrou enormes dívidas externa e interna, cujos montantes haviam crescido absurdamente com a submissão do País às imposições dos banqueiros mundiais.

26. Além disso, quase todas as indústrias importantes já estavam sob controle das transnacionais, a nova classe dominante, graças às doações e aos demais subsídios da política econômica.

27. Isso explica que o poder econômico tenha tido êxito ao sabotar as medidas de Sarney favoráveis à população e que ele se rendesse, entregando o ministério da Fazenda a um elemento da Federação dos Bancos.

28. Daí, favorecida por uma fraude no texto da Constituição de 1988, a sangria do serviço das dívidas aumentou assustadoramente. Em cima dela e da inflação, o descalabro acentuou-se sob Collor. Sobreveio o interregno inconclusivo de Itamar e a ruína cavada por FHC. Seguiram-se os petistas, conservadores do essencial das políticas desastrosas.

29. Ainda assim, a mídia entreguista quer a volta do PSDB, por ser mais radical. A mesma mídia que trabalhou para derrubar Getúlio Vargas, reforçada, desde 1968, pela VEJA.

Tirania Financeira

Data: 14/01/2013 - Autor: Adriano Benayon

1. Michael Hudson, professor da Universidade Missouri-Kansas, escreveu excelente artigo, “O enganoso abismo fiscal dos EUA em 2012”. A enganação diz respeito a que o déficit orçamentário não precisaria existir (mas existe) e às suas reais causas.

2. Ele está em US\$ 14 trilhões, o equivalente a quase um PIB anual dos EUA e menos que seu governo gastou para salvar os bancos. Nouriel Roubini aponta que o recente acordo entre Obama e parlamentares do partido “republicano” prenuncia novo colapso, pois prevê reduções fiscais, e não há como abrir mão de receitas tendo que cobrir um déficit dessa magnitude.

3. Os economistas do sistema clamam que, para reduzir os déficits públicos, há que: 1) cortar despesas sociais, obrigando os trabalhadores a financiarem seus planos de saúde e aposentadorias; 2) fazer que o Estado deixe de investir nas infraestruturas econômicas e sociais; 3) demitir servidores; 4) privatizar as propriedades e os serviços públicos.

4. O Brasil seguiu, mais de uma vez, esse caminho, o que intensificou os malefícios da desnacionalização, encetada em 1954, e causa primordial de o País estar muito atrás de países, antes, muito mais pobres. O serviço da dívida e as privatizações acabaram de inviabilizar o desenvolvimento, de modo irreversível até que sejam substituídas as atuais estruturas econômicas e políticas.

5. A Europa – desprovida de soberania – pois o Banco Central não emite moeda para financiar os países membros, arruína-se através das políticas de “austeridade”, que agravam a depressão a pretexto de reduzir os déficits públicos gerados pelo colapso dos derivativos.

6. Os EUA só não estão de todo afundados, por empregarem a força para obrigar produtores de petróleo a vendê-lo em dólares e por emitirem-nos à vontade para pagar importações e o serviço da dívida.

7. Os analistas não submissos mostram que os déficits não provêm das despesas sociais nem dos investimentos públicos nas infraestruturas. Na verdade, os orçamentos do Estado foram onerados pelas operações de socorro aos grandes bancos, que ficaram em dificuldades quando os derivativos se revelaram títulos podres, após terem gerado lucros fantásticos para seus controladores.

8. Em suma, a oligarquia financeira, dona desses bancos e de outras indústrias dominantes, comanda, através de títeres políticos, os governos das “democracias”, bem como os formadores de opinião em cátedras e nos meios de comunicação.

9. Ela subordina a todos, por meio das políticas fiscal e monetária. Os 0,01% da oligarquia (incluindo executivos) são privilegiados por isenções fiscais e como credores, com o endividamento do Estado e de mais de 90% da população.

10. Por isso não admitem que os Tesouros nacionais emitam moeda para financiar o de que precisa a economia. Criou-se a mentira – aceita como verdade – que isso seria inflacionário. O sistema exige que o próprio o Estado, endividado por ter socorrido os bancos, dependa do crédito deles.

11. O cartel dos bancos, nos EUA, recebe dinheiro emitido pela Reserva “Federal” a juros de 0,25% aa, muito abaixo da taxa da inflação, e aplica em títulos especulativos e nos de países, como o Brasil e a Austrália, que se deixam tosquiar pagando juros elevados nos títulos públicos.

12. Como assinala em artigo, “No Limiar de 2013”, não interessa à oligarquia acabar com a depressão, que dela se serve para quebrar o poder e a resistência de quantos pretendam equilibrar a sociedade e promover seu bem-estar.

13. O orçamento equilibrado é um dos instrumentos ideológicos para arranjar depressões. Falam da economia como se esta devesse ser gerida por quitandeiros ou políticos demagogos, na linha de Cícero (século I AC): “não gaste mais do que arrecada”.

14. Michael Hudson recorda que as depressões coincidiram com períodos de superávit orçamentário. Este precedeu e/ou acompanhou as seis depressões iniciadas em 1819, 1837, 1857, 1873, 1893 e 1929. A atual, iniciada em 2007, é efeito retardado dos superávits de Clinton (1998/2001), postergada em consequência das bolhas da internet e dos imóveis residenciais, com inusitada explosão do crédito.

15. Quanto mais obtém maior concentração de riqueza – reduzindo assim o poder relativo inclusive dos ricos fora do topo da pirâmide – mais a oligarquia se converte em tirania.

16. Discordo de Hudson quando conclui que isso não é capitalismo, mas sim feudalismo. Na verdade, o capitalismo converte-se em algo pior que o feudalismo, porque nele não há limites à concentração.

17. Quanto ao Brasil, lembrou, há pouco, Carlos Lessa, ex-presidente do BNDES: “Não estamos sequer reproduzindo a República Velha. Esta República atual praticamente universalizou a desnacionalização.”

18. Enquanto isso, o sugado povo brasileiro é distraído pelo “combate à corrupção”, como se essa não fosse sistêmica. Milhões indignaram-se com o mensalão e aplaudem o STF.

19. Entretanto, até hoje, dormem, engavetados nos tribunais superiores, os processos em que foi provada a colossal roubalheira das privatizações (Vale Rio Doce, elétricas, telecomunicações, siderúrgicas,

bancos estaduais), após terem esses tribunais cassado as liminares concedidas para sustá-las. Elas já completaram, impunes e consolidadas, quinze anos em média.

20. Mais tragicômico: os atuais “governantes”, além de nada terem feito para mudar a triste estrutura formada conforme o Consenso de Washington, usam o BNDES e a política fiscal para cevar ainda mais os concentradores, principalmente transnacionais, que desviam renda nacional, em quantias crescentes, para o exterior.

21. Isso é pouco para a mídia e demais alienados – antinacionais, desde antes do primeiro golpe contra Getúlio Vargas, 1945. Trabalham pela volta dos perpetradores do desastre em mega doses. Mais: mesmo fora dos dois partidos ocupantes do Planalto nos últimos 18 anos, falta espaço, sob as instituições presentes, para lideranças capazes de oferecer alternativa real.

Crise global exige nacionalização do ouro

Data: 09/02/2013 - Autor: Adriano Benayon

1. Novos dados informam que somente cinco bancos têm ativos de 8,5 trilhões de dólares, o equivalente a 56% do PIB dos Estados Unidos: JP Morgan Chase, Goldman Sachs Group, Citigroup, Bank of America e Wells Fargo.

2. Os dez maiores bancos do mundo teriam US\$ 6,4 trilhões dos mais de US\$ 30 trilhões aplicados nos paraísos fiscais (offshore). Somente 92 mil pessoas (0,001% da população mundial) possuem US\$ 10 trilhões nessas localidades. Nos EUA só 400 indivíduos teriam riqueza igual à de 50% da população do país.

3. Aí estão ilustrações do que tenho exposto: os concentradores aumentam seu poder durante a depressão econômica e não têm interesse em que ela acabe.

4. Durante as fases de crescimento real da economia, após certo tempo, a finança começa a crescer mais que a produção de bens e serviços, inclusive porque os lucros crescem mais rápido que os salários.

5. Além disso, no setor produtivo as fusões e aquisições de empresas levam a aumento da concentração. Após um tempo, os salários, exceto o de muitas poucas categorias, começam a decrescer em termos reais, perdendo para a inflação dos preços.

6. Paralelamente, como é natural, a demanda por bens e serviços só aumenta através do crédito, formando-se as bolhas, como foi o caso da imobiliária nos EUA, apontada como desencadeadora do colapso financeiro iniciado em 2007/2008.

7. Entretanto, essa não é a única nem a principal bolha. As principais decorrem de manipulações nos mercados financeiros, como foi a das ações de empresas de informática (1997/2001) e a imensa que a ela se seguiu, a dos derivativos.

8. Nesta foram gerados mais de 600 trilhões de dólares, nos computadores do sistema financeiro: títulos montados em cima de outros títulos e de coisas irreais, como: apostas em inadimplência de títulos (*credit default swaps*) e em índices de taxas de juro, de taxas de câmbio; operações de hedge, ou seja, jogando, ao mesmo tempo, na alta e na baixa dos mesmos títulos. Até emprestando a um país e apostando na elevação dos juros dessa dívida, como fez o Goldman Sachs com a Grécia, entre outros.

9. Assim, a par da concentração e maior oligopolização dos setores produtivos, a financeirização da economia foi assumindo dimensões gigantescas. Ela se pode definir como a formação de ativos financeiros em proporção exponencialmente maior que a dos ativos reais e produtivos.

10. Após anos nessa escalada, é natural que os preços desses ativos também aumentem exponencialmente e que, em determinado ponto, se verifique sua irrealidade, o que dá início ao estouro das bolhas.

11. Esse ponto foi atingido em 2007/2008, e a partir daí os preços dos ativos começam a cair. Os devedores viram-se presos numa armadilha, pois continuaram tendo que pagar as dívidas, e muitos deles não mais o puderam fazer, tendo suas casas sido tomadas pelos bancos.

12. Hoje nos EUA as dívidas dos estudantes ultrapassaram US\$ 1 trilhão, e os saldos devedores dos cartões de crédito chegam a US\$ 800 bilhões.

13. Em 2007/2008, as empresas de muitos manipuladores financeiros entraram em dificuldades, embora não os seus donos e executivos, que haviam transferido, para si mesmos em outras destinações. a maior parte dos lucros com a especulação, movida através de alta alavancagem (uso de margem mínima de capital próprio nas operações financeiras).

14. Os grandes bancos ficaram praticamente falidos quando a bolha levou a perceber que o valor real dos derivativos não correspondia senão a pequena fração, próxima a zero, do valor nominal desses títulos.

15. Então, por que não foram liquidados, o que teria permitido aos Tesouros nacionais dos EUA, e de vários países europeus, por exemplo, sanear as finanças e a economia?

16. Porque os Tesouros e os bancos centrais os salvaram, com dezenas de trilhões de dólares e de euros dos contribuintes e principalmente com emissões de dinheiro (especialmente nos EUA) e de títulos públicos, inclusive adquirindo pelo valor nominal os títulos podres dos bancos e empresas financeiras.

17. Os pseudo-governos desses países têm o desplante de dizer que são democráticos. Os grandes bancos os controlam, como controlam “mercados financeiros”.

18. Tal é a manipulação nesses mercados, que, apesar das dezenas de trilhões de dólares criados do nada, o preço do ouro permanece no patamar em que terminou o ano de 2011 (US\$ 1.650 por onça), depois de haver atingido naquele ano o pico de quase US\$ 2.000.

19. O jornalista financeiro Evans-Pritchard publicou artigo no The Telegraph, de Londres (13.01.2013), em que diz estar o mundo caminhando para um padrão-ouro de fato, no qual o metal teria peso comparável ao do dólar e do euro. Não cogita da moeda chinesa e de outras com potencial de solidez.

20. Ele se baseia no relatório “GFMS Gold Survey for 2012”, segundo o qual os bancos centrais compraram mais ouro em 2012 do que em qualquer tempo, por quase meio século, aumentando suas reservas em 536 toneladas.

21. Como ele recorda, os bancos centrais de países da órbita anglo-americana (Reino Unido, Espanha, Holanda, Suíça e outros) firmaram, há anos, o acordo de Washington, comprometendo-se a regularmente fazer vendas de ouro, sustentando as moedas inflacionadas (dólares principalmente).

22. Nessas operações – especialmente o Banco da Inglaterra – tiveram enorme prejuízo, pois o preço do ouro aumentou de US\$ 300 em 2003 para o atual nível, superior a US\$ 1.600.

23. Outro sinal foi a decisão do parlamento da Alemanha de trazer ao país seus estoques de ouro guardados nos EUA e na França, havendo dúvidas sobre se os EUA ainda têm o que oficialmente consta.

24. Há enorme potencial para as compras principalmente pela China, que teria o projeto de elevar suas reservas de ouro para 2% de suas reservas totais.

25. Isso ainda é muito pouco já que o dólar e o euro não têm condições de justificar o otimismo, do ponto de vista do cartel dos bancos, de que essas duas moedas permaneçam como as principais divisas mundiais.

26. A dívida pública e o déficit federal dos EUA, depois de ultrapassarem o PIB desse país, com montantes acima de US\$ 16 trilhões, continuarão sendo financiados com emissões de moeda e de títulos públicos, os quais estão perdendo adquirentes, salvo o Federal Reserve.

27. A China detém algo próximo a 1,2 trilhões desses títulos, mas, há um ano, esse montante era maior, e ele só representa um terço das reservas totais, enquanto o Japão chegou a quase aquele valor, que, no caso dele, representa mais de 90% de suas reservas. A meta da Rússia é aumentar a reserva de ouro para 10% das totais, hoje da ordem de US\$ 560 bilhões.

Estado: Argentina e Brasil

Data: 19/02/2013 - Autor: Adriano Benayon

1. A Argentina, sob Nestor Kirchner e, agora, Cristina Fernández, renacionaliza empresas de setores estratégicos: petróleo e gás, água e esgotos, transportes aéreos, correios.

2. Refunda-se o Estado, praticamente liquidado após várias rodadas de devastação ao longo de 50 anos. A mais brutal delas foi com Menem, 1989/1999.

3. Para mudar de curso, foi preciso o povo sair às ruas, em dezembro de 2001, exigindo a queda de De la Rúa e do ministro Cavallo. Este comandava a economia desde Menem, e, em 1991, introduzira o Plano Austral, com conversibilidade e paridade (1 peso = 1 dólar), precursor do Plano Real (1994).

4. Com o Austral, a dívida pública causada pelo modelo dependente crescera ainda mais, com grande parte em moratória desde 2001. Ao assumir Kirchner, em 2003, ela equivalia a 140% do PIB e a 428% das exportações de bens e serviços (no Brasil 79% e 284%).

5. Diferentemente do Brasil, a Argentina negociou com soberania e obteve, em março de 2005, descontos médios de 70% do valor nominal dos títulos. A dívida externa total foi reduzida de US\$ 192 bilhões para US\$ 126 bilhões.

6. O Brasil, até hoje, não realizou sequer a auditoria da dívida, inflada por fraudes e pela capitalização de taxas de juros, tarifas e comissões descabidas, inclusive nas rolagens e “reestruturações.” Seu serviço prossegue fazendo gastar quase 50% do orçamento federal.

7. Na Argentina, a partir de 2003, deu-se notável reversão da queda livre do PIB, havida de 1998 a 2002, do índice 100 para 77. Em 2012, recuperou-se para 151, e, computando a base 2002 = 100, subiu a 206 (mais que dobrou). O do Brasil chegou a só 142.

8. A economia argentina ainda está grandemente desnacionalizada, mas menos que a do Brasil, e as transnacionais têm menos privilégios, subsídios e isenções que aqui. Além disso, as pequenas e médias empresas argentinas têm peso razoável.

9. Assim, os déficits nas transações correntes são inexpressivos. No Brasil, ao contrário, vêm-se avolumando. De 2008 a 2012, somaram US\$ 204,1 bilhões, sendo US\$ 54,2 bilhões em 2012.

10. Esses déficits fazem acelerar ainda mais a desnacionalização e o endividamento, com risco de as contas externas desencadearem grave crise. Assinala Carlos Lopes (HP 24.01.2013) que, de 2004 a 2011, foram desnacionalizadas 1.296 empresas brasileiras, e as remessas oficiais de lucros ao exterior montaram a US\$ 405 bilhões. Ora, as remessas disfarçadas em outras contas são um múltiplo disso.

11. A restauração do Estado na Argentina faz-se acompanhar de excelentes resultados. Ademais, como escreveu o jornalista Beto Almeida, o presidente Kirchner, enfrentou o oligopólio da mídia, fortaleceu e expandiu a TV Pública Argentina, firmando as bases para aprovar-se a Lei de Meios de Comunicação no governo de Cristina Kirchner.

12. Criou, ademais, um canal cultural de alto nível, eliminou a reserva de mercado de emissoras privadas sobre o futebol, agora também transmitido por canais públicos. Determinou a divisão do espaço eletromagnético nos segmentos estatal, privado e público, no qual a CGT e a Universidade Nacional, por exemplo, podem ter seus canais. Foi, ainda, instituído operador nacional de TV a cabo e outro, estatal, para TV digital”.

13. Os carteis da mídia recorrem a quaisquer meios para combater governos que defendam o interesse nacional. Por isso, a grande mídia argentina é monolítica em sua hostilidade aos Kirchner.

14. No Brasil a ojeriza ao governo é matizada, porque: 1º embora não tão querido pelos carteis como a oposição, ele segue o esquema econômico das transnacionais; 2º porque financia “generosamente” os carteis com verbas públicas.

15. O governo argentino, alvo de serviços secretos estrangeiros para desestabilizá-lo, promovendo e financiando greves e incidentes, necessita, pois, elevar sempre o grau de fidelidade e a qualidade de seus quadros de inteligência e segurança.

16. No Brasil, há que reverter o processo intensificado sob FHC, de eliminar estatais e perverter o serviço público, pois:

1) criaram-se agências “independentes” – mas não dos carteis mundiais - “responsáveis” por serviços públicos privatizados;

2) transformaram a administração em mera repassadora de verbas e outorgadora de concessões;

3) os investimentos são tolhidos pela fiscalização legalista (sob leis inadequadas) e até ideológica dos Ministérios Públicos e Tribunais de Contas, IBAMA, FUNAI etc.

17. Em suma, um serviço público, que:

1) se preocupa antes em não se comprometer que em realizar e, cada vez menos, presta serviços sequer de educação e de saúde;

2) fica indiferente ao desperdício e à corrupção, se combatê-los prejudicar a carreira.

18. Enquanto isso, o governo:

1) subsidia banqueiros, concentradores e transnacionais;

- 2) dá-lhes tratamento fiscal favorecido;
 - 3) financia-os através do BNDES e outros bancos públicos;
 - 4) entra nas PPPs com o grosso do capital e garante o risco dos sócios privados;
 - 5) não consegue aplicar no PAC o grosso das verbas alocadas e as investe mal, através das empreiteiras e outros concessionários. O pouco investido na infraestrutura é mal escolhido e custa caro.
19. Se a sociedade não tem o Estado a seu serviço, é fatal que ela sucumba. Por isso, os que querem a ruína de um País, desorganizam, desmoralizam e liquidam o Estado. Collor e FHC radicalizaram essa tendência, e os sucessores não sabem ou não querem revertê-la.

Ideologia e Estado

20. Uma das características dos sistemas de dominação é fazer das ideias que favorecem seus interesses a opinião prevalecente. Nesse contexto, é importante a conexão entre a destruição dos valores éticos da civilização e o marketing do encolhimento do Estado e de sua colocação a serviço de interesses privados concentradores.
21. Os propugnadores do Estado-mínimo argumentam deste modo: como as pessoas se orientam pelo hedonismo e são desonestas, quem estiver em posição de se locupletar na função pública, o fará, e, portanto, o Estado deve ser descartado. Por isso, o império trabalha para que assim seja.
22. Não por acaso, fomenta-se a falta de caráter, elimina-se a decência, a dignidade e o respeito aos seres humanos, através de: relativização dos valores; implantação da antimúsica com ruídos desestabilizadores do equilíbrio orgânico e psíquico; difusão das drogas.
23. Isso e o consumismo são reforçados pelas técnicas de publicidade, inclusive o merchandising na indústria do entretenimento (rádio, cinema, TV, videogames, *I-Pads* etc.).
24. O objetivo é que ninguém lute, no Estado ou fora dele, pelo bem comum. Vantagens atraem gente para servir os concentradores, e os meios de apassivar as pessoas são os acima resumidos, planejados em institutos de psicologia aplicada.
25. Criam-se, aos milhões, alienados de todo tipo, incapazes de absorver informação, e a grande mídia encarrega-se de ocultar dos demais tudo que contenha verdade sobre questões econômicas e políticas.
26. Os pensadores orgânicos difundem teorias como a do Estado mínimo, contaminadas por contradições insanáveis, raro desmascaradas, por falta de espaço na mídia e nas universidades.
27. Segundo Adam Smith, a busca da utilidade egoísta pelos indivíduos ou empresas só funciona em favor do bem-comum, se não tiverem poder sobre o mercado. Claro, pois, na lógica do sistema, que os dirigentes dos poderosos carteis usam a “liberdade” para aumentar a concentração e a tirania.
28. A experiência dos países que prosperaram, comprova que o desenvolvimento se deveu a estadistas e a funcionários capazes e honestos. Inviabilizar esse tipo de gente entre nós é condenar o País à exploração irreversível por parte dos impérios.
29. Formaram-se aqui bons quadros e carreiras no serviço público, restando ainda técnicos e funcionários competentes, hoje, na maioria, desaproveitados, por causa da corrosão do Estado.

Estado e desenvolvimento

Data: 05/03/2013 - Autor: Adriano Benayon

1. O Estado costuma ser regido pela classe dominante. Nos países ditos desenvolvidos, a grande burguesia ganhou essa condição, graças a políticas de Estado voltadas para o engrandecimento do poder nacional.
2. O poder do Estado foi usado para fortalecer empresas estatais e privadas de capital nacional, desenvolvendo tecnologias próprias. Os capitalistas já tinham no Estado um instrumento para erguer seu próprio poder, embora ainda não tivessem completa ascendência sobre aquele, nem sobre seus quadros civis e militares.
3. Os grandes bancos e empresas industriais foram formando um sistema de poder controlado por poucos potentados, todos com “investimentos” em todas essas áreas, além de estreitos vínculos interempresariais.
4. Concentrado assim, o capital “privado” passou a predominar inquestionavelmente sobre as autoridades do Estado, bem como sobre os tecnocratas e as forças armadas.
5. Esse processo foi acompanhado pela propagação da ideologia liberal e por instituições de aparência democrática, tais como eleições periódicas, suposta divisão dos poderes do Estado.
6. Tais formas perderam todo conteúdo democrático que pudessem ter tido, através do controle das eleições por meio das campanhas alimentadas por quantias somente acessíveis aos concentradores de capital, também comandantes diretos ou indiretos dos meios de comunicação.
7. Essa é realidade política e econômica dos países centrais, a qual levou aos absurdos da financeirização, culminando com o Estado a passar aos banqueiros dezenas de trilhões de dólares das receitas tributárias e da emissão de moeda e de títulos, além de suscitar a emissão também pelos bancos centrais e pelos próprios bancos privados.
8. Assim, o Estado endividou-se para favorecer grandes bancos, cujos controladores e executivos já se haviam locupletado enormemente durante os anos da proliferação dos ativos financeiros que criaram e que se revelaram, mais tarde, títulos podres.
9. Notavelmente, exigem sacrifícios de trabalhadores, aposentados e da grande massa dos produtores e consumidores.

Brasil

10. Os concentradores mundiais, há séculos, projetam seu poder em numerosos países de todos os continentes, dominando-os diretamente ou através de grupos locais. No Brasil, desde há séculos, aliaram-se a proprietários de terra e/ou mineradores, servindo-se deles para penetrar na sociedade local e obter elevados ganhos comerciais e como banqueiros credores e concessionários de serviços públicos.
11. Isso se deu, primeiro, através do comércio, tornando a burguesia local dependente da exportação para ter acesso ao padrão de vida dos ricos das economias centrais.
12. No Brasil, segmentos locais - burguesia industrial, estamentos militar e burocrático, trabalhadores - aspiraram, na primeira metade do Século XX, a tornar o Estado instrumento da autonomia nacional, livrando o País da condição de zona de exploração, administrada em função dos interesses de empresas estrangeiras.

13. Até 1930, o Estado foi, em geral, governado por representantes da burguesia “compradora”: grandes fazendeiros de café, produto cujas receitas de exportação eram, em grande parte, absorvidas pelo serviço da dívida externa e cuja comercialização era controlada por casas comerciais estrangeiras.
14. Ainda assim, formou-se apreciável industrialização, graças à falta de divisas para importar e à proteção involuntária, através da taxa de câmbio desvalorizada.
15. Apesar de ter introduzido mudanças estruturais importantes, a Revolução de outubro de 1930 contemplou os interesses dos cafeicultores, determinando a queima de estoques de café e emitiu moeda para pagar os produtores, com o que atenuou os efeitos internos da brutal queda do preço e da quantidade exportada, desde o eclodir da depressão nos EUA.
16. Isso, junto com a falta de divisas para importar, fortaleceu a industrialização. Além disso, foram aprovadas leis para colocar o subsolo sob a autoridade da União e aparelhar o Estado, organizando carreiras no serviço público civil, através de concursos e da formação de quadros e técnicos.
17. Ao mesmo tempo, foram criadas instituições de pesquisa tecnológica, inclusive nas Forças Armadas. Ademais, foi instituída a legislação trabalhista, e criados os Institutos de Previdência, autarquias e estatais para fomentar produções essenciais e estratégicas. Foi fundada a primeira siderúrgica integrada e a Fábrica Nacional de Motores.
18. Não admira que, terminada a Segunda Guerra Mundial, Getúlio Vargas, tenha sido, em 1945, defenestrado pelos interesses imperiais. Seguiu-se o interregno entreguista do Marechal Dutra (1946-1950). Vargas, eleito em 1950, foi nova e definitivamente derrubado por conspiração dirigida por serviços secretos estrangeiros, em agosto de 1954, após difíceis avanços em seu projeto de construção nacional.
19. Apesar de estes terem ocorrido desde o início do Século XX, e se intensificado na Era Vargas, não foram suficientes para tornar o País capaz de resistir à pressão imperial. Daí em diante, o País voltou a sofrer o aumento das dependências cultural, financeira e tecnológica.
20. Isso aconteceu desde o governo militar-udenista (1954-1955) e prosseguiu com JK, que abraçou a dependência tecnológica como política de governo, ampliando os subsídios instituídos desde 1954 em favor das empresas transnacionais.
21. Seguiu-se a instabilidade, agravada pela ação das agências dos governos imperiais no quadro da Guerra Fria, os quais investiram no anticomunismo para alinhar, ainda mais que antes, as elites locais às potências anglo-americanas. O primeiro dos governos militares, em 1964, entregou a economia a Roberto Campos, e este instituiu políticas que destruíram grande parte das empresas de capital nacional.
22. Os governos militares seguintes, tal como JK, tentaram promover o desenvolvimento, sem entender que este é incompatível com as dependências financeira e tecnológica.
23. Assim, os saldos negativos nas transações correntes ganharam vulto maior, devido às transferências das multinacionais ao exterior e ao endividamento do Estado, empenhado em investir na infraestrutura e indústrias básicas, em apoio às multinacionais, com projetos regidos pelo Banco Mundial e financiados por bancos estrangeiros.
24. Daí a explosão da dívida externa (segunda metade dos anos 70), a qual se tornou poderoso instrumento adicional da subordinação do País.

25. Esgotaram-se os recursos para a infraestrutura, ficando tudo subordinado ao serviço da dívida. Além disso, a entrada de investimentos diretos estrangeiros para “equilibrar” o balanço de pagamentos redundou na desnacionalização quase completa da economia, realimentando os déficits externos e o crescimento das dívidas externa e interna.

26. A desnacionalização nesse grau implica regressão em relação à República Velha (1889-1930), quando os interesses estrangeiros ainda precisavam da intermediação das elites locais.

27. A partir de FHC, as empresas transnacionais determinam diretamente as políticas públicas e constituem a classe dominante, inclusive por controlarem diretamente quase toda a estrutura produtiva e financeira.

28. O investimento direto estrangeiro é o veículo da periferização por dentro, muito mais profunda que a antiga, através só do comércio exterior.

Bautista Vidal, defensor dos interesses nacionais

Data: 11/06/2013 - Autor: Adriano Benayon

1. O criador do Programa do Álcool, José Walther Bautista Vidal, faleceu no sábado, 1º de junho. O pesar foi grande para as centenas de milhares de brasileiros e brasileiras que o conheceram, participaram de suas palestras, leram seus livros e tiveram conhecimento de suas realizações à frente da Secretaria de Tecnologia Industrial (STI) do Ministério da Indústria e do Comércio, de 1974 a 1978, e das que levou adiante e inspirou depois disso.

2. Mas, desde logo, veio à mente dos seus amigos a memória da vitalidade e do entusiasmo produtivo que caracterizou a existência de Bautista Vidal. De fato, uma das qualidades que o distinguiu, é a de lutador. Certamente o que seu espírito está esperando de nós é darmos prosseguimento à luta que foi sua principal razão de viver: esclarecer nossos compatriotas para que se libertem do jugo da tirania financeira, que abrange não só o cartel anglo-americano do petróleo e associados, mas também o que ele denominou a tirania vídeo-financeira, a que assegura a escravização por meio da desinformação e da destruição dos valores civilizatórios.

3. Os que estivemos juntos com Bautista Vidal – em palestras, reuniões e encontros em numerosas cidades brasileiras – sabemos que ele semeou informações científicas e técnicas e, mais que isso, despertou a chama do sentimento nacional e a compreensão de que a grandiosidade do país é incompatível com a situação a que nosso povo está sendo submetido: a de ser pretensamente governado, há décadas, por medíocres e covardes, meros executantes do que determina a oligarquia capitalista estrangeira. Que não se iluda quem pensar que estas palavras contêm viés ideológico.

4. Com efeito, entre os que absorveram lições de Bautista Vidal está gente da extrema esquerda à extrema direita. O que tem em comum toda essa gente? Simplesmente o sentimento de nacionalidade e a percepção de que o Brasil está sendo saqueado, que não merece sê-lo e que há que abandonar a passividade: mudar esse estado de coisas. Só não compreendem a demonstração de coisas concretas e objetivas aqueles cujas sinapses interneuronais estão bloqueadas por preconceitos.

5. As veementes condenações de Bautista Vidal dirigiam-se aos que se submetem às falsas verdades convencionais, veiculadas notadamente por organismos internacionais, como o Banco Mundial, a OMC e a própria Cepal, cujas políticas Vidal desnudou em seu último livro, A Economia dos Trópicos.

6. Bautista Vida escreveu 12 livros, entre os quais: De Estado Servil a Nação Soberana; Civilização Solidária dos Trópicos; Soberania e Dignidade; Raízes da Sobrevivência; O Esfacelamento da Nação; A Reconquista do Brasil; Petrobrás – Um Clarão na História, no qual ressalta a importância das ações do presidente Getúlio Vargas.

7. Na Secretaria de Tecnologia Industrial (STI), Bautista Vidal fundou o Programa do Álcool, graças ao qual o Brasil foi o primeiro país a dominar plenamente a tecnologia de fabricação eficiente de álcool combustível. Em determinada altura dos anos 80, praticamente todos os carros produzidos no Brasil eram movidos a etanol.

8. O Programa do Álcool só não deu maiores frutos porque sofreu influências deletérias, determinadas pelo endividamento do país, causado pelo modelo dependente. Entre essas influências, a do Banco Mundial, que fez privilegiar as grandes usinas e as plantations de cana-de-açúcar.

9. Isso difere muito do que foi idealizado pelos técnicos sob a direção de Vidal: produção descentralizada, evitando os gastos do transporte, geralmente em caminhões a diesel de petróleo, por centenas de quilômetros, da cana até as destilarias e o caminho inverso na distribuição do combustível.

10. Ademais, nessa indústria, que era nacional – e que, por isso mesmo, realizou importantes desenvolvimentos tecnológicos no país – o projeto da STI abrangia também a bioquímica do etanol e a dos óleos vegetais, com enorme potencial para criar novos produtos substituidores dos obtidos através da petroquímica.

11. Bautista Vidal engajou mais de 1.500 técnicos e pesquisadores e estruturou numerosos centros de pesquisa tecnológica, desmontados pelos governos entreguistas que se seguiram. A STI legou, entretanto, o modelo e as soluções adequadas, não só para a produção descentralizada de álcool – combinada com a pecuária e a agricultura – mas ainda as bases para o aproveitamento das magníficas plantas oleaginosas do país, como dendê, macaúba e pinhão manso. Tudo isso é, até hoje, boicotado e inviabilizado pela ANP, Petrobras, MME e demais instituições oficiais, de há muito teleguiadas pelos interesses do cartel mundial do petróleo.

12. Bautista Vidal não obteve êxito em sua proposta de criar a Empresa Brasileira de Agroenergia, ideia que defendeu em encontros com Lula e colaboradores do governo deste. A Petrobras Biocombustíveis, que resultou desses esforços, não realiza coisa alguma do recomendado desde os anos 70 pela antiga STI.

13. Nos anos 80 e grande parte dos anos 90, Bautista Vidal disseminou seus conhecimentos e experiências como professor na Universidade de Brasília, no Departamento de Tecnologia e coordenador de importantes debates no Núcleo de Estudos Estratégicos. Aí palestrou e convidou palestrantes dos mais destacados de todas as áreas de grande interesse para o país. Suas intervenções – junto com as do grupo multidisciplinar que, durante muitos anos, participou desses debates – produziram um acervo de contribuições que teriam servido de base para o planejamento estratégico de qualquer país dotado de governos interessados no desenvolvimento nacional.

14. Entre os valiosos ensinamentos que Vidal transmitia, mencionarei só um, que costumo reiterar em meus artigos, tal é a falta de entendimento, para a grande maioria das pessoas, deste fundamental conceito: a empresa produtiva, concorrendo no mercado, é o único lugar em que é possível desenvolver tecnologia. Consequentemente: 1) um país cuja indústria estiver em mãos de empresas transnacionais estrangeiras jamais desenvolverá tecnologia. 2) Se a quiser desenvolver, terá que adotar reserva de mercado. 3) De pouquíssimo servem os institutos e centros de pesquisa, se

empresas nacionais (de capital nacional) não operarem no mercado com condições de se manterem e desenvolverem.

15. É de destacar, ainda, a ação exemplar do professor Bautista Vidal como militante na defesa do patrimônio nacional saqueado com as privatizações determinadas pelas potências hegemônicas e impostas pelos governos lacaios de Collor e FHC. Com elas a União Federal gastou centenas de bilhões de reais (nada recebendo em valor líquido) para entregar patrimônios públicos de valor imensurável, avaliados, em visão de curto prazo, em dezenas de trilhões de dólares.

16. Recordou-me uma das admiradoras do professor tê-lo visto, em pé, a bordo de um caminhão, com outras figuras ilustres, como o general Antônio Carlos Andrada Serpa, manifestando contra a criminosa doação (privatização) da Cia. Vale do Rio Doce. Lembra, a propósito, o jornalista Beto Almeida, ter o professor ingressado com representação na Procuradoria da Justiça Militar contra o ex-presidente FHC, acusando-o, fundamentadamente, de alienar o subsolo, território nacional, o que constitui crime dos mais graves entre os cominados pelo Código Penal Militar.

Por que Lula tem saudades de Meirelles

Data: 13/07/2013 - Autor: Adriano Benayon

1. Sim, Meirelles faz falta, pois mantinha os juros reais enormemente altos para satisfação da oligarquia financeira mundial e seus subalternos do Itaú e demais patrocinadores do inqualificável entreguista FHC.

2. Com isso, Lula contou com o aval do eixo Londres/Nova York. Estava, pois, blindado.

3. Dilma já não conta com o mesmo respaldo da metrópole. Está cada vez mais acuada, cede cada vez mais às transnacionais de todas as áreas (como seus predecessores) e, ainda assim, está sob o fogo da desestabilização.

4. Embora a oligarquia já tenha quase tudo, ou praticamente tudo, está usando essa tática para obter ainda mais. Aproveita mais uma crise às portas – e as crises são tão certas como o sol e a chuva, nesse modelo desnacionalizante, concentrador e destruturante. Eles vêm, sempre violentas após alguns anos, de arrefecimento. Ela já se preuncia com o volume e aceleração do crescimento do déficit nas transações correntes, além de conflitos que já configuram convulsão ou pré-convulsão interna.

5. A oligarquia está usando a linha de culpar – não de todo injustamente, o governo de Dilma pela crise – cuja verdadeira causa é o próprio modelo dependente e entreguista, escondendo-a como sempre. Saqueia enquanto ilude, principalmente a classe média, com falsas avaliações e a ilusão de que as eleições podem mudar alguma coisa para melhor (na verdade, sempre podem, para pior).

6. Assim, para assegurar seu poder total sobre o País, a oligarquia busca o melhor dos mundos para ela: extorquir o máximo de Dilma, enquanto a prepara a entrada dos radicais do entreguismo nas próximas eleições.

7. Finalizando, Lula mostra-se, como sempre, hábil manipulador, apesar de sua ignorância, decorrente em parte de sua esperteza. Muitos, como provavelmente Lula, fingem não entender certas coisas, como estratégia para se manter à tona num sistema que só dá espaço aos medíocres, seja os inatos, seja os que simulam essa condição.

Marina começa a sair do armário

Data: 19/08/2013 - Autor: Adriano Benayon

1. Mais uma vez, recordo que Marina, de há muitos anos, funciona como agente da oligarquia financeira, chefiada pela família real britânica, notadamente em favor da criação de parques ecológicos e de reservas indígenas (inclusive com índios sendo importados para o local) em imensas áreas, que já abrangem grande parte da Amazônia, caracterizadas por seu riquíssimo subsolo, cheio de minerais preciosos e estratégicos, como nióbio e terras raras.

2. Como se sabe, foi aprovada na ONU, há alguns anos, declaração cujo objeto é legalizar a secessão desses territórios. Mesmo que essa não seja formalizada, o fato é que brasileiros são impedidos de entrar nesses territórios, nos quais os índios são manipulados por ONGs e instituições religiosas, a serviço da oligarquia anglo-americana.

3. Alguns caciques tem estado no exterior sendo supostamente preparados para serem os respectivos governantes nominais, além de apresentados a reis da Europa, liderados pela família real britânica e a outros satélites dessa oligarquia. Claro que esses caciques serão títeres para ceder a exploração das fabulosas riquezas dos territórios em questão.

4. Portanto, ninguém mais talhada do que essa Marina, com sua cara de gente do povo, e vontade de locupletar-se com a desgraça do povo, para continuar o serviço de manter o Brasil na rota do atraso, cada vez mais atrelado à oligarquia financeira dos bancos internacionais e de seus associados menores “brasileiros”, a cevar-se das taxas de juros reais mais elevadas do mundo.

5. Sem falar no elevadíssimo endividamento privado (pessoas físicas e jurídicas - em relação ao qual as taxas de juros, em geral, são múltiplos das já incríveis que incidem sobre os títulos públicos - o fato é a jamais auditada e absurda dívida pública está num patamar no qual taxas como as atuais a tornam explosiva.

6. Já falei também que, entre as desgraças programadas com a entrega do petróleo às petroleiras do cartel mundial, está a perspectiva de o Brasil tornar-se grande exportador de petróleo. Isso implicará que os donos das divisas (essas petroleiras transnacionais) as vendam ao Banco Central, o qual, por sua vez, para enxugar a moeda entregue a essas transnacionais, emitirá títulos em quantidades absurdas.

7. Consequência: elevação em flecha da dívida interna, em mãos das companhias estrangeiras de petróleo, que ficarão em condições de arrematar o que falta desnacionalizar no Brasil, e ainda terão muito dinheiro sobrando.

O Brasil na passagem de ano 2003/2004

Data: 15/12/2013 - Autor: Adriano Benayon

1. Edulcorado pelo IBGE, o desemprego ficou em 12,9% em outubro de 2003, superando os 11,2% de há um ano. O rendimento médio dos assalariados caiu 15,2% no período. O desemprego na região metropolitana de São Paulo (DIEESE) subiu de 19% para 20,4%. O IBGE diz que o PIB real do 3º trimestre de 2003 foi inferior em 1,3% ao 3º trimestre de 2002, o que implica queda de 3,3% do PIB por habitante.

2. Mas o tombo é maior, pois os índices de atualização monetária do IBGE não são satisfatórios, e ele só apontou os valores correntes até o 1º semestre de 2003. Com esses valores, verifica-se que entre o 1º semestre de 2002 e o de 2003, houve variação negativa do PIB: 1,3% pelo IPCA e 11,9% pelo IGP-DI. Excluídas as exportações, o declínio atingiu 7,45% pelo IPCA e 17,4% pelo IGP-DI.

3. A situação é ainda pior do que a retratada pelas cifras de 2003, já que o PIB estagna ou declina há muito. Nos oito anos de 1996 a 2003, somente em um (2000, com 3%), a taxa oficial de crescimento real do PIB foi superior à do incremento populacional. Avalia-se, assim, como se acelerou a trituração das pequenas e médias empresas, a dos autônomos e a dos assalariados. Em conjunto, resultam graves danos estruturais: atividades abandonadas e dezenas de milhões de pessoas desaprendendo suas especializações.

4. Entretanto, foram espantosos os lucros dos bancos e os de algumas das maiores empresas, sobretudo as com alto coeficiente de exportações, como as siderúrgicas e as do agronegócio. Das companhias voltadas principalmente para o mercado interno, poucas tiveram ganhos expressivos, como a Petrobrás, que substituiu importações de petróleo e produziu, em novembro, mais 15,4% do que há um ano. Não se faz menção às transnacionais, porque seus lucros não figuram nos balanços, transferidos que são para fora do País, por meio dos preços de exportações e importações e de despesas com o pagamento de serviços superfaturados ou fictícios.

5. Não há como reverter a tendência entrópica sem a substituição completa do modelo econômico.

6. Entretanto, o Executivo empossado em janeiro de 2003 não só manteve, como radicalizou as políticas de seu malfadado antecessor: 1) As taxas de juros da SELIC, aplicada à dívida mobiliária, permaneceram em patamar altíssimo, e as do crédito às firmas e indivíduos, em níveis ainda mais intoleráveis. 2) O BACEN alega, falsamente, que essas taxas são para conter a inflação, o que é desmentido pela expansão de 34,6% da base monetária no período de 12 meses até novembro último. 3) O superávit primário ultrapassou 5% do PIB: bem mais que os absurdos 4,25% do "acordo" com FMI (no de FH eram 3,75%). 4) Como nunca dantes, foram draconianos os cortes no gasto público não destinado ao serviço da dívida pública, e ainda assim, o estoque dela cresceu. 5) Tal a dimensão da dívida e tão altas as taxas de juros, que grande parte destes é capitalizada, aumentando-lhe o montante, apesar de o Tesouro e o BACEN pagarem juros cada vez maiores. 6) A depressão da economia interna é também propulsada pela voracidade fiscal, de que são exemplos contundentes: a) o aumento da alíquota da COFINS de 3% para 7,6%, nem de longe passível de ser compensado pela supressão da cumulatividade; b) a recusa do Executivo a qualquer revisão monetária da tabela do imposto de renda de pessoa física, a qual já acumula defasagem superior a 95%, conforme o IGP-DI.

7. Estão louvando o crescimento das exportações. Mas ele decorre do aniquilamento do mercado interno. Já o câmbio, apesar da recuperação em 2003, está desvalorizado em 24% em comparação com o final de 2001. Saiu-se de um déficit de transações correntes com o exterior de mais de R\$ 20 bilhões/ano para um superávit de US\$ 3 bilhões, o que possibilitaria reduzir a dívida externa. Triste e curiosamente, porém, deu-se o contrário: em 2003, até junho, a dívida externa aumentou US\$ 8,1 bilhões, para atingir US\$ 235,8 bilhões. Isso se deu porque, não obstante grandes ingressos de capital estrangeiro em carteiras de ações e opções, o grosso das entradas proveio da captação de títulos pelo setor privado e pelo Tesouro. Os investimentos diretos caíram para R\$ 9,4 bilhões nos últimos 12 meses, e os bancos situados no Brasil enviaram consideráveis recursos para o exterior.

8. Portanto, o setor externo não goza de boa saúde, embora seja prioridade absoluta do Executivo, cuja meta única é ter boas relações com o sistema financeiro internacional. Os índices Bolsas de Valores sobem quando a economia se deteriora. Sádicos, os "mercados" exultam ao ver aprovadas as

"reformas" impostas pelo FMI, a grave dano do País. O governo funciona como agente do mega capital globalizado ou considera preferível ceder a enfrentá-los. Num ou noutro caso, o resultado é dilacerar o País.

9. Novo "acordo" eleva para US\$ 32 bilhões a dívida com o FMI. Aumenta as reservas brutas, mas as líquidas ficam em baixo nível: US\$ 15 bilhões. São liberados US\$ 6 bilhões afora os US\$ 8,2 bilhões que o País podia sacar pelo "acordo" anterior. São adiados para 2007 pagamentos que venceriam no mandato do atual Executivo. Sem isso as parcelas devidas ao FMI em 2005 e 2006 somariam US\$ 20 bilhões. O sentido é: 1) livrar bancos comerciais estrangeiros de sua exposição no Brasil; 2) assumir mais dívida e alongar prazos, em detrimento do sucessor; 3) pagar mais juros. No total preveem-se até 2007 amortizações de US\$ 125 bilhões, sendo US\$ 55 bilhões do setor público e US\$ 70 bilhões do privado.

10. Inviabilizada cada vez mais a estrutura produtiva e levando a taxaço a extremos absurdos, a fim de pagar juros e amortizações, o equilíbrio, além de precário, situa-se em patamar muito baixo. É tão precário, que houve cinco crises cambiais nos últimos seis anos. Ademais, esse equilíbrio depende da demanda mundial, em meio a depressões e recessões nos países "desenvolvidos" e na grande maioria dos "emergentes", exceto China, Índia, Rússia e Argentina.

A oligarquia internacional deseja a depressão e o caos político

Data: 10/02/2014 - Autor: Adriano Benayon

1. É hora de abrir o olho. Estamos no Brasil e no Mundo em situação especialmente perigosa, de que há copiosas manifestações, cujas causas são sistematicamente ocultadas, pois os que estão por trás delas, querem operar despercebidos.

2. As potências hegemônicas, suas associadas e satélites seguem em depressão econômica, com aspectos mais perversos que os da iniciada em 1930 e que só terminou, em 1943, nos EUA - com a mobilização de dezenas de milhões de combatentes na Segunda Guerra Mundial, mais os vultosos investimentos para produzir armas. Na Europa e na Ásia, a depressão foi substituída pela devastação.

3. A terrível Guerra de 1939 a 1945 não foi desencadeada para acabar com a depressão, pois sempre os móveis são obter mais poder, arruinar potências vistas como rivais e desviar o foco dos reais problemas sociais e econômicos.

4. Agora, desde a contrarrevolução liberal dos anos 80, a financeirização e a concentração do poder econômico e da renda deram grandes saltos, enquanto decai o patrimônio e a renda real, no caso da grande maioria dos que trabalham e no da crescente massa dos desempregados.

5. Essa iniquidade jamais poderia ser tolerada sob sistemas democráticos. Assim, quase nada resta do pouco de democracia, antes presente nos sistemas políticos representativos, hoje mera embalagem, com rótulo falso, de um sistema tirânico, que investe massivamente em contracultura, desinformação e alienação, há mais de século.

6. Assim, institucionalizou-se a mentira, e a verdade é reprimida através de instrumentos totalitários, radicalizados desde os ataques 11/09/2001.

7. O terrorismo de Estado dirige-se contra os cidadãos e é usado para marquetar, como justas, agressões militares genocidas contra países alvos da geopolítica da oligarquia anglo-americana: Afeganistão, Iraque, Somália e Líbia.

8. Além disso, EUA, Reino Unido, Israel e satélites têm intervindo em numerosos países com golpes e pretensas revoluções suscitadas por serviços secretos, mercenários e organizações terroristas. Síria e Ucrânia são alvos preferenciais dessas agressões, sem falar nas permanentes pressões e falsas acusações contra o Irã.

9. O prelúdio da Segunda Guerra Mundial, nos anos 30, também apresentou invasões e conflitos localizados, e a ascensão de regimes fascistas (Itália, Alemanha e Japão), além de na Espanha, após sangrenta guerra civil, de 1936 a 1939, com participação de forças militares estrangeiras.

10. No presente, a depressão econômica prossegue, bem como suas trágicas consequências sociais. A oligarquia financeira está cada vez mais concentrada e tem cada vez mais poder sobre os governos – à exceção dos demonizados, por não se submeterem – pela mídia e pelas demais instituições formadoras de opinião.

11. A oligarquia não deseja acabar com a depressão – tarefa fácil, se fosse decidida – e visa concentrar mais poder e tornar irreversível o controle totalitário sobre o Planeta, seus recursos e habitantes. Isso envolve desumanizar os seres humanos, inclusive acabando com as sociedades nacionais.

12. As soluções para recuperar a economia podem ser entendidas por qualquer pessoa sensata, não bitolada por lugares comuns disseminados pelos economistas mais renomados (justamente por agradarem a oligarquia).

13. A depressão dos anos 30, explodiu com violência, notadamente na Alemanha, exaurida pelas reparações da 1ª Guerra Mundial. Ali o desemprego atingiu 6 milhões em março de 1932.

14. Economistas competentes, como Lautenbach, alto funcionário do ministério da economia, mostraram o caminho correto, apoiado pela federação das indústrias, semelhante ao plano de Woytinski, sustentado por sindicatos de trabalhadores.

15. Em 1931, Lautenbach apresentou o *memorandum* “Possibilidades para reviver a atividade econômica, através do investimento e da expansão do crédito”. Afirmou:

O curso para superar a emergência econômica e financeira não é limitar a atividade econômica, mas aumentá-la, porque o mercado não mais funciona nas condições de depressão e crise monetária mundial.

Neste momento, temos situação paradoxal, na qual, apesar dos cortes extraordinários na produção, a procura ainda está defasada em relação à oferta. Assim, temos excedentes crônicos da produção, com os quais não sabemos lidar. Encontrar algum modo de transformar esses excedentes em valor real é o problema real e o mais urgente da política econômica.

Excedentes de bens físicos, capacidade não-utilizada dos equipamentos produtivos e força de trabalho não-aproveitada podem ser aplicados para satisfazer uma nova necessidade, a qual, do ponto de vista econômico, representa investimento de capital.

Podemos conceber tarefas como obras públicas, ou obras realizadas com apoio público – que para a economia significariam aumento da riqueza nacional – e que teriam de ser feitas de qualquer modo, quando se voltasse a ter condições normais (construção de estradas, expansão do sistema ferroviário, melhoramentos na infraestrutura, etc.).

Com tal política de crédito e investimentos, será remediado o desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado interno, e toda a produção terá ganhado direção e objetivo. Se, todavia, deixarmos de instituir tal política, estaremos encaminhados para inevitável e continuado colapso e para a completa destruição da economia nacional, levando-nos a uma situação que nos forçará, para evitar uma catástrofe, a assumir dívidas de curto prazo meramente para fins de consumo; enquanto que hoje, está ainda em nosso poder obter esse crédito para fins produtivos e, assim, recolocar em equilíbrio tanto a economia como as finanças públicas.

16. Woytinski recomendou explorar oportunidades de complementar as iniciativas das empresas privadas com a criação de empregos, através de investimentos públicos. Propôs, ainda, a liberação de fundos, via políticas de expansão monetária para a reconstrução da Europa.

17. Em janeiro de 1932 foi apresentado o plano de criação de empregos WTB (Woytinski, Tarnow e Baade) para criar 1 milhão de novos empregos, com investimentos financiados por créditos de longo prazo, a juros baixos, pela Reichskredit AG, descontáveis no Reichsbank.

18. A Confederação Geral dos Trabalhadores Alemães aprovou esse plano, recusado, entretanto, conforme o parecer dos “peritos economistas” Hilferding, Naphtali e Bauer, pelo Partido Social-Democrata.

19. Schäffer, secretário de Estado do ministério das Finanças, apoiou o plano de Lautenbach. Moção similar partiu de Wagemann, chefe do Escritório Nacional de Estatísticas que, em janeiro de 1932, publicou seu plano que incluía emitir 3 bilhões de *reichsmarks* para criar empregos.

20. Nada disso foi adiante, pois não interessava à oligarquia anglo-americana. Esta armava a subida de Hitler ao poder, mesmo tendo os nazistas perdido 2 milhões de votos nas eleições de 6/11/1932.

21. Após essas eleições, o presidente, marechal Hindenburg, nomeou chanceler o chefe do Estado-Maior, general von Schleicher, que propunha pôr em execução as políticas recomendadas por Lautenbach, Woytinski e Schäffer, e apoiadas por entidades de classe patronais e dos trabalhadores.

22. A oligarquia financeira tratou de evitar que von Schleicher sequer as iniciasse, minando-lhe a sustentação política, enquanto conspirava na chantagem junto ao marechal-presidente para nomear Hitler, consumada em 30.01.1933.

23. O objetivo era a Segunda Guerra Mundial, pois Hitler anunciara no “Mein Kampf” seu desígnio de atacar a União Soviética. Finalidade: empregos e recuperação econômica só mediante a mobilização para a guerra, que destruiria mutuamente Alemanha e Rússia.

24. Hoje, o Estado é enfraquecido como agente de desenvolvimento econômico e social. Ele serve, nos países-sede da oligarquia, para erguer enormes arsenais de armas destrutivas e hipertrofiar órgãos de repressão, serviços secretos e meios tecnológicos de desinformar.

25. Nos países periféricos, como o Brasil, o Estado, empobrecido pelo serviço da dívida e pelas privatizações, funciona para arrecadar recursos para a dívida e subsidiar empresas transnacionais.

26. Com a política econômica dominada pela oligarquia financeira, a concentração não cessa de crescer. No trabalho TheNetwork of Global Corporate Control, publicado em 2011, os matemáticos suíços, Vitali, Glattfelder e Battiston, demonstraram a interligação das corporações econômicas e financeiras por laços diretos e indiretos de propriedade.

27. Com dados sobre 43.000 transnacionais (ETNs), chegaram a 1.300 maiores companhias com fortes elos entre si, núcleo refinado para um de só 737 companhias, que controlam 80% das 43.000. Mais

elaboração permitiu chegar a 147, detentoras da propriedade quase total sobre si mesmas, mais 40% das 43.000.

28. As 147 são basicamente controladas por somente 50, das quais 48 são financeiras. Apenas duas envolvem-se diretamente com a economia real (Walmart e China Petrochemical Group).

29. Susan George, do Transnational Institute, Amsterdam, conclui:

Nossos problemas originam-se do 0,1%, na verdade do 0,001%.

Mas essa fração não retrata a dimensão infinitesimal, em relação à população da Terra, da minoria que concentra o poder econômico, financeiro e político.

30. De fato, existe hierarquia entre os donos das companhias mais poderosas, e, entre esses, muito poucos exercem comando sobre bancos centrais, instituições financeiras multilaterais e mercados financeiros.

31. George aponta as interligações entre a finança e as corporações de petróleo e gás, e seus vínculos com a indústria automotiva, gastadora de combustíveis fósseis.

32. O poder dos concentradores financeiros manifesta-se, inclusive, pelo fato de o 1% do topo pagar percentual de tributos inferior ao de qualquer época desde os anos 20, apesar da enorme elevação de seus ganhos e de seu patrimônio nos últimos 35 anos.

33. Mais: dezenas de trilhões de dólares/euros das emissões dos bancos centrais e das receitas tributárias foram usados para salvar da bancarrota instituições financeiras cujos controladores e executivos haviam lucrado dezenas de trilhões com jogadas financeiras, em operações alavancadas, sobre tudo com o quatrilhão de derivativos criados a impulsos de chips, antes do colapso de 2007/2008.

34. Pior: o dinheiro posto nos bancos é aplicado em novas especulações, criando novas bolhas, prestes a estourar. A conta fica para os cidadãos dos países endividados, inclusive dos EUA, e maior para os dos menos privilegiados que não podem emitir dólares.

35. No Brasil, recordista mundial de juros altos, só dois bancos, Itaú e Bradesco registraram R\$ 28 bilhões de lucros em 2013.

O Estado e o desenvolvimento no Brasil

Data: março de 2014 - Autor: Adriano Benayon

1. O desenvolvimento econômico só é viável se também for social, pois a acumulação primitiva não resulta em desenvolvimento se o Estado não corrigir a concentração econômica. Ele consiste na crescente incorporação de capital e de tecnologia ao processo produtivo, tanto nos bens e serviços de consumo e de uso individual como nos coletivos: energia, transportes, comunicações, saneamento, saúde, educação, cultura e informação.

2. Desse modo, a elevação do percentual de bens e serviços com alto valor agregado, resultante da intensificação de tecnologia e capital, deve envolver razoável distribuição do poder social. Condição não menos importante é que essa intensificação se realize no seio de empresas controladas por capital nacional. Do contrário, o grosso dela ocorre somente no exterior.

3. Já a distribuição do poder social requer neutralizar ou eliminar cartéis e oligopólios em economias capitalistas, e estatizar atividades em que o monopólio seja natural. Em economia centralmente dirigida, impõe dividir as megacorporações estatais nos setores em que a concorrência seja indicada, inclusive privatizando parte das unidades produtivas. Em todos os países que se desenvolveram, o Estado teve ação decisiva, depois negada na história escrita ao gosto da oligarquia capitalista, que se fortaleceu com a concentração e a consequente subordinação da economia de mercado ao seu império.

4. Surgiram, com a concentração, teorias e políticas conducentes a reduzir o papel do Estado, bem como a fazer o Estado perder sua função de agente do desenvolvimento e privatizar empresas estatais. Ele deixou de intervir em favor do equilíbrio social e passou a privilegiar grandes bancos e grupos privados, desregulamentando as finanças, a indústria etc., além de privilegiar o crescimento da produção de armamentos, por meio das compras de Estado.

5. O Brasil não chegou ao desenvolvimento, porque teve sua economia desnacionalizada após os golpes de Estado determinados pela geopolítica das potências imperiais, notadamente o de agosto de 1954. De fato, o governo instalado por esse golpe ofereceu o mercado às empresas transnacionais (ETNs), com subsídios inimagináveis: a) permitir às ETNs importar bens de capital usados, há muito amortizados com as vendas dos seus produtos no exterior; b) atribuir a essas importações valores significativas; c) permitir seu registro como investimento estrangeiro; d) converter essas quantias para a moeda nacional, à taxa livre de câmbio (cuja cotação equivalia ao dobro da taxa preferencial); e) nas remessas às matrizes converter seus enormes ganhos à taxa preferencial.

6. Esses favores foram mantidos e ampliados no demagógico governo de Juscelino Kubitschek, ao final de cujo quinquênio (1956-1960) o País teve a primeira crise de dívida externa desde o início dos anos 30 (Vargas havia praticamente reduzido a zero a dívida em 1943).

7. O primeiro governo pós 1964 diminuiu o investimento público e tornou proibitivo o crédito para as empresas nacionais, o que fez falir grande número destas. Debilitadas e excluídas do mercado as empresas nacionais, não há como desenvolver no País significativa tecnologia, a qual só se cria para produzir bens vendáveis no mercado.

8. Os governos seguintes reeditaram as altas taxas de crescimento do PIB do período JK, sob o mesmo modelo de dependência financeira e tecnológica. O endividamento externo cresceu aceleradamente devido aos déficits de transações correntes causados pelas remessas das ETNs e pelos pagamentos por importações de equipamentos e insumos (usinas inteiras em pacotes tecnológicos fechados) para as obras públicas e setores básicos, em concorrências com especificações desenhadas pelo Banco Mundial, favorecendo os custosos fornecimentos de grandes grupos transnacionais.

9. Os investimentos públicos na infraestrutura propiciavam economias externas às ETNs, que enviavam enormes lucros, como despesas, para o exterior, além de superfaturar importações e subfaturar exportações. Disso decorreu o crescimento exponencial da dívida externa, que eclodiu na inadimplência em 1982. A partir daí, o País tornou-se refém do garrote externo e da dívida interna, em progressão galopante impulsionada pelas taxas de juros mais altas do mundo.

10. Desde a Constituição de 1988, com a introdução fraudulenta, no § 3º, inciso II do art. 166, de dispositivo que privilegia o serviço da dívida. Com isso, a União já gastou, em valores atualizados, R\$ 10 trilhões, sangria que se cumula com as demais, também decorrentes da desnacionalização e da concentração.

11. Outro desastre determinado pela Constituição está no art. 164, que impede o Tesouro de emitir moeda – competência atribuída exclusivamente ao Banco Central – e de ser financiado por este, que só pode financiar bancos. O Tesouro, pois, paga-lhes elevados juros para obter recursos monetários.

12. Assim, os governos reduziram drasticamente os investimentos públicos, além de fazê-los em função das demandas dos grupos concentradores e através de empreiteiras e concessionárias. Conformou-se, pois, ser inviável o Estado funcionar como agente do desenvolvimento, no âmbito de uma economia desnacionalizada e concentrada.

13. As eleições diretas, em meio a tais condições estruturais, foram mais uma ilusão, sendo os resultados e a escolha dos candidatos com chances, decididos pelo binômio dinheiro (caixa um e caixa dois) e grande mídia.

14. Desde 1991, sob Collor, instituíram-se emendas constitucionais e leis contrárias aos interesses nacionais, entre as quais as das privatizações, implementadas de forma corrupta sob FHC, com enormes gastos da União, e mantidas e ampliadas sob os governos petistas. Portos, aeroportos e mais estradas têm sido objeto de concessões e administrados por grupos privados, que se apossam de patrimônios edificados com recursos públicos – sem obrigação de melhorá-los nem sequer de realizar sua manutenção – e com direito a arrecadar tarifas dos usuários.

15. Desde FHC, a administração pública foi desestruturada. Por exemplo, entregar a normatização e a gestão de energia, petróleo, águas e outras áreas fundamentais a agências dirigidas por gente vinculada aos interesses privados. Outro esquema são as PPPs (parcerias público-privadas) para investir na infraestrutura, com projetos financiados, a juros favorecidos, por bancos oficiais, e construídos e depois geridos por grupos privados com lucros garantidos e risco coberto pelo Estado.

16. Com a lei 9.478/1997, ETNs puderam adquirir áreas de exploração do petróleo, que podem exportar em condições vergonhosas para o País. Este recebe royalties cujo percentual corresponde a uma pequena fração dos pagos a países, onde, diferentemente do Brasil, o petróleo não foi descoberto pela estatal do País. A demissão do Estado culminou no leilão do pré-sal, regido por nova lei que tampouco atende aos interesses nacionais.

17. Prevalecem sistemas de espoliação do País e de seu povo, tanto através dos oligopólios do mercado, como nos serviços públicos. Os transportes urbanos caracterizam-se pela de ciência dos meios coletivos e pela prevalência dos veículos automotores. Desde JK a infraestrutura de transportes é planejada só em função das ETNs automotivas e do petróleo, razão pela qual não há grandes cidades adequadamente servidas por metrô, nem mesmo São Paulo. (SP tem cinco vezes menos quilômetros de linhas que Xangai) Tampouco se investiu em vias fluviais, canais e eclusas, nem na navegação de cabotagem, nem em ferrovias.

18. O Brasil tem recursos naturais para produzir óleos vegetais, com alta produtividade: mais e melhores combustíveis que a Arábia produz com o poluente e não renovável petróleo. Mas o programa da biomassa – em que só o etanol, hoje em declínio, ganhou expressão – foi desvirtuado desde que sofreu intervenção do Banco Mundial no final dos anos 70.

19. Escândalo não menor: o sistema elétrico privatizado e regido por normas de “mercado”, grandemente manipuladas. O Brasil é o único país onde usinas hidráulicas com mais de 30 anos de operação vendem energia a preço de térmica a óleo.

20. Ademais, o Estado subsidia escolas e instituições de “saúde” privadas, conferindo bolsas, enquanto negligencia a quantidade e qualidade das escolas e das instituições de saúde públicas.

21. Em suma, tudo isso reflete a demissão do Estado e o controle deste por interesses estranhos ao da sociedade.

Ucrânia e Brasil

Data: 21/03/2014 - Autor: Adriano Benayon

GUERRA E DEPRESSÃO

1. O móvel da oligarquia financeira para desencadear guerras em grande escala, bem como conflitos localizados, é ganhar mais poder, subordinando países e regiões ao império e enfraquecendo os que poderiam conter essa expansão.
2. Na 1ª e 2ª Guerras Mundiais, respectivamente França versus Alemanha e Alemanha versus Rússia (União Soviética), as potências anglo-americanas só se engajaram com intensidade, no final, para ocupar espaços, estando aqueles contendores desgastados.
3. As duas grandes conflagrações eclodiram após longos períodos de depressão econômica e serviram como manobra de diversão em face das consequências sociais e políticas da depressão.
4. No Século XXI, os conflitos armados grandemente destrutivos estão tornando-se mais frequentes após o golpe preparatório: a implosão das Torres Gêmeas, em setembro de 2001.
5. Os principais alvos têm sido países islâmicos, envolvendo a geopolítica da energia. Desde 2001 o Afeganistão está sob agressão. Em 2003, destruição e ocupação do Iraque. Ataques a Sudão, Somália e Iêmen. Em 2011 a brutal agressão e intervenção da OTAN na Líbia. Durante todo o tempo, pressão e hostilização a Síria e Irã.
6. Em 2013, a agressão à Síria foi intensificada com a invasão por mercenários e extremistas, grandemente armados, com participação das monarquias petroleiras do Golfo Pérsico, lideradas pela Arábia Saudita, e colaboração da Turquia e de outros membros da OTAN.
7. Mas, na Síria, o governo conseguiu resistir, com seus recursos e disposição e com apoio militar e político da Rússia, inclusive no Conselho de Segurança da ONU.

UCRÂNIA

8. O êxito, até o momento, dessa resistência, levou a potência hegemônica retornar a ataques mais incisivos contra a ex-superpotência, que busca reconstruir-se. Daí, o recente golpe de Estado na Ucrânia.
9. Ademais, Putin fortaleceu os laços econômicos e políticos da Rússia com a China e países da Ásia Central, frustrando a estratégia anglo-americana de manter divididas e vulneráveis as potências capazes de alguma resistência a seu projeto de governo mundial absoluto.
10. Claro que os EUA nunca deixaram de reforçar o cerco à Rússia, desde a desmontagem da União Soviética, instalando bases de mísseis em ex-aliados de Moscou, com destaque para a Polônia. Teleguiaram a “revolução laranja” na Ucrânia, em 2004, mais um marco no enfraquecimento desse país de consideráveis dimensões e recursos naturais e população em grande parte russa.
11. Ao verem contida a intervenção na Síria – e presenciar o Irã muito pouco abalado pelas sanções e incessantes hostilizações - os EUA trataram de atingir o flanco da própria Rússia.

12. Instaram a União Europeia (UE), sua virtual satélite, a fazer ingressar nela a Ucrânia, visando a pô-la na OTAN, colocando bases militares contra a Rússia virtualmente dentro desta.

13. Entretanto, o presidente da Ucrânia, Yanukovych, constitucionalmente eleito, não concordou em aderir à UE sem discutir as draconianas condições impostas: adotar as medidas econômicas do figurino do FMI: cortar em metade o valor das pensões, suprimir benefícios sociais, demitir funcionários, privatizar mais patrimônio público em favor de plutocratas, tudo para pagar dívidas com bancos ocidentais.

14. Essas são as medidas às quais estão amarrados os pífios empréstimos que UE e EUA acabam de conceder após o golpe, desencadeado a partir de conversa telefônica entre a Subsecretária de Estado dos EUA, Victoria Nuland, e seu Embaixador na Ucrânia.

15. Utilizaram-se as redes sociais e outros meios de arrebanhar massas descontentes e as levaram à praça Maidan, ignorando elas que suas lastimáveis condições de vida vão piorar muito após o golpe.

16. A polícia foi acusada de autora dos disparos feitos por gangs neonazistas e outras extremistas, como foi constatado pela chefe das relações exteriores da União Europeia e pelo ministro do exterior da Estônia, conforme conversa telefônica entre ambos, cuja autenticidade foi confirmada pelo ministro: <http://rt.com/news/ashton-maidan-snipers-estonia-946/>.

17. Isso é evidentemente omitido pela grande mídia, que só publica o que interessa aos governos dos EUA, aliados e satélites, todos subordinados à alta finança e ao big business.

18. Ninguém deveria desconhecer que ela mente, 24 horas por dia, e ainda mais desde a destruição, por dentro, das Torres Gêmeas em Nova York, golpe a partir do qual os EUA institucionalizaram mais instrumentos totalitários de repressão.

19. Mas engana muita gente, mesmo após ter sido desmascarada inúmeras vezes, como quando se comprovou ter o Secretário de Estado de Bush, Colin Power, mentido descaradamente sobre a existência de armas de destruição de massa no Iraque, negada pelo próprio observador das Nações Unidas.

20. É ao big business que agrada o golpe na Ucrânia, após já vir lucrando, antes dele, em negócios com os oligarcas corruptos atraídos para a órbita da oligarquia financeira, principalmente britânica.

21. De fato, anunciam-se novos acordos com as petroleiras anglo-americanas (Chevron etc.) para extrair xisto, pelo processo altamente poluente fracking, bem como a cessão de terras ao agronegócio norte-americano, Monsanto à frente, com intenso uso dos letais transgênicos e agrotóxicos, nas grandes extensões férteis da Ucrânia.

22. O destino dos ucranianos, se confirmado o ingresso na UE, não diferirá do que assola a Grécia, e se abaterá também sobre os russos e outras nacionalidades que vivem em territórios cedidos à Ucrânia pelo bêbado Kruchev.

23. Putin está agindo com extrema cautela, tendo-se limitado a apoiar o parlamento da Crimeia em seu desejo de unir-se à Rússia, reforçando efetivos militares na península e no mar.

24. A China manifestou-se solidária à Rússia, inclusive por estar investindo na Ucrânia, como faz em todo lugar suscetível de exportar alimentos e outras matérias-primas.

25. A renda por habitante da Ucrânia equivale a 1/3 da russa, que não é alta, e a Rússia já acolheu três milhões de ucranianos em seu território. O agravamento das condições sociais levará a maior êxodo para a Europa Ocidental, que já tem enorme desemprego.

BRASIL

26. O processo aqui em curso tem semelhanças com o da Ucrânia: insatisfação com as condições de vida e com a corrupção; ignorância das causas desses males.

27. Na nova ágora da internet e redes sociais, circulam versões absurdas como a de que o governo petista tem por objetivo implantar o comunismo.

28. Na realidade, esse governo, como seus predecessores, depende do big business transnacional, cujo domínio intensifica os problemas do País: concentração, desnacionalização e desindustrialização da economia; dependência tecnológica.

29. Difundiu-se muito no Brasil vídeo em que uma jovem ucraniana defende liberdade e democracia no errado contexto das massas iludidas na Ucrânia pelos mobilizadores do golpe. Na realidade, uma peça produzida por empresa de marketing político, sob os auspícios da agência norte-americana “National Endowment for Democracy”.

30. Este e outros braços do império acionaram as ONGs a seu serviço, a par dos nazistas, conforme a tradição da CIA, desde o final da 2ª Guerra Mundial. O que se vê na Ucrânia são homicídios, vandalismo e torturas, reiteradas agora com tiros sobre manifestantes pró-Rússia.

31. O objetivo da oligarquia financeira anglo-americana no Brasil, até para prosseguir apropriando-se de seus recursos de toda ordem, é intensificar a desnacionalização e demais instrumentos para enfraquecê-lo.

32. Os meios de controle da informação - inclusive espionagem eletrônica, *hacking* - combinam-se com a corrupção de todo o sistema institucional. A presidente é acuada para aumentar o ritmo das concessões.

33. Estão presentes as consequências das falhas estruturais da economia brasileira, que venho, de há muito, denunciando, as quais se poderão manifestar de forma aguda após julho, apesar de haver eleições em outubro.

34. A crise brasileira tem face interna - física e financeira - como o serviço da dívida: R\$ 900 bilhões para 2014; e face externa: déficit nas transações correntes com o exterior acumulando US\$ 188,1 bilhões em três anos (US\$ 81,4 bilhões só em 2013).

35. Além disso, seus efeitos econômicos e sociais podem ser agravados pelas repercussões do colapso financeiro no Hemisfério Norte, próximo de ressurgir.

China, EUA e Brasil

Data: 20/05/2014 - Autor: Adriano Benayon

1. Qual será o melhor regime para o Brasil? Aquele que lhe garanta autodeterminação e lhe assegure desenvolvimento tecnológico e social.

2. Para chegar a isso, não poderá continuar com a economia desnacionalizada e concentrada, nem com suas políticas sendo determinadas por carteis financeiros e econômicos. Então, o que se deve fazer? Para conceber algo próximo ao ideal, há que avaliar o que ocorre na prática.

3. À parte as questões da tradição e da cultura, o regime e as políticas da China têm obtido êxitos consideráveis na consecução dos objetivos nacionais, inclusive ombrear-se com as grandes potências,

e elevar o bem-estar social. Mas seu sistema pode ser criticado, entre outros aspectos, por não estar evitando excessiva concentração de renda no setor privado, embora esta seja ainda muitíssimo menor que a das tradicionais economias capitalistas e suas dependências periféricas.

4. Tem-se falado muito na ascensão econômica da China. Segundo novas estimativas do Banco Mundial, conforme a PPP (paridade do poder de compra) o PIB da China já supera o dos EUA, ficando ultrapassadas as que não atualizavam os dados, desde 2005. Essas só o previam para 2019.

5. Alguns números não fecham. Diziam que, pela PPP, o PIB da China equivalia em 2003 a 60% do dos EUA. Ora, se aplicarmos as respectivas taxas de crescimento acumuladas de 2003 a 2013 (164,1% e 16,05%), resulta que o PIB chinês já superava o estadunidense em 35,5%.

6. Ademais, o BM não retrata as coisas com precisão, já que: 1) as estatísticas dos EUA superestimam o produto real e subestimam a inflação; 2) com a enorme financeirização da economia, parte significativa da "renda", não deveria ser considerada produto real; 3) os gastos militares astronômicos – e nisso os EUA batem de longe qualquer país – não representam algo que possa ser contado, se adotarmos um critério de bem-estar ao valorar a "produção econômica".

7. Há mais considerações denotativas de que os aspectos qualitativos têm importância bem maior que cifras monetárias do PIB. Um dos feitos do regime chinês foi tirar mais 600 milhões de pessoas da linha de pobreza, em apenas 10 anos. Outro, tem sido a elevação dos salários reais acima do crescimento da produtividade.

8. Norton Seng, especialista brasileiro em assuntos chineses, destaca a qualidade da educação e que a ênfase no emprego de engenheiros na administração tem viabilizado planejamento capaz de promover o emprego de centenas de milhões de pessoas em atividades de crescente conteúdo tecnológico.

9. Ora, isso requer eficientes infraestruturas urbanas, de transportes, telecomunicações e outras. Diz Norton: "Tudo meticulosamente planejado: das fronteiras agrícolas até os grandes centros habitacionais. Com toda a infraestrutura necessária para comportar, adequadamente e sem maiores conflitos sociais, a sua gigantesca população com complexos viários compatíveis com o crescimento exponencial de suas cidades em harmonia com o crescimento das várias demandas."

10. Muitos observadores espantam-se com o fato de, mesmo após mais de 30 anos seguidos, até 2012, com média acima de 10% aa., as taxas de crescimento do PIB chinês ainda estarem elevadas, acima de 7% aa., não obstante a estagnação reinante nos EUA, Europa e Japão, desde 2008.

11. A ideologia faz alguns crerem que a economia obedece a leis inexoráveis, independentes da política. Esses preveem crise, agora, na China. Diferentemente deles, penso que só há crise em países em que assim deseja o sistema de poder nele dominante.

12. A meu ver, o capitalismo caracteriza-se pela ilimitada concentração do poder financeiro e político nas mãos de pequeno grupo de famílias e indivíduos.

13. Na medida em que a China não seja – pelo menos, por enquanto - país capitalista – as tendências de crise que ali surjam, podem ser afastadas sem dificuldade, pois, detendo-se poder sobre as finanças e havendo vontade política, estas podem pôr a economia em rumo certo.

14. Os seguidores de Deng admitem que o desenvolvimento econômico obtido desde o final dos anos 70 não teria sido possível sem ter havido Mao, sob cuja direção a China, além de conseguir alimentar população superior ao bilhão, construiu significativa indústria pesada e colocou a China entre as grandes potências militares e nucleares.

15. Após 1978, o Estado continuou a dirigir a economia e permaneceu com sua maior parte estatizada, além de manter o controle do sistema financeiro. Mas abriu grandes espaços para o crescimento de capitais privados nacionais e admitiu investimentos diretos estrangeiros de grandes corporações transnacionais. Isso, entretanto, foi feito em condições diametralmente opostas às que prevalecem no Brasil, especialmente a partir de 1954/1955.

16. Enquanto o governo egresso do golpe que derrubou o presidente Vargas em 1954, propiciou aos pretensos investidores transnacionais ganharem capital no País e esvaziá-lo dele - controlando o mercado brasileiro e recebendo subsídios escandalosos - o planejamento central chinês fez as transnacionais cumprirem condições que levaram à absorção e à melhora de tecnologias estrangeiras.

17. Na China, os investimentos diretos estrangeiros são submetidos a regras rigorosamente aplicadas, pois o sistema político ali não depende de campanhas eleitorais influenciadas por dinheiro privado ou estrangeiro.

18. E quais as regras essenciais? Não se trata somente de favorecer as produções intensivas de tecnologia, poupadoras de matérias-primas, sobre tudo locais, e menos nocivas ao ambiente. É exigido: 1) quanto à propriedade, haver associação com capitais chineses; 2) ser assegurada transferência de tecnologia à China.

19. Em geral, próxima a uma fábrica de empresa transnacional, encontra-se uma controlada por capital chinês, replicando a mesma produção e inovando-a para torná-la mais competitiva.

20. Já no Brasil, desperdiçam-se os investimentos públicos em ciência e tecnologia, na proporção da ausência de empresas nacionais em competição no mercado, e exponenciam-se as consequências da subordinação às transnacionais estrangeiras: preços absurdamente altos, transferências de ganhos ao exterior sob todas as formas, endividamento acelerado por taxas de juros abusivas, política e administração corrompidas etc.

21. Não nos devemos iludir com as estatísticas de 6ª ou 7ª maior economia do mundo. Para começo de conversa, o grosso do PIB aqui gerado não pertence a brasileiros, e o que resta para estes está muito mal distribuído.

22. Além disso, pelo critério da paridade do poder de compra, o Brasil cai para 9º. Mais importante, o crescimento não decorre de ganhos qualitativos, mas, sim, da ocupação de parte dos imensos espaços territoriais e da exploração desmedida de recursos naturais, tanto na agropecuária como nos minérios, tudo para servir a grupos concentradores estrangeiros.

23. Desde o colapso de 2007/2008, amplia-se a vantagem da China sobre as principais economias capitalistas, vinculadas à oligarquia financeira anglo-americana, porque a estagnação destas se acentua, com infraestruturas físicas em deterioração, desemprego muito grande, implicando deterioração do "capital humano" e da infraestrutura social.

24. Isso porque, diante da crise, o Estado, comandado pela oligarquia financeira, só trata de socorrer os bancos e apenas adia novas bolhas, pois: 1) o dinheiro fica nos bancos ou é aplicado em mercados especulativos e títulos públicos; 2) o Estado vai falindo, mesmo sem investir o que deveria na economia real ou em favor dela, diretamente ou através de empréstimos para a produção.

25. Se o Estado tem real poder sobre a economia, se deseja que a sociedade eleve seus padrões de vida, se dispõe de quadros que sabem o que fazer, qualquer crise financeira pode ser debelada, e a casa arrumada: dívidas podem ser simplesmente canceladas, e novos mecanismos monetários e de crédito, instituídos.

26. A finança, portanto, é algo que sempre pode ser posto em ordem, de uma vez, por decisões políticas, enquanto que são necessários decênios para construir estruturas e infraestruturas econômicas e sociais, bem como ativos tecnológicos para viabilizar níveis adequados de produção e de atendimento às necessidades sociais.

27. Em suma, dinheiro e crédito criam-se à vontade, com ou sem lastro, só com impulsos nos computadores. Já atender adequadamente a demanda (sem reprimi-la) por bens e serviços reais depende de bem mais que isso.

28. Nota final. Há mais de 100 bilionários da China. O Brasil mostra 77 bilionários, mas o PIB do País, além de não pertencer, na maior parte, a brasileiros - equivale a menos de 1/6 do da China. Os 15 mais ricos do Brasil totalizam US\$ 116,5 bilhões, e os da China, US\$ 79,6 bilhões. Entre os brasileiros, muitos pertencem aos mesmos grupos e famílias.

A espantosa dívida pública

Data: 23/07/2014 - Autor: Adriano Benayon

1. Espantoso é sinônimo de surpreendente, com as conotações de imenso e assustador. Às vezes, inacreditável. No caso das despesas de juros e amortizações da dívida pública, a quase totalidade das pessoas, ou não acreditará no que vê, ou não atinará o significado da cifra despendida pela União Federal, desde a promulgação da Constituição de 1988.

2. Contando-se os anos de 1989 a 2013, e janeiro a maio de 2014, esse montante, em moeda atualizada, somou R\$ 19,56 trilhões.

3. Tal soma deverá fechar o período 1989/2014 nos R\$ 20 trilhões. Algo como quatro vezes o PIB. No ritmo atual, só neste ano, passará de R\$ 1 trilhão: quase 20% do PIB.

4. Essas despesas são as contabilizadas, conforme os dados do SIAFI – “Despesas da União por Grupo”, referentes a: Juros e encargos; Amortizações; Amortizações – refinanciamento.

5. A terceira rubrica também deve ser contada, eis que são efetivos os pagamentos de juros e amortizações mediante a emissão de novos títulos. Não é correto deduzir correção monetária, pois quando o Tesouro paga a remuneração de um título, paga-a toda.

6. Não deve ser esquecido que essa colossal sangria dos recursos públicos decorre grandemente da composição de taxas de juros, absurda e desnecessariamente elevadas, principalmente nos títulos da dívida interna, desde 1980.

7. Antes, a que cresceu exponencialmente, foi a dívida externa, desde o final dos anos 60, até eclodir na crise da inadimplência, declarada em 1982, por absoluta falta de divisas.

8. A dívida externa formava, de longe, a maior parte da dívida pública, ainda mais engrossada, porque os banqueiros estrangeiros obrigaram os “governos” da época, Figueiredo/Delfim e Sarney, a assumir a dívida externa privada.

9. Apoiados por FMI e BIRD e seus governos, os bancos predadores impuseram também abusivas taxas de reestruturação, dos créditos-ponte, comissões etc., por exemplo nos planos Brady e Baker.

10. Tendo caído, desde 1954, nessa esparrela por obra do modelo dependente, enganosamente vendido como de desenvolvimento, o País teve cada vez menos indústrias nacionais dotadas de

tecnologias próprias e do mais que lhes viabilizasse competir no mercado mundial com bens de alto valor agregado e obter divisas suficientes para cobrir os déficits acumulados de comércio exterior (transações correntes).

11. O Brasil afundou em tal falência política e financeira, que se foi submetendo passivamente às condições dos “credores” e sem possibilidade de reduzir a dívida.

12. Nesse transe o País saía da ditadura militar, mas ignorava que estava entrando num regime com o qual, enquanto ganhava algumas liberdades, estava sendo fraudado para aceitar, sem discussão nem debate democrático, ser sugado pelo serviço da dívida.

13. O golpe foi perpetrado, primeiramente, através do art. 164, da Constituição de 1988, comentado no artigo anterior, mediante o qual o BACEN ficou provendo dinheiro aos bancos privados, inclusive estrangeiros em operação no País, e o Tesouro sendo impedido de emitir moeda e de se autofinanciar.

14. O segundo instrumento - não menos importante –para concretizar o golpe – e assegurar o saqueio financeiro do País, foi a grosseira fraude praticada no art. 166 da Constituição, por meio de um requerimento de fusão de às vésperas do voto em 2º Turno.

15. Tal dispositivo inexistiu no Texto votado em 1º Turno pelos constituintes, e nem poderia ser objeto de emenda para o 2º turno, pois aí não mais se permitem modificações de mérito.

16. Houve tanta desfaçatez na manobra, que muitos nem a imaginaram possível. Assim, os constituintes, na maioria, foram iludidos. Mas, mesmo depois, nenhum teve coragem de apontar o delito.

17. Transcrevo de artigo que escrevi, em outubro de 2003, publicado na Tribuna da Imprensa e outros jornais:

“A adição foi no § 3º do art. 166 (172, na numeração do Projeto B, o texto aprovado em 1º turno), para excetuar da norma do inciso II alguns tipos de despesa. O § 3.º diz: “As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso: I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; II- indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa ...”

18. A fraude consistiu em acrescentar: “, excluídas as que incidam sobre: a) ...; b) serviço da dívida; c) ...

19. Desse modo, o serviço da dívida passa no Orçamento da União sem discussão alguma. Está aí um instrumento ditatorial dentro do suposto Estado de direito.

20. O resultado imediato foi esta cifra: R\$ 1,743 trilhão: o montante atualizado do serviço da dívida em 1989/1990. Média tão alta como a de 2012/2013, embora o estoque total da dívida fosse, naquela época, fosse mais de dez vezes menor.

Filiado ao PSB, Adriano Benayon diz que não vota em Marina

Data: 26/08/2014 - Autor: Adriano Benayon

Comunicado aos cofiliados do PSB, amigos e leitores,

Há alguns anos, sou filiado ao PSB, em que ingressei, tendo tido a honra de ter tido minha ficha assinada pelo competente e digno Carlos Siqueira.

Sem solidariedade social e sem aspiração de independência nacional, socialismo é apenas uma palavra falsa.

Assim, diante do fato de que o PSB adotou a candidatura da Sra. Marina Silva à presidência da República, declaro que não votarei na candidata do partido.

Não estamos, senão formalmente, em regime democrático, haja vista a urna eletrônica absolutamente inconfiável, e a influência nas eleições do poder econômico concentrado e da desinformação em massa, a cargo da grande mídia, a serviço dos interesses imperiais. Meu voto, pois, tem peso ínfimo.

Mas para mim é importante declará-lo.

No 2º Turno, entre Dilma e Marina, sua provável concorrente, já que Aécio é fraco eleitoralmente e deverá ser preterido pelos imperiais, GAFE, PIG etc., penso que o PSB deveria apoiar a atual presidente, mediante compromissos de eliminação das políticas de juros altos, subsídios às montadoras estrangeiras e a outros concentradores, abandonar o tripé do FMI, intensificar as relações com os BRICS e com o MERCOSUL.

Devo concitar outros membros do PSB a pedir às lideranças do partido não persistirem no grave erro de se terem associado a uma certa rede ou teia, comprometida com interesses contrários aos de nosso País.

Errou o falecido Eduardo Campos ao entrar nessa associação, como erraram os que o acompanharam nesse passo.

Pior ainda foi, após a morte dele, apoiar a candidatura da Sra. Marina, sob pressão dos elementos mais entreguistas da coligação, como os Srs. Roberto Freire, Jarbas Vasconcellos et al.

Mas o importante e recomendável é reconhecer os erros e fazer o possível para desfazê-los e/ou reduzir-lhes as consequências.

A prioridade então é dissociar-se da Rede e de D. Marina, pois essa aliança significa o fim do PSB como partido e sua identificação como mais uma sigla de aluguel.

Muitos estão ironizando, ao dizerem em relação a D. Marina: “Basta de intermediários. Neca Setúbal para presidente”.

Esses estão alienados da dura realidade, que é pior, pois a oligarquia dos grandes bancos locais é apenas subalterna dos interesses imperiais, tal como seus economistas, da mesma laia que os dos tucanos e ligados ao mega entreguista FHC. Os críticos, se mais inteirados dos fatos e mais corajosos, deveriam dizer:

“Basta de intermediários. George Soros (ou o príncipe Charles, da família real britânica, Reino Unido) para Pró-Cônsul do império.”

Saudações a todos e todas,

Adriano Benayon

Como se perdeu a independência nacional

Data: 10/09/2014 - Autor: Adriano Benayon

1. Mais um Sete de setembro sem real independência nacional! Por que? No artigo anterior, “Getúlio Vargas e a independência”, assinalei que a deposição do presidente, em 24.08.1954, representa a cassação da independência nacional.
2. Pois o que houve, a partir disso, foi o crescente aumento de poder econômico e político do capital estrangeiro, liderado pela oligarquia financeira anglo-americana.
3. Esse processo ganhou intensidade com as medidas do governo egresso do golpe de 1954, que concedeu benefícios e subsídios incriveis aos carteis industriais transnacionais para dominarem a produção e ocuparem os mercados do País, sem encontrar concorrência possível por parte de empresas locais.
4. Ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, promulgou, em 17 de janeiro de 1955, a Instrução 113 da SUMOC (o banco central de então), a qual autorizava a CACEX a emitir licenças de importação de equipamentos sem cobertura cambial. 1.545 dessas licenças foram concedidas entre 1955 e 1963.
5. A Instrução 113 propiciava, também, que o valor em moeda estrangeira atribuído a esses equipamentos se registrasse na SUMOC como se fosse investimento em moeda, convertido para a moeda nacional à taxa de câmbio livre. Já a remessa de lucros e amortizações era realizada com taxa de câmbio preferencial (Lessa, Carlos, Quinze anos de política econômica. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 173).
6. Produzindo com máquinas usadas e amortizadas por suas matrizes após vendas, ao longo de anos, nos países de origem e em outros mercados de grandes dimensões, as subsidiárias das transnacionais ficavam livres das barreiras tarifárias e não-tarifárias às importações, explorando no Brasil um mercado reservado, sem concorrência de importações.
7. A primeira dessas taxas implicava fazer a conversão para o dobro do resultante da segunda, aplicada também nas transferências de despesas, o grosso das transferências das subsidiárias às suas matrizes. Com isso, avolumaram-se brutalmente as perdas de divisas remetidas ao exterior, causando gravíssima crise externa já no final do governo de JK.
8. Podiam, portanto, produzir, com custos de capital e tecnologia iguais a zero, e eliminar a promissora indústria brasileira, que progredira desde o início do século XX. Esta precisava adquirir máquinas no exterior, embora algumas já fossem fabricadas no País, e necessitava de crédito e de anos para desenvolver tecnologias próprias.
9. Maria Conceição Tavares e outros economistas da CEPAL Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina) intitularam “Crescimento e declínio da industrialização substituidora de importações” (ISI), seu famoso estudo, *The Growth and Decline of Import Substitution in Brazil*, no *Economic Bulletin for Latin America*, vol. IX, mar. 1964, p. 1-59.
10. Atribuíram, enganosamente, à industrialização o desastre que não decorreu dela, mas sim da escolha, determinada pela política imperial, de que a industrialização deixasse de ser realizada por empresas de capital nacional, hiper favorecendo o capital estrangeiro.
11. Não explicaram os mecanismos de transferência, como a *transfer-pricing* (precificação de exportações e de importações) nem os demais expedientes das empresas transnacionais para transferir espantosos lucros ao exterior sob outras denominações e sem pagar impostos.

12. O naufrágio das contas externas ao final do quinquênio de JK foi, portanto, causado pelas graves distorções estruturais inerentes à política de desnacionalização da indústria, tônica de seu governo, tão entreguista como o governo militar-udenista de 1954/1955.

13. O falso desenvolvimentista JK sancionou a lei 3.244, de 14.08.1957, com favorecimentos cambiais adicionais, e assinou o Decreto 42.820, de 16.12.1957. Este prorrogou a vigência da Instrução 113, cujo uso foi ampliado, juntamente com mais incentivos ao capital estrangeiro, incluídos no Plano de Metas.

14. JK criou grupos executivos setoriais, como o GEIA, da indústria automobilística, para facilitar os procedimentos de implantação das transnacionais e chegou até a abrir linha de crédito oficial para financiar as montadoras estrangeiras, benefício negado a empresas brasileiras.

15. De 1957 a 1960, foram registrados investimentos diretos estrangeiros no montante US\$ 363,1 milhões, a maior parte no setor automobilístico. A média anual desses anos foi muito superior à dos anos anteriores e à dos imediatamente seguintes.

16. Em consequência, o déficit da conta corrente do balanço de pagamentos pulou de US\$ 266 milhões, em 1958, para US\$ 410 milhões, em 1960, pois as empresas estrangeiras, passada a fase de implantação, incrementaram as transferências para suas matrizes.

17. Em suma, devido às políticas iniciadas após o golpe de 1954, golpe, os empresários nacionais ficaram em desvantagem absoluta- econômica, técnica e financeira - dentro do próprio mercado nacional, em que haviam despontado.

18. Além disso, as políticas de contenção do crédito interno e a consequente elevação do já elevado patamar dos juros internos tornaram-se sempre fator adicional para alijar do mercado as indústrias de capital nacional.

19. Repetidas fases de desnacionalização da economia, acelerada pelas crises decorrentes da própria desnacionalização, manifestam-se nos recorrentes déficits de conta corrente, em cifras cada vez mais assustadoras, como nestes últimos anos (2010/2014), e nos juros absurdamente elevados, associados à dívida pública.

20. Assim, implantaram-se, a partir de 1954, em escala crescente, os carteis da indústria de transformação, juntando-se aos bancos e empresas financeiras e comerciais centrados no eixo Londres/New York, ademais dos grandes grupos mineradores e petroleiros, presentes no País desde o império e a Velha República, diretamente e através de associados locais.

21. Todos esses segmentos do capital estrangeiro, interligados, constituem a classe dominante no Brasil. Controlam não só a mídia, mas os próprios poderes do Estado.

22. Ao longo dos últimos 60 anos, fizeram os governos criar novos e ampliados subsídios em favor dos carteis transnacionais, num processo cumulativo, em que a involução ocorre através da retroalimentação entre os aspectos político e econômico, ambos caracterizados por crescente concentração e desnacionalização.

23. Disso decorre a inexistência de real democracia, evidenciada por: a urna eletrônica absolutamente inconfiável - usada só no Brasil e sem voto impresso; a influência nas eleições do poder econômico concentrado e da desinformação em massa, a cargo da TV e da grande mídia, monolítica na defesa dos interesses imperiais, seja aberta, seja camuflada sob as mais diversas capas.

24. O desenvolvimento econômico e social foi abortado, e substituído pela ocupação - esbanjadora de recursos naturais e econômicos - de novos espaços e da mão-de-obra, intensificada em períodos efêmeros de maiores taxas de investimentos e de crescimento do PIB, sempre interrompidos, devido às contradições do “modelo brasileiro”.

25. Esse modelo de dependência financeira e tecnológica, leva a crises externas recorrentes, com elevados déficits nas transações correntes com o exterior, que se acumularam na dívida externa e depois na dívida interna, formando um sistema retroalimentador de extração e desgaste de recursos naturais.

26. Gera emprego insuficiente, sobre tudo, em termos qualitativos, pois a desnacionalização da economia tem determinado a desindustrialização e, especialmente, a ausência, cada vez maior, no País, de indústrias absorvedoras e criadoras de tecnologia, que produzam bens e serviços de elevado valor agregado, áreas que as transnacionais reservam para si próprias, no exterior.

Adriano Benayon explica seu apoio à candidatura Maria Lucia Fattorelli a deputado federal

Data: 29/09/2014 - Autor: Adriano Benayon

Prezados correspondentes de Brasília,

Estou-lhes enviando esta mensagem para recomendar o voto em Maria Lucia Fattorelli 5050, para deputada federal.

Sei que muitos de vocês já decidiram votar na Fattorelli, mas alguns de vocês talvez não estejam inteiramente informados da consistente atuação dela, ao longo de mais de 13 anos, combatendo em favor do Brasil, na Auditoria Cidadã da Dívida, que fundou em 2001, e na qual atua como Coordenadora nacional.

Exerce, desde então, competente e patriótica atividade ao coletar e organizar informações sobre as origens da dívida pública, sobre o que ela tem custado à União e aos Estados, e sobre o crescimento dessa dívida, principalmente por causa das taxas de juros absurda e injustificadamente altas que o Banco Central determina recair sobre os títulos do Tesouro Nacional.

Nesse trabalho, além de demonstrar capacidade de liderança e de organização, criando não só o núcleo central da Auditoria Cidadã em Brasília, que funciona junto ao Conselho Nacional da OAB, mas também núcleos regionais em vários e importantes Estados, Fattorelli conseguiu fazer chegar a grande número de nossos compatriotas o indispensável conhecimento dos números e fatos importantes relacionados com a dívida pública.

Resultado importantíssimo, ainda mais porque esses dados são sistematicamente ocultados dos cidadãos, tanto nas próprias fontes oficiais, como pela grande mídia, que, como sabemos, está a serviços dos bancos e dos demais concentradores financeiros, empresas transnacionais e banqueiros da oligarquia anglo-americana.

Também vale lembrar os incansáveis esforços de Fattorelli para que o Congresso Nacional cumpra o disposto no art. 26 do ADCT da Constituição Federal e finalmente crie a comissão mista, ali prevista, para o exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.

Embora isso não tenha sido obtido hoje, Fattorelli prestou inestimável colaboração a uma CPI, que foi criada, propiciou levantamentos significativos, mas não foi concluída satisfatoriamente, em razão do boicote dos grandes partidos ao encaminhamento de uma verdadeira auditoria da dívida pública.

Mas nossa candidata nunca desistiu. Continuou e continua a promover a realização de seminários e debates, que têm contado com a participação de conhecedores dos diversos aspectos da dívida e a presença ativa de cidadãos de diversas profissões e condições de disseminar o que a Auditoria Cidadã consegue levantar de valiosas informações.

Além disso, juntamente com outros batalhadores em prol de nossa sociedade, tem agido junto ao Congresso e junto a autoridades do Executivo e dos tribunais superiores, além do Ministério Público, TCU e outras instâncias, para que seja anulado o dispositivo fraudulentamente inserido, sem votação e nem sequer discussão, na Constituição, o qual favorece os pagamentos da dívida e lhes faz tramitar sem debate no Orçamento Federal.

Em virtude de sua excepcional proficiência na questão das dívidas públicas e nos métodos de investigação de seus fatos geradores, Fattorelli, convidada pelo presidente do Equador, Rafael Correa, assessorou o governo desse país na Auditoria que ali foi realizada e que teve grande êxito: a redução de 70% das dívidas, aceita por 95% dos credores.

Peço também aos compatriotas que fazem a mesma avaliação grandemente positiva dos méritos da candidata que divulguem esta mensagem a seus amigos e correspondentes de internet, redes sociais etc.

Abraços,

Adriano Benayon

A falha estrutural da economia brasileira

Data: 01/10/2014 - Autor: Adriano Benayon

1. Notícia recente baseia-se em levantamento da consultoria espanhola Transactional Track Record (TTR), conforme o qual, até agosto deste ano, R\$ 14 bilhões foram injetados em companhias brasileiras pelos fundos de ações.
2. Essa quantia equivale ao total de 2013. Segundo a mesma fonte, mais R\$ 14 bilhões estão no caixa desses fundos para aplicar, e a norte-americana Advent finaliza a captação de um fundo de US\$ 2 bilhões. Outra americana, a Carlyle - que aplicou em fatias de firmas como RiHappy e Tok&Stok por meio de fundo levantado em 2010 -, está captando cerca de R\$ 1 bilhão no país.
3. O Gávea Investimentos, criado pelo ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga, e controlado pelo JP Morgan, conclui a captação de um fundo de US\$ 1,1 bilhão. Em agosto, o Pátria - no qual a gigante americana Blackstone detém 40% - anunciou novo fundo de US\$ 1,8 bilhão. A expectativa é que BTG e Vinci Partners também levanten recursos no fim do ano.
4. Esses dados significam crescente controle da intermediação financeira por bancos e fundos transnacionais, além do óbvio incremento da participação do capital estrangeiro em empresas privadas nacionais ou estatais, o que, por sua vez, importa em maior influência nessas empresas e na eventual aquisição do controle de muitas delas.

5. Os investimentos em carteira (ICs), rubrica que engloba as aplicações em ações e também as em títulos de renda fixa, acumularam, de janeiro a julho de 2014, entradas líquidas de US\$ 24,8 bilhões, apesar de saídas líquidas de US\$ 2,5 bilhões em julho. Nesse período de 2013, o total fora US\$ 15,9 bilhões.

6. Até o final de 2014, é provável, pois, que esse montante suba para em torno de US\$ 35 bilhões, o que, somado a investimentos estrangeiros diretos (IEDs) da ordem de US\$ 60 bilhões, mantém o nível de 2013.

7. Os investimentos estrangeiros no Brasil continuam atingindo quantias anuais elevadíssimas, da ordem de 5% do PIB, haja vista os totais dos últimos quatro anos, para, respectivamente, IEDs e ICs, seguidas da soma de ambos, em bilhões de dólares: 2010: $48,5 + 48,6 = 95,1$; 2011: $66,7 + 18,5 = 85,2$; 2012: $66,3 + 16,5 = 81,8$; 2013: $64,0 + 34,7 = 98,7$. (Dados do Ministério da Fazenda)

8. Essas quantias têm sido suficientes para “equilibrar” o balanço de pagamentos, em face dos déficits nas transações correntes (TCs) com o exterior, resultado de exportações menos importações de bens e serviços.

9. De fato, o Brasil extrai e exporta (nem estou mencionando o descaminho via fronteiras mal controladas) recursos naturais de forma intensa e crescente, e paga por bens e serviços importados de alto valor agregado e, em geral, superfaturados.

10. Isso gera os déficits nas transações correntes (TCs). Após crescer contínua e aceleradamente desde 2007, o déficit de conta corrente foi de US\$ 81,4 bilhões em 2013, e se mantém nesse nível, que é só um pouco inferior à atual entrada de capitais estrangeiros.

11. Ora, esses capitais agravam as deficiências estruturais da economia brasileira, a qual, fraca, devido à desnacionalização, ficou adicta à droga que produz essa fraqueza.

12. Não se deveria esquecer que isso ocorre, há muitos decênios, nem que, por muito tempo, as transnacionais só precisaram investir quantias ínfimas (embora contabilizassem expressivas, sem tê-las investido de fato) para controlar mercados inteiros, a partir da segunda metade dos anos 50.

13. Foi o que fizeram os carteis da indústria automotora, os do setor elétrico e muitos outros, até o final dos anos 60, por meio da entrada de equipamento e máquinas amortizados no exterior e contabilizados, ademais de subsídios, como se fossem investimento em moeda.

14. Com essas inversões relativamente modestas, as transnacionais já controlavam, nos primeiros anos da década dos 70, os mercados industriais de demanda mais dinâmica no País, e penetravam em outros segmentos da economia. Isso foi determinante da explosão da dívida externa no final dos anos 70, culminando na inadimplência de 1982.

15. Depois dos enormes pagamentos a título da dívida pública após a Constituição de 1988 e da enganosa estabilização monetária alegada na propaganda do plano Real, os IEDs ainda não haviam chegado a patamares próximos dos atuais, o que não impediu as transnacionais de continuar estendendo e aprofundando seu controle sobre a economia brasileira.

16. De lá para cá foi avassaladora a intensificação da ocupação da economia pelo capital estrangeiro. Em 1995, os IEDs somaram US\$ 2,4 bilhões. Em 2007, no limiar do colapso financeiro, que levou a economias ocidentais à depressão, os IEDs no Brasil atingiram o montante de US\$ 26,4 bilhões.

17. Compare-se essa cifra com a média de US\$ 65 bilhões anuais de 2011 a 2014, para ter uma ideia de que a dita crise mundial não fez diminuir os montantes anuais dos IEDs no Brasil, os quais mais que dobraram. Segundo a UNCTAD, o Brasil permanece entre os cinco países com maior entrada de IEDs.

18. Parte crescente dos IEDs no Brasil provém de “empréstimos intercompanhias”, da matriz para a subsidiária da transnacional: 12 bilhões, 12 bilhões e 22 bilhões de dólares, nos últimos três anos.

19. Os governistas veem nessas cifras enormes a expressão do grande interesse dos investidores (sic) estrangeiros, em face do dinamismo que gera a política econômica do Brasil, apesar das dificuldades mundiais.

20. Já os “oposicionistas”, capitaneados pelos representantes locais dos bancos estrangeiros dizem que esse interesse caiu, mas que “o Brasil vai acertar o passo”. Traduzindo do banqueirês, isso significa que, na opinião deles, o Brasil vai oferecer privilégios ainda mais fabulosos e espantosos que os que já oferece, a fim de ser objeto da predação das transnacionais.

21. Enquanto isso, a desnacionalização galopa, e o Brasil vê agravar-se situação de dependência financeira e tecnológica. Atrasa-se, cada vez mais, não só em relação à superdinâmica China, como às pequenas Coreia e Taiwan, sem falar da Índia, potência nuclear, que acaba de realizar notável feito tecnológico, ao colocar uma espaçonave na órbita de Marte.

22. A Argentina, apesar de tudo que sofreu durante mais de 30 anos de retrocesso, que culminaram no “governo” do inqualificável Menem, vem situando-se em rota mais sadia que a do Brasil.

23. Com isso, supera o nosso país em projetos estratégicos de alta tecnologia, inclusive o do satélite geoestacionário, a fim de ganhar independência em suas telecomunicações. Já o Brasil só recentemente cuida de aproximar-se dela, após ter perdido tudo que possuía nessa área, com a deplorável privatização, perpetrada por FHC, da EMBRAER, em favor de controladores norte-americanos.

24. A entrada de investimentos estrangeiros inclui também, como mencionei, os destinados a títulos de renda fixa, inclusive os títulos da dívida pública, usados pela política econômica do modelo dependente para atrair divisas para “equilibrar” o balanço de pagamentos e também para resgatar os títulos que vão vencendo, através da emissão de novos títulos.

25. Isso acarreta mais efeitos danosos para o País, como as altas taxas de juros e valorização irreal da taxa de câmbio.

26. O emérito professor da UFRJ, Reinaldo Gonçalves, asseverou, em entrevista à Agência Brasil Edição, que o Brasil, nos últimos dez anos, acumulou reservas internacionais de forma passiva, mais influenciado pelas condições favoráveis da economia internacional, antes da crise de 2008, do que por uma política ativa.

27. Diz Gonçalves: “A China e o Japão acumularam reservas para ampliar o poder na economia global, e o Brasil só formou reservas para administrar custos altos.” Gonçalves mostra que a política adotada pelo Brasil faz deixar de ganhar, em média, R\$ 65 bilhões por ano, por manter reservas em torno de US\$ 375 bilhões, em função do custo cambial (R\$ 16 bilhões) e da diferença entre o custo médio da dívida pública brasileira e a remuneração internacional das reservas (R\$ 49 bilhões).

28. Lembra, ainda, Gonçalves que a dívida externa (cerca de US\$ 312 bilhões) não justifica esse custo de oportunidade, pois representa pequena porção do passivo externo brasileiro, em torno de US\$ 1,5 trilhão.

29. O editor atribuiu essa cifra aos investimentos estrangeiros no mercado financeiro, os quais, como o professor assinala, podem fugir do País a qualquer momento. Na verdade, o grosso do passivo externo líquido corresponde aos investimentos estrangeiros diretos.

PSB, Marina e o futuro do Brasil. Carta a Roberto Amaral e Moniz Bandeira

Data: 01/10/2014 - Autor: Adriano Benayon

Dirijo-me aos compatriotas em face da resposta do presidente do PSB, Roberto Amaral, à carta do politólogo Moniz Bandeira, bem como da tréplica de Moniz, em que esse volta a apontar fatos importantes sobre as conexões de D. Marina Silva com o império anglo-americano.

Essas conexões, bem como as ações de Marina da Silva à frente do Ministério do Meio Ambiente, de 2003 a 2008, e suas práticas anteriores e posteriores, a desqualificam para aspirar à presidência da República, a não ser na apreciação dos que atribuem valor zero à independência e à integridade do Brasil.

Moniz Bandeira fez alusões que propiciaram ao presidente do PSB desviar-se da questão fundamental, ao referir-se à premonição que teve e que, de imediato, comunicou a amigo comum dele e de Eduardo Campos, logo que este cometeu o erro capital de associar-se a Marina da Silva. Assim se expressou o historiador:

“Uma vez que há muitos anos estou a pesquisar sobre as *shadow wars* e seus métodos e técnicas de *regime change*, de nada duvido. E o fato foi que conveio um acidente e apagou a vida do governador Eduardo Campos. E assim se abriu o caminho para a Sra. Marina Silva tornar-se a candidata à presidência do Brasil.”

Em sua réplica, Amaral justificou-se nestes termos: “Militante engajado, tenho compromissos com projetos, ideias e valores expressos em programa partidário que não pode ser alterado ao sabor de especulações como a de que a queda de uma aeronave resultou de conspiração estrangeira. Tampouco posso guiar-me por “premonições”. A famosa ‘realidade objetiva’ não me permite.”

Ora, sem provas em mãos – e estas não costumam aparecer – pôr a ênfase no possível atentado com a aeronave, é oferecer argumentos para mudarem de assunto.

O que não há como justificar, nem elidir, é a incompatibilidade, entre, de um lado, as posições e a história do PSB, e, de outro lado, as posições e a história de Marina da Silva. Essa incompatibilidade é o que há de mais objetivo. Nada, absolutamente nada, tem que ver com premonições e especulações.

Não menos objetiva é esta realidade: se o PSB fosse um partido de verdade – e esperemos que ainda prove que o é – o candidato em substituição a Eduardo Campos teria de sair de seus quadros, já provados por sua coerência com os princípios partidários, ao longo de anos.

E, repita-se, poucas pessoas têm trajetória tão divergente desses princípios como D. Marina, a qual, ao associar-se ao PSB, há poucos meses, era somente a cabeça de uma Rede, que nem sequer lograra constituir-se em partido.

Pior ainda: o erro original foi do próprio Eduardo Campos, ao fazer aliança com essa Rede de ONGs e igrejas pró-imperiais. Que isso tenha sido possível, denota que o PSB carecia de consistência política e capacidade de aspirar a um papel protagonista na política brasileira.

A pobreza do PSB como partido, que precisa ser desmentida por atos, e não, por cartas literárias, está sendo demonstrada por ter o PSB ficado a reboque de uma candidatura patrocinada pela oligarquia financeira anglo-americana e por seus adeptos no subordinado subcapitalismo local.

Também é de estarrecer a ausência de protestos, pelo menos, em público, por parte de dirigentes do partido e de candidatos às próximas eleições, que tivessem a coragem e a altivez de renunciar a suas candidaturas diante do achincalhe às tradições do partido, que foi sua acoplagem a reboque da Rede.

Um partido de verdade não pode ter donos, nem ser objeto de sucessões hereditárias, como a de Arraes, para Campos, e agora supostamente para sua viúva, sem poderes reais, em face da ascendência de D. Marina. Não a desqualificaria ser viúva, se tivesse demonstrado por ação política própria condições de exercer liderança sobre ele.

Diante da mediocridade e da falta de comprometimento com os interesses nacionais dos partidos com maior representação eleitoral, só podemos concluir que o sistema político presente inviabiliza a verdadeira representação dos cidadãos e que a oligarquia imperial está colhendo os frutos de golpes, não só os militares, e do investimento na promoção da covardia e da deterioração dos valores.

Não convencem, de forma alguma, declarações de Roberto Amaral, como estas: “O PSB não abandonará o embate contra as desigualdades sociais, pela reforma agrária, pela defesa do meio-ambiente, pelo domínio de novas tecnologias, pela ampliação e melhoria do sistema de ensino e pela segurança do cidadão; não renunciará à luta pelos grandes projetos estratégicos, sejam os de infraestrutura para o desenvolvimento social e econômico, sejam os que darão suporte ao seu papel como ator global.”

Na realidade, atrelando-se a uma candidatura antissocial e antinacional, claramente patrocinada pelo império anglo-americano, que, desde o golpe de 1954, vem intervindo no País para desnacionalizar sua economia e torná-lo zona de predação dos recursos naturais, o PSB já abandonou todas as posições que Roberto Amaral enunciou no parágrafo acima.

Amaral anda não renunciou à presidência do PSB. Não deveria ter renunciado, desde que, juntando-se aos que se mantêm fiéis ao partido, tivesse desautorado a candidatura adotada após a morte de Eduardo Campos

Para ser honesto, tenho de reconhecer que o PSB já havia renegado seus princípios e suas origens, ao tolerar que seu ex-presidente e candidato à presidência da República ligasse sua candidatura à de Marina Silva.

Roberto Amaral ainda afirma; “Mancharia minha biografia se, acossado por premonições e pela libertinagem do “livre pensar”, optasse pela cômoda retirada nesse momento tão rico da construção da democracia brasileira.”

Essa patética declaração, até por apresentar visão cor-de-rosa da realidade brasileira, inteiramente estranha aos fatos, deixa patente ter o presidente do PSB assumido posição oficialista de alinhamento a D. Marina. Ele justifica a adesão por ter de “zelar pelo cumprimento de nossos compromissos programáticos, observada a realidade objetiva”.

Ora, de novo, nada mais gritante que a contradição entre esse alinhamento e os compromissos programáticos do PSB. A agressão à lógica parece provir de uma mente conturbada e incapaz de

encontrar explicação plausível para a falta de atitude em face das responsabilidades que recaíram sobre seus ombros.

Uma mente racional não consegue atinar com o sentido da acadiana ressalva “observada a realidade objetiva”. Ademais, a vida pregressa e as posições e ligações, atuais e pregressas, de D. Marina fazem parte da realidade objetiva.

O transtorno aparece também ao associar “livre pensar” e libertinagem. Só os totalitários injuriam o livre pensamento, qualificando-o como “libertinagem”.

Como apêndice, transcrevo mais elementos elucidativos aduzidos por Moniz Bandeira, em sua tréplica, sobre as conexões de D. Marina.

Alertou para a interferência da Open Society Foundation, do magnata George Soros, e da *New Endowment for Democracy* e da própria USAID, além de ONGs que assumiram a função de promover mudanças de regimes e patrocinaram as demonstrações da “Primavera Árabe” e na praça *Maidan*, em Kiev, Ucrânia”, pois estariam por trás da candidatura da ex-senadora Marina Silva à presidência da República.

A seguir: “Também constituem fatos as declarações da Sra. Marina Silva, em favor da privatização do Banco Central, contra o Mercosul, de interferência nos assuntos internos de Cuba, contrariando as linhas da política exterior do Brasil e, inter alia, de realinhamento com as diretrizes de Washington. Elas não são compatíveis com as tradicionais linhas ideológicas do PSB.”

Ainda Moniz Bandeira aponta que Marina Silva acervou em três anos R\$ 1,6 milhão (um milhão e seiscentos mil reais), com conferências, e se recusa a revelar a fontes pagadoras.

Cita, ainda, os elogios rasgados de Michael Shifter, presidente do Diálogo Interamericano, sediado em Washington: *“If elected, she has such a remarkable personal story that she’d come to the presidency with a lot of legitimacy, tremendous excitement and high expectations”*.

Concluindo: “Não se pode descartar a forte probabilidade de que Sra. Marina Silva, se eleita, faça o Brasil renunciar à produção de urânio enriquecido e aos programas do submarino nuclear e de rearmamento das Forças Armadas do Brasil.”

O entreguismo insaciável da grande mídia

Data: 25/10/2014 - Autor: Adriano Benayon

1. O editorial de O Globo de ontem é uma deslavada profissão de fé do entreguismo, ao condenar qualquer reserva de mercado para empresa nacional.
2. Implica manter e ampliar a reserva de mercado totalitária que os carteis transnacionais exercem sobre a economia brasileira, ainda por cima favorecida por incontáveis e enormes subsídios da política econômica federal, estadual e municipal, incorporados às respectivas legislações.
3. Os defensores dos interesses imperialistas, que pretendem continuar aprofundando o atraso tecnológico do Brasil, ainda não estão satisfeitos com isso. Desejam radicalizar o entreguismo, não só aprofundando-o, mas estendendo-o a todas as áreas, inclusive as mais vitais e prioritárias para a segurança nacional, como as comunicações e a defesa.

4. Daí que VEJA e Globo e resto do GAFE, agindo em conjunto, fazem de tudo para promover a vitória de Aécio Neves nas eleições, contando, ademais, com a fraude das urnas eletrônicas, para que isso seja confirmado.

5. Somos obrigados, em face disso tudo, a votar em Dilma. Esta, como Lula, ainda levou em consideração alguma coisa em prol do País, embora de forma tímida e mantendo o essencial do desastre institucional e administrativo implantado pelos famigerados governos de Collor e de FHC, o tsunami tucano.

6. Deve-se também lembrar que a audácia e virulência dos ataques sofridos por Dilma decorrem, em parte da tibieza do PT, cujos governos têm sustentado a mídia entreguista e golpista com verbas publicitárias governamentais, bem como continuado a cumular as transnacionais e os bancos de privilégios intoleráveis, que vêm sendo consolidados e aumentados a cada mandato presidencial, com saltos, em geral, maiores nos “governos” assumidamente pró-imperiais, tucanos.

7. Com um generoso benefício da dúvida, poder-se-ia atribuir essa fraqueza e as concessões ao poder dominante, econômico à impotência para enfrentá-lo, já que ele comanda inclusive os demais poderes da República. Mas a realidade é que o império explora as indecisões das vítimas e as acua, colocando-se cada vez mais em posição de força.

8. Por isso, neste momento e no Brasil, mais do que em qualquer época e em qualquer lugar do mundo, liderança requer não só competência, mas coragem e audácia acima do comum.

9. O quadro é dos mais graves, e a grande tarefa dos brasileiros conscientes é eliminar o brutal déficit de informação e de senso de realidade de seus compatriotas, para viabilizar as verdadeiras mudanças institucionais de que o Brasil necessita urgentemente.

10. É uma tarefa imensa, mas indispensável: fazer reverter os efeitos profundos e disseminados do investimento em ignorância que a oligarquia financeira mundial tem feito no mundo e no Brasil, em especial, nos últimos 80 anos ou mais.

11. Ela tem de ser encarada, com maior intensidade, desde a noite em que sejam conhecidos os resultados do segundo turno.

É o Supremo que não permite a conferência do voto eletrônico

Data: 27/10/2014 - Autor: Adriano Benayon

1. A urna eletrônica “brasileira” não é, nem um pouco, confiável, pois ela depende do programa (software), sendo impossível detectar qualquer fraude nele inserida. Baseio-me no que tem sido demonstrado por professores de ciência da computação, da mais inquestionável competência. Eles explicam que, sem mudar para urnas de geração mais avançada, o próprio voto impresso, a última linha de defesa dos que pugnam por eleições livres, só possibilitaria comprovar, por amostragem, ter havido fraude em determinada seção ou zona eleitoral.

2. Mas os tribunais eleitorais não admitem sequer a impressão do voto e o próprio STF chegou ao ponto de considerá-la inconstitucional, alegando que isso quebraria o sigilo do voto, princípio constitucional com valor de cláusula pétrea.

3. Ora, até antes da urna eletrônica, o eleitor escrevia na cédula o número de seu candidato, e seria puro *nonsense* dizer que se estava quebrando o sigilo do voto.

4. Faz lembrar a República Velha e um dos motivos da Revolução de 1930: instituir eleições livres. O país clamava por acabar com o voto de cabresto, no contexto socioeconômico semicolonial descrito no clássico de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*.

5. Contava-se esta estória: um grande fazendeiro chama os peões e distribui-lhes papeis dobrados em envelopes para colocar na urna. Um dos peões pergunta ao patrão se poderia saber o que está escrito no papel. Resposta: “Não pode, não. Você não sabe que o voto é secreto?”

UM SISTEMA FALHO

6. Seria de valia para quem deseja conhecer a questão acessar o site www.votoseguro.org e ler a ata de reunião da CCJ da Câmara dos Deputados, de 08.05.2012, na qual falaram os principais especialistas em segurança eletrônica do país.

7. Há um excelente resumo (12.05.2012) desses depoimentos por Osvaldo Maneschy, que começa assim: Na audiência pública para discutir se o voto eletrônico deve ser impresso ou não, na CCJ da Câmara, ficou claro: o TSE bate de frente com os especialistas em informática que garantem que a impressão é a única forma de tornar segura a urna eletrônica que usamos no Brasil, de primeira geração, ultrapassada, diferentemente de máquinas modernas – como a urna eletrônica argentina, de terceira geração – que imprime o voto e permite que o eleitor o confira.

8. Maneschy cita o professor Diego Aranha, hoje na Unicamp, e que fizera importante demonstração pública disto: “Tivemos apenas uma hora de acesso ao código-fonte da urna eletrônica brasileira, mas foi tempo suficiente para quebrarmos o único dispositivo que ela usa para garantir o sigilo do voto”.

9. Aranha foi, na UNB, aluno do Prof. Pedro Rezende. Este, em um de seus artigos magistrais, publicado no Observatório da Imprensa, 15.04.2014, esclarece que um sistema eletrônico de votação como o do TSE, baseado em urna modelo DRE, caracterizado por não permitir recontagem dos votos, potencializa ao máximo os problemas decorrentes da informatização, por implicar dependência absoluta em relação ao software.

10. Rezende cita pesquisas da agência oficial dos EUA, U.S. Election Assistance Commission, (diretrizes VVSG – Voluntary Voting System Guidelines) e o Brennan Report, da Universidade de Nova York. Elas descrevem 128 formas de fraude em sistemas de votação eletrônica e recomendam a diretriz VVPAT (Voter-Verifiable Paper Audit Trail), que dota o sistema de trilha de auditoria com registro material de cada voto, verificável pelo eleitor.

11. Esse registro serve para entrada do voto eletrônico na urna, em cujo modo é escaneado, ou como saída do voto eletrônico, em cujo modo é impresso; depois, para depósito manual ou automático, para possível auditoria.

SÓ O BRASIL INSISTE...

12. Ainda o Prof. Rezende: “Dos países que testaram ou usaram sistema baseado em urna DRE ... todos, à exceção do Brasil, já a abandonaram. Bélgica, Rússia, Índia, EUA, Canadá, México, Venezuela, Peru, Equador, Argentina usaram e trocaram ou adaptaram seus sistemas para algum modo VVPAT. Por fim, EUA Israel, Equador e Argentina, em eleições locais ou regionais, já usaram ou usam sistema E2E, cujas trilhas virtual e material de contagem e de auditoria dos votos são interdependentes”.

Por que o Supremo não aceita que haja impressão de voto?

Data: 28/10/2014 - Autor: Adriano Benayon

1. Um dos especialistas em urnas eletrônicas, o engenheiro Amilcar Brunazo Filho diz que “o eleitor argentino pode ver e conferir o conteúdo do registro digital do seu voto. O eleitor brasileiro não pode! No Brasil, o voto é secreto até para o próprio eleitor”.
2. Não é aceitável, portanto, a postura do Supremo, Tribunal Superior Eleitoral e muitos TREs, que têm indeferido pedidos de se demonstrar, perante essas autoridades, a completa vulnerabilidade da urna eletrônica à fraude.
3. Menos aceitável ainda, que ministros do STF tenham interferido no poder legislativo, seja para impedir a aprovação do voto impresso, seja para cassá-lo, quando leis foram promulgadas para assegurá-lo.
4. Em 2004, Nelson Jobim, então presidente do STF, fez convocar reunião de líderes da Câmara dos Deputados, na qual os intimidou (todo político tem processos nas altas cortes), para, por voto de liderança, decidirem suprimir da lei a impressão do voto.

LEI DO VOTO IMPRESSO

5. Chegou a vigor, mas quase não chegou a ser aplicada, a Lei do Voto Impresso, de autoria do Senador Requião, e, em 2009, foi promulgada por Lula a lei dos deputados Brizola Neto e Flávio Dino, que teve este destino, selado pelo STF, em 06.11.2013:
6. “O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei 12.034/2009, que cria o voto impresso a partir das eleições de 2014. Na sessão plenária realizada nesta quarta-feira (6), os ministros confirmaram, em definitivo, liminar concedida pela Corte em outubro de 2011, na qual foram suspensos os efeitos do dispositivo questionado pela Procuradoria Geral da República (PGR) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4543.”
7. Após o 1º Turno das Eleições de 2014, o que já era mais que suspeito, tornou-se flagrante. Nunca se viram discrepâncias tão grandes entre as pesquisas de boca de urna e os resultados finais.
8. Em geral, a favor dos candidatos afinados com o sistema de poder comandado pelas oligarquias financeiras mundial e local, e em prejuízo dos políticos com currículo de defesa dos interesses nacionais, como Requião, ou críticos de sustentáculos daquele sistema (Globo), como o mesmo e Garotinho.

A ÚNICA DO MUNDO...

9. O professor Gustavo Castañon, da Universidade Federal de Juiz de Fora, publicou em “Viomundo”, 11.10.2014, artigo em que define a ‘urna eletrônica brasileira’ como a única do mundo totalmente invulnerável à fiscalização.
10. Castañon assinala que no primeiro turno o resultado de Aécio foi muito além da margem de erro do Ibope, 1,5% além do previsto, e o de Dilma, aquém, 2,5%. Aécio tinha 99% de chances de ter entre 28% e 32% dos votos. Teve 33,5%.
11. O outro “erro” foi com os índices de Dilma. Ela teve 0,5% para menos, além da margem de erro. Castañon: “A chance de isso acontecer é bem menor do que 0,005 x 0,005: menor que 0,000025”.

12. Resumindo Castañon: Resultados virtualmente impossíveis aconteceram em todo o país. A avalanche absurda de 40,4% em Sartori no RS, por exemplo, quando a boca de urna previa 29%. Esta dava Genro (PT) 35%, Sartori (PMDB) 29%, Amélia (PP) 26%. As urnas deram Sartori 40,4%, Genro 32,5% e Amélia 21,7%. Não existem espaços na linha para os zeros necessários para expressar a probabilidade de isso ter ocorrido por acaso.

OUTROS EXEMPLOS

13. Olívio Dutra, no RS, perdeu a vaga no Senado, depois de a boca de urna ter indicado sua vitória por 6 pontos percentuais de diferença. No RJ, 8% dos votos parecem ter sido transferidos de Garotinho para Pezão e Crivella. Pezão teve mais 6% e Crivella mais de 2%, acima da margem de erro.

14. Pergunta, ainda, Castañon: por que será que temos o Congresso eleito mais fisiológico de todos os tempos? E afirma: “O estado das coisas se torna mais chocante com a quantidade de denúncias de fraude abafadas pela imprensa e o fato de o TSE ter terceirizado a operação das urnas nesta eleição de 2014 para empresas privadas”.

15. Ele conclui: “Só restam duas possibilidades: ou o Ibope fraudou as pesquisas de boca de urna e arruinou voluntariamente sua reputação, ou o Brasil viveu sua maior e mais escandalosa fraude até hoje. Escolha que teoria da conspiração lhe parece mais racional, porque é só o que tem para hoje”.

País dividido?

Data: 18/11/2014 - Autor: Adriano Benayon

1. Só insensatos duvidam que a união faz a força. Quanto mais dividido um país, mais fraco ele fica. Por isso, os impérios, sempre usaram a estratégia de dividir os povos a conquistar.

2. “Divide et impera” foi o lema da Roma Antiga, durante os setecentos anos em que dominou o mundo, e de outros, antes dela. Tem sido seguido, com semelhante perfídia e brutalidade, pelo império britânico e por seu sucessor e associado, o anglo-americano, nestes 350 anos.

3. O Brasil é vítima da predação imperial, desde quando exportava suas mercadorias sob direção das casas comerciais britânicas e tinha as finanças externas e a infraestrutura controladas por bancos e empresas estrangeiras.

4. Ao aparecer, com capitais nacionais, a promissora industrialização, na 1ª metade do século XX, antes, durante e depois da Revolução de 1930, o império, descontente com isso, fomentou o divisionismo em nosso País, justamente em São Paulo, onde despontara a industrialização, e de onde saía o café e outros produtos exportados.

5. No início dos anos 30, tendo as receitas da exportação caído 2/3 em relação a 1929, sobreveio a falsamente denominada revolução constitucionalista de 1932. De fato, o governo chefiado por Vargas já organizava eleições e o processo que culminou na Constituição de 1934.

6. O movimento de 5 de julho de 1932, de conotações separatistas, visava, na realidade, sustar a industrialização e reamarrar o comércio exterior à finança e à direção imperiais.

7. Foi liderado pelos barões da pseudo-elite agrária da Av. Paulista, econômica e culturalmente vinculados a Londres, juntamente com a grande mídia prostituída.

8. Atitude irracional, pois o retrocesso ao modelo colonial prejudicaria os industriais e até os cafeicultores, que estavam sendo salvos da ruína pela política do presidente Vargas, através da compra pelo governo dos invendáveis estoques de café e de sua queima.
9. Esse é um dos antecedentes do presente tsunami de ignorância, que leva os pró-imperiais de hoje a alimentar mentiras, como a que atribui as misérias do País ao Nordeste e ao Norte, quando elas provêm do modelo dependente, adotado a partir da queda de Vargas, em 1954, quando a política passou a favorecer os carteis transnacionais.
10. É por causa desse modelo que a economia do Brasil se desnacionaliza e se desindustrializa, que as transferências de renda das transnacionais para o exterior só aumentam e que se criaram mecanismos para fazer crescer, sem parar, a dívida pública.
11. Para poder encobrir os fatos importantes, o império, desde os anos 50, investe bilhões de dólares, em contracultura, desinformação e aviltamento dos padrões éticos e culturais, além de cooptação de pessoas em todas as instituições públicas e privadas de maior porte.
12. Essa é a corrupção da grossa, incrementada aceleradamente nos mandatos de FHC (1995-2002), que a mídia sequer menciona. É a que faz dezenas de milhões de brasileiros crerem que um governo do PSDB, vinculadíssimo aos interesses imperiais reduza, e não aumente, a corrupção.
13. Apesar do tsunami de ignorância gerado pelo império e das fraudes eleitorais, o povo brasileiro escapou da radicalização do entreguismo. Entretanto, não escapou de seu avanço, impregnado que está na estrutura econômica e nas instituições.
14. A presidente é alvo de intensa campanha de desestabilização, visando, no mínimo, a acuá-la a fazer concessões mais radicais que as que têm feito a banqueiros e transnacionais.
15. As influências imperiais estão dentro do próprio Executivo e suas agências reguladoras, e também no PT, que nunca mostrou consciência clara da questão nacional em face das transnacionais e das potências que as representam.
16. Além disso, o Congresso e os executivos e legislativos estaduais têm composições cada vez menos favoráveis aos interesses do País, e os demais poderes e instituições da República estão grandemente infiltrados pelos esquemas pró-imperiais.
17. Ilustrativa de não ter cessado a campanha de desestabilização da presidente, sequer no dia das eleições, foi a balela proclamada nas grandes redes de TV, na mesma noite do resultado, segundo a qual o País estaria dividido, diante do apertado o resultado das urnas.
18. Logo a seguir, comentaristas e pseudocientistas políticos passaram a difundir a estória de que a divisão do País se manifesta ao longo de linhas de classes sociais e de áreas geográficas.
19. Mais relevante do que fomentar a divisão entre as regiões Norte e Nordeste e o Sul, seria reconhecer a falta de acesso do grosso da população do País inteiro a condições de vida condizentes com os excelentes recursos naturais do País e com as possibilidades tecnológicas dele, se não tivesse sido aliado do real desenvolvimento, devido ao modelo econômico dependente.
20. Esse modelo causa o endividamento, os juros absurdos, as transferências de renda ao exterior, o atraso tecnológico e tudo mais que enfraquece o País.
21. Ele vem de meados dos anos 50, sendo, pois, ridículo atribuir suas mazelas só ao presente Executivo federal. Cabe, condenar, em primeiro lugar, governos que mais contribuíram para acentuá-las.

22. O ridículo chega ao absurdo, quando os entreguistas acusam o Executivo de que sua política econômica afugenta os investidores. Ora, o montante dos investimentos, mormente os estrangeiros, nunca foi tão alto. Entretanto, mais que proporcionalmente crescem as transferências de renda e de supostas despesas para o exterior, e mais ainda as de recursos reais.

23. É o modelo de dependência financeira e tecnológica que faz minguar verbas para os investimentos produtivos e sociais, e também direcionar erradamente boa parte deles.

24. Ora, quanto maior o espaço geográfico do mercado nacional, mais cada região tem a ganhar com o comércio e a interação financeira internos.

25. De todo o exposto, decorre que o império, primeiramente tratou de desestruturar o País como um todo. Isso o amoleceu para a etapa seguinte: desmembrá-lo, como se delineia, em face das demarcações de supostas terras indígenas, sobre tudo na Amazônia, entregando-as ao controle de fundações, ONGs e igrejas controladas pelos oligarcas donos dos carteis mineradores de âmbito mundial.

26. Outra vertente do projeto separatista parece ser a radicalização da ignorância política e econômica, que investe nas diferenças regionais e de classes de renda.

27. Essa está imbricada com o divisionismo ideológico direita/esquerda. O império anglo-americano o tem fomentado, em todo o mundo, desde os tempos da revolução francesa. No Brasil, muito contribuiu para acirrá-lo, a tentativa de golpe comunista em 1935.

28. Especialmente em função da geopolítica, nunca foram altas as chances de o partido comunista chegar ao poder, mesmo em curtos períodos pós-2ª Guerra Mundial, em que contou com recursos e teve apreciável penetração eleitoral. De qualquer forma, a suposta ameaça comunista encaixou-se como uma luva na estratégia imperial para fazer abortar o desenvolvimento do Brasil.

29. Assim, qualquer coisa que implicasse modificar a arcaica estrutura social e que não fosse favorável aos carteis econômicos e financeiros transnacionais, passou a ser associada ao comunismo, na versão da grande mídia e dos demais instrumentos da intervenção imperial anglo-americana.

30. Não só empresas transnacionais, mas também industriais e outros empresários nacionais investiram para derrubar os governos voltados para o desenvolvimento industrial e tecnológico.

31. Mas os proprietários brasileiros foram expropriados - não, como temiam, pelos comunistas - mas, sim, pelo capital estrangeiro, privilegiado com favores inacreditáveis por governos egressos de golpes cuja direção, como, em 1954, era orientada de fora do País.

32. Esse resultou da armação por serviços secretos estrangeiros de atentado para supostamente matar um adversário do presidente, no qual foi morto um oficial da Aeronáutica. Os comunistas não apoiavam Vargas e até o criticavam.

33. Em 1964, a par das provocações suscitadas para envolver o governo em atos de indisciplina de militares, houve intensa campanha para que fossem vistos como de molde comunista os projetos de reforma econômica e social de Goulart.

34. Apesar de o PT não representar resistência séria à intensificação do modelo dependente, ele nasceu sob falsas bandeiras vermelhas, para dividir a esquerda e, em última análise, participar dos golpes do sistema para cortar as chances de Leonel Brizola.

35. Apesar também da política externa simpática a governos vizinhos de inclinação bolivariana, embora não partilhando dela, a retórica e os clichês do PT e sobre ele oferecem campo fértil ao

império anglo-americano para pressionar a presidente e intensificar as ações para a sua desestabilização.

Golpe, modelo e dívida

Data: 02/12/2014 - Autor: Adriano Benayon

1. O Brasil vive momento grave, com a grande mídia, pedindo golpe de Estado para derrubar a presidenta recém-reeleita.
2. Os golpes em nosso País são recorrentes, e já houve muitos além dos mais conhecidos, que são os de caráter predominantemente militar: 1937, 1945, 1954, 1961 e 1964.
3. O jornalista Luiz Adolfo Pinheiro intitulou seu bom livro, “A República dos Golpes”, publicado em 1993, que abrange somente os anos de Jânio Quadros a Sarney.
4. Não só no Brasil historicamente, mas cada vez mais no mundo atual, os instrumentos principais dos golpes inspirados pelas potências imperiais têm sido instituições civis, como o legislativo e o judiciário.
5. Foi no âmbito da polícia civil que se articulou a conspiração concluída na área militar, que depôs o presidente Vargas em 1954.
6. A famigerada, desde o Estado Novo, Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, chefiada pelo simpatizante nazista, Cecil Borer, foi que armou o atentado da rua Tonelero, envolvendo a guarda pessoal do presidente e a ela atribuindo o crime.
7. O alvo era o próprio major Vaz, para acender a revolta Aeronáutica e na opinião pública, e não, Carlos Lacerda, o encarnizado adversário de Vargas, com o simulado e inexistente tiro em seu pé.
8. Por que a DOPS? No auge da Guerra Fria, os nazistas e simpatizantes foram recrutados em massa pelos serviços secretos das potências anglo-americanas, para reprimir os “comunistas”, rótulo ao qual buscavam associar todos os que, como os nacionalistas, desagradassem àquelas potências.
9. Voltemos a 2014: no período eleitoral, delegados da polícia federal, a que se atribui serem simpáticos ao PSDB, vazaram informações do inquérito (operação Lava Jato), em que investigam irregularidades em contratos entre a Petrobrás e grandes empreiteiras de obras de infraestrutura.
10. Há poucos dias, acabam de prender executivos dessas empreiteiras, as quais, além de atingidas pelo escândalo, com repercussões sobre futuras contratações, serão provavelmente condenadas ao pagamento de pesadas multas.
11. Desavisados moralistas exultam com essa suposta demonstração de que as instituições do País estejam combatendo eficientemente a corrupção. O PT louva a presidenta por ter sancionado nova lei, que permite agir também contra os corruptores.
12. O povo ilude-se e acredita que seja isso mesmo que está em causa. Desconhece a natureza do jogo prevalecente nas altas esferas do poder, notadamente as do poder mundial. Para isso concorre o tsunami de ignorância gerado pelos investimentos que nela faz a oligarquia concentradora transnacional, há um século.
13. A mega corrupção exercida por essa oligarquia coopta colaboradores em todas as estruturas econômicas e institucionais e, ironicamente, usa, a seu serviço, a corrupção derivada, a de menor

porte, aumentada inclusive em decorrência do investimento na anticultura e na destruição dos valores éticos.

14. É essa, a derivada a que aparece, quando sua exposição serve aos objetivos da estratégia imperial, produzindo grande comoção em amplos segmentos da população e desviando o foco dos reais problemas e de suas fontes geradoras.

15. Sem acesso às informações sobre como a oligarquia financeira envolve os poderes constituídos do Estado, infiltrados por seus interesses, o povo concentra seu ódio sobre os corruptos expostos pela corruptíssima grande mídia. Deveria desconfiar de que, se são expostos, é porque são os que estão causando menor dano ao País.

16. Por que as grandes empreiteiras estão sob o fogo da repressão? Elas constituem o principal núcleo de poder econômico no País que ainda não foi controlado pelo capital estrangeiro. São exportadoras de serviços, ocupam pessoal qualificado e se tornaram conglomerados, que investem até mesmo em tecnologia de uso militar.

17. Ademais, o escândalo que domina as atenções envolve também a principal estatal do País, ou seja, uma das poucas empresas gigantes sob controle nacional, apesar de infiltrada por quadros ligados às transnacionais do setor e a bancos da oligarquia financeira anglo-americana.

17. Para fechar, convém ter presente a penetração de ideias e a cooptação por parte de entidades estrangeiras na Polícia Federal, notória desde que a Delegacia Antitóxicos recebe ajuda de sua congênere norte-americana.

18. Não se deveria tampouco ignorar a política das numerosas agências de inteligência dos EUA de atrair as simpatias de quadros das instituições-chave do País, como a Polícia Federal.

19. O foco na corrupção, ignorando a fonte da mega corrupção, é instrumento do poder oligárquico mundial. Em geral, estão alinhados com este, os que mais gritam contra a corrupção.

20. Um dos fatos fundamentais obliterados é que, no âmbito dos carteis financeiros e econômicos, a ética pode ser tema de discurso, mas não faz parte do objetivo central, o poder, nem do objetivo imediato, o lucro, independentemente de como seja obtido.

21. Expor as reais razões do escândalo das relações entre grandes empreiteiras e a Petrobrás não é dizer que nelas houve corrupção. Isso, porém, está sendo usado para favorecer grupos transnacionais, tradicionais comitentes de n tipos de corrupção.

22. Entre eles, os permitidos pelas leis e políticas impostas aos países, tais como tolerar as práticas monopolistas e demais formas de abuso do poder econômico.

23. Não menos danoso para o Brasil é ferir de morte as empresas privadas e públicas em que se mantém os últimos bastiões de autonomia tecnológica no País, alvo que é do “apartheid tecnológico”, decorrente de os carteis transnacionais dominarem o mercado, reforçado por acordos internacionais, como o TRIPS no âmbito da OMC.

24. Os promotores da desestabilização da presidenta da República e do golpe em curso são de dois tipos:

a) os colaboradores do sistema imperial, que nos impõe, desde 1954, o modelo de dependência financeira e tecnológica, e utilizam hipocritamente o pretexto da moralidade para desnacionalizar e desindustrializar ainda mais a economia;

b) os enganados pelo alienado discurso moralista e são arregimentados para solidarizar-se com a repressão destinada a eliminar as empreiteiras e acabar de desnacionalizar a Petrobrás.

25. Isso não significa que não se deva expurgar a estatal de seus quadros corruptos. Se isso for feito, como se deve, vai-se notar que a maior parte deles é ligada a grupos e a interesses das transnacionais estrangeiras, lá colocados.

26. Isso ocorreu principalmente no governo antipátria de FHC, e a maior parte dos corruptos permaneceu na Petrobrás e na ANP, nos governos petistas, conciliadores em relação àqueles grupos. Esse é o caso, inclusive, do pivô do escândalo, o delator premiado.

27. Enquanto a operação Lava Jato ocupa o centro das atenções, e avança em direção favorável ao objetivo de enfraquecer o já fragilizado poder econômico nacional, são esquecidas as causas fundamentais dessa fraqueza.

28. Estas se situam no binômio modelo pró-imperial-enviamento público. A propósito, o Brasil está com déficit recorde no balanço de transações correntes com o exterior: US\$ 85 bilhões por ano.

29. Essa sempre foi a causa do crescimento da dívida externa, desde que JK (1956-1960) aplicou a política entreguista do golpe udenista-militar de 1954, que cumulou de favores os carteis transnacionais para monopolizarem os mercados industriais do País.

30. A dívida externa ascendeu a U\$ 541,42 bilhões, em agosto último (R\$ 1,4 trilhão, ao câmbio atual). A dívida pública interna, a R\$ 3,067 trilhão.

31. O serviço da dívida (juros e amortizações) consome 42% das despesas da União, e realimenta-se com as taxas de juros absurdamente altas e que, por isso, não podem ser pagas só com recursos dos tributos.

32. A parte do serviço da dívida que o Tesouro paga com as receitas corresponde ao “superávit primário”. Elaborei uma tabela, no programa Excel, lançando o montante da dívida pública interna em 1994, e taxa de juros de 3% aa.

33. Por que 3% aa.? Essa taxa supera a de muitos países, e não há base para a ideia, sempre impingida ao público, de que se têm de combater a inflação com juros elevados.

34. No Brasil, os preços são altíssimos, porque os carteis impõem os que desejam, mais ainda que em outros países. Fosse outra a política, a inflação seria moderada, e não ficaria ao sabor de farsas, como a do Plano Real.

35. Além dos juros 3% aa., inseri na tabela os montantes do superávit primário, para resgatar dívida, implicando que não haveria novas emissões de títulos para isso.

36. Resultado: mesmo sem superávit primário de 1995 a 1997, pois ele só ocorreu em 1994 e de 1998 a 2001, a União já teria eliminado a dívida interna, e sobriariam R\$ 22 bilhões, em 2001.

37. Ora, com as absurdas taxas de juros comandadas pelo cartel dos bancos e cumpridas pelo BACEN, e, apesar de superávits primários totalizando, de 2002 a 2013, em valores correntes, R\$ 1,082 trilhão, a dívida interna cresceu para quase R\$ 3 trilhões.

31 de março de 1964

Data: 01/04/2015 - Autor: Adriano Benayon

1. Está aí mais um aniversário do movimento de 1964, decorrente do êxito do império anglo-americano em dividir os brasileiros em linhas ideológicas, de classe e criar barreiras artificiais entre civis e militares.
2. Disso vem a permanência até hoje, durante tanto tempo, e a intensificação das divisões internas no País, a qual exige que nossos compatriotas revertam a tragédia em curso, com a estrutura social e econômica em constante agravamento.
3. O contexto começa em 1935, com a revolta comunista, em unidades militares, ainda presente, na memória das FFAA. À época, estavam lançados os dados para a 2ª Guerra Mundial.
4. Em 1937, liderado por dois oficiais do Exército de alta patente, Góes Monteiro e Eurico Dutra, deu-se o golpe de Estado de 1937, um de cujos objetivos principais foi reprimir os comunistas.
5. As potências anglo-americanas formalmente aliadas à URSS durante a 2ª GM, iniciaram, antes de ela terminar, a Guerra Fria. De imediato, o Reino Unido e os EUA recrutaram, em todo o mundo, oficiais e agentes de inteligência, de inclinação nazifascista.
6. No Brasil, coadjuvados por parte dos oficiais brasileiros que combateram na Itália, os mesmos de 1937 derrubaram o presidente Vargas, em outubro de 1945.
7. Vargas, embora em nada comunista, caía, sob a pecha de ditador, por manobra dos anglo-americanos. Era alvo mais real que os comunistas, porque estes não constituíam possibilidade real de tomar o poder, enquanto Getúlio Vargas colocava a probabilidade de o Brasil ascender ao desenvolvimento.
8. Nada mais indesejável para o império do Norte que o surgimento de uma potência no continente americano. O governo do marechal Dutra (1946-1950) atendeu plenamente ao desiderato dos EUA, embora eleito com os votos de Vargas, pois a “alternativa” era o brigadeiro Eduardo Gomes, mais clara e tradicionalmente alinhado com os EUA.
9. O império investia, há muito, para influenciar as mentes dos brasileiros, e, entre outras formas de penetração econômica e cultural (anticultural), quase só se assistiam filmes de Hollywood, durante a 2ª Guerra Mundial e mais tempo.
10. A maioria dos militares era nacionalista, mas isso se foi tornando secundário para muitos, tal a magnificação da “ameaça” comunista e do medo incutido de os comunistas expropriarem os brasileiros.
11. Diferentemente do ocorrido na Alemanha, França, Itália, Japão, Coreia e Taiwan, a oligarquia anglo-americana não tolerou, no Brasil, que a maior parte da indústria permanecesse de propriedade local, porque naqueles países havia partidos comunistas fortes e/ou a presença contígua do Exército soviético.
12. No Brasil, os golpes de 1945, 1954 e 1964 e a constante intervenção, através do dinheiro e da mídia, visaram a determinar políticas indecentemente protetoras dos carteis transnacionais, fadadas a liquidar a indústria brasileira surgida durante o relativo isolamento devido às duas guerras mundiais e à depressão dos anos 30.
13. A política econômica tomou a direção antinacional em agosto de 1954, com subsídios incríveis em favor do capital estrangeiro. Ela foi aplicada, em pleno, por JK (1956-1960) e não substancialmente alterada no conturbado governo de João Goulart.

14. Exceto Castello Branco, os governos militares não eram incondicionalmente alinhados aos EUA. Tinham um projeto “nacional”, que afirmava o objetivo de fortalecer o poder nacional, porém, incoerente, porque se fundamentava na “aliança” com os EUA, motivada por visão obnubilada pela suposta ameaça comunista.

15. Projeto inconsistente, porque não é possível fortalecer o poder nacional, enquanto se subsidiam as transnacionais para se apoderar-se da indústria do País.

16. Evidências desse fracasso são a dívida externa, resultante das transferências das transnacionais para o exterior e a inviabilização de tecnologia autônoma no País, ao asfixiar-se as empresas brasileiras, privadas do mercado, seu solo e nutrientes. O resultado, em vez de desenvolver o País, foi enfraquecê-lo, torná-lo impotente.

17. Apesar de iniciativas, como CTA, EMBRAER, Telebrás, projeto nuclear, e outras que utilizaram o poder do Estado para desenvolver tecnologias importantes, os governos militares já haviam legado herança negativa, quando a potência imperial os dispensou para manobrar os cordéis das marionetes pseudodemocráticas da Nova República...

18. Os EUA, orientadores de torturas no País, começaram a criticá-las, quando Geisel, além de iniciativas pró-desenvolvimento, assumiu política externa não submetida aos interesses do império, encetou a política nuclear e se recusou a assinar o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

19. Entretanto, o Brasil foi vítima da estrutura desnacionalizada de sua indústria, e a dívida externa ficara incontável. Ademais, sempre prevaleceu a prioridade suicida, das boas relações com sistema financeiro mundial.

20. Assim, até mesmo o controle do Programa de Alcool - sem necessidade de um só um centavo em moeda estrangeira - passou para o Banco Mundial. As veleidades de soberania não se concretizam, se os dirigentes carecem de visão estratégica para entender as bases materiais sem as quais a independência não é possível.

A infraestrutura do caos

Data: 01/04/2015 - Autor: Adriano Benayon

1. A taxa de juros SELIC, a taxa base para títulos do Tesouro Nacional já estava demasiado alta em 11.25 pontos percentuais em novembro de 2014. Após sucessivas elevações, o COPOM (Conselho de Política Monetária), “orientado” pelo BANCO CENTRAL a elevou para 12.75 pontos percentuais.

2. A taxa efetiva, basicamente determinada pelo cartel de bancos credenciados como *dealers* desses títulos oficiais, fica, em média, três pontos acima da taxa básica (hoje quase 16% aa.), ou ainda mais em períodos turbulentos.

3. Tais juros – sem paralelo em países não submetidos ao império financeiro, controlado pela oligarquia anglo-americana – causam intensa hemorrhagia nas finanças públicas, um de cujos efeitos é elevar a conta dos juros a cada ano e fazer crescer incontrolavelmente o estoque da dívida.

4. Isso se dá em função da capitalização dos juros através da emissão de novos títulos para liquidar os que vão vencendo, pois as receitas tributárias (das quais vem o superávit primário) são, de longe, insuficientes.

5. Para uma ideia do estrago desencadeado por poucos pontos percentuais na taxa, basta fazer simulações com a composição anual dos juros.

6. Os juros incorporados ao principal - supondo que não se liquidassem juros e amortizações, em dinheiro, durante 30 anos - fariam ascender os 3 trilhões de reais, no momento, da dívida interna), para os seguintes montantes:

1) 12% aa. = R\$ 89,9 trilhões, (multiplicaria a dívida por 30);

2) 15% aa. = R\$ 198,6 trilhões, (a multiplicaria por 66);

3) 18 % aa. = R\$ 430,1 trilhões (a multiplicaria por 144).

7. Portanto, a cada três pontos percentuais de aumento, o multiplicador mais que dobraria. Do jeito que vai a presente taxa efetiva (18% aa.), a dívida atingiria quantia equivalente a US\$ 143 trilhões, ou seja, quantia igual a duas vezes a soma dos PIBs de todos os países do mundo.

8. Tenho explicado que os formadores de opinião, montados no monopólio da comunicação social - cujo negócio é desinformar - fazem a maior parte do público comprar a ideia de que as elevações das taxas de juros seriam necessárias para conter a inflação dos preços.

9. As artes da desinformação incluem fazer acreditar numa entidade misteriosa chamada “mercado”, a que se atribui exigir os injustificáveis juros estratosféricos. Então, aos olhos do público esses juros deixam de ser o instrumento do saqueio cometido pelo cartel dos bancos e são imputados ao abstrato “mercado” e a supostas leis econômicas, igualmente abstratas.

10. A armação a serviço dos concentradores financeiros desvia a discussão do terreno dos fatos para o das teorias econômicas e para o das doutrinas político-filosóficas.

11. A questão não é doutrinária: não são neoliberais nem necessariamente partidários da direita os defensores e aproveitadores da política de juros altos, tal como os da política de subsidiar trilionariamente os carteis transnacionais.

Protecionismo às avessas

Data: 20/05/2015 - Autor: Adriano Benayon

1. Num país, como o Brasil, com os espaços a serem ocupados e os recursos naturais, ainda disponíveis, a prosperidade não deveria depender da conjuntura internacional.

2. Mas a crise decorrente da absurda financeirização da economia mundial nos atinge agudamente, por incidir sobre a distorcida estrutura econômica formada nos últimos 60 anos, com o apoderamento da indústria pelos “investimentos estrangeiros diretos” sob o comando dos carteis transnacionais.

3. Tal é a falsificação da história, que muitos pensam que o Brasil se industrializou após 1955. Na verdade, sua indústria havia progredido muito na 1ª metade do século XX.

4. O que houve - e durante apenas quinze anos subsequentes à virada para o modelo dependente, em 1954-1955 - foram elevações do produto industrial, enquanto diminuía a inovação tecnológica, exceto no setor público, até que tudo desmoronasse a partir de 1980. Então, já era manifesta a falência do modelo, com a escalada estratosférica da dívida externa.

5. O Brasil, por coerção geopolítica, expressa no golpe de Estado de agosto de 1954, por corrupção e/ou por falta de visão, aceitou o conto de vigário que lhe foi imposto, pela enganosa dicotomia entre “liberais-conservadores” e “desenvolvimentistas-estruturalistas”, inclusive da Comissão Econômica para a América Latina da ONU (CEPAL).
6. Segundo estes, o Brasil devia aumentar sua industrialização, mas ignoraram (?) que isso traria resultados funestos, sem proteção real às empresas nacionais.
7. Ora, havia proteção, mas somente em relação a importações. Ela não abrangia os “investimentos” estrangeiros. Estes, ao contrário, recebiam - e ficaram recebendo, vantagens e subsídios - que significam barreiras intransponíveis contra a verdadeira indústria nacional. O Brasil praticou e pratica protecionismo às avessas.
8. Imediatamente após os cinco anos lastimáveis, para os quais JK prometera progresso de 50 anos, o modelo dependente - caracterizado por esse protecionismo autopunitivo – deu com os burros n’água, ao desembocar em elevados déficits externos e na consequente dívida.
9. Então, a CEPAL constatou a “estagnação” da industrialização substituidora de importações, a qual, ao realizar no Brasil, através de empresas transnacionais, a produção de bens duráveis, acarretara o crescimento explosivo do valor das importações totais, devido à importação de insumos.
10. Claro que a CEPAL, corresponsável pelo desastre, não recriminaria a si própria. Condenou a própria industrialização substituidora de importações, em vez de mostrar que o fracasso desta adviera de terem os mercados ficado à mercê das transnacionais (ETNs).
11. O evidente objetivo das ETNs era apropriar-se deles, auferindo lucros inimagináveis e transferindo-os ao exterior como despesas: importações subfaturadas de insumos e supostos serviços pagos às matrizes pelas subsidiárias das transnacionais no País.
12. Como escrevi no “Globalização versus Desenvolvimento”, não há, no modelo dependente, possibilidade de políticas consentâneas com o desenvolvimento. A criticada concentração da renda – e que muitos acreditam sanável mediante investimentos em “educação” - decorreu da ação dos investimentos estrangeiros.
13. De resto, dado o colossal serviço da dívida, a que conduziu o modelo dependente, a elevação da renda por habitante se torna impossível, e a remoção das desigualdades de renda, ainda mais quiméricas.
14. Desde o início, os “investimentos” diretos só ingressaram na produção de bens e serviços, mediante a garantia de rendas oligopolistas. As ETNs passaram a controlar os mercados e excluíram a competição, usando, para “investir”, os recursos obtidos nele próprio, além dos obscenos subsídios governamentais.
15. Todos os países que se deitaram sobre a riqueza mineral, empobreceram e se tornaram caudatários das grandes potências. Um dos exemplos é a Espanha, a maior potência da 2ª metade do Séc. XVI e 1ª do XVII, quando a prata do México e do Peru (Bolívia) jorrava até a Europa e Ásia, para pagar as manufaturas importadas, em detrimento da indústria nacional, que começava a declinar.
16. Ora, o Brasil continua a favorecer as exportações primárias, inclusive com a famigerada Lei Kandir. Não só tem de reverter essa política, mas também instituir reserva de mercado e condições de competição e de escala para o desenvolvimento tecnológico.

Os créditos chineses

Data: 27/05/2015 - Autor: Adriano Benayon

1. São passíveis de dúvida os elogios rasgados que com que alguns saudaram efusivamente os recentes acordos de financiamento e negócios com a China. Talvez falte embasamento em história econômica e especialmente em história do desenvolvimento, além de em *Realpolitik*, para discernir bem o que está acontecendo.
2. A prática do modelo dependente penetrou tanto no País, que consideram um êxito o Brasil sair um pouco da relação desigual com as principais potências ocidentais, mesmo que seja substituindo-a, em parte, pelo mesmo tipo de relação com a potência emergente do Extremo Oriente.
3. Essa avaliação não se justifica, mas se explica, em função do contexto de ausência de autodeterminação, das políticas financeiras de juros internos absurdamente altos e de arrochos provocados pelas deficiências estruturais decorrentes dos altos custos da infraestrutura, e ainda pelos déficits de transações correntes com o exterior, causados pelas dependências tecnológica, financeira e política.
4. De fato, não deveria ser motivo de regozijo tomar emprestado da China para financiar obras de infraestrutura e outras no País, pagando juros a bancos chineses, e privando o BNDES e demais bancos públicos brasileiros de auferir esses juros.
5. Tampouco seria carrear negócios para as empreiteiras chinesas e empregos para os engenheiros e técnicos chineses, em lugar de gerar as correspondentes renda e capacitação em benefício de nacionais.
6. Outro sintoma de desinformação é aludir como exemplo de solidariedade internacional ao Plano Marshall, os créditos públicos que os EUA prestaram a alguns países europeus a partir de 1947 (dois anos após o final da 2ª Guerra Mundial).
7. Ora, o Plano Marshall não foi o que a maioria das pessoas pensam que foi, mesmo aquelas que não costumam aceitar pelo valor de face as versões propaladas pelo império anglo-americano.
8. Até os mais céticos em relação à propaganda imperial ignoram que o Plano Marshall não serviu apenas para dinamizar algumas economias de países europeus que tinham partidos comunistas fortes ou a proximidade do Exército Soviético.
9. Tudo isso acompanhado de muita propaganda, derramando dinheiro na mídia e abusando da difusão através da Rádio Europa Livre e das agências de notícias “internacionais”.
10. Além disso, o Reino Unido, cujo Estado obedece à mesma oligarquia capitalista que os EUA, foi mutuário de 26% do total dos créditos do Plano Marshall.
11. Mas os grandes beneficiários desse esquema foram os próprios EUA. Primeiro, porque 70% dos créditos se destinaram a financiar exportações norte-americanas, e, pior, nem sempre as de maior interesse para os países importadores nem aos preços mais competitivos.
12. Segundo, porque um dos principais objetivos era associar o capital estadunidense ao capital dos países europeus. Terceiro, e mais importante, fazer que boa parte da indústria e da tecnologia nesses países ficasse sob controle dos carteis transnacionais norte-americanos.

13. Nesses tempos do pós-guerra, os grandes bancos anglo-americanos começaram a criar dinheiro offshore (expatriado, xenomoeda, eurodólar), fazendo, em poucos anos, essa moeda surgir em crescimento exponencial.

14. Foi o ponto de partida da financeirização, que culminou na crise de 2007/2008 com derivativos próximos a um trilhão de dólares, cifra a que já retornaram, nestes anos mais recentes.

15. Transcrevo de meu livro Globalização versus Desenvolvimento:

“Não serve de regra o Plano Marshall, o qual, há mais de 60 anos, possibilitou um fluxo de bens de produção dos EUA para países da Europa Ocidental, financiado por capitais públicos dos EUA. De resto, ele não foi tão importante para os “receptores” quanto se costuma crer, sob a influência das falsas verdades.

O Reino Unido recebeu 26% e França, 18%, do total. A Itália, 10%, e a Alemanha Ocidental, 11,7%. É digno de nota que estes dois países fizeram progressos mais acentuados que aqueles dois. Explicações: 1) menor dependência tecnológica por ter importado menos bens de capital; 2) os “beneficiários” pagam até hoje alto preço, pois os empréstimos foram acompanhados de investimentos diretos norte-americanos.

No geral, o dano só não foi maior, porque a tradição tecnológica e o espírito de independência nacional daqueles países os mantiveram com o grosso da produção controlada por capitais locais. Ademais, o Plano decorreu de condições estratégicas excepcionais, para reativar economias de países ameaçados, interna e externamente, pela expansão do comunismo no pós-guerra. Não havia interesse em os subdesenvolver, como se faz com os países ricos em matérias-primas estratégicas.

Cortes na carne do Brasil

Data: 03/06/2015 - Autor: Adriano Benayon

1. Os cortes na área militar são extremamente prejudiciais ao País, como o são também os que a presente política econômica está determinando no campo social e na infraestrutura.

2. O site Defesa Net enviou uma carta aberta ao Ministro da Fazenda, na qual expõe as graves consequências da política financeira sobre esse setor, do qual depende a própria soberania nacional.

3. Ao contrário do que proclamam, as autoridades monetárias não têm como sanear as finanças públicas, uma vez que o Tesouro se está esvaindo em emissões de títulos públicos para pagar juros da dívida pública.

4. Como tenho apontado, o montante dessa dívida está crescendo a uma taxa determinada pela composição da elevadíssima taxa SELIC, aumentada pela margem exigida pelos *dealers* do Banco Central.

5. O Defesa Net alerta que a aplicação das regras antigas do Fundo Monetário Internacional (FMI) faz atrofiar o conceito de nação soberana do nosso País. Mais que diante de um contrassenso, estamos diante de um crime contra a Nação.

6. De fato, com a produção e o emprego a cair, os recursos que os viabilizariam, estão sendo carreados para o pagamento de impostos, a fim de gerar rendas exclusivamente financeiras.

7. Lembra o Defesa Net não ser a primeira vez em que o Brasil é cortado em sua defesa. Estamos diante de uma reedição da terrível crise da dívida externa do início dos anos 80, quando o País foi submetido a elevação de juros inusitada e havia, devido à estrutura industrial desnacionalizada e concentrada aqui instalada, acumulava déficits externos incompatíveis com sua capacidade de pagamento.

8. Foram desativadas importantes empresas industriais de defesa, devido à falta de encomendas das próprias Forças Armadas. O processo prosseguiu nos anos 80, 90 e até depois com enorme número e importância de empresas perdidas e desnacionalizadas.

9. Isso se deu, entre outras, com a ELETROMETAL de Piracicaba SP, causando dano irreparável na área de siderurgia e metalurgia até hoje não recomposto. A ELETROMETAL fabricava tubos sem costuras para suportar temperaturas extremas.

10. Agora, depois de um esforço de ressurgimento, nos últimos anos, promove-se, de novo, desmonte nas pastas militares e aeroespacial. Estas são as palavras do Defesanet:

“Ao Sistema Financeiro proteções imensas em garantias. Enquanto isso nossa indústria se despedaça e o que restará será entregue à ferocidade dos cães famintos: dos empréstimos, às taxas de mercado e ao calote”.

“Na semana que passou ocorreram grandes comemorações na Lockheed Martin, empresa que produz as aeronaves de transporte Hercules C130. Viram, o seu futuro competidor próximo de jogar a toalha no ringue, antes mesmo de começar o primeiro assalto.”

11. O próprio governo deu o calote de R\$ 500 milhões nesse projeto (KC-390) da EMBRAER, o mais ambicioso na história da aeronáutica brasileira, com mais de 1.000 engenheiros e 10.000 técnicos envolvidos. O mesmo sucede com a HELIBRAS e os submarinos.

12. Não se trata só de deixar o País ao arbítrio das potências imperiais. A política de governo do Brasil, inclusive Congresso, significa deixar o País sem indústria e sem tecnologia própria alguma.

13. Todos deviam saber que Reino Unido e aliadas, obtiveram a demarcação de áreas imensas em Roraima e outras regiões amazônicas, a pretexto de criar reservas indígenas e ecológicas. Pouco falta para essas áreas serem alijadas do território nacional.

14. Deviam saber também que o Reino Unido ocupa as Ilhas Malvinas da Argentina há mais de duzentos anos e recusa-se a reconhecer a soberania platina sobre essa área rica em petróleo.

15. Em suma, os cortes na defesa são criminosos. E a questão é o que os brasileiros conscientes da realidade podemos fazer.

16. E qual é a realidade? Somos um grande país, mas completamente dominado pelas corporações estrangeiras e desestruturado. Não é só de defesa nacional que o Brasil está sendo privado.

17. O assalto é antigo. Agora está em fase crítica, final. O ataque é simultâneo à Petrobrás e às empreiteiras nacionais, conglomerados com importante atuação em segmentos de alto conteúdo tecnológico de interesse da área de defesa.

18. E por que o inimigo ataca, confiante? Por que sabe que nem a Petrobrás é mais unanimidade. Porque a coesão nacional foi dilacerada. Porque o inimigo sabe que o País está sem liderança política alguma, digna de crédito.

19. Então ele acua o “governo” e este eleva os juros da dívida interna por taxas cuja composição determina a elevação do montante dessa dívida para alturas inadmissíveis, enquanto o processo obriga a cortar tudo que não seja despesa financeira.

Não há desenvolvimento dependente

Data: 08/07/2015 - Autor: Adriano Benayon

1. Dei ao artigo anterior o título Crescimento do Subdesenvolvimento. Só posso atribuir à desinformação o fato de tanta gente crer em desenvolvimento do Brasil, após 1954, e, mais ainda, continuar-se, até hoje, a falar de modelo de desenvolvimento e de retomada do desenvolvimento, como se ele tivesse existido nestes 60 anos.

2. É a velha confusão entre os dois termos. Para dizer se um país se desenvolve ou não, basta olhar as estatísticas de crescimento e verificar se taxas expressivas de incremento se mantiveram ininterruptamente durante longos períodos, pelo menos de 25 anos.

3. Isso jamais ocorreu no Brasil. Nos últimos 60 anos, os únicos períodos com taxas reais ininterruptas acima de 7% foram 1968/1974 (sete anos) e 1957/1961 (cinco anos).

4. Taxas baixíssimas verificaram-se em 1956; 1963/1965; 1981/1983 (taxa média negativa); 1988/1990 (taxa média negativa); 1996/1999; 2000/2003; 2009/2014, com um único ano (2010) apresentando 7,5% positivos.

5. Esse lastimável quadro — e seria ainda pior se os dados fossem os mais relevantes (PNB em vez de PIB) comprova o desastre que é o modelo dependente, pois uma gestão apenas regular teria conduzido a resultados incomparavelmente superiores, compatíveis com os prodigiosos recursos naturais do País.

6. Evidente, portanto, que esse modelo, caracterizado pela crescente ocupação pelo capital estrangeiro de todos os setores da economia, formou péssima estrutura e infraestrutura.

7. A lavagem cerebral faz acadêmicos e jornalistas, da direita à esquerda, se regozijarem com os “investimentos” estrangeiros por os julgarem indicadores da vitalidade econômica do País, pensando que se trata de investimentos reais.

8. Ignoram ou fingem ignorar que esses “investimentos” provêm, na maior parte, de subsídios públicos e que, em razão das transferências das subsidiárias das transnacionais às suas matrizes, acarretam pesadas perdas líquidas de capital para o País.

9. Na realidade, o valor das remessas de recursos materiais e financeiros ao exterior constituem grandes múltiplos da entrada efetiva de capitais estrangeiros, devido não só às saídas pela conta de lucros e dividendos, mas, mais ainda, por outras contas do balanço de transações correntes, notadamente através do superfaturamento de importações e do subfaturamento de exportações, além do pagamento de serviços superfaturados e até fictícios.

17. Para sobreviver como País, é imprescindível construir uma economia competitiva, o que exige sua nacionalização, pois o interesse das transnacionais é importar matérias-primas essenciais, a preço vil, e transferir ao exterior lucros estupendos, além de monopolizar o controle da tecnologia, inviabilizando o desenvolvimento de tecnologias que pudessem competir com aquelas de que são proprietárias.

18. São indispensáveis infraestruturas de energia, transportes e comunicações baseadas em recursos naturais e tecnológicos locais, voltadas para propiciar custos baixos para a indústria e demais setores de uma economia nacional integrada, muito diferente da atual, construída em função de interesses estrangeiros.

19. A economia deve ter espaços abertos a empresas privadas - médias e pequenas - e grandes estatais, inclusive na área financeira. Emissões monetárias do Tesouro e títulos públicos com juros baixos assegurarão baixo custo para os recursos financeiros aplicados na produção de bens e serviços. Entre as prioridades, investimentos nas Forças Armadas, especialmente em seus projetos de elevado conteúdo tecnológico.

20. Além de recrutar e financiar profissionais brasileiros para reconstituir o setor privado nacional desconcentrado e para empregá-los em estatais, o Brasil poderia importar engenheiros e técnicos de países com forte base industrial, atualmente assolados pela depressão econômica.

21. É evidente que tudo isso é intolerável para o sistema imperial e acarretaria sanções econômicas contra o Brasil, mas elas não nos causariam mal.

22. O Brasil só tem a ganhar buscando o desenvolvimento no quadro de um modelo relativamente autárquico, podendo formar espaço de maior dimensão econômica em associação com a Argentina, e intensificar a cooperação com membros do BRICS, excluindo a relação em moldes centro-periferia.

23. A história política e econômica subsequente ao golpe de 1954 mostra continuidade – velada pelas diferenças formais e ideológicas dos diversos regimes e governos – caracterizada pela consolidação e aumento, a cada etapa, da desnacionalização e do enfraquecimento estrutural da economia, juntamente com o incremento da submissão política às imposições imperiais.

24. O capitalismo levou a economia e as finanças a espantoso grau de concentração, o que foi realizado, infringindo as regras – em geral frágeis, devido à força política dos concentradores - instituídas por alguns Estados para que o sistema guardasse alguma semelhança com o modelo favorável à economia de mercado e à concorrência.

25. Entre os meios usados pelos carteis estão as fraudes, o uso de advogados especializados em encontrar brechas na legislação, e a própria corrupção de autoridades públicas e no seio de concorrentes.

26. É mais um sinal da deterioração e do enfraquecimento do sistema político no Brasil que um juiz de Vara federal no Paraná esteja cerceando, seletiva e amiúde injustificadamente, o que resta de empresas nacionais de grande porte, dotadas de tecnologias competitivas, e prejudicando atividades da Petrobrás.

27. O mesmo é demonstrado pela urgência concedida para a tramitação do projeto do senador José Serra que atende as reivindicações das companhias estrangeiras de petróleo, interessadas nas fabulosas reservas descobertas pela Petrobrás, tal como ele prometera à Chevron, em 2009, conforme revelações do Wikileaks.

28. No mesmo sentido, a intervenção do Banco Central podadora da capacidade de investimento da Petrobrás, impedindo o BNDES de financiá-la: medida reprovável, coerente com a tradição do BACEN, hostil às atividades produtivas, e determinante do eterno desequilíbrio das contas públicas, através da política de juros exorbitantes.

29. Também, atitudes do Executivo, como a de Petrobras ter posto à venda, para serem desnacionalizados, 49% das ações da subsidiária Gaspetro, que participa em 19 distribuidoras

estaduais de gás natural. A venda é conduzida pelo Itaú-BBA, que estaria convidando as japonesas Mitsui, Marubeni e Itochu, a chinesa Beijing Gas, a franco-belga GDF Suez e a espanhola Gás Natural.

30. Em suma, a experiência histórica, de séculos, demonstra que quanto mais os países periféricos ricos em recursos naturais, cedem às imposições imperiais, mais ficam enfraquecidos e empobrecidos. Portanto, ou o Brasil muda de rumo, ou o destino de seu povo será de lastimar.

Cuidado com a moralidade fascista

Data: 12/08/2015 - Autor: Adriano Benayon

1. Não convém crer no combate à corrupção teleguiado por potências cujas políticas se caracterizam por perversidade inacreditável, mas real: no mínimo, efeito colateral de seus jogos de poder.
2. A escravização pode ser realizada tanto através da imposição das armas de destruição em massa econômico-financeiras, como as imediatamente letais.
3. Por enquanto estão sendo empregadas no Brasil as primeiras, com as taxas dos títulos públicos chegando a 18 % aa., e com os golpes finais na indústria nacional.
4. Esse processo tem sido dirigido, desde, pelo menos, o final da 2ª Guerra Mundial, pelas potências imperiais anglo-americanas, cuja hegemonia se iniciou, há mais de 300 anos, com práticas destrutivas e mesmo genocidas.
5. As disputantes derrotadas associaram-se, na ordem cronológica, Holanda, França e Alemanha. Esta aparece, hoje, como a principal, dando, na Europa a falsa impressão de ter luz própria, ao aparecer como o grande opressor direto dos países relegados à condição de periferia da União Europeia.
6. A vocação tecnológica e industrial da Alemanha, semelhante à da França e ainda maior, tornou-se, para o império anglo-americano, um sério risco, do ponto de vista de sua pretensão de hegemonia absoluta.
7. Essa é a origem das duas guerras mundiais que marcaram o Século XX. A França já caíra a segundo plano, após as guerras napoleônicas, e a Holanda fora batida na segunda metade do Século XVII.
8. A Alemanha desenvolveu-se, desde o Século XVIII, impulsionada por clarividentes políticas de Estado, que culminaram, na segunda metade do Século XIX, com o primeiro-ministro Otto von Bismarck. Pouco após sua morte, em 1890 a Alemanha ultrapassou a Inglaterra em poder industrial.
9. Pouco antes disso, intrigas da diplomacia e dos serviços secretos britânicos fizeram com que Bismarck fosse demitido pelo novo Imperador, Guilherme II.
10. O objetivo fora desmontar o edifício de alianças construído por Bismarck, que assegurou evitar a eclosão da Grande Guerra já no século XIX.
11. Não que Bismarck fosse pacifista. Nada disso: o mestre maior do realismo político ficara contente com o status quo, após ter liderado a Alemanha em várias guerras e vitórias que a colocaram em posição de destaque no cenário do poder internacional.
12. Mas a Grã-Bretanha (Inglaterra) logrou envolver o Imperador alemão em suas provocações, após o ter afastado da Rússia e o levado a desencadear a guerra, em 1914, da qual participaram dezenas de países de cada lado.

13. O objetivo foi debilitar Alemanha e França ao mesmo tempo, eliminar a Alemanha como concorrente na hegemonia mundial e consolidar a condição de potência de segundo plano da França.

14. Londres conseguiu. Entre outros resultados, morreram seis milhões de franceses e cinco e meio milhões de alemães, sem falar em milhões de mortos de outros países.

15. A Alemanha foi condenada, em função da “Paz” de Versalhes (1919), a pesadas reparações de guerra, que teve de pagar principalmente à França e também à Grã-Bretanha. Estas as repassavam aos EUA para servir a dívida decorrente dos financiamentos que haviam recebido para custear a guerra.

16. Seguiu-se a enganosa euforia dos anos 1920 e a depressão econômica e social dos anos 1930, entre cujas manifestações avultou o fascismo, inclusive nazismo.

17. Com a atual depressão, especialmente na Europa, está muito atual a discussão sobre a natureza desse regime. Segundo o historiador italiano Renzo de Felice, o fascismo teria, na maioria dos casos, ascendido ao poder através de golpes de audácia, favorecidos pela covardia das classes dominantes e médias.

18. No meio desse debate apareceu a asserção, equivocada, mas não contestada, de que a Alemanha foi o único caso em que o fascismo chegou ao poder por eleições diretas.

19. De fato, foi uma conspiração, envolvendo chantagem junto ao presidente, Marechal Hindenburg, conduzida por banqueiros alemães associados à oligarquia financeira anglo-americana.

20. Ora, no regime parlamentarista da Constituição de Weimar nem sequer existiam eleições diretas. Mas o importante é que os nazistas, nas eleições para o Reichstag, nunca tiveram votos suficientes para escolher o chefe do governo.

21. Nas últimas eleições, de novembro de 1932, eles tiveram declínio na votação, para 32%. Nunca havia maioria parlamentar, e o presidente sempre escolhia o Kanzler, conforme um artigo de exceção, que o previa, em caso de não haver maioria no Reichstag.

22. Hindenburg decidira após aquela eleição nomear o chefe do Estado-maior do Exército, o competente General Kurt von Schleicher, o qual reverteria a depressão e o descalabro financeiro, com economistas, como Lautenbach e Woytinski, de confiança de Federações patronais e de sindicatos de trabalhadores, cujas políticas tinham condições de debelar corretamente a depressão (Keynes e de Schaacht, o czar da economia de Hitler, só fizeram através da política da guerra).

23. Schleicher não agradava à oligarquia financeira anglo-americana, e esta jogou a carta de Hitler, com a intenção, convertida em realidade, de causar a 2ª Guerra Mundial. Ao contrário da difundida e falsa imagem do ditador nazista, não era ele nacionalista, mas sim racista e fanático admirador do imperialismo britânico.

24. Antes de galgar o poder e torná-lo absoluto, com o golpe de incendiar o Reichstag, cassar os mandatos dos deputados comunistas, para obter a maioria absoluta que lhe permitiu fazer votar os plenos poderes, Hitler prometera invadir a Rússia, o que cumpriu em junho de 1941.

25. Foi notório e conspícuo o apoio a Hitler de líderes da indústria e das finanças anglo-americanas, bem como de figuras de proa da família real britânica.

26. A simpatia de Hitler pelos britânicos teve, entre outras confirmações, a determinação do Führer aos chefes militares de darem ordem de alto à Wehrmacht, cujos *panzers*, sem isso, teriam esmagado

ou feito prisioneira, na Flandres (França e Bélgica), a força expedicionária do Reino Unido, em maio de 1940, quando mais de 300 mil combatentes foram evacuados na retirada de Dunquerque.

27. A 2ª Guerra Mundial começou, para valer, na Europa, no verão seguinte, quando Hitler ordenou a operação Barbarossa (invasão da Rússia), engajando nela a quase totalidade do poderio armado alemão.

28. Então ocorreram as grandes batalhas da 2ª Guerra Mundial, por quatro anos, até o final de maio de 1945, a maior parte dos quais em território da União Soviética, que teve 20 milhões de mortos, afora enorme devastação material.

29. Novamente, o objetivo era destruir duas potências rivais. No caso de a Alemanha completar o debilitamento encetado com a 1ª Guerra Mundial. No da Rússia, aniquilar a economia e o poder de um enorme país que apresentava potencial de surgir como potência de primeiro plano.

30. As forças anglo-americanas — notadamente a aviação, em que tinham superioridade — concluíram a destruição da infraestrutura da Alemanha, na fase final da guerra, quando a Rússia já havia feito o essencial do serviço. Além disso, os anglo-americanos assassinaram centenas de milhares de civis, mulheres e crianças, com os bombardeios genocidas a várias cidades, como Dresden e Berlim, a fim intimidar a Rússia.

31. Fizeram algo semelhante na Guerra com o Japão, quando este já estava derrotado e pronto a assinar a rendição, através dos bombardeios nucleares sobre Hiroshima (06 de agosto de 1945) e Nagasaki.

32. Como confiar em tais potências, capazes de cometer a implosão das Torres Gêmeas, com dezenas de toneladas de nano explosivos para fazer derreter, a 3.000 graus centígrados, as estruturas de aços especiais, atribuindo o incêndio a aviões que jamais poderiam ter acesso aos prédios nem tinham como causar a implosão?

33. Pior, que o fizeram para promover o terrorismo de Estado, desde então intensificado, e para “justificar” seguidas intervenções e guerras genocidas a países de cujo petróleo o império quis apoderar-se.

Getúlio Vargas – Parte I

Data: 26/08/2015 - Autor: Adriano Benayon

1. Mais um aniversário, o 61º do golpe de Estado que levou à morte de Vargas e à destruição gradual do desenvolvimento do País, que ele entendia, corretamente, só ser possível havendo autonomia nacional.

2. Por que sempre nos recordamos de Getúlio e de modo diferente daquele através do qual avaliamos os outros presidentes da República?

3. Houve os notoriamente antibrasileiros e alguns que tiveram certo empenho em favor do País, fossem hostis ou simpáticos à memória de Getúlio, mas só ele assentou as bases do desenvolvimento nacional.

4. Documentos históricos não deixam dúvida de que Vargas foi derrubado duas vezes (1945 e 1954), em consequência da intervenção das potências anglo-americanas (EUA e Reino Unido).

5. Isso corresponde à lógica imperial, de que lhes seria intolerável o surgimento de uma potência no Hemisfério Sul e, ainda por cima, no “Hemisfério Ocidental”. Geopolítica pura.
6. As potências imperiais chegaram a seu objetivo por intermédio de agentes locais - pagos ou não, conscientes ou não - os quais apareceram mais que elas diante do público.
7. Principalmente jornalistas, políticos e militares. Ademais, o império investiu muito nas universidades, nos sindicatos e no campo cultural.
8. Pensando nos que contemplam possibilidades de lutar pela sobrevivência do País, dou prioridade, neste artigo, a discutir erros de Vargas que contribuíram para o êxito dos golpes que o afastaram.
9. A esse respeito é fundamental também remover o culto às ilusões propagadas por autodeclarados continuadores e admiradores de Vargas, os quais, na realidade, lhe foram infiéis, devido a ingenuidade, ou covardia ou até mesmo falsidade e colaboração interessada com o sistema de poder transnacional.
10. Na base de alguns erros de Getúlio esteve admitir a falsa – ou, no mínimo, irrelevante - pecha de ter sido ditador, que, lhe atribuíam seus adversários.
11. Queixavam-se de ele ter ficado 15 anos consecutivos na presidência, de 1930 a 1945, e as acusações de que tencionava voltar a ser ditador, prosseguiram após sua eleição pelo voto direto, em 1950.
12. Na realidade, o espírito de Vargas era mais conciliador que revolucionário. Assumiu a liderança da revolução de 1930 por ter sido o candidato à eleição derrotado pelo sistema oligárquico da República Velha, ex-governador e o político mais proeminente do Rio Grande do Sul, o Estado - com Minas e Paraíba - que pegou em armas.
13. Afinal de contas, estando à frente de uma revolução, tinha de comandar um governo autoritário e designar interventores nos Estados, a maioria tenentes, que simbolizavam o apoio do Exército ao movimento, além de ideais de mudança política e social.
14. Em 1932 havia tomado medidas para convocar a Assembleia Constituinte, quando foi desencadeada a revolução “constitucionalista” de São Paulo, na verdade, um movimento armado, liderado pela oligarquia local vinculada aos interesses britânicos.
15. A Constituição de 1934 estabeleceu eleição indireta para a presidência da República. Eleito Vargas, não cabe qualificá-lo de ditador.
16. Em novembro de 1937 surge o golpe militar, do qual emergiu o “Estado Novo”. A conjuntura geopolítica era o ensaio e prelúdio da 2ª Guerra Mundial.
17. A iniciativa, um ano após à tentativa comunista de novembro de 1935, foi de oficiais do Exército, de direita, com o objetivo de agir sob um regime que lhes permitisse reprimir os comunistas, sem as limitações do Estado de direito.
18. O modelo político-econômico do Estado Novo fora concebido em 1934 pelo General Góes Monteiro, líder principal do golpe de 1937, apoiado pelo ministro do Exército General Eurico Dutra.
19. Esses generais não tencionavam tirar Vargas da presidência, inclusive porque o modelo de Góes Monteiro convergia com as ideias de Vargas, notadamente o desenvolvimento industrial sob a direção do Estado, que acabou sendo a diretriz predominante em todos os governos de Getúlio.

20. Em suma, Vargas só teve dois mandatos que poderia, em tese, exercer em condições democráticas. O primeiro quando presidente constitucional de 1934 a 1937. Quem o interrompeu foram os chefes militares, embora sem derrubar o presidente.

21. No iniciado em 1950 e abortado em 1954, Getúlio preocupou-se em desmentir a imagem de ditador e foi demasiado tolerante - para não dizer complacente - diante das agressões, complôs e conspirações, movidas a dinheiro imperialista, que culminaram no golpe definitivo.

22. Pode-se, pois, afirmar que nunca teve chance, para realizar seu projeto nacional, de não ser autoritário, pois sempre esteve sob fogo do império jamais conformado com a permanência de uma liderança no Brasil capaz de conduzi-lo ao desenvolvimento.

Boatos falsos nas redes sociais sobre greve na Argentina

Data: 05/09/2015 - Autor: Adriano Benayon

1. Vejam o que os golpistas estão fazendo.

2. Hoje, minha enteada, estudante universitária, disse-me ter recebido “informação” de colegas, pelas redes sociais, segundo as quais estaria em curso na Argentina greve geral, já há cinco dias, e que nada era noticiado no Brasil.

3. Que isso se devia censura, a fim de evitar estimular o surgimento de mais greves no Brasil além das várias que estão em andamento. De fato, o INSS está em greve, pelo menos aqui em Brasília, o Judiciário também, e deve haver muitas mais.

4. Então fiz uma busca, acessando, ao vivo, estes jornais: Guardian, de Londres; Le Monde, de Paris; New York Times. Fui às respectivas seções de notícias internacionais, e não encontrei referência alguma à Argentina.

5. Nem uma chamada, nem uma linha, em qualquer desses jornais, que têm noticiário diário sobre grande número de países de todos os continentes.

6. Depois, comentei isso com meu enteado, estudante secundarista, e este me informou também ter recebido essa notícia, e inicialmente denotou dúvida ou incredulidade quando eu lhe falei da evidente falsidade da “notícia”, mencionando a ausência da “notícia”, na imprensa mundial.

7. Note-se como a falsidade, até ridícula, é, entretanto, tomada como verdade por grande parte dos jovens que recebem mensagens como essa. Vai ser mais ainda com a repetição “ad nauseam”.

8. Essa certamente é apenas uma, entre uma quantidade imensa de ações de comunicação social, nas quais o império angloamericano e os agentes a serviço da tentativa de golpe estão investindo.

9. Nota final: Meus correspondentes sabem que sou insuspeito para dar este depoimento, pois não sou nem nunca fui do PT, nem sou admirador de Dilma.

Como reconstruir o País?

Data: 28/10/2015 - Autor: Adriano Benayon

1. Numerosos e conceituados economistas das principais entidades acadêmicas, consultorias e institutos reconhecem a seriedade da presente crise e a relacionam a uma contradição que apontam na política governamental.
2. Essa contradição seria aplicar, ao mesmo tempo, políticas fiscais e monetárias - inclusive juros estupidamente altos, do agrado de banqueiros e rentistas - e políticas sociais distributivistas, além de manter gastos públicos para fomentar investimentos.
3. De fato, a aplicação conjunta dessas políticas gera crises recorrentes, e cada vez mais graves, inclusive porque os efeitos acumulados dessas políticas causam desequilíbrios cada vez maiores.
4. Mas, piores que a incongruência das medidas macroeconômicas são os colossais defeitos intrínsecos de algumas delas, como é o caso das taxas de juros - enganosamente justificadas como barreira à inflação, e, na verdade, fonte da inflação dos títulos públicos (elevação desmedida da dívida pública), sem qualquer contrapartida positiva para a economia produtiva.
5. Ao contrário, prejudicam-na crescentemente, à medida que os gastos financeiros abocanham percentual cada vez mais dominante das despesas públicas e privadas. Com isso já se entende o porquê da recorrência das crises e a natureza cada vez mais perversa delas.
6. Mas há algo que fere ainda mais agudamente a economia e a sanidade social do País. São os defeitos estruturais do “modelo brasileiro”: desnacionalização e dependência financeira e tecnológica. Eles conduzem à desindustrialização (reprimarização), e acarretam desemprego, miséria, além de mais ignorância e alienação.
7. Os próprios vícios e incongruências das políticas macroeconômicas são consequências dessas estruturas determinadas por interesses estranhos aos da sociedade em seu conjunto.
8. Poder-se-ia dizer que o tecido social está sendo atacado com efeitos não tão diferentes do que as potências imperiais produziram no Iraque, Líbia etc., por meio de mísseis e bombas. É a devastação sem necessidade dessas armas, tendo por instrumento a política econômica.
9. No ponto a que chegaram a desnacionalização e a concentração, não há condições de poder para adotar política macroeconômica conforme os princípios recomendados por Keynes, Kalecki, Minsky, ao gosto dos desenvolvimentistas, nem isso serviria de muito.
10. Ademais, essa política, por si só, não sanaria os desequilíbrios decorrentes dos oligopólios econômicos e financeiros, nem tampouco os ligados às deterioradas e mal concebidas infraestruturas físicas (transportes, energia, comunicações, insumos básicos) e sociais (educação, saúde, cultura).
11. Toda a estrutura produtiva e de mercados, bem como as infraestruturas foram sendo formadas em função de interesses de grupos concentradores, principalmente sediados no exterior. Assim, os investimentos têm sido alocados sem atenção ao benefício que deveriam trazer à economia nacional em seu conjunto.
12. Como se sabe, o Brasil nunca chegou a formar entre os países desenvolvidos, embora tenha mostrado ter diversas das condições para isso e haver alcançado padrões elevados em algumas atividades.
13. Intervenções oriundas do exterior cassaram o requisito essencial para conquistar o desenvolvimento: a real autonomia política. De fato, ele se torna impossível se as coisas vão sendo arrumadas basicamente com o objetivo de proporcionar ganhos a grupos financeiros e econômicos.

14. O fato é que, em 2015, o descalabro patente na queda econômica e social torna mais difícil continuar mascarando as políticas de favorecimento a esses grupos, como se elas levassem, algum dia, ao desenvolvimento.

15. Grande parte da população revolta-se com a exposição de casos específicos e adrede selecionados de corrupção no sistema político. A ela, entretanto, é subtraído o conhecimento da corrupção intrínseca ao sistema, e que explica por que um país com o potencial do Brasil chegou ao presente estado de coisas.

16. É essa corrupção que torna inviável, sob as atuais instituições, até mesmo atenuar os defeitos da estrutura econômica e os da própria estrutura de poder. Que dizer da inescapável conclusão, para quem quer que não tenha ojeriza a encarar realidades desagradáveis? Ela é: O Brasil tem necessidade e urgência de reconstruir todas as suas estruturas sociais, econômicas e políticas, e é claro que isso não tem como ser feito no quadro do atual sistema político.

17. Como avaliava o Prof. João Paulo Almeida Magalhães, o Brasil, até os anos 30, do ponto de vista econômico, não era Brasil, mas, antes, América Portuguesa, pois as estradas ligavam diferentes regiões à costa, mas não as regiões entre si.

18. A própria Constituição de 1891 refletiu essa realidade alienada, implantando quase uma confederação, copiada dos EUA, cada Estado brincando de país soberano.

19. O anseio de desenvolvimento, estimulado pelo isolamento econômico propiciado, de 1914 a 1945, por duas guerras mundiais, entremeadas pela depressão mundial dos anos 30, ganhou espaço na política econômica, a partir da Revolução de 1930, tendo o Estado Novo reenquadrado os Estados sob a autoridade federal.

20. Entretanto, o processo de unificação nacional foi interrompido de 1946 a 1950 (Dutra), com a reinserção do Brasil no aprisco do sistema mundial comandado pela finança anglo-americana, e não teve tempo suficiente de recuperação nos quatro anos seguintes sob a presidência de Vargas.

21. De fato, sua política foi manietada pelos abusos que a democracia formal facilita, quando se trata de cercear a autonomia e o desenvolvimento do País.

22. Sob JK, a mudança da capital, inspirada pelo ideal da interiorização, foi acompanhada por frontal contradição: a desnacionalização da indústria, ponto de partida da desnacionalização geral, que, entre outros desastres levou à reprimarização da economia e à volta da infraestrutura colonial anterior a 1930.

23. O notável é, como acontece até hoje, que as medidas tendentes a frustrar o desenvolvimento foram apregoadas como desenvolvimentistas.

24. A entrega do mercado da indústria, desde a 2ª metade dos anos 50, foi rotulada de impulso ao desenvolvimento industrial, e implantação de fábricas operadas por carteis transnacionais com matrizes no exterior fez crescer o produto industrial, no curto prazo.

25. Entretanto, era o cavalo de Troia, sacramentado pela CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina): a ideia segundo a qual o desenvolvimento viria da industrialização, sem considerar que isso só é verdade se erguida com capital e controle de tecnologia próprios. Além disso, ela já percorrera bom caminho no Brasil.

26. A “compra” do conto de vigário foi viabilizada pela derrubada, em agosto de 1954, do presidente Vargas, para a qual este colaborou, desde 1952, fazendo concessões e deixando de opor resistência firme aos golpistas.

27. Essa referência deve estar presente na mente dos que entendem ser indispensável reverter a rota de afundamento na qual o País vem rumando até hoje.

28. Com efeito, mesmo quando não formados por adeptos do império anglo-americano, os governos mostraram-se conciliadores demais com os interesses deste, e, sob formas “democráticas”, o Chefe do Executivo sempre dependeu dos outros poderes, especialmente do Congresso, além de sofrer pressões de várias origens, movidas pelo dinheiro corruptor.

29. Jânio Quadros percebeu essa dificuldade e tentou, sem êxito, um golpe com apoio dos ministros militares. João Goulart, por demais conciliador, já assumiu com seu limitado poder contestado por esses ministros, e adicionalmente podado, ao aceitar a emenda parlamentarista.

30. Ignorou que, mesmo com essa restrição, só entrou na presidência, graças a haver Leonel Brizola, junto com chefes militares do Sul, chegado até São Paulo e posto em cheque os que, em Brasília, estavam desrespeitando a Constituição. Goulart demoveu Brizola de prosseguir.

31. Nos governos do regime militar - mesmo os de Costa e Silva e seguintes, nos quais houve espaço, em áreas importantes, para medidas nacionalistas, inclusive criação de novas estatais - a dinâmica desnacionalizadora continuou no setor privado, e esses governos, em geral, cederam ao sistema financeiro mundial.

32. Isso foi fatídico, em conjunção com o crescimento exponencial da dívida externa decorrente da desnacionalização da economia, geradora de elevados déficits nas transações correntes com exterior.

33. A dívida agravou-se, ainda mais, em função das imposições dos bancos estrangeiros nas “renegociações” e “reestruturações”, nas quais a dívida externa privada foi assumida pela União. Além disso, parte foi convertida em dívida interna, a qual passou a aumentar exponencialmente, através de taxas de juros absurdas, a partir especialmente de 1988.

34. Na “Nova República”, a desnacionalização tornou-se ainda mais galopante, e, hoje, em todas as áreas da economia, as estruturas e infraestruturas estão configuradas em favor de carteis sediados no exterior, como detalharei no próximo artigo.

O Brasil tem que reviver como Nação

Data: 08/12/2015 - Autor: Adriano Benayon

1. Ao longo da 1ª metade do Século XX, o Brasil fez notáveis progressos através da industrialização e do fortalecimento das instituições financeiras públicas. Também, na área social, com a decretação do salário mínimo (1930) e da legislação trabalhista (1932, consolidada em 1943). Economia e relações sociais são interdependentes.

2. Entretanto, esses avanços — interrompidos de 1946 a 1950, quando a política do País se submeteu facilmente ao império anglo-americano e à polarização ideológica da Guerra Fria — não foram suficientemente retomados e atualizados, sequer com a volta de Getúlio Vargas à presidência da República em 1950, pelo voto direto do povo.

3. Isso porque, diante disso, a intervenção do poder mundial tornou-se maciça e sustentada por abundante corrupção, que penetrou em todos os campos estratégicos, com o objetivo de fazer abortar o surgimento de uma potência industrial no Hemisfério Sul.

4. Essa intervenção logrou derrubar o presidente e inaugurou uma era, que completou 61 anos, de sucessivas renúncias à autonomia econômica e política do Brasil.

5. A desnacionalização da indústria, política oficial desde janeiro de 1955, conduziu à desindustrialização e causou déficits externos, originadores da dívida externa e depois da dívida pública interna.

6. A política de destruição da Nação foi grandemente radicalizada por meio das três primeiras eleições diretas, sob a Constituição de 1988, regime de aparente democracia: a de Collor em 1989 e as duas de FHC, 1994 e 1998, que desencadearam verdadeiros tsunamis de entreguismo e institucionalizaram a devastação socioeconômica do País.

7. A corrupção, em todas suas acepções, já havia formado maioria folgada dos constituintes, para inserir na Lei Básica normas estratégicas contrárias aos interesses nacionais.

8. Os analistas viciados no engano de qualificar tudo sob o prisma ideológico esquerda/direita, definiram como “Centrão” os constituintes “centro-direita” favoráveis a essas normas, que poucos da “esquerda” combateram.

9. Nem um só parlamentar denunciou a aprovação do art. 164, nem a inserção no texto constitucional, por meio de fraude, de cláusula no inciso II, parágrafo 3º do art. 166, que elimina limites à aprovação de verbas para o serviço da dívida. O art. 164 põe o Tesouro Nacional à mercê dos bancos.

10. O peso do dinheiro concentrado e da mídia antibrasileira nas eleições continuou a eleger Congressos cada vez mais alheios aos interesses do País, a ponto de terem aprovado dezenas de emendas à Constituição, favoráveis aos concentradores financeiros estrangeiros e locais.

11. Ora, o processo de degradação econômica, política e cultural teve início nos anos 50, quando o Brasil não havia construído infraestruturas econômica e social de país desenvolvido.

12. Pior: a maioria das que se implantaram, após 1955, foi planejada em favor dos cartéis transnacionais aqui instalados para obter lucros ilimitados da extração dos abundantes recursos naturais e do controle do mercado consumidor.

13. A de transportes já era deficiente e não foi corrigida, ficando ainda mais lastimável, considerado o crescimento econômico, ainda expressivo até o final dos anos 70, graças a estes fatores: inércia da industrialização anterior; crescimento demográfico; os fabulosos recursos naturais do País; haver, até então, recursos de monta para investimentos públicos, pois as finanças do Estado ainda estavam em processo de serem arruinadas pelo modelo dependente, causador das exações referentes ao serviço da dívida.

14. Como lembrou o professor de tecnologia Weber Figueiredo, o presidente Vargas, em 1950, dada a insuficiência de trens em face da demanda de passageiros, mandara ampliar o sistema ferroviário. Havia 676 trens e transportavam-se mais de 500 mil passageiros/dia. Hoje são 450 mil e pouco mais de 100 trens, muitos daquela longínqua época. Numerosas conexões no interior foram suprimidas em São Paulo e outros Estados.

15. Os transportes no Brasil retratam a situação de um país ao qual foi negada permissão para desenvolver-se. Tudo serve aos cartéis transnacionais do petróleo/indústria automotiva. Predominam

as rodovias. Não há linhas de metrô que atendam minimamente a demanda das regiões metropolitanas. As principais ferrovias são de natureza colonial: transportam aos portos colossais quantidades de minérios: Belo Horizonte/Vitória; Carajás/Itaqui.

16. Onde houve desenvolvimento, houve uso intenso das aquavias, como os cinco grandes lagos que ligam, nos EUA, Meio Oeste, Costa Leste e Canadá. Inglaterra, França, Alemanha construíram densas malhas de rios navegáveis e canais. Em 1900, já tinham boas ferrovias e ainda as estendem e aperfeiçoam. A China constrói ótimas ferrovias e trens de alta velocidade em todo seu extenso e acidentado território.

17. As ferrovias para transportar matérias-primas minerais e agrárias remetem ao modelo econômico que não valoriza os recursos naturais do País nem os processa em indústrias de capital nacional, porque acabou com elas, ao entregar o mercado às transnacionais.

18. Esse modelo causa mega catástrofes irreparáveis, como a do rompimento das barragens de dejetos das minas, em Mariana (MG) operadas pela Samarco, controlada pela transnacional anglo-australiana Billiton, com participação da Vale.

19. Dada a corrupção e a obtusa mentalidade entreguista, nenhum dos poderes — a nível federal, estadual e local — exige reais controles de segurança, nem se mostra inclinado a acabar com os intoleráveis abusos. Chegam ao ridículo de participar de entrevistas midiáticas junto com executivos da transnacional transgressora.

20. O desastre econômico e ambiental remete, por sua vez, à privatização da portentosa Vale do Rio Doce, em 1997, no esquema que entregou patrimônio de dezenas de trilhões de dólares, por 3 bilhões, “pagos” com títulos podres e compensados por créditos fiscais e outras benesses.

21. Da Serra de Carajás transportam-se diariamente 576 mil toneladas do melhor minério de ferro do mundo, com o que ela tende a acabar em 80 anos.

22. O saqueio mineral é subsidiado pela isenção tributária na exportação (Lei Kandir, LC 87, 13.09.1996, aplicável também ao agronegócio) e premiado por taxaço ínfima na extração.

23. A CFEM (Compensação Financeira pela Extração Mineral) — calculada sobre o líquido (a ETN arranja e superfatura despesas para minimizar o faturamento bruto) — cobra estas alíquotas: alumínio, manganês, sal-gema e potássio: 3%; ferro, fertilizantes e carvão: 2%; ouro: 1%; pedras preciosas, carbonados e metais nobres: 0,2%.

24. Foram extraídas, em 2013, das “nossas” minas de ferro 370 milhões de toneladas, 90% para exportação e 10% para o mercado interno. Com a acelerada desindustrialização, a dependência do exterior continua crescendo, e, mesmo com preços em queda, os minérios metalúrgicos respondem por 13% do valor total das exportações.

25. Na agricultura o quadro é semelhante: 55% das terras são usados para cultivar soja — metade da qual se destina à exportação — causando pauperização dos solos e contaminação de aquíferos — decorrente do intenso uso de fertilizantes químicos, sementes transgênicas e pesticidas altamente tóxicos.

26. As exportações agrárias somaram, em 2014, US\$ 96,7 bilhões = 43% das exportações totais do País, de US\$ 225,1 bilhões, que equivalem a míseros 10% das exportações da China!

27. O caos agrário liga-se à miséria da energia, via setor sucroalcooleiro, formado por enormes usinas e plantations, a maioria já desnacionalizada, a exportar açúcar e álcool (6,1% das exportações totais), segundo o interesse dos padrões transnacionais.

28. Esse esquema prevalece contra a correta ideia original do programa do álcool (1974), que incluía agricultura familiar, descentralização, culturas alimentares combinadas e aproveitamento de óleos vegetais — como dendê, macaúba, pinhão manso etc. — para substituir o diesel do petróleo, além do erguimento da química do álcool e dos óleos vegetais.

29. Além de se fazer tudo errado no biodiesel, engodo para ocultar a mão pesada das transnacionais — governantes das poluidoras fontes fósseis — as “alternativas” preferidas têm sido as dependentes de tecnologia e equipamentos importados, como a eólica.

30. Ainda sobre a infraestrutura de energia, não é de omitir o devastação em curso, desde Collor e FHC, a qual desnacionalizou o grosso da geração e distribuição da hidroeletricidade, e instituiu um sistema de precificação, impossível de entender, para propiciar indecentes lucros aos beneficiários, que já elevou as tarifas, em 150% acima da inflação. No processo, sugaram-se as estatais, a ponto de pôr a Eletrobrás em situação falimentar.

A infraestrutura do modelo dependente (conclusão)

Data: 08/12/2015 - Autor: Adriano Benayon

31. Além dos aumentos de tarifas, que superam 150%, em termos reais, decorrentes do sistema elétrico corruptíssimo, adotado em seguida à privatização, paira sobre a cabeça dos consumidores residenciais novo aumento na tarifa de eletricidade em 2016.

32. Foram eximidas deste, por decisão da Justiça (sic), as grandes usuárias de energia, as mineradoras e indústrias químicas transnacionais, beneficiárias, há muitos decênios, de tarifas subsidiadas.

33. Esse é mais um exemplo do modelo montado para arrancar o solo, o subsolo e as águas do País, juntamente com nutrientes e minérios, a fim de exportar tudo com subsídios governamentais, a preços ridiculamente baixos, e sem reparação pelos irreparáveis e colossais danos ambientais.

34. Nos combustíveis líquidos, predominam os fósseis, não-renováveis, conforme a matriz ditada pelos carteis mundiais da energia — os mesmos que suscitam a devastação de países inteiros do Oriente Médio para dominar fontes de petróleo e gás natural, rotas marítimas e dutos.

35. O petróleo penetrou também na geração elétrica, afora o carvão, e o Brasil quase estagnou na hidroeletricidade, em que dispõe de formidável vantagem natural, deixando de investir, a partir do final dos anos 70.

36. Por que? Porque o modelo econômico dependente causa penúria, devido aos preços altos dos bens e serviços, geradores de ganhos que não ficam no País: daí, escassez de divisas e crescimento da dívida externa.

37. Além disso, na mentalidade dos subordinados aos concentradores financeiros mundiais, a infraestrutura não dispensa equipamentos importados, de alto custo, pagos em dólar. Assim, abortou-se o desenvolvimento das excelentes tecnologias e bens de capital que se acumulavam na engenharia de pequenas centrais hidrelétricas.

38. Quando, sob os últimos Executivos federais, se tentou recuperar parte do terreno perdido na hidroeletricidade, usinas geradoras e linhas de transmissão foram enormemente retardadas, encarecidas e prejudicadas, por interferências de ONGs, fundações e governos estrangeiros, entidades como IBAMA, FUNAI e Ministério Público.

39. Ademais de subaproveitar as quedas, suprimiram-se e reduziram-se eclusas, em prejuízo também dos transportes fluviais.

40. Sempre em benefício dos carteis transnacionais foram instaladas centrais térmicas a óleo combustível de petróleo, que elevam, brutalmente, os custos da eletricidade. Também, a gás, até para processar o da Bolívia, então controlado por Enron, Shell e BP (a Petrobrás pagando os dutos).

41. Uma das finalidades de superdimensionar a indústria automotiva transnacional - sugadora de subsídios federais, estaduais e municipais, e de sobrepreços abusivos - foi dar mercado a gasolina e diesel de petróleo.

42. Esses deveriam ter sido substituídos pelo etanol (inclusive bagaço-de-cana) e pelos óleos vegetais, econômicos, limpos e eficientes para também para gerar eletricidade.

43. São melhor alternativa que a energia eólica. Nesta investem-se dezenas de bilhões de reais, enquanto nada para valer, nem correto, é aplicado em óleos vegetais: mais um indicativo de que o modelo dependente pretere indústrias intensivas de mão-de-obra, em detrimento da criação de empregos, inviabiliza tecnologias nacionais e favorece o uso de equipamentos e tecnologias importados.

44. Nos transportes, intra e interestaduais, e urbanos, quase tudo depende de veículos automotores: usuários extorquidos por sobrepreços pelas montadoras transnacionais; altos custos de combustíveis e lubrificantes; pedágios instalados em estradas construídas com dinheiro público; rodar sobre asfalto deteriorado ou atolar-se nas estradas de terra.

45. Shanghai já passa de 500 km de linhas de metrô, e Londres tem 400 km. São Paulo, 80 km. Nem vale a pena falar das outras cidades brasileiras.

46. Collor, com desprezo ao Brasil, extinguiu a única companhia brasileira de navegação marítima. As empresas de navegação aérea foram eliminadas (Panair do Brasil, 1965). Nos anos 1990, com FHC, foram inviabilizadas VARIG, TRANSBRAZIL e VASP.

47. Não há mais nenhuma de capital nacional. A CELMA, da VARIG, com valiosa tecnologia em motores e peças, foi entregue à transnacional GM.

48. A privatização foi desastrosa também nas telecomunicações: os brasileiros pagam as tarifas mais caras do mundo. Foi perdido até o estratégico controle, da ex-estatal EMBRATEL, para a MCI International, dos EUA.

Taxas de câmbio e de juros

Data: 16/12/2015 - Autor: Adriano Benayon

1. A revista The Economist, de Londres, ligada aos banqueiros da City, refere-se, em matéria destes dias, a uma suposta recuperação da economia dos EUA, nos últimos anos, em que a Reserva Federal (FED) injetou no sistema financeiro desse país grande quantidade de moeda, no esquema da

“quantitative easing”. E que, graças a isso, está em pauta a elevação dos juros, o que deve atrair capitais para lá.

2. A “easing” (dinheiro para os bancos) tem implicado taxas de juros muito baixas – e até inferiores às taxas de inflação - não só nos EUA, mas onde quer que se opere na moeda norte-americana, o que significa não só abundância de recursos para investir, mas também disponibilidade para invadir os mercados financeiros de países como o Brasil, a fim de auferir as estratosféricas taxas de juros aqui praticada.

3. De fato as autoridades monetárias brasileiras, amantes dos banqueiros e rentistas privados - locais e estrangeiros - propiciam essa oportunidade, a pretexto de que juros elevados seriam determinantes para conter a inflação.

4. Conscientes do absurdo que são as alturas das taxas de juros e também as justificativas dos que as recomendam, analistas têm exortado aquelas autoridades a seguirem o exemplo norte-americano, já que o FED tem dado atenção à regra de seu Estatuto que define o emprego como meta prioritária da política monetária.

5. Não discordo dessa opinião, mas observo que, em razão de fatores estruturais, especialmente a acentuação da concentração econômica, nos últimos 35 anos, a tal recuperação tem sido, na melhor das hipóteses sofrível - em termos de emprego e, sobretudo, de empregos de qualidade e bem remunerados.

6. Isso decorre de que só parte menor da finança chegou à economia: o grosso foi usado pelos bancos e seus grandes clientes corporativos na especulação em ativos financeiros, como ações, cujas cotações causam ilusória percepção de melhora da economia.

7. Na economia real, a melhora é indiscutível só para as indústrias ligadas à defesa: encomendas de armas e equipamento de guerra; manutenção e expansão de bases militares; serviços de inteligência, espionagem e terrorismo de Estado, inclusive financiamento de terroristas árabes e de outras origens.

8. A recuperação é contestável em setores cuja produção está ligada ao bem-estar à população. Note-se também que a maquiagem das estatísticas faz parte do sistema das informações oficiais, e, mesmo estas não conseguem esconder que a elevação da renda que toca aos super-ricos têm sido sempre maior que a de outros segmentos.

9. O quadro econômico e social da superpotência imperial, sócia do império britânico, não é, portanto, tão brilhante como acredita quem se (des)informa através da grande mídia mundial e da brasileira.

10. E não é, nem mesmo beneficiando-se da supremacia do dólar, estando os mercados financeiros, em quase todo o planeta, à mercê dos grandes bancos anglo-americanos.

11. Isso mantém o uso do dólar no grosso das transações comerciais e financeiras mundiais, propiciando os ganhos da *seniorage* (senhoriagem). Os EUA emitem sua moeda sem as restrições que limitam as emissões de países que não têm esse privilégio.

12. Além disso, a supremacia militar/imperial contribui para que governos “aliados” e satélites continuem aplicando suas reservas cambiais em títulos do Tesouro dos EUA, facilitando ainda mais a emissão de dólares à vontade.

13. China e Rússia adotam medidas para quebrar ou, pelo menos, atenuar a ditadura do dólar nos mercados de câmbio, utilizando suas moedas no comércio recíproco, e aumentando as reservas em ouro, mas falta muito para que essas medidas se adensem e produzam efeitos imediatos.

14. Casos de manipulações fraudulentas do valor das taxas de câmbio, por parte de grandes bancos internacionais, têm sido frequentes no âmbito do dólar e do euro, inclusive no Brasil.
15. Envolvem também os derivativos, cujo estoque mundial ultrapassou o quadrilhão de dólares e se apresenta como a bomba-relógio pronta a desencadear novo colapso financeiro mundial.
16. Além da colossal rapinagem financeira, o império anglo-americano e seus associados também acumulam poder através da rapinagem comercial, de que desfrutam, mercê do apartheid tecnológico, da desnacionalização e da desindustrialização das economias periféricas.
17. Finalmente, uma nota para os que, com fundamento, advogam melhor uso das reservas, mal aplicadas em títulos do Tesouro dos EUA e em bancos no exterior, enquanto o Brasil paga juros exorbitantes nos títulos do Tesouro.
18. Melhores destinos seriam converter parte em ouro e comprar ações de empresas brasileiras no exterior – para o que o momento é favorável, dada a desvalorização devida à crise e à queda de preço das commodities.
19. Mas, para isso, o País precisa de agir rápido, antes da fuga de capitais que os banqueiros desencadeariam, em retaliação, prevalecendo-se da fraqueza estrutural decorrente de as reservas provirem de aplicações externas em nosso mercado financeiro e, não de saldos nas transações correntes com o exterior.
20. O êxito de qualquer coisa para o Brasil depende de assumir autonomia financeira e econômica aqui dentro, como liberdade para emitir moeda (suprimindo o art. 164 da CF, LRF etc.). Essa e outras medidas, como o controle de câmbio e de capitais, fazem-se indispensáveis.

Mais golpes do sistema da dívida

Data: 30/12/2015 - Autor: Adriano Benayon

1. Governadores de dez Estados reuniram-se, ontem em Brasília, com o novo ministro da Fazenda, a respeito da iminente regulamentação da Lei que alterou o indexador das dívidas estaduais e municipais.
2. Enquanto a União é escorchada pelo serviço dívida, em favor dos bancos, transnacionais e rentistas ela suga os entes federativos, desde a federalização das dívidas, em 1997, principal fator de estarem quebrados financeiramente.
3. Esse esquema faz parte do conjunto de medidas antinacionais, impostas pela oligarquia anglo-americana, através do FMI e dos bancos mundiais, a que se submeteu o governo do PSDB, durante os anos 90, e não modificado sob o governo do PT.
4. Foi, de fato, o período mais sombrio da história do País, pois nele, com o falso pretexto de reduzir a dívida, foram arrancadas do patrimônio nacional empresas e bancos estatais de valor inestimável.
5. Qualquer preço que se discutisse, mesmo sob ótica reducionista, ignorando o incalculável valor estratégico desses patrimônios, só teria algum sentido se fosse em torno de muitas dezenas de trilhões de dólares.
6. Entretanto, os políticos foram cooptados, e o povo anestesiado por vários meios, sem falar na repressão e na mídia corrupta, para que se dessem favores inacreditáveis aos beneficiários das

negociatas, desde a Lei da Desestatização, aprovada pelo Congresso em 12 de abril de 1991, proposta pelo Executivo, sob Collor.

7. Resultado: os patrimônios foram torrados (para o País), e a dívida pública continuou a crescer de forma exponencial, à taxa média de 18,65% aa. (janeiro de 1995 a agosto de 2015), de R\$ 135,9 bilhões para R\$ 3,86 trilhões (multiplicou-se por 28,4).

8. A Lei Complementar 148, de 25 de novembro de 2014, prevê que Estados e municípios passem a ter suas dívidas corrigidas pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou pela taxa básica SELIC - o que for menor - mais juros de 4% aa., no lugar do IGP-DI mais 6% a 9% aa.

9. Embora isso pareça mitigar a angustiante situação financeira dos entes locais, não se abre qualquer chance de tirá-los do buraco, nem sequer de evitar que este se aprofunde ainda mais.

10. De fato, embora haja alguma redução nas taxas de correção e juros, estas permanecem absurdamente altas: a SELIC básica já está em 14,25% aa., e o INPCa, em alta, com expectativa acima de 10% aa. Além disso, aplicam-se sobre montantes já insuportáveis, em relação às receitas.

11. Os mecanismos de promoção ao subdesenvolvimento têm seu instrumento central na “Lei de Responsabilidade Fiscal”, outro presente de grego do FMI, (Lei Complementar 101/2000). Ela obriga União, Estados e Municípios a sacrificarem todo tipo de despesa que não o serviço da dívida, em favor dele.

12. Prosseguindo em sua luta por modificar essas realidades, e alertando quanto a novos golpes do sistema dívida, a Coordenadora da Auditoria Cidadã, Maria Lúcia Fattorelli entregou, ontem, carta aberta aos governadores de Estados.

13. Destaco alguns pontos desse documento, que convém ser lido e estudado pelo maior número possível de brasileiros:

“Os Estados e Municípios têm recebido repasses federais, decrescentes, devido ao ajuste fiscal que faz destinar cada vez mais recursos ao pagamento da dívida pública federal. Em 2014, enquanto os juros e amortizações da dívida federal consumiram 45,11% dos recursos federais, os 26 estados, Distrito Federal, e 5.570 municípios receberam repasses de 9,19%.”

“Em 2015 a situação agravou-se ainda mais, e os gastos com a dívida devem atingir 50% do orçamento federal, devido ao aumento abusivo das taxas de juros e à prática de mecanismos que usurpam o instrumento do endividamento público, gerando dívida sem contrapartida alguma ao País.”

“Exemplos: 1) as operações realizadas pelo Banco Central de swaps cambiais”, que de setembro/2014 a setembro/2015 geraram prejuízo de R\$ 207 bilhões impactando o endividamento público federal; 2) as de “mercado aberto”, cujo volume atinge quase R\$ 1 trilhão e exige o pagamento de juros em moeda corrente, provocando a elevação dos juros de mercado e prejudicando a indústria e o comércio.”

14. Fattorelli recorda que, mesmo sem se ter feito a auditoria da dívida federal, determinada pela CF, a CPI realizada pela Câmara dos Deputados, em 2009/2010, apontou graves indícios de ilegalidades e ilegitimidades das dívidas externa e interna, federal, estaduais e municipais.

15. Ela indaga dos governadores se já calcularam quantas vezes os Estados pagaram aquela dívida desde o final da década de 90, e quantos investimentos deixaram de ser realizados, porque os recursos foram absorvidos pelo pagamento da dívida ilegítima e inflada de forma ilegal.

16. Ademais, se eles têm consciência da origem espúria dessas dívidas, provenientes de passivos de bancos estaduais, no esquema ilegítimo do PROES. E se sabem que os Estados recorreram a endividamento externo para pagar a União.

17. A Auditoria Cidadão denuncia, ainda, o arranjo inconstitucional implementado por diversos Estados, criando empresas independentes, sociedades anônimas, que passam a gerenciar ativos públicos e a emitir debêntures: obrigação de mesma natureza de dívida pública, contando com garantia pública.

18. Finalmente, exige dos governadores resposta decente à população, que sofre a subtração de direitos essenciais, enquanto enfrenta desemprego, queda salarial e aumento de tributos, e assiste ao crescimento dos bilionários lucros dos bancos, batendo novos recordes a cada trimestre.

19. Recordo que, na biologia, nenhum ser vivo surge sem provir de outro, mas a política econômica permite a criação artificial de dívida. Isso porque está a serviço dos bancos e rentistas e, portanto, faz o Tesouro Nacional emitir títulos com taxas de juros absurdamente elevadas, sob o principal e falso pretexto de isso conter a inflação.

20. A enorme dívida pública interna resulta da capitalização desses juros. Provém, pois, de fraude incorporada à política financeira a cargo do Banco Central e de um certo COPOM (Conselho de Política Monetária).

21. No sistema vigente, de falsa democracia, e mesmo antes da "Nova República", o Poder Executivo não exerce seus poderes. Tampouco o Congresso.

22. Talvez só um presidente, Sarney, tentou encarar a dívida pública de forma soberana (à época pesava mais a externa). Desvencilhou-se de Francisco Dornelles, sobrinho de Tancredo, que herdara deste no ministério da Fazenda, e nomeou Dilson Funaro.

23. Este, entretanto, não durou muito, devido às pressões dos banqueiros anglo-americanos. Nem sequer na vida, provavelmente envenenado. Depois, Sarney entregou os pontos e pôs na Fazenda moleques de recados dos banqueiros.

Reflexões sobre a concentração do poder financeiro e econômico

Data: 03/01/2016 - Autor: Adriano Benayon

As absurdas políticas adotadas no setor elétrico, desde o famigerado FHC e que prosseguiram sem muita alteração nos governos petistas, conduzindo o País a um desastre de múltiplas facetas, podem ser resumidas deste modo: energia precária e caríssima num País que tem tudo para produzi-la em abundância e em condições mais do que competitivas em matéria de preço.

Ficaram queixando-se do câmbio a propósito da desindustrialização do Brasil, mas essa decorre, em primeiro lugar, de as transnacionais dominarem os mercados no Brasil, devido à política do modelo dependente, implantada desde agosto de 1954, e, em segundo lugar, do tal custo Brasil, em que os custos da energia e dos transportes são fatores de grande peso.

Em relação a isso, não vejo outra explicação senão o fato de o Brasil não ter instituições políticas que lhe permitam ter autonomia e soberania e, assim, adotar políticas que tenham algo em comum com os interesses nacionais. De outro modo, seria estupidez demais para ser verdade.

UNIÃO NACIONAL

Ou nos conscientizamos de não haver chance de modificar essa situação sob o atual sistema político, e partimos para uma união nacional consolidada por outro modelo político – sem isso, não adianta falar em mudar de modelo econômico, e o que temos decorre da absurda concentração do poder financeiro e econômico, nas mãos de poucos banqueiros (associados ao cartel financeiro da oligarquia anglo-americana) e de carteis de empresas transnacionais – ou prosseguiremos na vergonhosa desintegração em que se está afundando.

Ronaldo Barata tem razão ao apontar a privatização da Vale Rio Doce como o maior escândalo já perpetrado nesta República amarrada por instituições manietadas pelo império anglo-americano. Nela só funciona uma democracia formal, sem conteúdo democrático nem republicano nem nacional, na qual os resultados das urnas só são acatados pelo sistema real de poder (financeiro, mediático etc.), se servirem para aumentar a concentração econômica, a desindustrialização e a desnacionalização.

Mesmo com a manipulação enorme que o império faz não só através da mídia, mas também pela cooptação de diferentes tipos de associações, entidades, centros de estudo etc., que são formadores de opinião, o sistema de poder não conseguiu evitar que líderes nacionalistas tivessem maioria eleitoral, como foi o caso de Brizola, mais de uma vez.

VALIA TUDO CONTRA BRIZOLA

Uma das ilustrações históricas mais nítidas da posição singular do líder gaúcho foi o conjunto de campanhas midiáticas, fraudes e pressões sobre eleitores etc., empregado pelo sistema de poder, a fim de evitar que Brizola passasse ao segundo turno das eleições presidenciais de 1989, o que teve duas consequências fatídicas, além de retirar Brizola do primeiro plano da política.

Então, em estados como Minas Gerais e Bahia, houve adulteração dos resultados na computação por parte dos tribunais eleitorais, além de golpes como a retirada dos transportes em zonas nas quais o eleitorado brizolista tinha grande maioria, impedindo-o de chegar aos locais de votação. Conheci militantes nesses estados que votaram em urnas nas quais apareceu o resultado zero para Brizola.

Resumindo, os adversários do Brasil, conscientes de que iludiriam os demais, conseguiram:

1. assegurar a eleição de Collor, que desencadeou o primeiro tsunami de medidas de destruição das instituições de Estado e de estatais fundamentais para o desenvolvimento nacional (o segundo tsunami, notório, foram os dois mandatos de FHC, conquistados ambos por fraude: um com a farsa do real; o outro ocultando o resultado desastroso dos quatro primeiros anos e comprando a emenda da reeleição);
2. firmar Lula como suposta alternativa da esquerda e de oposição aos notórios agentes dos interesses do império anglo-americano.

UMA JOGADA DECISIVA

Notável como o resultado manipulado das eleições no primeiro turno da eleição de fins de 1989 foi decisivo para os acontecimentos destes 26 anos decorridos até o presente, e explica por que o sistema imperial jogou tudo para que Brizola caísse para o terceiro lugar e ficasse fora do segundo turno.

Claro que, se Brizola fosse eleito, provavelmente não conseguiria atingir plenamente seus objetivos, dada a oposição no Congresso e os boicotes por parte de todos os redutos em que o poder entreguista está infiltrado nas demais instituições públicas e privadas.

Mas talvez, não sendo um acomodado, diante disso Brizola talvez tivesse liderado alterações institucionais, como teria podido ter feito, em 1961, se João Goulart não tivesse aceitado acordo com as raposas ditas centristas, do tipo Tancredo Neves, Ulysses e outras. Era seguir de São Paulo, onde já havia chegado, rumo a Brasília e pôr ordem na casa.

Infelizmente, o próprio Vargas também perdeu oportunidades históricas, devido a seu espírito conciliador. O império usa seus agentes, para acordos, mas está sempre preparado para fazer trair esses acordos. Estude-se a história do império romano e de muitos outros depois dele, e verifique-se que isso nunca mudou.

Onde está a democracia?

Data: 13/01/2016 - Autor: Adriano Benayon

1. Deturpar o sentido das palavras é uma técnica tão importante quanto usual de fazer a cabeça das pessoas, levando-as a acreditar que estão tendo uma coisa, quando, na realidade, se trata de outra, e até mesmo do inverso do que imaginam.
2. Vejamos alguns casos. As palavras “liberal”, “neoliberal” e os respectivos “ismos”. Dizem-se liberais os que defendem e aplicam políticas de interesse dos grandes grupos econômicos e financeiros, os quais manejam, controlam e manipulam determinados mercados, de forma combinada entre si, numa antítese do que seriam os mercados de competição aberta, i.e., de livre concorrência.
3. No Brasil, que sofre brutal extorsão, com a fixação administrada das taxas de juros dos títulos públicos, em alturas estratosféricas, chamam de neoliberais os adeptos de tal política.
4. Não são, de modo algum, taxas resultantes de livre competição no mercado financeiro, mesmo porque a última designação correta que se poderia atribuir a esse mercado seria a de livre. Essas taxas são fixadas pelo Banco Central, portanto, pelo Estado: intervenção estatal, antítese de liberalismo.
5. Os que se ocupam de iludir as pessoas assentem em que as taxas de juros são baixadas pelo Banco Central, mas que este o faz de acordo com o mercado.
6. Aí reside mais um engano, pois costuma-se - tal como se aprende nas faculdades - associar a palavra mercado à ideia de livre embate das forças da oferta e da procura.
7. Entretanto, o mercado financeiro, inclusive no Brasil, é um cartel de doze bancos privados poderosíssimos, que - além de influir na opinião pública, por meio da mídia, da academia etc. e de colocar seus quadros (diretores, funcionários) no próprio Banco Central - apresenta-se diante deste, sob a liderança de no máximo cinco principais bancos do cartel, impondo as taxas, ultimamente na média de três pontos percentuais acima da já absurdamente alta taxa básica (SELIC).
8. Unindo-se o saqueio à chacota, chamam isso de política neoliberal. Ora, nas escolas de economia, ciência política, história etc., aprendemos que liberalismo (com ou sem neo) é o oposto de intervencionismo ou dirigismo, algo refratário à intervenção do Estado na economia.
9. Essa intervenção foi recomendada sob a influência de doutrinas formadas na segunda metade do Século XIX e na primeira do Século XX, sob a influência do marxismo e também de pensadores cristãos.

10. Nessas épocas ganhou maior expressão a luta de classes, em sociedades que se desenvolviam sob o impulso da industrialização, então mais intensiva de trabalho, qualificado ou não, do que de equipamento intensivo de capital.

11. Isso fez concentrar milhões de operários numa mesma cidade, facilitando a coordenação destes em sindicatos e levou a maior participação política das classes trabalhadoras, inclusive representadas por partidos socialistas e comunistas.

12. Como as relações sociais eram secularmente caracterizadas por agudas desigualdades, a nova realidade de então trazia consigo as condições para atenuar essas desigualdades, por meio não só de negociações entre industriais e operários, mas também da intervenção do Estado, com as políticas de bem-estar social (o famoso *welfare state*).

13. Essa é a origem do enorme preconceito dos formadores de opinião ligados aos interesses do grande capital contra o dirigismo (intervenção do Estado na economia).

14. Entretanto, antes de se tornarem grande capital, os concentradores econômicos e financeiros haviam crescido, principalmente, graças à intervenção do Estado, a qual passaram a renegar.

15. Entretanto, amiúde a intervenção estatal lhes é bem-vinda como - até os dias de hoje - ilustram fatos não só marcantes, mas também, e por isso mesmo, escondidos pela grande mídia.

16. Por exemplo, durante a crise financeira de 2007/2008, o socorro do Estado, nos EUA e na zona do Euro, aos bancos que se haviam posto em situação falimentar, após locupletar seus donos, diretores e executivos através de jogadas com derivativos no “mercado”, notadamente a securitização de títulos sem valor (podres), como o empacotamento em novos títulos de centenas de hipotecas comprometidas pela desvalorização dos imóveis, após anos de altas especulativas.

17. Nessa antítese da democracia, que proclamam ser o regime vigente naqueles países (modelos para tantos deslumbrados destas bandas), seus Tesouros e bancos centrais entregaram aos bancos predadores e irresponsáveis, cerca de 20 trilhões de dólares, parte dos quais por meio da aquisição de títulos podres das carteiras desses bancos.

18. E o que esses bancos fizeram com o dinheiro? Principalmente novas especulações no mercado financeiro, inflando, por exemplo, a cotação das ações e outros títulos, nas bolsas de valores. Acumularam mais negócios com derivativos cujo montante atual já ultrapassa o atingido às vésperas da crise anterior.

19. Em suma, criaram as condições para a eclosão de novo colapso financeiro. É essa gente que recomenda ao Brasil cumprir a Lei de “Responsabilidade” Fiscal, que nos fizeram engolir em 2000 (Lei Complementar nº 101/2000).

20. Ou seja: mais um nome respeitável para encobrir o imoral privilegiamento de despesas financeiras do Estado, artificialmente criadas para propiciar ganhos indevidos aos concentradores financeiros, em detrimento de investimentos econômicos e sociais que poderiam gerar condições de vida decentes ao grosso dos residentes no País.

Onde está a democracia? II

Data: 20/01/2016 - Autor: Adriano Benayon

Se decisões democráticas são as que atendem os sentimentos e os interesses da sociedade, podemos concluir, à luz da história do Brasil, que as mais importantes foram tomadas durante governos do presidente Getúlio Vargas.

21. Não admira que, por isso mesmo, ele foi incessantemente fustigado como ditador pelos seguidores da oligarquia das potências imperiais e pela formada por concentradores locais, a começar pela grande mídia cooptada – para usar um eufemismo.

22. Contrariadas pelas medidas democratizantes e autonomistas de Vargas, as forças políticas retrógradas nunca deixaram de abusar contra ele de mentiras sistemáticas, conforme a receita dos psicólogos do Tavistock Institute, de Londres, inspiradores de Goebbels, ministro da propaganda do genocida Adolf Hitler.

23. Medidas capazes de erguer a Nação teriam sido impedidas sob instituições tidas por democráticas, como a interdependência entre os poderes e a aprovação do Congresso às propostas legislativas do Executivo.

24. Isso porque a maioria dos escolhidos nas campanhas eleitorais, depende de dinheiro grosso proveniente das oligarquias, da simpatia da grande mídia e do acesso a esta.

25. Tinha de ser Winston Churchill, imperialista implacável, quem proferiu esta frase tão repetida por incautos e adeptos ideológicos: “A democracia é a pior forma de governo, exceto todas as outras.” Claro que nada convém melhor aos oligarcas que o regime designado pelo nome democracia, que consiste em trair o povo, fazendo-o crer que é ele quem governa.

26. Ilustremos com fatos. Sob o governo provisório instaurado pela Revolução de outubro de 1930, Osvaldo Aranha substituiu no Ministério da Fazenda, no final de 1931, o banqueiro José Maria Whitaker, que executava política deflacionista do agrado dos banqueiros mundiais, mesmo com a economia em queda, tendo as receitas da principal exportação do País, o café, caído dois terços, no eclodir da depressão mundial.

27. Vargas ainda não tinha plena consciência da importância de diversificar a indústria e adotava medidas protecionistas, mais para negociar em favor das exportações agrícolas. Seja como for, sensibilizou-se para a necessidade de socorrer os cafeicultores e fez o Tesouro adquirir vultosos estoques de café, evitando falências.

28. Essa injeção de dinheiro contribuiu para evitar a *debâcle* da produção industrial, pois sustentou a procura e contribuiu para haver capital para manter o nível dos investimentos. Ao contrário do que muitos “pensam”, a indústria havia crescido muito, de 1900 a 1930 (taxa média de 8% aa.).

29. Não se tivesse o Governo Provisório valido da reforma do Banco do Brasil - operada pelo presidente Artur Bernardes (1922-1926), e que o tornou banco emissor – essa intervenção dinamizadora da economia não teria sido possível: teria prevalecido a ditadura pró-rentismo, como a de hoje, exercida pelo Banco Central, ao gosto dos banqueiros oligarcas. Favorece-a o art. 164 da Constituição de 1988, que só permite ao BACEN fornecer dinheiro aos bancos privados.

30. O mineiro Bernardes foi um dos melhores presidentes do Brasil, razão pela qual foi permanentemente hostilizado e teve de governar em estado de sítio.

31. Mais exemplos de democracia, entre 1931 e 1934, sob regime “autoritário”, foram as leis e decretos de proteção ao trabalhador, criação de Institutos de Aposentadoria e Pensões, fortalecimento dos sindicatos e a exigência de 2/3 de trabalhadores brasileiros nas empresas

comerciais e industriais. Sob o Estado Novo, egresso do golpe de 1937, foi instituída, em 1º de maio de 1943, a Consolidação das Leis do Trabalho.

32. Em 1942, vigente o Estado Novo, Vargas não só obteve o acordo com os EUA para viabilizar a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, mas baixou o Decreto-Lei 4.352, fundando a Companhia Vale do Rio Doce e nacionalizando o incomensurável patrimônio apossado pela Itabira Iron, além de assumir a Estrada de Ferro Vitória-Minas.

33. Esses foram atos notáveis para elevar o patamar da indústria brasileira, desfeitos pelos nefastos Collor e FHC, “eleitos” por fraudes em eleições louvadas como democráticas pela grande mídia e n iludidos de todas as cores políticas.

34. Afora o hediondo crime de fraudar e saquear a nação inteira, arrebatando-lhe ativos insuscetíveis de serem avaliados, da ordem mínima de dezenas de trilhões de dólares, que dizer da recente avalanche de lama tóxica que destruiu o Rio Doce, seus peixes, suas águas, a vida de populações ribeirinhas e causou danos irreparáveis em extensas terras, nas costas e no Oceano?

35. Em resumo, não é admissível considerar democrático o regime de um País em cujo Supremo Tribunal Federal dormem, há anos, dezenas de ações em que se demonstraram, de sobejo, ilegalidades e roubos ciclópicos cometidos contra a nação, em maio de 1997, data da privatização da Vale.

Mais golpes do sistema da dívida

Data: 02/02/2016 - Autor: Adriano Benayon

1. Governadores de dez Estados reuniram-se, em Brasília, com o novo ministro da Fazenda, a respeito da iminente regulamentação da Lei que alterou o indexador das dívidas estaduais e municipais.

2. Enquanto a União é escorchada pelo serviço dívida, em favor dos bancos, transnacionais e rentistas ela suga os entes federativos, desde a federalização das dívidas, em 1997, principal fator de estarem quebrados financeiramente.

3. Esse esquema faz parte do conjunto de medidas antinacionais, impostas pela oligarquia anglo-americana, através do FMI e dos bancos mundiais, a que se submeteu o governo do PSDB, durante os anos 90, e não modificado sob o governo do PT.

4. Foi, de fato, o período mais sombrio da história do País, pois nele, com o falso pretexto de reduzir a dívida, foram arrancadas do patrimônio nacional empresas e bancos estatais de valor inestimável.

5. Qualquer preço que se discutisse, mesmo sob ótica reducionista, ignorando o incalculável valor estratégico desses patrimônios, só teria algum sentido se fosse em torno de muitas dezenas de trilhões de dólares.

6. Entretanto, os políticos foram cooptados, e o povo anestesiado por vários meios, sem falar na repressão e na mídia corrupta, para que se dessem favores inacreditáveis aos beneficiários das negociatas, desde a Lei da Desestatização, aprovada pelo Congresso em 12 de abril de 1991, proposta pelo Executivo, sob Collor.

7. Resultado: os patrimônios foram torrados (para o País), e a dívida pública continuou a crescer de forma exponencial, à taxa média de 18,65% aa. (janeiro de 1995 a agosto de 2015), de R\$ 135,9 bilhões para R\$ 3,86 trilhões (multiplicou-se por 28,4).

8. A Lei Complementar 148, de 25 de novembro de 2014, prevê que Estados e municípios passem a ter suas dívidas corrigidas pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou pela taxa básica SELIC - o que for menor - mais juros de 4% aa., no lugar do IGP-DI mais 6% a 9% aa.

9. Embora isso pareça mitigar a angustiante situação financeira dos entes locais, não se abre qualquer chance de tirá-los do buraco, nem sequer de evitar que este se aprofunde ainda mais.

10. De fato, embora haja alguma redução nas taxas de correção e juros, estas permanecem absurdamente altas: a SELIC básica já está em 14,25% aa., e o INPCa, em alta, com expectativa acima de 10% aa. Além disso, aplicam-se sobre montantes já insuportáveis, em relação às receitas.

11. Os mecanismos de promoção ao subdesenvolvimento têm seu instrumento central na “Lei de Responsabilidade Fiscal”, outro presente de grego do FMI, (Lei Complementar 101/2000). Ela obriga União, Estados e Municípios a sacrificarem todo tipo de despesa que não o serviço da dívida, em favor dele.

12. Prosseguindo em sua luta por modificar essas realidades, e alertando quanto a novos golpes do sistema dívida, a Coordenadora da Auditoria Cidadã, Maria Lúcia Fattorelli entregou, carta aberta aos governadores de Estados.

13. Destaco alguns pontos desse documento, que convém ser lido e estudado pelo maior número possível de brasileiros:

“Os Estados e Municípios têm recebido repasses federais, decrescentes, devido ao ajuste fiscal que faz destinar cada vez mais recursos ao pagamento da dívida pública federal. Em 2014, enquanto os juros e amortizações da dívida federal consumiram 45,11% dos recursos federais, os 26 estados, Distrito Federal, e 5.570 municípios receberam repasses de 9,19%.”

“Em 2015 a situação agravou-se ainda mais, e os gastos com a dívida devem atingir 50% do orçamento federal, devido ao aumento abusivo das taxas de juros e à prática de mecanismos que usurpam o instrumento do endividamento público, gerando dívida sem contrapartida alguma ao País.”

“Exemplos: 1) as operações realizadas pelo Banco Central de swaps cambiais”, que de setembro/2014 a setembro/2015 geraram prejuízo de R\$ 207 bilhões impactando o endividamento público federal; 2) as de “mercado aberto”, cujo volume atinge quase R\$ 1 trilhão e exige o pagamento de juros em moeda corrente, provocando a elevação dos juros de mercado e prejudicando a indústria e o comércio.”

14. Fattorelli recorda que, mesmo sem se ter feito a auditoria da dívida federal, determinada pela CF, a CPI realizada pela Câmara dos Deputados, em 2009/2010, apontou graves indícios de ilegalidades e ilegitimidades das dívidas externa e interna, federal, estaduais e municipais.

15. Ela indaga dos governadores se já calcularam quantas vezes os Estados pagaram aquela dívida desde o final da década de 90, e quantos investimentos deixaram de ser realizados, porque os recursos foram absorvidos pelo pagamento da dívida ilegítima e inflada de forma ilegal.

16. Ademais, se eles têm consciência da origem espúria dessas dívidas, provenientes de passivos de bancos estaduais, no esquema ilegítimo do PROES. E se sabem que os Estados recorreram a endividamento externo para pagar a União.

17. A Auditoria Cidadã denuncia, ainda, o arranjo inconstitucional implementado por diversos Estados, criando empresas independentes, sociedades anônimas, que passam a gerenciar ativos

públicos e a emitir debêntures: obrigação de mesma natureza de dívida pública, contando com garantia pública.

18. Finalmente, exige dos governadores resposta decente à população, que sofre a subtração de direitos essenciais, enquanto enfrenta desemprego, queda salarial e aumento de tributos, e assiste ao crescimento dos bilionários lucros dos bancos, batendo novos recordes a cada trimestre.

19. Recordo que, na biologia, nenhum ser vivo surge sem provir de outro, mas a política econômica permite a criação artificial de dívida. Isso porque está a serviço dos bancos e rentistas e, portanto, faz o Tesouro Nacional emitir títulos com taxas de juros absurdamente elevadas, sob o principal e falso pretexto de isso conteria a inflação.

20. A enorme dívida pública interna resulta da capitalização desses juros. Provém, pois, de fraude incorporada à política financeira a cargo do Banco Central e de um certo COPOM (Conselho de Política Monetária).

21. No sistema vigente, de falsa democracia, e mesmo antes da "Nova República", o Poder Executivo não exerce seus poderes. Tampouco o Congresso.

22. Talvez só um presidente, Sarney, tentou encarar a dívida pública de forma soberana (à época pesava mais a externa). Desvencilhou-se de Francisco Dornelles, sobrinho de Tancredo, que herdara deste no ministério da Fazenda, e nomeou Dilson Funaro.

23. Este, entretanto, não durou muito, devido às pressões dos banqueiros anglo-americanos. Nem sequer na vida, provavelmente envenenado. Depois, Sarney entregou os pontos e pôs na Fazenda moleques de recados dos banqueiros.

Desenvolvimento de verdade

Data: 17/02/2016 - Autor: Adriano Benayon

1. No artigo anterior esbocei plano de desenvolvimento para o Brasil, orientado pelo conceito de que o verdadeiro desenvolvimento não se deve medir tanto pelo tamanho do PIB, mas, sim, pela real utilidade e qualidade dos bens e serviços produzidos, do ponto de vista da sociedade em seu conjunto.

2. Todo país que atingiu elevado nível de produto interno bruto (PIB) e de produto nacional bruto (PNB), teve, durante a fase de crescimento, distribuição de renda não excessivamente concentrada, sem o que teria sido impossível o consumo e a produção de massa.

3. Portanto, a concentração excessiva e a absurda financeirização, como é no Brasil, inviabilizam o desenvolvimento.

4. Mesmo os críticos da concentração econômica e financeira, a qual, nos últimos 35 anos, cresceu enormemente também nos países “desenvolvidos”, focam no contraste entre os incluídos no 1% mais rico e os demais 99% das populações.

5. Mas a coisa é muito mais estarrecedora que isso. Recente relatório da organização internacional OXFAM sobre a desigualdade, “An economy for the 1%”, aponta que as 62 pessoas mais ricas do mundo detêm a mesma riqueza de 3,6 bilhões de pobres, ou seja, quase a metade da população mundial (7,3 bilhões).

6. Ora, 1% desse total são 73 milhões de pessoas: ainda é muita gente. Já 62 correspondem a 0,00000085%.

7. Com tal estrutura - à exceção, em parte da China, da Índia e do Irã - está patente a depressão de âmbito mundial, além de iminente colapso nas finanças dos próprios “desenvolvidos”.

8. O maior banco da Alemanha, considerada a economia mais sólida da Europa, tem vultosos créditos problemáticos. Esse, como outros grandes bancos ocidentais, já recebeu dinheiro demais dos Tesouros e do Banco Central Europeu (BCE), os quais agora teriam dificuldade de socorrê-los novamente. Ameaçam até avançar sobre os haveres dos depositantes, aumentando exponencialmente as já presentes desordem e iniquidade.

9. A política keynesiana, instrumento dos concentradores capitalistas para tirar as economias da depressão, não tem como produzir os efeitos mágicos que dela esperam, porque, há anos - e mais ainda após o colapso de 2007/2008 - foi emitido dinheiro e crédito demais.

10. Estes são pessimamente aproveitados, em razão da estrutura econômica doentia implantada na União Europeia, criada em 1992, e de a política econômica favorecer os banqueiros concentradores.

11. Isso não é muito diferente nos EUA, embora nestes seja menos rígida a restrição aos déficits orçamentários, e o banco central, ao contrário do BCE, financia o Tesouro. Ademais, os EUA desfrutam da senhoriagem, o privilégio de emitir a divisa mundial, e assim ter seus déficits financiados por outros países.

12. As políticas monetaristas também têm sido desastrosas, e a única solução exigiria mexer nas estruturas econômica e política, o que a oligarquia não admite.

13. Resta ao império anglo-americano o recurso tradicional: fomentar a guerra mundial, fez nos anos 30, com a colaboração de banqueiros alemães. Por meio de um complô, puseram Hitler à frente do governo alemão, em 1933. Nessa posição, o Führer aplicou fraudes e os violentos métodos nazistas para ganhar plenos poderes.

13. Daí, foi militarizando a Alemanha e perpetrando invasões sucessivas, sob olhares benignos do império britânico, que tanto admirava. Depois, a fácil capitulação da França, em 1940, e a ordem de Hitler de sustar o avanço do exército alemão, na Bélgica, para permitir à força expedicionária britânica, a retirada de Dunquerque.

14. A 2ª Guerra Mundial, de verdade, começou no verão de 1941, com o ataque em massa das forças alemãs contra a Rússia, como prometera, anos antes, o chefe nazista. Durou quatro anos, tendo as forças soviéticas repellido e vencido o agressor, com o sacrifício de 20 milhões de vidas.

15. Os EUA entraram na Europa, no finalzinho, além de lutar contra o Japão. Mobilizando gente e recursos para guerra, acabaram com a depressão e emergiram como a grande potência ocidental.

16. Atualmente, os EUA usam satélites e notadamente o terrorismo islâmico, que patrocinam, na nova escalada belicista, tendo, junto com o Reino Unido e satélites da OTAN, realizado intervenções genocidas sobre, entre outros, o Afeganistão, o Iraque (duas vezes devastado) e a Líbia, também arrasada.

17. A Rússia ter agido de forma decisiva, para evitar fosse completada a repetição desses massacres na Síria, é o fato capital do momento, e a reação do império anglo-americano determinará, ou não, se mais uma vez, haverá a resposta keynesiana (guerra) à depressão econômica mundial.

18. No Brasil, a Revolução de 1930 e a presença, ainda no governo, de Vargas durante a 2ª Guerra Mundial, quase permitiram ao Brasil encontrar o caminho da autonomia, que deixou escapar. Do novo cenário mundial dependerá, em boa parte, a oportunidade para tentar novamente.

Antecedentes da enganação

Data: 20/04/2016 - Autor: Adriano Benayon

1. Dando continuidade ao golpe permanente, Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou, por 38 votos contra 27, a abertura do processo de afastamento da presidente.
2. Denotando inominável falta de vergonha, a votação em plenário será dirigida pelo presidente da Câmara, o qual, de há muito, deveria ter sido destituído.
3. O golpe permanente foi retomado, porque entre o de 1954 e o anterior, de 20.10.1945, o da primeira derrubada de Getúlio Vargas, houve interrupção em 1950, com a escolha deste em eleição direta.
4. O sistema mundial de poder da oligarquia monárquico-banqueira anglo-americana, de há muito, mascara sua dominação, por meio de exterioridades “democráticas”, como pluralidade de partidos e equilíbrio entre os “poderes do Estado”.
5. A tirania imperial sempre manteve agentes em numerosos países, inclusive na França, por séculos, centro cultural mundial. Montesquieu fez propaganda do sistema britânico, como se a família real não monopolizasse o poder. Inventou a teoria dos controles e contrapesos e fomentou a ficção de governo pertencer ao Parlamento, eleito pelo “povo”.
6. No Reino Unido, os partidos conservador e trabalhista revezam-se no poder formal. Nos EUA, o republicano e o democrata. Qualquer deles ocupando oficialmente o governo, o essencial das políticas não se altera: são determinadas pelo complexo militar/serviços secretos e pela oligarquia financeira.
7. No Brasil, o simulacro cabe a alianças partidárias rotuladas de “direita, centro e esquerda”.
8. De 1946 ao golpe de 1964, houve: 1) a UDN, que combinava “moralismo”, fidelidade aos EUA e oposição ferrenha a Vargas; 2) o PSD, de base rural e conservadora; 3) o PTB, trabalhista, partido de Vargas; 4) agremiações de todas as ideologias e sem nenhuma.
9. No regime criado em 1988, ficaram: o PSDB e aliados (DEM, PPS, PP, PL etc.) alinhados, incondicional e assumidamente, ao sistema imperial, contando, no governo, com o apoio do PMDB e outros; o PT.
10. Este, embora não mais se fingindo de esquerda, ocupou o espaço desta. No governo, teve o apoio do PMDB e de mais políticos adictos ao fisiologismo.
11. Claro, pois, que o presente regime depende do dinheiro e da grande mídia e não oferece alternativa alguma digna de crédito.
12. Podem-se ver no antigo PSD o antecedente dos partidos de falso centro, como o PMDB. Ele se aliou ao PTB nas presidências de Vargas, JK e Goulart, auferindo as benesses governamentais, mas tendia a trair as políticas trabalhista e nacionalista.
13. Isso se comprovou, nos momentos de dificuldade de Vargas e Goulart e no quinquênio entreguista de JK, consumando-se no apoio à conspiração político-militar pré-1964 e à eleição de Castelo Branco, o presidente mais pró-EUA que já chefiou o Executivo.

14. JK, traindo os votos getulistas que o elegeram, executou e ampliou políticas instituídas pelo golpe de 1954 – que derrubou Vargas para assegurar a ocupação da indústria por empresas transnacionais, desencadeando a desnacionalização da economia.

15. O desenvolvimentismo de JK tinha pés de barro, pois a expansão do PIB estava associada à deterioração estrutural da produção e ao desequilíbrio financeiro. Impulsionou, como nunca antes, a taxa de inflação, causou déficits crônicos nas transações exteriores e fez cair o crescimento nos anos seguintes.

16. Tudo isso foi encoberto por demagogias, como o “rompimento” com o FMI, disfarçando de nacionalismo o que não passava de irresponsabilidade financeira.

17. JK promoveu Castelo Branco, que sabia ser conspirador, a pretexto de ser oficial competente, aumentando as possibilidades do golpe, a que aderiu antes de consumado, e apoiou no Senado a eleição de Castelo. A cassação de JK pelo regime militar lembra o lugar-tenente do herói luso, Viriato, que o entregou ao império romano e foi repellido ao cobrar a recompensa.

18. Desmitifiquem-se mais ícones “democráticos”, como Tancredo Neves. Ele foi ao Uruguai, em 1961, com Ernesto Geisel, da casa militar deixada por Jânio Quadros, convencer Goulart a concordar com a redução de seus poderes, via emenda parlamentarista, e se tornou primeiro-ministro.

19. A investidura de Goulart na presidência foi possível graças a Brizola, que conseguiu mobilizar e armar o povo do Rio Grande do Sul, e obter apoio do 3º Exército, liderado pelo general Oromar Osório. A marcha do Sul chegou a São Paulo e teria seguido para Brasília, não fora a timidez de Goulart.

20. Quando diplomata em Washington, de 1978 a 1982, inteirei-me de que Tancredo era considerado boa opção civil em círculos norte-americanos que trabalhavam para descartar o regime militar, desde medidas tomadas por Geisel, como o programa nuclear (embora Geisel não seja, pelo conjunto da obra, merecedor de admiração).

21. Por que, na eleição indireta de 1984, Tancredo derrotou Maluf (agora retirado da lista da INTERPOL, após aderir ao golpe contra Dilma)? A Arena, que apoiava Maluf, era majoritária no Congresso. Deixou de sê-lo, para dar a vitória a Tancredo, através da dissidência que criou o PFL, articulada por Marco Maciel, político vinculado às oligarquias local e mundial, com ACM, Olavo Setúbal e Sarney.

22. A real significação de Tancredo não é dedutível de declarações como “Não pagarei a dívida com a fome do povo”, que, de resto, não envolve questionar as irregularidades e fraudes contidas nas dívidas.

23. Ela é inteligível: pela cartada comandada por Maciel; pelos ministros que nomeou (até Francisco Dornelles na Fazenda!); por extensas matérias da notória revista VEJA, com dados manipulados e elogios desmedidos ao discutível governo de Tancredo em Minas Gerais.

As leis do poder

Data: 20/04/2016 - Autor: Adriano Benayon

1. Acrescentei ao artigo da semana passada: Em 17.04.2016, a Câmara aprovou encaminhar ao Senado o processo de impedimento, com 25 votos além dos requeridos 2/3. O que mais impressionou, nos representantes da prostituição política, foi o cinismo: enrolados na bandeira nacional, gritando “Viva

o Brasil!”, enquanto tratam de demolir o pouco que falta para completar a alienação da soberania nacional... O império anglo-americano vale-se de irreversível regime político, formado e controlado por ele, e colhe mais frutos dos investimentos em ignorância e corrupção que realiza no País, há mais de 70 anos.

2. Que isso não seja entendido como defesa de Dilma, Lula e seus aliados. Pela enésima vez: qualquer das falsas opções oferecidas pelo regime apodrecido, não pode produzir outro resultado que o de deteriorar ainda mais as inviáveis estruturas econômica e social implantadas nestes 62 anos.

3. Em março, publiquei artigo intitulado “O Poder”. Recordei lições de política, principalmente de Maquiavel. A propósito da facilidade com os golpes comandados de fora do País atingiram seus objetivos, há que acrescentar mais conceitos básicos.

4. Entre esses: O poder não aceita o vácuo: quem o detém, trata de ocupar todos os espaços dele, com esta implicação: todos os que contam com alguma parcela dele, disputam com os demais detentores a preponderância em cada um dos espaços.

5. Geralmente os acordos, escritos ou não, de divisão do poder são transitórios: duram até que um dos detentores tenha prevalecido sobre os demais, e acabado o equilíbrio, não hesita em dar por terminados tais acordos.

6. A divisão e o equilíbrio entre os detentores de poder, amiúde fictícios, não se restringem aos poderes do Estado definidos nas Constituições.

7. Essas regras estão presentes na realidade interna dos países e Estados, e também nas relações ditas internacionais. Implicação: estão fadados a perder a soberania, por inteiro, os Estados que cedem espaços próprios dela a potências estrangeiras – quer Estados, quer oligarquias políticas, quer grupos financeiros e econômicos “privados”.

8. Exemplos da indivisibilidade do poder encontram-se desde a Antiguidade. Roma já era imperialista, no Século III A.C, e conquistou a hegemonia mundial nas três Guerras contra Cartago (264 a 146 A.C.).

9. Foi, até 27 AC, oligarquia aristocrática de base rural, que controlava os poderes do Estado (Senado e os cônsules), ligados às famílias nobres. No Século I, intensificaram-se os conflitos armados internos, quando líderes político-militares enfrentaram o Senado.

10. Alguns desses líderes entenderam-se para dividir o poder. O primeiro triunvirato durou de 59 a 53 A.C., e o segundo, de 43 a 33 A.C. No final do primeiro, prevaleceu Júlio César. No do segundo, Otávio, que se tornou imperador.

11. Após a Revolução francesa, Napoleão Bonaparte dividiu o poder no Diretório, e pouco depois, emergiu como 1º Cônsul, no golpe de Estado de 1799, e em seguida imperador.

12. No Brasil, até 1930, oligarquias estaduais de chefes rurais eram a classe principal no plano interno, mas subordinada à City de Londres, em função das relações comerciais e financeiras externas.

13. A História deu ao País oportunidade de alterar esse quadro, mercê de duas guerras mundiais e da crise econômico-financeira dos anos 30. O presidente Vargas, percebia o absurdo – que ainda perdura - de um país importar a preços elevadíssimos as matérias-primas que exporta a preço vil, depois de industrializadas.

14. A indústria e a tecnologia são espaços de poder sem o controle dos quais não há como exercer a soberania nacional.

15. Em 1945, não obstante seus acordos com o presidente dos EUA e a cooperação brasileira na 2ª Guerra Mundial – claro que a gratidão é irrelevante para o império – o País foi logo punido sob a política da Guerra Fria, com a deposição de nosso presidente, em outubro de 1945.

16. Por que? Os estrategistas imperiais viam que, com o potencial de desenvolvimento do Brasil, a permanência de governos inclinados a fomentá-lo e capazes disso, o poder nacional crescia. Ora, a geopolítica dos EUA não admite que isso ocorra em qualquer país do “Western Hemisphere” (América Latina).

17. Daí que o Mal. Dutra, obcecado pela aliança com os EUA para reprimir o comunismo, praticou políticas econômicas grandemente prejudiciais ao País.

18. A popularidade granjeada por Vargas nos tumultuados 15 anos de governo (1930-1945), fê-lo vencer as eleições diretas de 1950.

19. Isso colocou Vargas, pela primeira vez, na desgastante situação de chefiar o Executivo, sob regime “democrático”, com o Legislativo majoritariamente hostil, num país desprovido de serviços secretos bem-estruturados, aberto à penetração corrompedora de instituições estrangeiras, além do fogo incessante de mídias que abusavam da “liberdade de imprensa”, em favor do golpe, consumado em 1954.

20. O espírito conciliador do presidente Vargas o levou a aumentar o conjunto de enormes trunfos de que já dispunham os patrocinadores de sua destituição.

21. Aí está mais uma ilustração disto: quem divide o poder de fato com forças hostis e poderosas – no caso potências imperiais (EUA e Reino Unido à frente) se condena à ruína, se permitir que ampliem e aprofundem seus espaços de poder no País.

22. Dentro da mesma lógica, imediatamente após o golpe de 1954, aquelas forças ocuparam, de forma ainda mais radical, os espaços de poder. Para isso, deram grande impulso à desnacionalização e desindustrialização da economia, elevando a vulnerabilidade do País, entre outras coisas com a galopante dívida externa e maior influência, na política interna, da finança e da economia concentradas sob controle estrangeiro.

23. Assim, um poder que, nos anos 50, ainda não era total, se torna absoluto.

Quem deve a quem?

Data: 14/12/2016 - Autor: Adriano Benayon

1. Muitas vezes, chega-nos pela Internet o texto de um discurso - atribuído ao fictício cacique Cuautémoc - perante uma conferência de chefes de Estado. Diante dos “credores”, ele ironiza a dívida externa latino-americana, ao, com benevolência, comparar a pilhagem de nosso continente a um empréstimo aos colonizadores. Afirma o orador: “O contrário disso seria presumir a existência de crimes de guerra, o que daria direito a exigir não apenas devolução, mas indenização por perdas e danos.”

2. Mais: “Não nos rebaixaremos a cobrar de nossos irmãos europeus, as [...] taxas de 20% e até 30% de juros ao ano, que eles cobram dos povos do Terceiro Mundo. Limitar-nos-emos a exigir a devolução dos metais preciosos, acrescida de juro de 10%, acumulado durante os últimos 300 anos [...] exigimos

a assinatura de carta de intenções que enquadre os devedores e os obriguem a cumpri-la, sob pena de privatização ou conversão da Europa.”

3. “Outro [...] financista europeu me explica que toda dívida se paga com juros, mesmo que para isso sejam vendidos seres humanos.” E, citando dados do Arquivo da Cia. das Índias Ocidentais: “Somente entre os anos 1503 e 1660, chegaram a São Lucas de Barrameda 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata provenientes da América.”

4. 185 mil kg de ouro são 6 milhões de onças-troy. Ao preço atual, US\$ 630 por onça, resultam US\$ 3,8 bilhões. 16 milhões de kg de prata, a US\$ 14 por onça, valem US\$ 7,3 bilhões. Somando: US\$ 11 bilhões.

5. Multiplicamos esse total por 1,03 elevado a 300 (taxa de juros razoável, de 3% aa.)

6. Isso perfaz US\$ 78,1 trilhões, quase o PIB mundial.

7. A 12% aa., seria 1,12 elevado a 300 = 582,65 trilhões, fator que eleva os US\$ 11 bilhões para US\$ 6,4 septilhões = $6,4 \times 10$ elevado a 24. São 24 zeros à direita!

8. E o Brasil? O ouro extraído de Minas Gerais, no Século XVIII, supera de longe as cifras do México e do Peru. Ainda mais valiosos foram os diamantes. O grosso foi parar na Inglaterra, de quem Portugal era um satélite desde a “aliança” de 1661. Cito Fernand Braudel:

9. “Um ciclo ‘espanhol’ (o ouro das Antilhas, da Nova Espanha, da Nova Granada e do Peru) foi seguido por um ciclo ‘português’ (o ouro do Brasil). No primeiro, em 120 anos, 170 tons. de ouro foram despejadas na Europa; no segundo, com a mesma duração, 442 tons. (P. Chaunu, “Conquête et Exploitation des Nouveaux Mondes, 1969, pp. 301 e segs.; F. Mauro, Études Économiques sur l’Expansion Portugaise, 1970, p. 177).

10. 442 toneladas equivalem a 14,36 milhões de onças troy. Ao preço atual são US\$ 9,05 bilhões. Saíram também 1,67 milhões de quilates de diamantes, de 1740 a 1763. Na média, 70 mil quilates por ano. Estimado um fluxo médio anual de 60 mil quilates no Século XVIII, são 6 milhões de quilates. O valor atinge US\$ 15 bilhões, ao preço de US\$ 2.500 por quilate (o quilate pode valer mais de US\$ 20.000).

11. Total = US\$ 24 bilhões. Desde meados do Século XVIII, passaram 250 anos. A 3 % aa., chega-se a US\$ 38,85 trilhões. A 12% aa., a conta ascende a 48,4 sextilhões, i.e.: $48,4 \times 1.000.000.000.000.000.000.000$.

12. Notável: 12% ao ano produzem, em 300 anos, um montante, que parece aumentar pouco ao lhe ser acrescida a assombrosa quantia acima descrita, gerada pelos mesmos 12%, mas por “só” 250 anos. Mais incrível: a taxa está sendo aplicada sobre um capital superior ao dobro do capital que cresceu para aquele montante. Pois é: 64 septilhões + 48,4 sextilhões = 64,05 septilhões. A moral é: brincar com tempo e com juros equivale a brincar, não só com dinamite, mas com bombas nucleares.

13. E outras épocas? E outros bens? E as outras áreas saqueadas? Só de 1763 a 1815 - e o Império britânico ainda não estava proclamado! - foi arrancado da Índia valor estimado em 750 milhões de libras esterlinas, sem contar todas as perdas no comércio exterior. Em preços atuais, são 47 bilhões de libras = US\$ 92 bilhões, ou seja, quase 4 vezes o ouro e os diamantes brasileiros no Século XVIII.

14. O pior é que o saqueio continua, como mostro em meu livro. No Brasil, com a economia dominada pelas transnacionais, as perdas anuais são mais de 20% do PIB, por meio de 15 mecanismos. Só nessas transferências, afora juros, vão mais de US\$ 200 bilhões por ano.

Fontes:

http://www.aggio.jor.br/jornal34_extra/adriano_benayon_34.htm

<http://www.agrisustentavel.com/>

<https://anovademocracia.com.br/pesquisa?searchword=adriano%20benayon&searchphrase=all>

<http://www.aepet.org.br/colunas/>

<http://www.aepet.org.br/noticias/pagina/8255/A-Privataria-Tucana-no-BNDES-o-ridculo-cheque-pago-pela-Vale-do-Rio-Doce-a-hoje-gigantesca-VALE>

<https://www.alertatotal.net/search?q=benayon>

<https://www.algoadizer.com.br/edicoes/busca.php>

<http://amapanocongresso.blogspot.com/search?q=benayon>

<http://www.cadtm.org/Adriano-Benayon?lang=pt>

<http://comentandoanoticia.blogspot.com/search?q=benayon>

<https://consciencia.net/biblioteca-adriano-benayon-2001-a-2004/>

<http://www.corecon-rj.org.br/anexos/278B1D38763CE71830AA893337965C21.pdf>

<https://www.correiocidadania.com.br/>

<https://www.diarioliberalidade.org/component/comprofiler/userprofile/adriano.html>

<https://domtotal.com/colunista/64/>

<https://www.gamalivre.com.br/search?q=Adriano+Benayon>

<http://grabois.org.br/portal/artigos?autor=Adriano%20Benayon>

<http://independenciasulamericana.com.br/author/adrianobenayon/>

<https://jornalapatria.wordpress.com/2017/07/24/colonia-ate-quando-por-adriano-benayon/>

<https://jornalggn.com.br/search/?q=Adriano+Benayon>

<https://jus.com.br/948341-adriano-benayon/publicacoes>

<https://maoslimpasbrasil.com.br/colunistas/adriano-benayon>

<https://midiacrucis.wordpress.com/?s=adriano+benayon>

<https://monitormercantil.com.br/>

<http://www.nacionalistas.org.br/docs/passagem.pdf>

<https://www.pdt.org.br/?s=benayon>

<http://redecastorphoto.blogspot.com/search/label/Adriano%20Benayon>

<https://saiddib.blogspot.com/>

<http://www.tribunadainternet.com.br/?s=adriano+benayon>

<https://vermelho.org.br/?s=adriano+benayon>

<https://www.viomundo.com.br/?s=adriano+benayon>